DAYANE CRISTINA GUARNIERI

PROTESTOS, DENÚNCIAS, REPRESSÕES E ELOGIOS: A ESCOLARIZAÇÃO E SUAS FIGURAÇÕES NA IMPRENSA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1971).

Londrina
2026

DAYANE CRISTINA GUARNIERI

PROTESTOS, DENÚNCIAS, REPRESSÕES E ELOGIOS: A ESCOLARIZAÇÃO E SUAS FIGURAÇÕES NA IMPRENSA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1971).

Texto de defesa de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Tony Honorato.

Londrina
2026

DAYANE CRISTINA GUARNIERI

PROTESTOS, DENÚNCIAS, REPRESSÕES E ELOGIOS: A ESCOLARIZAÇÃO E SUAS FIGURAÇÕES NA IMPRENSA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1971).

Texto de defesa de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Tony Honorato
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Simone Burioli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Katya Mitsuko Zuquim Braghini
Pontifícia Universidade Católica - PUCSP

Profa. Dra. Angélica Pall Oriani
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Prof. Dr. Márcio José Pereira
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR

Londrina, ____ de _____ de 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

G95p Guarnieri, Dayane Cristina .

Protestos, denúncias, repressões e elogios: a escolarização e suas figurações na imprensa durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1971) / Dayane Cristina Guarnieri. - Londrina, 2026.
607 f.

Orientador: Tony Honorato.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2026.
Inclui bibliografia.

1. Escolarização - Tese. 2. ditadura civil-militar - Tese. 3. estudantes - Tese. 4. professores - Tese. I. Honorato, Tony. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, em especial aos meus pais Claudia e ao Luiz pelo apoio constante, pela compreensão diante das ausências e pelo incentivo permanente ao longo de toda a trajetória acadêmica.

Ao Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores (GPROC), agradeço pelas trocas acadêmicas, pelos debates teóricos e metodológicos com os pesquisadores que propiciaram a formação de um espaço de reflexão e aprendizado que foi decisivo para o amadurecimento das análises e rigor crítico da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina agradeço pelas condições institucionais oferecidas. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ao Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da UEL pelo atendimento e pela atenção recebida dos estagiários e funcionários durante a consulta das fontes.

Em especial destaco a importante parceria da Mariana durante todo o percurso dessa jornada acadêmica. Também sou grata ao Rafael pelo apoio e incentivo e pela presença constante ao longo desse processo, o que tornou a caminhada mais leve e possível.

Aos membros da banca de qualificação Profa. Dra. Katya, Profa. Dra. Angélica, Prof. Dr. Márcio e Dra. Simone agradeço pelas leituras atentas, pelas críticas rigorosas e pelas sugestões que contribuíram para o aprimoramento teórico, metodológico e analítico deste trabalho.

Por fim, agradeço de forma especial ao meu orientador, Prof. Dr. Tony pela orientação cuidadosa, pelas leituras atentas, pelas contribuições teóricas e metodológicas e reflexivas e principalmente pela confiança depositada na pesquisa. Sua orientação foi fundamental para o meu desenvolvimento intelectual tanto do estudo vigente quanto para o meu amadurecimento como pesquisadora.

“Quem estiver nesta mesma situação que faça também o que seja possível. Se possível faça o impossível. Cruzar os braços e fechar a boca pode ser cômodo, mas não será com os braços cruzados e as bocas fechadas que vamos fazer retornar aos quarteis os militares que se assanharam em invadir o país”.

Cony, Carlos**. O Ato e o Fato**. 1964, p.58.

GUARNIERI, Dayane Cristina. **Protestos, denúncias, repressões e elogios: a escolarização e suas figurações na imprensa durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1971).** 2026. 607f Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

RESUMO

Esta tese se insere na Linha de Pesquisa Perspectivas Filosóficas, Históricas, Políticas e Culturais da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), com foco específico na área da História da Educação. A presente pesquisa busca investigar as figurações escolarizadas, em um contexto marcado pelo aumento da coerção estatal, em 1964, após o golpe civil-militar no Brasil, até 1971, quando ocorre a reforma do ensino estabelecida pela Lei nº 5692/71, momento do auge da repressão da ditadura civil-militar. O estudo pressupõe que frequentemente haviam práticas desenvolvidas nas figurações escolarizadas que precisavam assumir um caráter reivindicatório, atravessado por tensões sociais que, por vezes, culminam em conflitos. Esses comportamentos se contrapunham aos valores sociais do novo regime político autoritário, sustentado por defender uma imagem de ordem, harmonia e controle social. Nesse sentido, o estudo objetiva compreender como a ditadura civil-militar impactou os códigos sociais públicos reivindicatórios nessas figurações. Para tanto, analisa as representações das dinâmicas sociais formadas por fragmentos cotidianos de sujeitos que se movimentavam em torno de escolas e universidades a partir de duas fontes periódicas: o *Jornal do Brasil*, acessado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; e a *Folha de Londrina*, consultada em formato impresso no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina. Ambos os periódicos se destacam devido à ampla circulação em nível nacional e local, respectivamente. A fim de analisar os dados, a pesquisa adota a perspectiva teórico metodológica sócio-histórica de Norbert Elias. De acordo com o autor, o campo social influencia diretamente os códigos sociais das figurações cujas dinâmicas geram diferentes graus de controle dos comportamentos humanos, o que impacta o processo civilizador. Apesar da fragmentação e das tendências as representações impressas indicaram múltiplos comportamentos e vozes que se reforçam ou se opõem. Essa gama de depoimentos e experiências diárias das figurações escolarizadas revelou como elas enfrentaram os conflitos e as tensões específicas do seu grupo e daquelas relacionadas ao *habitus* e a estrutura nacional inseridas em um campo social de crescente autoritarismo e implantação de um regime ditatorial. Nessa conjuntura, os códigos sociais públicos reivindicatórios foram utilizados para ampliar o gradiente de poder, construir imagens e alianças para exercer pressão nas autoridades, conferir legitimidades e atendimento às suas causas e aos seus atos de protestos. A valorização consensual sobre a relevância da escolarização e suas precariedades cria um espaço público legítimo que se ampliou o que permite que as figurações escolarizadas se tornem os principais agentes de contestação durante a ditadura civil-militar. A demanda por uma postura reivindicatória nesse processo de expansão do contingente escolar e a repressão do Estado obriga os indivíduos dessas figurações a se autocontrolarem mesmo durante atos marcados por emoções de inconformismo e revolta.

Palavras-chave: Escolarização. Universidade. Escola. Estudantes. Professores. Norbert Elias. Figurações. Códigos sociais públicos. História da Educação. Ditadura Civil-Militar. Imprensa. Periódicos.

GUARNIERI, Dayane Cristina. *Protests, denunciations, repression, and praise: schooling and its figurations in the press during the civil-military dictatorship in Brazil (1964–1971).* 2026. 607 pp. Doctoral Dissertation (PhD in Education) – Graduate Program in Education, State University of Londrina, Londrina, 2026.

ABSTRACT

This dissertation is situated within the Research Line Philosophical, Historical, Political and Cultural Perspectives of Education of the Graduate Program in Education (PPGEdu), with a specific focus on the field of History of Education. The study investigates school-related figurations in a context marked by increasing state coercion, beginning in 1964 after the civil-military coup in Brazil, and extending until 1971, when the educational reform established by Law No. 5,692/71 was enacted—considered a period that coincided with the height of repression under the civil-military dictatorship. The research assumes that practices frequently emerged within these school-related figurations that adopted a reivindicatory character, shaped by social tensions that at times culminated in conflicts. Such behaviors stood in opposition to the social values promoted by the new authoritarian political regime, which sought to sustain an image of order, harmony, and social control. In this sense, the study aims to understand how the civil-military dictatorship affected the public social codes of reivindication within these figurations. To this end, the research analyzes representations of social dynamics formed through everyday fragments of the lives of individuals who moved within the environments of schools and universities. The analysis is based on two periodical sources: Jornal do Brasil, accessed through the Digital Newspaper Archive of the Brazilian National Library (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional), and Folha de Londrina, consulted in printed format at the Historical Documentation and Research Center of the State University of Londrina. Both newspapers are particularly relevant due to their wide circulation at the national and local levels, respectively. In order to analyze the data, the study adopts the socio-historical theoretical-methodological perspective of Norbert Elias. According to the author, the social field directly influences the social codes of figurations, whose dynamics generate different degrees of control over human behavior, thereby impacting the civilizing process. Despite the fragmentation and tendencies present in the printed representations, the sources reveal multiple behaviors and voices that either reinforce or oppose one another. This range of testimonies and everyday experiences of school-related figurations reveals how these actors confronted conflicts and tensions specific both to their own groups and to those connected to their habitus and the national structure, within a social field marked by growing authoritarianism and the implementation of a dictatorial regime. In this context, public reivindicatory social codes were used to expand the gradient of power, construct images and alliances capable of exerting pressure on authorities, confer legitimacy, and secure recognition of their causes and protest actions. The consensual valuation of schooling and the recognition of its precarious conditions helped to create a legitimate public space that expanded over time, allowing school-related figurations to become central agents of contestation during the civil-military dictatorship. The demand for a reivindicatory stance within this process of expanding school enrollment, combined with increasing state repression, compelled individuals within these figurations to exercise self-control even during actions marked by emotions of dissatisfaction and revolt.

Keywords: Schooling. University. School. Students. Teachers. Norbert Elias. Figurations. Public social codes. History of Education. Civil-Military Dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Guanabara 47
Figura 2 – Mapa do Paraná 47
Figura 3 – Capa do *Jornal do Brasil* 52
Figura 4 – Capa da *Folha de Londrina* 58
Figura 5 – Primeira capa da *FL* em *offset* 59
Figura 6 – Mutirão da educação 76
Figura 7 – A primeira palavra 79
Figura 8 – Ensino Primário 80
Figura 9 – Mutirão de livros 89
Figura 10 – SOS uniformiza 91
Figura 11 – Wilson não divide mais com o irmão o pé da sandália 91
Figura 12 – Alimentação escolar 94
Figura 13 – Meninos longe da escola 99
Figura 14 – Depoimentos dos pais 102
Figura 15 – Pais pobres 104
Figura 16 – Analfabeto 107
Figura 17 – Ana Maria 108
Figura 18 – Estudantes de Jataizinho, PR 109
Figura 19 – Corrida pelos exames 111
Figura 20 – Sala de cursinho 112
Figura 21 – Desejo de instrução 130
Figura 22 – Bolsas disputadas 130
Figura 23 – Rendimento que conta 139
Figura 24 – Enfim nomeações 146
Figura 25 – Estamos de acordo, mas 146
Figura 26 – Pronunciamento na Câmara 147
Figura 27 – APNP tiveram bastante trabalho 147
Figura 28 – Mesa de reuniões 147
Figura 29 – Licenciados x suplementaristas 149
Figura 30 – Recado 159
Figura 31 – O apoio dos pais 161
Figura 32 – Pressionando deu 162

Figura 33 – Professores festejam 163
Figura 34 – Comissão da Vigilância 164
Figura 35 – A luta continua 167
Figura 36 – Desta assembleia saiu o memorial para o governador 168
Figura 37 – Departamento de Ensino Primário 180
Figura 38 – O protesto abafado 183
Figura 39 – Depoimento no DOPS 185
Figura 40 – Aulas práticas 189
Figura 41 – Brincadeira de fim de ano 197
Figura 42 – Exame admissional 198
Figura 43 – Prova de paciência 199
Figura 44 – Discussões na fila 203
Figura 45 – Ginásio Estadual Antônio Moraes de Barros 208
Figura 46 – Ginásio Bandeirante 208
Figura 47 – Abandono 210
Figura 48 – Em busca de acordo 214
Figura 49 – Colégio Estadual Professor Vicente Rijo 215
Figura 50 – Candidatos 223
Figura 51 – Vestibular em Londrina 223
Figura 52 – Agonia 223
Figura 53 – Toda a atenção 223
Figura 54 – Dia de vestibular 224
Figura 55 – O vestibular 226
Figura 56 – Em busca do lugar negado 228
Figura 57 – Ensino Superior por estado (1966-1970) 233
Figura 58 – Uma vaga esperança 246
Figura 59 – Problema continua 247
Figura 60 – Uma questão física 251
Figura 61 – A luta por vagas 253
Figura 62 – Buscando soluções 257
Figura 63 – Ordem e Educação 258
Figura 64 – O último recurso 260
Figura 65 – O quadro comum 260

Figura 66 – A luta por vagas 266
Figura 67 – A razão do conflito 272
Figura 68 – O excesso comprovado 273
Figura 69 – Todos do contra 274
Figura 70 – DOPS apreende bombas e gasolinas na UNE e em Sindicatos 284
Figura 71 – Diálogo difícil 309
Figura 72 – Estudantes da FNFi – Quase guarda de honra 321
Figura 73 – À espera da solução 321
Figura 74 – Coexistência pacífica 321
Figura 75 – Estudantes foram obrigados 335
Figura 76 – Passeatas 351
Figura 77 – Em busca de refúgio 351
Figura 78 – A união com a força 352
Figura 79 – CACOS – O passeio da PM 353
Figura 80 – O caminho estratégico 353
Figura 81 – Ocupação dos espaços – A advertência 356
Figura 82 – Repressão informal 357
Figura 83 – Casa cristã 357
Figura 84 – Nova liderança 357
Figura 85 – Protestos – Um “front” improvisado 362
Figura 86 – A palavra livre 363
Figura 87 – O protesto do Sul 363
Figura 88 – Em busca da agitação 364
Figura 89 – A ação da lei 364
Figura 90 – Poder de dissuasão 365
Figura 91 – A agitação permanente 365
Figura 92 – Acadêmicos de Londrina fazem passeata hoje sem política 367
Figura 93 – Paralelamente a piadas e protestos 368
Figura 94 – Conduzindo cartazes 368
Figura 95 – As moças universitárias 368
Figura 96 – Alguns estudantes 369
Figura 97 – Agitação impedida 371
Figura 98 – O jardim da agitação 372

Figura 99 – A plateia heterogênea 383
Figura 100 – Protesto contra o Acordo MEC/USAID 386
Figura 101 – Um punhado de bravos 387
Figura 102 – O alvo mais visado 387
Figura 103 – O caminho da prisão 387
Figura 104 – Marcado pela repressão 388
Figura 105 – Padres e seminaristas na porta do DOPS 393
Figura 106 – Pela liberdade perdida 393
Figura 107 – A tática de despistar 394
Figura 108 – A frágil convicção 396
Figura 109 – A morte – A potência de fogo 402
Figura 110 – A homenagem da classe 402
Figura 111 – O longo cortejo 402
Figura 112 – A força da evidência 403
Figura 113 – Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte 404
Figura 114 – Lacerda em Londrina 404
Figura 115 – Estudantes promovem protesto em silêncio 405
Figura 116 – Antes tarde 406
Figura 117 – Volta às armas 407
Figura 118 – O centro de decisões 408
Figura 119 – A assembleia da cisão 409
Figura 120 – Beco sem saída 410
Figura 121 – O sabre erguido 411
Figura 122 – Acadêmicos de Odontologia decretam greve 411
Figura 123 – Greve continua 413
Figura 124 – Estudantes de Odontologia 413
Figura 125 – Os irredutíveis 413
Figura 126 – Antipatronal 418
Figura 127 – 1º de maio 418
Figura 128 – Sexta-feira Sangrenta 427
Figura 129 – Arma camuflada 427
Figura 130 – Os baldes 428
Figura 131 – Estudantes rendidos no chão 430

Figura 132 – Vigilância 430
Figura 133 – O aplauso 431
Figura 134 – Defesa e Ataque 431
Figura 135 – Ataque Aéreo 432
Figura 136 – Primeiro turno 436
Figura 137 – Definição de uma classe 437
Figura 138 – Violência condenada 438
Figura 139 – Passeata popular 439
Figura 140 – Palanque improvisado 439
Figura 141 – Posição 440
Figura 142 – Ataque como argumento 442
Figura 143 – A impressão que ficou 444
Figura 144 – Ataque em massa 449
Figura 145 – Defesa cerrada 449
Figura 146 – Pichações 453
Figura 147 – Despistando a polícia 454
Figura 148 – Barragem de pedras 457
Figura 149 – Linha de fogo 457
Figura 150 – Primeira pedra 457
Figura 161 – Proteção inútil 460
Figura 162 – Manifestações de rua 464
Figura 163 – Passeata como modalidade 465
Figura 164 – Intelligentzia da Intelligentzia 466
Figura 165 – A invasão 467
Figura 166 – O protesto 468
Figura 167 – A volta às bases 468
Figura 168 – Radicalismo de esquerda 472
Figura 169 – Radicalização 473
Figura 170 – A última etapa 475
Figura 171 – Encerrada a sessão 476
Figura 172 – Espera recompensada 478
Figura 173 – XXX Congresso da extinta UNE 479
Figura 174 – Garantindo audiência 482

Figura 175 – AI-5 491
Figura 176 – Comparando a Guevara 493
Figura 177 – Censura 504
Figura 178 – Desbundados e a posição reformulada 523
Figura 179 – A confissão 524
Figura 180 – Estudantes *outsiders* 526
Figura 181 – Diagnóstico da subversão 528

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas encontrados nos periódicos (1964-1971) 63

Quadro 2 – Temas educacionais 64

Quadro 3 – Níveis de frequência e previsibilidade para analisar os temas 65

Quadro 4 – Recursos jornalísticos 86

Quadro 5 – Figuração dos professores particulares 134

Quadro 6 – Professores contratados e suplementaristas 142

Quadro 7 – Professores estaduais (secundários e primários) 153

Quadro 8 – Figurações das professoras primárias 174

Quadro 9 – Inscrições aos vestibulares (1957-1966) 234

Quadro 10 – Cursos superiores 237

Quadro 11 – Índice nacional de aprovação nos vestibulares de Engenharia e Medicina, num período de dez anos 238

Quadro 12 – Índice de aprovação em 1964 238

Quadro 13 – Estimativa nacional de vagas e candidatos em 1969 para os vestibulares 240

Quadro 14 – Outras manifestações das figurações excedentes em 1967 261

Quadro 15 – Os estudantes contra o projeto de extinção de todas as entidades em 1964 303

Quadro 16 – Comportamentos de adesão à Lei Suplicy 311

Quadro 17 – Posições sobre a cobrança de anuidade em 1965 316

Quadro 18 – Posições sobre as anuidades em 1966 318

Quadro 19 – Situação das UEEs após 1964 326

Quadro 20 – Eleições estudantis 333

Quadro 21 – Aplicação da Lei Suplicy em 1965 339

Quadro 22 – Levantamento oficial da situação estudantil em setembro de 1966 379

Quadro 23 – Atuação estudantil em 1967 (primeiro semestre) 390

Quadro 24 – Atuação estudantil em 1968 (segundo semestre) 455

Quadro 25 – Posição dos estudantes *outsiders* 516

Quadro 26 – Acusações de estudantes em 1970-1971 517

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI	Ato Institucional
ALA	Aliança Libertadora Acadêmica
AMES	Associação Metropolitana de Estudantes Secundários
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AP	Ação Popular
APNP	Associação dos Professores Licenciados do Norte do Paraná
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASPHE	Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CACO	Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CCPP	Comissão de Controle de Preços do Ensino
CEE	Conselho Estadual de Educação
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CESM	Casa do Estudante Secundarista
CFE	Conselho Federal de Educação
CIE	Comissão de Inquérito Anticomunista
Circutac	Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CM	Correio da Manhã
CNAE	Campanha Nacional da Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional da Merenda Escolar
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Didático
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUSP	Conjunto Residencial da USP
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

CSN	Conselho de Segurança Nacional
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DA	Diretório Acadêmico
DARP	Diretório Acadêmico Rocha Pombo
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEE	Diretório Estadual de Estudantes
DESP	Departamento Estadual de Serviços Públicos
DNE	Diretório Nacional de Estudantes
DF	Distrito Federal
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPPS	Divisão de Polícia Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DVS	Departamento de Vigilância Social
EATEP	Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário
EE	Escola de Engenharia
ESG	Escola Superior de Guerra
FAO	Food and Agriculture Organization
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FEAA	Fundação Educacional do Agreste Alagoano
FEPAL	Fundação Educacional Paranaense de Londrina
FEUB	Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília
FITEE	Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
FL	Folha de Londrina
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNA	Faculdade Nacional de Arquitetura
FND	Faculdade Nacional de Direito
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Faculdade Nacional de Engenharia
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
FNM	Faculdade Nacional de Medicina
FUNDEPAR	Fundação Educacional do Estado do Paraná
FUR	Frente Universitária de Resistência

GERCA	Grupo Executivo de Erradicação do Café
GT	Grupo de Trabalho
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMACO	Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis
INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPEA	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
JB	Jornal do Brasil
JK	Juscelino Kubitschek
JL	*Jornal de Londrina*
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIDER	Liga Democrática Radical
LSN	Lei de Segurança Nacional
MAA	Movimento de Autenticidade Acadêmica
MAC	Movimento Anticomunista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MEC-USAID	Acordo MEC / United States Agency for International Development
MED	Movimento Estudantil Democrático
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NDPH	Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica
OBAN	Operação Bandeirantes
OCLAE	Organização Latino-Americana de Estudantes
PARA-SAR	Pelotão de Paraquedistas de Salvamento da Aeronáutica
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMA	Programa Mundial de Alimentos para a América Latina
PNE	Programa Nacional de Educação

Polop	Política Operária
POR	Partido Operário Revolucionário
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação
SDP	Serviço de Documentação e Propaganda
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SIP	Sociedade Interamericana de Imprensa
SPLAN	Serviço de Pesquisas e Planejamento
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Supremo Tribunal Militar
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFE	União Fluminense dos Estudantes
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFP	Universidade Federal do Paraná (sigla histórica)
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULES	União Londrinense de Estudantes Secundários
UME	União Metropolitana dos Estudantes
UMES	União Maringaense de Estudantes Secundários
UMG	Universidade de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNRE	União Nacional Renovadora Estudantil
UP	Universidade do Paraná

UPE	União Paranaense de Estudantes
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
VR	Vanguarda Revolucionária

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**23**
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	23
1.2	DITADURA CIVIL-MILITAR: JUSTIFICATIVA	26
1.2.1	A Pesquisa em Educação no Período	29
1.3	FIGURAÇÕES ESCOLARIZADAS E OUTROS CONCEITOS	35
1.4	FONTE PERIÓDICA E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	50
1.4.1	*Jornal do Brasil* e *Folha de Londrina*	56
1.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: UM OLHAR INTERNO PARA A FONTE PERIÓDICA	69
2	**EDUCAÇÃO: O "PROBLEMA NÚMERO UM DO BRASIL"**	**76**
2.1	O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E A MARGINALIZAÇÃO DOS ESTUDANTES POBRES	97
2.2	A CRENÇA ESCOLAR E AS VOZES MARGINALIZADAS	107
3	**AS FIGURAÇÕES DOCENTES E O CAMPO ESCOLAR**	**125**
3.1	TEMPOS DE REPRESSÃO: ENTRE O MEDO, O INCONFORMISMO E O AUTOCONTROLE	125
3.2	ENTRE O ENSINO PÚBLICO E O PRIVADO: AS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICOS E EMPRESÁRIOS	129
3.3	FIGURAÇÃO DOS PROFESSORES PARTICULARES	144
3.4	FIGURAÇÃO DOS PROFESSORES CONTRATADOS/ SUPLEMENTARISTAS	152
3.5	A DIVERSIDADE DAS FIGURAÇÕES DO MAGISTÉRIO ESTADUAL	163
3.6	PROFESSORAS PRIMÁRIAS	182
4	**AS FIGURAÇÕES SECUNDÁRIAS: EMOÇÕES ESCOLARES E PROTESTOS**	**203**
4.1	FIGURAÇÕES ESTUDANTIS: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE PROTESTO	216
5	**FIGURAÇÕES EXCEDENTES EM BUSCA DO SEU LUGAR NAS UNIVERSIDADES**	**234**
5.1	OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS CONTRA OS ESTUDANTES EXCEDENTES	243

5.2 AS REIVINDICAÇÕES DOS EXCEDENTES: ENTRE O PROTESTO E O ELOGIO 256
6 FIGURAÇÕES UNIVERSITÁRIAS NOS LONGOS MOMENTOS INICIAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR: AUTORITARISMOS E MOBILIZAÇÕES 289
6.1 EPISÓDIOS INICIAIS: ESTIGMATIZAÇÕES E PRISÕES 295
6.2 ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM UMA UNIVERSIDADE PRECÁRIA: DA REAÇÃO CONTROLADA AO CONFRONTO ABERTO.. 304
6.3 O INÍCIO DO EMBATE PÚBLICO: AS UNIVERSIDADES COMO PALCO DOS CONFLITOS 325
6.4 A LEI SUPLICY E O SEU IMPACTO NAS FIGURAÇÕES UNIVERSITÁRIAS 336
7 DAS TENTATIVAS DE DIÁLOGO AO FIM DA ERA DAS PASSEATAS 358
7.1 SETEMBRADA DE 1966: A INTENSIFICAÇÃO DA FASE DE MOBILIZAÇÃO PÚBLICA DOS ESTUDANTES 373
7.2 ENTRE 1967 E 1968: A ILUSÃO DE ABERTURA E O AUMENTO DA REPRESSÃO 393
8 O NOSSO MARÇO DE 1968! OS ESTUDANTES DAS MANCHETES ÀS PRISÕES 413
8.1 ENTRE VIOLÊNCIA E PROTESTOS: O DIÁLOGO FRACASSADO 429
8.2 A SOCIEDADE TAMBÉM SE MANIFESTA: PAIS, MÃES, ARTISTAS, PROFESSORES E RELIGIOSOS 448
8.3 UMA IMAGEM DE RADICALISMO: AS INVASÕES DA UNB E DO XXX CONGRESSO DA UNE..... 474
9 OS ESTUDANTES NA "ILHA DA MALDADA" 514
9.1 OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E OS EX-ESTUDANTES: UM DIÁLOGO E UM SILÊNCIO FORÇADO 534
9.2 A UNIVERSIDADE E O ESTUDANTE VÃO AO INTERIOR 565
CONSIDERAÇÕES 572
REFERÊNCIAS 590

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Esta tese objetiva contribuir para a produção da História da Educação do Brasil, ao investigar parte do percurso do processo de escolarização por meio das suas figurações e a partir das relações de interdependências entre os grupos sociais, Estado e imprensa durante a implementação inicial da ditadura civil-militar que interrompeu a recente tentativa de democratização e de protagonismo dos movimentos sociais, ao estabelecer um novo equilíbrio de poder que buscava manter parte das estruturas sociais excludentes e controlar os comportamentos e as emoções sociais.

A ideia inicial da pesquisa era abordar todo o período da ditadura civil-militar, com o levantamento de fontes periódicas entre 1964 e 1985. Porém, após aplicar a metodologia cujo primeiro passo era realizar o mapeamento dos dados, a partir da abordagem diária dos periódicos, notou-se na execução da fase inicial a grande quantidade e a multiplicidade de materiais coletados. Isso apontou a escassez de tempo e espaço para a análise do *corpus,* bem como a impossibilidade de abordar as várias temáticas complexas que perpassavam esse período. Dessa forma, a característica mais específica da fonte, aliada à abordagem inicial da pesquisa, revelou serem insuficientes para acompanhar os códigos sociais durante todo o período da ditadura civil-militar.

Logo, o estudo optou por se concentrar no período entre 1964 e 1971, período de consolidação da ditadura civil-militar e de aprovação oficial das reformas educacionais. Nesse momento ocorrem transformações que afetaram a política, a economia, a imprensa e, igualmente, as pessoas envolvidas no processo de escolarização. É imprescindível destacar que, embora a pesquisa parta de um instante do processo social para estabelecer uma delimitação temporal e amostral para o desenvolvimento do estudo, por vezes será necessário ampliar esse limite com base no respaldo da historiografia.

A questão do estudo surgiu quando se observou que a escolarização no Brasil passava por um processo de ampliação da demanda social capaz de pressionar o Estado. Isso porque já havia se consolidado o consenso social que reconhecia o alto valor da escolarização que se perpetuava e se fortalecia nos discursos políticos e na vida prática das pessoas que cada vez mais relacionavam a escolarização a um meio de manutenção, ascensão e sobrevivência social.

Mesmo diante do aumento da perspectiva de acesso escolar, a sua prática de hierarquização que também excluía e diferenciava, cria espaços legítimos de protesto que

emergem mesmo diante de enormes limites impostos pelo crescimento do controle externo do Estado autoritário. Ou seja, de certa forma, o estágio vigente da escolarização na década de 1960, com políticas autoritárias de controle humano e de baixos investimentos no setor educacional, reforçava o legado de deficiência e descaso com a escolarização, o que exigiu a exposição de demandas sociais por parte dos indivíduos e dos grupos pertencentes às figurações escolarizadas.

Nesses momentos de tensões sociais e inconformismo, em meio ao processo de autoritarismo e descaso frente às exigências de escolarização e de seus sujeitos, foram desenvolvidos códigos sociais públicos de caráter reivindicatório. O ato de reivindicar e protestar tornou-se intrínseco às figurações escolarizadas e serviu como um dos principais elementos de manutenção e aperfeiçoamento dessas figurações. Na conjuntura ditatorial, o comportamento marcado pelo conflito não era bem-visto, pois se opunha aos valores promovidos pela ditadura civil-militar, com base em discursos e práticas voltados para a imposição da ordem, da harmonia e do controle social.

Diante dessa característica das figurações escolarizadas, a pesquisa possui o objetivo de investigar como os códigos sociais públicos, principalmente os de natureza reivindicatória praticados por sujeitos dessas figurações escolarizadas representadas nos periódicos, foram impactados pela ditadura civil-militar no período investigado. O objetivo desencadeia uma atenção aos comportamentos humanos, considerados não apenas com fenômenos imediatos que repercutem no campo social, mas como ações relacionadas também ao *habitus*[1]nacional e as pressões internacionais. Mais adiante, os conceitos (figurações, *habitus* e códigos sociais públicos) serão abordados, a fim de esclarecer o significado e o uso neste estudo.

A partir desse fim, se desencadeia as seguintes finalidades específicas desenvolvidas ao longo do estudo: mapear as tensões das figurações escolarizadas ao longo das conjunturas políticas e sociais; identificar os códigos sociais públicos utilizados por essas figurações, percebendo suas continuidades e mudanças, analisar como os problemas e as tensões das figurações escolarizadas foram veiculados na imprensa e investigar a posição social e a

[1] Foram utilizados principalmente os estudos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu. O conceito passou a ser mais conhecido na obra de Bourdieu, mas foi utilizado primeiramente por Elias na obra *O processo civilizador*, de 1939 (Elias, 2011) (Dunning; Mennell, 1997). Para Heinich (2001), Bourdieu se apropriou do *habitus* elisiano, sem lhe atribuir autoria. Esta pesquisa vigente adota a concepção de *habitus,* conforme Norbert Elias, que se forma a partir das figurações sociais, que são formadas das relações interdependentes entre as pessoas. O *habitus,* para Elias (1994), deve ser compreendido na longa duração histórica, pois representa a autoimagem e a composição social do indivíduo, de onde emerge a sua personalidade pessoal. Logo, é um saber social incorporado (Dunninge; Mennell, 1997).

personalidade dos sujeitos/grupos que integravam as figurações escolarizadas diante dos conflitos e embates que surgiam na conjuntura vivida.

Ao se embasar na perspectiva processual percebe-se que as figurações escolarizadas se formam como diz Faria Filho (2002) ao longo do século XIX e gradualmente conquistam um lugar social legítimo. No entanto, esse processo foi bastante deficiente para atender as demandas sociais e políticas educacionais, o que deixou um rastro de privilégio e marginalização. Ao se refletir sobre a escolarização durante o início da ditadura civil-militar cabe destacar um alerta realizado por Fico (2017, p. 30) para quem estuda o período: não se pode reduzir a história do Brasil à história da ditadura militar. O que o autor quis dizer é que nem todos os acontecimentos que ocorreram durante esse período se explicam pela ditadura, como por exemplo o "milagre econômico", a censura e outras fórmulas políticas, que se atribuíram à ditadura, mas tiveram origem em etapas anteriores. Essa ideia se aplica igualmente para a escolarização, pois muitas reivindicações e problemas foram legados, como as reformas universitárias, por exemplo, fruto de demandas estudantis geradas anteriormente.

Para alcançar o objetivo, a pesquisa utilizou dois periódicos, *Jornal do Brasil* e *Folha de Londrina*, que abarcam diversas representações sobre a escolarização (discursos, palestras, encontros, eventos, protestos, campanhas, informações, congressos, entrevistas, pesquisas, descrições, opiniões, análises). Esse material permite mapear e construir um *corpus* de dados capaz de indicar contextos, conflitos e reivindicações que emergiram das figurações escolarizadas. Para responder ao problema, a pesquisa se concentrou em identificar as representações periódicas dos códigos sociais públicos e investigar como eram utilizados e como se inseriam nas dinâmicas sociais. Portanto, assume-se o desafio de construir os nexos entre as mudanças no campo social e os impactos na estrutura social, bem como na personalidade social e individual.

O processo de escolarização envolveu grupos sociais cada vez mais amplos e diversificados, que se depararam com uma conjuntura de polarização política em que as desigualdades e as injustiças exigiram reivindicações. Diante disso, entre 1964 e 1971, as figurações escolarizadas representadas na imprensa periódica passam por alterações perceptíveis, como o aumento da sua recorrência e da legitimidade atribuída aos seus discursos e demandas educacionais são anunciados com mais ênfase pelas próprias figurações educacionais, indicando mudanças nos códigos sociais públicos.

O próximo item apresenta uma breve elucidação do uso dos termos golpe civil-militar e ditadura civil-militar e também pretende delinear as lacunas de pesquisa, perspectivas e o

esforço dos pesquisadores em apontar problemas e tendências para a pesquisa do campo que estuda a história da educação durante a ditadura civil-militar

1.2 DITADURA CIVIL-MILITAR: JUSTIFICATIVA

Após 1964, a denominação do golpe e ditadura permanece como um campo de disputa na historiografia brasileira (Toledo, 2024)[2]. Os termos "militar" e "civil", usados para definir tal período implicam a atribuição de responsabilidades e refletem posicionamentos vinculados a embates narrativos e a conflitos políticos e sociais latentes em uma sociedade ainda polarizada. As divergências se concentram, especialmente, entre a participação, o apoio e o grau de poder dos setores civis, militares, golpistas e dirigentes. Mesmo assim, há um consenso entre os estudiosos do período, que afirmam ser importante para compreender as relações sociais cotidianas entre civis e militares.

A partir de fontes periódicas, esta pesquisa almeja ser uma contribuição ao campo historiográfico. Como tais fontes destacam as interdependências entre sociedade civil e dirigentes militares, o estudo se aproxima das concepções históricas de Reis Filho (2012; 2014a), que define o golpe de 1964 e a ditadura como "civil-militar". Apesar de saber que o exercício do poder era desigual e o topo do poder pertencia aos chefes militares, a colaboração, a adesão ou a resistência por parte dos civis constituem dimensões a serem consideradas.

Para Elias (2018, p. 81), o poder é sempre relacional e "uma característica estrutural das relações humanas e de todas as relações humanas". Logo, está relacionado com a dependência tanto dos outros em relação a nós, quanto de nós em relação aos outros. Quando somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, eles têm mais poder sobre nós, e vice-versa. Podemos, por exemplo, nos tornar dependentes dos outros, por meio da força ou pela necessidade de ser amado, de ter dinheiro, cura, *status*, emprego, estímulo etc.

Embora autores como Toledo (2024), Lemos (2012), Melo (2012) e Fico (2014) discordem da nomenclatura, por acreditarem que ela colabora com as justificativas dos militares golpistas e dirigentes que se respaldaram no discurso do apoio civil, conforme verificado nas entrevistas apresentadas por D'Araújo (2004), pesquisa vigente adota os termos: "golpe civil-militar" e "ditadura civil-militar". Apesar de considerar a grande diferença de poder, entende-

[2] Em um evento acadêmico que lembrava os 60 anos do golpe civil-militar, o autor condenou o revisionismo dos acadêmicos progressistas e de esquerda – Marco Antônio Villla, Jorge Ferreira, Alberto Aggio, Leandro Konder. Toledo (2024) considerou que eles possuíram teses convergentes às interpretações de militares e civis conservadores, como por exemplo a defesa em ressaltar o apoio civil. Mesmo assim, o autor confirma que o golpe de 1964 foi resultado de iniciativas de alguns setores civis e de militares que se articulavam desde 1950.

se que o envolvimento de militares nas figurações políticas e decisórias do Estado se sustentou a partir das suas relações com as figurações civis.

Mesmo diante de críticas à ênfase na responsabilidade civil, essa dimensão é importante para análises como de Lemos (2012), que prefere a definição de "contrarrevolução" em detrimento do "civil-militar", por defender que tanto o golpe quanto a ditadura foram "uma operação política de uma parte da sociedade – que incluía civis e militares − contra outra − que, igualmente, envolvia civis e militares". Melo (2012) também partilha da concepção crítica de Lemos (2012) e advoga a necessidade de voltar a analisar o processo político na conjuntura capitalista, com o conceito de "ditadura empresarial-militar", que faz referência direta à obra de Dreifuss (2006), um dos primeiros autores a abordar essa dimensão civil.

Fico (2017; 2012) também concorda que o golpe obteve apoio e participação de civis e militares, podendo chamá-lo de "civil-militar", mas defende o termo "ditadura militar", pois alega que não houve uma efetiva participação civil no governo, o qual era composto, predominantemente, por militares. Porém, o autor assume que durante o governo de Castelo Branco, os civis ipesianos ocuparam cargos do primeiro escalão.

Pensar as relações entre a sociedade civil e os militares durante a ditadura de 1964 é um tema cuja historiografia atual se debruça, a fim de desmistificar extremismos e reducionismos naturalizados. Rollemberg e Quadrat (2010, p.10) abordam esse desafio, ao destacarem que, apesar do debate sobre a questão, na prática "pouco se pesquisou ou se escreveu no sentido de compreender as relações da sociedade com o regime instaurado em 1964". Isso porque as pesquisas se concentraram nas resistências ou nas repressões, e não nas relações. Reis Filho (2024) aponta a existência de uma lacuna nas pesquisas sobre a atitude de pessoas comuns diante da ditadura civil-militar. Ao citar a obra de Presot (2004) sobre as Marchas da Família com Deus, o autor destaca que a ditadura não recebeu somente apoio social, mas em determinados momentos, recebeu certo consenso. Para o autor, as pesquisas devem buscar compreender como se formou a "liderança militar" e a aliança entre militares e civis, o que sustentou a ditadura durante os anos.

Portanto, estudar as relações sociais ainda é um desafio para as pesquisas do período, de modo a tornar-se uma questão chave na direção de tentar ultrapassar as limitações do campo. Nesse sentido, a análise de Reis Filho (2014c) aponta que a sociedade brasileira construiu uma "memória do silêncio" sobre temas como as ditaduras, sobre as quais "pouco se fala e menos ainda se estuda sobre as complexas relações estabelecidas". Ressalta o autor que especificamente sobre a ditadura civil-militar de 1964, ela foi mais demonizada com

interpretações simplistas do que pesquisada com o fim de compreendê-la, pois a sociedade se recusa a aceitá-la como construção social.

Em 2024, observa-se um exemplo dessa "memória do silêncio" imposta e naturalizada, na entrevista concedida pelo presidente Lula, que afirmou não pretender "remoer" o golpe de 1964, tampouco realizar grandes atos governamentais sobre o sexagenário da ruptura democrática. Como desdobramento, o Palácio do Planalto cancelou a inauguração de um museu dedicado à ditadura e orientou seus ministros a evitarem manifestações públicas sobre o tema (Alencar, 2024). Esse comportamento oficial articula-se com um *habitus* característico da política brasileira que Motta (2014) chamou de "conciliação". Claramente a posição do presidente era evitar indisposição e conflito com as figurações militares acerca dos eventos críticos à ditadura encabeçados por movimentos sociais. No entanto, essa prática que opera como sinônimo de silenciamento e impunidade, forjada antes do golpe de 1964, atravessou a ditadura civil-militar e ainda é persistente nas práticas institucionais.

Assim, ao visar "versões verossímeis que não almejavam firmar-se como verdades absolutas", a historiografia atual estabelece um "novo padrão de narratividade" que valoriza aspectos como as subjetividades e o cotidiano (Fico, 2004, p. 40). Logo, busca ir em oposição aos binarismos e para desmistificar discursos cristalizados, como o suposto aspecto moderado do período inicial da ditadura civil-militar (Fico, 2014) e que os "anos de chumbo" não se restringiram a perseguições e torturas, mas também beneficiaram outros grupos (Reis, 2012).

Apesar de omissões, censuras e colaboracionismos, a própria imprensa fornece pistas para construir um conhecimento histórico subjetivo que aponta para uma realidade complexa envolta em uma teia de conexões. Com base nessa concepção histórica, deve-se compreender as figurações escolarizadas a partir do passado das pessoas comuns que vivenciaram a atmosfera do período e se relacionaram direta ou indiretamente com as autoridades militares e civis. Oliveira e Fernandéz (2024) reforçaram a necessidade e a atualidade de estudos que envolvam a ascensão de governos autoritários e sua influência no campo educacional. Essa pauta foi colocada, anteriormente, por autores como Cunha e Góes (1985), Germano (1993) e Saviani (2017), que reiteraram a necessidade de pesquisas mais aprofundadas nos legados educacionais da ditadura civil-militar.

Teses como a de Lira (2010) refletem a preocupação com o debate sobre o legado ditatorial, a partir da legislação educacional cujos fundamentos jurídicos ainda permanecem como princípios ativos na educação brasileira. Dentre os legados, o mais impactante é a naturalização das práticas autoritárias do Estado sobre as instituições escolares, universitárias e seus sujeitos. Assim, essas instituições são guiadas, muitas vezes, por interesses de políticos,

grupos econômicos e crenças sociais de grupos que marginalizam os verdadeiros protagonistas das figurações escolarizadas, pois limitam a participação de professores e estudantes nas decisões sobre o campo educacional.

Além disso, ainda insiste em permanecer um comportamento social em que não se questiona a hierarquização produzida pela escolarização, apagada por um discurso que glamouriza o aprendizado utilitarista, técnico, anti-humanista e apolítico defendido por grupos empresariais privados, pelo Estado e pela imprensa. Tais figurações nem ao menos pertencem diretamente às figurações escolarizadas, e mesmo assim fomentam ou silenciam pautas educacionais e tentam direcionar a escolarização para modelar o comportamento dos sujeitos escolarizáveis.

Dessa forma, é um campo da historiografia educacional que merece atenção, considerando o impacto de governos autoritários em momentos em que o Estado amplia o poder de força física e de controle sobre a escolarização e seus sujeitos. Logo, se considera o grande peso da escolarização prática que, no século XX, adquiriu um alto valor social, envolvendo vários contingentes humanos nas sociedades modernas que, por sua vez, se tornaram, cada vez mais, dependentes dessa forma de transmissão intergeracional de símbolos, comportamentos e emoções para seu desenvolvimento e sua sobrevivência.

Dando sequência a essa abordagem sobre o campo de pesquisa o próximo tópico apresenta como se desenvolvem os estudos e as tendências que se debruçam sobre a educação no período da ditadura civil-militar e em qual lugar desse campo se insere a pesquisa vigente.

1.2.1 A pesquisa em educação no período da ditadura civil-militar

Na década de 1960, ainda era recente o interesse em estudar a educação brasileira em perspectiva histórica. Um exemplo é o trabalho de Nagle[3] (2018), cuja pesquisa abrangeu a relação entre o processo educativo e a história da sociedade brasileira. O autor vincula as transformações sociais e as mudanças educacionais da década de 1920, ao identificar um crescente entusiasmo em torno da educação. Para isso, investigou as relações entre Estado e Educação, o que contribui para ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o campo educacional brasileiro.

[3] Formado pelo professor Laerte Ramos de Carvalho, da USP, participaram do grupo: Casemiro dos Reis Filho, Rivadávia Marques Júnior, entre outros, para o estudo da história da educação brasileira, com o objetivo de que cada um estudasse um aspecto da educação brasileira. Julgava que só um conjunto de monografias poderia, com o tempo, formular um quadro analítico teoricamente sustentado (Nagle, 2018).

Na década de 1970, com a institucionalização dos programas de pós-graduação, as pesquisas em Educação e História da Educação adquiriram maior impulso (Saviani, 2008). Com isso, surgiram inúmeras pesquisas – Romanelli (1978), Ribeiro (1992), Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) – que privilegiaram a História Geral da Educação. Entre 1970 e 1984, com vários trabalhos a respeito do pensamento pedagógico e da ação reformadora de intelectuais da educação (Warde, 1984), apareceu a "tradição" que marcou a busca pela identidade científica do campo (Brandão, 1992). Nos meios acadêmicos, era uma tentativa de combater as pesquisas de baixa qualidade que se multiplicavam, movidas pelo incentivo e pelo interesse da ditadura civil-militar em mostrar resultados rápidos (Cunha, 1991).

A partir da década de 1980, houve um crescimento na diversidade temática da História da Educação, resultado da fragmentação dos objetos de estudo e da expansão dos programas de pós-graduação. Nesse contexto, os estudantes passaram a ter maior liberdade para escolher os temas de pesquisa (Warde, 1998). Entre 1977 e 1980, foram feitas dissertações com base, principalmente, no referencial do materialismo histórico (Gamboa, 1989). Após 1976, iniciaram-se também os primeiros estudos críticos sobre a política educacional durante a ditadura civil-militar, sob a ótica reprodutivista que analisava a escola dentro das relações capitalistas e questionava seu papel idealizado como agente de transformação social (Bittar; Ferreira Jr., 2006).

Já na década de 1990, aumentaram as pesquisas voltadas para o tempo presente, o que não se limitou à História da Educação, mas à pesquisa educacional de forma geral (Bittar; Ferreira Jr., 2006). Nesse período, com a proposta de novos objetos, problemas e abordagens, a História Nova atualizou a área e passou a influenciar muitas pesquisas que aderiram à história cultural, campo historiográfico no qual se insere a história da educação como uma das vertentes de investigação (Veiga, 2003). Com essa perspectiva, o campo de conhecimento se expandiu por meio de pesquisadores que, além de se dedicarem aos seus programas de pós-graduação, participavam de grupos de pesquisa, associações, eventos e publicações em livros e revistas[4].

[4] Dentre os trabalhos, citam-se Carvalho (1989; 1995; 2000), Saviani (1983; 2005), Monarcha (1993; 1996; 2007), Nunes (1995; 1996) e Warde (1984; 1990; 1998); os artigos de Nunes e Carvalho (2005), Nunes (1992) e Catani e Faria Filho (2002), elaborados a pedido da ANPEd; os textos de Nunes (1998), Veiga e Pintassilgo (2000) foram produzidos para os Congressos Brasileiros e Luso-brasileiros de História da Educação; os artigos de Vidal e Faria Filho (2003), escritos a pedido da *Revista Brasileira de História*; os textos de Saviani, Sanfelice e Lombardi (1998), elaborados para o Grupo de Estudos e Pesquisas de História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). A obra organizada por Araujo e Gatti Júnior (2002) é resultado das atividades do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Faculdade de Educação da UFU, vinculado ao HISTEDBR. São instituições especializada na área, como: o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), o HISTEDBR e a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

Em balanço sobre os estudos em torno da educação no período da ditadura civil-militar, Galak, Sá e Chaloba (2025) apontaram que o desenvolvimento da primeira fase ocorreu nos anos 1980, quando os autores (Saviani, 1983; 1987; Romanelli, 1980; Freitag, 1979; Arapiraca, 1982; Santos, 1980; Souza, 1981) se ancoravam no materialismo histórico-dialético para explicar o funcionamento da sociedade e das políticas educacionais. Posteriormente, surgiram as obras produzidas no período pós-ditadura civil-militar, como Góes e Cunha (1985), Germano (1993), Cunha (1991; 2007a; 2007b; 2014a, 2014b), Gadotti (2001), Gamboa (2003), Hilsdorf (2005), Bittar e Ferreira Jr. (2006; 2008), e outros que continuaram essa tradição de pesquisa.

Em pesquisa bibliométrica, Viana (2017) investigou as publicações sobre a educação no período da ditadura civil-militar a partir da base SciELO, na qual encontrou 36 artigos que demonstraram relativa escassez de estudos, mas também a presença recorrente na produção acadêmica. Mais da metade dos textos se concentraram na região sudeste, com eixo temático predominante na política educacional, com ênfase na análise do financiamento internacional, da ideologia tecnocrática e das reformas estruturais do regime. Ao olhar para a relação entre ditadura civil-militar e educação, a autora encontrou pistas imprescindíveis para compreender o atual cenário educacional brasileiro, como a desvalorização salarial, a proletarização docente e a influência do setor privado na educação pública.

Viana (2017) também analisou os textos apresentados em dois GTs da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED): o GT 2 História da Educação e o GT 5 Política Educacional, durante o período que abrangeu da 23ª até a 37ª reunião, de 2003 a 2015. A pesquisa constatou que, nos últimos 12 anos, foi publicado somente um texto sobre educação no período ditatorial brasileiro, intitulado: “Juventude e pensamento conservador no Brasil: a constituição de uma ‘Vanguarda Brasileira’ em tempos de ditadura civil-militar no Brasil (1961-1970)”, de Katya Branghini, em 2015, apresentado durante a 37ª reunião anual, no âmbito do GT 2.

A fim de continuar a pesquisa de Viana (2017), foram investigados os GTs a partir da 38ª até a 40ª reunião, de 2017 até 2023. A busca evidenciou que houve uma expansão do GT 2, que era normalmente formado pela média de 19 textos e, a partir da 39ª reunião, teve um aumento significativo, ao contemplar 40 e, posteriormente, 38, na 40ª reunião. Embora o número de textos em História da Educação tenha crescido nas últimas edições, apenas um resumo apareceu sobre a educação no período da ditadura civil-militar, chamado: “A repressão militar no Pará e a educação pública: 1964-1985”, de Marta Macedo Matos de Araujo e João Lucio Mazzini da Costa, em 2021.

Na consulta ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Galak, Sá e Chaloba (2025) observaram tendências inovadoras na área, principalmente na História das Disciplinas. Os autores destacaram pesquisas sobre a Educação Moral e Cívica e os livros didáticos que operam com o conceito de cultura escolar e temas poucos explorados, como a institucionalização de creches e pré-escolas nas redes municipais de ensino; as mudanças na formação de professores e na educação primária rural, além da consolidação das Ciências da Educação e da pesquisa educacional. Para os autores, atualmente a nova historiografia se empenha em buscar "o agenciamento dos sujeitos históricos, a correlação de forças, o funcionamento interno das escolas e a historicidade dos processos educativos", valorizando a empiria e o trabalho nos arquivos (Galak; Sá; Chaloba, 2025, p. 14).

Ao pesquisar o tema na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), verificou-se que a historiografia aponta para a ênfase no campo da História das Instituições Escolares e da História Local. Os objetos de pesquisa se concentram em escolas, cursos superiores ou universidades que articulam a atuação municipal ao contexto nacional, com foco principal nos impactos da ditadura civil-militar nesses espaços. Essa tendência de pesquisa vem na direção do que Gonçalves Neto e Magalhães (2009, p. 2) apontaram como a formação de uma "epistemologia centrada no local" em que os "novos objetos – instituição educativa e município pedagógico – ganham estatuto científico e significado histórico".

Além das instituições, essas pesquisas ainda destacam temas tradicionais, como os docentes, o movimento estudantil, as Reformas Universitárias de 1968, a Reforma do Primeiro e do Segundo Grau de 1971 e, em menor número, o Ensino Supletivo, o Ensino Profissional, a Escola Normal e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). As pesquisas utilizam uma gama variada de fontes, como legislação, documentos institucionais, depoimentos orais, periódicos, biografias, arquitetura, livros e, muitas vezes, combinações entre essas fontes.

Ao privilegiar o periódico como fonte e olhar para as representações, a presente pesquisa acompanha uma tradição de estudos que utiliza a imprensa não pedagógica para compreender a escolarização ou a educação formal, e que pode ser vista desde a década de 1990. Atualmente, tende a dialogar com a História Cultural e as tendências da historiografia nas quais a imprensa ganha cada vez mais representatividade, devido à ampla variedade de veículos midiáticos no país desde os séculos XIX e XX. Segundo Magaldi e Xavier (2008), a característica dessa fonte permite conhecer uma sociedade multifacetada, pautada por problemas sociais e educacionais.

Autores como Faria Filho (2002), Bastos (2002), Gonçalves Neto (2002) e Schelbauer e Araújo (2007) destacam a importância e as potencialidades da imprensa para ampliar as pesquisas que investigam a produção de valores, representações, consensos, sensibilidades,

costumes e propagandas. Além disso, o enfoque nos processos sociais vai ao encontro ao esforço da historiografia recente da educação na ditadura que, segundo Galak, Sá e Chaloba (2025), busca superar binarismos para evidenciar as camadas múltiplas de negociação, práticas e relações do cotidiano que envolvem pessoas comuns e as altas esferas do poder.

Dessa maneira, a imprensa periódica (no caso, *Jornal do Brasil* e *Folha de Londrina*) permite identificar não apenas as políticas oficiais, mas a construção de narrativas e práticas as que revelam as disputas de sentidos que cercavam a escolarização enquanto símbolo de disputa. Isso distingue as vozes editoriais, estudantis, jornalísticas, oficiais, docentes e de outros sujeitos. Por sua vez, a imprensa não pedagógica, como a imprensa diária, embora utilizada constantemente nas pesquisas como fonte, ainda predomina como fonte complementar. Como disseram Prado e Capelato (1990), os periódicos são usados frequentemente como fontes confirmadoras de outros tipos de documentação por isso as autoras defendem a possibilidade do seu uso como fonte principal de investigação acompanhada da análise crítica.

Na pesquisa ao Banco de Teses e Dissertações (BDTD) em 2023, se utilizou os descritores "educação" *and* "ditadura", com o objeto de mapear as tendências das produções sobre o período, foram encontrados 615 estudos. A partir dos títulos e resumos, verificou-se que 113 abordavam a educação escolarizada na ditadura civil-militar (1964-1985) com temas que versavam sobre a escola, a universidade, as políticas educacionais e seus sujeitos. Nessa busca 13 pesquisas utilizaram a imprensa como fonte principal incluindo revistas como as analisadas por Pasinato (2019), Silva (2014) e Silva (2019a). Marin (2017) abordou a imprensa católica, enquanto Silva (2015) Braga (2017), Lima (2017) e Felismino (2018) estudaram a imprensa pedagógica, respectivamente com a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*; a *Síntese da UPPE* que pertencia à União dos Professores Primários Estaduais; *O Escudo* dos estudantes do SENAI-PR e o *Jornal Poeira* produzido por universitários da UEL. Cinco pesquisas (Ribeiro, 2007; Siqueira 2012; Silva, 2019b; Rossi, 2018 e Borges, 2022) se aproximam mais da pesquisa vigente pois se debruçaram sobre a imprensa não pedagógica de grande circulação, respectivamente, *O Estado de S. Paulo; Correio da Manhã; A União*, *O Norte, Correio da Paraíba* e *Diário da Borborema*; *O Estado de S. Paulo* e *A Tarde*.

A ampliação de uma história da educação mais local também possui a contribuição dos periódicos diários regionais que foram utilizados por Silva (2019b) e Borges (2022). A primeira estudou a atuação da imprensa para investigar os estudantes e as mulheres conservadoras diante do golpe civil-militar de 1964 na Paraíba, já a segunda investiga a implementação da Legislação de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 (LDBEN) a partir das lentes de um periódico baiano. Pesquisas que investigam a história da educação em outras conjunturas

históricas a partir desse tipo de fonte podem ser vistos em Monteiro (2011) que pesquisa o periódico goiano, *O Popular*, e Pinto (2013) que faz um levantamento da imprensa mato-grossense para compreender como ela difundiu o ideário republicano de educação. Simões (2018) por sua vez ao pesquisar periódicos de Piracicaba defende que a educação formal no início da República era mais um dos recursos de distinção da elite ilustrada para se diferenciar das massas (negros, pobres e vadios) associadas à violência.

Na busca ao BDTD, foram encontradas três dissertações (Ribeiro, 2007; Siqueira 2012 e Rossi, 2018) que trabalham com a educação no período da ditadura civil-militar por meio de periódicos tradicionais da grande imprensa do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, que possuíam maior circulação nacional, ao qual o *JB* pertencia. Ribeiro (2007) indaga sobre a posição de *O Estado de S. Paulo*, caracterizado por sua influência social, diante do novo Ensino de Segundo Grau. Já Rossi (2018) se empenhou em entender os discursos do *O Estado de S. Paulo* em torno dos Acordos MEC-USAID, diante dos quais o periódico tenta promover um consenso sobre a aceitação do projeto de modernização do USAID reproduzindo apenas opiniões favoráveis sobre o acordo. Siqueira (2012), por sua vez se concentrou principalmente na investigação do movimento estudantil na Guanabara por meio do *Correio Carioca* e do acervo do matutinoque se tornou um dos agentes que promoveram uma imagem de vanguarda e heroísmo desses estudantes. A pesquisa dialoga com a obra de Valle (2007) que prioriza o uso do *Correio Carioca*, mas também utiliza revistas e a imprensa estudantil para compreender os eventos que envolveram estudantes e a ditadura civil-militar entre 1964 e 1968.

Mesmo a imprensa não pedagógica e diária sendo amplamente manuseada nas pesquisas, ainda pouco se problematiza as questões teórico-metodológicas dessa fonte, esse problema foi percebido por Campos (2012, p. 56), quando afirma que "vive-se, na verdade, situação de legitimidade 'emprestada' dos trabalhos consolidados em torno das revistas pedagógicas, estas sim, há muito validadas pelo campo".

Porém, as revistas pedagógicas são diferentes, principalmente em relação aos diários, devido à periodicidade, ao público e à longevidade, assim como a estrutura técnica e econômica. Isso mostra o desafio e as lacunas enfrentados pelas pesquisas que utilizam os periódicos diários. Essas questões serão retomadas ao longo do desenvolvimento desta tese, conforme tais particularidades se confrontarem com a análise dos textos e dos discursos periódicos.

A seguir, se propõe a discorrer sobre os conceitos basilares que se fundamentam, principalmente, no referencial teórico-metodológico dos processos sociais de Norbert Elias. O autor influencia a ideia de escolarização compreendida como prática mediadora das relações sociais que passam a formar e agregar em torno de si pessoas e instituições com interesses

comuns, as quais formam as figurações escolarizadas que geram e reproduzem códigos sociais públicos. Também, se apresenta outros conceitos fundamentais para a pesquisa, como figurações, representações, estabelecidos/*outsiders* e *habitus*.

1.3 FIGURAÇÕES ESCOLARIZADAS E OUTROS CONCEITOS

Apesar de analisar as figurações escolarizadas em um campo social específico no tempo e no espaço, não se pode desconsiderar o caráter global da escolarização estabelecida a partir dos padrões modernos de escola que estão além dos muros nacionais e compõem parte da engrenagem do processo civilizador, desenvolvido em diferentes níveis. A escolarização se legitima nas sociedades pós-industriais cada vez mais dependentes da cultura escrita, da aprendizagem por símbolos e da internalização do controle. Assim além de contribuir com a integração social e a governabilidade ela também perpetua a hierarquização e a distinção social.

A forma escolar também é moldada por autoridades e grupos estabelecidos que se interessem em controlar seus governados, muitos dos quais estudantes e docentes. Por isso, ao promoverem a inevitável integração escolar dos marginalizados, fazem-no dentro de uma formalização autoritária e precária. Dessa forma, percebe-se a escolarização como uma prática de socialização que visa adiar os conflitos sociais entre governantes e governados ao criar uma estrutura de espera em que as pessoas permanecem por longos períodos de tempo em relações hierarquizadas em rituais que reforçam um discurso homogeneizador baseado na sensação de aquisição de direitos e na expectativa de ascensão social, as quais fortalecem o conformismo.

Desde a Revolução Francesa, intensificou-se o empenho das elites, dos intelectuais, dos políticos e da imprensa na defesa da escolarização, vista como recurso de controle e previsibilidade imprescindível para a governabilidade. Diante do processo de valorização, massificação e ampliação de suas funções, a escolarização passa a influenciar cada vez mais a vida dos sujeitos, tornando-se um dos pilares modernos do processo civilizador ocidental. Assim, a escolarização voltada à construção da nação e, posteriormente, o desenvolvimento nacional e pessoal se naturaliza na estrutura social e na personalidade coletiva e individual.

Wouters (2009) aponta a tendência de que gradualmente estratos sociais, cada vez mais amplos, anseiam por adotar os modelos desenvolvidos pelos socialmente superiores, que os compelem a novas formas de distinção. Essa tendência do processo civilizador pode ser vista no avanço da escolarização que se forma como prática de distinção de grupos restritos, e aos poucos se expande para as massas.

Da mesma forma ocorreu no nível interestatal, quando a escolarização se fixou como padrão comportamental-emocional consensual nos países que se consideravam e eram considerados "superiores", e foi seguida pelos que se consideravam ou eram considerados "inferiores". Essa ampliação não impede as figurações estabelecidas em posições de maior poder continuem a criar mecanismos de hierarquização por via da escolarização, que se renovam com uma marginalização mais sutil. No Brasil, a escolarização se forma a partir de um longo processo iniciado no século XIX, e progressivamente conquista um lugar social legítimo que influencia não apenas o interior das instituições escolares, mas se irradia para a sociedade (Faria Filho, 2002). Nesse processo, se observa que à medida que o Estado se fortalece, cresce a sua influência sobre a escolarização.

O termo "escolarização" é compreendido por Faria Filho *et al.* (2004) como um processo gradual de produção de referências sociais que possui a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, enquanto eixo articulador de sentidos e significados, o que gera influências sociais, culturais e políticas. Ao focar o termo no sentido das suas consequências sociais e culturais, relaciona-se diretamente à crescente utilização de referências escolarizadas, como critérios de reconhecimento de "competências". Além disso, a escolarização no mundo moderno ocorre a partir de agenciamentos que visam fortalecer as estruturas de poder estatais.

O conceito de figurações escolarizadas, que incluem a educação formal exercida nas escolas e nas universidades, constitui-se a partir da perspectiva teórico-metodológica de Elias (2001). O autor cunha o conceito de figuração para superar os estudos concentrados na dicotomia entre sociedade e indivíduo. Segundo ele, as mudanças e as permanências sociais não são fruto de um planejamento individual ou acidental, mas sim da relação entre os homens, que, movidos por interesses e disputas de poder, ligam-se de modo a formarem e sustentarem as figurações das quais participam. Para pensar de forma figuracional, é preciso colocar o problema das interdependências como central, cuja principal indagação é: como as pessoas se conectam (Elias, 2018)? Para Elias (1994, p. 171), as "figurações representam o todo, formado a partir das interdependências entre os indivíduos".

> Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que à vontade ou a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador [...] A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo da figuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente pela ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidade recíprocas socialmente geradas, elas existem, apenas como pluralidades, apenas com figurações (Elias, 1993, p. 194).

De acordo com Elias (2018), o entendimento do comportamento individual precisa começar pelo estudo da sua interdependência e de sua estrutura social, ou seja, das figurações que forma com outras pessoas, as quais são mutáveis e possuem um equilíbrio flutuante. O autor enfatiza que o conceito de figuração pode ser aplicado tanto para grupos com milhões de habitantes como os países que precisam ser abordados indiretamente a partir da análise dos elos de interdependência, quanto a grupos pequenos, como "professores e alunos numa aula, médico e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais num bar, crianças num infantário" (Elias, 2018, p. 143).

Outro exemplo dado por Elias (2018) é um jogo de cartas ou de futebol, no qual os jogadores são interdependentes, condição prévia à formação da figuração. A interdependência entre os jogadores pode ser entre aliados ou adversários, mas em ambos se estabelece uma relação social entre si. Desse modo, o jogo pode ser visto como uma estrutura social com hierarquias, imagens, crenças e regras sociais. Na perspectiva figuracional, o padrão de modelos tradicionais com explicações unilineares e causais, não é capaz de compreender as mudanças ocorridas nas figurações, sem uma investigação retrospectiva das figurações que as precedem. Sem essa referência ao fluxo de figurações que as produziu, é impossível compreender e explicar a interdependência das posições e o significado a elas atribuído em um dado momento (Elias, 2018).

Na obra seminal *O processo civilizador*, Elias (1993; 2011) não define exatamente o termo "código social", que fica implícito como um conjunto de regras e convenções que regulam o comportamento de uma sociedade e do Estado, com o objetivo de mediar e pacificar as relações sociais, canalizando as pulsões, a fim de torná-las mais previsíveis e minimizar os confrontos. Assim, o código social, segundo Elias (1998), rege a conduta e a sensibilidade de um grupo humano e estabelece o nível de controle interno e externo de acordo com o desenvolvimento social. O autor exemplifica essas particularidades, ao destacar que o código social dos grupos humanos primitivos possuía oscilações enormes, que iam vão de um grau intenso de prazer à dor e vice-versa. Isso é diferente nos grupos mais avançados no processo civilizador, nos quais as oscilações são mais moderadas, devido ao desenvolvimento de uma autodisciplina mais restrita e de uma liberação controlada.

Elias (2011) pesquisa a sociedade cortesã na qual os códigos de condutas que representam o modo de ser de cada grupo (cortesão, burguês, trabalhador) variavam conforme a posição social, a figuração e o avanço da civilização. Se antes possuíam um caráter informal ou oral, gradualmente passam a se formalizar e dividir a vida dos seres humanos entre a esfera

íntima e a pública. Tal divisão, aceita como natural, se torna um *habitus* tão compulsivo, que a consciência mal percebe. Ou seja, a separação entre o que é publicamente permitido ou não, atinge e transforma a estrutura da personalidade.

O processo civilizador se caracteriza pela aprendizagem da contenção dos impulsos (violência, sexualidade, alimentação, emoções), a fim de mitigar as ameaças a si e aos outros e estabelecer uma convivência social. Ou seja, o processo civilizador pode ser compreendido como a história das transformações dos códigos sociais, que são os conteúdos normativos escritos ou não (cavalheiresco, cortesão, burguês). Ao se tornarem práticas, eles afetam a estrutura psíquica. Nesse processo, forma-se o *habitus*, ou seja, a internalização das normas expressa nos corpos e nas emoções.

Assim, o processo civilizador é um contínuo de transformações históricas que modifica as sensibilidades e o comportamento, no qual funcionam as inúmeras figurações, como as escolarizadas. Para compreendê-las em um contexto social específico, é necessário observar os códigos sociais dos grupos e do país, que, para Elias (1993), são as relações sociais estabelecidas, principalmente na infância e na juventude, e cujas marcas são impressas na personalidade. A partir desse momento, o equilíbrio resultante das instâncias controladoras e das pulsões determina como a pessoa se orienta em suas relações, "em suma, determina aquilo que chamamos, segundo o gosto, de hábitos, complexos ou estrutura da personalidade" (Elias, 1993, p. 205).

Como se notou, a perspectiva teórica-metodológica elisiana parte da concepção da imprescindibilidade do passado e das interdependências humanas para compreender os problemas sociais. Nesse sentido, em vez de se calcar na experiência individual, o pesquisador deve partir do código social do grupo que grava sua marca no comportamento e na sensibilidade dos indivíduos até se tornar *habitus*, ou seja, estrutura social da personalidade (Elias, 1998; 2011). Nesse sentido, o *habitus* social comum dos indivíduos (linguagem e modelos específicos de civilização ou autorregulação) forma uma unidade de subsistência (tribo ou Estado) que mediante o aprendizado absorve uma linguagem comum, na qual se encontra o *habitus* social da sensibilidade e do comportamento dos membros (Elias, 2006).

Portanto, é a estrutura social da personalidade que produz e modifica os códigos sociais. Ao abordar o *habitus* alemão, Elias (1997) demonstra que os problemas do passado são importantes para o presente, porque muitos ainda não foram resolvidos e, além disso, o conhecimento pode ajudar a construir o futuro. Esse passado se reflete tanto no *habitus* dos indivíduos quanto no do país. Assim, práticas específicas de certos grupos, como os duelos realizados por confrarias estudantis alemãs, podem influenciar o *habitus* nacional.

> Era um "*habitus*" humano cruelmente implacável. Quem se revelasse um fraco era tido na conta de um ser insignificante. Basicamente, as pessoas eram educadas para ridicularizar e bater duro sempre que se apercebiam de que tinham pela frente uma criatura mais fraca, tornando-a imediata e inequivocamente consciente da superioridade dos adversários e de sua própria inferioridade. Não proceder assim era um sinal de fraqueza — e a fraqueza era desprezível (Elias, 1997, p. 106).

Como mostra o autor, a profunda consolidação dos códigos na personalidade dos membros se converte para eles em uma segunda natureza, o que os identificava como pertencentes aos estabelecidos e vistos como superiores, principalmente por viverem em uma sociedade na qual as elites dependiam das vitórias nas guerras para manter sua supremacia social.

No Brasil, as elites desenvolveram o *habitus* político de recorrerem sucessivamente a ameaças e intervenções civis e militares[5]. Esse desenvolvimento sugere o uso da força do Estado como uma ferramenta contra aqueles com ideias e práticas divergentes, além de demonstrar a dificuldade social de resolver os problemas políticos, sociais e econômicos, por meio do diálogo, das negociações e das eleições, ou seja, de praticar relações mais democráticas. Assim, os momentos de instabilidade e polarização política abrem espaços para crenças, discursos, práticas que reclamam uma ruptura legal ou institucional por meio do uso da força, com o objetivo de cessar os debates e as movimentações sociais. Isso nega à sociedade a oportunidade de apreender e praticar o autocontrole político, pois tal experiência é reiteradamente substituída pela preponderância da coerção e da violência entre os opositores.

Souza (2022) chama esse *habitus* de "culturas dos golpes", que não se restringe à esfera política, mas está relacionada à cultura de todo o país. Por sua vez, Elias (1994, p. 150) destaca que nas nações ditatoriais "o controle recíproco entre dominante e dominados é tão fraco", que a margem de decisão dos sujeitos é "relativamente restrita", especialmente na vida pública, na qual o controle externo supera o autocontrole. Esses regimes desenvolvem um *habitus* social específico nos indivíduos, que se tornam tão adaptados e dependentes do controle externo, que mesmo após o término do regime, tendem a perpetuá-lo na sua estrutura de personalidade. Isso leva os sujeitos a procurarem restabelecer o controle externo, buscando um líder forte.

[5] Para exemplificar, o golpe contra Dom Pedro II gerou o monopólio político das elites oligarcas, e, posteriormente, o golpe contra essas oligarquias originou a ditadura do Estado Novo em 1937. Não muito distante, na década de 1950, houve ameaças e tentativas de golpes contra a posse e o governo de Juscelino Kubitschek, e em seguida a tentativa de autogolpe de Jânio Quadros. Essa atmosfera impregnada pelo golpismo gerou, na década de 1960, a formação de grupos que primeiro tentaram impedir a posse legítima do vice-presidente João Goulart e, depois, o acusaram de pretensões golpistas, para justificar o próprio golpe civil-militar de 1964. Esse golpismo se relaciona com o *habitus* autoritário, que de tempo em tempos emerge como solução para resolver os problemas políticos e sociais brasileiros. Essa permanência assinala que ele ainda se entranha na personalidade coletiva, aflorando-se em tempos de crise.

Fausto (2001) destaca que a “tentação autoritária” esteve presente na política brasileira desde o fim da ditadura do Estado Novo. Para o autor, uma das características do autoritarismo era a preocupação com o enquadramento das massas, pois não aceita as mobilizações sociais e a oposição política. Ao estudar a educação durante a ditadura civil-militar, Germano (1993) explica que o comportamento autoritário dos novos governos tentou controlar amplos setores da sociedade civil, fechar as instituições representativas de trabalhadores e estudantes e eliminar os antigos partidos políticos, além de excluir a população da política e aumentar o domínio sobre a economia.

Por sua vez, Chaui (2013) concorda que o autoritarismo brasileiro se reforçou a partir do golpe civil-militar de 1964. Porém, afirma que o Brasil ainda é uma sociedade autoritária, e uma das características que atestam essa permanência é o “combate as formas de luta e de organização sociais e populares”. Apesar da aparente fluidez, a sociedade se estrutura de modo hierarquizado e tutelado na forma de um Estado fundante e de práticas de favores. A autora percebe que a própria memória brasileira é autoritária, porque a memória política que se transmite privilegia as ações do Estado em detrimento da atuação dos movimentos sociais e populares. Junto a isso, o autoritarismo brasileiro se caracteriza por apontar o seu caráter excepcional e estritamente relacionado às práticas do regime político, o que busca omitir a natureza autoritária da própria sociedade brasileira.

Concordando com Souza (2016, 2022) e Chauí (2013) que analisam o *habitus* autoritário brasileiro se compreende que ele não se resume a práticas como golpes, intervenções e regimes ditatoriais em tempos excepcionais, mas está arraigado na estrutura do Estado e na personalidade em tempos de regimes não ditatoriais. Isso está intrínseco nas relações cotidianas e nas práticas da sociedade. A estrutura política é um lugar privilegiado para o exercício do controle externo e afeta principalmente figurações como as escolarizadas que abrigam amplos e crescentes contingentes humanos em processo de formação e aprendizagem, o que envolve a apreensão de crenças e códigos sociais que condicionam os comportamentos e as emoções úteis para modelar a sociedade e estabelecer a governabilidade.

Dentre vários objetivos, instaurar uma ditadura visa marginalizar grupos cujos projetos e crenças que divergem dos de outros grupos. Essa intolerância impede conviver com a oposição e estabelecer relações de negociações, principalmente quando a pauta intenta diminuir as desigualdades. Nesses casos, os grupos com maior grau de poder optam por inferiorizar ou demonizar o outro, para excluir e tutelar seus adversários, manipulando crenças que tendem a reforçar sua superioridade e a necessidade de se estabelecerem como um poder de salvação.

A permanência dessas características em uma sociedade ocasiona uma maior tendência para a restauração de regimes ditatoriais. Nessas sociedades, mesmo entre os grupos relativamente aceitos e com recursos aparentemente legais ou democráticos, o diálogo é fraco e a negociação, ineficiente, além de as formas de participação serem restritas. Dessa situação, formam-se relações marcadas pelo conflito e pela tensão, atravessadas por contradições constantes que afetam a efetividade dos códigos sociais mais democráticos reconhecidos como legítimos e compartilhados pela maioria da sociedade. Assim, ao investigar os códigos, além de visualizar as relações interdependentes, é possível encontrar pistas para compreender os problemas enfrentados por esse tipo de sociedade.

Os códigos sociais de um grupo ou país revelam as expressões mais visíveis e organizadas do *habitus*, porque direcionam as dinâmicas sociais. Por essa razão, a pesquisa se concentra em investigar os códigos sociais, especificamente os que se manifestam na esfera pública, com o objetivo de demonstrar a insatisfação de grupos. A partir de então, eles serão denominados códigos sociais públicos reivindicatórios, conceito cunhado a partir das concepções elisianas.

Os códigos sociais públicos reivindicatórios são considerados um conjunto de regras (formais e informais) e expectativas que regulam o comportamento e as emoções das pessoas que visam se legitimar e atingir seus objetivos por meio deles ou os modificando-os, de modo a se tornarem favoráveis aos seus objetivos de grupo. Eles não são apenas coerções externas, porque se constroem e se justificam a partir do *habitus* social e nacional incorporado pelos indivíduos e (re) produzido durante o processo civilizador, que precisa de um alto nível de consenso social.

Ao abordar comportamentos e emoções durante o século XX, a pesquisa compreende que a tendência do processo civilizador de separar a esfera pública e a esfera privada faz parte dos mecanismos de autocontrole e relaxamento desenvolvidos pelos seres humanos, para lidar com a intensificação dos rituais formalizados, que partiram das cortes e se difundiram para a maioria das figurações atuantes nos espaços públicos. Portanto, há as especificidades dos comportamentos e das emoções públicas que se externam com muito controle e intencionalidade ao utilizarem os espaços e códigos nas lutas de poder.

Os códigos sociais públicos reivindicatórios selecionados na pesquisa se desenvolvem em espaços públicos por excelência, como escolas, universidades, órgãos públicos, imprensa, ruas. Além disso, eles geralmente se distinguem dos códigos praticados na vida privada, lugar em que as abordagens, de acordo com Vainfas (1996), se concentram principalmente em aspectos da familiaridade, da domesticidade e da intimidade. Foi no século XVIII, que a

distinção entre o público e o privado se intensificou, e o público se desprivatizou com o gradual fim da Idade Média. No decorrer do século XIX, essa distinção se desenvolveu a partir da formação e da disseminação do *habitus* burguês, com o qual o privado passa a se referir ao que ocorre na casa de um particular. Apesar das sucessivas mudanças de sentidos, o público agora se associa ao que é manifesto e, por contraste, se opõe aos comportamentos de intimidade (Duby, 2009).

Apesar do crescimento da vida privada após a Revolução Francesa, a privacidade é posta sobre suspeita, pois é onde aconteciam os complôs. Já a vida pública "postula a transparência; ela pretende transformar os ânimos e os costumes, criar um homem novo em sua aparência, linguagem e sentimentos, dentro de um tempo e de um espaço remodelados, através de uma pedagogia do signo e do gesto que procede do exterior para o interior" (Perrot, 2009, p. 15). A vida privada e a pública, segundo Prost (2009), não são realidades naturais, mas sim históricas, construídas de diversas maneiras e diferentes sociedades, entre ambas o que existe é um recorte variável da atividade humana.

Para Habermas (2003, p. 40), embora possua variedade de sentidos, o público é visto como o lugar em que se expõem os juízos, sendo uma esfera de poder para onde as pessoas se dirigem, a fim de "obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública". O autor abordou a esfera pública desde a década de 1960, e destacou a sua função de integração social, principalmente por meio da integração política, forma que considerava capaz de salvaguardar a existência da comunidade democrática. Ao aperfeiçoar a definição de esfera pública, Habermas (1997) destacou que ela não pode ser entendida como uma instituição ou organização, pois não se constitui como uma estrutura normativa ou sistema. Porém, pode ser definida como uma rede comunicacional de conteúdo, tomadas de posições e opiniões, onde se filtra e sintetiza os "fluxos comunicacionais".

Logo, as opiniões se transformam em opinião pública quando surgem pelo amplo assentimento. Por sua vez, uma opinião pública não constitui um agregado de opiniões individuais pesquisadas ou manifestadas privadamente. As estruturas comunicacionais da esfera pública aliviam o público da necessidade de tomar decisões reservadas às instituições, onde se travam as lutas por influência. As opiniões públicas são potenciais de influência para interferir nos comportamentos e que podem se transformar em poder quando as convicções atingem sujeitos com capacidade de decisão, ou seja, quando passam por processos institucionalizados.

A esfera pública, segundo Habermas (1997), revela o sofrimento de pessoas privadas, assim, esse lugar retira seus impulsos dos problemas sociais que atingem os sujeitos. Embora

na esfera pública só seja possível exercer influência, as forças que atuam fora do sistema político podem utilizar a esfera pública mobilizada, para pressionar a opinião pública para ganhar espaço na agenda pública, o que pode garantir força suficiente para tentar mobilizar o poder decisório em prol de demandas de grupos.

Porém, para Habermas (1997), esse modelo pode predominar em sociedades mais igualitárias. No entanto, em situações de crise, atores da sociedade civil podem tomar consciência da gravidade da situação e assumir funções ativas. Às vezes, para o tema sair da periferia e se tornar parte da agenda pública, é necessário realizar o que o autor chama de "ações espetaculares, de protestos de massa e de longas campanhas". O conceito habermasiano de esfera pública e as concepções de códigos sociais colocadas em funcionamento na obra elisiana contribuem para a análise do problema de pesquisa, porque refletem sobre as intenções das sociabilidades públicas e sua função nas disputas de poder.

Com esse respaldo, os atos reivindicatórios que emergem das figurações escolarizadas podem ser manifestações comunicacionais civilizadas das tensões sociais e das disputas de poder. São momentos em que as relações sociais se baseiam em um conjunto de *habitus* sociais, políticos e nacionais que expressam comportamentos e emoções públicas de insatisfação a partir de padrões ora aceitáveis, ora contestados. Assim, nos códigos sociais públicos reivindicatórios das figurações escolarizadas, destaca-se o *habitus* político no qual os sujeitos, mesmo ao exercerem pressões contra as instâncias de poder institucionais, precisam se manter no autocontrole exigido pela esfera pública que visibiliza os códigos sociais e suas intenções.

Esse ato pode legitimar os interesses e os problemas sociais privados de grupos específicos, ao transformá-los em demandas públicas e canalizá-las em comportamentos disciplinados e cerceados por regras e julgamentos. Esse processo de formalização que cria a esfera pública tentou apartá-la da vida privada, a fim de conter os impulsos e as paixões agressivas. A esfera pública visibiliza os códigos sociais como as manifestações, os protestos, os posicionamentos, as assembleias e outros atos coletivos públicos que são resultado de um longo processo civilizador que tenta equilibrar o impulso agressivo frente à insatisfação e à necessidade de legitimação social.

Em momentos de crise como a ditadura civil-militar brasileira, a comunicação entre sociedade civil e Estado é afetada pela intensificação da violência física e da (auto)censura. Assim, a função democrática da esfera pública é reduzida ou extinta diante do processo civilizador que oscila entre a intensificação do autocontrole e os impulsos violentos.

Os códigos sociais públicos reivindicatórios se constituem em dados centrais para compreender as mudanças ou as permanências na personalidade social, pois orientam e regulam

as relações entre as pessoas, com o objetivo de atender aos interesses das figurações e de seus integrantes além de indicar aspectos do comportamento social diante dos conflitos. Ao analisá-los em movimento, observa-se que são instrumentos em constante transformação, concebidos como padrões de ação, mas também dotados de flexibilidade frente às conjunturas, sendo, portanto, produtos das tentativas de equilíbrio de poder.

Logo, os códigos sociais públicos reivindicatórios oferecem ao pesquisador pistas sobre as posições e as disputas de poder, bem como sobre as relações estabelecidas entre os membros da figuração. Eles também refletem os processos de formação, transformação e manutenção dos comportamentos e das emoções que caracterizam uma determinada conjuntura inserida em um *habitus*. Em outras palavras, os códigos constituem uma via de acesso à compreensão da sociedade, por meio de práticas grupais, ao permitir a identificação da diversidade de desejos, necessidades e ações.

Compreender os legados internalizados, muitas vezes esquecidos ou silenciados, mas ainda presentes nas práticas, é fundamental para entender a continuidade e a mudança histórica que envolvem o processo de escolarização e o desenvolvimento social. Isso porque desmistificar concepções educacionais naturalizadas e evidenciar a construção das representações contribui para o avanço do conhecimento sobre a formação das imagens “nós”/ “eles” e dos problemas sociais, assim como sobre a forma como se relacionam com as disputas de poder que envolvem a escolarização. Para tanto, é necessário ampliar o olhar e direcioná-lo ao passado que continua a se manifestar.

A integração e a diferenciação da massa social dentro das figurações escolarizadas foram processos de longo prazo que se concatenam com um projeto de Nação específico, junto com as relações transnacionais, que se movimentam desde o período imperial no Brasil do século XIX, mas que se expandem durante a ditadura civil-militar da segunda metade do século XX. Isso ocorreu a partir de mudanças na estrutura social (urbanização, industrialização, pressões nacionais e internacionais) e na formação de uma estrutura de personalidade que passou a acreditar que a escolarização era a condição principal para a sobrevivência, a ascensão social e o desenvolvimento cultural e econômico. Desse modo, as figurações escolarizadas formam sujeitos que nela se fixam por períodos cada vez mais longos durante a vida. Assim, são nelas que os seres humanos desenvolvem grande parte dos mecanismos de autocontrole que podem ser percebidos por meio dos códigos sociais.

Para compreender essas figurações por meio dos códigos sociais públicos reivindicatórios, é preciso lembrar que, embora representem práticas relativamente consensuais e legitimadas para a consecução de objetivos sociais, eles estão em constante transformação,

em função das dinâmicas do contexto social e histórico. Por tratarem de práticas inseridas em relações sociais e voltadas à comunicação e à conquista de espaços, esses códigos são atravessados por disputas de poder dentro e entre as figurações. Eles publicizam as posições de poder, a diferenciação, a integração ou a marginalização, bem como as imagens de estigmatização e os sentimentos de superioridade ou inferioridade.

Tais representações reverberam na modelação dos sujeitos e influenciam suas práticas (ou a ausência delas), assim como sua relação com os símbolos sociais de poder. Dessa forma, os códigos são formados em torno dos símbolos sociais construídos ao longo do processo civilizador e misturam *habitus* nacionais e de grupo com valores transnacionais que circulam entre as diversas nações.

Para Elias (2002), os símbolos sociais podem ser apropriados na leitura, expostos na escrita, na fala, nos comportamentos e nas emoções. Existem símbolos que não precisam de padrões sensoriais, pois são manipulados por meio de uma linguagem silenciosa no pensamento adquirido no processo de aprendizagem. Essa linguagem silenciosa pode ser sempre transformada na linguagem falada ou escrita. Ou seja, para a comunicação e a orientação acontecerem, é preciso saber o significado dos símbolos, o que também é aprendido. Assim, para as pessoas formarem figurações, praticarem os códigos, valorizarem os símbolos, construírem estruturas sociais e modelarem suas personalidades, elas dependem do processo de aprendizagem, que é ativado socialmente.

Logo, a pesquisa abre espaço para se compreenderem as figurações escolarizadas, como lugar em que se ativa a aprendizagem, por meio de símbolos que contribuem com o processo civilizador, cujo cerne é, segundo Elias (2002), a aprendizagem biossocial. Dessa forma, as pessoas estão conectadas a um processo contínuo de aprendizagem individual e de transformação do patrimônio social do saber. A educação escolarizada se torna o símbolo social que representa a dependência dos seres humanos de aprender socialmente para garantir a sobrevivência da espécie e manter o processo de desenvolvimento social.

De acordo com Elias (1993; 2006), o desenvolvimento do processo civilizador em sociedades complexas, diferenciadas e interdependentes, como as sociedades pós-industriais da modernidade, é caracterizado por avanços civilizatórios e recuos incivilizatórios perceptíveis a curto e médio prazo. No entanto, o processo também apresenta tendências de longa duração, como a pacificação, o aumento da interdependência, a intensificação da competição, a informalização das relações sociais e o crescimento do autocontrole.

A teoria elaborada por Elias (1993, p. 195) busca compreender as “mudanças específicas na maneira como as pessoas se prendem umas às outras e que lhes modelam a personalidade de

uma maneira civilizadora". O processo civilizador não resulta de um planejamento consciente, mas segue uma lógica própria, marcada por uma ordem específica. As transformações no comportamento humano, no sentido da civilização, são produzidas "pelo fluxo e refluxo dos acontecimentos" (Elias, 1994, p. 49), revelando a complexidade dinâmica das relações sociais ao longo do tempo.

Ao entender a centralidade das figurações escolarizadas para a manutenção e o funcionamento das sociedades modernas pós-industriais, defende-se que os códigos sociais públicos em torno desse símbolo podem oferecer indícios significativos sobre a conexão entre a estrutura social e a estrutura da personalidade, sobretudo em contextos de crise, violência e desequilíbrio de poder, quando há uma interferência abrupta na estrutura social e uma intensificação do controle externo. Isso porque nesses momentos o processo de transformação social e psíquica tende a se intensificar.

Como dito, a pesquisa abrange o período posterior ao golpe civil-militar de 1964 no Brasil, período marcado pela continuidade do processo de industrialização e urbanização, bem como pela implementação de um projeto de modernização autoritária e conservadora. Este projeto, segundo Motta (2014, p. 12), expressa experiências históricas que configuram "processos de mudança contraditórios, em que o novo negocia com o velho, que mantém em vigor e atualiza certos traços do passado, enquanto outros são transformados".

Por sua vez, Ridenti (2003) destaca que essa modernização autoritária na área da educação gerou a massificação. Nesse contexto de crescente complexificação e diferenciação da sociedade, surgem novos cargos e posições sociais a serem ocupados, ao mesmo tempo em que se intensificam as aspirações de inserir o Brasil no grupo dos países considerados desenvolvidos, civilizados e educados. O movimento de expansão da escolarização aparece como uma resposta social às demandas geradas que reivindicavam a integração social pela via educacional. Embora esse processo tenha raízes históricas profundas, que remontam ao período imperial, foi na década de 1960 que as mudanças na estrutura social e na personalidade convergiram para diminuir o número de não escolarizados.

Dentro dessa questão, é preciso abordar que o processo de escolarização marginaliza grandes contingentes populacionais desde o início da sua institucionalização. Essa estrutura social que forma escolas e universidades gerou relações do tipo estabelecidos-*outsiders*, marcadas pelo conflito e pela estigmatização, qur integram as diversas figurações escolarizadas, como as estudantis, as docentes e as políticas.

Elias e Scotson (2000) utilizam o conceito de estabelecidos-*outsiders* para fazer uma microanálise de curta duração. No estudo em que investigam o bairro inglês Winston Parva, os

autores percebem que esses resultados dialogam com as tendências das macroanálises. Nas relações do tipo estabelecido-*outsiders*, os estabelecidos ocupam posições de prestígio e poder, e se autopercebem e são reconhecidos como uma "boa sociedade", os mais poderosos e melhores. Essa identidade social constrói-se a partir de uma combinação de tradição, autoridade e influência. Portanto, funda-se o poder no fato de serem um modelo moral e promotores de um comportamento distintivo, ou seja, a "minoria dos melhores". Já os *outsiders* são a "minoria dos piores", os "não membros da sociedade" da "boa sociedade", e se caracterizam por serem um conjunto heterogêneo/plural com laços sociais mais frágeis. Por isso, não possuem um estatuto de grupo, pois não são um grupo social (Neiburg, 2000).

Os grupos dominantes com uma elevada superioridade de forças constroem um carisma grupal que usufruem e distribuem aos que se inserem no grupo. O preço de pertencer é a submissão às normas do grupo. Costumeiramente, os membros dos grupos *outsiders* são tidos como não observantes a essas normas, vistos como anômicos e como uma ameaça, pelo desrespeito às normas e tabus coletivos, cuja observância sustenta o *status*, o orgulho e a identidade do grupo estabelecido (Elias; Scotson, 2000).

Segundo Elias e Scotson (2000), a sociodinâmica da relação entre grupos interligados na condição de estabelecidos- *outsiders* é determinada por sua forma de vinculação, que só se consegue aprender quando se discerne que grupos e pessoas estão aprisionados no vínculo duplo, ou seja apesar do diferencial de poder entre estabelecidos-*outsiders* ser grande, quando os grupos *outsiders* são necessários ou possuem alguma função para os grupos estabelecidos, o vínculo duplo começa a funcionar mais abertamente. E quando a desigualdade da dependência diminui, o equilíbrio de poder pende um pouco a favor dos *outsiders*.

Apesar de ampliar a força do Estado e do autoritarismo, a nova dinâmica sociopolítica instaurada pela ditadura civil-militar no Brasil herda uma relação entre governantes e governados na qual a distância de poder entre eles havia diminuído, a ponto de as pressões sociais da população em torno da escolarização gerarem conflitos abertos, especialmente entre estudantes e autoridades do Estado e das instituições de ensino. Exemplo disso são as manifestações de grupos de universitários que passaram a contestar as normas e os valores dos grupos estabelecidos, e até conseguiram atingir a sua "imagem nós" ideal, sendo vistos como uma ameaça a ser combatida.

Nesse cenário, as figurações escolarizadas herdaram deficiências estruturais anteriores ao novo regime político, como os altos índices de analfabetismo, a escassez de vagas, o processo admissional, a falta de infraestrutura e de materiais didáticos, a baixa remuneração, a formação e a profissionalização precária para dos professores, os protestos estudantis e as anuidades

escolares. Porém, ao mesmo tempo, criaram problemas que decorreram das próprias práticas ditatoriais, como a violência institucional, as prisões políticas, as ameaças, a despolitização, a restrição das liberdades, a censura e diversas proibições.

Como a pesquisa utiliza as representações como forma de observação, é fundamental destacar que esse conceito se insere na teoria simbólica de Elias (2002), que aborda a capacidade humana de criar representações simbólicas, armazenar conhecimento na memória e transmiti-lo entre gerações por meio de símbolos. Esse traço distintivo do processo civilizador não abrange apenas o conhecimento, mas também os padrões de comportamento e as emoções. Nessa perspectiva, é essencial compreender que a fala, a escrita, a leitura, a escuta, o pensamento e o conhecimento estão intrinsecamente articulados e se desenvolvem por meio de símbolos sensoriais e abstratos. Isso porque os símbolos não se limitam a palavras isoladas, mas abrangem também frases, ideias e pensamentos. A representação simbólica só pode ser plenamente compreendida a partir da função que os símbolos exercem para os seres humanos. Em outras palavras, eles atuam como instrumentos de orientação e comunicação, podendo ser compartilhados tanto por aliados quanto por adversários.

Um exemplo dado por Elias (2002) é o mapa de uma cidade, que é uma representação simbólica da realidade. Ou seja, embora o mapa possa cometer erros, para reconhecê-lo, não é necessário duvidar da correspondência entre símbolo e realidade. Além disso, há um esforço contínuo de autores e editores em corrigi-los, especialmente quando o mapa é produzido para fins de comercialização. A relação entre uma cidade e seu mapa é, portanto, a relação entre algo que existe concretamente e sua representação simbólica. Para construí-lo, é necessário “elevar-se mentalmente a um nível de síntese acima da sua existência imediata” (Elias, 2002, p. 3-4), ou seja, adotar uma perspectiva mais abrangente e mediada pela abstração simbólica.

As línguas e os objetos (botões, camisas, escadas e bicicletas) necessitam de uma representação simbólica padronizada como condição para que as pessoas se comuniquem sobre eles. Uma mesa existe como objeto de uma representação simbólica, segundo os termos de um símbolo social coletivo e como objeto no tempo e no espaço. Seria um erro separar cada um desses meios de localização dos objetos ou considerá-los como incompatíveis. As versões generalizadoras dos símbolos, como “mesa”, são úteis para os seres humanos se orientarem, quando diagnosticam objetos particulares, para determinar a sua natureza e o seu lugar entre os acontecimentos do universo.

Além disso, os símbolos possuem uma função como meio de comunicação que permite às pessoas discutirem entre si problemas de objetos específicos, mesmo quando eles não estão presentes. Os seres humanos dependem do uso de símbolos sociais de objetos que existem

independentemente dos seres humanos. Assim, a existência de um símbolo sonoro/visual para designar o Sol ou a Lua não exclui a possibilidade desses astros existirem de forma independente. Além disso, o ser humano compreende tal diferença de existência e representação (Elias, 2002).

> Mas a relação entre as representações simbólicas, sob a forma de frases, e o que elas representam é complexa. As frases e, ainda mais, os tecidos de frases podem ajustar-se ao que eles tentam representar de forma total ou parcial. A necessidade de símbolos comunicáveis não está também circunscrita a objetos tangíveis particulares. Ela alarga-se a todo o fundo de conhecimento de uma comunidade linguística e, em última instância, à humanidade, incluindo funções, situações, processos e os próprios símbolos. Assim, todas as línguas conhecidas proporcionam àqueles que as utilizam como meios de comunicação símbolos que lhes permitem afirmar, de forma inequívoca, se as declarações que eles produzem entre si se referem aos emissores ou aos receptores da mensagem, e se lhes são dirigidas pessoalmente ou como membros de um grupo (Elias, 2002, p. 5).

Para investigar essas representações, esta tese utiliza como fonte histórica dois periódicos diários: *Jornal do Brasil* e *Folha de Londrina*. Com o aporte teórico-metodológico de Elias (2002), as representações simbólicas dos periódicos possuem um modo de existência diferente dos fatos sociais que foram vividos pelas figurações escolarizadas, mas não são contrastados. Enquanto mercadoria, os periódicos fazem parte do mesmo nível de realidade a que pertence a sociedade que eles representam, mas enquanto representações simbólicas das relações sociais estão, ao mesmo tempo, situadas num nível diferente.

As intenções políticas e empresariais não podem ser apartadas da natureza dos periódicos de ampla circulação que dependem de empresários e dos governos para sobreviverem. Igualmente, não se pode negar sua importância para a formação da esfera pública e da opinião pública, fundamentais para o exercício de poder de grupos à margem dos órgãos institucionais. No período, os periódicos eram noticiosos e ofereciam aos fenômenos sociais uma contextualização temporal, o que ajuda o pesquisador a compreender certos *habitus* sociais, principalmente os relacionados com às figurações políticas e a formação da opinião pública. Embora, no início da ditadura civil-militar, os periódicos privilegiassem espaço para notícias políticas e opiniões que justificassem ou elogiassem o novo regime, logo a escolarização passou a se destacar na agenda pública como um problema social.

O item a seguir aborda as características da imprensa periódica e suas especificidades como fonte histórica, principalmente as potencialidades e os limites, quando ela se transforma em fonte histórica. A multiautoralidade, a multitextualidade, as contradições, os objetos e o caráter serial tornam o processo metodológico uma fase complexa, principalmente quando se realiza uma história por meio da imprensa, que se diferencia por evidenciar outro objeto de pesquisa que não é exatamente a imprensa.

1. 4 FONTE PERIÓDICA E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

No Brasil, até a década de 1970, os estudos históricos que utilizam a imprensa periódica como fonte eram ínfimos. Mesmo que já houvesse uma fértil bibliografia sobre a História da Imprensa e seus intelectuais, a ideia de se fazer História por meio da imprensa ainda encontrava resistência (Luca, 2005; Toledo; Skalinski Jr., 2012). De acordo com Luca (2005), apesar de reconhecer a importância desse documento, relutava-se em mobilizá-lo para a escrita da História, pois os periódicos eram consideravam como "enciclopédias do cotidiano" com registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Por isso, até a primeira metade do século XX, a falta de objetividade da imprensa e a sua subjetividade a tornavam uma fonte suspeita para os historiadores, que buscavam a verdade nos documentos (Luca, 2005; Capelato, 1988).

Barros (2023) mostra a complexidade dos periódicos, ao falar da multiplicidade da sua natureza como objeto cultural, meio de comunicação e prática social. Além disso, a produção coletiva, a periodicidade, o alcance massivo, bem como as intenções política e econômicas não declaradas já evidenciavam as dificuldades em utilizá-los como fonte de pesquisa. Autores como Capelato (1988), Barbosa (2007), Luca (2005) e Martins (2018) que utilizam a imprensa periódica como fonte apontam orientações metodológicas, como: contextualizar o periódico, primeiro dentro da história da imprensa do Brasil; compreendê-lo no contexto político e social delimitado no estudo; analisar os jornalistas e os proprietários dos periódicos; verificar sua postura diante de eventos importantes para a sociedade; investigar seus recursos econômicos e patrocínios; e identificar quem era o público-alvo e seus posicionamentos.

Ao utilizar a imprensa como fonte, o pesquisador se encontra diante de duas temporalidades: a da "imprensa que relatou o acontecimento no momento em que aconteceu e do historiador que o reinterpreta no futuro". Nesse processo, busca-se a subjetividade de quem a realiza para recuperar o instante (Barbosa, 1998, p. 87). Existem dois campos que unem a história e a imprensa: a "imprensa através da história", que engloba os trabalhos históricos que utilizam a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica e a "História da Imprensa", que busca reconstruir a evolução histórica dos órgãos de imprensa e levantar suas principais características para um determinado período histórico (Zicman, 1985, p. 89). Diante das possibilidades, esta tese se concentra em fazer a história utilizando a imprensa como fonte principal da pesquisa.

Silva e Franco (2010, p. 6) mostram que o periódico registra a complexidade social e deixa o "rastro de uma força social que atua sobre a vida dos indivíduos estabelecendo e fixando

ideias e tentando ditar comportamentos". Nesse sentido, para se compreender a análise parcial dos periódicos, eles devem ser analisados a partir das suas relações com a sociedade, demarcando o seu lugar de fala. Isso serve para identificar o grupo social que integra e a sua interação com os demais.

Os periódicos diários de generalidade e ampla circulação possuem o potencial de se transformarem em fonte documental para investigar pistas sobre o funcionamento dos códigos sociais públicos que podem contribuir para compreender as complexas relações de interdependência que se formam no cotidiano do espaço público e político. Esses indícios podem ser percebidos no que Ribeiro (2003) chamou de "contratos de leitura", que são as invariantes e as repetições. As análises, as rememorações, as comparações, as repetições e os silenciamentos dos "fenômenos humanos"[6] fazem parte do *ethos* da imprensa. Além de criarem identidade, essas funções proporcionam ao pesquisador que a utiliza como fonte indícios sobre os comportamentos imediatos e o *habitus* social, o que contribui para compreender a dinâmica das figurações.

Ao considerar que comportamentos individuais tendem a se alinhar ao padrão contemporâneo de pensamento e discurso (Elias, 1994), as fontes periódicas constituem um suporte relevante para captar tantos aspectos da experiência imediata vivida, quanto vestígios do *habitus* social. Isso porque a sua periodicidade do registro diário e aligeirado também articula a memória social e a análise de ambos, o que permite ao pesquisador olhar para o movimento das permanências e das mudanças dos comportamentos sociais. Nesse sentido, a sociologia figuracional oferece uma perspectiva voltada à análise da dinâmica social. As "figurações representam o todo, formado a partir das interdependências entre os indivíduos" (Elias, 1994, p. 171).

Embora guiados por intencionalidades e escolhas editoriais, os periódicos conseguem representar fragmentos dessas dinâmicas. Portanto, reconhecem-se os limites dessa fonte, que precisa selecionar, hierarquizar e eleger prioridades. Ainda assim, não se pode ignorar tal potencial revelador: por meio deles, é possível identificar diferentes níveis de disputa por poder, cooperação, indiferença ou silenciamento. A intensidade dessas manifestações varia conforme as figurações, suas transformações e os interesses que mantêm os indivíduos interligados.

[6] São "atitudes, desejos ou produtos da ação do homem", concretizações de relações e comportamento, materializações da vida social e mental, isso se aplica à fala (relações humanas transformadas em som), à arte, ciência, economia, política e aos fenômenos importantes em nossa escala de valores ou triviais (Elias, 2011, p. 119).

A perspectiva teórico-metodológica de Norbert Elias, aqui utilizada na análise dos periódicos como fonte principal de pesquisa, também fez parte dos esforços desenvolvidos nos estudos de Simões (2005) e de Vieira (2020). Simões (2005) investiga a conexão entre violência e a educação durante a Primeira República no município de Piracicaba, no estado de São Paulo, por meio dos periódicos *A Gazeta de Piracicaba* e o *Jornal de Piracicaba*. Em sua análise, a educação escolar simbolizava para a sociedade da época a civilidade e o ajustamento ao comportamento católico. Por isso, segundo o autor, havia apenas boas notícias sobre as escolas. Simões (2005) problematiza essas limitações, assim como as potencialidades das fontes jornalísticas para a pesquisa histórica. Ao eleger como foco principal a estrutura social e psicológica dos indivíduos e suas mudanças, o autor utiliza as transformações da linguagem da imprensa como um indicador para perceber as alterações na estrutura social e nos códigos de conduta dos grupos. Embora examine um espaço local, essa perspectiva apoiada em Norbert Elias considera que o local é inseparável dos problemas que ocorrem em âmbito nacional.

Já a tese de Vieira (2020) defende que a imprensa possui a capacidade de acelerar o processo civilizador, devido ao seu caráter pedagógico; e propõe a adoção da curta e da média duração para o estudo desses processos. A autora investiga o município de Telêmaco Borba, no Paraná, em periódicos locais que fornecem pistas para analisar o desenvolvimento psicogênico e sociogênico da sociedade. De certa forma, a sua proposição dialoga com Veiga (2002), que apontou que o processo civilizador se acelerou com a escolarização a partir do século XIX.

Tanto Vieira (2020) quanto Simões (2005) investigam as mudanças históricas a partir da relação entre estruturas sociais (sociogênese) e estruturas de personalidade (psicogênese). Para isso, partem de estudos de casos locais que buscam a semelhança nas sociedades humanas (padrões), por meio das comparações, a fim de compreender como ocorrem as mudanças e as permanências nessas estruturas. Da mesma forma, esta pesquisa pretende abordar figurações específicas em escala micro no tempo e no espaço, tendo em vista que o papel central das ciências humanas é “o estudo dos indivíduos como grupos, das figurações de indivíduo como tais” (Elias, 2000, p. 57). Essa citação apresenta um desafio metodológico de superar os métodos descritivos e escapar dos acasos e do foco em talentos individuais, pois a pesquisa figuracional visa resolver problemas centrados em figurações complexas.

Os periódicos registram as representações dos códigos sociais praticados por diversas figurações, e assim fornecem indícios significativos sobre as conjunturas históricas e as dinâmicas sociais. Ao desempenharem essa função, fornecem pistas sobre as figurações a partir das suas representações. Por si só, isso já provoca uma série de questionamentos que podem

orientar a investigação do pesquisador. Nesse sentido, surge a pergunta: em que medida os periódicos podem contribuir para a compreensão das figurações escolarizadas?

Uma possível resposta está na capacidade de articular o presente com o passado, evidenciando não apenas os relatos imediatos, mas também aspectos do *habitus*, entendido como expressão de um vasto patrimônio de saberes flexíveis. Embora predominem conteúdos de natureza mais descritiva, como os das notícias, também se encontram reportagens e matérias com abordagens analíticas, que problematizam e mobilizam opiniões sobre pautas contemporâneas que, por vezes, apresentam uma perspectiva histórica.

Além disso, a escolha pelos periódicos diários como fonte de pesquisa se deve à capacidade de veicular uma ampla variedade de indícios sobre a dinâmica sociais. A imprensa também é compreendida como uma figuração que, ao longo do processo de desenvolvimento e complexificação das sociedades, passou a desempenhar funções centrais de orientação e comunicação. Essa transformação conferiu aos periódicos dos séculos XIX e XX uma posição de destaque e poder, especialmente pela capacidade de influenciar sociedades cada vez mais dependentes da aprendizagem e do conhecimento como formas de adaptação e sobrevivência.

Dessa forma, assim como a escolarização, a imprensa impulsionou o processo civilizador a partir da sua função educativa. Isso porque dissemina práticas e ideias que envolvem interesses de grupos específicos e movem pessoas a aderirem ou repelirem determinada posição. Para Elias (1993), o processo civilizador é um problema geral da mudança na história.

> Planos e ações, impulsos emocionais irracionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generes*, uma ordem mais irresistível mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador (Elias, 1993, p. 194).

Dessa forma, a imprensa e a educação escolarizada emergem como elementos centrais desse processo em um contexto de crescente expansão demográfica e científica da sociedade ocidental. Esse cenário é marcado por um aumento da interdependência entre sociedades de diferentes níveis de desenvolvimento, assim como entre indivíduos com funções cada vez mais especializadas. Esse processo ocorre no âmbito de uma expansão transnacional da difusão do conhecimento, voltada à constituição de uma sociedade de massa globalizada. As figurações escolarizadas e as associadas à imprensa assumem funções formadoras e modeladoras de comportamentos e pensamentos. Apesar das especificidades, ambas compartilham e abordam

os problemas e demandas geradas pelo estágio de desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos nelas inseridos.

Após o Iluminismo, a imprensa e a educação escolarizada ampliam seu poder de influência e se consolidam em estreita relação com a formação do Estado Moderno, contribuindo para definir um padrão de comportamento social que necessitava de contínuo reforço e aperfeiçoamento por meio da aprendizagem. Ambas as figurações participam ativamente da construção, da consolidação e da reprodução dos símbolos sociais, como tempo, dinheiro, educação, divindades, língua e conhecimento.

De acordo com Elias (2002), esses símbolos são compreendidos de acordo com a função de sua comunicação, sendo essenciais para a manutenção do equilíbrio de poder e para a organização do funcionamento social. Nesse processo, ambas figurações exercem um papel constante de orientação e comunicação de valores e práticas moldados historicamente, contribuindo para a formação de indivíduos em consonância com as exigências da sociedade.

A formação de uma sensibilidade que considere a importância da escolarização e do acesso à informação contribui para a constituição de um *habitus* internacional que ultrapassa fronteiras nacionais, embora cada contexto mantenha suas especificidades. Essa sensibilidade se desenvolve por meio da circulação da produção de informações e do conhecimento escolar e científico, que se tornam pilares fundamentais para a sustentação do processo civilizador moderno.

Conforme as sociedades se tornam mais complexas e desenvolvidas, cresce também a consciência da dependência humana em relação a um "fundo social de conhecimento", ou "patrimônio do saber", como define Elias (2002). Entre as diversas formas de socialização do saber, a escolarização se consolidou como o modelo hegemônico, chegando a se tornar um símbolo social reificado, dotado de elevado valor social. Embora não completamente resolvida, essa questão perpassa toda a tese, pois constitui um problema que exige atenção e cuja compreensão pode oferecer indícios sobre o tipo de sociedade analisada e o nível de desenvolvimento ao qual ela pertence.

O referencial teórico-metodológico de Norbert Elias, articulado ao campo da História da Educação, oferece à pesquisa uma perspectiva que contribui para compreender a formação das imagens do "eu" e do "nós", aspecto essencial para entender "a produção e reprodução das identidades-eu e nós ao longo das gerações" (Elias, 1994, p. 171). Essa abordagem, fundamentada na análise empírica, permite desmistificar símbolos e crenças sociais, ao favorecer as investigações que ultrapassam a aparência dos fenômenos e se aprofundam nas

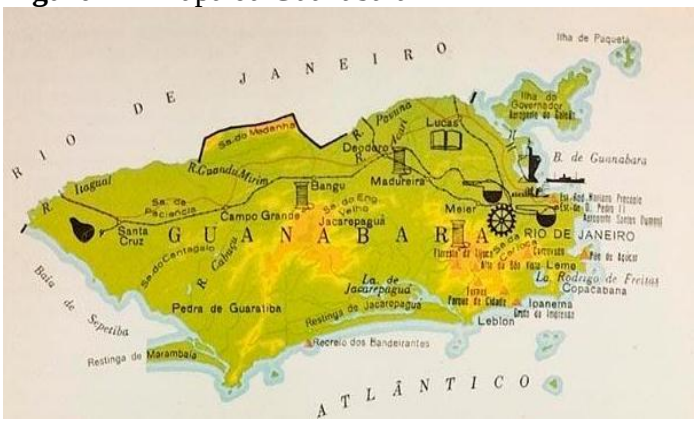
relações sociais. Assim, busca-se alcançar os nexos das relações, capazes de revelar interesses, disputas por posições e o próprio processo de desenvolvimento de uma sociedade.

Ao considerar a abordagem de Elias (2001), embora a pesquisa se limite em uma escala micro de tempo e de figurações, a investigação das estruturas sociais e psíquicas perderia sentido, se desconsiderasse que, ao longo de uma extensa fase do desenvolvimento social, as sociedades escolarizadas se tornaram o modelo de socialização predominante no Ocidente e, progressivamente, em outras partes do mundo. Dessa forma, ao pesquisar uma sociedade em particular, é imprescindível considerar sua relação com o desenvolvimento de modelos que ocorreram em diferentes sociedades desse tipo, possibilitando uma compreensão mais ampla das dinâmicas do processo de escolarização. Nesse sentido, os periódicos fornecem inúmeros e variados indícios parciais de práticas similares ou diferenciadas que ocorrem em outros países e de como eles servem para construir a "imagem nós" e o próprio desenvolvimento nacional.

Os periódicos investigados na pesquisa empírica são o *Jornal do Brasil*, um grande periódico de generalidade, e a *Folha de Londrina*, um médio periódico. Como se verá adiante, eles são distintos pelas proporções financeiras, organizacionais, estrutura, localização e profissionais, mas também se assemelham por visarem a ampla circulação e serem multitextuais e multiautorais (colunas, noticiários, editoriais, reportagens, manchetes, cadernos especiais, classificados, crônicas e fotografias). Embora quantitativamente diferentes em extensão, ambos apresentam textos com relatos mais detalhados e analíticos, e outros superficiais; alguns sequencias e outros não. Geralmente versam sobre o presente, mas constantemente evocam o passado para dar sentido e influenciar os acontecimentos. Neles existem agendas e campanhas que registram experiências políticas e sociais que deixam rastros sobre sua relação com os projetos nacionais e particulares, mas também existem diversas omissões. Mesmo assim, contribuem para mostrar como os códigos sociais são construídos, aceitos ou repudiados pela sociedade.

O *Jornal do Brasil* tinha a sede no município do Rio de Janeiro (Figura 1), no estado da Guanabara, ex-capital do país, que se transformou em Estado em 1960, quando o presidente Juscelino Kubitschek transferiu a capital do Brasil para Brasília. Em março de 1975, a Guanabara se fundiu com o Estado do Rio de Janeiro. No início da ditadura, parte dos órgãos federais, como o MEC, permanecia no município do Rio de Janeiro, que ainda mantinha uma intensa movimentação política e cultural. Durante os primeiros anos do regime, o local tornou-se um dos epicentros de importantes fenômenos sociais da história recente do país; marcados, sobretudo, pelos protestos das figurações universitárias, docentes, intelectuais e artísticas.

Figura 1 – Mapa da Guanabara



Fonte: Westin (2025).

Figura 2 – Mapa do Paraná



Fonte: Seed (2025).

A *Folha de Londrina* está situada em Londrina, no Estado do Paraná. Na Figura 2, o mapa apresenta o município londrinense, que surgiu em 19Queri34 e se desenvolve com a empresa privada Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em 1950, quando o café ganhou destaque e fomentou a economia. Naquela década, a população era de 71.412 habitantes, mas dez anos depois ocorreu um aumento de mais de 100% na população. E em 1960, o índice urbano já ultrapassava a rural (Cesário, 1986). Em 1970, o IBGE anunciou uma população de 244.531, o que, de acordo com a *FL*, estava em conflito com o levantamento da assessoria de planejamento da prefeitura, que apontava 284.531 habitantes. A prefeitura se baseou nos dados de vacinação e na população rural, realizando o levantamento de casa em casa, já o IBGE teve embasamento nos prédios e no cadastramento de propriedades agrícolas[7].

Apesar das localizações, ambos os periódicos extrapolaram pela sua circulação o âmbito estritamente local. Em vista disso, em suas páginas circularam numerosos e variados vestígios, com descrições e análises de diversas regiões do país, embora não se possa negar a ênfase nas notícias referentes ao município em que se situam. A seguir, evidenciam-se aspectos externos dos periódicos, a fim de compreender a posição social, as relações e os valores que também caracterizam a imprensa da época, o que impactou na produção de seus textos.

1.4.1 *Jornal do Brasil* e *Folha de Londrina*

A grande imprensa é compreendida como uma empresa inserida em uma figuração, cuja posição é influenciada pela relação com o Estado, os empresários, o grupo social ao qual pertence e o seu público. Portanto, a natureza da sua função era vender credibilidade/transparência o que exige um constante movimento de diálogo com outros grupos

[7] IBGE diz que Londrina não tem nem 250.000 habitantes. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 maio 1970, p. 8.

que podem possuir interesses e ideias similares ou divergentes. Diante dessa tensão, os meios de comunicação de massa[8], imersos em uma rede de várias figurações, precisam realizar apropriações dos eventos cotidianos, transformando-os em textos homogêneos que sejam relativamente aceitos pelo grande público desejado. Isso é necessário para a sua sobrevivência, baseada na interdependência entre a venda cultural e material.

A imprensa periódica e os jornalistas sofrem com a falta de confiança desde o século XVII (Briggs; Burke, 2006). A desconfiança na atividade jornalística gerou uma queda na leitura dos periódicos a partir de 1960, principalmente diante da difusão de outros novos meios de comunicação de massa. O medo de ser substituído e perder prestígio e publicidade circula nas páginas dos grandes periódicos brasileiros, que no momento atacavam os conteúdos chamados de crassos e imorais da televisão, apontando sua influência perniciosa para a juventude e em contraposição defendendo a qualidade dos seus textos escritos considerados símbolos da alta cultura intelectual e artística.

Outro debate que preocupou a imprensa periódica e ocupou as suas páginas foi a progressiva censura. A literatura (Aquino, 1999; Fico, 2002; Barbosa, 2007) sobre a censura na ditadura concorda que, antes de 1968, ela já era realizada por meio da entrega de bilhetes e telefonemas do governo para as redações, a fim de proibir as notícias. Porém, somente após o AI-5, a censura se aperfeiçoou e chegaram orientações específicas diretamente do alto escalão do governo (Fico, 2002).

O contexto histórico da imprensa e a análise externa dos periódicos são práticas necessárias para transformá-los em fonte de pesquisa. Para compreender o funcionamento de um periódico, é possível recorrer às pesquisas que trabalham a memorialística e a história da imprensa. Periódicos da grande imprensa, como o *JB,* apresentam um maior volume de estudos e depoimentos que auxiliam o conhecimento da externalidade e de suas relações.

Como os periódicos possuem sentido dentro do vivido, quando são retirados do tempo perdem a compreensão. Por isso, o ato de transformar um periódico em fonte exige historicizá-lo. Para isso, esta pesquisa apresenta a trajetória de cada periódico, assim como as suas inserções no período ditatorial. A análise externa visa compreender as pessoas que o integram, a imagem que projeta e as suas práticas para atribuir sentido aos textos.

O *JB* tinha pretensões de ser um periódico nacional (Cruz; Peixoto, 2007), mas não deixava de lado as notícias locais, além de pertencer ao grupo dos grandes periódicos diários (*O Globo, Correio da Manhã, Última Hora, O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) Já a

[8] Objetos tecnológicos capazes de transmitir a mesma informação para um vasto público (Chauí, 1991).

FL, apesar da ênfase nos acontecimentos locais, também selecionava e estampava as informações e as opiniões de âmbito nacional e internacional.

De acordo com as estimativas apontadas por Motta (2013, p. 62), cada um desses periódicos possuíam uma tiragem média que "variava entre 100 e 250 mil exemplares". Especificamente em 1967, a tiragem em dias úteis era de 78.088, com média de três leitores por exemplar: 234.261. Nos domingos, a tiragem era de 188.169, com quatro leitores por exemplar: 753.876. Sendo que a média diária de leitores calculada pelo próprio periódico era de 344.697. Calculava-se que a leitura em dias úteis, levava cinco horas de leitura. Havia também informações para localizar melhor o leitor, assim se indicavam as páginas onde poderia encontrar assuntos semelhantes[9].

Com os fundadores Rodolfo Dantas, ex-ministro da Educação do Império, e Joaquim Nabuco, também colaborador da Monarquia, o *JB* foi publicado pela primeira vez em 9 de abril de 1889, a fim de apoiar a Monarquia. Era exatamente no dia da comemoração do 60º aniversário da aclamação de Dom Pedro II. Em 1890, foi vendido para o Conde Afonso Celso e, depois, para um grupo que tinha Rui Barbosa como chefe de redação. Em 1894, foi vendido para o grupo Mendes e Cia., e em 1919, foi perdido para o Conde Pereira Carneiro que o recuperou financeiramente. O Conde adotou um projeto editorial que prioriza não envolver o periódico em questões públicas ou políticas, ficando até a década de 1930 concentrado nos classificados, o que lhe conferiu a alcunha de "jornal das cozinheiras".

Mais tarde, em 1935, o Conde criou a *Rádio JB*, que passou a levar a mensagem para todo o país. Por 36 anos, até a sua morte em 1954, o Conde dirigiu o *JB*, preferindo a "análise dos acontecimentos aos impulsos da paixão; profundidade em lugar da irresponsabilidade". Porém, junto com a posição mais conservadora, o "pioneirismo foi de natureza jornalística — diagramação, colunismo, texto", e foi o primeiro a lançar campanhas de interesse público, desde a luta contra a febre amarela, até a corrupção da polícia na Guanabara[10].

A empresa foi assumida por Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, Condessa, filha e bisneta de jornalistas e esposa do Conde. Desde 1946, Manuel Francisco do Nascimento Brito, o genro da Condessa, estava à frente da *Rádio JB*. O sucesso na reforma da rádio o levou à direção do periódico, onde junto com a Condessa começaram o processo de modernização e reformas. Criaram editorias, seções autônomas, publicidade, financiamento e

[9] ESTAMOS prestando contas também aos nossos 344.697 proprietários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1967, p. 15.
[10] O VELHO hábito de dizer a verdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 2, 10 abr. 1967. Departamento de Pesquisa.

o cargo de diretor de Arte. Em 1967, 1969 e 1970, Nascimento Brito recebeu, respectivamente, os Prêmios Moors Cabot, Albert Sarmento e Jules Dubois por serviços prestados à imprensa. Em 23 de outubro de 1970, foi eleito para a presidência da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), sendo a primeira vez que um jornalista brasileiro ocupou o cargo na entidade que reunia os homens de imprensa de todo o continente americano[11].

Em 1954, começou um período de reformas gráficas que alterou o público-alvo do periódico, anteriormente voltado à classe média e às camadas populares, para um foco direcionado à classe média e à elite (Lessa, 1995). A reforma foi elitista e, por isso, optou-se pela forma estética *clean* mais sofisticada (Ribeiro, 2007). Essas transformações na imagem do impresso contribuíram para inseri-lo entre os mais importantes da imprensa nacional. Esses processos de reformas aconteceram em outras empresas jornalísticas desde 1950, como no *Diário Carioca,* na *Tribuna da Imprensa* e na *Última Hora*. As transformações se refletiram na técnica redacional, editorial, visual e profissional (Ribeiro, 2003).

Na década de 1960, o *JB* era um periódico de variedades, com edições diárias entre 40 até 120 páginas. Os temas cotidianos abordavam problemas no trânsito e no abastecimento, assim como crimes, acidentes, moda, educação, arte, cinema, política local, nacional e internacional e até economia, filosofia, história, sociologia, literatura e ciência. Isso sugere o diálogo com um público amplo que vai além da classe média e da elite. Na esteira das reformas, ocorreram mudanças na página de opinião a partir de 1963, quando o editorial se tornou uma coluna dupla centralizada entre a coluna fixa *Coisas da Política* (à direita) e as colunas que se revezavam – *Cartas dos Leitores*, a coluna literária de Josué Montello e a coluna política de Mário Martins (à esquerda). Abaixo de *Coisas da Política*, existia uma coluna tripla autoral em que se revezavam os jornalistas: Barbosa Lima Sobrinho, Carlos A. Dunshee de Abranches, Tristão Athayde, Martins Alonso, Octavio Costa, Otto Engel e L. G Nascimento Silva.

A capa era conhecida pelo predomínio de classificados e sofreu transformações, desde 1956, com a sua diminuição e, a partir de então, ficaram lateralizado em formato de L, relembrando um traço marcante da sua história. Além disso, passou a utilizar fotografias, em vez de desenhos. O formato padrão de capa que dominou a década de 1960 e 1970 condiz com a exposta na Figura 3.

Figura 3 – Capa do *Jornal do Brasil*

[11] OS NOMES que fizeram o jornal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1971, p. 3. Edição Histórica.



JORNAL DO BRASIL

Fôrça blindada comunista aperta o cêrco a Berlim

Nixon discute com o Papa hoje guerra no Vietname

Vale da miséria

Recesso tem apoio de 40%

Ano letivo começa para 17,2 milhões

Erradicação das favelas

Os viadutos da discórdia

Déficit está em 84 milhões

ANAE reinicia preparativo para o lançamento da Apolo

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 01, 01 mar. 1969.

Alberto Dines, editor-chefe do *JB* entre 1962-1973 afirmou que, apesar da autonomia que Nascimento Brito concedia, ele preferia não interferir na parte política do periódico, nem na reunião dos editorialistas formada por "pessoas de altíssimo nível, diplomatas, jornalistas *seniors* como Antônio Callado, Luiz Alberto Bahia e outros". Às vezes, figuras ilustres davam o *briefings* sobre questões importantes, e depois se fazia a tomada de posição do periódico, mas a orientação final, segundo o jornalista, era do Brito. Os editoriais produzidos eram entregues prontos ao Brito, que os repassava ao diretor encarregado de lê-los, revisá-los e corrigi-los, como os diplomatas Celso Souza e Silva e Sette Câmara, depois para o editorialista Otto Lara Rezende (Amado 2008; Abreu e Lattman-Weltiman, 2003). Em 1973, Walter Fontoura, representante do *JB* em São Paulo, substituiu Dines na chefia.

No período da pesquisa, o periódico era presidido pela Condessa, junto com dois diretores: Manuel Francisco do Nascimento Brito e José Sette Câmara[12], e três vice-diretores: Alberto Dines (também editor-chefe), Bernard da Costa Campos e Lywal Salles. Convidado por Nascimento Brito, Alberto Dines assumiu o cargo de editor-chefe do *JB* em 6 de janeiro de 1962. Dines ampliou as fontes de noticiário local, nacional e estrangeiro, implantando uma "máquina de produzir notícias", a *AJB*, "a maior agência de notícias do Brasil", fundada em 1964 e, mais tarde, criou os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, única publicação

[12] O embaixador José Sette Câmara, diplomata de carreira, fazia parte da direção do *JB* desde julho de 1967. Ele ocupou cargos como chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra (1961), embaixador no Canadá e na Suíça (1963), representante Permanente do Brasil nas Nações Unidas em 1964, delegado na XI e XII reuniões da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina, chefe da Casa Civil da Presidência da República, governador Provisório da GB e prefeito de Brasília.

brasileira no estilo. Bernard da Costa Campos, vice-Diretor Executivo, foi responsável por executar a política geral do Grupo JB, além de coordenar o controle das gerências e das sucursais. Lywal Salles realizava o planejamento, a organização e o controle das atividades do Grupo JB. Também era deles a responsabilidade de, junto às suas subordinações, assegurar a execução das diretrizes de orientação na implantação de qualquer inovação na empresa[13].

Como aponta a historiografia (Smith, 2000; Abreu, 2006; Napolitano, 2014), desde meados da década de 1960, o matutino carioca *Jornal do Brasil* passou a ocupar uma posição de destaque – da grande imprensa – na figuração jornalística, junto com: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo, O Globo,* a *Última Hora* e o *Correio da Manhã*. Entre as décadas de 1950 e 1970, o *Jornal do Brasil* era conhecido como um periódico ortodoxo e conservador em sua linha editorial. Nascimento Brito afirmou que defendia a iniciativa privada e se opunha ao socialismo e, assim como a maioria dos veículos de comunicação da grande imprensa, também defendia os ideais liberais, e antes do bipartidarismo era udenista (Smith, 2000).

Na década de 1960, a maioria dos grandes jornais diários *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e no Rio de Janeiro: o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Correio da Manhã*, participaram da campanha de desestabilização contra o presidente João Goulart e apoiaram o golpe civil-militar. A campanha golpista da imprensa foi decisiva para o engajamento da classe média nos movimentos de marchas contra Goulart. *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* conspiravam contra o governo constitucional. Esse movimento golpista da imprensa se coaduna com a posição do empresariado que temia as reformas de base anunciadas por João Goulart (Dantas, 2014). Em 1963, as rádios cariocas do *Jornal do Brasil,* do *Globo* e da *Tupi* se juntaram com as suas centenas de emissoras afiliadas, formando a *Rede da Democracia*, cujo foco era desestabilizar o governo, ao dar espaço na imprensa para os opositores do governo de Jango, dentre eles membros da União Democrática Nacional (UDN) e do complexo IBAD/IPES que financiavam as campanhas dos candidatos anticomunistas (Carvalho, 2010; 2013).

Na época, a maioria dos proprietários dos periódicos era adepta do liberalismo econômico e se identificava com a UDN, partido que junto com os militares conspiraram contra o governo de Goulart. Udenistas eram famílias: Mesquita, dona do *O Estado de S. Paulo*, Roberto Marinho, dono de *O Globo,* e Heberty Levy, proprietário da *Gazeta Mercantil* e um dos fundadores da UDN em 1945. Também o *Correio da Manhã* se identificava com as classes médias conservadoras e o pensamento liberal (Abreu, 2006), assim como *o Jornal do Brasil*. Alberto Dines salientava que o *Jornal do Brasil* identificava Jango como "antilegalista", ideia

[13] OS NOMES que fizeram o jornal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1971, p. 3. Edição Histórica.

que partilhava com outros periódicos, como o *Correio da Manhã* (Abreu, 2006).

O *Jornal do Brasil* foi escolhido como fonte para esta tese pois, durante o período, era considerado um dos principais periódicos do Rio de Janeiro, palco dos maiores eventos políticos que agitaram o país. Outro fator de atração para selecionar o *JB* foi a formação de uma memorialista jornalistas (Lessa, 1995; Abreu, 2000; Ribeiro, 2016; Motta, 2018), o que reforça a identidade "nós" construída pelo próprio *JB* de engajamento, pioneirismo e qualidade. Além disso, ele dedicava, na sua página de opinião, um amplo espaço aos editoriais, assim como longas e constantes campanhas sobre temas políticos e educacionais.

Cabe registrar que, no dia 1 de setembro de 2010, o *JB* encerrou a versão impressa e se tornou exclusivamente digital, sendo "o primeiro a ter um site jornalístico, criado em maio de 1995, quando a internet ainda era incipiente" (Spannenberg; Barros, 2016, p. 233). Em 2008, o *Google* iniciou um projeto que visava digitalizar todos os periódicos do mundo. Desse modo, o *Jornal do Brasil* começou a ser digitalizado e disponibilizado gratuitamente na internet em 2010 no acervo digital da *New Archive*[14], que abarca as edições de 1930 a 1990, porém o projeto possui várias limitações.

> Em primeiro lugar, o acervo do *JB* não foi digitalizado na íntegra. Não há edições no período de 1891-1929, exceto pelo solitário exemplar de 31 de dezembro de 1910. Entre a década de 1930 e 1990, a maioria das edições foi digitalizada, mas há falhas abundantes em diversos anos. De 2000 a 2010, não se encontra disponível para consulta qualquer edição do jornal (Carvalho, 2016, p. 97).

Em 2011, o projeto da *Google* se encerrou sem conclusões, porém o acervo possui dois mil periódicos digitalizados ainda disponíveis gratuitamente na internet. Pouco depois do lançamento da Hemeroteca Digital, que faz parte da Biblioteca Nacional (BNDigital), o empresário Nelson Tanure, na época proprietário do *JB*, entrou em contato com a instituição, a fim de negociar uma nova digitalização do acervo, pois estava insatisfeito com o trabalho realizado pelo *Google*. Em 2012, a BNDigital anunciou uma nova digitalização do *JB* que foi adicionada à Hemeroteca Digital, compondo o banco de dados que já ultrapassou 600 títulos brasileiros e estrangeiros digitalizados (Carvalho, 2016).

Esta tese optou pelo acerva da pesquisa na Hemeroteca Digital, pois possui as edições completas, organizadas em pastas anuais que podem ser selecionadas individualmente. A plataforma também permite pesquisar por meio de palavras-chave. Porém, a partir de testes realizados no início da pesquisa, foi possível perceber que o recurso apresenta erros, não sendo possível confiar na busca, principalmente para fins de quantificar as ocorrências. Além do mais, a plataforma é bastante lenta, o que torna o processo de folhear muito lento. Outro obstáculo

[14] Disponível em: news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC. Acesso em: 09 dez. 2025.

foram os diversos momentos de funcionamento interrompido na plataforma. No acervo do *Google News Archive,* não há recursos para se realizar buscas por palavras-chave. Por outro lado, à ressalva dos problemas da qualidade da digitalização, a visualização carrossel é muito rápida, pois permite passar as páginas de modo instantâneo. Entretanto, com o tempo, a plataforma adquiriu outros problemas nos recursos de *zoom,* dificultando a leitura.

Ao contrário do *JB,* a *FL* ainda circula no formato impresso e pertence à família do fundador João Milanez. Atualmente, a *Folha de Londrina*[15] é o periódico de maior circulação em Londrina, e o segundo do Paraná. Houve a tentativa de digitalização pelo Museu Histórico Padre Carlos Weiss de Londrina. No início de 2022, ele se uniu ao Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para digitalizar o acervo da *Folha de Londrina*. Porém, devido à falta de um *scanner*, a digitalização era realizada pelo tratamento fotográfico, o que tornou o processo moroso. Depois do tratamento fotográfico, o arquivo era enviado para a plataforma *Pergamum*[16] (Fusaro, 2022).

Atualmente, existem apenas algumas edições esporádicas digitalizadas, com lacunas que não permitem a pesquisa de edições completas. Em 24 de março de 2023, o NDPH, o Museu e a *Folha de Londrina* assinaram um contrato de preservação do acervo do periódico e comemoraram o funcionamento do *scanner* planetário para agilizar o processo de digitalização (Arimathéia, 2023). Como, até o momento, a digitalização ainda não havia se concretizado, a pesquisa foi realizada no acervo físico da *FL,* que se encontra no NDPH.

Ao analisar o discurso do eldorado conferido ao município de Londrina na imprensa Arias Neto (2008) destaca que até os fins da década de 1940 havia muitos pequenos periódicos artesanais foi quando três periódicos se consolidaram: *O Combate* (mensal), *Gazeta do Norte* (Quinzenal) e a *Folha de Londrina*. A *FL,* foi a única que sobreviveu e se tornou hegemônica em Londrina. Além de ser um diário a *FL*, de acordo com o autor era cosmopolita apresentando um noticiário regional, nacional e internacional.

A *FL* foi fundada, em 29 de outubro de 1947, por João Milanez e seu sócio, o jornalista Correia Neto. Em 13 de novembro de 1948, o periódico passou a circular nas ruas. Inicialmente, era um periódico semanal com quatro páginas. Na década de 1950, Milanez (1997) buscou

[15] Em 2025, circula em 300 municípios do estado do Paraná, além de Mato Grosso e do Sul de São Paulo, atendendo uma média de 120 mil leitores por dia, no site da *Folha de Londrina*. Disponível em: www.folhaweb.com.br. Acesso em: 07 dez. 2025.

[16] "De acordo com Angela Bittencourt, atual coordenadora da Biblioteca Digital, pouco depois que a Hemeroteca Digital foi lançada, o empresário Nelson Tanure, atual proprietário do *JB*, entrou em contato com a Biblioteca Nacional a fim de negociar uma nova digitalização do acervo de seu jornal. Tanure estava insatisfeito com o trabalho realizado pelo Google e acreditava que a Hemeroteca Digital poderia fazer melhor" (Carvalho, 2016, p. 99).

recursos para sustentar o veículo, e um deles foi a venda por assinatura, ele explica que a necessidade leitor precedia a de anúncios. Apesar do caráter artesanal, a *FL* nasceu com uma lógica empresarial. Ele adotou um padrão estético moderno, comparável aos grandes periódicos, o que era imprescindível para competir com os concorrentes de São Paulo, cujas edições eram trazidas em voos diários para Londrina. A partir de 1954, a contratação dos serviços de agências noticiosas representou avanços para o periódico (Nogueira, 1999).

O crescimento da *FL* se relacionava à ênfase nas notícias e nos anúncios locais e regionais, bem como à linha editorial caracterizada como "moralista e conservadora", que se empenhava em projetar a imagem de Londrina como uma "cidade progresso", ao mesmo tempo em que se preocupava em afirmar a "pomposa vida social". Dessa forma, o periódico se firmou como porta-voz dos interesses da classe dominante local (Nogueira, 1999).

Para Nogueira (1999), destaca-se a relação de proximidade e interdependência entre o proprietário do periódico e os empresários e políticos do município que se agradavam com o reforço da *FL* para difundir a imagem de uma Londrina do progresso e do desenvolvimento, bem como seus valores e suas práticas de grupo. Esse contexto contribuía para garantir segurança econômica e apoio político para a empresa prosperar.

A campanha anticomunista tomou grande proporção na *FL* a partir de 1956, devido à maior organização do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, criando problemas de ordem pública para o periódico. Contra a conspiração comunista, defendia-se que "homens de bem" se unissem para uma cruzada sem precedentes, e trouxessem de volta a paz e a tranquilidade para uma sociedade enganada e corrompida pelos "agentes da desordem". O marco inicial de uma campanha jornalística sistemática em torno de uma ameaça comunista nos meios rurais da região foi um *Manifesto dos Proprietários Rurais* entregue ao delegado de polícia e publicado com o título "denúncia da lavoura contra a articulação comunista em Londrina", em 19 de maio de 1956 (Nogueira, 1999).

Na década de 1950, a *FL* possuía uma tiragem considerada significativa para a época: 4.500 exemplares, com 3 mil assinantes. A *FL* era um semanário que circulava às quintas-feiras e domingos. Em 1952, Nilson Rímoli se tornou chefe de redação, e o periódico passou a ser um diário de seis páginas, com o formato de tabloide. Assim, era um impresso respeitado, pois havia notícias em boa quantidade para ler, "era a primeira vez que isso acontecia em um jornal local" (Trigueiro Filho; Trigueiro Neto, 1991, p. 46). Além disso, não utilizava notícias passadas de periódicos de fora, o que foi um dos motivos para o seu sucesso.

O periódico já se caracterizava pela tendência de evitar conflitos entre os seus pares, o que era comum na época. No auge do queremismo, Correa Neto, sócio de Milanez, queria tornar

a *FL* um periódico queremista, e entrar em concordância. Porém, Milanez ficou sem sócio e o getulismo foi abandonado, devido à prática de falar mal e bem de todos os partidos, um comportamento que se preservou. Nilson Rímoli deixou a chefia da redação, que foi assumida por Walmor Macarini, em 1965 (Trigueiros Filho; Trigueiros Neto, 1991).

No início da ditadura civil-militar, a *FL* era o único diário de grande circulação em Londrina. Segundo Dias (2008), o periódico apoiou as manifestações pró-golpe de 31 de março de 1964, qualificando o movimento como "revolução democrática". A *FL* registrou, por exemplo, a *Marcha da Família com Deus* em Londrina e outros municípios, bem como o ataque à sucursal do *Última Hora,* instalada no município, além da prisão de políticos e líderes estudantis regionais. Após assumir a direção, Walmor Macarini declarou em entrevista posterior que convivia diariamente com censores da PF na redação, assim como as pressões psicológicas e o medo constante, "não dos generais, mas dos carcereiros" (Dias, 2008).

Outro diário londrinense, *O Combate*, tinha linha independente e oposicionista. O fundador e diretor, Marinósio Trigueiros Filho (1991), passou a ser perseguido pelos órgãos de segurança e rotulado como "comunista". As intensas pressões políticas e o boicote econômico dos empresários locais simpatizantes do regime contribuíram para o fechamento do periódico em 1965 (Dias, 2008).

Walmor Macarini falou também sobre a apreensão da edição de 19 de novembro de 1971, que publicou matérias sobre a cassação do mandato do então governador do Paraná, Haroldo Leon Peres. Além disso, o periódico censurou jornalistas, como na demissão de Luiz Carlos Rizzo, que trabalhava na sucursal de Maringá. No início da década de 1980, ele relatou um protesto popular durante uma visita do então governador Ney Braga, que pediu a demissão de Rizzo para Milanez (Oliveira, 2006)[17]. No final da década de 1960, o *Folha de Londrina* passou por um amplo processo de modernização, intensificado após a mudança de sua sede para o Edifício Bosque, onde ainda permanece. Sob a liderança de Milanez, o jornal atraiu publicitários de agências nacionais para Londrina, o que possibilitou contratos com marcas de renome, como *Ford* e *Chevrolet*. Além disso, o periódico investiu na contratação de novos fotógrafos, passou a receber notícias por teletipo e criou estruturas administrativas como o Departamento de Circulação e o Departamento de Comunicação.

No mesmo período, foi implementada a editoria regional, e o jornalista Jota Oliveira iniciou a expansão das sucursais da *Folha de Londrina*, alcançando 330 localidades no Paraná e 68 no Mato Grosso. O aumento expressivo na distribuição e na tiragem evidenciava as

[17] O autor entrevistou Milanez na sede do jornal, no dia 22 de janeiro de 2004, pouco antes da sua morte, no dia 22 de fevereiro.

limitações da antiga rotativa do periódico, que já não comportava o novo volume de produção (Trigueiros Filho; Trigueiros Neto, 1991). A precariedade da impressão – especialmente das fotografias – pode ser observada, por exemplo, em uma capa de 1967 (Figura 4). À época, o exemplar da *FL* era vendido por NCr$ 0,25, valor superior ao do *JB*, comercializado a NCr$ 0,20. A partir de 1969, o preço avulso em Londrina foi reajustado para NCr$ 0,30, igualando-se ao valor do *JB* vendido na Guanabara e no Rio de Janeiro.

Figura 4 – Capa da *Folha de Londrina*



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 03 maio 1967.

A fim de cobrir todo o Paraná, dentro do seu programa de expansão, a fim de cobrir todo o Paraná, a *FL* iniciou em 1968 uma linha de distribuição direta que ia até Bandeirantes, no Norte Pioneiro. E então, chega a Jacarezinho e outras cidades, como Porecatu. Dizia o periódico que: "A partir de hoje o leitor encontrará 'o melhor jornal do interior', pela manhã, em todas as bancas de jornais das cidades ao longo da BR-369"[18]. Até meados de 1975, a *FL* cresceu a ponto de ter sucursais, que chegavam a Campo Grande, Dourados e Cuiabá (Oliveira, 2012, p. 77). Em 1970, passou a circular também na capital paulista, e assim o discurso sobre o Paraná ultrapassou as fronteiras do Estado e atingiu o maior polo urbano brasileiro (Sandoval, 2012).

Essa expansão exigiu a compra do equipamento de composição "linotipo", o que tornou a *FL* o primeiro periódico do Paraná a ser impresso nesse sistema. O periódico saiu da Rua Minas Gerais e se instalou na Rua Duque de Caxias, onde ficou até 1965, quando, ao inaugurar a impressora rotativa, transferiu-se para a Avenida Rio de Janeiro, próximo à esquina da Rua

[18] *FOLHA de Londrina* no norte pioneiro. *Folha de Londrina*, Londrina, 05 jun. 1969, p. 1

Piauí. Em 1969, passou a funcionar o Departamento de Circulação do Conjunto no prédio de escritórios no Edifício Bosque[19].

Com isso, a *FL* se tornou o terceiro periódico do país a adquirir uma impressora *offset* (após o *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo*). E, por mais de quatro décadas, foi o periódico de maior tiragem do Paraná (Sandoval, 2012). Em 23 de setembro de 1969, foi impressa a primeira edição em *offset* (Figura 5), cuja capa abordou exatamente a mudança da velha para a nova rotativa. Desse modo, o próprio periódico anunciava a nova face. A qualidade da impressão em nitidez, principalmente das imagens, contrastava com as edições anteriores.

Figura 5 – Primeira capa da *FL* em *offset*


FOLHA DE LONDRINA

HORA DE RENOVAR

A nova "Fôlha"

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 23 set. 1969, p. 1.

Antes de instalar a nova impressora, uma equipe da *FL* – formada por Alvaro Grotti, Noel Gusmão, Daniel Martinon e Alexandre Rocha – foi a São Paulo para visitar o III Salão de Artes Gráficas. A finalidade era conhecer o que havia de mais moderno. Depois, foram para a *Folha de S. Paulo*, com o objetivo de conhecer como funcionava a técnica de confecção em *offset*. A *FL* havia adquirido uma impressora *offset* que iria chegar em julho de 1969. Tal renovação exigiria instalações novas, o abandono de velhas técnicas e o preparo de pessoal especializado[20]. Também, adquiriram a radiofoto (transmissão de imagens por ondas de rádio), pois o sistema de comunicação da região não permitia ainda a instalação do telex ou de equipamentos de telefotos que dependiam das linhas telefônicas para converter os sinais em imagens.

[19] COM A VELHA máquina a história do jornal. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 set. 1969, p. 2
[20] FOLHA foi conhecer novas artes gráficas. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 maio 1969, p. 8.

A nota rotativa alterou o processo gráfico, cujo resultado foi um aumento da racionalização que promoveu a especialização na redação. Assim, foram criadas as primeiras editorias (local, esporte e regional) e os setores nacionais e internacionais. Além do mais, criou-se uma chefia de reportagem e começaram a se contratar repórteres com a função de procurar notícias, pois até então consideravam que a notícia chegava até o periódico (Trigueiros Filho; Trigueiros Neto, 1991).

Em 1960, já se percebe a derrocada da cultura cafeeira e o tardio ingresso de Londrina no processo de industrialização, se comparada com a tendência dos 575 principais centros urbanos do país. A erradicação do cultivo de café foi liderada pelo Grupo Executivo de Erradicação do Café (GERCA). Vários proprietários perderam as terras, e ocorriam mudanças significativas. O êxodo rural era crescente e Londrina contava com uma população de 134.821 habitantes, sendo que 77.382 (57,4%) se localizavam na zona urbana, e 57.439 (42,6%) na rural[21].

Na externalidade das fontes, os dois periódicos atravessaram reformas gráficas e modernização em momentos diferentes, mas ambos se assemelham pela busca do caráter empresarial. Apesar das campanhas e dos posicionamentos políticos e sociais tecidos com moderação, eles se distanciam da tradição de periódicos combativos, explicitamente partidários e polêmicos que existiam antes das reformas da década de 1950. Na era da modernização, os proprietários de periódicos precisavam ser competitivos, o que exigia relações cooperativas que visavam angariar apoio dos grupos estabelecidos e satisfazer os interesses mais imediatos da população. Nesse período, ao mesmo tempo, precisavam evitar punições e sanções econômicas dos órgãos da repressão e de seus apoiadores ou dependentes.

Os dois periódicos integravam e estavam muito próximos das figurações *estabelecidas* que podiam colaborar para mantê-los em funcionamento, ou não. Nessa fase, a imprensa foi marcada pelo início da alta competitividade, cuja sobrevivência era decidida pelos grandes investimentos econômicos, relacionados à dependência de patrocínios e colaboração oficial. Apesar disso, o poder de um periódico também se vincula à intensidade da sua circulação, à credibilidade e ao impacto das notícias na sociedade.

Mesmo diante de tantos silenciamentos, seleções e posturas ambíguas, os periódicos não poderiam se omitir perante a grande maioria dos *outsiders.* Portanto, era fundamental o equilíbrio na representação de estabelecidos-*outsiders* e na relação com ambos, a fim de definir e manter a sua força no jogo de poder do qual também participavam. Diante da sua função, os

[21] Prefeitura Municipal de Londrina. Dados do IBGE.

periódicos criaram níveis de dependência tanto dos *estabelecidos* quanto dos *outsiders.* Além do mais, cabe verificar o grau de autonomia dos periódicos para determinar o seu gradiente de poder na produção dos textos.

Apesar de representarem parcialidades das realidades sociais, a escolha pelos periódicos diários como fonte de pesquisa histórica se justifica diante da capacidade de veicular uma ampla variedade de indícios sobre a dinâmica dos códigos sociais públicos reivindicatórios. A questão que se impõe é: por que escolher dois periódicos que, embora diários, pertencem a locais distintos e possuem características, estruturas e trajetórias históricas diversas?

Em vez de adotar a abordagem comparativa utilizadas fontes semelhantes, a pesquisa optar em utilizar duas fontes heterogêneas escolhe utilizar a metodologia que promove um potencial ao evidenciar as aproximações e as particularidades dessa imprensa geral que envolve as figurações escolarizadas em realidades locais diferentes, e, embora compartilhem o mesmo campo social, o vivenciavam de forma específica. Logo, o próximo item apresenta o percurso metodológico adotado para compreender as figurações escolarizadas quando realizaram seus códigos sociais públicos reivindicatórios a partir das representações das fontes periódicas.

Ao analisar o *Jornal do Brasil* e a *Folha de Londrina* entre 1964 e 1971, a pesquisa busca captar os interesses políticos, empresariais e editoriais no ato de selecionar e hierarquizar as representações vinculadas às tensões das figurações. A análise interna da fonte indica como funcionava o campo social a partir de uma linguagem própria que exige do pesquisador uma constante reflexão. A metodologia adotada empreendeu, em um primeiro momento, a leitura sistemática das edições, o mapeamento temático, a categorização e a análise de conteúdo para identificar as recorrências textuais/discursivas, e posteriormente problematizar as ausências, os silenciamentos e as intencionalidades que emergem das páginas periódicas.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: UM OLHAR INTERNO PARA A FONTE PERIÓDICA

Para realizar a pesquisa proposta, foram analisadas as edições diárias do *Jornal do Brasil* e da *Folha de Londrina* no período de 1964 a 1971. A quantidade de páginas dos periódicos variava consideravelmente. No caso do *JB*, a média oscilava entre 40 e 120 páginas, sendo que, aos domingos, a quantidade aumentava por incluir mais cadernos, anúncios e reportagens especiais. O periódico contava com cinco cadernos fixos: os *Classificados* e o *Caderno B*, publicados diariamente; o *Caderno do Automóvel*, às quartas-feiras; o *Caderno de*

Turismo, às quintas; e a *Revista de Domingos*, aos domingos. Já o *Caderno Especial* não possuía periodicidade definida, mas geralmente aparecia na edição de domingo.

A *FL*, por sua vez, apresentava entre 16 e 40 páginas em média. Entretanto, entre 1964 e 1968, a média diária era de 16 páginas. Esse padrão foi alterado com a aquisição da máquina de impressão *offset* em 1969, que não apenas melhorou a qualidade gráfica, como também marcou o início de uma fase de experimentações na organização dos textos e nas editorias. Esse processo resultou no aumento do número de páginas, mais imagens e na criação de novos cadernos, como *Sociedade*, *Esportes* e *Rural*.

Cada periódico analisado publicava, em média, entre 300 e 310 edições por ano. No caso da *FL*, tais edições eram numeradas em sequência contínua, independentemente do ano. Foram analisadas 2.322 edições, de nº 3.650 até nº 5.972. Já no *JB*, as edições reiniciavam a contagem a cada ano, começando pelo número um, em janeiro, e chegando a pouco mais de 300 no final de dezembro. No entanto, a partir de 1967, quando o periódico comemorou seu 76º aniversário, essa contagem passou a ser organizada de forma diferente: a primeira edição do ano passou a ser publicada em 9 de abril (data de fundação), encerrando em 8 de abril do ano seguinte. Nele, foram analisadas 2.453 edições, entre os anos LXXIII e LXXXI da publicação.

Depois de localizar as fontes e verificar a disponibilidade e as formas de acesso, o próximo passo da pesquisa foi a coleta primária de dados a partir da leitura diária das edições dos periódicos, com foco nos títulos ou nas primeiras linhas. O objetivo era identificar com uma leitura rápida os textos acerca de instituições, sujeitos, ações e concepções vinculadas às múltiplas figurações escolarizadas, de maneira a realizar um mapeamento temático. Esse processo de seleção foi bastante abrangente e moroso, devido à grande quantidade de ocorrências diárias encontradas nas fontes.

A frequência e a intensidade de atenção à escolarização já indicavam a centralidade assumida em uma sociedade de cultura escrita que vivenciava o processo de internalização do discurso que vinculava a escolarização ao desenvolvimento nacional e a ascensão socioeconômica. Apesar da imagem do processo de escolarização se associar à integração das massas e aos direitos constitucionais, a análise identificou que a sua consolidação e expansão perpetuou a diferenciação de pessoas a partir do estímulo do Estado e de grupos estabelecidos que desejavam controlar e determinar as posições e os comportamentos dos sujeitos dentro e fora das figurações escolares e universitárias.

Ao longo da coleta, notou-se que a maioria da população marginalizada, como os analfabetos e os estudantes do primário, não tinha suas expressas frequentemente nas páginas dos periódicos e, em geral, seus problemas e sua imagem era representada por outros, como

políticas e a imprensa permanecendo excluídos da comunicação e dos códigos sociais públicos reivindicatórios. Na prática, a proposta da escolarização diferenciada aperfeiçoa o *habitus* social de hierarquização por meio de um conhecimento escolar que pudesse contribuir com uma imagem de país moderno integrado às exigências internacionais e que garantisse a sensação de pertencimento e controle dos escolarizáveis e dos movimentos sociais. Nessa conjuntura, mesmo o Estado declarando a sua intenção mínima em participar do investimento educacional, a maioria das pessoas dependiam totalmente do poder público para se inserir nas escolas.

Nesta primeira seleção, percorre-se as edições periódicas, a fim de fazer o mapeamento temático e conhecer a dinâmica de funcionamento das fontes e identificar como surgiam as notícias, como era a frequência, a sequência e a sua localização no periódico. Ao mesmo tempo, também se realizava a extração dos textos. A cada ano, havia temas específicos das conjunturas e temas fixos, portanto a pesquisa manuseou ambos. Apesar da grande diversidade e especificidade, os dados coletados podem ser inseridos em temas gerais (Quadro 1) relacionados a instituições, sujeitos e práticas diretamente vinculadas às figurações escolarizadas. Os temas confirmaram as expectativas iniciais, sem apresentar novidades significativas em relação ao que já se previa encontrar.

Quadro 1 – Temas encontrados nos periódicos (1964-1971)

Intensidade Frequência Sequência	**Temas Gerais**
1	Universidades/faculdades, escolas
2	Ensino primário, secundário, profissionalizante e superior
3	Professores primários, secundários, universitários e profissionalizantes
4	Analfabetismo
5	Educação de adultos
6	Educação de excepcionais
7	Educação infantil

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentro dos debates sobre os temas gerais, desdobra-se uma multiplicidade de temas. A pesquisa destacou principalmente os três primeiros temas gerais do Quadro 1, de onde emergiram as principais representações de figurações escolarizadas, que reivindicavam e protestavam durante o período, como as figurações universitárias, as figurações excedentes, as figurações secundárias e docentes. A operação de selecionar os textos formou a configuração de documentos organizados anualmente a partir da sequência de data e localização formando uma média variável entre 1.500 e 4.000 textos coletados por ano em cada um dos periódicos.

Após esse mapeamento amplo, realizou-se uma segunda leitura mais atenta, a fim de promover uma segunda seleção a partir desse documento produzido. Junto com a leitura mais

atenta, buscava-se destacar os textos e os trechos que seriam transcritos. Essa fase mais vinculada ao problema de pesquisa visava identificar códigos sociais e debates específicos relacionados com as tensões e as disputas em torno da escolarização. Os textos dessa seleção se agrupavam em grandes categorias temáticas, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Tema educacionais

Temas que englobam os sujeitos, instituições e práticas das figurações escolarizadas	**Níveis**	
Grandes categorias temáticas	**Nível de frequência**	**Nível de previsibilidade**
Tempos escolares (férias, voltas às aulas, exames, vestibulares, formaturas, comemorações)	Muito alto	Determinado
Reivindicações locais e nacionais (vagas, universidades, escolas, materiais, professores, autonomia, remuneração, liberdade)	Médio	Indeterminado
Políticas e legislação educacional (leis, decretos, programas, convênios, parcerias, financiamentos)	Alto	Indeterminado
A função da escolarização (desenvolvimento econômico e inserção social para o trabalho)	Alto	Indeterminado
Formação de professores (cursos, palestras, viagens)	Baixo	Relativamente determinado
Questões pedagógicas (métodos de ensino, suportes educacionais, livros didáticos, uniforme, comportamento)	Muito baixo	Relativamente indeterminado
Inclusão de novos sujeitos escolarizáveis (deficientes, analfabetos e pobres)	Médio	Indeterminado

Fonte: Elaborado pela autora.

No decorrer da análise da fonte, algumas categorias do Quadro 2 foram mais frequentes e previsíveis, demonstrando certa estabilidade, mesmo diante de contextos de instabilidade política e socioeconômica. Outros temas, no entanto, surgiam de maneira mais esporádica ou estavam diretamente relacionados a conjunturas políticas específicas. Logo, foram definidas duas escalas apresentadas no Quadro 3 que indicam os níveis de frequência e previsibilidade das categorias temáticas dos periódicos.

Quadro 3 – Níveis de frequência e previsibilidade para analisar os temas

Nível de frequência que aparecem nos periódicos				
Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo
Nível de previsibilidade – localização nos periódicos – lugares e tempos (anos e meses)				
Determinado	Relativamente determinado	Relativamente indeterminado	Indeterminado	

Fonte: Elaborado pela autora.

A escala foi elaborada com base na suposição de uma relação de conhecimento construída exclusivamente a partir da análise das fontes periódicas. No entanto, ao incorporar

o conhecimento historiográfico, torna-se possível alterar o grau de previsibilidade de certas categorias temáticas, como é o caso principalmente de políticas e legislação educacional.

O alto nível de frequência indica a presença constante de determinada categoria nos debates veiculados pelos periódicos. Já a previsibilidade se refere à capacidade de o pesquisador localizar esse tema com maior facilidade, especialmente ao considerar os períodos do ano em que a ocorrência tende a ser mais intensa.

Depois da segunda análise feita com a leitura e a transcrição de parte do *corpus* do primeiro documento formado com a primeira seleção, foram realizados os seguintes procedimentos de organização:

1. Criar para cada ano e periódico um banco de dados, com transcrições e suas referências;
2. Construir outro banco de dados que reúna anualmente as transcrições de ambos os periódicos;
3. Analisar esse terceiro banco de dados, para identificar as figurações específicas (universitárias, escolares, excedentes e docentes) e seus códigos sociais reivindicatórios;
4. Relacionar os dados para observar e extrair as tensões e as reivindicações das figurações representadas;
5. Mapear as intenções e as emoções que os códigos sociais públicos reivindicatórios suscitavam nos sujeitos das figurações, para organizar e construir a narrativa histórica.

A análise da síntese dos dados e a construção narrativa objetiva compreender as dinâmicas sociais geradas nas figurações investigadas. Além da análise temática dos textos, a pesquisa considera a revisão bibliográfica, o que contribui para entender a inserção do objeto a partir das contribuições científicas já obtidas.

Para realizar uma história da educação por meio da imprensa, optou-se pela análise de viés temático, conforme indicado por Zicman (1985), para abordagens com grande quantidade de conteúdo. Os temas que originam as seções se formaram depois que o *corpus* documental foi submetido à análise de conteúdo cujo objetivo era se debruçar sobre os textos buscando as posições e comportamentos dos indivíduos e das figurações que eles se inseriam. Assim, após a seleção dos textos se promove a leitura atenta de todo o texto e a extração e descrição de trechos do conteúdo com potencialidade de uso na investigação.

Como se viu essa seção introdutória apresentou o processo de formação e explicação do objeto de pesquisa e os conceitos figuracionais que, além de teoria, também são metodológicos (Honorato, 2017). Isso porque serviram de modelos tanto para a construção dos questionamentos e reflexões da pesquisa como também direcionaram o olhar do pesquisador durante o processo de seleção das fontes, análise do conteúdo textual e organização temática.

A segunda seção se propõe a questionar a continuidade da imprensa em representar a educação como um "problema nacional", articulando discursos sobre modernização, desenvolvimento capitalista e ordem social junto a uma inegável marginalização de amplos segmentos da população no processo de escolarização. Assim, se questiona a hierarquização e as dificuldades de figurações pobres em acessar e permanecer nas escolas. Ao buscar as reivindicações e protestos a partir das tensões e conflitos se nota a ausência de relatos de mobilizações sociais e vozes contestatórias de estudantes e pais diante do processo de consolidação de uma escolarização inicial precária e excludente. Em contraposição se observa que a imprensa ocupa um lugar de protesto, no qual exerce críticas e denúncias amenas que se intercalam com perspectivas otimistas sobre o avanço da escolarização. Dessa forma, a posição da imprensa sobre esse tema não confronta ou pressiona a ditadura civil-militar a ponto de evidenciar conflitos entre essas figurações.

A seção três aborda as diversas figurações docentes e destaca as tensões entre profissionalização e sua precarização além da organização e da realização de protestos. Nessas figurações a imprensa aparece como espaço de visibilidade para as reivindicações docente e mostra uma das facetas de como os professores vivenciaram a repressão quando precisaram lutar pela sobrevivência e aperfeiçoamento das suas figurações docentes que nesse momento sofriam um processo de desvalorização social e econômica. Examina-se a articulação entre interesses políticos e empresariais no campo educacional, evidenciando o enfraquecimento do princípio de gratuidade escolar como a expansão do ensino privado foi incentivada pela imprensa e pelo governo ditatorial em detrimento ao ensino público. Esta seção ilustra a heterogeneidade do magistério estadual com demandas e códigos sociais que se aproximam.

Na seção quatro, a tese investiga os estudantes secundaristas, enfatizando as suas influencias e os protestos que emergiram no cotidiano escolar. Analisa-se como a escola se tornou palco de manifestações, disputas e conflitos geracionais, marcado pela formação de uma escola precária e autoritária que gera inconformismo nas personalidades juvenis. Esses episódios não são enquadrados pela imprensa como ameaça à ordem social, mas sim aos valores como disciplina e a ordem. Esses conflitos aparecem esporadicamente são indeterminado e geralmente não possuem continuidade nas representações imprensas, o que impede a percepção dos seus desfechos.

A seção cinco apresenta a situação dos estudantes excedentes, candidatos aprovados por notas nos vestibulares, mas que não entravam nas universidades por falta de vagas. Ao reivindicarem "mais vagas" esse grupo engrossou as fileiras dos protestos estudantis. Muitos deles tentavam se enquadrar dentro do perfil ideal de estudante, para fortalecer a legitimidade

das suas demandas. Apesar disso, eram vistos como um problema social que deveria ser eliminado. Assim, surgem os vestibulares classificatórios, com o objetivo de delimitar a existência dos aprovados dentro das vagas e da massa dos reprovados que não tinham mais poder para contestar a sua marginalização.

A seção seis examina as universidades como espaços centrais de conflito político se observa o investimento da ditadura civil-militar e o apoio da imprensa na criminalização de partes dos estudantes que são estigmatizados a partir das suas posições de engajamentos políticos. Nesses momentos iniciais as figurações universitárias que se formam em uma conjuntura de tensão tentam impedir a implantação da Lei Suplicy que visa extinguir as entidades estudantis. Os estudantes utilizaram inicialmente códigos sociais públicos formais para negociarem, mas logo perceberam que, para obterem suas demandas, precisariam de códigos que exercessem maior pressão sobre o governo ditatorial. Diante da inflexibilidade do ministro da Educação se intensificam os conflitos e as posições de enfrentamento.

A seção sete, evidencia a transição para os códigos sociais públicos mais coletivos e informais marcados pelas grandes passeatas, confrontos violentos e promessas oficiais de diálogo e negociações cujo desfecho foi o recrudescimento da repressão e a intensificação da fase de mobilização pública dos estudantes. Os embates mostram que as promessas de liberalização não aconteceriam naquele momento. A seção oito apresenta o auge das mobilizações estudantis que prosseguiram e se espalharam pelo país junto com alargamento das figurações envolvidas nos conflitos estudantis devido ao inconformismo social diante da violência contra os estudantes. Discute-se a sua marginalização do processo reformista e a sua função social assim como a construção da imagem pública do radicalismo político e estudantil na imprensa.

Finalmente, a seção nove aborda o impacto da consolidação da ditadura e da militarização na representação de parte dos estudantes universitários que, de repente, desapareceram das manchetes jornalísticas após o decreto do AI-5 e reaparecem nas pequenas notícias criminais sobre prisões, julgamento e grupos terroristas. Situação que revela de forma mais explícita o aumento da repressão do Estado que ao findar das grandes mobilizações tenta mobilizar uma participação estudantil tutelada. Mesmo assim, a imprensa autocensurada que difundia o otimismo diante do prelúdio do "milagre econômico" também denunciou a legislação revolucionária, a censura e abria brechas para mostrar a insatisfação e o desânimo dos estudantes universitários com os convites oficiais para uma participação controlada e cerceada pelo Estado.

2 EDUCAÇÃO: O “PROBLEMA NÚMERO UM DO BRASIL”

Como destacou Azanha (1993) a educação enquanto “problema nacional” que provém de uma percepção coletiva formada por pressões sociais que a torna uma questão de governo pode não ser mais antiga que a República. Isso porque, como apontou Nagle (2009) foi na década de 1920 que a educação adquire importância à medida que passa a integrar o programa de diversas organizações e movimentos políticos se tornando parte dos problemas nacionais, mas ao mesmo tempo, havia grupos formados na década de 1910 em um ambiente de “entusiasmo educacional” que via a escolarização como o instrumento principal de progresso para o país e continuavam a perpetuar essa supervalorização. Um dos principais padrões do pensamento educacional de 1920 para Nagle (2009, p. 125) foi considerar a “escolarização como problema vital, pois da solução dele dependeria o encaminhamento adequado dos demais problemas da nacionalidade”. A escola primária seria a formadora do caráter nacional com a capacidade de regenerar o homem

O mesmo foi dito por Carvalho (1989) ao frisar que nesse período o papel da educação foi hiperdimensionado pelos intelectuais que se propunham a pensar o Brasil e avaliar a República. Para a autora tratava-se de um projeto autoritário, ou seja, educar era modelar um povo amorfo conforme os anseios da “ Ordem e Progresso” de um grupo que se autoinvestiu da autoridade de o fazer. Para a autora posteriormente em 1930 os pioneiros reproduzem a ideia da educação como um cimento nacional que evitaria conflitos de classe (Carvalho, 1998).

As crises políticas, sociais, econômica e internacional de 1920, junto com a urbanização foram decisivos para a percepção coletiva da educação como recurso de ascensão social inacessível. Essa concepção que trazia a insatisfação coletiva se traduz no Manifesto dos Pioneiros de 1932 que representou a tomada de consciência da educação como problema nacional (Azanha, 1993).

Como visto, a historiografia educacional mostra que o discurso da escolarização como “problema nacional” foi uma prática social que se formou desde o início da República e que se estendeu durante a ditadura civil-militar. A imprensa periódica, representada pelo *JB* e pela *FL* aponta essa continuidade quando veicula fragmentos dos fenômenos sociais, das opiniões, dos silêncios e das crenças sociais que indicam os interesses de grupos que disputam o controle da escolarização ainda compreendida como prática reguladora de comportamentos e emoções sociais.

A imprensa periódica da década de 1960 não era aquela incendiária, anedótica e partidária do século XVIII e XIX, gradualmente, essa imprensa engajada se profissionaliza e absorve a crença científica da neutralidade, o que transforma a denúncia combativa em texto informativo. Ao longo dessas mudanças, Capelato (2015, p. 115) destaca que a imprensa assume um lugar privilegiado para "interpretar e formar a opinião pública".

Mesmo sob o discurso de imparcialidade, a imprensa continuou a tentar influenciar a agenda nacional e política, ao fomentar (des)consensos, intervenções e influenciar aqueles com funções decisórias. Embora, de acordo com Kucinski (1998), a década de 1960 tenha sido o momento em que a imprensa liberal das democracias ocidentais adquiriu a maior expressão de autonomia, no Brasil esse fenômeno foi vivenciado dentro dos limites impostos pelo autoritarismo pós-1964. Além disso, para o autor a grande imprensa brasileira era padronizada, porque havia apenas pequenas nuances que a diferenciavam. No caso dos periódicos, eram majoritariamente oficiais e identificados com grande parte das políticas públicas do regime ditatorial.

No início da ditadura civil-militar, a grande imprensa nacional e regional, aqueles que em parte conspiraram ou apoiaram o golpe civil-militar, representou em suas páginas elogios e justificativas à ditadura. Além disso, exaltaram com grande otimismo os novos tempos vinculados à marginalização da oposição e a crenças, como a eficiência política caracterizada por decisões e ações rápidas, sem a suposta morosidade do processo democrático e dos impasses criados por opositores políticos e conflitos sociais.

Por outro lado, a imprensa periódica estava envolvida em uma rede de interdependência associada com as relações políticas e empresariais além das crenças sociais e do projeto editorial. Mesmo assim, não se pode desconsiderar, principalmente antes do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que havia espaço para uma relativa autonomia jornalística, que após o período diminuiu com a intensificação da autocensura e da sistematização da censura (Aquino, 1999; Smith, 2000; Barbosa, 2007; Fico, 2002).

Essa situação da imprensa pode ajudar na compreensão da sua representação da "escolarização como problema". Nesse sentido, esse discurso aparentemente crítico, não se convertia em ataque direto ao governo ditatorial. Era uma crítica indeterminada ou dirigida a muitos sujeitos, ou seja, se dividia a culpa para a sociedade brasileira, os políticos ou empresários. Em inúmeros momentos, esse problema era definido como uma herança muito antiga ou uma tradição do país. Ou seja, as deficiências da escolarização eram representadas como consenso social aceito, mas não havia uma cobrança direta ao novo regime diante da manutenção dos problemas. Aqui se percebe como o processo tardio e deficitário de intervenção

do Estado na educação se refletia na precariedade do sistema educacional e na dificuldade de o responsabilizá-lo.

Logo, o título da seção: “Educação, o ‘problema número um do Brasil’” expressa uma ideia amplamente difundida nos periódicos, proferida por diversos sujeitos das figurações escolares e daqueles que circulavam por ela ou se referiam a mesma. A frase apresenta uma situação de tensão entre o processo de consolidação de uma escola precarizada e a continuidade da crença social da escolarização enquanto instrumento capaz de resolver os problemas nacionais, que nessa conjuntura era a formação de um desenvolvimento econômico, social e cultural capaz de aproximar o Brasil dos padrões de países bem-sucedidos no sistema capitalista, como os Estados Unidos.

Mesmo assim, não se pode desconsiderar que os periódicos atuaram como agentes que exerciam pressões sociais, pois ao denunciarem as mazelas escolares ou defenderem políticas públicas, modelavam parte das percepções sociais sobre a escolarização. Isso era exercido conjuntamente por outras figurações nacionais de maior e menor nível de poder, assim como por órgãos internacionais.

Desde a década de 1950, defendia-se fortemente a universalização da escola pública e gratuita, sobretudo no nível primário, concepção que adquire maior atenção do Estado em 1930, quando a educação foi reconhecida legalmente como direito. A educação primária se alicerçou sobre as ideias de civilização do povo pela escola, os valores cívico-patrióticos e os pressupostos da educação integral, no entanto, ainda em 1960, esse ensino atendia menos de 60% das crianças em idade escolar (Souza, 2008).

Além da insuficiência de vagas, outros obstáculos comprometiam o acesso e a permanência na escola, como a repetência, a evasão escolar, a escassez de professores e a condição de pobreza das famílias dos estudantes. Até a década de 1960, a escola pública era vista como detentora de um ensino de qualidade, mas ainda se restringia a poucas crianças e a obrigatoriedade escolar era de apenas nos quatro anos do curso primário.

No Brasil, os princípios escolanovistas de 1930 atingem o seu auge por volta de 1960, quando logo entra em refluxo, devido a uma nova tendência da política educacional com base nos “meios de comunicação de massa” e nas “tecnologias de ensino” (Saviani, 2008). Era a escola de massa que se formava na década de 1960, segundo Bittar (2023), ela não era mais extremamente seletiva e também não era mais considerada de “boa qualidade” e, portanto, não orgulhava mais as pessoas. Essa nova escola mais popular era vista e representada como sinônimo de vergonha, pois a sua incapacidade de implantar os padrões escolares baseados em metas internacionais e nacionais estigmatizava o país, além disso, a inserção de grupos

populares faz com que o pequeno grupo privilegiado que frequenta a escola pública se amplie o que diminui o nível de *status* dessa escola e dos seus integrantes.

Para Romanelli (1978, p. 14), as mudanças no sistema educacional na década de 1970 se aceleraram a partir de 1930, quando o ensino se expandiu em consonância com o "crescimento sensível da demanda social de educação", resultado do crescimento demográfico e da urbanização. A escola existente era considerava-se inadequada para as necessidades de uma sociedade em processo de industrialização.

Em 1960, a população brasileira era de 70.119.071 de habitantes, com taxa de 35% de analfabetismo, havia 7.580.002 milhões de matrículas no ensino primário e apenas 1.177.429 no ensino médio (Romanelli, 1978). Com base em índices apurados pelo próprio MEC, em 1964, a taxa de alfabetização no Brasil atingiu 66,0% para a faixa de 7 a 11 anos, e de 66,4% para 12 a 14 anos. Pelos dados do IBGE, do recenseamento de 1960, o percentual de analfabetos alcançou 60,52% na classe de 15 anos ou mais[22].

Sobre esse tema, o *JB* noticia a fala do presidente Castelo Branco sobre o que representava o analfabetismo das novas gerações: "Perder metade do precioso elemento com que podemos contar para o progresso econômico"[23]. No mesmo sentido, durante a abertura dos trabalhos do Censo Escolar Nacional, o ministro da Educação Suplicy destacou que 50% da população adulta de brasileiros era formada por analfabetos: "analfabetismo é não somente motivo de vergonha como constitui a causa predominante das principais e maiores dificuldades com que se defronta a Nação"[24].

Os trechos dos discursos políticos, reforçam a representação do analfabetismo ou dos problemas da escolarização como responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico do país. O ato de relacionar diretamente a escolarização com o fator econômico do país se relaciona à circulação da Teoria do Capital Humano, desenvolvida na década de 1960, por economistas estadunidenses e ingleses. De acordo com Arapiraca (1979), o seu objetivo era encontrar fórmulas que compatibilizassem o crescimento econômico com a distribuição das rendas nacionais. Na época, a preocupação principal era atingir o pleno emprego do capital na produção de bens e na eliminação das crises cíclicas do capitalismo.

Para a Teoria do Capital Humano "à medida em que o seu nível de educação cresce, cresce também sua renda, no pressuposto de que é pela educação e pelo treinamento que a produtividade do indivíduo aumenta" (Arapiraca, 1979, p. 33). Logo, um maior índice de

[22] ESCOLAS recebem 66% das crianças. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1968, p. 15.
[23] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 147, 24 jun. 1964, p. 3.
[24] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 260, 04 nov. 1964, p. 5.

estudos corresponde a um maior número de ganhos de habilidades cognitivas. Enfim, quanto maior o grau de produtividade, maior será a cota de renda percebida pela pessoa. De acordo com Arapiraca (1979), a teoria visava impor uma noção de neutralidade conceitual do capital, desenvolvida em função de uma visão ideologizada da economia da educação. Dessa forma, o autor discordava da ideia de que a educação seja um capital e de que todos sejam capitalistas.

Um dos principais representantes da teoria foi o economista Schultz (1967), ao defender que as pessoas investissem cada vez mais em si principalmente por meio da escolarização e do treinamento, o que influenciava o crescimento econômico. Por isso, o autor entende que o capital também é humano, porque está configurado no homem e, portanto, é uma fonte de satisfação futura e de futuros rendimentos (Schultz, 1973).

Na coluna de economia *Tendências* do *JB,* escrita pelo jornalista Nahum Sirotsky, que perdurou durante o ano de 1965, era perceptível como a Teoria do Capital Humano impactou o pensamento jornalístico no Brasil. Em um dos textos, ele ressalta que as estruturas atuais da educação brasileira não atendem às necessidades nacionais, pois "correm ao dispor do poder do próprio sistema educacional. Nada se faz de objetivo, ou de prático, porque os velhos mestres sabem como inventar obstáculos às reformas necessárias". Ele ainda enfatiza ideias comuns como: enquanto não se "reconhecer que a educação está vinculada ao desenvolvimento e o futuro do país continuaremos no subdesenvolvimento"[25].

Ao abordar a palestra proferida na IV Conferência da Comissão Nacional da UNESCO, que ocorreu em março, Sirotsky (1965) destaca a fala de Philip Coombs, diretor do Instituto de Planejamento Educacional, sobre a constatação do crescimento das matrículas nas escolas "com um aumento de mais de 300 milhões de matrículas no mundo entre 1950 e 1960" e alertava que, em diversos países, estudantes secundários se preparam para as escolas superiores, mas não se prepara um número suficiente de técnicos de nível médio para atender às necessidades do crescimento econômico. Coombs adverte que, se nada for feito, muitos jovens estarão desempregados ou subempregados.

Essa discussão internacional estava no centro do debate educacional na imprensa e no foco das políticas públicas da ditadura civil-militar, cuja intenção era regular a escolarização com o objetivo de direcionar o crescente contingente de estudantes do secundário para o ensino técnico, para controlar o acesso ao ensino superior que se tornava uma demanda social cada vez mais crescente.

[25] SIROTSKY, Nahum. Missão da Bird. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 199, 26 ago. 1965, p. 13. Tendência.

Como resposta para Coombs, Sirotsky (1965) propõe uma solução afinada com as concepções da imprensa e do governo que defendem uma escolarização direcionada para o trabalho.

> Por que não transformar a escola primária rural numa escola de preparação de homens para o trabalho no campo? Por que não flexibilizar o ensino primário urbano de forma a que implique para o aluno no caminho para a vida enquanto jovens e apresentem aptidão para o trabalho? Por que não atualizar o ensino médio, multiplicando os núcleos de formação de técnicos, motivando a ação dos seus? Por que não enfrentar o problema da universidade desvinculada do desenvolvimento do país? (Sirotsky, Nahum. ABC da educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 198, 25 ago. 1965, p. 13. Tendência).

As publicações de Sirotsky (1965) sobre as péssimas condições da educação no Brasil resultaram em numerosas cartas, mas o que surpreendeu o jornalista foi a surpresa dos leitores diante da divulgação de dados que não são novidades, como o fato de cerca de 50% das crianças brasileiras não frequentarem escolas, da falta de salas de aula e de que a maioria dos que entram nas escolas não conclui sequer o curso primário. O jornalista cita que os padres Nóbrega e Anchieta já diziam: "que o principal problema brasileiro é a educação" e reitera.

> Insistimos em desenvolvimento e continuamos esquecendo que ele é impossível sem o homem. [...] O que sempre nos surpreende a respeito do Brasil é que jamais tenha surgido um movimento de âmbito nacional que vise à preparação do homem para o desenvolvimento (Sirotsky, Nahum. Voltando a educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 197, 24 ago. 1965, p. 13. Tendência).

A Teoria do Capital Humano, respalda uma escolarização controlada, diferenciada, aligeirada e restrita enquanto meio direto para o desenvolvimento econômico nacional e pessoal. Esse pensamento que circula na imprensa a partir das vozes impressas de políticos, intelectuais, estudantes, professores, jornalistas e especialistas transmite uma impressão de que revestir a escolarização dessa roupagem de ensino mais técnico era uma ideia positiva e consensual. A defesa de uma escola "pratica" ou técnica-profissional, junto com a escola primária integral já fazia parte do pensamento educacional desde a década de 1920, como mostrou Nagle (2009), mas essa concepção não alterou o ensino secundário, que permaneceu intacto. Já durante a ditadura, essa discussão se transfere principalmente para o secundário considerado ultrapassado por estar inserido em uma cultura literária que não era vista como útil, portanto dispensável para a massa escolar. Essas ideias, repetidas diariamente na imprensa por uma elite se internalizam em grandes contingentes de ouvintes e leitores, que cada vez mais passam a se preocupar e se sensibilizar com a escolarização enquanto modo de sobrevivência estritamente relacionado ao trabalho e à ascensão econômica e social.

A preocupação com a escolarização foi apresentada em pesquisa realizada em julho de 1964 pela Marplan[26] e pelo *JB*, realizada no Rio de Janeiro (260 entrevistados) e em São Paulo (302 entrevistados). A pesquisa questionou quais eram os problemas nacionais que necessitavam de solução imediata, e as respostas foram, respectivamente: o custo de vida, a educação, o combate ao comunismo e o combate à corrupção[27].

A educação escolarizada passa a ocupar um espaço que a tornou preponderante para a sobrevivência de sociedade que a transformou em um requisito para o trabalho e para o exercício político. Desse modo, à medida que a escolarização se expande e se impõe sua função social formativa parece diminuir cada vez mais. Durante esse período, esse caráter da formação escolar já era percebido pela população como um símbolo de poder, mas ainda não havia um acesso amplo e irrestrito ao ensino primário e secundário.

Desde o início de 1964, o *JB* denunciava a ineficiência e a falta de informação e de dados sobre o país, inclusive sobre a situação escolar. Em reportagem, um dos jornalistas questionou: "Quantas crianças estudam hoje no Brasil? " e destacou que o MEC não tinha resposta, pois o último recenseamento havia ocorrido em 1960[28]. Logo, o governo anunciou a realização do I Censo Escolar Nacional, previsto desde 1963, sendo uma das primeiras ações aplicadas pela ditadura civil-militar no ensino primário, realizado em novembro de 1964.

Com o objetivo de mostrar a realidade brasileira da educação primária, o levantamento tinha como alvo a população de 5 a 14 anos que necessitava de escolarização. Para isso, o MEC e o IBGE trabalharam juntos e contaram com a colaboração direta dos governos estaduais e municipais. Cabe lembrar que a LDB, de 1961, já previa levantamentos anuais das crianças em idade escolar por meio do censo, o que não acontecia.

Diante da ação do governo federal, o *JB* se posiciona, ao indagar: "Mas para que Censo?". Para o periódico, não tinha sentido aplicar um Censo Escolar Nacional sem criar estruturas para receber os alunos[29]. Isso porque não era preciso de um censo para comprovar que, em todos os níveis, a escolarização brasileira era "escassa, dura pouco e tem má qualidade", pois não se cumpria a obrigatoriedade escolar, devido ao déficit de professores e de

[26] Marplan (Pesquisas e Estudos de Mercado) era uma empresa originada a partir do Departamento de Pesquisa da McCann-Erickson, criada em 1948. Destacam-se os 'Estudos Marplan' sobre os hábitos de leitura de jornais e de revistas pelos diferentes segmentos de população, o que se tornou informação indispensável para decisões sobre publicidade na mídia impressa, a partir dos anos 1960 e até os dias atuais. ABEP. Disponível em: https://abep.org/primeiras-empresas/. Acesso em: 30 set. 2025.
[27] PROBLEMAS nacionais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 169, 19-20 jun. 1964, p. 16. Pesquisa.
[28] MAYRINK, José Maria. Dois anos depois a educação na base da lei. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 50, 28 fev. 1965, p. 1 Caderno Especial.
[29] CENSO da insensatez. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 261, 05 nov. 1964, p. 6.

espaços[30]. Essa crítica expressava uma racionalidade gerencial que questionou a falta planejamento e de objetivos do Estado.

Nesse sentido, o *JB* apontava a Guanabara como exceção e exemplo de Estado que havia superado os problemas básicos da escolarização, como, por exemplo, espaços e professores, devido às ações práticas do secretário da educação, Flexa Ribeiro. Ou seja, aumentou o número de salas e, posteriormente, realizou o censo escolar, em maio de 1964, por iniciativa própria, para garantir a obrigatoriedade escolar do ensino primário[31]. Em reportagem de Callado (1964), o periódico enalteceu os feitos do secretário na educação, como o fim das longas filas para matrícula em escolas estaduais; o Decreto nº 808, de 9 de janeiro de 1964, que tornou compulsório o ensino primário estadual e a criação do cargo de Inspetor de Obrigatoriedade Escolar[32].

O *JB* apoiava o secretário como futuro candidato a governador da Guanabara, Flexa Ribeiro, oferecendo espaço privilegiado em textos e dados que elogiavam a sua gestão na educação, como fazia ao noticiar o fim do déficit de vagas no ensino primário: das 675.616 crianças recenseadas, apenas 19.270 estavam fora da escola, e já havia 27.278 vagas disponíveis na rede pública estadual[33]; era um índice de 97% de crianças em idade escolar obrigatória nas escolas em 1965[34].

Essa articulação do *JB* enaltecia o secretário Flexa Ribeiro pela eficiência local e defendia tal gestão educacional como um modelo de sucesso na escolarização que deveria ser seguido por outros Estados. Os textos visavam ampliar o prestígio político e a credibilidade administrativa. O periódico expressava uma racionalidade na qual compreendia que grande parte dos problemas escolares (falta de professores, espaços, planejamento) era apenas de caráter administrativo.

Mesmo assim, o *JB* destacava que, apesar da Guanabara ter conseguido êxito no ensino primário, a situação não era partilhada por outros Estados, como o próprio Rio de Janeiro, onde os dados chamados de "não oficiais" divulgados pelo periódico apontavam que apenas "50% das crianças em idade escolar eram atendidas pelo ensino público" (270 mil estavam matriculadas nas escolas estaduais, entre 130 e 150 mil não frequentavam escolas, e entre 100

[30] CENSO Escolar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 112, 12 maios 1964, p. 6.
[31] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 108, 09 maio 1964, p. 15.
[32] CALLADO, Antonio, Escola Primária deixou de ser problema no Rio de Janeiro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 229, 27 set. 1964, p. 16.
[33] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 180, 01 ago. 1964, p. 13.
[34] COUTINHO, Luís Paulo. Censo escolar diz que 66,2% das crianças já vão à escola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 273, 21-22 nov. 1965, p. 30.

e 130 mil eram atendidas pela rede particular)[35]. Para reforçar o debate, divulgava informações prestadas pelo secretário de educação, Luís Brás, a partir do levantamento da Divisão de Orientação e Pesquisa, que revelou que 200 mil crianças do Estado, entre 6 e 15 anos, estavam fora da escola por falta de vagas[36].

O Censo Escolar também recebeu a atenção da *FL*, que o definiu como um mapeamento da situação do ensino primário para viabilizar a estrutura necessária à ampliação do acesso escolar. Na *FL*, ao contrário do *JB*, não houve críticas ao censo, e a medida foi enaltecida como a "mais séria e de maior alcance social" adotada pelo governo vigente[37]. Em editorial, a *FL* ainda destacou o potencial do censo para desmistificar "dados falsos", como os que afirmam a falta de vagas em Londrina. Para o periódico, o problema consistia na preferência dos pais por grupos escolares do centro, em detrimento dos bairros e das vilas, onde havia vagas disponíveis[38]. A *FL* também publicou reportagem na qual o articulista repetia que a educação era "o problema número um do país" e que não tinha sido encarado como tal. O texto apontou mais uma vez o problema da falta de vagas no primário.

> O problema começa no curso primário, passa a ganhar corpo à medida que se procura adentrar os cursos ginasial, colegial ou superior. Todos reconhecemos o mérito e o valor do ensino particular entre nós, do qual, aliás, não podemos prescindir. [...] hoje, a poucos é dado cursar um estabelecimento de ensino particular. [...]. Os estabelecimentos oficiais, por sua vez, não têm condições para atender à grande demanda (Rezende, Claret Antonio. Destaque. Educação e Ensino. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3915, 05 mar. 1965, p. 3).

Após fazer o censo, a *FL* divulgou a ausência de medidas concretas por parte das autoridades que, apesar das promessas, alegavam a falta de tempo para as correções[39]. A *FL* ainda problematiza que, embora visasse o planejamento da educação, gerou expectativas quanto às providências concretas do MEC para efetivar o acesso escolar[40]. Ao abordar o nível de desenvolvimento da escolarização em âmbito nacional, uma reportagem apresentou a entrevista do diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Carlos Pasquale, para quem o ensino primário ainda era "o problema dos problemas da educação nacional". Isso porque pouco mais da metade da população em idade escolar tinha acesso aos estudos. Na pesquisa, houve dados estatísticos que atestavam a precariedade da escolaridade em 1960.

> De 9.154.789 crianças de 7 a 11 anos, apenas 4.855.789 foram admitidas à matrícula [...] O índice de alunos que abandonam as aulas já antes do ano letivo é de 14%, sendo

[35] RIBEIRO, Luz. Escolas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 140, 16 jun. 1964, p. 12.
[36] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 193, 18 ago. 1964, p. 18; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 54, 07-08 mar. 1965, p. 05; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 52, 05 mar. 1965, p. 07.
[37] OLIVEIRA, Junior. Brasil de amanhã. *Folha de Londrina*, Londrina, 04 nov. 1964, p. 03.
[38] CAMPANHA pioneira. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3824, 10 nov. 1964, p. 02.
[39] ESCOLAS para todos. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3913, 27 fev. 1965, p. 2.
[40] *Folha de Londrina,* Londrina, n. 3818, 04 nov. 1964, p. 08; EDITORIAL, Campanha pioneira. *Folha de Londrina,* Londrina, n. 3824, 10 nov. 1964, p. 02

> que 37% dos alunos são reprovados. A escolaridade média da criança brasileira, no período 1955-1959 apenas dois anos (Fleury, Sérgio. Enquanto crescem as escolas nível do ensino vai baixando. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 124, 30 maio 1965, p. 14).

Em outras reportagens assinadas ou não, utilizavam-se dados produzidos pelo Censo Escolar que percorreu 3.805 municípios e apurou que 66,2% das crianças brasileiras em idade escolar (7 a 11 anos) estavam nas escolas. Em uma delas destaca-se que a média de frequência era de 85% na zona urbana e 15% na rural, com 108.729 prédios escolares no Brasil[41]. Portanto, de um total de quase 14 milhões de crianças entre 7 e 14 anos, mais de 4 milhões não frequentavam a escola[42]. À medida que os dados foram apurados, os números se atualizavam. Havia no país 1.237.335 escolas de ensino primário, com 10.659.391 alunos e 393.001 professores; 6.608 escolas de ensino secundário, com 2.483.212 estudantes e 124.138 professores e no ensino superior, 1.304 faculdades, com 180.109 universitários e 36.109 professores[43].

Assim como faz o *JB,* a opinião editorial da *FL* defendeu a eficiência escolar local, enquanto também denunciava os problemas educacionais de municípios próximos, como Arapongas, ao divulgar que cerca de 3.500 crianças corriam o risco de ficar sem estudar devido à falta de escolas em 1965[44]. Contraditoriamente, ao ressaltar que poucos Estados, como a Guanabara, conseguiram superar a falta de vagas nas escolas primárias, sendo Londrina um dos lugares em que a falta de vagas não foi solucionada, o jornalista da *FL*, Rezende (1965), no início do ano letivo, destacou: "Prolonga-se o sacrifício dos pais, que veem os filhos perderem um tempo precioso, enquanto aguardam que o novo ano chegue e, com ele, a vaga desejada"[45].

Na esfera municipal, além da falta de vagas em Londrina, havia escolas primárias com três turnos diários, cada qual com a duração de três horas, porém às vezes quatro, o que era advertido pela SEC. A medida se fundamentava no artigo 4º, letra "b", das Normas Educacionais da SEC, que previa que a quarta hora só poderia ser exigida com autorização do diretor do Departamento de Educação[46]. Para minimizar o problema, a Câmara de Londrina aprovou o Projeto de Lei n.º 146-65, do prefeito José Hosken de Novaes, que criou seis escolas

---

[41] COUTINHO, Luís Paulo. Censo escolar diz que 66,2% das crianças já vão à escola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 273, 21-22 nov. 1965, p. 30.
[42] CRIANÇAS em idade escolar sem frequentar escola são mais de 4 milhões no país. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13-14 mar. 1966, p. 13.
[43] ESCOLAS recebem 66% das crianças. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1968, p. 15.
[44] ESCOLAS para todos. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3913, 27 fev. 1965, p. 2.
[45] REZENDE, Claret Antonio. As aulas. *Folha de Londrina*, Londrina n. 3902, 14 fev. 1965, p. 3. Destaque.
[46] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3925, 16 mar. 1965, p. 8.

de ensino elementar na zona rural e autorizou a doação de terrenos para construir prédios escolares[47].

Em 1969, a SEC de Londrina estimava que 5 mil crianças poderiam ficar sem acesso à escola, o que motivou a TV Coroados a lançar a campanha do Mutirão da Educação. O objetivo era mobilizar a comunidade para construir 36 salas de aula nas escolas primárias municipais. A campanha foi inaugurada em reunião com a presença do prefeito Dalton Paranaguá, da inspetora Mercedes Madureira, além de diretores, representantes de associações e membros da comissão organizadora, como Nely Casali, Mario Fuganti, Ricardo Spinosa, o vereador Antonio Del Ciel e o vice-prefeito Victor Pimenta Cunha (Figura 6). A secretaria do Mutirão se instalou no antigo prédio da prefeitura, e as doações em dinheiro, materiais de construção ou outros bens podiam ser feitas também em agências bancárias, com ampla divulgação pelas rádios locais[48].

Figura 6 – Mutirão da educação



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 3 jun. 1969, p. 1

Nessas breves amostras, já se notam as diferenças entre estados e municípios próximos, como a Guanabara, onde sobravam vagas no ensino primário, e estados como o Rio de Janeiro, Arapongas e Londrina, que não conseguiam atender essa demanda[49]. Embora ambos os periódicos se empenhassem em reforçar a superioridade escolar dos seus respectivos municípios a partir da capacidade de garantir vagas para todas as crianças em idade escolar, o seu caráter diário acabava por mostrar parte da realidade social, por meio dos articulistas e dos próprios fenômenos sociais publicados. Ou seja, não deixavam de evidenciar os problemas educacionais do entorno e dos próprios municípios e estados. Esse movimento apontava tanto

[47] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4132, 12 nov. 1965, p. 16.
[48] COMEÇOU o mutirão da educação. *Folha de Londrina*, Londrina, 3 jun. 1969, p. 16.
[49] ESCOLAS primárias recebem apenas 73.829 inscrições durante o prazo de matrícula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1968, p. 16; É INSUFICIENTE a rede escolar do estado do Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03-04 mar. 1968, p. 22.

para as diferenciações municipais quanto para a escolarização como símbolo de poder municipal e político, capaz de transferir poder a sujeitos, grupos e lugares.

Embora as notícias divulgassem com otimismo o crescimento dos números de estudantes, também destacavam a insuficiência da expansão das redes escolares, além de denunciarem a negligência do poder público. Face ao crescimento populacional infantil, a *FL* mostrou que o ensino primário não o acompanhava e, portanto, a responsabilidade deveria ser compartilhada entre estados e municípios: "cabendo aos municípios o atendimento do meio rural e, ao estado, os centros urbanos e distritos".

Logo, a *FL* acusava principalmente o Estado paranaense de não fazer a sua parte, ou seja, construir grupos escolares o suficientes e nomear a quantidade necessária de professores. Em compensação, defendia que a prefeitura cumpria a tarefa, destacando que Londrina investia na ampliação e no reaparelhamento de cerca de 250 unidades escolares com mais de 300 professores, mesmo diante da escassez de recursos[50].

Portanto, apesar das omissões, a posição dos periódicos ao formular as informações divulgadas pode indicar as vinculações a grupos e valores defendidos. Assim como o *JB*, a *FL* mostra suas tendências políticas, ao elogiar a atuação da administração municipal dos quatro anos anteriores. Isso demonstra abertamente o apoio político e a proximidade com a administração do prefeito José Hosken de Novaes, que foi ex-partidário da UDN e, depois, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Assim diz o articulista da *FL*.

> À prova disso é que, nesse período de governo, mais de sessenta salas de aulas foram construídas mobilizadas. Tal número, somado àquelas já existentes, vem perfazer um total de 128 escolas em funcionamento na zona rural e 37 na zona urbana. Com isso, nada menos que 235 classes funcionam na zona rural e 94 na zona urbana, proporcionando ao Município o ensino e formação escolar primária a milhares e milhares de crianças (Rezende, Claret. Mais escolas. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 set. 1968, p. 3. Destaque).

Em 1971, o editorial da *FL* propagandeou com entusiasmo que a situação do ensino nas escolas primárias municipais vivia um momento "quase que inédito":

> Ao contrário das costumeiras informações sobre classes abarrotadas, falta de vagas, crianças sem escolas, anuncia-se o contrário: sobraram vagas e salas nas escolas municipais. O Brasil vem lutando, há tempos, contra o fantasma do analfabetismo. E, sem dúvida, o analfabetismo é um dos grandes problemas nacionais, um dos óbices mais amplos ao progresso nacional. Lutar contra o analfabetismo, atingir ao máximo a todos os brasileiros, levando-os à senda do saber, é a tarefa imprescindível a todos os programas objetivos de desenvolvimento [...] é fora de dúvida que se se realizar um esforço total buscando oferecer escola a todas as crianças, a partir dos 6 ou 7 anos (Acontecimento raro. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 mar. 1971, p. 6).

[50] ENSINO primário em Londrina mais de 30 mil alunos em 176 escolas. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 set. 1968, p. 16; ENSINO, o problema. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 dez. 1968, p. 3; COMEÇOU o mutirão da educação. *Folha de Londrina*, Londrina, 3 jun. 1969, p. 16; *Folha de Londrina*, Londrina, 14 set. 1969, p. 16.

A intenção do editorial era usar dados para comprovar a capacidade de Londrina de absorver o acréscimo significativo de estudantes a partir de 1970. Com o total de 4.929 alunos matriculados, as escolas municipais absorveram um acréscimo de quase 40%, em relação ao ano anterior. O mesmo otimismo escolarizador foi visto na capa do periódico.

> O problema de Londrina foi resolvido pela prefeitura: construir sala de aula suficientes para hoje, o município poder dizer que não tem criança sem escola. Só na zona urbana há 1500 vagas sobrando (Escolas municipais de Londrina têm vagas sobrando. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 abr. 1971, p. 1).

As notícias divulgavam a ideia de uma corrida implacável pelo aumento das redes de ensino municipais influenciadas pelo crescimento demográfico devido à consolidação do *habitus* escolar. Isso era visto como um desafio e uma oportunidade para os políticos que precisavam responder a coletividade social da qual também dependiam para se manter ou galgar melhores posições de poder.

A dinâmica da imprensa realizava um movimento entre a crítica administrativa e o apoio político, o que evidenciava sua intencionalidade de legitimar certos personagens e grupos, envolvendo-os de forma positiva no movimento em prol da escolarização. Considerando a articulação representada na *FL* e no *JB,* compreende-se que a escolarização adquire cada vez mais o *status* de recurso político que se mobiliza desde a escala federal até a municipal.

Porém, garantir vagas para todos os estudantes em idade escolar não sustentava por muito tempo o *status* de eficiência escolar que políticos, estados e municípios queriam propagandear. Em contraposição ao relato de sucesso do ensino primário da Guanabara em 1964, e de Londrina em 1970, havia notícias que mostravam uma péssima imagem "nós" do Brasil, diante dos níveis de escolarização. Em uma delas, foi divulgado que, de acordo com os critérios da UNESCO, era classificada como "catastrófica" a taxa de progressão de alunos do primeiro para o segundo ano nas escolas primárias do Brasil. Isso porque "para mil alunos de primeiro ano matriculados em 1967, passou à segunda série, no ano seguinte apenas 454".

> A constatação está no documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) resultado de uma pesquisa realizada na Guanabara para verificar o panorama do ensino primário em todo o Estado. No ano de 1967, a taxa de promoção do primeiro para o segundo ano no Brasil foi de 53%, ao passo que, na própria América do Sul, as percentagens de aprovação situam-se geralmente acima de 70%. O Equador, por exemplo, obtém 72% e a Venezuela, 71%. Nos dados apresentados na publicação da OEA, *Normas de Promoção e o Problema da Repetência*, verifica-se que o Brasil é o país de mais baixa taxa de alfabetização da América Latina, entre os citados. A Argentina, por exemplo, apresenta 82% de aprovação na primeira série, a Bolívia, 90%, Costa Rica, 92%, Nicarágua, 78%, Honduras, 76%, Panamá, 76%, Colômbia, 75%, El Salvador, 64% e Paraguai, 63% (Progressão de aluno é pequena. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1971, p. 23).

Tal pesquisa revela que o Brasil possuía um dos piores índices de alfabetização da América Latina. Essa situação confirmava tanto a incapacidade do país nesse setor, quanto o

desrespeito ao direito de escolarização das crianças defendido universalmente por países do Ocidente político, que tinham padrões e orientações que o governo brasileiro precisava seguir. Logo, essa imprensa periódica se movimentava em duas direções, quando abordava a escolarização. Ora agia de forma positiva, quando enfatizava a eficiência escolar municipal dos locais a que pertencia, ora denunciava os problemas de âmbito nacional e o *habitus* político de descaso e desvalorização.

Na análise, também se percebe uma divisão de funções e prioridades entre os poderes públicos, que parecem mostrar um descompasso. Enquanto os municípios direcionavam esforços à construção de espaços escolares, no âmbito das políticas públicas nacionais havia uma preocupação com a capacidade de retenção das escolas primárias e com a qualidade do ensino, esses últimos eram itens cobrados pela UNESCO.

Os problemas de retenção e qualidade foram os temas centrais da reunião que discutiu a Operação-Escola, criada em 1969 por decreto presidencial, cujo objetivo era escolarizar todas as crianças de 7 a 14 anos nas capitais e nos municípios mais populosos até 1970[51]. Na ocasião, a educadora Lúcia Pinheiro, do INEP, dirigiu-se aos secretários estaduais de Educação do Acre, Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Goiás, reunidos no MEC. Ela disse que, nos últimos dez anos, "nada melhorou" no ensino primário, o que se constatava pela manutenção da baixa qualidade como um dos principais entraves para efetivar o direito à educação (Figura 7).

Figura 7 – A primeira palavra



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1968, p. 14.

A principal reclamação dos secretários foi a abrangência da Operação-Escola que incluía apenas as capitais e os grandes centros urbanos, onde apenas 16% das crianças entre 7 e 14 anos não vão à escola, segundo dados do INEP. O secretário-geral do MEC, Edson Franco, reconheceu que "a grande massa das crianças não escolarizadas estava no interior" e que a atuação no campo aconteceria depois de 1970, quando tiverem resolvido o problema das áreas

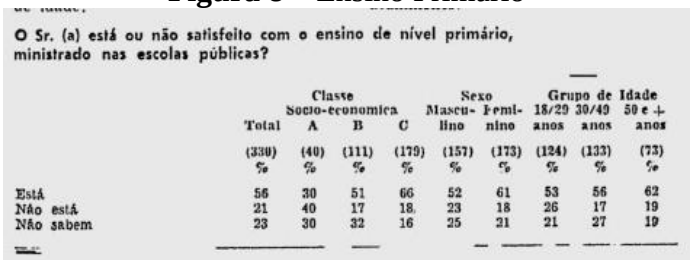
[51] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1968, p. 14.

mais populosas. Nas palavras de Franco, “Temos de começar pelo mais fácil. É o método cartesiano”[52].

Para prosseguir as vozes dos secretários sobre a Operação Escola, Rezende (1969), do *FL*, também desaprovou o caráter discriminatório em relação ao interior do país, e indicou a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), junto com a Operação Escola. Assim, transferiu quase todas as funções do MEC para o novo órgão, restando apenas a realização do pagamento de servidores. Para o colunista, isso evidencia a “intromissão do Ministério do Planejamento em assuntos de educação”[53]. Dentro da proposta da Operação Escola, o secretário da Educação do Paraná baixou a portaria para formar as comissões para levantar estatísticas da população escolarizável e quantificar a necessidade de espaços, equipamento, pessoal e custeio para elaborar as propostas de execução da Operação-Escola[54].

Em diálogo com a agenda oficial, o *JB* encomendou uma pesquisa para perguntar aos cariocas: “O sr. (a) está ou não satisfeito com o ensino de nível primário, ministrado nas escolas públicas?”. As respostas apontaram que o nível do ensino primário, nas escolas públicas, era considerado satisfatório pela maioria da população, 56% achavam que o ensino deveria continuar como está. As consultas mostraram apenas 21% de descontentes, com predominância na classe A (40%), que mais insistiu em dizer que o ensino não satisfaz as exigências e deveria ser modificado (Figura 8).

Figura 8 – Ensino Primário



O Sr. (a) está ou não satisfeito com o ensino de nível primário, ministrado nas escolas públicas?

	Total	Classe Socio-economica A	B	C	Sexo Masculino	Feminino	Grupo de Idade 18/29 anos	30/49 anos	50 e + anos
	(330) %	(40) %	(111) %	(179) %	(157) %	(173) %	(124) %	(133) %	(73) %
Está	56	30	51	66	52	61	53	56	62
Não está	21	40	17	18	23	18	26	17	19
Não sabem	23	30	32	16	25	21	21	27	19

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1968, p. 30.

Em 1964, o governo federal anunciou a meta de criar escolas de ensino primário para 6 milhões de crianças até 1970[55]. Porém, mesmo com uma postura intervencionista na política, o governo se posicionou de maneira descentralizada, quando se respaldou no discurso de não intervir na autonomia dos estados e municípios, com relação à universalização do ensino primário e à ampliação do secundário. Porém, como apontou a *FL*, os municípios esperavam apoio.

[52] EDUCADORA explica Operação – Escola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1968, p. 14.
[53] REZENDE, Claret. Ainda o ensino. *Folha de Londrina,* Londrina, 11 dez. 1968, p. 3. Destaque.
[54] SEC começa a trabalhar na Operação Escola. *Folha de Londrina*, Londrina, 27 nov. 1968, p. 3. Escolas e Estudantes.
[55] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 147, 24 jun. 1964, p. 3.

No periódico, notou-se uma dependência dos municípios em relação às diretrizes de atuação, principalmente em relação aos auxílios financeiros da União, como evidenciou a multiplicidade de convênios entre estados e governo federal. Portanto, os estados e os municípios não conseguiam implantar sozinhos a expansão da rede escolar, o que também envolveu outros grupos de apoio, como organismos internacionais, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e as próprias comunidades. Um exemplo dessa relação foram as escolas primárias do Paraná, que, conforme a notícia do *JB*, desde 1965, construíram mais de 8 mil salas de aula, com a participação do Estado e dos municípios, além de instituições particulares[56].

A *FL* descreve que a Aliança para o Progresso visava incentivar o ensino no Brasil, com colaboração do governo estadunidense, que ofereceu um total superior a "Cr$3 bilhões". Desse modo, divulgaram que a USAID contribuiu com a ampliação da rede escolar da Bahia, do Piauí, da Guanabara[57]. A USAID também doou máquinas para as oficinas de artes industriais do Instituto de Educação de Londrina[58].

Se, por um lado, a escolarização brasileira se moldou por um *habitus* marcado pela hierarquização social, pelos descasos políticos, como a desresponsabilização do Estado, por outro, ela também se constituiu a partir de experiências e influências internacionais. No contexto da Guerra Fria, a ampliação da escolarização passou a ser compreendida, entre os países ocidentais, como um mecanismo de prevenção contra o socialismo e um dos indicadores de desenvolvimento e modernização dentro da lógica do sistema econômico capitalista. Nesse cenário, a escolarização se tornou um requisito para a inserção internacional dos países periféricos, vista como condição para estabelecer ou manter relações com as nações centrais.

As pressões pela expansão da escolarização no Brasil não derivavam apenas de demandas internas, mas também respondiam às exigências de acordos internacionais, muitas vezes de caráter econômico e estratégico, relacionadas com a imagem que se queria projetar externamente. Para executar o Plano Trienal de Educação, o MEC precisou firmar novos convênios com municípios brasileiros, a fim de promover o crescimento da rede escolar primária, assim como aconteceu em Goianápolis e Caldas Novas, em Goiáse em Rio Oeste em

[56] PARANÁ inicia ano letivo com um milhão de crianças matriculadas no primário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18-19 fev. 1968, p. 21.
[57] ESCOLAS e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3746, 30 jul. 1964, p. 12; ESCOLAS e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3751, 18 ago. 1964, p. 12; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3752, 19 ago. 1964, p. 13; ESCOLAS e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3751, 18 ago. 1964, p. 12; *Jornal do Brasil*, n. 288, 06-07 dez. 1964, p. 8.
[58] DIRIGENTE da USAID vieram ver como vai o nosso ensino. *Folha de Londrina*, Londrina, 14 mar. 1969, p. 16.

Santa Catarina, que adquiram prédios[59]. O governo fluminense também se beneficiou do convênio com o MEC destinado ao aperfeiçoamento de professores do ensino primário e médio, à aquisição de carteiras, ao equipamento das escolas e à construção de novas salas de aula[60].

Em 1966, o MEC firmou convênios com as Secretarias Estaduais de Educação, disponibilizando Cr$60 bilhões para melhorias no ensino primário dos estados, com foco na construção de escolas e ginásios, na ampliação de salas de aula e na capacitação de professores por meio de cursos especializados[61]. O Programa Nacional de Educação (PNE) firmou novos convênios para o uso do Fundo Nacional de Ensino Primário, que previa recursos para construção de escolas, aquisição de materiais e ensino especializado para adolescentes e adultos[62].

Em 1966, o ministro da Educação, Moniz de Aragão, elaborou o novo Plano Nacional de Educação estabelecendo metas, como matrícula universal para crianças de 7 a 11 anos e atendimento a 70% da população de 12 a 14 anos nas 5ª e 6ª séries. Para o ensino primário, propunha a introdução de conteúdos práticos, como artes industriais e formação científica elementar, visando a adaptação dos alunos ao trabalho, conforme destacou a reportagem do *JB*. No entanto, esse plano foi substituído pelo Plano de Educação integrado ao Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (1967-1975), que adotava objetivos mais amplos e difusos, segundo a reportagem do *JB*. O novo Plano partia da constatação das deficiências, como a falta de escolas nas áreas urbanas, as altas taxas de evasão e repetência, a baixa qualidade do ensino e a consequente barreira à mobilidade social e à qualificação da mão de obra[63].

Em 1966, com os dados fornecidos pelo censo, o editorial do *JB* destacou números que atestavam os problemas da escolarização no Brasil, que então possuía uma população de 90.354 milhões, dos quais 11.223 milhões tinham entre 7 e 11 anos, e 17.879,8 milhões entre 12 e 14 anos. Na faixa etária de escolaridade obrigatória de 7 a 11 25% das crianças estavam fora das escolas. E apenas 18% dos que ingressava na primeira série concluía o ensino primário[64].

Também outra reportagem especial mostra que cerca de 90% das escolas primárias eram públicas, mas somente 44% dos professores possuíam formação normal. Logo, os principais problemas eram o déficit de escolas e docentes, a lentidão na conclusão do curso e a alta evasão nas séries iniciais. A média de escolarização era apenas 5,5 anos por aluno, e 3,8 milhões de

[59] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 236, 06 out. 1964, p. 5.
[60] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 55, 09 mar. 1965, p. 5.
[61] ESTADOS terão 60 bilhões para melhorar o primário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1966, p. 11.
[62] CRIANÇAS em idade escolar sem frequentar escola são mais de 4 milhões no país. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13-14 mar. 1966, p. 13.
[63] AS REFORMAS da revolução. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1969, p. 5. Caderno Especial.
[64] EDUCAÇÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 mar. 1967, p. 6.

crianças entre 7 e 14 anos nunca frequentaram a escola. Além disso, anualmente, mais de 1 milhão de estudantes abandonavam os estudos[65].

Durante a vigência do Acordo MEC-USAID-INEP, com cinco comissões formadas por cinco membros de técnicos norte-americanos e professores brasileiros, foram levantados os problemas do ensino primário no Brasil, como as causas do alto índice de reprovação e repetência e o déficit de 6 milhões de vagas no ensino primário[66]. A evolução das matrículas no ensino primário no Brasil, entre 1966 e 1970, apresentada em números pelo *JB* mostrava um crescimento contínuo em nível nacional, com aumento de cerca de 2,9 milhões de alunos em quatro anos (27%). A expansão foi liderada por São Paulo, Minas Gerais e Bahia, estados populosos, em contraposição às regiões Norte e Centro-Oeste, que ainda apresentavam índices inferiores em termos absolutos, demonstrando as desigualdades regionais nesse processo de escolarização[67].

Os dados do Censo Escolar enfatizaram a existência de cerca de 6 milhões de excedentes no curso primário, e o IBGE apontou para 5 milhões de crianças. Para explicar o problema, a reportagem se remeteu aos técnicos do INEP, para quem os principais fatores de exclusão eram a falta de vagas, a má localização das escolas, a baixa qualidade do ensino e a repetência, além do abandono escolar para complementar a renda familiar[68].

As notícias e as reportagens tinham a intenção de levar o leitor a questionar por que tantas crianças estavam fora das escolas, mesmo no nível elementar do ensino primário, que tinha maior alcance e de acordo com as previsões internacionais era um gargalo que já deveria estar superado nesse período. Havia, então, diagnósticos, dados, opiniões de especialistas e explicações, porém faltavam propostas para solucionar o principal problema da escola: o processo de marginalização.

Em 1960, ocorreu uma movimentação da sociedade civil, dos municípios, dos estados e do governo federal em direção a uma integração escolar que revelava a diferenciação social. Nesse processo, o padrão de escolarização mostrava que a efetivação exigia condições materiais basilares dos estudantes e do poder público. Essa realidade se evidenciou pelas campanhas

---

[65] DESENVOLVIMENTO do país exige quadros técnicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 mar. 1967, p. 1. Caderno Especial.
[66] CENSO revelará que há 6 milhões de excedentes no curso primário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 maio 1968, p. 4; MEC sabia que 5,5 milhões de crianças não têm escolas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1970, p. 19.
[67] OS NÚMEROS do ensino. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22-23 fev. 1970, p. 21.
[68] CENSO revelará que há 6 milhões de excedentes no curso primário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 maio 1968, p. 4.

governamentais e comunitárias que buscavam fornecer parte dos recursos necessários à inserção dos estudantes nas figurações escolares.

A escola primária se tornou um espaço que passou a fazer parte do cotidiano das pessoas pobres que viviam longe dos centros urbanos, principalmente quando se espalhava pelos bairros, facilitando o deslocamento e aumentando a frequência escolar. Essa reivindicação foi uma demanda dos moradores de Londrina[69]. Além das ações municipais, a própria comunidade também se mobilizou para construir escolas nos bairros londrinenses, com uma das iniciativas sendo a inauguração, no Jardim Edy, do Grupo Escolar Melvin Jones, construído pelo Lions Clube de Londrina, em colaboração com o Mutirão da Educação[70]. Isso já acontecia em Maringá, município próximo de Londrina, no Jardim Alvorada, na Vila Esperança, na Morangueirinha e na Vila Operária[71].

Então, o governo federal passou a auxiliar os municípios na construção de escolas municipais e ginásios, em parceria com os estados. No norte do Paraná, especialmente nos bairros e subúrbios, houve uma ampliação significativa da rede escolar, resultado direto das reivindicações da própria população local. Esse movimento contribuiu para a criação de uma cultura de frequência e permanência mais prolongada dos alunos que se aproximavam das escolas. Esses elementos, como a merenda escolar, a oferta de assistência aos estudantes, a proximidade física entre a escola e a residência e as crescentes pressões políticas e sociais para combater a evasão e a repetência, foram fundamentais para tal mudança de comportamento.

Além disso, o discurso da importância da escolarização ganhava maior consenso junto à opinião pública e à população pobre, devido à transformação demográfica, ou seja, a população brasileira já não era majoritariamente rural. Como aponta Almeida (2021), até o final do século XIX, era pequena a quantidade de moradores dos centros urbanos, mas esse panorama se alterou gradualmente até as décadas de 1960 e 1970, quando ocorreu no Brasil um equilíbrio entre a população rural e urbana, com um pouco de vantagem para esta última. Em Londrina, na década de 1970, a população urbana já representava 72%, e a rural 28% (Capelo, 2013).

Ao pesquisar a educação rural em Londrina, Almeida (2021) ressaltou que a percepção era de mudança total entre as décadas de 1960 e 1970, diante do declínio do café e da crescente urbanização, favelização e mudanças nas relações de trabalho. De 1961 até 1967, o volume de

---

[69] MAIS matrículas e mais salas para o primário. *Folha de Londrina*, Londrina, 14 mar. 1970, p. 8; UMA ESCOLAR em 24 horas. *Folha de Londrina*, Londrina. 23 mar. 1970, p. 8. Escolas e Estudantes.
[70] ESCOLA de Lions. *Folha de Londrina*, Londrina, 5 maio 1970, p. 6. Escolas e Estudantes.
[71] INAUGURADA escola de novas salas de aulas em Maringá. *Folha de Londrina*, Londrina. 16 jun. 1970, p. 6; ABERTAS mais duas mil vagas no Ensino Primário de Maringá. *Folha de Londrina*, Londrina. 27 jun. 1970, p. 7.

matrículas do ensino primário de Londrina dobrou e as taxas de absorção se elevaram no primário. Porém, os equipamentos e os profissionais da educação não cresceram na mesma proporção para atender o aumento da população escolar. Um dos principais problemas era a escassez de professores formados, principalmente devido ao deslocamento para as escolas. O magistério em Londrina era formado pelas pessoas locais dispostas a entrarem no sistema de ensino, consequentemente, havia pouca flexibilidade de lotação[72].

No processo de escolarização em curso, destaca-se a formação de interdependências entre vários grupos, a fim de manter a nova massa estudantil dentro das figurações escolares. A população pobre possuía um alto nível de dependência dos poderes públicos e comunitários para se enquadrar às escolas. Mesmo assim, não se pode desconsiderar o gradiente de poder que o grupo escolarizável exercia sobre os estabelecidos, que viam a sua integração escolar como um indicador de desenvolvimento e de *status*, além de um meio de ascensão política e governabilidade.

Apesar de o ensino primário ser o nível com o maior número de matrículas em nível nacional, não era possível omitir que havia crianças em idade escolar fora dela. Dessa forma, a escolarização vigente ainda marginalizava desde a base educacional, embora a nova estrutura social impusesse a escola aos indivíduos como um dos requisitos iniciais para a integração social e econômica.

O problema do acesso e da continuidade escolar atrapalhava não apenas a imagem externa da ditadura civil-militar, mas também era um obstáculo para o projeto de modernização conservadora que relacionava a ampliação escolar com o desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, apesar de ser uma ditadura, afetava o exercício de controle social e da legitimidade, pois pretendia utilizar uma imagem de consenso social para exercer uma governabilidade que garantisse um equilíbrio de poder com poucas pressões sociais e políticas.

Mesmo com a recorrente abordagem do problema da educação primária, estudantes e pais foram considerados poucas vezes de forma direta pela imprensa. Ou seja, tiveram suas vozes quase sempre mediadas por autoridades políticas ou interpretadas pela própria imprensa, o que dificultava a visualização dos códigos sociais públicos reivindicatórios, que parecem se restringirem às denúncias da imprensa. Ao expressar em seus múltiplos textos expectativas, acusações e interpretações os periódicos se impunham como mediadores que praticavam pressões sociais em torno da escolarização, o que nas figurações primárias invisibilizava o protagonismo popular.

---

[72] ASPECTOS quantitativos do primário paranaense. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 mar. 1970, p. 8. Escolas e Estudantes.

Logo, a imprensa periódica utiliza recursos diversos como os destacados no Quadro 4, mobilizados pelos jornalistas para reforçar a centralidade da escolarização como demanda social. Essa prática já se constitui como um poderoso símbolo de poder. Assim, a abordagem de temas considerados socialmente relevantes também contribui para legitimar a função dos próprios veículos de comunicação como espaço público, que, de acordo com Kuciski (1988), substituiu a praça pública.

Quadro 4 – Recursos jornalísticos para abordar a escolarização

Documentos (notas, manifestos, cartas, projetos)
Depoimentos
Pesquisas de opinião
Especialistas
Dados oficiais (IBGE, Censo Escolar e INEP)
Informações e dados não oficiais
Discursos
Entrevistas
Observações
Legislação
Opinião

Fonte: Elaborado pela autora.

Para construir as narrativas, a imprensa circula entre as pessoas, e por isso também capta parte das tendências e das sensibilidades, o que é imprescindível para se conectar com o público e alcançar visibilidade e influência. De qualquer modo, parece evidente a relevância da imprensa para formar uma personalidade social que valorizasse a escolarização, quando a percebe como um direito e, principalmente, quando a compreende como uma prática capaz de promover transformações sociais e pessoais.

Apesar da preponderância dos donos, não se pode negar a diversidade de sujeitos que escrevem e falam. Entretanto, existe uma forte influência do campo político nos grandes periódicos, onde vigora a voz oficial (governo, ministros, presidentes), por vezes ela se confronta com vozes dissidentes, que são menos frequente. Isso acontece principalmente em depoimentos, entrevistas e notas, pois muitos não são apenas procurados pela imprensa para falarem, mas ela também era procurada como espaço para divulgar e defender ideias, fazer denúncias de abusos e injustiças e buscar legitimidade para as reivindicações de grupos.

Os dados apresentam um “pessimismo educacional” em referência e contraposição ao “otimismo educacional” da década de 1920 descrito por Nagle (2018). Contudo, houve alguns episódios de otimismo educacional, como no início da década de 1970, quando as transformações estruturais na economia, na política e, consequentemente, na imprensa se

somaram às reformas educacionais que pareciam inaugurar, enfim, ações, em vez dos incansáveis debates, discursos e formação de grupos de trabalhos.

Tanto o *JB* quanto a *FL* mobilizavam a escolarização como tema de pressão social, mas dentro de um enquadramento que reforçava mais a lógica oficial do que denunciava a desigualdade e a marginalização, pois reafirmavam a ideia de que o desenvolvimento nacional dependia de ajustes técnicos e da submissão educacional a uma racionalidade econômica. Uma característica das reportagens, dos editoriais, das notícias e das colunas sobre a escolarização é que, independentemente do caráter de denúncia ou de elogio, a defesa seguia uma linha geral discursiva da educação como problema e solução nacional. Além disso, tornava-se cada vez mais utilitária, no sentido de priorizar conhecimentos mais imediatos, bem como negligenciar ainda mais a sua função de formação humana.

O item a seguir aborda a inserção precária de grupos sociais mais pobres nas figurações escolarizadas. Nessa expansão escolar, eles se deparavam com empecilhos materiais para a integração, pois muitos deles não possuíam acesso aos recursos escolares (como alimentação, transporte, higiene, vestimentas, materiais escolares e tempo disponível para frequentar com regularidade a escola) imprescindíveis para torná-los estudantes. Essa falta cria um alto nível de dependência do aluno pobre para com o poder público. Embora nesse período não se consiga efetivamente suprir as demandas, verifica-se nas ações públicas um maior nível de percepção sobre a relevância desse problema.

2.1 O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E A MARGINALIZAÇÃO DOS ESTUDANTES POBRES

Os fatores sociais e econômicos são causas de diversos problemas, como revelado em reportagem para o *JB*, da jornalista Bonfim (1967), que enfatizou a evasão escolar como uma "praga". Nela se apresentou a perspectiva de duas especialistas para tal problema: a professora Lira Paixão, da Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário (EATEP), e a professora Vanda Rolim Pinheiro Lopes, do INEP. Essas duas destacaram um exemplo do que pode causar a evasão, como a necessidade de trabalhar desde cedo. A primeira apontou que a escola era seletiva e exigia que a criança se adaptasse. Por sua vez, Lopes disse que a evasão era fruto de causas históricas, como a seletividade, lembrando que, inicialmente, a escola se destinava às elites, e ainda mantinha seus currículos inalterados. Na opinião de ambas, enquanto não houver

educação básica universal e uma escola organizada para atender às diferenças dos alunos, o sistema educacional brasileiro não poderá ser considerado democrático[73].

O problema da escolarização se acumulou e atingiu o ensino secundário, pois a socialização e a forma de aprendizagem construída pela escolarização, além de demandar a criação e a ampliação de espaços escolares específicos, criam padrões prévios de imagens, comportamentos, emoções e materialidades que devem ser adquiridos para que os sujeitos se tornem escolarizáveis. Como grande parte não possuía esses recursos, os sujeitos se tornaram dependentes de ações do governo federal, dos estados e dos municípios, bem como da ajuda de estudantes e da comunidade. Assim, houve a emergência de comportamentos de grupos, principalmente de agentes públicos que precisavam se responsabilizar para suprir carências e viabilizar a efetivação do direito à educação.

Muitos pretensos estudantes dependiam de praticamente tudo. Diante disso, uma das principais ações do MEC foi a Campanha Nacional de Material Escolar, instituída pelo Departamento Nacional de Educação, com o objetivo de fornecer material escolar a preço de custo em todo o Brasil[74]. Da mesma forma, as prefeituras atuavam nessa direção; em Londrina, funcionava a Caixa Escolar Municipal, ligada ao Departamento de Educação Pública e Assistência Social (DEPAS), que fornecia livros e materiais escolares para as crianças das "famílias pobres", geralmente da "zona rural". A arrecadação era fornecida por campanhas e do recebimento de auxílios de órgãos oficiais e particulares[75].

No Rio de Janeiro, o governador Paulo Torres regulamentou o funcionamento das Caixas Escolares em todos os estabelecimentos oficiais de ensino, considerando os alunos enquanto sócios efetivos e obrigando todos a pagarem uma contribuição anual de 50% do salário-mínimo atual, em quatro prestações[76]. O *JB* também divulgou a formação de uma Comissão de Auxílio às Famílias dos Atingidos pelo Ato Institucional (AI), o que facilitava a aquisição de livros didáticos por meio da troca de livros em bom estado de qualquer disciplina para os filhos de pessoas processadas, afastadas e cassadas[77].

---

[73] BONFIM, Beatriz. Evasão escolar é uma praga. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 out. 1967, p. 38.
[74] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 52, 05 mar. 1965, p. 07; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 201, 28 ago. 1965, p. 14.
[75] CAIXA Escolar Municipal, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3732, 01 jul. 1964, p. 02; LIVROS didáticos e material de ensino a preço de custo. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3874, 13 jan. 1965, p. 12. Escolas e estudantes.
[76] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 20, 24-25 jan. 1965, p. 13.
[77] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 55, 09 mar. 1965, p. 05.

Em Londrina, a atuação da União Londrinense de Estudantes Secundários (ULES) organizou o Departamento Assistencial para ampliar o auxílio aos estudantes[78]. A ULES fazia campanhas para a troca de livros e o fornecimento de material escolar a preço de custo, além de instalar um Posto de Troca de Livros[79]. A ULES também vendia material didático a preço de custo, o que atraía extensas filas de interessados à porta da sede[80]. O Departamento Cultural da ULES promovia essa prática de trocas, vendas e doações de livros para os estudantes. A Figura 9 mostra os momentos das idas dos estudantes para a sede da ULES em busca dos livros didáticos ou literários.

Figura 9 – Mutirão de livros



Fontes: *Folha de Londrina*, Londrina, 14 mar. 1970, p. 9; *Folha de Londrina*, Londrina, 12 mar. 1971, p. 2.

A Campanha do Livro Usado da ULES conseguia oferecer livros a preços baratíssimos para grande número de estudantes. Quem possuísse livros usados para doar à ULES podia telefonar para 2-0474 e fornecer o endereço. Depois de coletar uma grande quantidade de volumes, a ULES convidava estudantes de todos os colégios estaduais para comparecerem à sede da entidade, onde poderiam comprá-los a preços reduzidos ou, mesmo, efetuar trocas. Não havia apenas livros didáticos, mas também literários, técnicos, dentre outros[81].

O editorial da *FL* elogiou a iniciativa e destacou que a ULES se empenhava em "auxiliar os mais pobres" com a bolsa do livro, recebendo exemplares usados e trocando-os por outros. Porém, não deixou de criticar que todos os anos os estudantes colegiais e universitários de menos recursos sofrem com a necessidade de adquirirem os livros didáticos, pois existem materiais não reutilizáveis.

[78] ESCOLAS e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3751, 18 ago. 1964, p. 12; ESCOLAS e estudantes, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3823, 08 nov. 1964, p. 12.
[79] ESCOLAS e estudantes, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3837, 25 nov. 1964, p. 12; ESCOLAS e estudantes, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3837, 25 nov. 1964, p. 12.
[80] ESTUDANTES podem trocar livros na sede da ULES. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3919, 06 mar. 1965, p. 12. Escolas e estudantes; Material escolar. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3920, 10 mar. 1965, p. 12. Escolas e estudantes.
[81] ULES: Campanha do Livro. *Folha de Londrina*, Londrina, 3 mar. 1971, p. 2.

> A grande solução, aparentemente, é aquela que as próprias autoridades educacionais estão tentando, através da coedição de livros didáticos. Muitas cidades já receberam inclusive no ano passado livros assim editados, que custam muito menos da metade do que o custo normal, o que constitui inestimavelmente enorme auxílio a muitos jovens estudantes. Todavia, tais edições não chegaram ainda a todas as cidades, persistindo, na grande maioria dos municípios, o problema, para um número crescente de estudantes. E, enquanto não houver a possibilidade para que todos adquiram exemplares baratos, o mercado de livros usados terá de ser uma das soluções, especialmente para os jovens estudantes de menores possibilidades. Destarte, auxiliar os que organizam tal sistema, através da doação de livros à renda de volumes usados e oferecer possibilidades a que muitos estudantes obtenham livros que de outra forma não poderiam ser adquiridos. E ainda que haja certa ojeriza por livros usados (Livro didático. *Folha de Londrina*, Londrina, 14 mar. 1971, p. 6).

Desde 1969, o MEC também promove a campanha de troca de livros escolares usados nas Delegacias Regionais do MEC, sob orientação do Centro de Documentação Pedagógica. O objetivo era "facilitar a aquisição de livros pelas classes economicamente menos favorecidas"[82]. Em 1971, a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) iniciou o programa do livro didático grátis, com distribuição nos estabelecimentos de ensino[83].

Em editorial, o *JB* citou a fala da diretora do Instituto Nacional do Livro, a escritora Maria Alice Barroso, que em entrevista informou sobre os acordos de coedição de livros didáticos, com a adesão de 19 editoras que publicariam 119 títulos, para distribuição às Secretarias de Educação Estaduais. Mais de 2,5 milhões de exemplares foram comercializados ao preço médio de três cruzeiros. Para a diretora, o sistema do acordo com as empresas livreiras visava baratear o preço do livro e era vantajoso para o mercado livreiro[84].

O problema do livro didático estava em debate nos últimos anos, principalmente no *JB*, que mostrou os altos preços dos livros didáticos, os constantes aumentos e as dificuldades enfrentadas por pais e estudantes em todos os inícios de anos letivos. Para o periódico, os baixos rendimentos de grande parte dos estudantes eram obstáculo importante à ampliação do ensino secundário. Apesar de apontar esse empecilho para a educação, o periódico descreveu com otimismo os investimentos de recursos na área educacional.

> No momento em que investimos na educação mais recursos do que nunca, esse problema reclamava solução engenhosa e pragmática — e é o que finalmente parece ter sido encontrado agora por um INL dinamizado por uma orientação capaz de transformá-lo no instrumento cultural que ele deve ser. Verbas substanciais serão também liberadas, este ano e no ano que vem, pelo Ministério do Planejamento, para coedição de livros destinados ao curso superior (Livros acessíveis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1971, p. 6).

Entretanto, além dos livros e dos cadernos, exigia-se que os estudantes se apresentassem dentro de um padrão de saúde, higiene e vestimenta que demandava tempo, investimento e

[82] MEC promove a troca de livros escolares. *Folha de Londrina*, Londrina. 25 abr. 1970, p. 16.
[83] PRIMÁRIO atenderá todas as crianças. *Folha de Londrina*, Londrina, 03 fev. 1971, p. 10.
[84] LIVROS acessíveis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1971, p. 6.

manutenção. Nessa área, a ULES buscou intermediar, por meio da organização do Departamento Assistencial, que oferecia aos credenciados descontos em farmácias (30%) e em barbearia: "a barba custa Cr$ 30,00 e o cabelo Cr$ 50,00"[85]. Grupos filantrópicos também auxiliavam os estudantes londrinenses. A Figura 10 demonstra o trabalho do SOS que distribuía uniformes escolares para 700 crianças pobres de todos os grupos escolares do município. O tecido foi fornecido pela Secretaria de Educação do Estado (SEC) e a confecção realizada pelas alunas do curso de costura do SOS, instituição presidida por Dircélia Busse[86]

Figura 10 – SOS uniformiza



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina. 20 maio 1970, p. 20.

Figura 11 – Wilson não divide mais com o irmão o pé da sandália



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1971, p. 5.

[85] ESCOLAS e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3751, 18 ago. 1964, p. 12.
[86] SOS uniformiza. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 maio 1970, p. 20.

Na mesma linha de ação, a Figura 11 apresenta Wilson Ribeiro da Cunha, chamado de "um crioulhinho esperto", que tinha sete anos e estudava na Escola Humberto de Campos, na Travessa Salão Lobato. Segundo a notícia, Wilson experimenta um calçado "com alegria na escola onde estuda, em Mangueira". O menino foi um dos estudantes que ganhou um dos 388 pares de sapatos doados pela Fundação Educativa e de Promoção da Comunidade da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). Era o primeiro par de sapatos da vida de Wilson, pelo preço de Cr$ 0,50. Dizia a notícia que a taxa simbólica e o termo de compromisso assinado pelos alunos, em que prometiam não vender ou jogar fora, eram estratégias da Fundação para incutir nas crianças a ideia de respeito e responsabilidade sobre um objeto comprado[87].

Essas ações filantrópicas e estudantis evidenciam como a escolarização era capaz de marginalizar e envergonhar os estudantes sem condições econômicas para se integrarem dentro de um rígido padrão escolar. Além disso, nota-se a pouca capacidade do Estado de suprir essa ampla gama de necessidades que tornam esses indivíduos escolarizáveis mais dependentes. Apesar disso, já se nota que o ideal de uma nação minimamente escolarizada, capaz de modelar pessoas para o trabalho, o consumo e a manutenção da ordem social, exigiria do Estado e da sociedade um esforço maior do que simplesmente oferecer vagas.

O programa de doação de sapatos, organizado pela Fundação, foi criado pela Camde para expandir as atividades do Banco do Sapato. Além dos sapatos, os estudantes recebiam sabonete, xampu, talco, escova e pasta dentifrícia. O periódico também destacou que a Camde já havia doado 5 mil pares de sapatos, o que se inseria na campanha de educação sanitária do grupo para diminuir a incidência de verminose entre os escolares[88].

O *JB* demonstra que a ação da Camde foi anunciada com positividade marcada por uma ausência de denúncias sobre a miséria e o alto nível de dependências das crianças pobres que passaram a frequentar as escolas. Isso também acontecia nos relatos que relacionavam a frequência à alimentação escolar. Esses obstáculos deslocavam a centralidade da atenção ao instrucional para o assistencial das figurações escolares. Essas questões se associavam à miséria e à desigualdade da população escolar brasileira, assim como o sofrimento dessas crianças. Porém, isso não foi problematizado pelo periódico, que se restringiu a aplaudir e elogiar ações assistenciais e governamentais e escolheu a descrição de uma alegria que nem sequer conseguiu ser capturada pela imagem (Figura 11).

---

[87] ESCOLA calça menino pela primeira vez. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1971, p. 1; MENINO ganha na escola seu primeiro sapato e deixa de dividir suas sandálias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1971, p. 5.

[88] CAMDE dá sapatos a escolares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 set. 1970, p. 5.

Um dos principais programas para a permanência escolar feita pelo governo federal no período foi a Campanha Nacional da Merenda Escolar (CNME), em 1965, com a contribuição da Aliança para o Progresso, pelo Programa Alimentos para a Paz, dos Estados Unidos, que forneciam farinha de trigo e leite em pó[89]. Ao alterar o nome da CNME para Campanha Nacional da Alimentação Escolar (CNAE), o presidente Castelo Branco justificou a mudança, destacando a ampliação do serviço. Com isso, além da merenda, forneceram o almoço, de maior valor nutritivo, que foi distribuído em vários pontos do país, inclusive no Paraná[90].

Em entrevista coletiva na sede do Centro de Informações da ONU, por Paul Bordeaux, assessor do Programa Mundial de Alimentos para a América Latina (PMA), informou sobre o projeto piloto que o Programa Mundial de Alimentos firmou com o governo brasileiro, por intermédio da CNME, superintendido pelo general José Pinto Sombra. Com isso, previa a concessão, até o fim de 1966, de merenda diária para 170 mil escolares em 14 localidades do município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia e, posteriormente, a zona do Vale do São Francisco. O PMA, em conjunto com as Nações Unidas e a FAO, tinha o objetivo principal de demonstrar que a ajuda em produtos alimentícios poderia servir para acelerar o desenvolvimento socioeconômico[91].

A continuidade das parcerias internacionais e nacionais continuava a ser implementada e atingiram municípios carentes. Logo, a notícia aponta que a preocupação alimentar era central para os países capitalistas, especialmente para a política de permanência escolar, que também dependia de recursos internacionais, assim como ocorria na formação dos espaços escolares. A ajuda externa e das comunidades mostrava os limites da autonomia estatal para garantir a escolarização.

Em Londrina, em 1968, o convênio assinado entre a prefeitura e a CNAE aumentou o serviço para 40 unidades escolares do município, beneficiando 3 mil alunos. Os produtos alimentícios eram fornecidos pela CNAE, com distribuição pela prefeitura[92]. A maioria do novo público escolar não se alimentava antes de ir para a escola. Quando a merenda se regularizou e trocaram o lanche por arroz e feijão, a escola passou a receber um público regular de alunos que frequentavam as escolas até nas férias para receber o almoço.

---

[89] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 53, 06 mar. 1965, p. 05; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 219, 18 set. 1965, p. 5; ESCOLAS e Estudantes, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4045, 03 ago. 1965, p. 12.
[90] CAMPANHA da Merenda com nova denominação. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4122, 31 out. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes.
[91] ESCOLAS e estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4107, 12 out. 1965, p. 12.
[92] CONVÊNIO dá merenda às escolas municipais. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 jan. 1968, p. 16.

Em 1970, a *FL* destacou que os prefeitos demonstravam ceticismo em relação à participação do Estado, como no exemplo de Londrina, onde a prefeitura recebeu apenas uma remessa de gêneros da Secretaria Estadual de Educação[93]. Porém, em 1971, o Serviço de Merenda Escolar da SEC garantiu o atendimento a todos os estabelecimentos de ensino oficiais, com a distribuição da merenda escolar e a promoção de cursos sobre alimentação e criação de hortas nas escolas[94]. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o general José Pinto Sombra, superintendente da CNAE, afirmou que a meta ideal era "prestar assistência alimentar a todos os alunos matriculados em escolas gratuitas nas faixas de cinco a nove anos e de 10 a 14 anos", com o objetivo de melhorar as "condições físicas e mentais da criança brasileira em idade escolar". Também disse que

> A CNAE cobre aproximadamente 85% dos municípios, e presta assistência a 50% das escolas existentes, servindo refeições a 64% dos alunos situados na faixa de atendimento. Os recursos da CNAE são de origem nacional e internacional. Na faixa internacional decorrem da SNAPD/USAID — Saúde, Nutrição e Alimentos para o Desenvolvimento — e do PMA/ONU — Programa Mundial de Alimentos (Campanha de Alimentação Escolar planeja atender a 25,5 milhões de crianças. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1971, p. 15).

O reflexo dessa política se manifestava dentro das escolas, onde a imprensa registrava crianças almoçando na Escola Almirante Tamandaré, conforme o registro da Figura 12, seguido pelo texto que narra a história de outras crianças pobres para as quais a alimentação escolar servia de incentivo para a frequência escolar. Embora a história dos alunos não seja feliz, a legenda e a imagem contrastam com a narrativa das professoras sobre a vida das crianças pobres na escola.

Figura 12 – Alimentação escolar



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4-5 jul. 1971, p. 5.

[93] PREFEITURAS dão mais recursos para a alimentação escolar. *Folha de Londrina*, Londrina, 28 ago. 1970, p. 3.
[94] PRIMÁRIO atenderá todas as crianças. *Folha de Londrina*, Londrina, 03 fev. 1971, p. 10.

O texto narrou a situação de dois alunos: Josias (9 anos) e Joel (7 anos), que são irmãos e estudavam na Escola Marechal Etchegoyen, na Vila Kennedy, Bangu: "Ontem eles não foram a aula: a merenda era doce. [...] Pela manhã nenhum dos dois come nada". Outro exemplo foi Ailton (9 anos), que tem nove irmãos: "quase todos ainda frequentam a escola, no Vidigal. Eles "descem lá da Chácara do Céu sem nada no estômago". No seu depoimento, a professora explicou: "Eles vencem qualquer coisa para chegar aqui na hora, porque se voltarem vão ficar com fome"[95]. No retorno às aulas, a notícia do *JB* enfatizou a mudança em andamento na alimentação escolar.

> Mingau de fubá e aipim: esta era a refeição diária que os favelados do morro da Catacumba recebiam quando estudavam na Escola Cantagalo. Hoje a frequência é outra e a merenda também mudou. A galinha substituiu o fubá e o suco de fruta a água da bica. As professoras não souberam explicar o porquê dessa mudança. Para elas, "a classe que frequenta a escola é outra" (Escolas recebem os alunos de volta e se preocupam pouco com as novas modas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1971, p. 5).

A narrativa testemunhal e a fotografia se esforçaram para mostrar a alimentação enquanto atrativo preponderante para garantir a permanência da criança pobre na escola. Logo, passou de simples merenda escolar a importante refeição diária e, para muitos desses alunos era a principal do dia. Embora as professoras da notícia se apresentem alienadas sobre os motivos da mudança na refeição escolar, elas se demonstram atentas quanto à alteração do público escolar, quando afirmam que a "classe que frequenta a escola é outra". A entrada da população mais pobre na escola demandava mudanças, como ocorreu na alimentação escolar.

A alimentação também era um problema para os secundaristas. Em 1968, a ULES concretizou uma antiga reivindicação estudantil, ao adquirir o próprio restaurante, chamado de Restaurante Estudantil Prof. Olivir Gabardo, na Rua Duque de Caxias, nº 564. O objetivo era oferecer refeições a preços acessíveis para os estudantes. As palavras do presidente da ULES na época, Carlos Pimenta, apareceram na *FL*, afirmando que a realização só foi possível "graças à colaboração e ao incentivo do professor João Olivir Gabardo"[96]. Contudo, menos de dois anos depois da inauguração, a nova diretoria da ULES anunciou o fechamento do restaurante por prazo indeterminado, devido à falta de recursos financeiros necessários à manutenção.

O município paranaense de Maringá também passava por problemas semelhantes. Os estudantes dos colégios Gastão Vidigal, João XXIII, Comercial e Vital Brasil se mobilizaram para convocar uma assembleia extraordinária, com o objetivo de substituir a diretoria da União

---

[95] ALUNOS do primário vão à aula pensando mais na merenda. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4-5 jul. 1971, p. 5.
[96] ULES está instalando o Restaurante Estudantil. *Folha de Londrina*, Londrina, 10 out. 1968, p. 16.

Maringaense de Estudantes Secundários (UMES) e evitar o fechamento da Casa do Estudante Secundarista (CESM). A principal queixa era o alto custo das refeições fornecidas[97].

Outros restaurantes universitários também enfrentavam uma crise por falta de investimento. Embora o Decreto Aragão previsse a concessão de auxílio às entidades estudantis, a medida não se efetivou em municípios como Curitiba, onde os estudantes não receberam o apoio. Mesmo com a cobrança de uma taxa módica, os restaurantes universitários não conseguiam atender à demanda existente, gerando um "quase total desentendimento à classe". Em Londrina, o primeiro restaurante universitário funcionava nas instalações do Diretório Acadêmico Rocha Pombo da FAFI, atendendo todos os universitários da instituição. Contudo, a capacidade era muito limitada e fornecia apenas o jantar, com cerca de 200 refeições por dia, servidas entre 18h e 19h15, ao custo de NC$ 1,50 por refeição[98].

Grande parte dos sujeitos que entravam nas figurações escolares dependiam dos auxílios oferecidos por campanhas oficiais e comunitárias para se tornarem escolarizáveis, o que revela o caráter marginalizador da escola. Além do mais, isso evidencia a trajetória de empecilho, vergonha e dependência da figuração estudantil. Ou seja, o padrão escolar criava um alto nível de dependência dessa assistência, responsável por promover a integração das massas nas figurações escolares. Assim, formou-se uma rede de pessoas e grupos (órgãos internacionais, governo federal e estadual, prefeituras, estudantes, associações e grupos filantrópicos) direcionada em um movimento que envolve solidariedade e interesses de poder e controle.

As representações midiáticas da forma como ocorreu essa expansão escolar naturalizavam a hierarquização social, ao focar no assistencialismo que mitigava as diferenças socioeconômicas, e não no problema de uma população escolar sem condições de arcar com os custos para manter essa posição social. Por outro lado, as notícias também se esforçavam para mostrar a disposição dos grupos marginalizados em realizar sacrifícios econômicos e pessoais, a fim de se enquadrarem nas exigências do padrão escolar. Exemplos disso são a submissão aos exames admissionais e as duplas jornadas de trabalho dos pais para pagar escolas particulares.

Os dispositivos de integração e marginalização (livros, material, uniforme, higiene, alimentação, dentre outros) se associavam a um enquadramento dos comportamentos dos próprios estudantes (tempo, dinheiro, aparência, documentos, família, região). Assim, as campanhas eram representadas de forma positiva e alegre, mesmo diante do retrato de extrema

[97] FECHADO restaurante da ULES. *Folha de Londrina*, Londrina. 17 set. 1970, p. 2; ULES, revista, teatro congresso e restaurante. *Folha de Londrina*, Londrina, 4 jul, p. 2; VEREADORES tentam resolver crise do restaurante da ULES. *Folha de Londrina*, Londrina. 8 jul. 1970, p. 2.
[98] *Folha de Londrina*, Londrina, 25 abr. 1970, p. 24.

miséria e desigualdade. Os periódicos enalteciam as iniciativas de grupos e programas, e ajudavam a transformar a carência dessa população pobre em dependência de outros que utilizavam esses mecanismos de colaboração para melhorar ou manter suas imagens e posições de poder.

Apesar do auxílio das campanhas particulares e governamentais para alguns estudantes, essas iniciativas não eram suficientes diante de outros obstáculos, como os exames de seleção, os custos de manutenção da permanência escolar e a necessidade de trabalhar. Esses fatores aumentavam os índices de evasão escolar e mantinham o pouco tempo de permanência escolar da população brasileira.

Mesmo ao tentar integrar os estudantes pobres, esse processo de escolarização mostrava mais nitidamente as diferenciações sociais, quando socializava e tornava públicas as suas limitações. Dentro das figurações sociais, esses estudantes experimentaram emoções, como angústia e vergonha, geradas pela falta de materiais e apoio familiar, que lhes garantisse a autonomia de possuir uma aparência escolar. Como se verá a seguir, essas emoções que inferiorizam internamente, junto com os empecilhos da pobreza econômica, podiam repelir grandes parte dos estudantes das escolas.

2.2 A CRENÇA ESCOLAR E AS VOZES MARGINALIZADAS

Enquanto no âmbito das políticas públicas e entre os especialistas e políticos se falava em modernização tecnológica na educação, novas metodologias pedagógicas, investimento, expansão das redes escolares e qualidade do ensino, por outro lado havia crianças completamente marginalizadas, sem a menor perspectiva de integração escolar, conforme se nota nos periódicos. Novamente, isso mostra que a mera existência de escolas não garante o acesso escolar para os grupos que vivem em extrema pobreza. Algumas das trajetórias representadas revelam a desigualdade social, por meio de infâncias sem direitos à escolarização, à alimentação, à saúde, à moradia, ao lazer e à segurança. Além do mais, a maioria dessas crianças eram responsáveis por auxiliar na sobrevivência familiar, sendo impedidas de estarem na escola, mesmo com a existência da vaga.

Desde o censo realizado pela Guanabara, em maio de 1964, o *JB* suscitou um debate com reportagens e notícias sobre a falta de vagas e a descontinuidade escolar das crianças. Nesse sentido, mostrou que, após o Censo Nacional Escolar, que 47% (3 milhões) das crianças em idade escolar não estudavam ou frequentavam apenas a 1ª série do curso primário. A reportagem com esse dado destacou que a causa principal se relacionava com a situação de

fome e pobreza[99]. O período também cita questões mais complexa, como a pobreza e a sua relação com os impasses para a escolarização. Apesar de superficial, tal apontamento não era tão comum em notícias, reportagens e editoriais.

A formação da massa marginalizada apontava os limites da expansão do processo de escolarização e a continuidade de problemas estruturais básicos que impediam até uma integração precária. No final de 1969, eram pessimistas as avaliações sobre a educação escolar que circulavam nos periódicos. O *JB*, por exemplo, anunciou que a perspectiva oficial indicava recursos escassos e subvenções no setor, com a execução educacional a cargo das Secretarias de Educação dos estados[100].

Para exemplificar os dados, o *JB* apresentou representações sobre essas crianças marginalizadas. Em uma das reportagens, mostrou a situação de 14 crianças entre 8 e 17 anos que jamais frequentaram uma escola. Dentre elas, estava Nilza Lourenço, de 8 anos, que vivia com a mãe e três irmãos sob uma marquise na Central do Brasil, alimentando-se de restos de mercado e pedindo esmolas, sem jamais terem pisado em uma sala de aula.

Essa situação foi semelhante à de outras crianças e adolescentes que foram entrevistados e tiveram parte de suas histórias publicadas. Uma delas era Maria da Glória, de 12 anos, que perambulava e mendigava pelo Botafogo; como seu irmão Sidnei Ferreira, de 17 anos, que também nunca estudou e foi demitido após descobrirem que era um sem-teto. Olga Lúcia, com 14 anos, perdeu a mãe e, com oito irmãos analfabetos, sobrevive exclusivamente da caridade. Vilma Cruz, de apenas 10 anos, abandonou a escola após reprovar no primeiro ano para ajudar com esmolas. Também com 10 anos, Sebastião José, órfão de mãe, vive com o pai doente e desconhece a escola. Gerson, de 8 anos, Maria da Conceição, de 13, Jorge Antônio, Ana Maria, de 9 e Gina Fonseca, de 13, possuíam histórias parecidas com as demais[101].

A maioria vivia em Belford Roxo, município carioca com quatro escolas públicas e cinco particulares. Com essa informação, o periódico deixa implícito que haveria vagas para elas frequentarem as escolas. Embora denuncie a situação, essas micro-histórias das crianças pobres e fora das escolas não chegam a efetivar uma crítica sobre o tipo de sociedade que produz uma estrutura tão excludente e hierarquizada, a ponto de impedir o próprio Estado de fornecer uma escolaridade elementar. Nessa linha, o periódico apresentou uma fotorreportagem com mais crianças na mesma situação, representadas visualmente respectivamente por Sebastião

[99] CRIANÇA no Brasil só tem direito de sofrer. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 241, 11-12 out. 1964, p. 19. Departamento de Pesquisa.
[100] O SEGUNDO governo da revolução. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1969, p. 4. Caderno Especial.
[101] CRIANÇAS sem escolas chegam a 5 milhões em todo o país. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1969, p. 14.

Borges, Wilson de Jesus e Jorge Gomes Ferreira, três meninos cariocas que também não frequentavam a escola (Figura 13).

Figura 13 – Meninos longe da escola



Sebastião Borges — *tem 11 anos e é o quarto entre nove irmãos. Jamais foi a uma escola e nem tampouco os irmãos, de 12, oito, nove e sete anos. Apesar da extrema miséria em que vive — um barraco mal equilibrado sôbre palafitas à beira-mar, a alimentação precária (quase sempre uma vez por dia), êle consegue ser um menino inteligente, com uma perfeita noção de seus problemas e dificuldades.*

Wilson de Jesus — *profissão êle não tem, mas com 14 anos já trabalha das 5 às 20h, lavando barcos, pintando, tirando lama de um e outro lugar. Wilson, assim como seu irmão Cirley, nunca foi a uma escola. O irmão é barrado tôdas as vêzes que tenta se matricular: êle não tem registro de nascimento e o Colégio Orlando Dantas, do Estado, não aceita sem o papel.*

Jorge Gomes Ferreira — *tem 12 anos, também nunca foi à escola. É amigo de Sebastião, mas quem não quer que Jorge frequente a escola é o próprio pai.*

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1971, p. 22.

Sebastião Borges diz que tem uma vontade na vida:

> Conhecer uma professora de perto. A mãe justifica o analfabetismo do filho: "Ele não tem roupa nem calçado. Não posso deixar que ele vá à escola desse jeito. Sou pobre, mas tenho vergonha e filho meu não sai de casa para ser humilhado em lugar nenhum"

Wilson de Jesus e o irmão nunca foram para a escola. O irmão é barrado na matrícula, por não possuir o registro de nascimento.

> Wilson tem o registro, mas desde a idade de nove anos que trabalha uma média de 15 horas por dia. "Morre de vontade" de aprender a ler, mas o máximo que consegue é fixar as figurinhas das revistas infantis e tirar umas próprias conclusões. É um menino triste, que raramente sorri.

No caso de Jorge Gomes Ferreira, é o pai quem não permite a ida à escola, e explica:

> Papai diz que tenho de ajudar em casa. Não tenho mãe, não. A gente acorda cedo e sai por aí catando coisas pra vender na feira. Papai nunca estudou e acha que eu também não preciso estudar. Isso é pra filho de madama. Pobre tem que trabalhar. Jorge diz que não tem curiosidade por conhecer nenhuma professora. Já viu e não gostou. A professora gritava com os alunos. Prefiro ficar em casa (Rio tem menino que jamais viu escola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1971, p. 22).

A imagem que as crianças e suas famílias possuem de si é definida pelo reconhecimento e a aceitação da sua marginalização e por um sentimento de inferioridade. Assim a escola é vista como uma posição social que não lhes pertencia. Isso se nota na fala do pai de Jorge ao dizer que: "pobre tem que trabalhar". São pais *outsiders* do sistema escolar que embora inseridos no fluxo de expansão escolar transferem essa herança da exclusão social para seus filhos.

Os meninos integravam os milhões de crianças e adolescentes fora das figurações escolares, pois viviam na pobreza, em moradias precárias, com má alimentação, muitas horas de trabalho e sem condições materiais ou tempo para se integrarem ao crescente processo de escolarização. A entrevista representa um perfil de criança que até desejava ir à escola, mas não podia, por não possuir condições de se enquadrar nos padrões escolarizáveis. Para eles, as campanhas de auxílios não eram suficientes para integrá-los, sendo, portanto, bastante limitadas.

As famílias são retratadas como figurações que dificultavam o acesso à escola, tanto pela falta de recursos materiais e pela dependência do trabalho infantil, quanto por uma mentalidade que interiorizou a inferioridade decorrente da situação de pobreza. Portanto, passaram a acreditar e reproduzir que existem espaços sociais que não podem ocupar. Novamente, a reportagem denunciou a exploração da pobreza e do sofrimento de crianças fora da escola e de famílias pobres. Isso serviu mais para reforçar a imagem de responsabilidade social do periódico do que para criar tensões e exigir ações do poder público. Isso se confirma diante de um relato despolitizado, que não visa fomentar debates ou campanhas que questionem as estruturas sociais injustas que desrespeitam a direito da criança à educação.

Na *FL*, não se encontraram fotorreportagens ou reportagens que realizassem uma denúncia social ou, até mesmo, notícias que abordassem histórias de crianças pobres em Londrina. O periódico era mais coerente com o projeto editorial, ao manter um discurso de apoio político à prefeitura e de defesa da imagem de desenvolvimento do município, o que serviu para evidenciar a miséria dos bairros periféricos e da zona rural. Dessa maneira, embora a *FL* apontasse críticas sobre a precariedade das condições das escolas, não explorou de forma tão intensa a narrativa do sofrimento dos pobres como fez em algumas reportagens o *JB*.

Na mesma dinâmica, a jornalista Helena (1971) escreveu na coluna “Mulher” do *JB* sobre o trabalho infantil. Para isso, ela operou com diversos dados fornecidos pela pesquisa da Secretaria de Trabalho do Estado de São Paulo, apresentados na Semana de Estudos dos Problemas do Menor; com entrevistas de menores, entre 12 e 18 anos, que trabalhavam nos mais diversos ramos da indústria do município de São Paulo, e com a legislação brasileira. O objetivo era mostrar ao leitor a discrepância da Constituição vigente diante das recomendações internacionais sobre o trabalho infantil.

> Na Constituição Federal — Emenda Constitucional n. º 1, de 17 de outubro de 1969. “Art. 165 — item X: A Constituição assegura a proibição de trabalho, em indústrias insalubres, a mulheres e menores de 18 anos, de trabalho no noturno a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 12 anos. [...] De acordo com a Constituição, artigo 168, "o ensino dos sete aos 14 anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais." Por esta razão, o artigo 158 da mesma

> Constituição, que permitiu o trabalho de menores de 12 anos, mereceu uma ressalva, através de um decreto-lei, que prescreve que, até os 14 anos, os menores operários tenham sua frequência à escola garantida. Ao menos em nível primário (Helena, Arcelina. As crianças na fábrica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 set. 1971, p. 3. Caderno B. Mulher).

A autora lembrou que esse novo limite de idade da Constituição de 1969 (menores de 12 anos) era contrário às normas internacionalmente aceitas para o trabalho do menor, que estabeleciam 14 anos como idade mínima para o trabalho. A Constituição da Organização Internacional do Trabalho (outro órgão das Nações Unidas), por exemplo, declarava, no art. 11 da Carta da Criança, a abolição do trabalho da criança e a imposição de limitações ao trabalho do adolescente, para permitir a continuação da educação e assegurar o desenvolvimento físico.

Para a colunista, mesmo com as restrições e as obrigações legais, a maior parte dos pequenos trabalhadores das fábricas abandonava a escola e "apenas 25% frequentam o ginásio e 3% o curso colegial". Os dados mostravam que, em São Paulo, mais de 100 mil crianças trabalhavam na indústria (7,4% da força de trabalho). Para ganhar entre Cr$ 90,00 e Cr$ 170,00 mensais, desses 62,4% abandonaram os estudos. Dentre eles, estava Tânia Gomes Carmona, descrita como "uma menina sorridente e morena de 14 anos, levanta-se e se veste correndo para sair. Mas não vai à escola; vai à fábrica, onde permanece trabalhando até quatro horas da tarde". Tânia diz: "Abandonei o colégio na segunda série porque ainda sou muito pequena para estudar de noite". Essa situação se repete com outra menina, Claudete Martinez, ela revelou que "— gostaria de ser secretária" e que no mês passado conseguiu ganhar Cr$ 380,00. Para isso, precisou trabalhar 12 horas por dia, inclusive aos sábados. A maioria dos jovens operários trabalha mais de oito horas para ajudar o sustento da casa.

> Mas, assim mesmo, 87,5% dos menores entrevistados declararam-se satisfeitos com o número de trabalho, como também estão satisfeitos com as tarefas que desempenham. A grande maioria ainda vive em situações tão difíceis que qualquer ganho a mais pode resolver os problemas financeiros familiares (Helena, Arcelina. As crianças na fábrica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 set. 1971, p. 3. Caderno B. Mulher).

O mais impressionante no texto foi o relato das crianças operárias que se diziam satisfeitas com os trabalhos. Isso mostra que, apesar da circulação de informação sobre os direitos das crianças, como o escolar, a posição social dessas crianças, marcada pela negligência e pela preocupação diária com a sobrevivência, as inseria muito cedo no mundo do trabalho. Isso as afavatava do processo escolar e restringia emoções, como o inconformismo, diante dessa exclusão. Junto a isso, somam-se os interesses empresariais, o acobertamento e o apoio do Estado, que desejava fornecer mais trabalhadores aos primeiros e controlar os movimentos sociais que contestassem o *status quo* e as injustiças da estrutura social.

Em uma fotorreportagem sobre a volta às aulas, publicada em três páginas do Caderno B, foram coletados pelos correspondentes do *JB* diversos depoimentos de pais de estudantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Pernambuco e Bahia. O texto mostrou como o consumo educacional era vivenciado por vários tipos de grupos sociais, com diferentes poderes econômicos. Nessa época um comportamento recorrente captado foi a preocupação generalizada de alunos e pais, professores e reitores, do curso primário às universidades, nas escolas públicas e nas particulares com o novo ano letivo [102].

Os depoimentos dos pais, dentre eles respectivamente Zélia Welman e Irene Montag (Figura 14), mostram a desigualdade. A primeira é assistente de mídia em uma agência de publicidade e, com o marido jornalista, tem uma renda familiar mensal de Cr$ 2 mil. Eles se sacrificam para pagar a mensalidade de Cr$ 220,00 e garantir que os filhos Janina e Vítor Elias (ambos com 4 anos) frequentem uma escola maternal particular. Já Irene Montag mora em um dos melhores bairros de São Paulo e tem uma renda familiar acima de Cr$ 10 mil mensais e gasta Cr$ 5.400,00 em mensalidades escolares.

Figura 14 – Depoimento dos pais



ZELIA WELMAN, de São Paulo, 26 anos, é assistente de *media* numa agência de publicidade e, junto com o marido jornalista, tem uma renda familiar mensal de Cr$ 2 mil. Seus dois filhos, Janina (quatro anos) e Vitor Elias (dois anos) já frequentam uma escola maternal particular e ela paga Cr$ 220,00 de mensalidade. E' um dinheiro gasto com sacrifício, mas que dá uma certa satisfação, segundo Zélia.

A *Sra. Irene Montag*, que mora em um dos melhores bairros de São Paulo e tem uma renda família acima de Cr$ 10 mil mensais, vai finalmente solucionar êste ano o problema de colégio para seus filhos.

Fonte**:** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1971, p. 4-5. Caderno B.

Zélia e Irene representam a classe média e a classe rica, respectivamente. A primeira afirma ter satisfação em pagar uma escola particular para os filhos, apesar de acarretar problemas financeiros, cuja consequência é renunciar a "certos prazeres da vida social e de uma série de futilidades". Além disso, ela lembra que as escolas públicas só aceitam crianças a partir de 2 anos e, como professora formada, diz:

[102] ALUNOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1971, p. 5. Caderno B.

> Só há cerca de três anos começou realmente a renovação no ensino no Brasil. E as escolas públicas ainda não estão bem dentro desse novo esquema, são ainda tradicionais (Para a classe média o mês de março é uma sobrecarga. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1971, p. 4. Caderno B).

Por sua vez, Irene fala do descontentamento com a escola particular do seu filho, que como muitas do tipo "se dizem renovados, mas que são bem tradicionais". Isso também não era bem-visto por ela, pois nesse ensino as crianças são apenas mais um número, o que a leva a uma atitude.

> Por isto, junto com um grupo de pais descontentes, criou a Associação Paulista de Incentivo ao Ensino, que pretende ser uma continuação do primário do Jockey, com ensino colegial e contando com a colaboração de muitos professores e técnicos daquela escola (Para os pais ricos o importante é orientar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1971, p. 5).

Outro pai, Antônio César de Almeida, de Salvador, construtor de estradas, residente em um apartamento *duplex* no Jardim Baiano, apesar de não se preocupar com os valores da mensalidade, também possui uma inquietação: "— Não sabemos se a escola mais cara é a melhor, embora a opção que fazemos seja sempre essa"[103]. Para camadas médias e ricas, a escola privada aparece como uma distinção social que os diferencia das massas, enquanto as pessoas pobres dependem do ensino ofertado pelas escolas públicas. O ensino tradicional era sinônimo de péssima qualidade, por não respeitar o desenvolvimento particular de cada estudante. Portanto, a classe média e rica procurava formas de se destacar também pelo nível e pela qualidade da escolaridade.

O texto jornalístico sublinhou o contraste significativo com a situação anterior em que viviam os pais pobres e, também, inseriu uma crítica ao governo estadual da Guanabara, que afirmava a alfabetização de todas as crianças menores de 16 anos, discurso desmentido pelos depoimentos que tornou visível que muitos dessa faixa etária não conseguiam entrar ou permanecer nas escolas, como mostram as falas de Cirlene Faria Gonzaga e Marcelina Inácio da Silva, respectivamente, e de seus filhos (Figura 15).

Figura 15 – Pais pobres

[103] PARA OS PAIS ricos o importante é orientar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1971, p. 5.



DURANTE 30 anos (hoje ela tem 40), *dona Cirlene Faria Gonzaga* trabalhou como doméstica em diversas casas da Guanabara. Ha 10 anos ela decidiu que precisava ganhar um pouco mais para viver um pouco melhor. Na condição de moradora na Favela da Rocinha, suas esperanças eram [illegible]. O lugar não [illegible] menos, mas não havia conjuntou um dinheiro, comprou um pequeno barraco e ali transformou uns pedaços de tábua numa tímida quitanda.

DONA MARCELINA INACIO DA SILVA, de São Paulo, tem grandes esperanças para êste ano. Seus dois filhos menores, Janete, de oito anos, e Joselino, dê 10, vão repetir o primeiro ano primário e ela acredita que "se Deus ajudar, desta vez êles vão aprender a leitura."

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1971, p. 5.

A primeira, Cirlene, morava na favela da Rocinha, com o filho mais novo, Carlos Alberto, de 5 anos, que não tem idade para entrar em um colégio do Estado. Mesmo assim, ela afirmou na reportagem que "não quer o filho fora da escola" e garante que no ano em questão ele entraria, nem que ela trabalhasse 14 horas por dia para pagar Cr$ 20,00 mensais de escola particular da Rocinha. Ela diz ainda "— Eu só fiz até o segundo primário. Não sei ler nem escrever, por isso tenho pouco. Meu filho vai saber ler e escrever e terá o que não tive. O que foi que ganhei por não estudar? Nada".

A segunda da Figura 15, Marcelina, junto com seu marido e dois de seus filhos, mora em São Paulo, e tem quatro filhos. Janete, de 8 anos, e Joselino, de 10, repetiram o primeiro ano primário, assim como as duas filhas mais velhas: Odete, de 17 anos, e Ivanete, de 15, que segundo a mãe frequentaram a escola, mas não aprenderam nada e, por isso, largaram os estudos para trabalhar. Ela contou que, às vezes, a professora batia nas crianças, "dá uns puxões de orelha, mas se precisa, né? ". Para ela, o importante era eles continuarem a ir para as aulas.

> Mesmo quando eles não têm caderno, eu faço eles irem. Às vezes algum colega dá uma folha de papel pra eles. Uniforme? Só a Janete que tem, mas já está muito velho. Joselino vai com a roupinha dele mesmo. Eu não estou podendo comprar a roupa, conforme é pra ser. Mas isto não tem problema, não. A professora já me disse: "Não deixa vir não, vindo uniformizado ou não faz mal não ter uniforme". O importante para Dona Marcelina é que Joselino, o único homem da família, "aprenda a leitura, porque assim tudo vai ser mais favorecido pra ele" (Para filho de pobre estudar é sempre difícil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1971, p. 5. Caderno B).

Euclides e Josefa moram em Recife, e dizem que anseiam pelo retorno das aulas. Para o pai, quando eles estão na escola, ele "se aperreia menos, os meninos estão aprendendo e na escola ainda têm almoço. É bom e nem eu, nem a mulher tem de ser obrigada a bater nas crianças". A esposa Josefa explica o objetivo de mandarem os filhos para a escola.

> — A gente quer que os meninos aprendam para ter um futuro melhor do que nós. Eles podem sair daqui deste lugar, ter melhor sorte e depois ajudar a gente na velhice, que a gente vai precisar. Ora, eles estão aprendendo mesmo. Entraram analfabeto, pra bem dizer burro, e pra vista do que eram estão melhor (Para filho de pobre estudar é sempre difícil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1971, p. 5. Caderno B).

Assim como os pais da classe média, a quitandeira Cirlene, que mora na favela, se demonstrava disposta a se sacrificar com longas jornadas de trabalho para garantir a oportunidade, pelo menos a um dos filhos, de frequentar a escola desde o início da infância. Para isso, ela também precisava pagar uma escola particular, considerando o gargalo do ensino infantil, embora já se esboce como necessidade na imprensa, ainda não era alvo de mobilização das políticas públicas.

Pelos últimos testemunhos, os filhos não eram contemplados com auxílios materiais das campanhas, exceto a alimentação. Mesmo assim, nos testemunhos relatados ao periódico, há a relação que fazem entre a escolarização e a promessa de mobilidade social. Assim, esses pais pobres igualmente vincularam a miséria à falta de escolarização. Essa sensibilidade estava impregnada pela Teoria do Capital Humano, que apresenta a escolarização como um alto investimento em si, capaz de gerar maior potencial econômico para o indivíduo e o país.

Os textos naturalizam a miséria dessa provável população escolar, quando sua lente individualizava os dramas e, principalmente, quando criava narrativa informativa com dados e testemunhos de grupos marginalizados. Embora construam denúncias ao revelar as mazelas sociais, igualmente reforçam discursos que vinculam a pobreza e a baixa escolarização, e reforçam as esperanças de ascensão via escolarização, além disso, os textos indicam a ausência de emoções, como inconformismo, e de opiniões que fomentem questionamentos sobre as estruturas sociais que produzem a situação de marginalização das pessoas.

Como coloca Zicman (1985, p. 90), a imprensa age no "campo político-ideológico" e visa uma "ação social". As práticas estão circunscritas ao processo histórico marcado por uma expansão escolar que ocorre em concomitância com o aumento da repressão e da censura. Nesse campo social, parte expressiva das figurações escolares é formada por *outsiders* com um baixo gradiente de poder e com emoções que reforçam a inferioridade imposta. Esses fatores podem lançar luz sobre os motivos que impediam esses grupos marginalizados ou integrados de forma precária de reivindicarem acesso e qualidade escolar.

A imprensa empresarial que possuía um grau de dependência do Estado para sobreviver indica a existência de vários problemas escolares, porém não culpa diretamente o recente regime ditatorial, nem defende, como dito, mudanças profundas na estrutura social que viabilizassem a diminuição da desigualdade refletida em uma escolarização hierarquizada.

Ao se caracterizarem pela intensidade e pela frequência de coberturas educacionais, os periódicos se esforçaram para representar um otimismo educacional, principalmente no pós-1968, o que revela uma forte adesão às políticas educacionais da ditadura, afinadas a um ensino mais técnico aplicado ao trabalho e que se impunha verticalmente, obliterando os debates educacionais. Portanto, a imprensa embora atuasse com uma abordagem mais propagandística, também revelou a cruenta marginalização escolar de parte das massas, isso porque a sua proposta editorial visava sempre a ampliação do público leitor e de anunciantes.

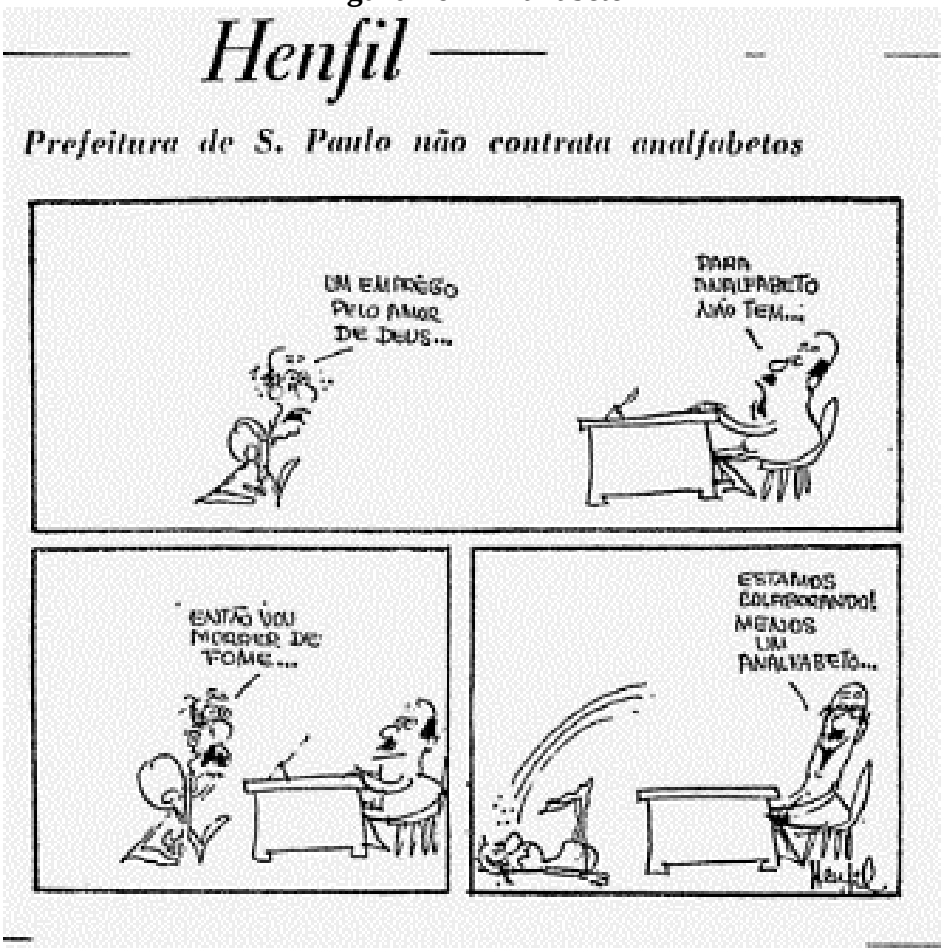
Esses textos (notícia, fotonotícias, reportagem assinadas ou não, colunas, editoriais) são caracterizados por uma crítica indireta. Embora tenham uma narrativa de denúncia, geralmente não emitem uma opinião além da construída em torno da fala testemunhal contida e da crítica consensual aos problemas educacionais. Essas ambiguidades de posições e variadas formas de narrativas e discursos indicam tanto a complexidade das práticas da imprensa, quanto da própria sociedade. Assim se concorda com Capelato (2015), quando ela diz que imprensa oferece inúmeras possibilidades de pesquisa porque registra aspectos diversos da vida cotidiana de uma sociedade.

Registra inclusive rastros da vida escolar e universitária, embora fique evidente que alguns temas e personagens são marginalizadas emergem nas notícias, como os analfabetos ou os adultos que almejavam ampliar seu nível de escolaridade. O tema do alfabetismo foi representado com maior intensidade em 1964, com o debate político em torno da proposta do presidente Castelo Branco de conceder o voto aos analfabetos, o que já havia sido proposto e recusado também no governo do presidente Goulart. Posteriormente, o assunto voltou a ganhar destaque na imprensa, com a implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 e voltado para a educação de adultos. O MOBRAL possuía uma sede no Rio de Janeiro, mas atuava em todo o país por meio, das Comissões Estaduais e das Comissões Municipais que aplicavam o ensino por meio de monitores. Entre 1970 e 1971, a representação do MOBRAL se disseminou na imprensa de forma tão positiva em ambos os periódicos, que se assemelhava a propagandas políticas.

A Figura 16 que ilustra a charge de Henfil destaca a atmosfera marcada por essa campanha de alfabetização, a charge descreve uma cena em que se evidencia que a prefeitura de São Paulo possui vagas de emprego, mas não contratava analfabetos. A situação reforça a

ideia de dependência dos indivíduos em relação à escolarização como forma de sobrevivência. Nas zonas urbanas a falta de escolarização se tornava um obstáculo para conseguir empregos em empresas, órgãos públicos e estabelecimentos comerciais. A crítica do chargista revela que a ausência de escolarização além de marginalizar grandes números de pessoas vistas como problemas sociais, também dessensibilizava a sociedade.

Figura 16 – Analfabeto



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 maio 1971, p. 7.

A partir do ano de 1970, a imprensa passou a enaltecer o MOBRAL com vários textos apresentando a quantidade de municípios em que o programa foi adotado. Porém, o protagonista escolar que era o analfabeto não recebia espaço para falar. Por se contrapor com esse padrão de notícia, destacou-se uma reportagem do *JB* com testemunhos e experiências de uma professora e de um aluno do MOBRAL. Ela se chamava Ana Maria Silva Mendonça, recém-formada, que depois do seu trabalho em uma escola primária particular, seguiu para a Avenida Chile, em um edifício no sexto andar que estava em construção. Nesse lugar improvisado, ela ensinava os operários a lerem e escreverem. Ana Maria, usando capacete, pode ser vista na Figura 17. Ela foi uma das primeiras a se inscrever, quando o MOBRAL começou a recrutar voluntários para lecionar. Entre os nove estudantes da turma, estavam: Manuel Martins, cearense de 45 anos;

Zeferino, pernambucano de 34 anos; Benedito, paraibano de 28 anos; Josias, pernambucano de 33 anos.

Figura 17 – Ana Maria



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1971, p. 22.

A reportagem narra a experiência de Manuel, que passou a cursar o MOBRAL depois de um episódio no banco, quando sentiu vergonha ao precisar assinar o cheque com o polegar. A fala de Manuel explora como se sentia um analfabeto diante do olhar do outro.

> Naquele dia eu disse pra mim mesmo: Manuel, tu tens que tomar jeito. Assim você não volta mais pra o Ceará. Teus filhos estão crescidos, sabem ler, escrever. Você não pode fazer vergonha. [...] — Já passei muita vergonha por não saber ler e escrever — conta Manuel. Um dia, no Ceará, eu fui aceito numa firma. Estava contente porque ia começar a trabalhar depois de passar muito tempo procurando emprego. Tratei dos documentos, mas quando mandaram que assinasse a minha folha de pagamento e eu enfiei o dedo no tinteiro foi aquela gritaria de sempre. Não fui aceito. — Agora só volto ao Ceará com o certificado na mão. Não vejo a minha família há 10 meses. Se eu for ao Ceará a mulher vai começar a falar da saudade e eu sei que acabo ficando. Prefiro sofrer um pouquinho mais à ausência dos filhos, mas quero chegar perto deles com o diploma na mão. Manuel mostra o polegar e diz: — Há 45 anos esse bobão aqui é a minha vergonha. Olha só, está até encravado de tanta tinta de carimbo. Agora, quando eu fui ao banco, aquele mesmo banco de antes. Mandaram que eu assinasse um cheque. Aí eu fui pegar na caneta, aquele daqui aquele dali, segurei o talão e comecei, levou tempo, mas consegui escrever o nome todinho (Hora de folga é de trabalho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1971, p. 22).

Com o objetivo de mostrar o impacto do MOBRAL na vida da população analfabeta, representada por Manuel, o texto relaciona o analfabetismo à vergonha. Essa ideia reiterada não apenas pelos representantes do Estado, fazia parte dos discursos da imprensa, constantes nas

campanhas educacionais do *JB*. A *FL* também retratou a instalação do MOBRAL em inúmeros municípios do Paraná, bem como se observa na Figura 18. Logo, a presença maciça de estudantes mostra que estes tinham a oportunidade de ler e escrever, devido ao convênio com que possuía uma direção nacional do governo federal. A Figura 18 mostra estudantes de Jataizinho, município próximo a Londrina, que já possuía os postos do MOBRAL, com 180 alunos, prestes a se estender para a zona rural, com maior número de analfabetos.

Figura 18 – Estudantes de Jataizinho, PR



Fonte**:** *Folha de Londrina*, Londrina, 12 fev. 1971, p. 7.

Mais do que isso, os textos analisados em conjunto visavam indicar um movimento de maior busca individual e empenho coletivo e público pela ampliação da escolaridade. Para representar essa tendência além do MOBRAL, as notícias que anunciam os exames de madureza se proliferaram nos periódicos. Ambas as formas de escolarização se destinavam a sujeitos marginalizados do processo de escolarização regular que retornavam tardiamente e estavam marcados por estigmas.

Os exames de madureza existem desde a Reforma de Benjamin Constant, mas mudaram de sentido. Inicialmente, visavam avaliar o nível de conhecimento dos estudantes ao final do curso secundário, com o objetivo de garantir o título de bacharel, cuja clientela era um público escolarizado, a elite cultural do período. No entanto, a partir da Reforma de Francisco Campos (Art. 100), de Gustavo Capanema (Art. 91) e da LDBEN (Art. 99), o exame adquiriu o caráter de exceção para atender a população adulta, a fim de comprovar os conhecimentos necessários para a conclusão do secundário, de modo que habilitasse os estudantes a prosseguirem nos estudos.

Com a Reforma de Francisco Campos, o exame de madureza obteve o sentido vigente de supletivo, pois introduziu um exame para adultos que não conseguiam seguir o curso fundamental regular. Em 1970, vivia-se a “explosão da madureza” destinada a maiores de 16 anos, o que conferia o certificado de conclusão de curso ginasial mediante a realização dos

exames entre dois ou três anos letivos, ou seja, podiam realizá-lo em um ano civil (Castro, 1973).

A Lei nº 5.692/71 incorpora esses exames de madureza ao Ensino Supletivo, porém como não havia uma regulamentação de cursos, a preparação dos estudantes com foco nesse ensino era variada (cursinhos, correspondência, TV, rádio). Segundo Lima (2013a), o curso de madureza tinha a pretensão de atingir um grande público, o que se efetivou com a utilização da televisão, em São Paulo, por exemplo, houve o curso preparatório pela TV, que contou com o apoio da Secretaria de Educação do Estado, do MEC e da Fundação Padre Anchieta (Centro Paulista de Rádio e TV Educativa), fundada por iniciativa do governador Roberto de Abreu Sodré.

Em editorial, a *FL* falou com entusiasmo do interesse que o início do novo curso de madureza pela TV despertou nas pessoas. Assim, destacou que estudar era a "'onda' do momento, no Brasil" ou o "tufão que varre o país" e concluiu que "há uma corrida de todos, jovens, crianças, adultos e até gente idosa aos livros". O exemplo era o MOBRAL, repleto de gente com idade avançada em busca de sanar o desejo e a curiosidade e os cursos de madureza que, segundo o periódico, "empolgam milhares e milhares de pessoas" no país, como donas de casa e presidiários, que procuram "encontrar alguma coisa de melhor no futuro". Até os cursos superiores passaram a ser ocupados por avós, homens casados e por quem deseja mais um diploma.

> Aparelhando-se mais para uma época que exige, de fato, que haja mais conhecimentos. Numa era em que o saber é exigido para todas as atividades, onde a falta de habilitação condena o homem a uma situação inferior. Este quadro que se observa no Brasil atual é típico de uma nova era, de uma nova mentalidade. Vai longe a época do acomodamento, das frases típicas do subdesenvolvimento: "Trabalhar, para que, eu sou brasileiro", ou "trabalhar é para escravo". E como o estudo é uma espécie de trabalho, era pouco aceitável. Os mais velhos nem pensavam em voltar aos bancos escolares. Mesmo aqueles que sentiam vontade ou necessidade de ingressar numa escola não o faziam, envergonhados, talvez, de uma situação de que não eram culpados, mas que, de qualquer forma, consideravam vexatória (A "onda" do momento *Folha de Londrina*, Londrina, 23 out. 1971, p. 6).

Em uma notícia sobre Apucarana, no interior do Paraná, a *FL* destaca que milhares de pessoas da região e até de São Paulo enchiam o município à procura dos exames de madureza ginasial e colegial que ocorreriam no Colégio Estadual Nilo Cairo[104]. A Figura 19 que acompanha a notícia tentou reforçar essa corrida pelos exames relacionada com a ideia de recuperar o "tempo perdido" para concluir o curso médio e ingressar o mais rápido possível em uma escola superior.

Figura 19 – Corrida pelos exames

[104] INICIADOS os exames de madureza em Apucarana. *Folha de Londrina*, Londrina, 01 dez. 1971, p. s.n.


Entre as centenas de candidatos as três jovens freiras também procuram apressar a obtenção do diploma.

Entre as centenas de candidatas as três jovens freiras também procuram apressar a obtenção do diploma


Após os exames escritos, a longa espera pelas provas orais.

Após os exames escreitos, a longa espera pelas provas orais
Fonte**:** *Folha de Londrina*, Londrina, 01 dez. 1971, p. s.n.

O *JB* também abordou a mesma questão da busca de figurações marginalizadas pela escolarização, ao mostrar que, em Belo Horizonte, os cursinhos vestibulares foram invadidos por mulheres casadas, donas de casa, mães e, inclusive, avós de "cabeças grisalhas e vestidos severos" que ficavam ao lado dos "cabelos encaracolados, dos *shorts* e dos *blue jeans* das moças e rapazes". A reportagem relatou que o Instituto Champagnat, um dos mais antigos da capital, possuía no seu curso de madureza 50% de mulheres casadas, que os frequentavam no horário da tarde. Igualmente, o Curso Pitágoras, informou que 67,3% dos alunos da madureza colegial eram mulheres que iriam se candidatar ao vestibular das universidades. A Figura 20 captura uma sala de cursinho e reforça a ideia do texto que defende que as faculdades se encheram de mães, pois se observava um predomínio de mulheres com estilo e fisionomia diferentes das consideradas "jovens".

Figura 20 – Sala de cursinho



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 out. 1971, p. 5. Caderno B. Mulher.

A trajetória da avó Jacira Nunes e a da mãe Lêda são utilizadas para representar esse comportamento social que se populariza, especialmente entre as mulheres.

> D. Jacira Nunes Mourão é um exemplo da nova mentalidade que domina as mulheres. Morava no interior, onde cursou a escola normal, mas abandonou os estudos para casar. [...] D. Jacira sentiu a vida vazia e resolveu recomeçar os estudos interrompidos há 30 anos. Matriculou-se no curso de madureza colegial, apesar de algumas amigas acharem que "isso é uma bobagem, depois de criar filhos e estar com bons anos". Vovó Jacira, com os seus 50 anos, não deu ouvidos às amigas. Estudou, foi aprovada nos exames e, meses depois, classificou-se no vestibular para a Faculdade de Direito da UFMG. Escolheu a cidade porque o marido e um filho moram e trabalham lá. Espera, com o curso de Direito e, espera, formar-se para, depois, trabalhar, advogando para os que não podem pagar.
>
> D. Lêda Severina Lana de Oliveira abandonou a escola muito cedo, para casar. Depois do terceiro filho, decidiu recomeçar, para poder acompanhar os estudos dos pequenos, pois não tinha condições de pagar professor particular e seus conhecimentos eram mínimos — só tivera o curso primário. Matriculou-se no curso de madureza, frequentando as aulas à noite, depois de feito todo o trabalho da casa. Passou, fez vestibular e, agora, cursa o primeiro ano de Pedagogia, na Faculdade de Educação da UFMG, também à noite, porque à tarde trabalha para sustentar a família (Mamãe vai à escola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 out. 1971, p. 5. Caderno B. Mulher).

Segundo a reportagem do *JB*, as mulheres voltaram à escola, pois "sentiram-se superadas, incapazes de acompanhar os filhos ou as filhas numa simples conversa". Essa explicação limitava os objetivos das mulheres ao âmbito doméstico. Nesse mesmo sentido, a *FL* tentou explicar os motivos que levavam as pessoas a ingressarem no MOBRAL. Em nenhum dos textos, existia qualquer reflexão sobre a marginalização desses grupos das escolas e a perpetuação dessa prática diante de uma escolarização de caráter supletivo realizada à margem do ensino regular. Ao contrário de problematizar as injustiças do passado e do presente diante desse ensino precário e tardio oferecido aos adultos, as notícias e as reportagens continuam a se esforçavam em imprimir um tom de otimismo educacional ao focar em alguns "casos de sucesso".

Depois de o *JB* elogiar a rapidez dos resultados do Censo de 1970, passou a questionar: "Que Brasil temos diante de nós?", e logo ele mesmo responde: "Somos quase 100 milhões de habitantes, vivendo numa sociedade já mais urbana do que rural, com uma média de vida mais longa, com o analfabetismo em declínio e o índice de natalidade baixando". Nesse contexto, o periódico destacou a fala do presidente da Fundação IBGE, Isaac Kerstenske, que sugeriu a elevação dos padrões de vida[105].

A *FL* também apresentou uma reportagem sobre o Censo Demográfico de 1970, que ocupou toda a primeira página da *Folha 2* e informava sobre o crescimento populacional que inseria o Brasil entre os países mais populosos do mundo. Também destacou o perfil jovem da maioria dos brasileiros, (mais da metade com menos de 20 anos) e o aumento da expectativa de vida[106] assim como a diminuição no número de analfabetos (49,31% em 1950, 60,52% em 1960, e 66,89 % em 1970). A reportagem concluiu que essa expressiva melhoria era o resultado do "esforço de escolarização" que atingiu as faixas de idade abaixo de 15 anos[107].

O objetivo desta seção foi mostrar, por meio da imprensa periódica, aspectos sobre a escolarização elementar e como a imprensa periódica opera socialmente, a partir da seleção de fenômenos sociais e da escolha de perspectivas, personagens e recursos jornalísticos para expressá-los. De fato, havia denúncias nos textos jornalísticos sobre a hierarquização e a marginalização que a escolarização produzia ou evidenciava. No entanto, a linguagem informativa dos periódicos, embora repleta de dados e fontes, indicava tendências partidárias, de grupos e de crenças sociais. Por outro lado, também era desprovida de um caráter crítico e de um discurso engajado e político, ou seja, não motivava na sociedade ações sociais contestatórias e nem emoções de inconformismo ou revolta direcionada aos estabelecidos no poder.

Embora a imprensa critique o quadro geral da educação no país, ela apoia a direção da política educacional. Quanto ao ainda deficiente ensino primário, a imprensa assume a função reivindicatória ao se impor como a representante da massa amorfa que forma as figurações primárias. Isso se explique diante de um campo social pós-golpe civil-militar em que as figurações políticas, estudantis, intelectuais, operárias e comunitárias que estavam

---

[105] ESBOÇO do Retrato. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 set. 1971, p. 6.

[106] A expectativa de vida média da população, que era de 43 anos no período de 1940 a 1950, passou a cerca de 52 anos no decênio 1950/60, e situou-se no decênio 60/70, no nível de 59 anos (57 para o sexo masculino e 61 para o feminino). A taxa de mortalidade de 60/70 sofreu acentuado decréscimo: caiu de 13,43 por mil no decênio anterior para 9,43 por mil nos dez últimos anos. Outro fato igualmente expressivo reside na diminuição progressiva das taxas de natalidade no curso dos três últimos decênios: 44,00 em 1940/50, 43,32 em 1950/60 e 37,73 em 1960/70 Os números deste Brasil. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 set. 1971, p. 1. Folha 2)

[107] OS NÚMEROS deste Brasil. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 set. 1971, p. 1. Folha 2.

comprometidas com a educação popular e a luta em prol da democratização da educação pública que defendiam a escolarização como mecanismo de engajamento político foram marginalizados e impedidos de atuar naquela nova estrutura social.

Nessa seção se observou nas circulações das vozes impressas o cruzamento entre o *habitus* escolar marginalizador e de descaso político contra o qual a sociedade se contrapõe e o impacto do novo regime sobre as figurações escolarizadas. Essa escolarização que desenvolve sob a atmosfera do autoritarismo estatal e institucional atua na personalidade social quando continua a se perpetuar como privilégio que diferencia enquanto integra e elimina a expansão do engajamento político nas ações dos sujeitos escolarizados e como elemento constitutivo do ensino. Nesse momento, se reforça e glamuriza nas páginas impressas e na política educacional o viés assistencialista e restrito de uma escolarização que se internaliza no sujeito comum como recurso que o prepara para o trabalho e para a suposta "ascensão social". Enquanto, para os governantes ela serve de instrumento para manter a ordem estabelecida, a manutenção de práticas políticas de dependência, além de responder as exigências da estrutura econômica e das pressões internacionais.

Mesmo com essas limitações foram deflagrados às vezes de forma organizada ou de maneira ocasional mobilizações de protestos que expressavam a insatisfação social de grupos que compunham as figurações escolares, inclusive as primárias. Portanto, na seção que se segue serão apresentados os códigos sociais públicos reivindicatórios operados pelas figurações docentes que buscavam melhorar a sua posição profissional e suas práticas escolares e políticas que foram afetadas tanto pela expansão escolar quanto pela atmosfera e as ações da ditadura civil-militar.

3 AS FIGURAÇÕES DOCENTES E O CAMPO ESCOLAR

3.1 TEMPOS DE REPRESSÃO: ENTRE O MEDO, O INCONFORMISMO E O AUTOCONTROLE

A ditadura civil-militar atuava frontalmente para controlar a minoria das figurações universitárias, integrando sujeitos que faziam oposição e ameaçavam com questionamentos. Nas figurações escolares onde se expandia tal controle, ele ocorreu de forma difusa, porém não impediu que o cotidiano escolar fosse afetado por episódios de autoritarismo com ações regionais ou federais. Embora os periódicos não tenham captado completamente as relações vividas no interior da escola, as manifestações da coação externa apareceram de forma esporádicas em notícias e reportagens, principalmente por meio da modelação dos professores.

Uma das notícias relatou que o secretário da Educação do Rio de Janeiro, Luís Brás, reiterava que faria "uma 'limpeza' na Secretaria da Educação, dentro dos princípios ditados pela Revolução". Por determinação do governador, o coronel Paulo Torres, indicado pela ditadura civil-militar, exigia de todos os diretores de ginásios estaduais e dos inspetores de ensino a apresentação de "informações e denúncias sobre atividades subversivas de professores" e ameaçava punir os diretores de colégios que se omitissem[108]. O texto não questionava a legalidade administrativa, não anunciava a excepcionalidade da prática e nem problematizava a ameaça. Porém, normalizava a desconfiança e a perseguição da figuração docente. Além do mais, com a omissão crítica e a preocupação em justificar para a sociedade as razões do golpe civil-militar e do regime que ele criou, a notícia revela a adesão da imprensa.

Também houve uma breve notícia sobre a abertura de um IPM contra as professoras do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, acusadas de ministrarem orientação marxista às crianças e ajudarem elementos brizolistas. O secretário da Educação e Cultura do Paraná, Lauro Rêgo Barros, atendendo solicitação do general Artur Candal, determinou o fechamento da escola sob a alegação de "subversão infantil". Segundo ele, a escola adotava o método Paulo Freire, embora tenha abandonado depois da "Revolução" de 31 de março a orientação marxista, conforme a acusação.

Porém, os pais dos alunos não concordavam com o fechamento e levaram ao Comandante da 5.ª Região Militar, General Artur Candal, um abaixo-assinado protestando

[108] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 118, 21 maio 1964, p. 4.

contra o IPM[109]. Apesar de o periódico abrir espaço para retratar o evento e mostrar a reação parental contra a repressão como uma outra versão que se contrapunha à acusação de subversão infantil, a notícia novamente naturaliza a intervenção e a capacidade de decisão das figurações militares na gestão escolar.

As arbitrariedades também eram deflagradas em âmbito local, como o exemplo que aconteceu em 1966, com o Grupo Trajano Mendonça, no Jardim São Paulo, em Pernambuco. Há três anos, a diretora Odete de Almeida Leão dirigia o grupo e, simplesmente, foi acusada de comunista por um funcionário. A opinião foi partilhada por outras pessoas da Secretária da Educação, o que gerou um inquérito e o consequente afastamento. Durante dias, o *JB* acompanhou a indignação da comunidade escolar e dos estudantes que deflagraram uma curta greve em solidariedade à diretora[110].

Nesse contexto local, o *JB* se posicionou em reportagens que enalteciam a gestão da diretora, demonstrando que ela travou uma batalha com a Secretaria da Educação pela ampliação das matrículas, reduziu as faltas dos alunos, realizou festas, trouxe para a escola bandinha, clubes agrícolas, cooperativa, pelotões de saúde e conseguiu integrar escola e comunidade, o que não era comum em Pernambuco. Dessa forma, sem especificar, o periódico explicitou que o afastamento foi um ato de interesse político, pois a acusação não tinha provas ou sentido para as pessoas ao redor. Para reforçar o argumento, destacou que, no Nordeste, dentre os 50 professores envolvidos em inquérito, não havia nenhum do corpo docente primário até então[111]. Por ser um ato de autoritarismo praticado pela política local, o periódico fez uma ampla cobertura do caso e se posicionou com mais liberdade, porque exercer um jornalismo mais engajado e posicionado não afrontava diretamente o regime vigente.

O campo social se tornou ainda mais autoritário e ameaçador para os professores após o AI-5. Uma fonte do *JB* da Secretaria da Educação relembrou que, na época, vários docentes lotados na Secretaria de Educação da Guanabara foram atingidos ou tiveram seus nomes postos em dúvida[112]. As punições advindas da legislação autoritária se desdobraram no Ato Complementar nº. 77, que impedia os professores de colégios públicos punidos por atos institucionais de exercerem qualquer função em estabelecimentos de ensino e pesquisa, em

[109] PAIS de alunos do Jardim de Infância fechado no Paraná são contra o IPM. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1966, p. 11.
[110] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 182, 05 ago. 1966, p. 4; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 183, 06 ago. 1966, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 184, 07 ago. 1966, p. 5.
[111] DEFESA da criança no Recife é defesa da escola integrada, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 190, 14-15 ago. 1966, p. 24.
[112] ATESTADO de ideologia é exigência da Secretaria. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1970, p. 5.

fundações criadas ou subvencionadas por poderes públicos e organizações de interesse da segurança nacional[113].

O Decreto n.º 477 também atingia professores e estudantes, tornando-se um instrumento de contenção para manifestações públicas. O professor Jorge Ferreira Lima, presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE), destacou que esse decreto forneceu condições para os diretores das escolas punirem, por vezes injustamente, os professores. Ele também disse que poderiam criar um "clima de perseguição" e que "nenhum colégio foi fechado por corrupção de professores, mas de diretores". Por isso, enviou ao Ministro do Trabalho, ao Ministro da Educação e ao Presidente da República a solicitação de uma revisão do Decreto[114].

Relacionado diretamente com a intensificação das punições e o aumento da vigilância da ditadura civil-militar no pós-1968, a Secretaria de Educação da Guanabara passou a exigir o atestado ideológico fornecido pelo DOPS para contratar professoras primárias da rede estadual. Essa exigência apareceu em cartazes afixados em alguns andares do edifício onde funcionava a Secretaria. Segundo a notícia, o documento cobrava a adoção maciça[115]. Ao ser inquerido, o Secretário da Educação, Gonzaga da Gama, disse desconhecer o assunto, igualmente o Sindicato dos Professores de Ensino Médio e Primário da Guanabara afirma não ter ciência de qualquer determinação oficial que exigisse atestado de ideologia da classe. Porém, os funcionários explicaram que atendiam o dispositivo federal[116].

O periódico ainda buscava esclarecer a situação com o diretor da Divisão de Pessoal da Secretaria de Educação, Jairo Morais, sem detalhar ao *JB* que a ordem do atestado ideológico partiu do próprio gabinete da Secretaria de Educação e que desconhecia as razões da portaria estadual. Outra fonte do periódico de dentro da Secretaria de Educação disse que a determinação foi baixada quando o secretário estava no exterior e cuja origem se vinculava com a punição de vários professores pelo AI-5. Na sequência, houve uma consulta com Jeová de Carvalho, diretor de pessoal da Secretaria de Administração que já exigia o atestado ideológico, e assim Carvalho sugeriu que a Secretaria de Educação fizesse o mesmo.

O professor Franquini, então diretor dos Serviços Complementares, ao perguntar a razão de tal exigência, obteve a resposta por meio de um ofício da Secretaria de Administração, que

---

[113] PROFESSOR punido por Ato não pode mais ensinar em estabelecimentos oficiais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 out. 1969, p. 22; ATO veta professor já punido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 out. 1969, p. 1.
[114] PROFESSORES querem mudar código de ética ou criar um novo para substituí-lo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1969, p. 16.
[115] ESTADO exige atestado ideológico de professora. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1970, p. 5.
[116] GAMA ignora atestado ideológico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1970, p. 14.

afirmava ser uma praxe utilizada no âmbito federal. O periódico completou que, embora não houvesse lei estadual que obrigasse a professora a apresentar um atestado ideológico, ela era forçada pelas circunstâncias. As professoras primárias disseram ao *JB* que,

> Até agora, não encontram muita dificuldade para conseguir o atestado ideológico fornecido pelo DOPS. Segundo elas, os policiais da DOPS não fazem perguntas sobre suas atividades extraprofissionais. 'Eles consultam os seus arquivos. Se a professora tiver alguma ficha ou estiver sob qualquer suspeita, eles encaminham um ofício ao Secretário de Educação' — explicou uma professora (Atestado de ideologia é exigência da Secretaria. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1970, p. 5).

Portanto, não existia de imediato uma reação contrária aos recursos que cerceavam a liberdade política e perseguiam os professores, que viviam em constante ameaça. A legislação não foi questionada nas notícias e nem receberam longas coberturas ou pesquisas que poderiam originar reportagens e editoriais. Essa falta de atenção ao tema e de questionamento a essa legislação autoritária reforçou a conformidade e contribuiu para sua fixação no cotidiano.

Essa naturalização foi retratada por meio da própria narração docente sobre o atestado ideológico, procedimento completamente estranho, que se inseriu facilmente e sem oposição na figuração das professoras primárias. Em vez de questionar o caráter de marginalização criado por critérios políticos, as notícias se empenharam mais em descobrir a origem e os procedimentos. Conforme a notícia, o atestado ideológico, o Ato Complementar e o Decreto n.º 477 tinham o objetivo de afastar das figurações escolares qualquer professor que pudesse ser um elemento que fomentasse críticas e oposição à ditadura civil-militar. Isso porque o objetivo era criar espaços públicos homogêneos com sujeitos passivos que se conformassem às regras estabelecidas.

Logo, as notícias apresentadas indicavam que a ditadura civil-militar atuou por meio de mecanismos que se entranharam na rotina administrativa e escolar (inquéritos, atestados, portarias). Com isso, o professor passou a viver sob um regime de suspeição/vigilância/ameaça. Em termos figuracionais, cresceu o autocontrole no espaço público e a dependência de diretores/inspetores que, em alguns casos, se tornaram mediadores do poder autoritário.

Nesse cenário, a grande imprensa como agente político (Capelato, 1988) operava de forma ambígua, pois, ao denunciar de maneira acrítica práticas autoritárias, também as naturalizava, contribuindo para a conformação dos sujeitos. A escassez de notícias e campanhas empenhadas em evidenciar as práticas autoritárias de modo frequente e contínuo mostra o descarte dessa abordagem pelos periódicos empresariais.

Em partes, isso se vincula às afinidades do projeto político da ditadura civil-militar e com a incapacidade de sobreviver financeiramente depois de um confronto com ela. Uma prova disso foi o desaparecimento em circunstâncias idênticas de importantes periódicos da grande

imprensa brasileira como o oposicionista *Última Hora* e o *Correio da Manhã*, que se voltou contra a ditadura logo depois do golpe civil-militar.

Mesmo com esse clima de perseguição política e medo das ameaças que tentavam impor um comportamento cada vez mais contido e apolítico, parte das figurações docentes precisou realizar protestos e manifestações para tentar garantir a sobrevivência e uma melhor posição social. Nessa direção, a representação periódica prevalente era do professor afligido pela questão salarial que atingia desde os concursados até os contratados, da escola pública à particular. Geralmente, não se via essa pauta de protesto como "subversão" e, além disso, era facilmente aceita nos noticiários.

De acordo com Lima, (2017, p. 310), esse problema era resultado do "arrocho salarial entre os anos 1960 e 1970" e da perda do "*statu*s social que esse profissional mantinha desde o início do século XX". Assim, visados pela intensificação do autoritarismo, os professores sentiam o processo de desvalorização o qual acontecia ambiguamente, em consonância com a aceleração da expansão escolar, ao mesmo tempo que os sobrecarregava e ampliava as suas figurações escolares.

Embora a ênfase da repressão se direcionasse para as figurações de estudantes universitários, as escolas não ficaram isentas das práticas autoritárias reforçadas pelo regime ditatorial. A coerção que se abateu sobre o cotidiano escolar impôs uma atmosfera interna de ameaça e vigilância. Assim, o medo da punição se tornou um recurso da ditadura civil-militar para controlar (in) diretamente as relações sociais e de disputa de poder entre os grupos. As notícias não retratavam reações ou contestações às ordens, e nem publicavam a repercussão ou a continuidade das ordens do secretário (Guarnieri; Honorato, 2026).

Com base nisso, a seção a seguir pretende refletir sobre os códigos sociais públicos utilizados pelos professores que pertenciam às figurações escolares, principalmente primárias e secundárias, para se manifestarem nos espaços públicos e pressionarem os poderes estabelecidos, a fim de conseguirem o atendimento das demandas. Para isso, inicia com a contextualização do campo educacional marcado pela existência da rede privada e pública, para posteriormente se concentrar nas representações das dinâmicas sociais promovidas pelas figurações docentes.

3.2 ENTRE O ENSINO PÚBLICO E PRIVADO: AS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICOS E EMPRESÁRIOS

Para compreender a interdependência entre Estado, proprietários de escolas, políticos, estudantes e pais durante a ditadura civil-militar, reportagens, editoriais e principalmente notícias podem indicar aspectos sobre a dinâmica social que envolvia esses sujeitos em figurações. Desde a década de 1950, ocorria um aumento do número de estabelecimentos particulares em todo o país, principalmente nos grandes centros, conforme divulgou o *JB* em reportagem[117]. Até a primeira metade da década de 1960, o ensino primário era majoritariamente público, enquanto o ciclo ginasial e colegial ainda era dominado pelo setor privado. Em 1965, no Brasil, das 5.059 unidades escolares de nível médio, 53% das matrículas pertenciam à rede particular de ensino. Porém, a reportagem de Mayrink (1966) indicava a tendência, desde o final de 1950, de aumento do ensino público também no nível médio.

> No período de 1947-1965, o crescimento do ensino médio brasileiro sofreu uma explosão, com uma taxa de 9,2% anuais, que nos últimos seis anos — 1959 a 1965 — a matrícula geral, passando de 1.100.000 para 2.150.000 estudantes (José Maria Mayrink. Vestibular é armadilha que serve apenas para reprovar. 2.ª de uma série. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1966, p. 16).

Entre os estudantes do nível médio, 60 a 65% estavam matriculados em colégios particulares, de modo que o número de escolas públicas era incapaz de ministrar o ensino ginasial suficiente para os egressos do primário[118]. Diante do aumento da demanda e em nome da suposta eficiência em aproveitar espaços escolares ociosos, o governo federal se articulou com os empresários para investir dinheiro público (concessão de bolsas de estudo) nos colégios privados, o que naturalizou a prática, sem expor questionamentos.

A percepção da crescente valorização escolar também foi vista pelos empresários como uma oportunidade de lucratividade. As escolas privadas eram diversas e atendiam desde grupos da classe média baixa que se sacrificavam para pagar bolsas ou mensalidades, até a elite. Porém, a rede privada possuía limites impostos pelo próprio governo federal, como os tabelamentos, as isenções, os incentivos oficiais e as taxas de anuidades, explicitando a forte interdependência entre Estado e tais escolas privadas. Essa relação era conflituosa e se acirrou com o aumento da escolarização, quando as escolas consideravam como oportunidade a possibilidade de definir seus públicos, explorando o desejo de diferenciação entre classes médias e elites.

Nesse sentido, a historiografia educacional (Germano, 1993; Cunha, 2007a, 2007b Bittar; Ferreira Jr., 2006; 2016; Campos, 2020; Bittar, 2024) busca destacar que, durante a ditadura civil-militar, houve um processo sistemático de privatização da educação, marcado pela transferência de recursos públicos para o setor privado. Essa política foi operacionalizada,

---

[117] ANUIDADE escolar será fixada em 70 por novo critério. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26-27 out. 1969, p. 32.
[118] COLÉGIOS particulares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1966, p. 6.

sobretudo, por meio da ampliação do sistema de bolsas de estudo. Isso permitiu ao Estado financiar matrículas em instituições particulares, em vez de investir exclusivamente na expansão da rede pública.

O ensino secundário brasileiro ainda permanecia majoritariamente sob responsabilidade da rede privada, que também abarcava outros níveis de ensino. Uma das primeiras medidas da ditadura civil-militar no campo educacional foi a implementação do Salário-Educação, previsto na LDB de 1961 e em constituições estaduais, como a da Guanabara. Por meio desse dispositivo, a Secretaria de Educação passou a oferecer bolsas de estudo, classificadas como gratuitas ou reembolsáveis para ampliar o acesso ao ensino médio.

Como já visto, havia gargalos no ensino primário, mas no ensino de grau médio eles eram ainda maiores[119], pois as escolas públicas estavam superlotadas e não conseguiam atender à demanda de candidatos. O governo da ditadura civil-militar instituiu, em 1965, na gestão do ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, a aprovação e as normas para conceder bolsas de estudo para o ensino médio, de acordo com as atribuições deferidas pela LDB de 1961. Assim, os recursos orçamentários para o pagamento das bolsas eram distribuídos por intermédio da Coordenação Nacional de Bolsas de Estudo às Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário, sediadas em Brasília e nas capitais dos estados[120]. Cada bolsa de estudo gratuita correspondia ao valor unitário de Cr$80.000[121].

A cobertura periódica enfatizava a operacionalização (onde pedir, valores, datas, critérios de pagamento) das bolsas de estudo, mas pouco se questionava sobre os critérios de seleção e a fiscalização do uso das verbas por políticos e empresários. Além disso, omitia a percepção de ineficiência e do prejuízo dessa política pública para a ampliação da rede pública. A Guanabara conseguia assegurar vagas para os estudantes do primário em idade escolar, mas enfrentava problemas com o crescimento da demanda pelo ciclo ginasial. Em 1965, havia somente 30 ginásios e 24 colegiais. Em 1965, dentre as 439.375 crianças do ensino primário, 62 mil se matriculariam nos ginásios. Em 1966, houve um aumento de 24.400 alunos para concorrerem aos exames admissionais para o primeiro ano ginasial[122].

---

[119] Nomenclatura utilizada na LDB de 1961, que no Art. 34, define que o "ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário" (Brasil, 1961).

[120] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 31, 06 fev. 1965, p. 4.

[121] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 288, 06-07 dez. 1964, p. 17; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 219, 18 set. 1965, p. 5.

[122] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 52, 05 mar. 1965, p. 07; CALDAS, Álvaro Machado Escolas da Guanabara não são suficientes para atender ao desafio do nível médio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 20, 24-25 jan. 1965, p. 13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 276, 25 nov. 1965, p. 10.

O Secretário de Educação da Guanabara, professor Flexa Ribeiro, em correlação com a política do governo federal instituiu o sistema de bolsas gratuitas para garantir vaga para os alunos de nível médio sem recursos, menores de 14 anos e com o curso primário concluído, e sem matrícula em estabelecimento de ensino de nível médio gratuito, mantido pelo poder público. Segundo o decreto, o pai ou o responsável que recusar a bolsa de estudo gratuita ou, de alguma forma, não prover a educação do menor de 14 anos de idade sob sua guarda, estará sujeito à pena de detenção de 15 dias ou multa em dinheiro[123].

A *FL* comentou com admiração a medida de obrigatoriedade escolar do nível médio, instituída pelo Estado da Guanabara a partir da utilização do sistema de bolsas. Também relembrou o êxito na educação primária obrigatória, indo para a próxima fase, ou seja, tornar obrigatório o ensino de nível médio em todo o Estado. O periódico abordou a pesquisa do professor Jaime de Abreu, do Centro de Pesquisas Educacionais, realizada no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPEA) da Guanabara, que destacou que a "formação elementar de generalização que foi uma grande preocupação do século passado ficava em segundo plano", pois atualmente o "novo fato educacional do nosso século" era extensão da escolaridade obrigatória ao nível médio, preponderante para o "desenvolvimento da democracia, da ciência, da tecnologia, da industrialização e da urbanização"[124]. A fala do professor sobre o ensino de nível médio estava associada às ideias defendidas pelo *JB*, ajudando a compreender o motivo que levou a imprensa a evidenciar mais os sujeitos do nível médio de ensino e seus problemas em detrimento de quem ainda dependia do ensino primário.

Com a distribuição de mais 25 mil formulários, foram reabertas as inscrições para as bolsas de estudo à primeira série ginasial das escolas particulares em quase todas as escolas estaduais da Guanabara. Porém, muitos pais pareciam desanimados, pois receberam Cr$150.000 somente no fim do ano, e não no princípio, como desejavam. Assim, precisavam arcar com o pagamento durante o ano inteiro, o que era um obstáculo para muitos, como o caso de Armando José Blackman, pai de nove filhos, que alega "ser impossível a um chefe de família da classe média dispor de Cr$ 30 mil mensalmente para o custeio de um curso ginasial"[125].

Diante do crescimento de candidatos às bolsas de estudo para as escolas particulares, principalmente da primeira série dos ginásios, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro reduziu o valor das bolsas de Cr$ 150 mil para Cr$ 120 mil, para atender a um maior

[123] ENSINO obrigatório na GB com bolsas para os alunos pobres. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3939, 02 abr. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes.
[124] ESCOLA obrigatória é o fato do século. Escolas e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3937, 30 mar. 1965, p. 12.
[125] MEIO milhão de crianças tem matrícula garantida no Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1966, p. 14.

número de pedidos[126]. Assim como em Londrina, o Serviço de Bolsas passou a realizar provas de Português e Matemática para classificar os candidatos[127]. O ensino médio não era obrigatório, mas o aumento das pressões sociais exigia a sua ampliação. Na Guanabara, a solução foi conceder bolsas para os que ingressaram no ginásio. E essa ação não foi aceita totalmente sem conflitos, pois as figurações políticas petebistas ainda sustentavam que a educação deveria ser tarefa exclusiva do Estado. Por isso, chamavam a atenção popular para acabar com o sistema de bolsa de estudos.

Essa posição política pouco representada foi criticada pelo *JB*, que apoiava o sistema de bolsas. O periódico acusou que as reclamações do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) eram apenas "doutrinária e retrógradas", com objetivos apenas políticos[128]. Como a Guanabara contava com apenas oito ginásios públicos, o atendimento à demanda por matrículas nos cursos ginasiais dependia fortemente das escolas privadas. O sistema de bolsas de estudo surgiu como uma solução rápida de acesso, ao aproveitar o espaço ocioso dessas instituições e, assim, aliviar as pressões sociais por vagas de uma população que começava a exigir, com urgência, sua inserção nesse nível de ensino.

A SEC do Paraná também oferecia bolsas de estudo para os "alunos necessitados" que precisavam prosseguir para o primeiro ano de todos os ramos do ensino médio. O Estado pagava bolsas concedidas pela Secretaria da Educação e pela Inspetoria Regional do Ensino. Em 1964, pagaram aos "estabelecimentos de ensino médio e primário de Londrina e Ibiporã, totalizando mais de 4 milhões de cruzeiros" entregues pelo professor Iran Martins Sanches, inspetor do ensino médio, às direções dos educandários beneficiados[129].

Em Londrina, os interessados nas bolsas se dirigiram até a Inspetoria Regional do Ensino Médio (Rua Alagoas, n. 133) para se informar com o professor Iran Martin Sanches, inspetor do ensino médio, que recebia as inscrições. As bolsas poderiam ser de anuidade, material escolar ou transporte, diante da necessidade do candidato. O aluno selecionado era o considerado como "realmente necessitado", ou seja, de família com "renda igual ou inferior ao aluguel da casa de habitação, desde que não seja produto da metade do salário-mínimo legal por número de dependentes". Depois de selecionado, o candidato era submetido a uma prova de Português e Matemática[130]. O custo para manter um estudante na escola particular era

[126] BOLSA do Estado valerá menos para atender mais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1966, p. 14.
[127] GOVERNO exigirá exame se houver mais candidatos que bolsas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1966, p. 14.
[128] RETROCESSO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 217, 16 set. 1965, p. 6.
[129] SUPLEMENTO. *Folha de Londrina*, n. 3824, 10 nov. 1964.
[130] ESCOLAS e estudantes, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3821, 06 nov. 1964, p. 12.

significativamente maior do que na escola pública, o que demonstrou o próprio ministro da Educação, em resposta ao requerimento do deputado Célio Martins.

> Suplicy de Lacerda informou que, nos estabelecimentos federais de nível médio, cada aluno mantido por bolsa de estudos custa anualmente Cr$31.500, enquanto, nas escolas particulares, esse valor chega a Cr$ 821.000. No Internato D. Pedro II, no Rio de Janeiro, o custo anual por aluno interno é de Cr$39.615, incluindo alimentação e despesas com pessoal docente e administrativo (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 287, 08 dez. 1965, p. 14).

Apesar de o *JB* publicar a resposta do ministro, que revela a discrepância de gastos entre a bolsa de estudo e o aluno mantido por um estabelecimento público, não houve textos de opinião ou reportagens que questionassem a manutenção do sistema de bolsa, mesmo sendo atestado o prejuízo para o orçamento público. Surpreende a atitude de naturalizar tal discrepância de gastos para manter um estudante na rede pública, pois a informação não suscitou qualquer problematização ou esboço de opinião posterior.

Segundo Thomé (2009), os donos de escolas particulares ocupavam cargos nos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs) e nas Secretarias de Educação, influenciando a celebração de convênios com o Estado. Também havia práticas, como o suborno de autoridades e o surgimento de empresas que intermediavam bolsas de estudo: elas pagavam metade do salário-educação, como bolsa para alunos, e detinham a outra metade. O aumento dessas "bolsas fantasmas" gerou prejuízos bilionários ao Estado, que, com recursos cada vez mais escassos, passou a reduzir os repasses destinados à educação pública.

O *JB* indicou de forma esporádica que havia atrasos nas parcelas de pagamento das bolsas para as escolas que, em retaliação, impedia os estudantes de realizarem os exames finais, como ocorreu em colégios particulares da Guanabara, ameaçados pelo governador, Paulo Torres de não obterem a concessão de bolsas de estudo no próximo ano[131]. Esse problema igualmente acontecia com frequência no Ceará, onde se formou uma comissão para revisar a concessão de bolsas de estudo, que identificou irregularidades em 26 ginásios cearenses, e até um da Paraíba. Eles recebiam recursos públicos indevidamente e foram excluídos da lista de beneficiários das bolsas estaduais[132].

O sistema de bolsas se mostrou inviável a longo prazo, apesar da intenção do governo em estreitar a relação com as figurações empresariais. Assim, a política se mostrou além de onerosa insatisfatória para a "imagem nós" da ditadura, ao expor a permanência da corrupção empresarial e política. Além disso, não conseguia conter as pressões em prol da escolarização e da busca de autonomia das redes privadas. Desse modo, a escola pública se expandiu

[131] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 289, 06-07 dez. 1964, p. 5.
[132] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 279, 28 nov. 1965, p. 14.

paralelamente. Mesmo assim, essa atuação dúbia frente ao alargamento da escolarização se desenvolveu sob uma racionalidade que ainda reforçava a dependência do setor privado, o que esvaziava o compromisso do Estado com a construção de uma escola pública universal.

Porém, as corrupções das verbas públicas da educação também ocorriam nas redes públicas de ensino. A *FL* indicou por meio de esporádicas notícias a existência de corrupção nas prefeituras, como no município de Terra Rica, no Paraná. Apurou-se que, no Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, havia 114 alunos matriculados inexistentes, mas que serviam para aumentar o número de aulas e turmas para os professores, segundo o delegado regional de ensino. E havia indícios de irregularidades idênticas em outros ginásios da região[133].

A *FL* narrou a promessa do ministro Jarbas Passarinho de punir exemplarmente quem desviasse as verbas educacionais, como o caso do ex-prefeito do município de Pernambucana de São Félix, enviado para a PF, por não prestar conta dos 12 mil cruzeiros que o MEC lhe forneceu para a construção de duas escolas primárias. O MEC também remeteu à PF os processos de prestação de contas de mais 15 prefeituras em 11 estados, para que fossem apuradas irregularidades na aplicação de verbas federais destinadas à construção de prédios escolares[134].

A corrupção dos orçamentos escolares revela uma política de repasse e fiscalização frágil, bem como a falta de punições, o que facilitava a apropriação dos recursos por empresários e operadores do setor público. Dentre os problemas com as verbas recebidas pelo Estado, estavam o não repasse integral das bolsas de estudo e o atraso no pagamento das parcelas destinadas às escolas particulares. Essa situação se transformava em conflito entre políticos, empresários de instituições de ensino e o Estado. A relação de dependência entre eles se baseava no financiamento das escolas pelo Estado, que por sua vez anunciou a necessidade de utilizar os espaços ociosos da rede de ensino particular. Essa relação de interesse era perpassada por políticos, dos quais muitos manipulavam as verbas públicas para beneficiar a própria imagem política e atender as necessidades pessoais. Essa dinâmica reconfigurou o poder e posicionou os empresários e os sujeitos políticos como intermediários do direito ao acesso à escolarização.

O sistema de bolsa fomentou a iniciativa privada e aumentou os conflitos entre empresários e Estado. Além de apoiar o sistema e não abrir espaço para o debate sobre a

[133] GINÁSIO tinha alunos “fantasmas” para aumentar o número de aulas. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 jun. 1971, p. 12.
[134] POLÍCIA vai apurar onde 15 prefeitos gastaram verbas destinadas a fazer escolas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1971, p. 10.

necessidade de priorizar o investimento na escola pública, desde 1966, com a fixação das taxas que limitavam os aumentos das anuidades, o *JB* condenou a medida e os protestos contra a elevação das anuidades escolares, pois acusou que o tabelamento era feito em bases irreais, sem considerar os custos inflacionários. Dessa maneira, o periódico concluiu ironicamente que as escolas particulares sobreviventes possuíam "vocações apostolares", pois perderam o lucro comercial e se constituíram, então, como um "péssimo negócio", além da ameaça de logo serem "rotuladas como exploradoras do povo"[135].

Segundo o *JB*, os colégios particulares deveriam obedecer à lógica da lei da oferta e da procura, pois, conforme defendia o periódico, o valor pago pelo aluno se relacionaria diretamente à qualidade do ensino recebido, incluindo o nível dos professores, a estrutura física, os recursos didáticos e as condições para a pesquisa. O periódico também acusava o governo de restringir o desenvolvimento do ensino privado, ao impor limites às cobranças das anuidades. Em editorial, afirmava que "Tabelar preços, seja lá o que for, é uma custosa inutilidade: os tabeladores custam caro e os preços sobem do mesmo jeito"[136].

O discurso do período se afinava com a dos proprietários dos colégios privados, conforme a fala do vice-presidente da Federação dos Estabelecimentos de Ensino, professor Carlos Alberto Werneck, para quem as dificuldades de ordem econômica determinariam o fechamento dos internatos escolares, com graves prejuízos para as famílias brasileiras. Em debate promovido pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), quando se examinou o tema "Anuidades e Custo do Ensino", Werneck disse que o Colégio Sion, de Petrópolis, tinha acabado de fechar, e o Colégio Santa Isabel iria extinguir o internato onde estudavam mais de 170 alunos.

No debate patrocinado pela ABI, participaram diretores de colégios, professores e representantes da SUNAB, além de um diretor da Associação de Pais. O deputado Gama Lima, vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, disse que "o problema do custo de ensino no Brasil se transformou numa questão de emergência social". E acrescentou: "os colégios não têm condições de manter o ensino se não forem imediatamente solucionados os graves problemas financeiros e econômicos, devido ao acentuado índice de inadimplência"[137].

Em 1968, a Associação dos Diretores de Estabelecimentos de Ensino da Guanabara já havia protestado, ao distribuir nota contra o crescente número de despejos de escolas

[135] GRITA artificial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1966, p. 6.
[136] PRODUÇÃO de cultura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 maio 1969, p. 13.
[137] PROFESSOR vê colégios em dificuldades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1969, p. 13.

particulares "que vêm acarretando o desencadeamento de grave crise social, com imprevisíveis consequências". Os diretores de educandários particulares afirmavam que "o volume de despejos, que está atingindo todas as unidades da Federação, já assume foros de calamidade, deixando antever desestímulo ao magistério, milhares de alunos sem escola, milhares de professores e funcionários desempregados", provocando "intranquilidade à família brasileira"[138].

Em Curitiba, diante de diretores e proprietários de estabelecimentos de ensino, o delegado regional da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), Armando Pettinelli, apresentou os preceitos da portaria SUPER nº. 5, de 1969, que estabeleceu o percentual máximo de reajuste das anuidades escolares. Mais de trinta representantes de estabelecimentos de ensino, desde os pré-primários até os de ensino superior, participaram da reunião[139].

A portaria anterior, de n.º 14, determinava que os colégios poderiam promover aumentos superiores a 15%, com a aprovação do superintendente da SUNAB. O interessado deveria solicitar à Delegacia Regional, que faria o processo e enviaria à Comissão de Controle de Preços do Ensino (CCPP), na Guanabara. Porém, a nova portaria eliminava obstáculos burocráticos e autorizava os coordenadores ou os delegados da SUNAB nos estados a decidirem quanto à concessão de aumentos até 25%[140]. Diversos estabelecimentos de ensino, em especial cursinhos e faculdades, foram autuados pela SUNAB por cobrarem anuidades com aumentos superiores aos 15% permitidos pela Portaria n.º 47, de 6 de junho. Com isso, precisaram devolver aos alunos o cobrado em excesso. A portaria permitia exceções, mediante a comprovação da necessidade de aumento, desde que não ultrapassasse 25%, proibia a taxa de matrícula e o estudo deveria ser pago de forma parcelada[141].

Em 1970, a fixação e o reajuste de anuidades e taxas escolares seriam feitos pelos Conselhos de Educação, que substituíram a SUNAB na determinação dos preços dos serviços educacionais cobrados por estabelecimentos públicos ou particulares[142]. A Resolução n.º 1, de 1970, do CEE da Guanabara, estabelecia que a anuidade deveria incluir apenas os custos do ensino, as despesas com a matrícula e o material escolar considerado de uso coletivo. Porém, os colégios particulares encontraram formas de burlar a legislação para obterem mais lucros.

---

[138] DESPEJO de escola causa protesto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19-20 maio 1968, p. 5.
[139] *Folha de Londrina*, Londrina, 6 fev. 1969, p. 12. Escolas e Estudantes.
[140] ANUIDADES: SUNAB facilita aumentos. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 maio 1969, p. 12. Escolas e Estudantes.
[141] SUNAB autua escolas: aumento de anuidades. *Folha de Londrina*, Londrina, 4 nov. 1969, p. 12.
[142] ANUIDADES escolares em 1970 serão fixadas pelos Conselhos de Educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1969, p. 12.

Um caso foi documentado pelo *JB*, na seção de "Cartas dos Leitores", onde um pai denunciou estratégias ilícitas para cobrar mais do que a anuidade estabelecida para o colégio:

> Ao reservar a matrícula para seus dependentes no Colégio Rio de Janeiro, o responsável assina um documento que diz assim: "Havendo razões de ordem legal que determinem a redução da unidade pretendida pelo Colégio Rio de Janeiro e por mim desde já aceita em regime de livre entendimento, fica o colégio autorizado a fornecer-me, diretamente, todo o material e serviços extras que sejam julgados pela direção essenciais ao bom andamento do trabalho educativo, até o limite máximo de 10% da nova anuidade, não podendo contudo, esse total ultrapassar o teto referido no item 1: Cr$ 2.700,00" (Anuidade escolar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1970, p. 6. Cartas dos leitores).

Em resposta à carta, Mário Alves, um dos diretores do Colégio Rio de Janeiro, em Ipanema, explicou os motivos da taxa extra: "nós fornecemos todo o material individual para o curso primário e, além disso, todos os alunos têm direito a um seguro de saúde, desde que saiam de casa para as aulas, e muitas vezes as turmas são deslocadas daqui para aulas em museus". Segundo ele, a iniciativa do seguro com a cobrança na taxa veio dos pais, depois de acidentes com alunos que vêm de casa para as aulas dirigindo *velosolex* ou motocicletas[143].

Outros problemas relacionados às anuidades também ocorreram na Bahia, onde 226 escolas primárias e médias tiveram os valores das anuidades congelados em 1971, por não obedecerem, em 1970, à tabela estabelecida pela Comissão Interministerial de Preços. A medida foi aprovada pela Comissão de Encargos Educacionais[144]. Em editorial o *JB* analisou o caso das escolas particulares de Belo Horizonte que estavam em dívida com órgãos do governo federal. Assim, destacou a ideia dos deputados mineiros de transformarem a dívida em bolsas de estudo, sugestão que, segundo eles, foi acolhida pelo Ministério da Educação. Na prática, o periódico explicou que o Ministério empenharia as dívidas, recolhendo as contribuições, e cobraria das escolas as vagas destinadas a "alunos de famílias sem recursos financeiros suficientes".

> A medida, acrescenta-se, teria dois objetivos positivos: evitaria insolvência de muitas escolas e contribuiria para solucionar a crise de falta de oportunidades de estudo para alunos pobres. A notícia tornou público, em primeiro lugar, que há escolas, e parece que numerosas, com débitos atrasados, especialmente as contribuições legais para o INPS. Não recolhendo no prazo regular essas contribuições, as dívidas crescem em ritmo acelerado, devido a multas e à correção monetária. As parcelas se avolumam mensalmente e as escolas acabam ameaçadas de insolvência. A cobrança judicial, por parte do INPS, arrastaria pela menos boa parte dos estabelecimentos escolares a fechar as suas portas. Será possível concluir logo que a educação não é, e como não pode ser mesmo, um negócio, ou pelo menos um bom negócio como tantos outros. É lícito supor que essas escolas ameaçadas de insolvência existam por outros motivos além do simples propósito de procurar e obter lucros. Muitas delas serão sustentadas por instituições religiosas ou assistenciais sem fins lucrativos. Esse seria, pois, o fundamento moral que justificaria a composição com o INPS, através da intermediação do Ministério da Educação e Cultura. Em princípio, as contribuições

[143] COLÉGIO explica taxa extra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1970, p. 14.
[144] BAHIA pune 226 escolas congelando anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1970, p. 19.

> devidas ao INPS, por parte de qualquer empresa, de ensino ou não, devem ser recolhidas como manda a lei. No caso das escolas, se elas não podem efetivamente pagar, é porque vivem com orçamentos deficitários. Nada indica que, solucionada a questão agora, venham essas escolas, no futuro, a conseguir pagar a tempo e a hora o que agora não podem fazê-lo. No caso de escolas que cobram mensalidades e que não se destinam a promover obra de alcance social, seria o caso de aumentar as taxas, para que, em breve, não venham a repetir o mesmo impasse**.** Quanto às escolas de fins assistenciais, a solução estaria nos convênios de receber amanhã o que hoje não receberam. E o caso, pois, de o Governo verificar a situação real, para dar-lhe solução permanente (Escolas insolventes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7, 8 nov. 1971, p. 6).

A notícia demonstrou que muitos estabelecimentos particulares de ensino viviam em condições financeiras precárias e, para o periódico, a solução proposta era temporária, ou seja, seria provável o acúmulo novamente das dívidas. Por isso, o *JB* recomendava a definição dos papéis das instituições sem fins lucrativos que precisassem do auxílio do Estado, bem como das escolas empresas com o direito de aumentar as taxas para obter lucros e pagar os impostos.

O CFE aprovou por unanimidade a tabela das anuidades escolares de 1971, limitando o aumento em 20% sobre o valor das anuidades pagas durante o período letivo de 1970. Os estudos foram feitos pela comissão de encargos educacionais do CFE, presidida pelo padre José Vasconcelos, que os submeteu previamente ao Conselho Interministerial de Preços. As escolas que considerassem a nova anuidade insuficiente em relação a seus gastos, mediante comprovação, poderiam pleitear o reajustamento perante o Conselho[145].

O CFE divulgou a decisão de aumento de no máximo 20%, para 1971, já após o início do ano letivo, e verificaria a aplicação da norma por meio das Inspetorias Seccionais do MEC. Os colégios que aumentassem mais "terão de voltar atrás, ou seja, compensar o excesso nas próximas mensalidades a serem cobradas", informou o presidente da Comissão de Encargos Educacionais do CFE, padre José Vasconcelos. Muitos colégios se recusaram a informar quanto foi o aumento nas mensalidades. Outros disseram que foi de 23%, como o Colégio Bennett[146].

Essa tensão representada no *JB* entre o governo e os proprietários da rede privada pode parecer incoerente, ao considerar que os governos da ditadura beneficiaram as escolas particulares com os fundos públicos criados para a expansão da rede pública. Era evidente a vitória da tendência privatista, mas ainda assim os empresários do ensino dependiam do poder público para manterem e ampliarem suas escolas. Percebendo suas limitações a figuração dos donos das escolas privadas que se entranharam em posições de poder do setor público, além de

[145] ANUIDADES escolares não poderão ser aumentadas em mais de 20% em 1971. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 mar. 1971, p. 6.
[146] COLÉGIOS reduzirão aumentos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1971, p. 7.

conseguir o apoio econômico, pretendia garantir maior liberdade para decidir sobre os valores cobrados dos clientes.

Desde 1965, com a emenda que reformulou o sistema tributário, ampliou-se a isenção fiscal das escolas privadas, com a isenção de impostos sobre os bens e os serviços e, também, a isenção de sua renda, o que se manteve na emenda de 1969. A Lei nº. 5.537, de 1968, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o que também favoreceu os estabelecimentos privados em troca de uma reserva de vagas para bolsas de estudo, bolsas de manutenção ou de estágio, distribuídas pelo próprio FNDE (Cunha, 2014b). Também houve o aumento de incentivos públicos federais para as instituições privadas e a criação de uma porcentagem de 5% do Fundo Nacional do Ensino Superior para as escolas privadas (Comparato, 1987).

A Constituição de 1967, rompe com a gratuidade do ensino e com a vinculação orçamentária e como se observa nos periódicos adotou e priorizou o sistema de bolsa de estudos. Dessa forma, a rede privada se beneficiou financeiramente dessa orientação privatista do governo. Assim, a princípio, o Estado que patrocinava a expansão privada se sentia no direito de controlar o setor por meio de tabelamentos para ampliar o acesso por meio de um ensino pago, principalmente a partir do ensino primário. Essa política anunciada de ocupar os espaços ociosos das escolas privadas para atender às demandas educacionais desacelerou a criação de escolas públicas para o nível médio, e criou um laço de dependência entre o governo, os proprietários e os estudantes. Gradualmente, as pressões populares por acesso passaram a atestar a ineficiência do sistema de bolsas de estudos.

Em 1970, o sistema de bolsas ainda era utilizado como estratégia para suprir a carência de vagas nas escolas públicas destinadas aos estudantes do ensino ginasial. A dimensão da demanda por esse tipo de benefício ficou evidente em uma notícia que relatou o desespero e a esperança dos pais na busca por bolsas de estudo na Guanabara. A situação começou com a circulação de um boato sobre a data incorreta das inscrições que, posteriormente, foi desmentido. Como ilustra a Figura 21, a multidão cresceu progressivamente e tentou até invadir a Secretaria de Educação da Guanabara.

Figura 21 – Desejo de instrução


DESEJO DE INSTRUÇÃO

A esperança de obter ou renovar a bôlsa-de-estudo fêz muitas mães passarem parte do dia diante da Secretaria de Educação em extensa fila

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 17 fev. 1969, p. 1.

Maria Eugênia Pilar, mãe de nove filhos, dirigiu-se à Secretaria de Educação após ouvir, em uma escola, que naquele dia seriam distribuídas bolsas de estudo. A esperança era inscrever ao menos dois de seus filhos no programa. No local, Clotilde Loureiro, servente e funcionária da Secretaria, tentou auxiliar os colegas na contenção das mães. No entanto, ao encostar no portão, foi empurrada e teve os dedos das mãos cortados. O episódio agravou ainda mais o tumulto, gerando grande nervosismo entre os presentes.

Como se observa na Figura 22, a tensão aumentou com a reação dos soldados, que ergueram os cassetetes. Pouco depois, chegaram reforços do choque da Polícia Militar e uma viatura da Polícia Civil. De acordo com relatos, várias mulheres tiveram vertigens e foram carregadas pelos soldados; crianças foram pisoteadas e uma mulher foi presa sob a acusação de desacato à autoridade[147].

Figura 22 – Bolsas disputadas

[147] DESEJO de bolsa de estudo provoca confusão no Centro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15-16 fev. 1970, p. 18.


BÔLSAS DISPUTADAS

Três choques da PM foram chamados para conter uma multidão calculada em 5 mil pessoas

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15-16 fev. 1970, p. 18.

A situação apareceu no editorial do *JB*, que chamou o evento de "Tomada da Bastilha na Avenida Erasmo Braga", uma multidão de cinco mil mulheres que acordaram de madrugada e aguardaram no sol quente deflagraram um motim involuntário que surgiu da vontade dessas mães de oferecerem educação aos filhos. O editorial comparou essas mulheres com "gente faminta, em busca de pão", que originou a Revolta da Bastilha, mas nesse caso a fome era de vagas nos ginásios.

> Primeiro a longa paciência, depois o clamor dos protestos à medida que o sol aumentava e o mau humor também, e afinal os portões abertos, a Polícia Militar em ação, mulheres que desmaiavam, [...] Foi, de certa forma, um assalto de pessoas com fome, mas uma fome, que, espera-se, há de comover todas as autoridades educacionais do país, a começar pelo Ministro da Educação, que está tentando sacudir decênios de teias de aranha que encontrou emaranhadas em sua Pasta. A fome é de educação (Bastilhas da educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1970, p. 6).

Esse evento refletia o desespero e as dificuldades dos pais e mães de conseguirem por meio de um processo seletivo uma bolsa de estudo para que seus filhos ingressassem nos ginásios. Muitos problemas comprometeram a eficácia do sistema de bolsas de estudo adotado pelo governo. Além de conflitos relacionados com à comprovação da necessidade do benefício, as datas de pagamento das bolsas e a exigência de exames para consegui-las, houve casos de corrupção envolvendo escolas particulares, empresas e políticos. O sistema também carecia de critérios impessoais de concessão, e frequentemente era influenciado por negociações de parlamentares que controlavam a distribuição.

Outro ponto crítico era o alto custo: manter um estudante bolsista em escola particular representava um gasto significativamente maior do que a vaga na rede pública. Além do mais, fatores como desvios de recursos, despesas excessivas e disputas com os donos de colégios

evidenciavam a inviabilidade de o Estado continuar a depender majoritariamente desse modelo, sobretudo diante do desafio da universalização do ensino médio. Assim, o investimento na ampliação da rede pública de ensino se tornava uma necessidade.

O MEC solicitou a fiscalização do INPS e a imediata cobrança dos débitos porque muitas empresas não pagavam o salário-educação. O ministro Jarbas Passarinho decidiu que o Ministério da Educação não assinaria convênios de ensino primário com os Estados e municípios em débito com aquele tributo[148]. Ao ampliar a escolarização, o Estado buscou integrar as massas ao ensino de nível médio, com o sistema de bolsas de estudo, o que reforçava a dependência entre as autoridades públicas, a população e os empresários do setor educacional. No entanto, essa relação contribuía para perpetuar a seletividade e dificultava o reconhecimento da educação como um direito. Na prática, o acesso ao ensino ainda era tratado como um privilégio, permeado por diversos obstáculos.

Mesmo diante do processo de expansão das redes públicas e privadas de ensino, ambas incentivadas pelo Estado, o sistema educacional evidenciava os limites da escolarização e da capacidade do poder público de responder às demandas crescentes por acesso à educação. Essas limitações não apenas comprometiam a imagem da ditadura civil-militar, como também criavam espaços para o surgimento de conflitos oriundos da própria população, que, cada vez mais, internalizava a valorização da escolarização em uma conjuntura na qual ainda estava restrita.

Além dos estudantes universitários e secundaristas que protestavam contra a privatização do ensino, não havia, naquele contexto, uma atuação mais ampla da opinião pública e de outras figurações em defesa da escola pública ou em contestação ao ensino privado, como ocorreu no início da década de 1950. Isso porque como dito as figurações políticas, intelectuais e estudantis que promoveram essa mobilização foram expurgadas pela ditadura civil-militar.

A pauta dominante na agenda política se concentrava na ineficácia dos currículos, especialmente no ensino de nível médio e na falta de objetivos práticos atribuídos à escolarização. Com o chamado “milagre econômico”, houve a ampliação das camadas médias, que se tornaram uma clientela da escola privada. Para Cunha (2014b), isso não representava apenas prestígio, mas uma opção em detrimento do ensino público, que se deteriorava com as políticas elaboradas e implementadas por empresários do ensino que ocupavam cargos no MEC, nas secretarias estaduais, municipais e no CFE.

[148] MINISTÉRIO faz relação de empresas em débito para cobrar o salário-educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1971, p. 10.

Quanto à imprensa, a maneira privilegiada de abordar a relação entre o Estado e o ensino privado era por meio de notícias. No período, os periódicos não problematizavam a política de privatização por bolsas, embora questionassem a permanência de velhas práticas, como a distribuição de bolsas de estudos controladas por políticos, o que se confronta com a suposta crença de moralização pregada pela ditadura. Portanto, havia uma tentativa de normalizar a ideia de se pagar pela escolarização, abrindo exceções para quem não podia pagar. Nessa relação entre Estado e donos de escolas, destaca-se o problema gerado pelo controle do aumento das anuidades escolares, o que impactava diretamente a carreira e o ambiente de trabalho dos professores particulares, que reivindicavam reajustes salariais.

No âmbito dos estados e municípios, as diversas figurações docentes precisavam exercer pressões diante da percepção da degradação profissional e econômica. O item a seguir aborda quais foram os códigos sociais públicos reivindicatórios manejados pelas figurações dos professores particulares para a conquista dos direitos profissionais em contraposição às tentativas do poder público e privado de marginalizar e explorá-los.

3.3 FIGURAÇÃO DOS PROFESSORES PARTICULARES

Esse aumento do número de estabelecimentos particulares e o interesse do Estado em inserir rapidamente as demandas de estudantes nessas instituições evidenciam o problema das anuidades. No início do período ditatorial, isso não se limitou às universidades e às escolas públicas, mas também à rede escolar privada de ensino. Logo, o Estado criou uma dependência dessas escolas para atender às demandas sociais, de maneira que os empresários dependessem dos estudantes encaminhados pelo Estado e do professor para obter lucros, e os professores dependessem das escolas para garantir o seu salário.

Já em 1964, o *JB* abriu espaço para retratar a discussão sobre o problema das anuidades, articulando-se diretamente com as reivindicações de reajustes salariais dos professores particulares. Na Guanabara, havia registros de instituições de ensino particular que não cumpriam o acordo salarial[149], firmado no Departamento Nacional do Trabalho em 13 de março de 1964. Hélio Marques, presidente do Sindicato dos Professores Secundários, Primários e de

[149] Os professores, conforme o acordo, deveriam receber as seguintes vantagens: aumento salarial de 100%, a partir de março; pagamento para os professores do curso ginasial de Cr$ 800,00 e Cr$ 900 por aula, para turmas de 30 a 35 alunos, respectivamente para o curso ginasial; para o curso primário Cr$ 400 e Cr$ 500 (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 113, 15 jun. 1964, p. 13).

Artes, disse ao *JB* que formaria uma comissão de diretores e professores para fiscalizar os colégios particulares e evitar o descumprimento, como nos anos anteriores[150].

Ao longo dos primeiros anos da ditadura civil-militar, verificou-se, por meio dos sindicatos dos professores do ensino privado, uma insatisfação salarial resultante do processo de gradação socioeconômica do docente amplamente abordado pela historiografia educacional (Romanelli, 1978; Cunha, 1991, Bittar e Ferreira Jr., 2006; Germano, 1993). Ou seja, era o processo de proletarização do professor, marcado pelo aumento dessa figuração e pela queda do salário. O Quadro 5, formado a partir dos noticiários, esboça os principais códigos sociais públicos dos professores privados representados pelo *JB.* Dentre eles, destacam-se os dissídios coletivos, as comissões, as greves, as assembleias e as reuniões, principalmente o uso das reivindicações em uma linguagem jurídica mais formal e contida.

Quadro 5 – Figuração dos professores particulares[151]

Figurações	Reivindicações	Códigos sociais públicos	Ano
Sindicato dos Professores Secundários, Primários e de Artes da Guanabara	Cumprimento do acordo salarial	Reunião, comissão de diretores e professores para fiscalizar os colégios	1964
Sindicato dos Professores Secundários, Primários e de Artes da Guanabara	Aumento de 50% dos salários	Assembleia-geral, dissídio coletivo na Justiça do Trabalho	1966
Sindicato dos Professores de Niterói e São Gonçalo	Decidir sobre ajuizar dissídio coletivo ou não para o aumento do salário-aula de Cr$ 2 mil para Cr$ 4 mil	Assembleia-geral	1966
Professores secundários das escolas particulares de São Paulo	Aumento salarial de 50%	Ameaça de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho	1966
Sindicato dos professores Secundários de Belo Horizonte	Aumento salarial de 65%	Dissídio coletivo Greve geral	1966

[150] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 113, 15 jun. 1964, p. 13.

[151] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 113, 15 jun. 1964, p. 13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 01 fev. 1966, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 05 fev. 1966, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 34, 10 fev. 1966, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 34, 10 fev. 1966, p. 15; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 60, 14 mar. 1966, p. 17; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n.60, 16 mar. 1966, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 47, 27-28 fev. 1966, p. 11; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 51, 04 mar. 1966, p. 7; *Folha de Londrina*, Londrina, 6 jun. 1971, p. 2.

Sindicato dos professores de Niterói	Aumento salarial de Cr$ 1.900 para Cr$ 4.600 por aula	Dissídio coletivo	1966
Professores particulares de Londrina	Regularização dos salários atrasados	Ameaçam denunciar na imprensa as dificuldades do Instituto Filadélfia de Londrina	1971

Em 1964, os professores representados pelo Sindicato dos Professores Secundários, Primários e de Artes da Guanabara aceitaram a contraproposta dos donos de estabelecimentos de ensino que fixaram em 80% o aumento dos salários-aulas[152]. Na ocasião, o professor José Martins de Santa Rosa, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado, que defendia o interesse patronal, afirmou que as anuidades estavam inalteradas desde 1963. Além disso, ressaltou que, com o crescimento da rede pública, os alunos das escolas particulares que não conseguissem pagar os aumentos das anuidades não ficariam fora das escolas[153]. A fala de Santa Rosa revelou o desejo dos empresários educacionais de possuírem mais autonomia do que o público-alvo, mas igualmente queriam manter os incentivos e as isenções públicas sem oferecer contrapartida ao Estado, que não se mostrava interessado em ampliar as escolas públicas.

Também há uma tensão entre as figurações dos proprietários de estabelecimentos particulares com o Estado, quando o ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, anunciou que o aumento das anuidades escolares em 1965 seria razoável, e "não como querem os donos dos colégios, pois ensino não é comércio"[154]. A permanência de tal tensão retratada no periódico também aconteceu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde 90 educadores de 17 localidades gaúchas apoiaram a manifestação do Departamento de Divulgação da Associação de Educação Católica, conforme o pronunciamento do presidente Castelo Branco na Universidade de Santa Maria. Ao se referir ao ensino médio, ele usou "conceitos desfavoráveis ao ensino médio explorado por particulares"[155].

As figurações das escolas confessionais inseridas no setor privado não aceitavam a desmoralização da imagem do ensino privado, principalmente quando insinuada pelo governo.

[152] Pelos termos da cláusula segunda do novo acordo, "O salário-aula dos professores do curso ginasial, colegial, comercial, técnico de aprendizagem industrial e comercial e cursos preparatórios ficou fixado em Cr$ 1440 cruzeiros e Cr$ 1620 [...]. Os professores de cursos de nível primário, isto é, maternal, jardim de infância, pré-primário e das classes secções até o admissional, receberão Cr$ 720 e Cr$ 810, por aulas em turmas, respectivamente, de trinta e cinco alunos e mais de trinta e cinco alunos. Tais importâncias já incluem a remuneração do repouso semanal" (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 276, 22-23 nov. 1964, p. 6).
153 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 290, 09 dez. 1964, p. 13.
154 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 289, 08 dez. 1964, p. 8.
[155] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 92, 22 abr. 1966, p. 10.

Porém, de acordo com os embates representados, o que parecia central era a resistência empresarial frente à tentativa estatal de regularizar as anuidades, não sendo aceito passivamente. Esse impasse possibilitou a judicialização (dissídio, recursos) como código social público, passando a arbitrar os conflitos entre governo e os empresários, e entre estes e os professores.

Isso ocorreu em 1966, quando as negociações se complicaram devido ao estabelecimento pelo Estado de uma taxa fixa de aumento (25%) para as anuidades de todas as escolas privadas. Na Guanabara, o Sindicato dos Professores Secundários ajuizou um dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, pois o presidente do Sindicato dos Empregadores se negou a conceder o reajuste, sem o MEC decretar um novo aumento nas anuidades escolares[156]. Assim procederam também os professores secundários das escolas particulares de São Paulo, que consideraram irrisório o reajuste de 25% proposto pelos proprietários de estabelecimentos de ensino, que por sua vez justificaram que o aumento salarial dos professores sempre se relacionou com a majoração do preço das anuidades[157].

O presidente do Sindicato dos Professores de Niterói e São Gonçalo, Luís Carlos Lessa, falou ao *JB* sobre a intransigência patronal e ressaltou que, "enquanto os proprietários de colégios auferem lucros fabulosos, os vencimentos do professorado são irrisórios"[158]. No Rio de Janeiro, o aumento de 28% concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho decepcionou os 13 mil professores de níveis secundário e primário, que resolveram não entrar em greve, como fizeram os mineiros[159]. Em comparação, o Sindicato dos Professores Secundários de Belo Horizonte reivindicou um reajuste salarial de 65%, mas os proprietários de colégios ofereceram 15%, e alegaram que a taxa de 25% impossibilitava a majoração do salário-aula[160].

O presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de Minas Gerais, Joaquim Rosa, divulgou em nota oficial a greve geral dos professores, esclarecendo respeitar "rigorosamente a Lei 4. 330, outorgada pela Revolução, que reestruturou o direito de greve", e que não poderiam sofrer represália dos colégios: como "serem substituídos (art. 19), serem dispensados ou descontados em seus salários (art. 20), ou sofrer qualquer penalidade (art. 26)"[161]. O *JB* abriu espaço para o desabafo de Rosa, para quem a ação dos professores mineiros

[156] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 01, fev. 1966, p. 16.
[157] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 05, fev. 1966, p. 14
[158] PROFESSORES fluminenses pedem aumento de 150%. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 51, 04 mar. 1966, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 05, fev. 1966, p. 14.
[159] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 60, 14 mar. 1966, p. 17.
[160] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 34, 10 fev. 1966, p. 14; *Jornal do Brasil*, n. 34, 10 fev. 1966, p. 15; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 60, 14 mar. 1966, p. 17.
[161] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 60, 16 mar. 1966, p. 16.

seria “um grito de alerta para todo o Brasil de um setor sempre esquecido e injustiçado”. Ele também acentuou que o caso mineiro não era regional, mas “a situação dos professores particulares se apresenta igualmente grave em todo o país”.

> Essa proclamação é, por isso, também, um protesto contra a maneira por que é considerado o professor particular neste País, desamparado em todos os setores de suas nobres e transcendentes atividades. Daí porque a repercussão da atitude de Minas, mais uma vez pioneira, contra, neste instante, as atenções dos demais Estados." (Mineiros não dão aulas sem salário ajustado, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 47, 27-28 fev. 1966, p. 11).

Os colégios mineiros paralisaram por mais de 20 dias em 1966. E no ano de 1967, os novos embates entre sindicatos de professores e empregadores anunciou a repetição dos conflitos[162]. Os casos de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro mostraram um padrão de comportamento, principalmente nas capitais, mas também existiam diferenças regionais: em Minas Gerais, por exemplo, a greve se radicalizou, o que foi menos frequente em estados como o Rio de Janeiro.

A preferência pelo dissídio coletivo na Justiça do Trabalho mostrou que os professores se pautavam por seguir a legalidade institucional, sendo uma reivindicação que não afrontava o controle estatal e sua imagem e autoridade. Assim, as greves seguiam as normas do próprio regime, enquanto o discurso sindical insistia que a paralisação seria “pacífica” e “legal”. Isso visava demonstrar o autocontrole docente e, por consequência, a legitimidade das reivindicações, que deviam estar dentro da ordem institucional sem afrontar os valores estabelecidos, como a ordem social.

Embora, em 1966, o Estado tenha fixado o aumento de 25%, posteriormente abriu brechas para exceções que dependiam do julgamento do dissídio dos professores[163]. Isso aconteceu em São Paulo, onde os diretores das escolas particulares ganharam o recurso interposto junto ao MEC, passando a aumentar 50% sobre os preços de 1965, alegando terem sido obrigados a aumentar o salário dos professores na base de 50%, conforme decisão da Justiça do Trabalho[164]. Uma reportagem do *JB* destacou que muitos pais deveriam procurar outros mais baratos. Para eles: “O lucro seria todo das escolas” e os estabelecimentos se beneficiaram muito com o reajuste, pois o que deveriam pagar a mais aos professores não corresponderia ao que receberiam dos alunos, o que era em número muito maior do que os mestres[165].

---

[162] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 5, 06 jan. 1967, p. 16.
[163] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro**,** n. 38, 15 fev. 1966, p. 15.
[164] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 109, 12 mai. 1966, p. 16.
[165] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 109, 12 mai. 1966, p. 16.

Em 1967, em São Paulo, as anuidades escolares sofreram aumento de 30% em relação a 1966, conforme os diretores do sindicato. O presidente do Sindicato dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro anunciou que as anuidades seriam majoradas em 40%, como ocorreu na Guanabara, justificando que o aumento correspondia à "melhoria salarial aos professores". A União Municipal dos Estudantes Secundários (UMES) declarou em nota oficial que não aceitava "aumentos e percentagens arbitrários", mas só concordava com a majoração das anuidades com base em dados oficiais sobre o aumento do custo de vida[166].

O espaço conferido aos pais e aos estudantes nas escolas privadas eram inexpressivos na narrativa jornalística. Isso porque nos escassos momentos em que são representados criticam a ânsia de lucro excessivo dos colégios. O *JB* contrabalançou essas acusações, ao se posicionar em favor do discurso empresarial e se contrapor às falas dos pais, dos alunos e às indiretas do governo, que acusavam os colégios particulares de desejarem o lucro exacerbado com o aumento das anuidades.

A princípio, o periódico relatou o conflito sem expressar um posicionamento direto sobre o tema, mas gradualmente evidenciou a predileção pela classe patronal. Isso fica perceptível quando passou a adotar as ideias do grupo, como a liberdade no aumento das anuidades e o excesso de tributos pagos pelas escolas particulares. Além disso, uma reportagem adotou a fala empresarial respaldada na defesa da proporcionalidade entre os aumentos das anuidades e o reajuste dos professores, exemplificando o caso do Rio de Janeiro nos últimos cinco anos. O periódico ainda elencou outros fatores que justificavam o aumento das anuidades.

> Os aumentos das contribuições de previdência social, 13º salário e aumento do custo de vida. De cada Cr$ 100 pagos ao professor, 28 vão para os institutos de previdência social: 20 pagos pelo colégio, 8 pagos pelo professor. Novos impostos vão aumentar estes números. O Imposto sobre Serviços Prestados taxa 5% sobre a receita bruta dos colégios, o que significa que os alunos pagarão imposto. Além disso, foi revogado o decreto que isentava os colégios do Imposto Predial, em troca da concessão de gratuidade de estudo a um certo número de alunos, correspondendo a 5% da receita bruta dos colégios. Os colégios agora vão ter que pagar imposto sobre o valor atualizado do prédio. Também aumentarão as taxas de água e esgoto e foi criado um imposto de incêndio (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 9, 11 jan. 1967, p. 14. Departamento de Pesquisa).

Nesse sentido, ao afirmar em editorial que o ensino dos colégios particulares era de péssima qualidade: "mal instalados e mal equipados tornando-se fábricas legais de distribuição de certificados, fornecendo um ensino abaixo da crítica", o *JB* apontava que a situação era resultado do tabelamento de preço, dos impostos e da má gestão da distribuição das bolsas de

[166] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 5, 06 jan. 1967, p. 16.

estudos, que obedeciam a critérios pessoais e desvios de recursos. Isso leva a concluir que "um colégio particular deixou de ser investimento rentável"[167]. Assim, a precariedade da escola particular representada pelo *JB* servia para se contrapor às acusações de alta lucratividade.

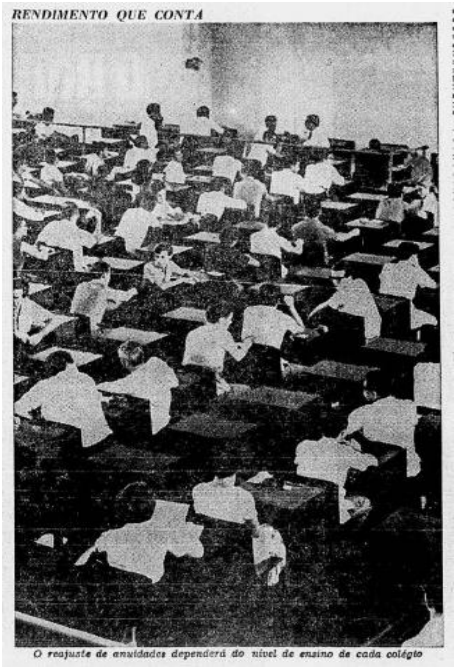
Posteriormente, em reportagem, o periódico confirmava o processo de desvalorização dos salários dos professores particulares que, em 1970, ganhavam por hora-aula a média ínfima de Cr$ 6,00. O texto apontou que o baixo salário era a maior queixa dos professores secundários dos colégios particulares do Rio de Janeiro. Na rede oficial, eles também reclamavam de receber Cr$ 11,00 por aula. A reportagem destacou que esses professores trabalhavam em várias escolas públicas e privadas, acumulando a carga de muitas horas e gerando "uma incapacidade profissional", ou seja, a impossibilidade de se atualizar ou preparar a aula[168]. Essa situação era compartilhada pelo professor paulista que, segundo a notícia do *JB,* era "obrigado a pensar mais no seu orçamento do que nos alunos"[169].

Embora se refira à competição e à guerra propagandística entre os colégios particulares de Londrina em busca de estudantes, a *FL* não registrou movimentos reivindicatórios dos professores privados de Londrina e região. A exceção foi a notícia de que, na assembleia de discussão sobre a crise financeira do Instituo Filadélfia de Londrina, os professores do colégio particular exigiam o pagamento dos salários atrasados, cujo valor chegava a Cr$ 100 mil[170].

A partir de 1970, o reajustamento das anuidades do ensino médio particular não obedecia mais a um percentual fixo, o que representouclaramente uma conquista para os proprietários da rede privada. Em editorial, o *JB* apoiou a medida e esclareceu que cada colégio aumentaria a anuidade de acordo com a sua atividade escolar[171]. Para complementar, o periódico apresentou uma reportagem com uma grande sala de aula cheia de estudantes, enfatizando com o título da imagem e do texto a opinião sobre a necessidade de permitir diferenciações entre as escolas (Figura 23). Nesse sentido, apoiava que o aumento de anuidade deveria corresponder à qualidade dos níveis dos serviços da instituição. Logo, os textos e a imagem visavam reforçar o caráter justo da decisão do fim do tabelamento e da autonomia conquistada pela rede privada.

Figura 23 – Rendimento que conta

[167] COLÉGIOS particulares, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 172, 24, 25 jul. 1966, p. 6.
[168] SALÁRIO de professor particular é pequeno. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19-20 jun. 1970, p. 30.
[169] ANUIDADES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26-27 out. 1969, p. 32.
[170] PROFESSORES da Filadélfia dão ultimato: querem seus salários. *Folha de Londrina*, Londrina, 6 jun. 1971, p. 2.
[171] ANUIDADES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 26, 27 out. 1969, p. 32.



O reajuste de anuidades dependerá do
nível de ensino de cada colégio
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 26-27 out. 1969, p. 3.

Outra mudança ocorreu na forma como seria decidido o reajuste dos salários docentes. Antes, a responsabilidade que até então era dos proprietários dos colégios passou a ser da jurisdição do Departamento Nacional de Salários, órgão do Ministério do Trabalho, o que agradou a classe, segundo a reportagem[172]. Claramente, a política governamental atuava em dois sentidos: por um lado, cedia às pressões empresariais e lhes conferia maior nível de poder; por outro lado, intensificava a tutela do Estado sobre o professor, ao burocratizar os seus reajustes salariais.

Embora se posicionasse de forma diferente perante os grupos, atuava em uma direção que visava eliminar conflitos fomentadores de movimentações sociais no espaço público. Ou seja, atua para eliminar o protagonismo de indivíduos e grupos que manuseavam diretamente os códigos sociais públicos reivindicatórios como recurso de poder. Nas representações, a ação dos professores da rede privada de ensino acontecia geralmente por meio da mediação dos sindicatos, com acordos com os donos de escolas e, quando não conseguiam estabelecer um consenso, utilizavam o dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Logo, as paralisações e os conflitos não chegaram a criar forte tensão a ponto de mobilizar ou causar preocupações nos poderes estaduais e municipais, mesmo assim, o governo atuava para diminuir as possibilidades de contestações coletivas.

[172] ANUIDADE escolar será fixada em 70 por novo critério. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26-27 out. 1969, p. 32.

Entre as figurações dos docentes da rede privada havia um padrão de códigos sociais públicos reivindicatórios que pouco variava, o que se devia ao autocontrole docente pautado na instabilidade profissional, resultado da baixa autonomia dos professores particulares (contratos frágeis, ameaça de substituição, dependência das anuidades e baixos salários na rede pública), impondo limites à abertura de qualquer espaço para a sua radicalização. Logo, a luta se concentrava em questões salariais, e não se expandia para reivindicações mais amplas sobre políticas educacionais e outras nuances da profissão docente.

Apesar de o periódico ser utilizado como recurso de pressão e busca de legitimidade, o movimento seguia a via legal para tentar um equilíbrio entre poderes instáveis e desiguais. Dessa forma, embora houvesse exceções, a reivindicação era extremamente autocontrolada, por priorizar apenas a manutenção da posição docente. Ou seja, os códigos sociais públicos reivindicatórios dos professores privados revelavam um padrão de reivindicação restrito, legalista e autocontrolado, o que criava uma identidade profissional com autonomia limitada frente ao patronato e ao Estado. Essa postura ajudava a manter a inserção social, mas igualmente impedia o avanço de conquistas profissionais, enquanto também os (auto)marginalizava do debate público.

Por sua vez, os professores públicos efetivos ou contratados, mesmo os do secundário, que eram um grupo menor que as professoras primárias, operavam com códigos sociais públicos mais diversificados, mesmo com os seus sindicatos. O protagonismo estava na circulação pública e nas relações sociais diretas que estabeleciam para fortalecer as demandas de grupo. Esse comportamento contribuiu para definir a identidade e as crenças profissionais.

A próxima seção aborda as representações sobre esse processo de práticas e a formação de relações sociais encabeçadas pelas figurações dos docentes contratados ou suplementaristas que trabalhavam no Estado. Como se verá, o grupo que estava marginalizado dos quadros efetivos se mobilizou para se integrar e melhorar as suas posições sociais oferecidas pelas figurações docentes.

3.4 FIGURAÇÃO DOS PROFESSORES CONTRATADOS/SUPLEMENTARISTAS

Esta seção apresenta a atuação de docentes frente às políticas estaduais e os procedimentos de integração nas figurações escolares (convocação de bolsistas e dupla regência, contratos anuais, mobilizações por equiparação, concursos, efetivação por tempo de serviço). O posicionamento das fontes periódicas para representar os conflitos ficou entre as críticas e os elogios às políticas públicas oficiais e as autoridades, mas também se constituiu

como espaço público que reverberou as falas docentes e, em certos momentos até apoiou as reivindicações.

Nos anos de 1966 e 1967, o *JB* registrou várias medidas emergenciais da Secretaria de Educação da Guanabara para enfrentar a crise da falta de professores no magistério secundário. Em resposta às greves esporádicas, às reclamações dos pais e às ameaças de paralisações, o Estado convocou bolsistas de Faculdades de Filosofia para lecionar no ensino médio, oferecendo salários-mínimos[173]. Ao mesmo tempo, o governador Negrão de Lima autorizou a transferência de 226 professoras primárias diplomadas em Faculdades de Filosofia para atuação no secundário em regime de dupla regência, com acréscimo de 80% nos salários[174].

Essas soluções provisórias com o objetivo de impedir greves nos colégios e reclamações da comunidade revelavam a opção por manter a precarização, em vez de enfrentar o cerne da falta e da desvalorização docente. Como se nota, antes mesmo da formação, os futuros professores já eram cooptados para a subordinação, por meio de contratos improvisados com baixos vencimentos. Essa situação era vivida por diversos docentes, perpetuando-se e entranhando-se no *habitus* nacional. Ou seja, administrativamente normalizou-se a contratação precária dos professores, o que se tornou um empecilho para o processo de valorização profissional.

Porém, a exploração do trabalho docente era tão intensa, principalmente entre os professores contratados, que os obrigava a protestarem pela sobrevivência. As figurações dos professores contratados da Guanabara formaram comissões para a reivindicação de equiparação salarial com os professores efetivos/concursados, bem como o pagamento dos vencimentos atrasados e a efetivação sem concurso (Quadro 6).

Quadro 6 – Professores contratados e suplementaristas[175]

Figuração	Reivindicação	Código social público	Ano
Professores contratados do Estado da Guanabara	Equiparação salarial com os professores efetivos	Campanha, comissão, utilização da imprensa (*JB*) para cobrar a promessa do governador	1966

[173] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 131, 07 jun. 1966, p. 16.
[174] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 55, 09 mar. 1967, p. 11.
[175] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 158, 08 jul. 1966, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 144, 22 jun. 1966, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 158, 08 jul. 1966, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 235, 06 out. 1966, p. 3; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 207, 03 dez. 1967, p. 19; *Folha de Londrina*, Londrina, 11 ago. 1967, p. 16; *Folha de Londrina*, Londrina, 16 maio 1968, p. 12; *Folha de Londrina*, Londrina, 11 mar. 1970, p. 1; *Folha de Londrina*, Londrina, 1 ago. 1970 p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 7 ago. p. 1-2; *Folha de Londrina*, Londrina, 6 jul. 1971, p. 2; *Folha de Londrina*, Londrina, 8 jul. 1971, p. 2; *Folha de Londrina*, Londrina, 22 dez. 1970, p. 2, *Folha de Londrina*, Londrina, 22 dez. 1970, p. 2.

Professores secundários contratados da Guanabara	Equiparação salarial com os professores efetivos, efetivados por meio de concurso	Pedido enviado ao secretário da educação Benjamim Morais	1966
Dois mil professores secundários contratados da Guanabara	Equiparação salarial com os professores efetivos	Discussões e possibilidade de greve, em assembleia na ABI	1966
Professores de Ibiporã	Solicitar o pagamento dos vencimentos em atraso	Utilização da imprensa (*FL*) para denunciar os atrasos no pagamento	1967
Professores de Londrina	Solicitar o pagamento dos vencimentos em atraso	Utilização da imprensa (*FL*) para denunciar os atrasos no pagamento	1967
Associação dos Professores do Ensino Secundário Normal do Estado de São Paulo (APESNOES)	Pleitear estabilidade para milhares de professores não concursados	Reivindicação ao governo, com base no Art. 14 da Constituição Estadual de São Paulo	1968
Professores suplementaristas de Londrina	Efetivação sem concurso dos professores que lecionam no Estado	Reunião de diretoria da APNP em Londrina	1970
Professores suplementaristas de Londrina	Efetivação sem concurso dos professores que lecionam no Estado	Encontro no Grupo Escolar Hugo Simas para debater com o advogado Kiyossi Kanayama para impetrar mandato de segurança	1970
Professores suplementaristas de Londrina e APNP	Efetivação sem concurso dos professores que lecionam no Estado	Participação na Câmara Municipal de Londrina para escutar os pronunciamentos, ameaça de greve	1970
Associação dos Professores do Norte do Paraná (APNP)	Suspensão do concurso estadual	Memorial, reunião, assembleia	1970
Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLN)	Pagamento e aumento das aulas suplementares	Ofício à Polícia Federal, reunião com o governador	1970
Associação dos Professores do Norte do Paraná (APNP)	Regularizar o pagamento dos suplementaristas	Ameaça de movimento de protesto em Londrina	1971
Professores suplementaristas	Regularizar o pagamento dos suplementaristas	Assembleia, comissão	1971
Associação dos Professores do Norte do Paraná (APNP)	Abono de 20% e regularizar o pagamento dos suplementarists	Reunião com o secretário da educação	1971

No Paraná, esses professores eram denominados de suplementaristas, eles participaram do movimento reivindicatório do magistério estadual em 1968, quando a principal demanda era da classe era a efetivação dos suplementaristas sem concurso. A pauta também foi defendida pelo movimento docente, porém a conquista aconteceu somente em 1970, quando o grupo retomou as pressões contra o Estado (Quadro 6).

Os professores do magistério estadual de Londrina denunciavam os atrasos de cinco meses no pagamento dos vencimentos. Os docentes se indignavam com o fato de que somente os salários dos professores estavam em atraso, dentre todo o funcionalismo do município. Em declaração à *FL*, os professores suplementaristas do Colégio Estadual Marcelino Champagnat e do Instituto de Educação, assim como as professoras de escolas primárias, diziam que estavam com os vencimentos "atrasados de março até agosto e dos nomeados se encontra atrasados a um mês". Os professores que compareciam à redação da *FL* para denunciar a situação solicitavam que os nomes não fossem divulgados, embora se identificassem ao periódico para confirmar as declarações[176].

Igualmente, as figurações dos professores da Guanabara foram até a redação do *JB* para relembrar que o pedido de equiparação salarial se baseava na promessa de campanha do governador Negrão de Lima. Com base nisso, eles frisaram a injustiça ao receber apenas um terço dos vencimentos dos professores efetivos, sendo obrigados a prestar concurso de títulos e a exercer as mesmas funções do magistério estadual.

> — Para se ter uma ideia do destrato que os professores contratados recebem por parte do estado, basta dizer que uma lavadeira — contratada na Semana passada pela Secretaria de Educação para o Teatro Municipal — receberá Cr$ 143 mil de salário, enquanto um professor contratado recebe somente Cr$ 84 mil (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 144, 22 jun. 1966, p. 7).

O testemunho dos professores contratados evidenciava um sentimento de vergonha e inconformismo, tanto pelo baixo valor dos salários, quanto pela desvalorização do magistério. Essa emoção pública também intentava produzir vergonha no próprio Estado agente que inferiorizava o professor contratado, que vivia uma integração precária e uma marginalização iminente. Além de receberem menos para as mesmas funções dos efetivos, ainda eram ameaçados pela instabilidade profissional, pois dependiam da renovação de novos contratos, bem como estavam sujeitos à substituição a qualquer momento por bolsistas ou professoras primárias do Estado. Os suplementaristas do ensino médio e do primário precisavam renovar anualmente os contratos com as escolas do Estado. Segundo a *FL*, eles eram marcados pela "intranquilidade e marginalização" que caracterizava a "caça ao contrato"

[176] PROFESSORES não recebem vencimentos desde março. *Folha de Londrina*, Londrina, 11 ago. 1967, p. 16.

> Suplementarista grupo cada ano maior [...] Apesar de já começadas as aulas, a corrida dos professores suplementaristas, para conseguir contratos a fim de lecionar, ainda não terminou. Professores licenciados pela Faculdade, ou acadêmicos, principalmente, constituem a maioria dos que, em Londrina e cidades vizinhas, correm atrás do contrato. Os diretores dos estabelecimentos de ensino oficiais são os mais procurados pelos suplementaristas, já que o estado paga mais por aula que a maioria das escolas particulares. [...]. Um drama: Professores suplementaristas com responsabilidades financeiras e familiares, que vinham baseando seu orçamento no contrato com determinado estabelecimento, ao fim do ano são dispensados, e ficam sem perspectivas para o próximo ano. A palavra de ordem passa a ser, então, a caça ao contrato (Suplementarista. *Folha de Londrina*, Londrina. 6 mar. 1970 p. 8).

A pressão pela efetivação dos suplementaristas se baseava em dispositivos de constituição estaduais anteriores à reforma constitucional de 1969, que asseguravam a efetivação, sem concurso, ao funcionário com mais de dois anos de atividade. Porém, havia grupos que se opunham a essa reivindicação, pois consideravam como uma ameaça para galgar posições efetivas no magistério. Era o caso dos professores licenciados e dos estudantes das Faculdades de Filosofia do interior de São Paulo, que se movimentavam para prestar apoio aos professores contra o artigo 14 da Constituição Estadual[177].

Em Londrina, essa oposição aos professores suplementaristas foi representada pelo Diretório Acadêmico Rocha Pombo (DARP) da Faculdade Estadual de Filosofia de Londrina, que enviou telegrama ao governador no qual criticava a pretensão dos professores que queriam a efetivação sem o concurso – então marcado para julho. Eles lembraram que, em São Paulo, os suplementaristas usavam os mesmos argumentos para embargar o concurso, o que inspirou o movimento. Assim como os acadêmicos paulistas, os londrinenses falavam que a reivindicação era "altamente prejudicial aos licenciados e futuros licenciados que desejam a realização do concurso".

> A concessão de efetivação aos suplementaristas representa aviltamento profissional do magistério, com infiltração de elementos de outras dignas profissões no magistério, representando desleal concorrência aos portadores de diplomas de ensino superior específico de formação do magistério de ensino médio (Acadêmicos não querem efetivação de suplementaristas sem concurso. *Folha de Londrina*, Londrina. 20 maio 1970, p. 20).

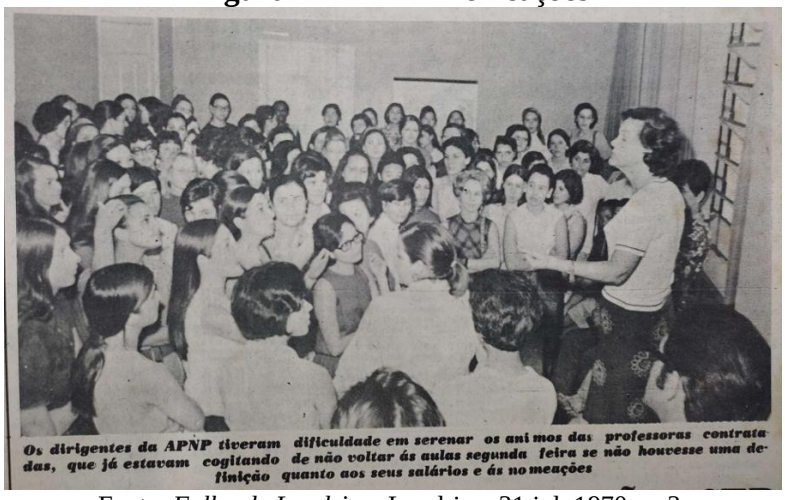
Os acadêmicos de Londrina também se mobilizavam para combater o projeto de lei do deputado Erondy Silvério, que pretendia obter o reconhecimento de diplomas para os cursos fornecidos a brasileiros pelas Universidades de Nancy, na França, Michigan Cambridge, nos Estados Unidos de proficiência em língua inglesa, concedidos a pessoas sem o curso médio

[177] ESTABILIDADE sem concurso, professores paulistas querem alterar constituição estadual. *Folha de Londrina*, Londrina, 16 maio 1968, p. 12.

completo e que não recebiam aulas de didática, pedagogia e outras disciplinas do curso superior[178].

No norte do Paraná, a luta a favor das figurações suplementaristas foi liderada pela Associação dos Professores Licenciados do Norte do Paraná (APNP), cujo presidente, professor Anísio Alves da Silva, regressou de Curitiba, com a confirmação do secretário da educação, Cândido de Oliveira, de que uma emenda à Constituição permitiria a efetivação de todos os professores com mais de 5 anos de exercício do magistério até a data da aprovação da nova Carta Magna[179]. Mesmo após a promessa, a pressão das suplementaristas continuou, e as professoras, predominantemente mulheres, foram à Câmara Municipal de Londrina durante os pronunciamentos e ameaçaram deflagrar uma greve. Os líderes da APNP precisaram convencer os professores a esperarem a reunião com a secretária da educação, antes de qualquer decisão[180]. Dias depois, elas se reuniram com o secretário da educação, Nelson Fanaya, que apresentou a nomeação de 397 professoras para diversas escolas da 18º Inspetoria Regional de Ensino, abrangendo Ibiporã, Londrina e outras regiões[181] (Figura 24).

Figura 24 – Enfim nomeações

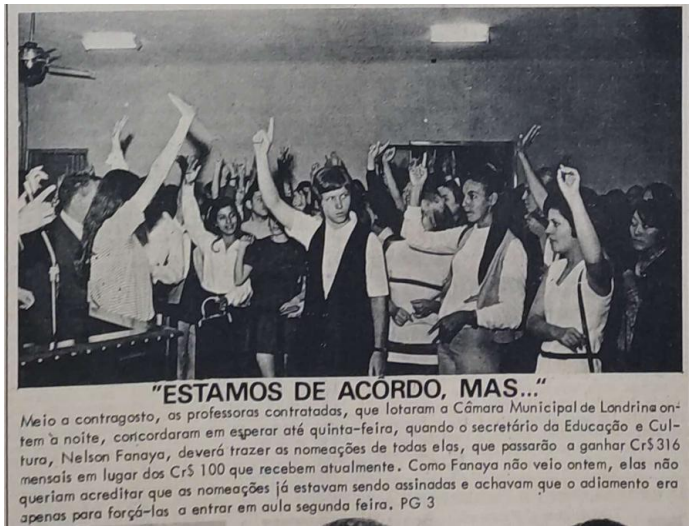


Os dirigentes da APNP tiveram dificuldade em serenar os ani mos das professoras contrata das, que já estavam cogitando de não voltar ás aulas segunda feira se não houvesse uma de finição quanto aos seus salários e ás no meações

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 31 jul. 1970, p. 3.

Figura 25 – Estamos de acordo, mas

[178] ACADÊMICOS não querem efetivação de suplementaristas sem concurso. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 maio 1970, p. 20.
[179] PARECE estar chegando ao fim o drama dos suplementaristas. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 fev. 1970, p. 20.
[180] CONTRATADAS quase fazem greve: secretário da educação não veio. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 ago. 1970, p. 3.
[181] QUEM são as professoras nomeadas. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 ago. 1970, p. 2.



"ESTAMOS DE ACORDO, MAS..."

Meio a contragosto, os professoras contratadas, que lotaram a Câmara Municipal de Londrina ontem à noite, concordaram em esperar até quinta-feira, quando o secretário da Educação e Cultura, Nelson Fanaya, deverá trazer as nomeações de todas elas, que passarão a ganhar Cr$ 316 mensais em lugar dos Cr$ 100 que recebem atualmente. Como Fanaya não veio ontem, elas não queriam acreditar que as nomeações já estavam sendo assinadas e achavam que o adiamento era apenas para forçá-las a entrar em aula segunda feira. PG 3

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 1 ago. 1970, p. 1.

Figura 26 – Pronunciamento na Câmara



...audindo, discutindo ou vaiando, conforme os pronunciamentos, as con-...idas permaneceram até as 22 horas na Camara Municipal, quando fi-...mente concordaram em voltar ás aulas segunda feira e aguardar até quinta pela vinda do titu lar da SEC com as nomeações

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 1 ago. 1970, p. 3.

Figura 27 – APNP tiveram bastante trabalho



...dirigentes da APNP tiveram bastante trabalho para convencer as contratadas de que deveriam esperar até quinta-feira.

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 1 ago. 1970, p. 3.

Figura 28 – Mesa de reuniões



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 7 ago. 1970, p. 1.

Durante a crise dos suplementaristas em Londrina, a *FL* apontou que o atraso do pagamento dos professores aparecia periodicamente em vários estados. Embora o periódico considerasse o protesto dos professores "justo", também reconheceu as ações positivas do governo federal e não responsabilizou o Estado pelo problema.

> É inconcebível, absurdo e estranho que isto ocorra. Os professores, responsáveis diretos por uma parcela importante no progresso da sociedade, porque são os forjadores do caráter das novas gerações, deveriam merecer a maior consideração, e, no mínimo, o pagamento em dia e digno de seus vencimentos (Pagamento aos professores. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 jul. 1970, p. 2).

> O governo federal, principalmente agora, na gestão do ministro Jarbas Passarinho, tem se preocupado com o problema dos vencimentos do magistério. É muita coisa de positivo que tem sido feita, embora ainda se esteja no começo do caminho. Em verdade, há ainda muita injustiça a ser corrigida, no que diz respeito aos vencimentos dos professores, principalmente àqueles que lecionam no primário (Pagamento aos professores. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 jul. 1970, p. 2).

Em meio à crise, o texto editorial oscilou entre críticas amenas e elogios à política educacional do Estado, principalmente quando destacou a "Operação Centopéia", uma iniciativa das autoridades federais ligadas à educação, destinada a saber quem não pagaria corretamente os professores e o motivo de não o fazer, para definir responsabilidades[182]. Em editorial, a *FL* também defendeu o protesto dos docentes desde 1967, ao sublinhar os "baixos níveis de salários [...] totalmente aquém de suas reais necessidades e de seu preparo"[183].

Mesmo com esse discurso de justiça social, o *FL* posicionou-se contra as autoridades em determinados momentos, mas não propunha ações mais radicais contra o descaso e a precarização da classe professoral. O periódico se mostrou mais afeito a repetir discursos padronizados sobre a importância dos professores e a tecer elogios às autoridades. Foi o que se notou após o anúncio do secretário da Educação do Paraná, Carlos Alberto Moro, sobre a

[182] PAGAMENTO aos professores. *Folha de Londrina*, Londrina. 29 jul. 1970 p. 2.
[183] ATRASO para o Magistério. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 ago. 1967, p. 3.

solução do problema dos suplementaristas e contratados, quando prontamente a *FL* elogiou a ação rápida do governo estadual[184].

Posteriormente, se anunciou o concurso, gerando tensão entre os interesses das figurações docentes. Na ocasião, a *FL* assinalou a desunião entre os 9 mil professores de nível médio do Paraná, conforme representação da Figura 29, que mostra de um lado os licenciados liderados pela APLP e do outro suplementaristas representados pela APNP. Os grupos se reuniram em assembleias em lugares diferentes para abordar a pauta do concurso.

Figura 29 – Licenciados x suplementaristas



Licenciados (em assembleia domingo à tarde, na FaFi) querem ser efetivados através de concurso. Depois, estão dispostos a lutar ao lado dos suplementaristas pela nomeação destes)



Suplementaristas (em assembleia no Colégio Vocacional) não querem o concurso e vão à justiça tentar impedi-lo: querem ver reconhecidos os seus direitos à estabilidade, com base na constituição

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina. 16 dez. 1970, p. 3.

A APLP liderou a campanha pelo concurso, pois defendia que este daria estabilidade e maiores direitos profissionais a 2.100 professores do Estado. A confirmação pelo governador Paulo Pimentel foi considerada uma vitória para os docentes por esse grupo representante. Porém, na oposição, nem todos ficaram satisfeitos com o anúncio do concurso. Parte dos professores suplementaristas percebia como ameaça à efetivação e à estabilidade.

Desde 1967, arrastava-se uma reivindicação de milhares de outros professores suplementaristas, com cinco anos de exercício da profissão até aquele ano em questão. De acordo com a Constituição Estadual, eles tinham assegurado o direito à estabilidade, mas não foi regulamentado pelo Estado. Logo, esses professores acionaram o Supremo Tribunal Federal e aguardavam a sua decisão. A APNP, que defendia a causa dos suplementaristas, se opunha à realização do concurso e impetrou mandado de segurança, para suspendê-lo.

Com isso, os professores que almejavam a efetivação do Estado acreditam que, após o concurso, não sobrariam vagas, embora o Supremo Tribunal confirmasse os seus direitos. Já os licenciados, favoráveis ao concurso, apontavam que a sustação representaria desrespeito e

[184] TUDO resolvido. *Folha de Londrina*, Londrina, 16 ago. 1967, p. 3.

desunião da classe. Além do mais, achavam que a decisão judicial seria respeitada pelo Estado, que deveria criar vagas para todos.

Em votação dos professores da APNP, venceram aqueles que desejava que a entidade tentasse sustar o concurso, como forma de assegurar os direitos dos que tinham o tempo de serviço. Em Curitiba, o presidente da APNP, Diamantino das Neves Fernandes e outros membros (Galdino de Andrade, de Maringá; Iolanda Consentino, de Londrina; Celso Priollo Mandaguari, Cristóvão Nolli, de Cambará e Beno Manger) procuravam contatar o governador para convencê-lo a desistir do recurso no Supremo e conceder a "estabilidade", como faculta a Constituição; caso contrário, ameaçavam sustar o concurso[185].

Diamantino das Neves Fernandes, presidente da APNP, relatou que o professorado do ensino médio e os últimos professores do ensino primário, efetivados pelo concurso, não receberiam os vencimentos concernentes a aulas suplementares. Por isso, a associação encaminhou ofício para a PF, com denúncia do atraso no pagamento das aulas suplementares, e enviaram manifesto ao governador[186].

Tanto a APLP quanto a APNP recorreram à imprensa, como forma de divulgar as cartas, explicar suas posições, mostrar suas negociações com as autoridades e assembleias, estabelecendo um sistema de comunicação. O conflito interno entre as associações docentes mostra que o embate entre licenciados (formados por professores com um padrão de concurso ou em início de carreira) e os suplementaristas (contratados com direito de efetivação desrespeitado pelo governo) se movimentava em torno da dependência que possuíam do Estado para obterem a estabilidade.

Os suplementaristas não tiveram as reivindicações atendidas e o concurso não foi adiado ou suspenso. Três mil professores do Estado participaram do concurso para os cargos no magistério secundário do Paraná[187]. Até 1971, foram aprovados e efetivados 1.500 professores estaduais[188]. Logo, os professores suplementaristas, em assembleia, decidiram indicar uma comissão de professores e advogados para, com plenos poderes, resolverem o problema da estabilidade que se alongava há anos.

---

[185] MAGISTÉRIO: APNP quer impedir concurso e guardar vagas para suplementaristas. *Folha de Londrina*, Londrina. 16 dez. 1970, p. 3.
[186] PROFESSORES vão a polícia federal: ainda não receberam por novembro. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 dez. 1970, p. 2.
[187] NESSE CONCURSO dos professores o menor problema são os exames. *Folha de Londrina*, Londrina, 14 jan. 1970, p. 3.
[188] PAGAMENTO dos suplementaristas anunciado para a próxima semana. *Folha de Londrina*, Londrina, 8 jul. 1971, p. 2.

Dentre os representantes dos professores, estavam Diamantino das Neves Fernandes, Yolanda Nella Vogt Cosentino; e entre os advogados, Moisés Godoi e João Olivir Gabardo[189]. Porém, não requeriam apenas a estabilidade com base na legislação, pois os salários dos suplementaristas continuaram a atrasar em média de três a quatro meses. Enquanto os efetivos (2.500) recebiam normalmente, os professores suplementaristas (seis mil) do Estado e os efetivos que possuíam aulas suplementares enfrentavam a falta dos seus pagamentos [190].

O secretário Nelson Fanaya esteve com a comissão de diretores da APLN, e debateu sobre os costumeiros atrasos no pagamento dos suplementaristas, bem como a exclusão da categoria de professores da participação no abono de 20% concedido pelo governo. Então, o secretário afirmou que "a figura do professor suplementarista não é considerada como existente, mas reconheceu que esta situação é 'injusta'" e explicou que o atraso se devia ao fato de as aulas suplementares serem consideradas gratificação, e não vencimento, o que exigia fazer sempre um pedido de verba face aos compromissos[191].

Em resposta, um pequeno destaque na capa da *FL* registrou a resposta dos professores ao secretário: "não existimos mas damos 80% das aulas no ensino médio e devemos receber pontualmente"[192]. As pressões garantiram que aulas suplementares fossem pagas com 20% de aumento. Na ocasião, a *FL* explicitou que o governador Paulo Pimentel estava interessado em regulamentar o art. 64 da Constituição do Estado[193].

Em Londrina, os professores do magistério estadual formado por professores do primário e do secundário, principalmente entre os suplementaristas, viviam o mesmo problema de atrasos salariais, como em outros estados como Minas Gerais, São Paulo e Piauí. A situação se estendia para os professores da Universidade de Londrina, onde os estudantes de Ciências Médicas em carta aberta expressaram a repulsa aos atrasos[194]. Outro problema comum às inúmeras figurações docentes era a desvalorização salarial, embora houvesse discrepância entre os salários regionais.

A linha editorial da *FL* optou por alternar textos de solidariedade ao magistério e elogios à ação oficial, ou seja, não definiam uma posição clara, nem críticas contínuas contra grupos ou personagens específicos. Portanto, esse comportamento de manter um equilíbrio discursivo

---

[189] SUPLEMENTARISTAS: comissão vai cuidar da estabilidade. *Folha de Londrina*, Londrina, 6 jul. 1971, p. 2.
[190] PAGAMENTO dos suplementaristas anunciado para a próxima semana. *Folha de Londrina*, Londrina, 8 jul. 1971, p. 2.
[191] FANAYA: é uma injustiça, mas o suplementarista não existe. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 dez. 1970, p. 2.
[192] *Folha de Londrina*, Londrina, 06 jan. 1971, p. 2.
[193] AUMENTO para os suplementaristas e regulamentação do artigo 64. *Folha de Londrina*, Londrina. 22 dez. 1970, p. 2.
[194] ACADÊMICOS de medicina solidários com professores. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 mar. 1971, p. 3.

sem evidenciar explicitamente ente posições fixas, era uma prática comum de periódicos que visavam ampla circulação, captação de anúncios e evitar perseguições. De certa forma, também evitavam um comportamento de confronto. A seguir, apresentam-se as principais causas que afligiram as figurações dos professores estaduais, com destaque nas representações periódicas, especialmente a paranaense.

3.5 A DIVERSIDADE DAS FIGURAÇÃO DO MAGISTÉRIO ESTADUAL

O Quadro 7 sistematiza os códigos sociais públicos reivindicatórios das figurações docentes estaduais (primários e secundários) registradas entre 1967 e 1971 pela imprensa periódica analisada. Evidencia-se a diversidade de figurações docentes (primária e secundária), a heterogeneidades de pautas (efetivação, valorização salarial, regulamentação estatutária, melhores condições de trabalho) e de ações deflagradas pelos professores. A leitura da coluna de códigos no Quadro 7 revela ações docentes (greves, assembleias, memoriais, manifestações, judicialização, comissões, memoriais, audiências) que mediavam a relação entre docentes e autoridades políticas.

Observa-se uma forte formalização no exercício de pressão social. Ao mesmo tempo, o constante uso da imprensa como espaço de poder para influenciar as decisões indica a concomitância de uma tendência de informalização como mecanismo para superar a tentativa de distanciamento das autoridades. No contexto autoritário, a formalização tinha o objetivo de expor à sociedade o autocontrole dos professores e a legitimidade das demandas, por isso privilegiavam a negociação institucional. Assim, os grupos de pressão tentaram permanecer nas fronteiras de aceitabilidade para influenciar os grupos com poder decisório. No contexto local, a imprensa se tornou uma arena pública importante para dar força e visibilidade para às pautas, os apelos e os discursos das figurações docentes e às falas oficiais dos políticos.

Quadro 7 – Professores estaduais (secundários e primários)[195]

[195] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 207, 03 dez. 1967, p. 19; *Folha de Londrina*, Londrina, 13 abr. 1968, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 168, 23 out. 1968, p. 13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 172, 27-28 out. 1968, p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 16 maio 1968, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1968, p. 1; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1968, p. 4; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16-17 jun. 1968, p. 44; *Folha de Londrina*, Londrina, 12 out. 1968, p. 1; *Folha de Londrina*, Londrina, 16 out. 1968, p. 16; *Folha de Londrina*, Londrina, 13 out. 1968, p. 16; *Folha de Londrina*, Londrina, 22 out. 1968, p. 4; *Folha de Londrina*, Londrina, 24 out. 1968, p. 16; *Folha de Londrina*, Londrina, 29 out. 1968, p. 4; *Folha de Londrina*, Londrina, 31 out. 1968, p. 8; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 nov. 1968, p. 7; *Folha de Londrina*, Londrina, 23 maio 1969, p. 16; *Folha de Londrina*, Londrina, 5 jul. 1969, p. 1; *Folha de Londrina*, Londrina, 5 jul. 1969, p. 2; *Folha de Londrina*, Londrina, 23 out. 1970, p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 16 dez. 1970, p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 01 jan. 1971, p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 25 mar. 1971, p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 6

Figuração	Reivindicações	Código sociais públicos reivindicatórios	Ano
Professores secundários paulistas	Salários mais justos e mudança do curso noturno	XII Congresso dos Comissão para estudar a estruturação da carreira do magistério, envio de sugestões à Secretaria de Educação	1967
Associação dos Professores do Ensino Secundário Normal de São Paulo	Estabilidade para milhares de professores não concursados	Aplicação com base no Artigo 14 da Constituição Estadual de São Paulo	1968
Professores secundaristas de São Paulo	Evitar a concessão de estabilidade aos não concursados	Mandado de segurança ao STF para derrubar o Artigo 14, com ajuda de Alfredo Buzald	1968
Professores secundaristas de São Paulo	Fim da portaria que limita a 44 o número de aulas semanais	Comissão para tentar falar com o governador	1968
Professores secundaristas de São Paulo	Aprovação das emendas ao Projeto 210	Exigir da Assembleia Legislativa a aprovação das emendas ao Projeto 210, ameaça de concentração-monstro	1968
APLN*	Nomeação de todos os professores concursados no início do ano passado	Assembleia geral	1968
APNP**	Melhor vencimento para o magistério estadual	Comissão para ir a Curitiba, ameaça de greve não declarada, assembleia permanente, memorial	1968
Associação dos Professores de Maringá	Apoio ao movimento reivindicatório do professorado paranaense	Professores de Maringá e cidades vizinhas, reunidos em assembleia-geral	1968
Magistério paranaense	Andamento do Estatuto do Magistério no Legislativo	V Congresso do Magistério Público do Paraná, greve não declarada	1968
Professores estaduais do Paraná	Aprovação do Estatuto do Magistério, melhores vencimentos e estabilidade para os suplementaristas	Paralisação, congresso permanente, reuniões na sede da APNP da associação médica	1968

jun. 1971, p. 2; *Folha de Londrina*, Londrina, 12 jun. 1971, p. 8; *Folha de Londrina*, Londrina, 15 jun. 1971, p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 18 maio 1971, p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 12 maio 1971, p. 2; *Folha de Londrina*, Londrina, 17 maio 1971, p. 2; *Folha de Londrina*, Londrina, 28 set. 1971, p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 16 out. 1971, p. 3; *Folha de Londrina*, Londrina, 20 out. 1971, p. 2; *Folha de Londrina*, Londrina, 24 dez. 1971, p. 12.

Figuração	Reivindicações	Código sociais públicos reivindicatórios	Ano
Professores londrinenses	Aprovação do Estatuto do Magistério, melhores vencimentos e estabilidade para os suplementaristas	Congresso permanente, reuniões, visita a outros municípios	1968
Professoras maringaenses	Aprovação do Estatuto do Magistério, melhores vencimentos e estabilidade para os suplementaristas	Congresso permanente, passeata de professoras – da Catedral de Nossa Senhora da Glória, em grupos de 10, para percorrer as ruas até a Vila Operária	1968
Associação dos Professores do Paraná	Negociar o fim da greve	Encontro com o governador no Palácio do Iguaçu	1968
Professores goianos (ensino médio e superior)	Contra as violações das liberdades democráticas	Manifesto	1968
APLN	Pedido de reavaliação dos estados dos níveis profissionais dos licenciados	Memorial, encontro com o governador	1969
APLN	Regularização do artigo 64 da Constituição Estadual (segundo padrão sem concurso), realizar o concurso estadual	Memorial, encontro com o governador, assembleias	1970
APNP	Cancelar o concurso estadual	Impetrar mandado de segurança	1970
APLN	Continuidade do concurso estadual	Memorial, reunião com o governador e secretário da educação	1970
APLN	Regulamentar o artigo 64	Memorial, reuniões, audiência, comissões à Secretaria de Educação, estudos	1970 e 1971
Professores londrinenses	Regularização dos atrasos	Ameaça de greve em Londrina	
APNP	Fim dos constantes atrasos salariais atrasados	Ameaça de greve em Londrina	1971
Professores licenciados	Contra os diplomas estrangeiros	Assembleia de professores, telegrama	1971
Representantes das associações de professores	Manutenção da lista tríplice. preceitos legais para a remoção, melhores condições para o suplementaristas, regularização do Artigo 64,	Memorial ao governador	1971

Figuração	Reivindicações	Código sociais públicos reivindicatórios	Ano
APLN	revisão do Estatuto do Magistério Prorrogação do prazo para a apresentação de emendas à reforma constitucional	Telegrama aos deputados	1971
APLN	Contra o artigo 31 da lei 971, que concede a diplomados em qualquer curso superior o título de licenciatura	Carta dirigida a deputados e senadores do Congresso Nacional	1971
Sete associações de professores do Paraná	Fim das irregularidades no cumprimento do Estatuto do Magistério	Memorial ao governador, ao presidente da Assembleia Legislativa e ao presidente do Tribunal de Justiça do Paraná	1971
Comissão de diretores de nove associações de professores do Paraná	Análise do problema da classe docente	Congressos em Maringá e Ponta Grossa, pedido de audiência com o governador e o secretário da educação, memorial	1971
Associações de professores de Londrina, Maringá, Curitiba, Ponta Grossa e Paranaponema	Debater a criação da Ordem dos Professores do Brasil, a profissionalização e a reforma do Estatuto	Reunião preparatória do II Encontro das Professores Paranaense, criação do anteprojeto do novo Estatuto do Magistério	1971
APNP	Denunciar irregularidades em prefeituras no magistério estadual	Reunião, audiência com o ministro da Educação em Brasília	1971
APNP	Regularização dos professores suplementaristas	Solicitação de audiência com o governador e o secretário da educação	1971

No plano local, como se observa no Quadro 7, especialmente em 1968, a *FL* amplificou as pautas dos docentes paranaenses (atrasos salariais, estabilidade dos suplementaristas, andamento do Estatuto). Em contraposição, no mesmo período, o *JB* se concentrou nas movimentações estudantis, registrando episodicamente conflitos do magistério paulista. Essa assimetria indicava que as agendas prioritárias dos periódicos eram distintas, pois priorizavam o retrato dos conflitos mais próximos de si.

Como sinaliza o Quadro 7, em São Paulo, desde o final de 1967, o magistério secundário estadual se movimentava por meio de protestos e debates sobre a profissionalização da carreira, piso salarial (cinco salários-mínimos) e nível universitário. Para isso, organizaram o XII

Congresso dos Professores Secundários Paulistas, criaram uma comissão para estudar a estruturação da carreira e enviaram memorial à Secretaria de Educação[196].

No ano seguinte, as notícias destacaram as reações dos docentes paulistas contra o projeto que fixava em 44 o número máximo de aulas semanais de cada professor, e em 18 o mínimo. Essa situação, segundo o *JB*, mobilizou cerca de mil professores da rede pública para realizar uma passeata de protesto nas ruas centrais da capital. Com os gritos: "Sodré é mau patrão" e "Escolas para o povo", a passeata terminou em frente à Secretária da Educação, aos brados "traidor" e "queremos a sua renúncia" para o secretário da educação, Ulhôa Cintra. O periódico também destacou que os professores já haviam tentado marcar uma reunião com o governador que, por sua vez, cancelou o encontro[197].

Os professores do secundário reconheciam que o texto original do Projeto 210, o qual regulamentava a remuneração e o número de aulas, era contrário aos seus interesses. Conforme a notícia, em vez de uma manifestação na rua, eles optaram por pressionar os deputados para a aprovação das emendas que alterassem as questões prejudiciais[198]. Ao registrar os eventos, o *JB* destacou a frustração docente com o fechamento da comunicação institucional, o que originou protestos mais veementes. Assim, as questões salariais e de carga horária adquiriram dimensão política, ao desafiar publicamente o governo. Isso mostra que, durante a égide autoritária, as figurações docentes alternaram entre códigos sociais públicos de reivindicações formais mais moderados e institucionais e os informais mais afrontosos, de acordo com a resposta das autoridades às demandas. No Paraná a defasagem salarial levou a APNP, com 5.200 membros, a iniciar uma campanha que ameaçava deflagrar greve diante da falta de resposta do governador, Paulo Pimentel, ao memorial reivindicatório[199].

A porta institucional parecia fechada, levando os professores a migrarem de um repertório formal de atuação (comissões e memoriais) para um mais coletivo e informal (passeata e concentração). Assim, retoma-se a contradição entre o discurso oficial da ditadura de valorização da escolarização e do magistério, e a permanência do descaso com o salário docente. Os professores paranaenses aguardavam há mais de um ano a aprovação do Estatuto do Magistério, engavetado na Assembleia Legislativa, quando o magistério estadual se engajou

---

[196] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 207, 03 dez. 1967, p. 19.
[197] PROFESSORES em passeata de protesto contra Sodré. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 jun. 1968, p. 8; PROFESSORES paulistas saem à rua contra portaria que limita o número das aulas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1968, p. 4.
[198] PROFESSORES paulistas vão fazer concentração monstro amanhã contra Projeto 210. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16-17 jun. 1968, p. 44.
[199] PROFESSORADO reivindica melhoria de vencimento e tem assembleia amanhã. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 out. 1968, p. 16.

no final de 1968, em um movimento de protesto iniciado com o V Congresso do Magistério Público do Paraná, em Curitiba.

O *JB* descreveu a mudança: "De repente a tranquilidade, a calma e a paz que havia no Paraná desapareceram". Ou seja, os estudantes e os policiais começavam a se enfrentar nas ruas, e os professores iniciavam o movimento reivindicatório, com a instalação de um Congresso Permanente de professores, a fim de pleitear a aprovação do Estatuto do Magistério, uma tabela salarial condigna, a isenção de interferência política no ensino e a estabilização dos professores suplementaristas.

Além da falta de atenção do governo do Estado, o *JB* mostrou o cerceamento sofrido pelos movimentos com a proibição das greves, obrigando-os a remodelarem os seus códigos, assim como passarem por adaptações, a fim de se manterem dentro dos limites impostos pela ditadura.

> Como a greve é declarada ilegal, os professores convocaram um Congresso Permanente do Magistério, com sessões plenas, a pretexto de participar das reuniões plenárias, durante as quais não comparecem as escolas. A primeira manifestação ostensiva do movimento grevista, realizada no dia festivo, marcou as ideias do próprio dia do professor, com a apresentação da classe a fim de expor suas reivindicações ao governador (*Jornal do Brasil*, n. 172, 27-28 out. 1968, p. 3).

As interdependências entre professores e governo dentro da estrutura ditatorial exigiram um ajuste de autocontrole coletivo para manter um equilíbrio entre a pressão reivindicatória e a necessidade de se manter dentro dos códigos públicos aceitáveis sob um regime autoritário. A posição dos professores paranaenses foi registrada no *JB*: "Só retornaremos às aulas após conseguirmos o atendimento de nossas justas aspirações". Há também a fala da SEC do Paraná, que considerava o comportamento docente um ato de indisciplina. Em nota, a chamada ao retorno às aulas ameaçava "punições legais" para o "restabelecimento compulsório dos princípios de autoridade e respeito que garantem a ordem constituída"[200].

O Congresso Permanente representava o esforço docente para construir uma forma de código híbrido: assembleia contínua que também funcionava como greve. Isso novamente mostrava a alternância da posição docente marcada pela necessidade de mostrar a sua imagem de autocontrole, e, ao mesmo tempo, intensificar a sua pressão contra as autoridades. Porém, a própria imprensa retratou que, em suma, realmente era um movimento grevista com oposições dentro do Estado. Em prol desse movimento paranaense, reuniram-se em Londrina cerca de mil docentes, incluindo os professores primários, secundários e de escolas superiores de Cambé, Rolândia, Apucarana, Arapongas, Assaí, Maringá e Paranavaí, e uma delegação de Curitiba,

[200] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 168, 23 out. 1968, p. 13.

representando a Associação dos Professores do Paraná, a Associação dos Professores do Norte do Paraná, a Associação dos Professores Licenciados do Norte do Paraná, a Associação dos Professores de Maringá e a Associação dos Professores de Paranavaí.

A *FL* evidenciou a fala da APNP, constatando o descaso do governador e manifestando solidariedade aos professores de Curitiba, ao declarar que permaneceriam em Congresso Permanente, enquanto durasse a indiferença diante das "reivindicações justas":

> O nosso movimento — consequência do desinteresse dos poderes constituídos àquelas reivindicações legais e justas do Magistério — é a alternativa PACÍFICA, ORDEIRA e CONSCIENTE para a obtenção dos direitos a que os professores fazem jus (Escolas fechadas. Professores reunidos em congresso estadual. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 out. 1968, p. 4).

Enquanto a *FL* explicitava as vozes indignadas dos representantes da associação dos professores, também se posicionou diante da paralisação de todos os estabelecimentos primários, médios e superiores do Estado. Na capa, perguntou onde estariam os professores e, ao lado, mostrou a reunião no Congresso Permanente. Embora em editorial concordasse com as reinvindicações, discordava do não comparecimento dos professores às aulas e tentou moralizar o comportamento dos professores.

> Recusando-se a comparecer às escolas os professores dão um mau exemplo aos seus alunos. Um exemplo que nada constrói e que apenas virá contribuir para complicar ainda mais a situação confusa e delicada em que se encontra o País todo. Está, com efeito, o Paraná voltado para a campanha eleitoral. O campo torna-se propício à demagogia, à agitação ideológica e à exploração. E qualquer movimento, de apoio ou de protesto, toma logo cor política, sentido partidário. Acreditamos nos bons propósitos do professorado. Desses mestres que lutam e que sofrem. Desses abnegados batalhadores pela causa do ensino. De homens e mulheres que sempre estiveram atentos aos problemas da classe. Mas não deixamos de ver segundas intenções nesse movimento (Professores em greve. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 out. 1968, p. 3).

O editorial incutiu a ideia de que o protesto docente era encarado em alguns círculos como um movimento de "caráter político de cunho oposicionista e até ideológico", pois o acusou de surgir justamente às vésperas das eleições. Mas a *FL* também abriu espaço para a resposta dos professores, ao postar uma notícia que possibilitou aos professores explicarem que era o momento oportuno para a luta, após mais de um ano de espera e falta de respostas. Também destacaram que o movimento docente não se vinculava a nenhuma intenção política relacionada com as eleições municipais. E lembraram que as reivindicações se iniciaram em setembro de 1967, quando o anteprojeto foi enviado à Assembleia[201].

Ao informar que os professores londrinenses continuavam a greve não declarada, a *FL* tentou novamente moralizar tais ações de forma sutil, quando relembrou na legenda da Figura

[201] PROFESSORES esclarecem as razões do movimento. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 out. 1968, p. 15.

30 que o quadro não "servia mais para as lições" e, também, retratava um quadro-negro com recado: "Colegas o congresso continua firme".

Figura 30 – Recado



Em lugar de lições, o quadro-negro agor a é utilizado para transmitir as palavras de ordem: «o congresso continua firme».

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 24 out. 1968, p. 3.

Enquanto as comissões de professores de Londrina continuavam com as visitas aos municípios do interior para acompanhar o movimento docente, os representantes dos municípios vizinhos chegavam em Londrina para comunicar a adesão, como fizeram os professores de Cornélio Procópio, Bandeirantes, Apucarana e Araruva. Diante dos comentários que circulavam sobre a preparação de manifestações de solidariedade dos estudantes, a professora Edda Arzua, presidente do Congresso Permanente, lançou nota para solicitar "aos alunos a necessidade de permanecerem em suas casas, para evitarem apreensões a seus pais e a seus professores". Também ressaltou que o congresso estava recebendo colaboração do comércio, da indústria, do Clube da Lady, do Rotary e do Lions, que enviaram telegramas ao governo do Estado, pedindo o atendimento das reivindicações do magistério. Os professores aprovaram um voto de louvor à *FL* "pela cobertura valiosa e honesta que está dando ao congresso e pela grande colaboração que proporcionou, prontificando-se em publicar o anteprojeto do Estatuto do Magistério"[202].

Na notícia anterior, nota-se o esforço dos professores em se distanciarem dos estudantes e recusarem a demonstração de solidariedade, enquanto mobilizavam o apoio de grupos sociais empresariais para conferir legitimidade ao movimento social e neutralizar as acusações de subversão. Isso revelava uma racionalidade ao escolher vincular a imagem a grupos

[202] PROFESSORES só voltam as aulas com as reivindicações atendidas. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 out. 1968, p. 16.

considerados “respeitáveis” para se inserirem dentro de um espaço de consenso público tolerado pelos grupos estabelecidos. Esse comportamento autorregulatório de protestar dentro dos limites impostos pelos agentes autoritários demonstra o alto nível de dependência e a sua posição dentro da hierarquia social.

Os professores também procuravam afirmar a legitimidade do movimento, ao destacarem o apoio que conquistaram da imprensa. Para manter e ampliar essa adesão de simpatia, a figuração docente expressou elogios à *FL* com o reconhecimento da importância da cobertura e, com isso, o estreitamento da conexão de confiança. Isso parece ter surtido efeito, pois, gradualmente, as notícias que ressaltavam a obstinação dos professores em “permanecer firmes na greve” passaram a relatar que os docentes desejavam “permanecer firme em voltar às aulas assim que suas demandas forem atendidas”.

Desse modo, a *FL* foi utilizada como um espaço de poder em que os professores explicavam e justificavam os protestos em prol de um Estatuto do Magistério defendido como um designo constitucional para reestruturar o quadro docente e promover a desvinculação político-partidária da escola, especialmente nas remoções de professores e na nomeação de diretores[203]. Logo, tanto os elogios à *FL,* quanto a frequência dos professores em sua redação, junto à força crescente e à amplitude do movimento, criaram uma situação que favoreceu a adesão da imprensa à causa professoral. Essa vinculação indica que a imprensa atuava politicamente, legitimando ou estigmatizando o movimento de acordo com seus interesses editoriais e interpretando a conjuntura social.

Os correspondentes da *FL*, Maurino de Souza e Jackson Frazone, percorreram vários municípios da região (Maringá, Cornélio Procópio, Nova Fátima, Congonhas, Paranavaí e Apucarana) e perceberam o crescimento da adesão ao movimento docente. Não apenas o professorado público, mas também as escolas particulares e, até, de Câmaras Municipais, como a de Paranavaí, pronunciavam o apoio[204]. Gradualmente, mais municípios passaram a aderir ao movimento docente, como Ivaiporã, Uraí, Alto Paraná, Alvorada e Sabaúdia, formando 95 municípios que integraram o Congresso dos Professores[205].

A Figura 31 demonstra a ida de pais de alunos à sede da Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL), onde se localizava o Congresso Permanente dos Professores Londrinenses para prestar solidariedade. A legenda da Figura 31 também aborda a promessa de aprovação do Estatuto do Magistério até 10 de novembro, feitas pelo governador Paulo

[203] PROFESSORES esclarecem as razões do movimento. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 out. 1968, p. 15.
[204] PROFESSORADO do Norte do Paraná firme na campanha. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 out. 1968, p. 16.
[205] CONGRESSO dos professores do Paraná de Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 out. 1968, p. 16.

Pimentel, quando apareceu de surpresa no Congresso Permanente de Ponta Grossa. Em Londrina, os professores também contaram com o apoio do Movimento Familiar Cristão, que anunciou a instalação de um Congresso de Pais de Alunos em solidariedade ao magistério[206].

Figura 31 – O apoio dos pais



O apoio dos pais

Centenas de pais de alunos lotaram ontem á noite a sêde da ACEL, em Londrina, manifes-
ando solidariedade á luta dos professores londrinenses que desconheciam até então a promes-
a feita em Ponta Grossa pelo governador Paulo Pimentel de atender as reivindicações do ma-
istério paranaense, empenhados em movimento que abrange 95 cidades do Estado.
★ Mais detalhes nas páginas 4 e 16

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 29 out. 1968, p. 1.

Após 16 dias de paralisação e o acordo firmado em encontro com o governador, quando estiveram presentes 30 professores liderados por Olien Zeyola e o secretário Carlos Alberto Mora, os professores locais do Estado voltaram às aulas. A Associação dos Professores do Paraná concordou em retornar às aulas, mediante a promessa da formação de um quadro próprio do magistério, da regularização dos suplementaristas e da anistia geral. Porém, tiveram que abdicar das emendas do Estatuto do Magistério[207].

A *FL* comemorou o fim do movimento, ao ressaltar que representou uma vitória da classe docente desacreditada por muitos, devido às intensas pressões que sofreram. Com isso, destacou que o fator preponderante para o sucesso foi que "os professores mantiveram a união, souberam manter a calma, a firmeza e a decisão"[208]. Esse comportamento dos professores igualmente elencado na legenda da Figura 32 mostrou que a estratégia do professorado paranaense conseguiu exercer pressão sobre o governo estadual.

[206] PROFESSORES não aceitam promessa e continuam reunidos em congresso. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 out. 1968, p. 1.
[207] PROFESSORES, aceitam solução do governo. *Folha de Londrina*, Londrina, 31 out. 1968, p. 8.
[208] VITÓRIA de todos. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 nov. 1968, p. 8.

Figura 32 – Pressionando deu



Pressionando deu...

Encerrado um dos mais coesos e firmes movimentos reivindicatórios já ocorridos no Paraná, os professores de todo o Estado voltaram ontem ás aulas, nas escolas primárias, médias e superiores, satisfeitos com o atendimento de todas as suas reivindicações: aprovação do Estatuto do Magistério, revisão da tabela de vencimentos, com a criação de um Quadro do Magistério e perspectiva de solução para o caso dos suplementaristas, bem como anistia para todos os mestres que participaram da campanha

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 2 nov. 1968, p. 5.

Parte dessa pressão pode ser observada no requerimento do vereador de Apucarana, Moacyr Leocádio da Silva, que, ao transmitir "voto de louvor" para Paulo Pimentel pela solução dada ao problema do magistério, também registou a ação autoritária do secretário da SEC.

> À revelia do governador, demitiu nove professores na capital do estado, bem como do diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, que ordenou a retirada de cartazes de apoio ao movimento, nos veículos que trafegavam pelas rodovias (Câmara de Apucarana aplaude Paulo: solução do problema do professorado. *Folha de Londrina*, Londrina, 2 nov. 1968, p. 4).

Em Londrina, na última reunião do congresso, os professores designaram o integrante da Comissão Paritária Mista para estudar a elaboração do Quadro do Magistério e indicaram uma comissão de vigilância para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos posteriores à aprovação do Estatuto do Magistério[209]. Professores maringaenses também realizaram a última reunião no palácio episcopal, quando agradeceram o apoio do bispo D. Jaime Luiz Coelho (Figura 33).

Figura 33 – Professores festejam

[209] Domingo a reunião final do congresso de professores. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 nov. 1968, p. 16.



Professores festejam

Na noite de quarta-feira, quando já era conhecido o resultado dos esforços desenvolvidos pelos professores paranaenses, em favor da aprovação do Estatuto do Magistério, os mestres de Maringá realizaram sua última reunião do Congresso Permanente. A reunião teve lugar no Palácio Episcopal, onde D. Jaime Luiz Coelho, bispo diocesano, recebeu os professores, que lhe foram tributar os agradecimentos pelo seu apoio, durante tôda a luta empreendida. Na foto momento em que os professores cantavam o Hino da Vitória, em homenagem a D. Jaime.

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 2 nov. 1968, p. 4.

O movimento gerou conquistas e, concomitantemente, criou organizações e códigos sociais públicos de reivindicação, como comissão paritária, comissão de vigilância, Federação dos Professores do Paraná. O aumento do autoritarismo não impediu atos reivindicatórios, mas se concentravam em instâncias institucionais controladas, que apesar dos limites foram capazes de gerar ganhos parciais para as figurações docentes, que conseguiram criar um equilíbrio de poder, ao mobilizar a seu favor a influência de outros grupos de poder. Com isso, conseguiram abrir canais aberto de negociações com quem possuíam poderes decisórios.

Com o fim do acompanhamento do processo de implantação do Estatuto do Magistério, o Congresso dos Professores em Londrina criou a Comissão de Vigilância do Congresso dos Professores, cujo um dos membros, o professor Dino Zambenedetí, acompanhou a comissão designada pelo governo do Estado e a organização do novo quadro de vencimentos. Assim, como representante de Londrina, participou do estudo das emendas ao Estatuto do Magistério.

A Figura 34 registra Dino e outros membros da comissão (Maria Cecília Baú, Juraci Lima Reis, Sebastião Cherubin, Erval Fernandes Melo e José Marczak) na redação da *FL*. Na visita, eles explicaram que o professorado não concordava com o Grupo de Trabalho criado pelo governador, por não ser paritário e não estudar as emendas ao estatuto, limitando-se a estudar os vencimentos e dar sugestões. Logo, os professores de Curitiba e Ponta Grossa pediram para o bispo de Ponta Grossa solicitar no Palácio do Iguaçu o cumprimento da

promessa. Os representantes da comissão afirmaram a solidariedade com os colegas de ambos os municípios[210].

Figura 34 – Comisssão da Vigilância



Os membros da Comisssão da Vigilância falam a "Folha" spbre a posição adotada pelo magistério em Curitiba e Ponta Grossa
Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 26 nov. 1968, p. 16.

Mesmo após as promessas políticas de realização das demandas do Congresso Permanente, a continuidade da pressão docente, sob a forma de formação de comissões e federações, representa uma mudança de ações episódicas de contestação para a institucionalização das reivindicações em órgãos, como a Comissão de Vigilância e a futura Federação dos Professores do Paraná. Isso denota o processo de civilização do grupo, marcado pela formalização que envolve uma disciplina com base na constante vigilância de conquistas e direitos e uma contínua negociação com as autoridades.

Logo, representantes dos professores de diversos municípios se reuniram em Curitiba, decidiram boicotar a comissão até o governo concordar em designar mais um professor para integrá-la – havia apenas dois. O governador decidiu, então, aceitar a inclusão de mais um mestre, garantindo uma comissão formada por três representantes do governo e três do professorado (Dino Zambenedetti, de Londrina, outro de Curitiba e um terceiro de Ponta Grossa)[211].

A partir das últimas campanhas de reivindicação do professorado estadual do Paraná, surgiu um movimento pela criação de um órgão superior representativo da Federação dos Professores do Paraná. Falando à *FL*, o professor Dino Zambenedetti informou que, no dia 19, representantes de todas as associações de professores do Estado se reuniram em Curitiba para

[210] PROFESSORES não aceitam GT para estudar reivindicações. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 nov. 1968, p. 16.
[211] PROFESSORES: governo paridade na comissão. *Folha de Londrina*, Londrina, 11 dez. 1968, p. 16.

fundar a Federação dos Professores do Paraná[212]. A eleição dos delegados dessa federação, seria eleita por delegados de todas as entidades regionais[213].

Nessa época, a APLN entregou um memorial ao governador Paulo Pimentel com a solicitação para reavaliar os níveis profissionais do professor licenciado. A comissão, encabeçada pelo presidente da associação, professor Olimpio Westphalen, mandou mensagem para o executivo estadual para reivindicar a revisão dos níveis, pois no anteprojeto de lei, criava o Quadro do Magistério. Todas as classes do magistério receberam níveis, com exceção do professor licenciado, diplomado por escolas superiores específicas para a formação de professores do Ensino Médio, únicos com diploma enquadrados nos níveis universitários do nível 24 a 30, ficando apenas com um nível o 24.

Os professores preparavam uma emenda para a inserção dos níveis 25 e 26, enquanto um deputado criava níveis para baixo, rebaixando os licenciados, que apelaram: "Na tentativa de alcançar justiça junto ao Poder Executivo Estadual apelam, com veemência, a v. exa., no sentido de que tais distorções, que humilham e marginalizam o magistério paranaense e nacional sejam urgentemente corrigidas"[214]. Esse professor licenciado questionou a posição social de inferioridade. Para tentar sair dessa situação, utilizaram recursos, como memorial e emendas e, assim, revelavam um repertório de autocontrole com base no arcabouço jurídico-administrativo.

A elaboração do rebaixamento de níveis indicava como as figurações políticas operavam para desvalorizar o magistério, que embora apelassem publicamente para pressionar o governador a intervir, sabiam da conivência com o processo de marginalização da figuração. Esse tema não teve continuidade, o que mostra o desinteresse do periódico pelo tema ou as limitações de atuação em torno da demanda. Porém, ganham destaque as associações docentes e a luta pela aplicação do artigo 64.

A partir da intensificação desse debate, os códigos sociais públicos reivindicatórios pressionavam com congressos, assembleias e memoriais. Ou seja, as figurações docentes mantinham um alto nível de previsibilidade e controle em comportamentos e demandas, restringindo-se aos seus interesses de grupo. Os professores compreendiam que o reconhecimento social e as conquistas dependiam da reputação, da demonstração de autocontrole, de racionalidade e de adesão às normas.

---

[212] PROFESSORES: governo paridade na comissão. *Folha de Londrina*, Londrina, 11 dez. 1968, p. 16.
[213] PROFESSORES criam federação. *Folha de Londrina*, Londrina, 9 mar. 1969, p. 12. Escolas e Estudantes.
[214] PROFESSORES licenciados fazem um dramático apelo a Pimentel. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 maio 1969, p. 16.

Dino Zambenedetti, presidente da APLN e membro da APNP, Ismael Fabrício Zanardini e centenas de outros professores refutavam o projeto do Departamento Estadual de Serviços Públicos (DESP), que ressaltou a exclusividade de concurso para ingresso nas carreiras do magistério de grau médio. Em memorial enviado ao governador, a associação defendia a aplicação do artigo 64 previsto na Constituição Estadual, que garantia o direito aos professores estaduais efetivos de obterem um segundo padrão de aulas, depois de dois anos sem a necessidade de concurso[215].

A concessão de um segundo padrão a quem já possuía o primeiro obtido por concurso beneficiaria diretamente 400 professores, além de outros profissionais, como os médicos. A APLP enviou o esboço do dispositivo legal e das sugestões de regulamentação, publicado integralmente pela *FL*, ao DESP, que não concordou com o pedido e alegou que a regulamentação do artigo 64 não era para os professores, e sim para outros funcionários [216].

A reunião na Faculdade de Filosofia, marcada pela APLP (Figura 35), trouxe professores de todo o estado interessados na regulamentação. Mesmo depois do concurso, a APLN e seus integrantes continuaram a reivindicar a regulamentação do parágrafo 1º. do artigo 64 da Constituição Estadual. A Figura 36 apresenta uma assembleia de professores que originou o memorial, também notabilizado na *FL*, com 500 assinaturas, enviado ao governado, e que argumentava que "nenhum professor se sente realizado profissionalmente com um só padrão (10 aulas) e que a 'profissionalização do magistério' é uma das grandes metas do Governo Federal"[217]. Nesse momento, o periódico destacava a união do grupo representada pela assembleia e pelo memorial do professorado.

[215] O MEMORIAL dos licenciados. *Folha de Londrina*, Londrina. 5 jul. 1970, p. 2; MAGISTÉRIO: governador promete concurso e nomeação de 1500. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 out. 1970, p. 3
[216] REGULAMENTAÇÃO do artigo 64: professores reúnem-se domingo. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 dez. 1970, p. 3.
[217] VEJA aqui o memorial dos professores ao governador. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 jan. 1971, p. 8.

Figura 35 – A luta continua



O ano termina, mas a luta continua. Reunidos ontem à tarde, membros da Associação dos Professores Licenciados do Paraná decidiram lutar, por alguns dias, pela regulamentação do art. 64 da Constituição Estadual, que poderá permitir aos professores já efetivos a obtenção de um segundo padrão, independentemente de concurso. Se sair, muito bem. Se não sair, eles reúnem-se novamente, dia 10, para ver que providência tomarão, pois esperam que tal fato ocorra antes da realização do concurso, programado para término dia 14. Participaram da assembleia, realizada ontem, delegações de Curitiba, Maringá, Arapongas, Apucarana, Marialva, Cambé, Rolândia, Jataizinho, Uraí e Jaguapitã.
Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 01 jan. 1971, p. 3

O memorial do professorado argumentava que "nenhum professor se sente realizado profissionalmente com um só padrão (10 aulas) e que a 'profissionalização do magistério' é uma das grandes metas do Governo Federal". O periódico se referia à união do grupo representada pela Figura 36, com a assembleia que originou o memorial[218]. A *FL* divulgou uma série de códigos sociais públicos reivindicatórios (anteprojetos, memorial, fotos de assembleia) que legitimaram o movimento docente, embora condenasse anteriormente a greve ou o congresso que paralisou as aulas no Estado. Ainda que comemorasse o Estatuto do Magistério e as demais reivindicações obtidas via promessa, os ganhos foram parciais, pois permaneciam problemas, como a lista tríplice, o não reconhecimento de estabilidade e a validação de cursos estrangeiros.

[218] VEJA aqui o memorial dos professores ao governador. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 jan. 1971, p. 8.

Figura 36 – Desta assembleia saiu o memorial para o governador



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 20 jan. 1971, p. 8.

O periódico registrou que os professores se esforçavam por proferir elogios e manifestar fé nas autoridades para mostrar afinidades de valores. Esse comportamento foi observado quando várias entidades que congregavam os professores paranaenses[219] estiveram no Palácio Iguaçu para manifestar ao novo governador, Haroldo Leon Perez, o "irrestrito apoio e total confiança na administração estadual para condução e solução das questões relativas ao magistério". Na ocasião, entregaram um memorial com suas demandas e reafirmaram a tendência de diálogo com o governo e a crença nos resultados para a classe[220].

O documento apresentava várias reivindicações da classe professoral, dentre elas a adoção da lista tríplice para a escolha de diretores de ensino, medida que visava impedir a intromissão dos políticos na escolha de diretores escolares. Dias antes, o professor Wilson Comel, ex-presidente da União dos Professores de Ponta Grossa, que liderou no Paraná o movimento denominado Congresso do Magistério e pleiteou em 1969 o estatuto da classe, denunciou à *FL* os rumores de que alguns deputados pretendiam, via decreto, suprimir o Artigo 14 do Estatuto do Magistério para inviabilizar a lista tríplice. Ele demonstrou sua indignação contra as figurações políticas ao dizer à *FL*.

> "É incrível — disse — que isso ocorra no regime atual, revolucionário, restaurador da decência e da responsabilidade". [...] seria o caso de pedir "licença ao Presidente da República para fazermos um novo Congresso, ou até mesmo uma greve, contra esses parasitas do professorado e opressores da liberdade. Esses é que deviam ser cassados" [...] a verdadeira opinião pública — não a opinião dos "representantes do povo" — está conosco (Professor diz que supressão do artigo 14 é "uma vergonha". *Folha de Londrina*, Londrina, 12 jun. 1971, p. 8).

[219] Associação dos Professores Licenciados do Paraná e Associação dos Professores do Norte do Paraná representadas por Dino Zambenedetti; Associação dos Professores de Maringá por Vinícius Morais; Associação dos Professores do Noroeste do Paraná, Atílio Andriolli; núcleos da Associação dos Professores Liberais do Paraná, de Cascavel, Paranavaí, Cianorte, Mandaguari, Maringá, Pato Branco e Curitiba, representada pelos professores Marcos Cláudio Schuster, Aramis Schaim, José Carlos Alcantara, Basílio Bacarin e Olien Zetola.
[220] PROFESSORES entregam memorial a Perez. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 jun. 1971, p. 3.

Quando o Estado do Paraná realizava a reforma da Constituição, representantes da APLP pediram a prorrogação do prazo para inserir as emendas em favor das reivindicações do magistério. Pleiteavam, ainda, a manutenção do Artigo 64, que concedia o segundo padrão na mesma disciplina aos mestres, independentemente de concurso, após dois anos de efetivo exercício do magistério[221].

A Constituição Estadual do Paraná, promulgada em 28 de fevereiro de 1970, introduziu dois novos dispositivos sobre o magistério: o art. 64 estabelecia que "o funcionário estável poderá ser nomeado para outro cargo, independente de novo concurso", e o art. 160 determinava que "o regime jurídico dos professores suplementaristas será disciplinado em lei especial de iniciativa do governador do Estado, num prazo de um ano a contar da promulgação desta Constituição". A regulamentação e permanência no projeto da reforma constitucional desses artigos eram reivindicadas pelas associações docente, que acreditavam poder assegurar melhores condições profissionais a milhares de professores do Ensino Médio. No entanto, o anteprojeto de reforma constitucional excluiu o art. 160, que prejudicava os suplementaristas[222].

Além disso, o próprio Estatuto do Magistério foi mutilado pela reformulação na Constituição do Paraná, que extinguiu o artigo 14; a lista tríplice e não reconheceu a estabilidade legal dos professores conforme a lei anterior. Além disso, continuaram a falta de regulamentação de promoção do magistério, as remoções no meio do ano e os atrasos de pagamento, desde o início de 1971, muitos professores ainda não haviam recebido seus vencimentos. Diante de tantos impasses e frustrações, os professores se reuniram em Maringá para assinar o Pacto da União entre sete entidades paranaenses[223], comprometendo-se a analisar sempre em conjunto os problemas da categoria[224].

Outra frustração para os docentes licenciados foi a aprovação, na Câmara dos Deputados em Brasília, do projeto do deputado paranaense Alípio Ayres de Carvalho, que autorizava professores de francês e inglês formados em universidades estrangeiras a lecionarem no Brasil, após exames de suficiência em estabelecimentos oficiais. Tal medida foi interpretada como uma

[221] REFORMA da Constituição: Professores pedem a deputados que seus direitos sejam mantidos. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 maio 1971, p. 2.
[222] PROFESSORES denunciam: Nova carta é lesiva aos interesses do magistério. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 maio 1971, p. 2.
[223] Associação dos Professores do Paraná, sediada em Curitiba; Associação dos Professores Licenciados do Paraná, sediada em Londrina; Associação dos Professores de Maringá; Associação dos Professores do Norte do Paraná; Associação dos Professores do Nordeste do Paraná, sediada em Paranavaí; União dos Professores de Ponta Grossa; Associação dos Professores de Palmas e Associação dos Professores de Cambará.
[224] PROFESSORES agora estão mais unidos. *Folha de Londrina*, Londrina, 31 ago. 1971, p. 1.

derrota na luta dos professores licenciados. A APLP denunciou e se opôs ao projeto, considerado um decreto de morte das Faculdades de Filosofia[225]

A nova Carta Estadual de 31 de maio de 1971 excluiu o artigo 160, sendo considerada omissa pelo advogado Moysés Godoi, autor da coluna "Para o professor" na *FL*. Segundo ele, essa lacuna poderia ser suprida com a regulamentação dos suplementaristas no Estatuto do Magistério, que é uma lei complementar à Constituição Federal. De acordo com o advogado, foi nessa direção que professores e representantes presentes no Encontro de Maringá, nos dias 25 e 26, discutiram a regulamentação da contratação do suplementaristas, ainda não tutelada por nenhuma norma legal específica, Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou estatuto[226].

Como no ano anterior, os professores paranaenses se recusaram a comemorar o Dia do Professor. Ao refletir em editorial, a *FL* destacou que, apesar da conquista da valorização do professor universitário, os professores de nível médio e primário continuavam "abnegados" com falta de condições mínimas de trabalho, cujos atrasos constantes e vencimentos ínfimos mostravam "um descaso criminoso, um desleixo profundo que não pode ser admitido"[227].

As figurações docentes, inseridas em um contexto autoritário, precisaram readequar os seus códigos sociais públicos reivindicatórios aos valores e às legalidades impostos pelos grupos estabelecidos e reforçados pela imprensa. A ilegalidade das formas de protestos, a ameaça e o medo de punições e da deslegitimação limitaram as ações dos professores, obrigando-os a se conterem na estreita zona da aceitabilidade imposta pela ditadura civil-militar e por grupos que apoiavam o discurso de ordem e luta contra a subversão. Nesse campo social, greves transformam-se em congressos permanentes, e protestos abertos em memoriais ou pareceres jurídicos.

Essa formalização do protesto pode ser entendida como uma forma de civilização interna da profissão. Enquanto grupo profissional, as figurações docentes eram vistas como "civilizadas" conforme mantinham o protesto dentro de limites ritualizados e permitidos (assembleias, comissões, concentração "ordeira"). Ao alternar entre promessas e omissões, o governo estadual também testa a aceitabilidade de medidas autoritárias e do não cumprimento das promessas. Logo, o equilibro de poder na relação entre professores e Estado era constantemente renegociado, revelando a capacidade de pressão docente, mesmo dentro dos

[225] LÍNGUAS: poderão lecionar no Brasil diplomados no Exterior. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 maio 1971, p. 2.
[226] GODOI, Moysés. Para o professor. *Folha de Londrina*, Londrina, 4 out. 1971, p. 6.
[227] DIA do Professor. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 out. 1971, p. 6.

limites impostos pela estrutura social que vivia em um regime político de ditadura, bem como a força do governo calcado no *habitus* nacional autoritário e na desvalorização docente.

Nessa dinâmica que exigia uma intensa autorregulação e vigilância do professorado paranaense, obtiveram conquistas concretas (quadro próprio, anistia, promessas de concurso), ao remodelarem os códigos sociais públicos reivindicatórios para pressionar o Estado e fiscalizar a efetivação das conquistas. Mesmo sob o aumento do autoritarismo, esses códigos funcionaram como mecanismos de pressão, mantendo-se, em geral, nas esferas institucionais. Além disso, permitiram ganhos parciais e rearranjos de poder, conforme as figurações docentes mobilizavam a influência de outros grupos (Igreja, imprensa, associações) para abrir canais de negociação com o Estado.

A leitura figuracional permite compreender que o equilíbrio de poder entre o magistério e o Estado não se definia apenas por reivindicações e protestos de um lado, e por omissão e coerção do outro. O medo da deslegitimação pública e de punições impôs aos docentes muito autocontrole, convertendo essa disciplina em instrumento político e de sobrevivência. Essa foi uma das formas que essas figurações encontraram para obter reconhecimento e mais poder dentro de estruturas autoritárias. Os professores como profissionais que trabalhavam para o Estado, diferente dos estudantes universitários, possuíam um nível maior de dependência desse poder, o que explica um comportamento mais autocontrolado.

Nesse processo, a imprensa reforçou o enquadramento docente desejado, ao articular por meio de aprovação e reprovação os modos (in)civilizados de reivindicação. Mas ela também foi mobilizada pelos professores como uma plataforma de poder, para se defenderem e visibilizar a construção de uma imagem “nós” legítima, com demandas consideradas justas. No próximo item, examina-se como essas mesmas dinâmicas se expressaram nas reivindicações das professoras primárias, cuja presença na esfera pública ampliou a visibilidade das figurações docentes, mostrando a sua complexidade.

3.6 PROFESSORAS PRIMÁRIAS

A desvalorização do trabalho docente foi sentida principalmente pelas professoras primárias. Dentre elas, ainda havia crenças sobre a estabilidade e o *status* da profissão que, na prática cotidiana e na relação com os novos públicos e governantes, aos poucos se desmistificaram. Essa figuração, predominada por mulheres, grupo historicamente inferiorizado como seres humanos subalternos ensinadas a se autocontrolar e aceitar tal posição servil. No entanto, nesse período, elas dominavam a importante função social de formar as

futuras gerações, por meio da profissão docente. Logo, nesse processo, as mulheres se tornaram chefes de família e conquistaram maior autonomia, o que exigia recursos econômicos.

Como destaca Louro (2001), havia o discurso de profissionalização criado nas décadas de 1930 e 1940, que acompanhava uma "avalanche de tarefas burocráticas" e se inseria em uma nova orientação do campo educativo e em uma regulação mais direta das ações dos agentes educativos e do processo de ensino-aprendizagem. Porém, a autora também aponta que a profissionalização veio acompanhada da proletarização, percebida na queda salarial e na comparação do trabalho docente com o fabril. Isso levou as professoras a buscarem formas de luta semelhantes aos operários.

Nesse momento, emergem as lutas pela valorização docente, inserindo-se nos espaços sociais de disputas no período ditatorial. Cabe lembrar que, antes de 1960, não era comum que professoras primárias se organizassem e ocupassem espaços públicos para protestar ou reivindicar. Embora Louro (2001) e Catani (1994) retomem que, desde o início do século XX, havia associações de professoras que começaram com fins beneficentes, após 1950, com o crescimento de crianças nas escolas, a categoria docente também se ampliou. Foi quando esse perfil social também se transformou, com o recrutamento de professoras nas camadas empobrecidas (Louro, 2001).

Como se analisou anteriormente, a precarização das escolas incluía professores sem formação ou treinamento apropriado, falta de recursos materiais e péssimos salários. Esses fatores, junto à sobrecarga de trabalho ou o descaso com a profissão, geraram atitudes de protestos e reivindicações. Além disso, distanciavam a "professora trabalhadora" (Louro, 2001) da professora maternal, abnegada que aceitava silenciosamente o sacrifício. Essa mudança de personalidade das figurações docentes primárias foi notada nas manifestações durante a ditadura civil-militar.

Essa alteração na função social da mulher expressa nas professoras primárias demonstra o ajustamento de grupos tradicionalmente subalternos, em novas posições de poder. A feminização do magistério alterou o sentido do controle e introduziu uma tensão entre autonomia conquistada e intensificação do autocontrole aprendido. Além disso, a imagem e a personalidade dessas professoras oscilavam entre a docilidade, imposta pela moral de gênero, e a disciplina profissional.

O processo civilizador da docência se deslocava do controle externo (autoridades, Igreja, família), antes fortemente relacionado à vida privada da professora mulher, e cedeu lugar a mecanismos internos de autocontrole mais vinculados à imagem do grupo profissional.

Permaneceu o controle externo marcado pelo autoritarismo, mas se concentrava principalmente na esfera pública e no âmbito das crenças e comportamentos políticos.

O Quadro 8 organiza notícias do *JB* e da *FL* sobre as reivindicações das professoras primárias. A princípio, as mobilizações se concentravam na Guanabara e no Rio de Janeiro, mas, a partir de 1967, se ampliaram para outras regiões, como Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Piauí. Esse movimento também indica a nacionalização das pautas docentes. As reivindicações do Quadro 8 demonstram a centralidade da questão salarial (regularização de vencimentos atrasados e até pedidos de equiparação, passando pela exigência de um piso mínimo nacional), o que evidencia a proletarização do trabalho docente e o desrespeito de direitos reconhecidos. A insistência dessa demanda reforçava o caráter estrutural do problema que se intensificou com as políticas econômicas da ditadura civil-militar.

O Quadro 8 também apresenta uma variedade de códigos sociais públicos acionados pelas professoras primárias entre 1964 e 1971, com o objetivo de alcançarem suas demandas. Como em outras figurações docentes, existia uma oscilação de códigos sociais mais formais e controlados, predominando os encontros com governadores e secretários da educação, audiências com políticos que se circunscreviam ao âmbito público institucional, até atitudes mais radicais que extrapolavam os limites impostos pela ditadura civil-militar com manifestações de rua, greves, passeatas, comícios-relâmpago e ocupações. A constância desses atos, mesmo no auge da repressão ditatorial, aponta para a conquista de um equilíbrio de poder, colaborando com a formação de um *habitus* de reivindicação. A leitura do Quadro 8 mostra que a imprensa periódica também foi acionada pelas professoras primárias, assim como faziam os professores particulares, os professores estaduais e os estudantes universitários, para dar ressonância e angariar ainda mais apoio social às causas.

Quadro 8 – Figurações das professoras primárias[228]

[228] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 jun. 1964, p. 13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 55, 09 mar. 1965, p. 5, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 63, 18 mar. 1965, capa, 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 158, 08 jul. 1966, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 153, 02 jul. 1966, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 out. 1966, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 205, 01 dez. 1967, p. 15; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 183, 07 dez. 1968, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 178, 03-04 nov. 1968, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 65, 22 jun. 1967, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 188, 11 nov. 1967, p. 7, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1967, p. 6; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1967, p. 16; *Folha de Londrina*, Londrina, 30 ago. 1967, p. 15, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 188, 11 nov. 1967, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 160, 08-09 out. 1967, p. 17; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 158, 06 out. 1967, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 163, 12 out. 1967, p. 17, *Folha de Londrina*, Londrina, 11 ago. 1967, p. 16; *Folha de Londrina*, Londrina, 13 ago. 1967, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 270, 16 fev. 1968, p. 4; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 273, 20 fev. 1968, p. 18; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 out. 1969, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1970, p. 20; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 maio 1970, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 maio 1970, p. 13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 set. 1970, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 abr. 1971, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 1971, p. 16, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 out. 1971, p. 18.

Figurações	Reivindicações	Códigos sociais públicos	Ano
Professoras recém-formadas de campo no Rio de Janeiro	Realização de concurso de ingresso ao magistério	Encontro com o governador, general Paulo Torres no Palácio das Secretarias	1964
União de Professoras Primárias do Estado do Rio de Janeiro	Contratação das professoras aprovadas no concurso contra o critério de contratação, que obedecia a localização das residências e a colocação obtida	Solicitar ajuda aos deputados e audiência com o secretário da educação	1965
Professoras primárias da Guanabara	Equiparação de vencimentos com os professores secundários	Audiência com o secretário da educação	1966
Comissão de professoras fluminenses de Angra dos Reis	Pagamento dos vencimentos	Audiência com o secretário da educação, estiveram no *JB*	1966
Milhares de Professoras paulistas do ensino primário	Aumento salarial governador Laudo Natel	Concentração pública na rua em frente ao Palácio dos Bandeirantes	1966
Professoras primárias da Guanabara	Melhoria salarial	Foram à Assembleia Legislativa para divulgar o memorial da classe, lido pela deputada Lígia Lessa Bastos e entregue ao governador	1967
Professoras primárias de Londrina	Pagamento dos vencimentos em atraso	Duas comissões de professores foram protestar na *FL* contra os atrasos no pagamento	1967
Professoras primárias da Guanabara	Melhoria de vencimentos e condições de trabalho	Campanha, fórum, carta, reunião no Colégio Santa Teresa, no Largo	1968
Professoras primarias de Minas Gerais	Regularização dos vencimentos em atraso	Protesto, ocupação, greves, campanhas, passeatas, acampamento, paralisações, comícios-relâmpago, campanhas, passeatas, viagens a outros municípios, comissões, assembleias, idas à Secretária de Educação, Fazenda, ao Palácio do Governador e ao Palácio da Liberdade	1968
Confederação Nacional dos Professores Primários	Normalização dos salários dos professores	Proposta enviada ao MEC	1968

Figurações	Reivindicações	Códigos sociais públicos	Ano
Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais	Regularização dos salários atrasados e reajuste	Manifesto à Assembleia Legislativa, envio aos militares da Infantaria Divisionária-4 da lista de municípios com os vencimentos atrasados	1969
Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais	Regularização dos salários atrasados	Reunião com o secretário da educação Luiz Cláudio Almeida Magalhães em Belo Horizonte, visita a municípios mineiros	1970
Professoras primárias de Minas Gerais	Melhores salários, condições de trabalho e uma reestruturação dos quadros do magistério	Campanha, greve, abandono da carreira	1970
Professoras primárias de Minas Gerais	Regularização dos salários atrasados das contratadas e substitutas	Líder da Associação se encontra com o secretário da educação em Belo Horizonte	1970
Professoras primárias mineiras de Lavras	Regularização dos salários atrasados	Ameaça de greve branca ou operação-tartaruga em Lavras, no Sul de Minas Gerais	1970
Professoras primárias de Minas Gerais	Regularização dos salários atrasados	Apresentação de diagnóstico da deficiência da Secretaria de Educação e órgãos relacionados a assuntos educacionais	1971
Confederação de Professores Primários do Brasil	Pedir a presença de um observador da Organização Mundial dos Professores Primários para conhecer os problemas da classe	Reunião em Maceió, votação sobre o pedido do observador	1971
Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais	Exigir o salário-mínimo da classe, 130% do salário-mínimo regional	Assembleia-geral, circular a todas as entidades de classe, explicando a situação das professoras, vigília cívica, acionar a Justiça do Trabalho contra o Estado	1971
Professoras Primárias de Minas Gerais	Exigir o salário-mínimo da classe, 130% do salário-mínimo regional	Vigília cívica, acionar a Justiça do Trabalho contra o Estado	1971
Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais	Regularização do salário-mínimo profissional	Envio de relatório ao presidente da República sobre a situação da classe, assembleia geral, acionar a Justiça do Trabalho contra o Estado, envio de ofícios ao governador	1971

Figurações	Reivindicações	Códigos sociais públicos	Ano
Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais	Não atendimento das reivindicações	Retomar a campanha pelo salário-mínimo profissional, contato com deputados	1971
Professoras do Piauí	Regularização dos salários atrasados	Telegrama das professoras ao MEC	1971

As reivindicações relacionadas ao concurso público municipal foram as primeiras a aparecer no pós-1964, como mostrou o Quadro 8, pois a realização de concursos anuais era uma prática em estados como o Rio de Janeiro, que contratava todas as professoras primárias com a média mínima para aprovação (maior que 5.0).

Contudo, essa política do Estado mudou depois de 1964, pois alegavam a existência de muitos professores disponíveis. Essa situação ameaçava a segurança empregatícia das pretensas professoras e causou insatisfação, como pôde se notar no comportamento de revolta das professoras contra a afirmação do secretário da educação do Rio de Janeiro, Luiz Brás, que afirmou não haver necessidade de mais contratações. Anteriormente, ele já havia apontado que a influência política no magistério era o principal problema do ensino primário. Para Brás, as políticas utilizavam os concursos constantes e os cargos docente para se promoverem, em vez de avaliarem as necessidades do Estado, o que resultou em excesso de professoras, ou seja, havia uma média de seis a sete alunos por docente, em vez dos 30 a 40 esperados[229].

Essa insatisfação das professoras fluminenses aprovadas no concurso, mas não aproveitadas/chamadas, culminou em um ato de protesto em frente ao Palácio das Secretarias. Na capa, o *JB* destacou que cerca de 100 professoras que não conseguiram audiência, agrediram o secretário da Educação, Luís Brás, ao jogarem "diversos utensílios, como escovas de cabelo, bolsas, pastas, livros e cadernos e, com tal fúria, que a vítima fugiu num carro oficial, tomando rumo ignorado"[230].

As professoras se revoltaram porque alcançaram nota regular no último concurso (maior que 5.0), o que para elas representava o direito a uma vaga, pois havia uma percepção de naturalizar a integração no magistério. Isso se construiu a partir da prática constante de contratação e concursos de professoras e, de certa forma, se perpetuou mesmo com percalços. A confirmação surge na fala da secretária da educação da Guanabara, Teresinha Saraiva, ao destacar que no Estado "praticamente não existem professoras sem lecionar"[231]. Porém,

[229] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 290, 09 dez. 1964, p. 5; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 63, 18 mar. 1965, p. 14.
[230] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 63, 18 mar. 1965, capa, p. 14.
[231] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 238, 09-10 out. 1966, p. 12.

gradualmente, essa política mudou, em especial em estados com grande número de professores disponíveis. A imprevisibilidade sobre a inserção no magistério foi vista como uma ameaça para as professoras.

As professoras primárias inseridas nas figurações escolares também viviam a imprevisibilidade em torno do salário e da permanência na profissão. Como relatou o Quadro 8, elas optaram pela reivindicação, geralmente com códigos sociais públicos formais. Essa escolha contribuiu para criar espaços legítimos de protesto e se fortaleceu com o agenciamento de políticos, religiosos, autoridades e da imprensa.

Perante a eminente ameaça de repressão política e física, as figurações docentes ampliaram a circulação, a ocupação e a criação de espaços públicos (ruas, assembleias, fóruns, congressos, reuniões, órgãos públicos, outros municípios etc.), a fim de aperfeiçoar a carreira e as condições de trabalho. Essa ação expôs as tensões com as autoridades, principalmente diante das promessas políticas não cumpridas e da falta de diálogo. Mesmo com o protagonismo docente nas manifestações, não se pode negar que foram moldadas pois dependiam do poder público ou privado que controlava salários, concursos, contratos, diretrizes educacionais, projetos, leis e nomeações.

Embora já inseridas no espaço público pela porta do magistério, ainda se idealizava a imagem docente, por características como submissão e doação. Por isso, a notícia de protestos de professoras nas ruas e do enfrentamento com a polícia impressionava a sociedade da década de 1960. Um exemplo aconteceu em frente ao Palácio das Bandeirantes, onde milhares de professoras paulistas do ensino primário se concentraram para pedir o aumento salarial ao governador Laudo Natel, que prometeu mandar à assembleia a proposta de 140 mil para 240 mil cruzeiros. Segundo o relato jornalístico, os soldados armados de cassetetes, bomba de gás lacrimogêneo impediram que os carros e os ônibus se aproximassem do Palácio[232].

Ao extrapolar o espaço doméstico e simbólico da escola, o protesto deslocou-se para a rua, espaço público masculino e politizado. Isso demonstrava que o gradiente de poder entre governantes e governados; homens e mulheres diminuía. Ao desafiarem publicamente a autoridade, elas testavam os limites da aceitabilidade e expandiam a fronteira do que se considerava legítimo. A imprensa avaliou como justa a causa do protesto das professoras primárias, e condenou com veemência a violência do Estado.

Como mostrou o Quadro 8, as professoras de Londrina denunciaram na redação do *FL* os atrasos salariais. Dias depois, o periódico abordou em editorial o movimento grevista de

[232] PROFESSORES Paulistas vão a Anatel reclamar aumento e são recebidas pela polícia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 out. 1966, p. 16.

professores no Uruguai que não recebiam salários e destacou que ambos tinham em comum o "subdesenvolvimento", relacionando com o descaso ao professor.

> E o professor continua trabalhando o futuro da pátria, pensando que não recebe há 2 ou 3 ou 4 meses e que o aluguel venceu, que o dono do armazém cortou seu crédito, que as roupas estão acabando, que se não tiver o dinheiro para pagar o dentista seu filho – também futuro da pátria – ficará sem dentes. Não é possível nem admissível que esta situação exista.
>
> E fica-se a pensar no porquê de tantos sacrifícios por parte de jovens que lutam e estudam anos a fio para obter o título de professores. Como o mesmo prazo de estudo, obteriam outros títulos que lhes assegurariam paga melhor e situação menos humilhante. Mas há o idealismo, a vontade de não apenas ganhar a vida, mas de realizar missão realmente valiosa e transcendental: educar crianças, ensinar jovens, abrir-lhes as mentes e depositar ali as sementes da cultura e do conhecimento (Um problema comum. *Folha de Londrina*, Londrina, 6 set. 1967, p. 3).

Os trechos do editorial ilustram a situação do professor (pobreza, sacrifício, humilhação e idealismo). Mesmo ao defender a valorização para os docentes como condição para o desenvolvimento do país, conclui que, na situação atual do magistério, a escolha pela docência somente poderia ser explicada pelo idealismo. Essa perspectiva editorial que questionava o ônus de ser professor reafirmava o *habitus* de submissão e minimizava o potencial político do descontentamento, ao naturalizar o idealismo como o elemento mantenedor da existência das figurações docentes.

O elogio à "professora idealista" atuava como contraestigma, servindo para valorizar o docente a partir da sua crença na educação. Esse autocontrole emocional se apresentava como uma forma de poder que garantia coesão e hierarquia dentro das sociedades. No Paraná, as professoras primárias se inseriam na figuração docente estadual (professores primários, licenciados/secundários, contratados/suplementaristas e concursados/efetivos). Dessa forma, em 1968, paranaenses participaram da luta do magistério estadual nos Congressos Permanentes, nas reivindicações dos suplementaristas, nas associações, nas assembleias, nas comissões e demais atos de pressão para angariar melhores posições sociais ao grupo.

Cabe lembrar que as professoras primárias começaram a se tornar um grupo específico em Londrina, principalmente após 1969, quando o município realizou o primeiro concurso docente[233]. Dessa forma, as professoras primárias passaram, cada vez mais, a formarem uma figuração que se deslocava do estadual para o municipal (ingresso, carreira, pagamento, estatuto). Essa diferenciação institucional apontava para a formação de novas redes de interdependências (prefeitura, secretarias municipais) e do distanciamento entre professores do ensino superior, secundário e primário.

[233] PREFEITURA faz primeiro concurso para professores. *Folha de Londrina*, Londrina, 27 abr. 1969, p. 16.

Em 1970, junto à efetivação das suplementaristas do ensino primário de Londrina e Ibiporã, o secretário da educação anunciou novos vencimentos no valor de Cr$ 316 mensais. Na ocasião, uma das jovens professoras perguntou ao secretário: "apesar do aumento, os salários continuarão atrasando 5 ou 6 meses?"[234]. O questionamento insinuou descrença frentes às promessas e revelou a persistência na rotina de atrasos aos pagamentos dos professores, o que acontecia em Londrina e região, assim como em outros munícipios do país.

A APNP criou um Departamento de Ensino Primário (DEP), para prover e buscar soluções para as reivindicações dos professores desse nível, dirigido pela professora Yolanda Nella Vogt Cosentino, ex-presidente da APNP, assessorada pela professora Eneida Alho da Silva (secretária) e Marilda de Oliveira (tesoureira)[235]. A Figura 37 captura a primeira reunião do DEP, formada majoritariamente por mulheres, cuja legenda foca nos aspectos administrativos dessa formação coletiva, sem destacar o caráter político e contestatório da origem. Assim, a Figura 37 materializa o deslocamento de professoras para posições de liderança, ao criarem e participarem como protagonistas de figurações especializadas para atuarem no espaço público, visando o aperfeiçoamento da carreira das professoras primárias.

Figura 37 – Departamento de Ensino Primário



Professoras primárias

A diretoria do Departamento de Ensino Primário da Associação dos Professores do Norte do Paraná realizou ontem sua primeira reunião, durante a qual foram discutidas as normas de funcionamento daquêle órgão, suas atribuições e outros assuntos de âmbito interno

Fonte**:** *Folha de Londrina*, Londrina, 4 jul. 1970, p. 2**.**

Essa preocupação se vinculava com a centralidade adquirida pelas demandas dos professores licenciados do secundário, em detrimento dos professores primários. A cobertura periódica anterior mostrou a atuação das associações londrinenses mais focadas nos problemas

[234] PROFESSORAS contratadas. Saíram as nomeações para Londrina e Ibiporã. *Folha de Londrina*, Londrina. 7 ago. 1970, p. 3.
[235] APNP cria departamento para professor primário. *Folha de Londrina*, Londrina. 1 jul. 1970, p. 3.

dos professores licenciados. Essa situação se comprovava diante da publicação de reclamações advindas de parte dos professores primários que, em notícia na *FL*, anunciaram a organização de uma chapa de oposição chamada "Integração", com a candidata da oposição Edith Alcântara Santos para concorrer às eleições da APNP contra o então presidente Diamantino das Neves Fernandes. A oposição afirmava que o surgimento foi resultado da "morte gradativa da APNP, que não tem Departamento Jurídico funcionando, que não lidera a defesa de classe que pretende representar", destacando que as reuniões eram "assistidas por meia dúzia de pessoas". Porém, ressaltavam que o problema principal estava no descaso, em especial o problema primário com 1.400 professores em Londrina e milhares em todo o Norte do Paraná

> Completamente esquecido pela atual diretoria. Há professoras que têm hoje a classificação que tinham ao ingressar no magistério. Enfrentamos uma série de dificuldades que nunca sensibilizaram os que ocupam a direção da APNP no momento (Professoras primárias lançam chapa de oposição e criticam os atuais diretores. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 maio 1971, p. 2).

A *FL* concedeu igual espaço para a versão da APNP, representada por Diamantino das Neves Fernandes e o secretário Attilio Ubiali, que se sentiram injustiçados com as acusações da oposição. Eles afirmaram ao periódico que respeitam os professores primários e suplementaristas e reconheciam as injustiças. Além disso, declararam o recebimento da associação em uma situação difícil, devido às dificuldades diante das anuidades. Logo, precisaram cobrar somente 5 Cr$, por causa das irregularidades salariais, o que impedia a contratação de funcionários e sobrecarregava os membros. Eles também sublinharam que a diretoria era constituída de elementos dos três níveis de ensino.

> Mas apenas um dentre muitos do ensino primário se dedicou e compareceu às reuniões; os poucos componentes restantes da diretoria atuante que eram do ensino secundário, em conjunto com a professora Adelaide de Assunção Mello e a professora Yolanda Voigt Cosentti dirigiram diversos apelos, denúncias e reivindicações às autoridades, entre elas os ministros da Educação e do Exército.[...] estão em nossos arquivos para comprovar tantas e tantas reivindicações feitas pelos poucos elementos da atual diretoria que lutaram pelo primário e que, por incrível que pareça, não eram do primário (Diretoria da APNP defende-se das acusações das professoras. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 maio 1971, p. 2).

Enquanto a oposição evidenciava o déficit de atenção ao ensino primário e utilizava essa pauta para se promover, apontava as diferentes posições das figurações dentro da associação. Já a diretoria da APNP, ao relatar o trabalho e se defender, explicitava a falta de interesses das figurações primárias, quando confirmou a baixa adesão dos professores primários nas reuniões e na diretoria.

As tensões se concentravam, principalmente, no poder estadual, regulador das figurações docentes que buscavam manter direitos e obter conquistas profissionais. Dentre os vários códigos sociais públicos, eles utilizaram a imprensa para denunciar o Estado. Os

periódicos por sua vez, registram as falas geralmente de maneira comedida e formal, o que garantia às reivindicações docentes amplas aceitação social, mas rebaixava a capacidade de confronto.

Em Minas Gerais, esse problema do atraso nos vencimentos deflagrou o protesto das figurações das professoras primárias em 1968. Embora o movimento tenha adquirido uma imagem de vitorioso na imprensa pelas conquistas imediatas, não alterou o *habitus* relacionado ao atraso e à desvalorização salarial e profissional das docentes. Em 1970, ressurgiram no *JB* inúmeras notícias sobre os atrasos salariais[236]. Desde 1967, os atrasos salariais das professoras primárias mineiras, em alguns municípios, chegavam a até 12 meses, culminando em protestos e ações judiciais. A partir de então, Minas Gerais se tornou palco de uma crise docente que recebeu grande atenção do *JB*, devido à duração e à intensidade do movimento, garantindo a sua visibilidade.

Em uma notícia que contrastava com o protesto docente, o *JB* publicou que, para os "técnicos", Minas Gerais era o Estado com o melhor ensino do país "com um aparelho educacional invejável nos setores primário e médio". No entanto, fazia matrículas com base em sorteios [237] e atrasava por meses os salários dos professores. Desde o início do movimento docente mineiro, Marta Nair Monteiro, líder da Associação das Professoras Primárias foi acusada pela ala docente jovem de usar métodos burocráticos, facilmente absorvidos pelo governo e, portanto, ineficazes para reivindicar.

A ala se tornou dissidente e formou o Movimento Popular das Professoras, em defesa de uma postura mais radical, como a greve geral[238]. A *FL* destacou que as mineiras dirigidas por Marta Nair Monteiro ocuparam as escadas da SEC de Belo Horizonte. Posteriormente, o *JB* descreveu o depoimento da líder sobre a atuação das professoras: "o movimento pacífico que estamos realizando está dando ótimo resultado", em referência à colaboração dos funcionários da Secretaria da Fazenda[239]. Elas também acampavam diariamente na porta do Gabinete do Secretário da Fazenda, Ovídio de Abreu, exigindo uma medida definitiva sobre o problema.

Enquanto isso, a ala dissidente jovem da entidade marcava uma assembleia-geral para decidir sobre a greve. Em carta enviada para todas as professoras, diretoras de grupos escolares

---

[236] ID-4 recebe de professoras mineiras lista das cidades que atrasam seu pagamento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 out. 1969, p. 14.
[237] *Jornal do Brasil*, n. 282, 03-04 mar. 1968, p. 22.
[238] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 65, 22 jun. 1967, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 188, 11 nov. 1967, p. 7.
[239] PROFESSORAS primárias ocupam entrada da SEC em Belo Horizonte. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 ago. 1967, p. 15; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 129, 05 set. 1967, p. 16.

e inspetores de ensino do Estado, elas lembravam que "as professoras são uma classe que desperta do marasmo e da apatia para a luta em defesa de seus direitos", prometendo "medidas enérgicas"[240]. As dissidentes formaram o Movimento Popular das Professoras, que ganhou destaque nacional após sofrerem repressão policial no dia 24 de agosto de 1967, quando se manifestavam em frente ao Palácio do Governador.

O editorial do *JB* intitulado "Guerra aos Professores" criticou o uso de gás lacrimogêneo e bombas contra as 300 professoras que reivindicavam o pagamento de salários[241]. Para destacar o evento, além do editorial o *JB* apresentou uma reportagem e a Figura 38, cuja legenda mostrava que, apesar do protesto contra o atraso salarial, as professoras se autocontrolaram ao decidirem não protestar contra o governo. Ou seja, tentavam afastar a imagem de qualquer correlação com um movimento político. Mesmo assim, o simples ato de protesto foi reprimido.

Figura 38 – O protesto abafado



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1967, p. 16.

Além de estigmatizar e criminalizar as professoras mineiras sob a acusação de subversivas, o governo também ameaçou os seus empregos. O editorial "Minas em ameaça" criticou o governo mineiro por adotar uma mentalidade tirânica e retrógrada, ao enviar professores que cobravam salários para o DOPS. O texto foi utilizado pela Associação das

[240] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 139, 16 set. 1967, p. 15.
[241] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1967 p. 6; DOPS de Minas joga bombas de gás lacrimogêneo sobre 300 professoras primárias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1967 p. 16.

Professoras Primárias como prova da legitimidade do movimento, sendo amplamente distribuído pelas professoras no interior do estado[242].

As professoras promoveram diversas ações, como diálogos, acampamentos, manifestos, greve branca (indo à escola apenas para assinar o ponto), acampamentos, assembleias, reuniões, comícios-relâmpago, campanhas de arrecadação e conscientização, comunicados, passeatas e paralisações. A ala dissidente, representada pelas professoras Iara Ferreira, Ivone Soares e Luciene Duayer, pretendia entregar em Brasília um memorial com todos os problemas do ensino primário mineiro, com 175 assinaturas em solidariedade ao Presidente Costa e Silva. A notícia do *JB* também abordou a revolta das professoras contratadas com o não cumprimento da promessa de pagamento do governo, provocando o fechamento da repartição quando começaram a reclamar. O DOPS acompanhou o movimento e um policial disse:

> Não existe nenhuma ordem de repressão no movimento de vocês. Estamos aqui apenas para manter a ordem e evitar tumultos. Achamos que se as reclamações são apenas contra os cheques errados, não existem problemas em vocês continuarem reclamando (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 157, 05 out. 1967, p. 14).

Com o movimento grevista em curso, havia poucos alunos nos grupos escolares. Onde apareciam, os soldados da Polícia Militar ficavam na porta, para impedir as professoras de fazerem piquetes e entregar pedidos aos pais para não mandarem seus filhos às aulas. A professora Lucienne Duayer, uma das três líderes do movimento das professoras da greve-branca, acusou o Secretário de Educação de convocar as diretoras dos grupos para coagí-las a informar os nomes das professoras em greve, para posterior demissão[243]. Como as promessas de pagamento do governador não se cumpriram, deflagrou-se a greve geral em 15 de fevereiro de 1968. Após Marta Nair Monteiro anunciar a greve em 1968, gradualmente adquiriu adesão dos grupos. Porém, ela esclareceu que não queria piquetes nas portas dos grupos.

> Isto poderia dar a entender que somos subversivas, quando queremos apenas a regularização do pagamento de uma forma pacífica, mas sem temer as ameaças feitas pelo Secretário José Maria Alkmin [...] — Se tivermos de fazer um movimento de rua — continuou — será uma procissão com o nome de Marcha com Deus Pelo Pagamento dos Vencimentos Atrasados, com os padres à frente e as professoras com terços e véus (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 270, 16 fev. 1968, p. 4).

Nesse processo, diversas professoras e diretoras dos grupos escolares da capital foram ameaçadas de enquadramento no artigo 33 da Lei de Segurança Nacional (LSN) e interrogadas pelo DOPS, como a líder, Marta Nair Monteiro, que era vigiada pelo órgão. Apesar disso,

[242] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 275, 21 fev. 1968, p. 6; n. 275, 22 fev. 1968, p. 7.
[243] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 158, 06 out. 1967, p. 14.

grande parte da sociedade, como pais, clero, servidores públicos, associação de Pais e Mestres[244] e, inclusive, os editoriais do *JB* refletiram esse apoio ao movimento docente.

A imprensa não apenas se posicionou, mas foi utilizada como instrumento de legitimação por ambos os grupos que se enfrentavam: professoras e governo mineiro. Em uma assembleia da classe, decidiram usar os órgãos de imprensa e estações de televisão para esclarecer ao povo sobre a situação difícil dos professores mineiros e "demonstrar que o movimento nada tinha de subversivo"[245]. Em entrevista, Monteiro descreveu como o governador utilizava a imprensa para desmoralizar o movimento dos docentes.

> Dona Marta Nair Monteiro repudiou ontem a entrevista dada por três diretoras de grupos da Capital que foram a uma emissora de televisão e, "apesar do sofrimento da classe, certamente com finalidades escusas, traíram a nossa luta, declarando que o pagamento não está atrasado". Aliás, é muito estranha — continuou — a atitude do Governo, que, ao invés de efetuar o pagamento, fica gastando milhares de cruzeiros com anúncios nas televisões, de cinco em cinco minutos, dizendo que a greve não existe, quando quase todos os grupos estão parados (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 273, 20 fev. 1968, p. 18).

No dia seguinte à deflagração da greve, como mostra a Figura 39, Marta Nair Monteiro foi intimada a prestar depoimento no DOPS, no inquérito sobre subversão no movimento das professoras, conduzido pelo delegado Tacir Menesses. Então, a professora denunciou que os deputados buscavam dinheiro para fazer turismo na Europa, enquanto as professoras estavam na miséria (Figura 39)[246].

Figura 39 – Depoimento no DOPS


UMA HISTÓRIA ANTIGA

D. Maria relatou ao DOPS mineiro o drama de quem não recebe

[244] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 273, 20 fev. 1968, p. 18.
[245] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 160, 08-09 out. 1967, p. 17.
[246] GREVE em Minas, receber apoio e Alkmin é vaiado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 271, 17 fev. 1968, p. 7.

D. Marta relatou ao DOPS mineiro o drama de quem não recebe
Fonte: *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, n. 271, 17 fev. 1968, p. 7.

No 20º dia de greve, as professoras lotaram o plenário da Assembleia e apresentaram os termos para encerrar o movimento. Depois que o governo concordou, as aulas das "5.485 escolas" foram retomadas, com as "50 mil professoras"[247]. Em meio ao movimento docente, o secretário da educação, José Maria Alkmin, comentou em entrevista sobre a crise financeira no Estado e atribuiu parte do problema ao crescente interesse pela educação: "Os pais mineiros começam a se preocupar com o estudo dos filhos, muito mais do que antigamente"[248].

Como visto, as professoras primárias se aproximaram do espaço político, na Guanabara, onde também lotaram as galerias da Assembleia Legislativa durante a leitura do memorial entregue ao governador Negrão de Lima, o qual pedia melhoria salarial, como prometido durante sua campanha[249]. Elas também lançaram uma campanha por melhoria de vencimentos e condições de trabalho, inaugurada no fórum "O Professor Primário e a Realidade Nacional", e fizeram nota de convocação à classe, que dizia: "ou nos unimos ou a situação não mudará", pois acreditam que "melhores vencimentos, condições humanas de trabalho, redução do tempo para aposentadoria são questões que exigem, obrigam e forçam a concretização da unidade dos professores primários". A nota solicitava ao professorado contribuir com opiniões, sugestões e orientações para suas reivindicações. Uma das reclamações era o vencimento de NCr$ 265,00 por quatro horas e meia em sala de aula, o que não condizia com "quase o dobro" em atividades extraclasse[250].

Cabe lembrar que, desde 1968, a Confederação Nacional dos Professores Primários sugeriu ao MEC um esquema de normalização dos salários, pois existia professores recebendo NCr$ 0,30 mensais. Na época, a Comissão Especial do Magistério Primário do MEC sugeriu vencimentos de pelo menos duas vezes o salário-mínimo regional. Mas a normalização não foi aceita pelo governo[251]. Como expresso no Quadro 8, a Confederação Nacional dos Professores Primários desde 1968 propôs um esquema de normalização dos salários ao MEC, pois existia professores recebendo NCr$ 0,30 mensais. Na época a Comissão Especial do Magistério Primário do MEC recomendou vencimentos de, pelo menos, duas vezes o salário-mínimo regional, mas a normalização não foi aceita pelo governo.

---

[247] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 275, 21 fev. 1968, p. 6; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 277, 24 fev. 1968, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 284, 06 mar. 1968, p. 15; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 287, 08 mar. 1968, p. 19; Jornal do *Brasil*, Rio de Janeiro, n. 282, 03-04 mar. 1968, p. 22.
[248] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 282, 03-04 mar. 1968, p. 22.
[249] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 205, 01 dez. 1967, p. 15.
[250] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 183, 07 dez. 1968, p. 16.
[251] COMISSÃO sugere esquema salarial para professores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 nov. 1968, p. 7.

A reportagem confirmou que os salários variavam entre os estados. Em São Paulo, o salário inicial era de NCr$ 303,00 e, na Paraíba, se recebia NCr$ 42,50. Em várias regiões, o rendimento era 50% do salário-mínimo. Enquanto isso, os professores leigos chegavam a ganhar apenas NCr$ 30,00 no Paraná; ou NCr$ 48,00 no Rio Grande do Norte, o que representava 5% a 10% do salário-mínimo[252].

Em 1964, segundo dados do Censo Escolar, o Brasil possuía 44% de professores leigos, e, no interior, constituíam mais de 60%. A reportagem destaca que a admissão dos leigos ainda acontecia nas secretarias municipais, onde professores definidos como "pessoal mal selecionado" os quais se submetem à baixa remuneração, como igualmente critica a LDB (Artigo 116), que legaliza o exercício do magistério leigo mediante exame de suficiência quando não existirem profissionais habilitados[253].

Novamente, em 1969, surgiram notícias sobre a permanência de atraso no pagamento das professoras primárias em Minas Gerais, principalmente no interior. Em municípios como Santana de Jacaré, por exemplo, as professoras não receberam por um ano e meio; em Belo Horizonte, desde junho. Maria Telma Lopes Cançado, a nova presidente da Associação das Professora Primária, com base no relato de cartas e telegramas, revelou à imprensa que a falta de pagamento em cerca de 130 municípios, ocasionou a queda de 70% no volume de vendas, pois os comerciantes afirmavam que não podiam mais vender fiado para professoras.

Diante desse cenário, a associação da classe se posicionou contra o governo estadual, exigindo imediata regularização e reajustamento salarial, e enviaram um manifesto à Assembleia Legislativa, para os deputados tomarem uma providência. As professoras primárias também encaminharam às autoridades militares da Infantaria Divisionária-4 (ID-4) uma lista de municípios com vencimentos atrasados e dados comparativos entre os salários e os salários da Polícia Militar[254].

Diante do debate em torno dos péssimos salários das professoras primárias, em algumas regiões era inferior ao salário-mínimo, o presidente Médici assinou, em 1970, o Decreto-lei nº. 1.086, de 25 de fevereiro, que estabelecia a remuneração mínima regional paga por estados e munícipios aos professores primários. De acordo com a notícia do *JB*, ele assegurou a melhoria de remuneração para o professorado do ensino primário em todo o país, pois condicionava a utilização de uma parcela de 20% do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal

[252] COMISSÃO sugere esquema salarial para professores, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 178, 03-04 nov. 1968, p. 7.
[253] COMISSÃO sugere esquema salarial para professores. *Jornal do Brasil*, n. 178, 03-04 nov. 1968, p. 7.
[254] ID-4 recebe de professoras mineiras lista das cidades que atrasam seu pagamento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 02 out. 1969, p. 14.

e dos municípios para a observância de diretrizes, como a fixação de "pelo menos 130% do salário-mínimo real para o regime de 22,5 horas de trabalho semanal a remuneração do professor primário, estadual, com curso de formação regular"[255].

Com a entrada em vigor do decreto, as professoras primárias mineiras logo denunciaram que o Estado de Minas Gerais não pagava o salário-mínimo regional. Elas reclamavam que, apesar de estudarem sete anos para serem admitidas, estão classificadas entre os servidores que não precisavam de conhecimentos específicos para ingressar no Serviço Público [256]. Em Minas Gerais, o mínimo estadual variava de Nr$ 193,44 a 187,20; e no Paraná de Nr$ 184,08 a 162,24, valor que diminuía quando pago pelo município. Os professores primários sem formação regular receberiam 75% do salário-mínimo regional quando pago pelos estados, e 60% quando pelos municípios[257]. O decreto condicionou a utilização de uma parcela de 20% do Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios à observância de diretrizes fixadas para a remuneração no magistério primário. Além disso, estabelecia pelo menos 130% do salário-mínimo real para o regime de 22,5 horas de trabalho semanal a remuneração do professor primário estadual, com curso de formação regular[258]. A diferença entre o salário legal e os vencimentos atuais das professoras primárias mineiras era de Cr$ 28,39 para as nomeadas, e de Cr$ 78,00 para as contratadas[259].

Em estados como a Guanabara, cujos salários iniciais eram de NCr$ 365,20 mensais, o decreto não conferiu nenhum benefício professorado primário, pois o teto estipulado para o estado era de NCr$ 202,80. Já os professores diplomados que trabalhavam na rede privada de ensino recebiam NCr$ 184,50 para 90 aulas semanais, porém o valor poderia ultrapassar o mínimo, se a assembleia da classe aceitasse a proposta de aumento de 24,2%, apresentada pelos diretores de escolas. Isso também acontecia com as professoras da rede pública do Rio de Janeiro[260], cujo vencimento era de NCr$ 340,00.

O resultado de uma pesquisa sobre a situação dos professores primários, realizada em 323 municípios (10% do total) que abarcou quase todos os estados, foi divulgado pelo Tribunal de Contas da União, e concluiu que em quase todo o Brasil há irregularidades no pagamento

[255] MÉDICI amplia vencimento de professores primários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1970, p. 18.
[256] MINAS paga novembro de 1969 a professoras primárias e promete resto até junho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 maio 1970, p. 13.
[257] QUANTO ganharão os professores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1970, p. 19.
[258] MÉDICI amplia vencimento de professores primários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1970, p. 18.
[259] PROFESSORAS mineiras não tem comunicação sobre o salário atual. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 out. 1971, p.14.
[260] PROFESSORAS primárias das escolas da Guanabara não terão aumento nos salários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1970, p. 6.

dos professores e muitos dos municípios pagam em atraso[261]. O decreto federal serviu para centralizar o uso do Fundo de Participação e atrelar municípios e estados às diretrizes federais. Diante de um quadro de movimentação docente e dos dados que revelavam as deficiências da formação e da remuneração, a intencionalidade política do decreto foi reforçar a imagem de um Estado preocupado com a valorização do magistério. Porém, nas capitais, o decreto não apresentou benefício, e podia servir como mecanismo para estagnar os salários nesses locais, e colocar obstáculos a reivindicações futuras por melhorias salarias a partir da justificativa do mínimo regional.

Ao abordar o decreto em editorial, a *FL* apoiou a medida e destacou a importância diante das promessas políticas não cumpridas. Ao aplaudir a ação, o periódico ratificou a imagem oficial de dedicação e preocupação com a educação, reconhecendo a relevância das professoras, pois vinculava escolarização e desenvolvimento econômico.

> Não haveria possibilidade de um real encaminhamento na senda desenvolvimentista, caso não fossem dadas condições aos professores para um trabalho mais proveitoso. Em seguida a esta tomada de posição, foram anunciadas medidas beneficiando inicialmente os professores de nível superior, que agora têm condições de perceber vencimentos semelhantes até aos de ministro de Estado. E, agora, a ação atinge o professorado primário, que sempre tem sido o mais sacrificado, dentro do magistério, trabalhando em muitos estados e municípios em condições precárias. [...] É apenas a fase inicial de um processo amplo que objetiva oferecer condições ideais de trabalho para os mestres que têm em suas mãos a responsabilidade de abrir, para os menores, os caminhos da alfabetização e, por consequência estabelecer as bases para o futuro (Ação. *Folha de Londrina*, Londrina. 27 fev. 1970 p. 4).

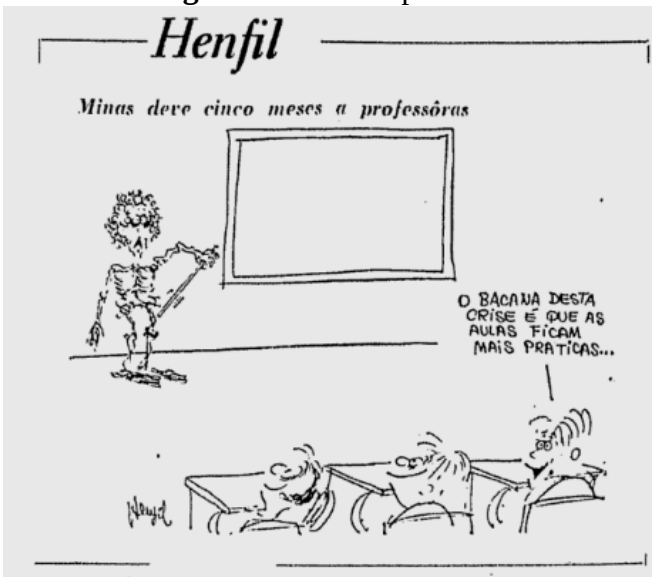
Até mais otimista e menos sóbria, a análise do editorial do *JB* sobre o decreto concluiu que um dos mais sérios problemas do magistério é a evasão de professores devido ao baixo rendimento econômico, o que estava superado principalmente no ensino primário, onde havia urgência de se fixarem professores no interior do país[262]. Em Minas Gerais, não se cumpriram as promessas da administração estadual de regularizar os pagamentos e, consequentemente, os problemas de sobrevivência das professoras persistiam em diversas regiões ainda em 1971[263].

A Figura 40 aborda essa longa crise na educação mineira, ao expor por meio da charge de Henfil o aspecto central da situação degradante do professor. A charge informa que os professores estavam sem receber há cinco meses e ilustra um professor com o corpo de esqueleto, dando supostamente uma aula sobre o corpo humano. Ele aponta para si mesmo, usa seu corpo como exemplo, o que de acordo com os estudantes torna as aulas mais práticas. A

[261] PESQUISA sobre salários mostra professor que ganha Cr$ 6,50 mensais no Piauí do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 3 dez. 1970, p. 13.
[262] RENDIMENTO pedagógico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1970, p. 6.
[263] MINAS ainda não atendeu professoras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 abr. 1971, p. 14.

charge dialoga com as denúncias enviadas para a associação da classe que relatam a miséria das professoras há meses sem salários.

Figura 40 – Aulas práticas



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1970, p. 7

Comumente, as charges em grandes periódicos, como o *JB*, versam principalmente sobre temas e personagens políticos, além de situações locais da Guanabara, como criminalidade, catástrofes, escassez de alimento, trânsito etc. Para um fenômeno ou personagem se tornar uma charge, precisa estar em evidência ou possuir frequência dentro do próprio periódico ou/e repercussão na opinião pública. Claramente, a cobertura da crise docente também servia aos interesses do periódico, que lucrava com a espetacularização, enquanto também tinha a oportunidade de se posicionar e denunciar as injustiças e, assim, fortalecer a legitimidade da sua função social. Além disso, o apoio social que as professoras aparentam possuir pode ter influenciado a posição da imprensa de defendê-las, e não realizar críticas contundentes contra os movimentos docentes.

Foram inúmeros os códigos sociais públicos empreendidos pelas professoras primárias mineiras (reuniões, relatórios, cartas e telegramas etc.), como mostra o Quadro 8. Eles embora se concentrassem em reivindicações econômicas, também expunham a consolidação de um *habitus* político de descaso com as figurações docentes e o seu trabalho. A partir desse momento, as professoras mineiras iniciaram outra frente de luta respaldada pela vigência do decreto federal, pois exigiam o mínimo profissional estabelecido. Para defender esses direitos recentes, enviaram relatório ao presidente Médici. Além de denunciar o desrespeito do decreto, a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais revelou também não possuírem material didático para trabalhar.

> As professoras alegam que são obrigadas a gastar parte de seus salários na compra de material para ministrarem as aulas, porque muitos grupos escolares não são devidamente equipados. Também a merenda escolar distribuída aos alunos em diversos estabelecimentos é comprada com dinheiro conseguido pelas professoras através de promoções junto à comunidade (Professoras mineiras vão enviar relatoria a Médici sobre a situação da classe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 out. 1971, p. 4).

O documento representava 70 mil professoras primárias e estava assinado pela presidente da associação, Maria Telma Lopes Cançado, lembrando "o esforço do governo federal para melhorar o nível salarial da classe"[264]. Diante do registro da imprensa, o foco do conflito era o governo estadual, que por vezes se negava a dialogar e não cumpria as promessas e os direitos estabelecidos. Na articulação, com base nos discursos oficiais do regime que defendiam a valorização docente, as professoras primárias se direcionavam ao governo federal com uma linguagem elogiosa e deferente, ao destacar o empenho em melhorar a situação da classe.

Isso revela as estratégias e os interesses da figuração docente, reafirmando a autoridade do regime para a conquista do apoio oficial. Da mesma forma, a *FL* enfatizava a imagem de um governo federal preocupado e dedicado em conferir melhores condições ao trabalho docente, pois supostamente acreditavam na importância da função docente para construir uma escolarização voltada para o desenvolvimento econômico.

Apesar da intensidade dos movimentos docentes no final da década de 1960, eles marcaram uma fase inicial de lutas no espaço público a fim de imprimir um caráter massivo ao movimento, garantindo maior pressão social. Nesse percurso, operaram com códigos que expressavam a necessidade de reconhecimento social e, principalmente, sobrevivência profissional e física em um campo social autoritário.

Cabe destacar que a realização de greves por parte da categoria docente era recente, é o que ressalta Catani, Vicentini e Lugli (1997) quando destacam que em São Paula a primeira greve dos professores ocorreu em 1963 seis meses antes do golpe civil-militar, a paralisação obteve grande cobertura da grande imprensa paulista que apoiou os professores. Nessa conjuntura o Comanda de Greve Geral dos docentes cria um modelo professoral que deveria praticar a ordem e disciplina ao se manifestarem, o respeito às autoridades e a neutralidade política, o que tinha a intenção de marcar a sua superioridade os diferindo do operariado.

[264] PROFESSORAS comunicam o presidente que Minas não paga salário profissional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 out. 1971, p. 15.

A partir de 1964, e por toda a década de 1970 esse comportamento dos docente se perpetuou. Durante a ditadura civil-militar, com o controle do operariado, o objetivo de várias figurações docentes que protestaram era se distanciar e distinguir dos estudantes universitários. Nessa conjuntura, a grande imprensa continua a assumiu uma função importante, ao ratificar esse comportamento controlado e diferenciado do professor e ao dar visibilidade e espaço para as denúncias dos professores. Porém, a imprensa raramente questionava a racionalidade das injustiças e das desigualdades, ou incitavam atos de mobilizações radicais, se contendo a enfatizar o fenômeno em si. Além de defender os comportamentos mais controlado, reforçavam as crenças sociais que hipervalorizavam a escolarização como solução de problemas complexos o que se aliava aos discursos e os projetos oficiais, que enquadrava as figurações docentes e estudantis.

A relação entre professoras, governos estaduais e imprensa evidencia a complexidade das figurações escolarizadas sob a égide do autoritarismo. O Estado produz representações legitimadoras do seu próprio poder e do poder docente, convertendo políticas educacionais limitadas em uma imagem de dedicação à educação. As professoras, por sua vez, responderam com uma linguagem de elogio e reconhecimento para manter o diálogo e ampliar a legitimidade de suas ações e demandas. O professor, como grupo de menor poder decisório e de influência, aprendeu a se movimentar dentro das regras impostas sem romper o tecido social. Nessa dinâmica de autocontrole e adaptação, formou-se um *habitus* reivindicatório autocontrolado, capaz de coexistir com o autoritarismo.

O tópico a seguir aborda as figurações estudantis, especificamente que adentravam o nível secundário e as suas relações sociais no âmbito das figurações escolares, com destaque para os conflitos internos, imbuídos pelo autoritarismo, e a precarização da estrutura escolar. Assim, os códigos sociais públicos reivindicatórios desses estudantes envolveram necessidades, como a continuidade da escolarização, vista como forma de distinção em relação à massa primária que se formava.

No entanto, muitos sujeitos escolarizáveis se depararam com barreiras impostas tanto pelas condições socioeconômicas, quanto pelos impasses políticos e o autoritarismo das autoridades educacionais. Essa tensão entre o desejo de prosseguir os estudos e os obstáculos enfrentados era um tema recorrente na imprensa da época, refletindo os limites e as contradições da ampliação da escolarização no Brasil.

4 AS FIGURAÇÕES SECUNDÁRIAS: EMOÇÕES ESCOLARES E PROTESTOS

Ao utilizar informações da imprensa para caracterizar o ensino secundário (ginásio e colegial) enquanto espaço de socialização do protesto, adotou-se a lente figuracional. A finalidade era compreender como os conflitos emergem a partir das interdependências das disputas de poder de sujeitos das figurações secundárias (estudantes, diretores, autoridades, pais, professores etc.), que se inserem em um campo social de intensificação do autoritarismo e de precarização da estrutura escolar.

Desde a década de 1920, o ensino secundário brasileiro passou por um processo de expansão, impulsionado pela crescente demanda das camadas médias e de setores das classes populares. Isso levou à ampliação das redes estaduais e particulares de ensino e à consequente derrocada do modelo aristocrático vigente. Na década de 1950, esse aumento ganhou força, junto com a renovação curricular que começou a substituir a tradição humanista por uma cultura científica e técnica voltada ao trabalho (Souza, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024, de 1961, não mudou a estrutura do ensino secundário vigente. Desde o Decreto-Lei nº. 8.530, de 1946, continuava com dois ciclos: ginasial, de quatro anos, e colegial, de três anos, dividido entre clássico (Filosofia e Letras) e científico (Ciências). De acordo com Souza (2008), a transformação nesse nível de ensino ocorreu somente em 1971, e extinguiu o termo "secundário", o substituído por "ensino de 1º e 2º grau". A partir dessa reforma educacional, a profissionalização de todo o ensino de 2º grau, incluindo o antigo "ensino colegial" tornou-se obrigatória.

Como assinalou Romanelli (1978), o ensino secundário ainda era um funil. Isso porque havia inúmeras barreiras que selecionavam os candidatos, dentre elas os exames admissionais, o pagamento de vestibulinhos para entrar em colégios e ginásios públicos, os custos de mensalidades em colégios particulares, a exigência de tempo para o estudo, além da ausência de transporte e material escolar.

A Guanabara conseguia assegurar vagas para os estudantes do primário em idade escolar, porém não tinha condições de fornecer escolas públicas para a demanda em crescimento do ciclo ginasial. Em 1965, o Estado possuía somente 30 ginásios e 24 colégios e, dentre as 439.375 crianças do ensino primário, 62 mil se matriculariam nos ginásios. Em 1966, houve um aumento de 24.400 alunos concorrentes nos exames admissionais ao primeiro ano

ginasial[265]. Logo, a solução para suprir grande parte dessa demanda da Guanabara foi a adoção de bolsas de estudos para garantir a obrigatoriedade do ensino de nível médio. Essa ação estadual foi elogiada no texto da *FL*, que destacou que a Guanabara conseguiu êxito na educação primária obrigatória, indo para a próxima.

Na mesma direção apontou a pesquisa do professor Jaime de Abreu, do Centro de Pesquisas Educacionais, realizada no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPEA) da Guanabara e comentada pela *FL*. O professor destacou que o "novo fato educacional do nosso século" era a extensão da escolaridade obrigatória ao nível médio era o novo fato educacional do nosso século", que deveria ser universalizado por envolver diretamente o "desenvolvimento da democracia, da ciência, da tecnologia, da industrialização e da urbanização". Frisa, ainda, que a "formação elementar de generalização que foi uma grande preocupação do século passado", mas até então ficava em segundo plano[266].

As concepções de ideias na pesquisa do professor Jaime de Abreu, em 1960, são confirmadas por Souza (2008), ao destacar que a cultura científica do ensino secundário se tornou dominante entre os formuladores de políticas educacionais. Além disso, a escola básica em formação passou a se alinhar mais às exigências da sociedade industrial brasileira. Logo, a fala do professor ajudou a a compreender o motivo que levou a imprensa a evidenciar os sujeitos desse nível de ensino, em detrimento de quem ainda dependia do ensino primário e que, na época, se tornaram figurantes para a sociedade. O *JB* amplificou a defesa dessa cultura científica, ao enfatizar a subordinação escolar às exigências do mercado de trabalho, conforme pregava a Teoria do Capital Humano.

A *FL* divulgou informações sobre o secundário no Paraná, e em muitos momentos foram expostos de modo a se semelharem com uma propaganda política. Um exemplo foi a enfâse na posição do Estado então o quinto maior em número de alunos do nível médio (148 mil alunos), atrás de São Paulo (625 mil), Minas Gerais (226 mil), Guanabara (223 mil) e Rio Grande do Sul (200 mil)[267]. O Paraná contava com 115 ginásios e 36 colégios. De 1963 para 1964, houve um acréscimo de 17 unidades. Além disso, registrou o número de 168 professores licenciados suplementaristas, dos quais 409 efetivos não licenciados, e 652 professores suplementaristas não licenciados. No Ensino Normal havia 211 professores efetivos e 892 suplementaristas entre

[265] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 52, 05 mar. 1965, p. 07; CALDAS, Álvaro Machado Escolas da Guanabara não são suficientes para atender ao desafio do nível médio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 20, 24-25 jan. 1965, p.13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 276, 25 nov. 1965, p. 10.
[266] ESCOLA obrigatória é o fato do século. Escolas e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3937, 30 mar. 1965, p. 12.
[267] PARANÁ é o quinto estado em número de estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, 08 jan. 1966, p. 12. Escolas e Estudantes.

Escolas Normais de Grau Colegial e Escolas Normais de Grau Ginasial[268]. Em 1968, existiam 115 mil alunos matriculados no ginasial do Estado, com 312 unidades, das quais 44 foram fundadas naquele ano[269]. Assim, de 1965 até 1968, foram criados 197 ginásios, ou seja, com um aumento de 171,3%.

Apesar do fomento da rede privada de ensino com incentivo governamental, os números evidenciam o crescimento da rede de ensino público, que apresentou um aumento entre 1964 e 1965, de 44% para 48% do total de matrículas. Ou seja, de um progresso de aproximadamente 260 mil matrículas registrado nesse período, e cerca de 200 mil correspondiam a novas vagas na rede pública[270].

O *JB*, por meio de uma série de notícias, mostrou a expansão do ensino secundário. Entre 1960 e 1965, houve um crescimento de cerca de 76% das matrículas do ensino de nível médio, e até 1967 a ampliação foi de 121%, ao considerar os dados da SEEC[271]. No ensino de nível médio, 72,6% das matrículas se concentravam no ensino secundário, e o restante distribuído entre comercial, normal, industrial, agrícola, artístico e auxiliar de enfermagem[272].

No ensino secundário, entre os anos de 1966 e 1970, houve um crescimento expressivo nas matrículas de todo o país, de 2.483.312 estudantes, em 1966, para 4.214.303, em 1970, um aumento de aproximadamente 70%. Entre os estados com maior expansão em números absolutos, estavam a Bahia e o Paraná, cujas matrícula praticamente dobraram[273].

Em reportagem de Veloso (1969), o *JB* enfatizou que, no período 1960-1967, houve um aumento dos gastos públicos com o ensino, com a maior participação dos dispêndios governamentais de gastos a partir de 1965. No período de 1960 a 1963, o total de aplicações governamentais em educação foi de NCr$ 4.300 milhões; e de 1964 a 1967, foi de mais de NCr$ 7.900 milhões, ou seja, uma elevação de 48%, em relação ao quadriênio anterior.

Em relação ao PIB, o aumento em educação passou de 2,2%, em 1960, para 3,5% em 1967. De 1960 a 1966, o total de matrículas aumentou 100% no secundário (de 2.483.312 estudantes, em 1966, para 4.214.303, em 1970), o que representa taxas entre 15% e 20% ao ano, diante de um crescimento populacional de 3% ao ano[274]. O articulista da *FL*, Boaventura

---

[268] ESCOLAS e estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3876, 15 jan. 1965, p. 12.
[269] 115 MIL FAZEM o curso ginasial. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 abr. 1968, p. 12.
[270] CORRÊA, Arlindo Lopes. Até onde chegou a revolução no setor educacional? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1967, p. 56.
[271] MATRÍCULAS gerais no Brasil *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1967, p. 56.
[272] ENSINO médio absorve 72,6% das matrículas de ensino superior entre brasileiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18-19 jun. 1967, p. 18.
[273] SECUNDÁRIO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22-23 fev. 1970, p. 21.
[274] VELOSO, João Paulo dos Reis. Desenvolvimento e Universidade no momento da decisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 maio 1969, p. 20-21; SECUNDÁRIO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22-23 fev. 1970, p. 21.

(1969), conforme esses dados e uma narrativa mais direta, destacou e exaltou o esforço da ditadura civil-militar, que era chamada de "revolução", ao dizer que ela respondeu com êxito aos "reclamos justos da família brasileira e dos nossos moços"[275].

Apesar da positividade dos dados que se proliferam nas reportagens, esse crescimento do ensino secundário e dos gastos públicos já acontecia antes da ditadura civil-militar, em um processo que se intensificava desde 1940, como destacou a historiografia (Romanelli, 1980; Nunes, 1980; Sposito, 1992; Souza, 2008). Além disso, problematiza-se o caráter seletivo e a ausência da democratização do ensino secundário, devido a barreiras socioeconômicas, que permaneceram mesmo após o fim dos exames admissionais. Essa perspectiva reforça o que apontam Galak, Sá e Chaloba (2025) sobre a necessidade de não se reduzir a expansão das matrículas às políticas educacionais da ditadura, de maneira a analisar as especificidades das ações estaduais e municipais, além da complexa rede de sujeitos que atuaram nesse processo.

Mesmo assim, os dados periódicos demostravam que o grau e a velocidade da ampliação de alunos se avultaram depois de 1965. Com isso, ocorreu um descompasso entre o aumento de alunos e os gastos públicos, o que pode ser visto nos problemas enfrentados pelas figurações escolares, como a criação e a adaptação de novos espaços precários, a escassez de recursos pedagógicos, a desvalorização profissional do professor e as dificuldades de preparar os sujeitos para adentrar e permanecer nas escolas.

Para compreender essa intensificação da busca pelos ginásios, é preciso considerar o que disse Nunes (1980), quando salientou que era o nível de ensino que garantia a oportunidade de ascensão social. Por isso, conforme Nunes (1980), a população pobre passava a procurar com afinco, pois sabiam ser a melhor opção de ensino para os filhos. A expansão exacerbou os problemas escolares existentes e criou outros, porque não era capaz de cumprir a promessa disseminada de dar "um emprego prestigiado e uma boa remuneração profissional".

Concorda-se com Nunes (1980), quando ela rechaça análises como de Silva (1969)[276], que interpreta a expansão do ensino secundário como consequência de impulsos modernizadores e progressistas associados à industrialização. Isso porque propõe uma leitura mais crítica sobre o fato, ao evidenciar a precariedade da oferta de ensino secundário naquele período. Além do mais, tanto em zonas rurais, quanto urbanas, havia grande contingente de estudantes excluídos, devido à pobreza e à falta de acesso às instituições escolares. As regiões

[275] BOAVENTURA, Jorge. A Revolução, o atual governo e a educação. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 mar. 1969, p. 4.
[276] SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária:* perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Editora Nacional. 1969 (*apud* Nunes, 1980).

Nordeste e Sul apresentavam taxas de ingresso no ensino secundário consideravelmente baixas, e nas regiões Norte e Centro-Oeste, os índices eram ainda mais reduzidos. No contexto, a expansão do ensino secundário, longe de ser um avanço democrático, expôs as contradições de uma política educacional de cunho populista, na qual cerca de 80% dos estudantes que ingressaram no nível médio não conseguiam prosseguir os estudos (Nunes, 1980).

Embora a imprensa apresentasse a expansão escolar como resposta à demanda social, também enfatizava elogiosamente, de forma direta ou não, as ações da ditadura civil-militar para esse crescimento. Ao verificar a linguagem da imprensa e os apontamentos da historiografia sobre o crescimento do secundário e a imagem do governo, concorda-se com Luca (2005) e Capelato (1988), que explicam a imprensa como um agente de construção narrativa exercida no período. Capelato (1988) chama isso de "função de legitimação", o que exercem ao participarem da formação de consensos educacionais e políticos, principalmente ao fazerem eco a um projeto tecnocrático de Estado e não questionarem os problemas escolares estruturais.

Os dados apresentados pela imprensa, a complexidade ressaltada pela historiografia sobre o crescimento da demanda escolar de nível médio e a criação de vagas revelam que as figurações escolarizadas se formam a partir das "interdependências que se tecem sem parar entre os indivíduos" (Elias, 1993, p. 194). Ou seja, as mudanças estruturais na sociedade exigiam a inserção das massas sociais no processo de escolarização, o qual padroniza e concentra em um espaço o conhecimento e o comportamento sistematizado, socializado por meio da aprendizagem.

Assim, surgiu a massa de estudantes, cuja maioria dependia do Estado para se integrar no processo que, para eles, visava angariar melhores posições sociais e condições de sobrevivência. Já para o Estado, as figurações políticas e empresariais dependiam de uma massa escolarizada, autocontrolada com uma identidade produtiva e ocupada e que aperfeiçoasse a capacidade de autoaprendizagem e os comportamentos fundamentais, para que esses grupos investissem menos na escolarização e conseguissem exercer o controle social.

Nessa relação entre governantes e governados, fica explícito o que Elias e Sacotson (2000) chamam de vínculo duplo, manifestado quando os grupos estabelecidos compreendem que a população estudantil é necessária para exercerem alguma função social, ou seja, a desigualdade da dependência não desaparece, mas diminui, de modo que o equilibro de poder pendia um pouco mais para os governados. Para Elias (1993), essa interdependência de pessoas criou uma ordem mais forte que a vontade de pessoas isoladas, sendo quem forma a ordem social e que determina o curso da mudança histórica.

Portanto, existe uma dependência maior e mais complexa entre governantes e governados, o que os torna uma pluralidade orientada por uma necessidade criada socialmente. Quando não é atendida, produz emoções que comprometem o controle social. As notícias apresentadas a seguir indicam que o processo de escolarização exigia muito autocontrole das pessoas, pois a entrada, a saída e a permanência eram marcadas pela imprevisibilidade do acesso e da continuidade escolar.

A descrição de lágrimas, desmaios, semblantes de preocupação, gritos e tumultos traduzem como a tristeza e a alegria se expressavam em público. A Figura 41 representa o encerramento do ano escolar, com a diversão de jovens do ginásio com guerra de pó de arroz e inscrições com giz dos nomes dos Beatles nos uniformes. A notícia enfatizava que essa forma de "brincadeira que já vem ocorrendo há alguns anos em Londrina".

Figura 41 – Brincadeira de fim de ano



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 24 nov. 1965, p. 16.

Na Guanabara, o *JB* demonstrou que o "entusiasmo e lágrimas marcaram a Festa do Adeus" promovida pela Secretaria de Educação para encerrar o ano letivo. Estavam presentes no Maracanãzinho três mil alunos e professores que comemoravam o término do 1.º e 2.º ciclos do curso médio, formando um contingente inédito de 10 mil jovens dos colégios estaduais[277]. Porém, a diversão duraria pouco para alguns, pois os exames admissionais e os vestibulares se aproximavam. "Com muitos pulos, gritos de 'passei, passei' ou às vezes muitas lágrimas, as crianças que prestaram exame de Português para admissão aos ginásios do estado". No Ginásio Estadual Pedro Álvares Cabral, o menino Eduardo Possato Saraiva disse que fez "uma prova legal", mas apesar disso tirou nota 4, que não dá para passar[278].

[277] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 283, 03 dez. 1965, p. 5.
[278] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 276, 25 dez. 1965, p. 10.

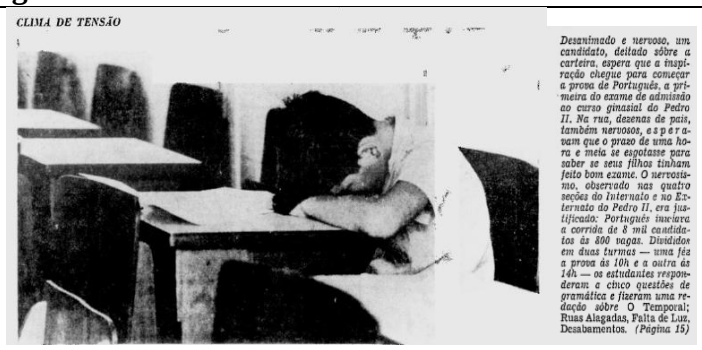
No Colégio D. Pedro II sempre havia muita concorrência para entrar no ginásio, e em 1966, eram apenas 620 vagas disputadas por 11 mil candidatos. A Figura 42 retrata Gilberta, que concorria a uma dessas vagas para a primeira série ginasial, sendo representada de forma tranquila e concentrada. Já o menino ao lado, Luís Antônio, buscava uma vaga em 1968, junto com 8 mil candidatos a uma das 800 vagas do colégio. Ele foi retratado deitado sobre a carteira, descrito como "desanimado" e "nervoso". Depois do exame de português, ele "ficou triste porque errou o sinônimo de concordar"[279]. Também na Figura 42, há uma sala com vários candidatos que realizaram o exame de admissão de segunda época em Londrina e Ibiporã. Eles pretendiam conseguir uma das 1.800 vagas disponíveis para o ginasial. O texto que acompanha a imagem destaca a quantidade de candidatos e vagas, indicando que 500 deles ficariam marginalizados da escola.

Figura 42 – Exame admissional



Gilberta Moura Gomes compenetrou-se da gravidade da situação

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1966, p. 16



Desanimado e nervoso, um estudante, deitado sobre a carteira, espera que a inspiração chegue para começar a prova de Português, a primeira do exame de admissão no curso ginasial do Pedro II. Nas ruas, dezenas de pais também nervosos, esperavam que o prazo de uma hora e meia se esgotasse para saber se seus filhos tinham feito bom exame. O serventuário, encarregado não sem seções do internato no Externato do Pedro II, era um dos mais nervosos, querendo ver o fim do prazo e a saída dos candidatos. Para se esfriar um pouco, saía e vinha até a rua tomar um pouco de ar nos intervalos de tempo.

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1968, p. 1.

[279] COLÉGIO Pedro II iniciou com Português o exame de admissão ao ginásio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1968, p. 15.



Admissão, tempo 2

Cerca de 2.300 crianças começaram ontem, ás 8 horas, em quatro estabelecimentos de ensino de Londrina e um de Ibiporã, a luta pelas 1.800 vagas aproximadamente, que ainda restam para aqueles que querem ingressar no curso ginasial. Os exames de admissão em segunda época, que tiveram início ontem e encerram-se amanhã, são para os alunos que não conseguiram aprovação em todas as matérias na primeira época e agora fazem de novo apenas as matérias nas quais foram reprovados.

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 09 fev. 1971, p. 2

Em 1968, estar no último ano do primário causava incerteza em milhares de crianças e pais, poia o exame de admissão reprovava em massa. Esse fenômeno social gerava emoções escolares expressas nas imagens e nos textos apresentados pelo *JB*. Como destaca a legenda da Figura 43, os pais que esperavam na rua também estavam nervosos, pois os temidos exames de admissão para os estudantes concluintes do ensino primário excluíam grande número de candidatos. Na Figura 43, os pais aguardavam na porta do colégio o término das provas, quando refletiam sobre o futuro dos filhos em caso de aprovação ou reprovação, e essa incerteza fomentava a impaciência.

Figura 43 – Prova de paciência



PROVA DE PACIÊNCIA

Na seção do Pedro II em Humaitá, pais e mães esperam, na porta, que os filhos terminem o exame

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1968, p. 15.

Em termos figuracionais a admissão impactou os afetos de famílias e alunos que tentam se ajustar às regras de uma figuração escolar ampliada, mas ainda seletiva, na qual o equilíbrio de poder pesa contra os recém-chegados e os que desejam ampliar sua escolarização. **As emoções interpretadas pela imprensa as narram como** *marcadores de tensão do*

autocontrole em situações de imprevisibilidade. Além das ligações interpessoais Elias (2008) lembra que as pessoas se unem emocionalmente em sociedades complexos por meio de símbolos sociais. Aqui se observa a escolarização como símbolo que liga as pessoas diretamente e indiretamente, nesse último caso é uma ligação mais impessoal, ou seja, é a "consciência alargada do eu nós" indispensável desde pequenas tribos até Estados complexos. Assim as transformações nesses símbolos afetam os sujeitos que se formam emocionalmente em torno deles.

Como bem visto, os periódicos estetizam o drama e evoca as emoções para abordar essa transformação em que a escolarização se torna cada vez mais desejada por todos, embora ainda acessível a todos. Nesses casos impressos, o problema social e o impacto dessa mudança não são questionados de forma direta pela imprensa que prefere mostrar a seletividade desse processo por meio dos números que refletem a hierarquização dessa sociedade.

Em 1964, havia, na Guanabara, em todos os ginásios estaduais, 24 mil vagas. Em 1966, os exames admissionais se tornaram unificados, e neles se inscreveram 55.531 candidatos para disputar 15.628 vagas existentes. A nota mínima para aprovação era cinco para o exame de Matemática, e se aprovado o estudante teria o direito de realizar a prova de português em dezembro. Desde 1964, o Estado aboliu os exames da área de Geografia e História nos exames admissionais para o ginásio[280]. Em 1968, o *JB* noticiou que os cursos ginasiais mantidos pelo governo do Estado de São Paulo reuniriam nos exames de admissão 317.341 candidatos (capital com 173.209 candidatos, e interior com 144.132), que fariam provas de Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais (Geografia e História). Em 1967, foram aprovados 226.204 candidatos[281].

Outra forma de crítica recorrente se relacionava às questões dos exames. A imprensa destacava que a complexidade das questões das provas tinha apenas a intenção de reprovar o candidato, e não avaliar o conhecimento. As provas eram denunciadas pela "dureza quase cruel", como no caso da prova de História do Brasil do Colégio D. Pedro II, acusada de impedir os estudantes a atingir a média para a admissão[282]. Os exames admissionais eram mecanismos de controle diante da limitação de vagas para o número de candidatos.

Essa lógica seletiva refletia não apenas a estrutura excludente do sistema educacional, mas também a permanência de um modelo que restringia o acesso à continuidade escolar. Essa

---

[280] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 253, 23 out. 1964, p. 13; *Jornal do Brasil*, n. 259, 01-02 nov. 1964, p. 12; QUASE 56 mil candidatos disputarão hoje no Rio 16 mil vagas ao ginásio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1967, p. 11.
[281] Ginásios em São Paulo têm 317.341 candidatos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1968, p. 13.
[282] PAIS querem comprar salas para os excedentes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 jan. 1967, p. 7.

prática contradiz a existência de um discurso oficial e uma agenda de políticas públicas que anunciavam incentivos para a permanência dos estudantes, o combate à diminuição da evasão e a preocupação com a qualidade do ensino e da formação do professor.

Rezende (1965), da *FL*, afirmou que os ginásios não conseguiam atender aos milhares de jovens interessados em estudar, e era comum a necessidade de "fazer fila, implorar e ter sorte" para conseguir uma vaga. O jornalista destacou que os candidatos esboçavam emoções como "desânimo", "revolta" e "frustração", resultando no abandono escolar de muitos jovens londrinenses que ingressavam precocemente no mercado de trabalho[283] sem o devido preparo.

Essa situação, de acordo com o jornalista, gerou um sentimento de insegurança nos pais londrinenses, que "temem pelo que possa ocorrer", pois sabiam das dificuldades para conquistar um lugar no curso ginasial: "Daí as incertezas e preocupações que rondam muitas famílias"[284]. O jornalista Alonso (1966), do *JB*, também relatou que a procura por matrículas para as crianças que entravam na fase do secundário era ainda mais "angustiante" para os chefes de famílias numerosas. Ele descreveu igualmente o drama das mães que, nos primeiros meses do ano, "percorrem uma verdadeira *via crucis*, primeiro para inscrever os filhos nas provas de admissão", com destaque para muitas delas que gastam o que não podem para custear explicadores e pagar taxas de inscrição, restando depois a "expectativa"[285].

O jornalista do *JB*, Fleury (1965), mantinha contato com autoridades educacionais da Guanabara, e observou que "o principal avanço verificado nos últimos anos foi a conscientização, por parte dos pais, mestres e até das famílias, de que a educação é considerada como parte integrante da vida"[286]. A fala dos jornalistas apresenta o descompasso entre as ações políticas de expansão escolar e a conscientização coletiva da necessidade de escolarização diante das mudanças na estrutura social. Essa situação gerava emoções que poderiam insuflar nos sujeitos atos de violência, em prol dessa inserção nas figurações escolares. Por isso, tal demanda possuía forte prioridade. Assim, a personalidade social se adaptou à ideia de escolarização antes da própria formação da estrutura escolar.

Esse descompasso gerou inconformismos conforme visto no conflito deflagrado no Colégio D. Pedro II, em 1965, quando se envolveram excedentes escolares, estudantes, autoridades políticas, igreja, advogados, imprensa e até instituições, como o MEC e a SEC, agenciados pelos pais dos candidatos. Isso pois não aceitaram a posição de excedentes ginasiais,

---

[283] REZENDE, Claret, *Folha de Londrina*, n. 3902, 14 fev. 1965, p. 3. Destaque.
[284] REZENDE. Claret de. Ainda o ensino. *Folha de Londrina*, Londrina, 11 jan. 1968, p. 3. Destaque.
[285] ALONSO, Martins. Entraves à educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1966, p. 6.
[286] FLEURY, Sérgio. Enquanto, crescem as escolas nível do ensino vai baixando. *Jornal do Brasil*, n. 124, 30 maio 1965, p. 14.

considerando que foram aprovados, obtiveram a média exigida e, mesmo assim, não conseguiram realizar a matrícula por falta de vagas.

Pais e candidatos consideravam que, pelas regras dos exames, teriam direito à matrícula, a mesma situação dos excedentes universitários. A revolta levou os pais dos estudantes a protestarem em frente ao Palácio da Educação e a invadirem o Gabinete do ministro ao saberem que não estava resolvido o aproveitamento dos excedentes[287]. Um grupo de pais dos excedentes ficou em vigília permanente na Avenida Presidente Vargas, para coletar assinaturas para um memorial a ser dirigido ao presidente da República, "pedindo solução democrática para o problema".

A Comissão Central Pró-Matrícula dos Excedentes do Colégio Pedro II procurou Oscar Mendonça Clark, encarregado pelo presidente da República, para encontrar uma solução para o problema dos 1.200 excedentes que queriam vagas em algum dos colégios estaduais. A comissão ameaçou fazer uma marcha, da Cúria Metropolitana em direção ao Palácio das Laranjeiras, e mais de cem pais recorreram às redações dos periódicos[288].

Em apoio, a Associação dos Alunos do Colégio Pedro II distribuiu nota oficial, solidarizando-se com a campanha que pleiteava vagas, afirmando que "eles cumpriram a parte que lhes competia". A Associação reconheceu as razões apresentadas pela direção do Colégio Pedro II e apontou como única solução a concessão de verba suplementar pelo MEC para possibilitar o aproveitamento sem prejuízo dos matriculados[289]. A Comissão entregou ao presidente da República, por intermédio do Cardeal Dom Jaime Câmara, um memorial com cinco mil assinaturas em apelo à concessão de matrícula aos excedentes. Foi entregue também um novo abaixo-assinado dos pais dos alunos, esclarecendo que a única solução para o problema era a concessão de recursos financeiros ao Colégio Pedro II[290]. A Comissão realizou várias tentativas para reunir-se com o ministro, indo até a residência dele[291].

Quando não obteve resultado, a Comissão Central Pró-Matrícula dos Excedentes do Colégio Pedro II (externato) contratou o advogado Chaloupe Sobrinho que impetrou uma ação judicial para matricular os excedentes no Pedro II[292]. Depois de muita pressão, os pais de

[287] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 40, 17 fev. 1965, p. 11.
[288] PAIS dos excedentes do Colégio Pedro II dizem que só esperam até amanhã. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 45, 23 fev. 1965, p. 11.
[289] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 49, 27 fev. 1965, p. 12.
[290] *Jornal do Brasil*, n. 51, 04 mar. 1965, p. 5.
[291] *Jornal do Brasil*, n. 67, 23 mar. 1965, p. 14.
[292] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 91, 24 abr. 1965, p. 15.

excedentes desse colégio matricularam os filhos nos colégios estaduais, solução proposta pelo MEC em combinação com a Secretaria de Educação do Estado[293].

No ano seguinte, por decisão do MEC, foi definido que os excedentes da primeira série ginasial do Externato Pedro II seriam todos matriculados e acomodados nas 24 salas pré-fabricadas construídas com capacidade para 50 alunos cada. Essa foi a solução encontrada pelo ministro da Educação, Pedro Aleixo[294]. O Estado monopoliza os recursos escolares (vagas, certificação, tempo, informação), da qual dependiam a maioria da população. Algumas pessoas, como os pais dos candidatos do D. Pedro II, se expressaram com códigos sociais públicos de pressão que visam principalmente a acomodação dos seus pares nas figurações escolares. Esses movimentos são particulares e não questionam a marginalização, a estrutura social ou os governantes de forma direta, mas visam resolver apenas um problema particular e imediato.

Essa dependência transformou a indignação revoltante dos pais em códigos sociais públicos socialmente aceitáveis (abaixo-assinado, "vigília", medidas, ação judicial etc.) e justos, reforçando o autocontrole como requisito de legitimidade. O evento do Colégio Dom Pedro II confirma expansão seletiva, pois nem todos os excedentes conseguiram vagas, e utilizaram soluções paliativas, com foco em encerrar o conflito social.

Portanto, o preço a ser pago pelos pais dos alunos pelo ensino era alto, até mesmo a realização de matrículas era marcada por sofrimento e protesto, como o que aconteceu em 1970 no Colégio Dom Pedro II. A Figura 44 mostra mães e pais na fila, debaixo do sol, com fome e sede durante o dia todo, devido à imensa fila. A impaciência aumentou e o tumulto surgiu com a demora no atendimento e algumas tentativas de furar a fila, o que gerou empurrões e gritos de revolta de pais, junto com o choro das crianças, levando muitos a desistirem[295].

[293] *Jornal do Brasil*, n. 57, 11 mar. 1965, p. 11.
[294] MEDICINA também acampa no MEC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1966, p. 11; PAIS matriculam os filhos excedentes no Pedro II e acham que houve milagre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1966, p. 7.
[295] MATRÍCULAS no ginásio são feitas com tumulto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 30 dez. 1970, p. 15.

Figura 44 – Discussões na fila



A demora provocou discussões na fila de inscrição ao curso ginasial do Colégio Pedro II

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1970, p. 15.

Em Londrina, a *FL* destacou a grande afluência de candidatos a colégios e ginásios estaduais. Somente no Colégio Estadual Vicente Rijo, foram registradas 441 matrículas. Nos exames de admissão realizados no Ginásio Estadual da Vila Higienópolis, foram aprovados 112 dos 293 candidatos. Em 1965, o município contava apenas com quatro ginásios estaduais – Colégio Estadual Vicente Rijo, Ginásio Estadual da Vila Higienópolis, Ginásio Estadual anexo ao Instituto de Educação e Ginásio Estadual anexo à Faculdade de Filosofia[296].

Ainda que a 18ª. Inspetoria Regional de Ensino e a SEC prometessem resolver a falta de vagas, o problema se repetia todos os anos. No município, cerca de 3.200 jovens fizeram exames de admissão à 1ª. série do curso ginasial, disputando as 1.500 vagas disponíveis em todos os estabelecimentos públicos de Londrina. Os exames eram aplicados no mesmo horário em todas as escolas, para o candidato não concorrer em mais de uma instituição[297].

Alguns dados mostram um número maior de candidatos do que vagas, e mais matrículas do que espaços escolares. Isso ilustra uma massificação com uma integração precária, o que legitima soluções como rodízio e aluguéis de salas, e naturaliza o improviso como política

[296] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3886, 28 jan. 1965, p. 16; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3886, 28 jan. 1965, p. 16; ESCOLAS e estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3879, 18 jan. 1965, p. 12; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3880, 20 jan. 1965, p. 12. Escolas e estudantes.
[297] 3.200 CANDIDATOS disputam 1.500 vagas nos ginásios. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 dez. 1967, p. 15.

pública. Novamente, observa-se que, da escala federal até a municipal, havia ações para promover estratégias de limitar as oportunidades de acesso da população pobre à educação, pois, cada vez mais, os filhos iam para as escolas públicas.

Como visto, uma das soluções do governo federal se baseava em considerar que o secundarista/universitário capaz de pagar, iria pagar, estimulando a cobrança de anuidades nas escolas públicas. Contraditoriamente, essa questão não recebeu grande destaque na imprensa, que poderia ter destacado o debate de defesa da escola pública. Mesmo assim, houve relato de resistência secundarista contra o ensino pago nas escolas, mas os periódicos se concentraram no movimento universitário contra as anuidades.

Dessa forma, nota-se que o primeiro obstáculo para os estudantes era acessar as figurações escolares (grupos escolares, ginásio e colégios). Porém, à medida que se integravam, deparavam-se com um padrão escolar precário e autoritário que se associava com atmosfera contestatória do final da década de 1960, a qual invadiu o país e afetou principalmente a personalidade estudantil. A partir dessa perspectiva e diante da estrutura escolar vigente, foram selecionados eventos de protestos que emergiram das figurações estudantis secundaristas. Nesses acontecimentos, os estudantes questionaram tanto o autoritarismo, quanto a estrutura material dessa pretensa nova escola de massa.

4.1 FIGURAÇÕES ESTUDANTIS: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE PROTESTO

Como se observou no item anterior, ocupar uma posição dentro das escolas ainda representava um privilégio. Logo, havia uma marginalização de pessoas, despertando emoções reguladoras que modulavam a personalidade individual desde o processo de ingresso. Assim, a marginalização não é um simples reflexo da desigualdade, mas parte de um processo civilizador que diferencia e hierarquiza grupos, criando padrões de comportamento no espaço escolar.

Portanto, os sujeitos convivem com tensões e incertezas constantes, o que se perpetua após a integração nas escolas. Tal lugar mostra as diferenciações e impõe a hierarquização aos estudantes que vivenciam uma rotina escolar normatizada que envolve a convivência com uma gama variada de sujeitos com diferentes níveis de poder. Para manter essa relação em meio à multiplicidade de gerações, poderes e regras, a escola precisa estabelecer consensos e disciplina, considerados elementos básicos para a sobrevivência das instituições escolares. No entanto, o autoritarismo e a precariedade, como parte do *habitus* escolar, impulsionam as ações de protestos dos secundaristas embalados pela atmosfera conjuntural das manifestações estudantis e pela formação de uma estrutura física e material insatisfatória.

O município de Londrina, por exemplo, sofria com a grave falta de espaços escolares para acomodar os matriculados. Esse problema envolveu figurações políticas locais, estaduais e federais, assim como os pais, os professores e, principalmente, os estudantes. De acordo com as informações do IBGE divulgadas pela *FL*, o município dobrou o número de ginásios públicos (oito) de 1965 até 1968. Ao todo, havia 19 escolas de nível médio (11 do 2.º ciclo, cinco públicos e seis particulares) com 12.421 alunos matriculados (8.861 no 1º. ciclo e 3.560 no 2º. ciclo). Desses, 6.967 estavam nos estabelecimentos públicos. Em 1969, Londrina saltou para aproximadamente 15 mil estudantes no ensino secundário e 1 mil no ensino superior. Porém, o periódico ressaltou que, em todos os níveis de ensino, o número de matrículas superava significativamente o de vagas disponíveis, situação particularmente crítica no ensino primário[298].

Esse déficit causou, em Londrina, um processo de invasão consentida do nível médio e, até mesmo, do ensino universitário dentro dos grupos escolares que precisavam dividir espaços e horários, o que criou uma série de problemas, como instalações precárias e redução de carga horária. Diante disso, a *FL* acusava o município de realizar ações improvisadas. No Grupo Escolar Hugo Simas, por exemplo, passou a funcionar no período da tarde o curso de Pedagogia da Faculdade, prejudicando as classes do primário e do ginásio. No Grupo Escolar Evaristo da Veiga, a Escola Normal funcionava junto com o ginásio, a escola de aplicação e, ainda, a Escola Técnica de Comércio Estadual. O Grupo Escolar Santos Dumont também comportou o ginásio e primário[299].

A direção do Colégio Estadual adotou o "regime excepcional de revezamento de classes", ou seja, para todas as classes foram dadas três dias de aula por semana. Para tentar solucionar o problema, foram construídas salas improvisadas no pátio. De acordo com Grêmio Estudantil Lisímico Ferreira da Costa do Colégio Estadual, a construção dessas duas salas de aulas ocorreu por iniciativa e com os recursos dos próprios alunos e professores[300]. Ao se sensibilizarem com o Colégio Estadual, estudantes formaram uma comissão de dirigentes com integrantes da ULES (Ivar Lúcio Soares, presidente da ULES, Duarte Morales, Célio Guaraci Magalhães e Paulo Cesar Longo Paiva) para ir até Curitiba expor à SEC a "angustiante"

[298] LONDRINA tem 19 escolas de ensino médio com 12.421 alunos matriculados. *Folha de Londrina*, Londrina, 2 nov. 1968, p. 16; AULAS começam amanhã, com muita gente e poucas vagas. *Folha de Londrina*, Londrina, 3 mar. 1969, p. 16.
[299] ENSINO em Londrina com dificuldades de espaço. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3958, 25 abr. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes; GINÁSIOS e colégios agrícolas terão novo currículo escolar. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4044, 01 ago. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes.
[300] ALUNOS construíram duas salas no Colégio Estadual. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3961, 29 abr. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes.

situação. Os membros da comissão e os diretores da entidade, em comum acordo com professores, viajaram para a capital, a fim de solicitar medidas urgentes para solucionar a falta de salas do educandário.

A notícia descreveu que os estudantes voltaram da capital inconformados com a recepção da professora Eunice Pombo, diretora do Ensino Secundário da SEC, por considerá-la "grosseira". Os alunos foram à redação da *FL* para denunciar as aulas alternadas das turmas: "uma recebe aulas às segundas, quartas e sextas-feiras, e outra às terças e quintas". Além disso, existe o funcionamento de duas classes em uma mesma sala. Disseram que a diretora Eunice Pombo afirmou que "o problema do Colégio Estadual é de competência exclusiva da direção", que deveria se recusar a matricular os alunos excedentes, e a Secretaria de Educação nada teria a ver com a situação. Ela também julgou "os coleguinhas do interior só trazem problemas"[301].

O tratamento da diretora revelou estigmas dos municípios periféricos, vistos como *outsiders*, um grupo, segundo a diretora, trazia "problema" ao Estado, por tomarem atitudes errôneas e não se responsabilizarem por elas. A diretora, representante do grupo estabelecido, que definia as normas, destacou a institucionalização da marginalização, ao condenar a ação do município de matricular além das vagas disponíveis. Apesar do protagonismo de buscarem se aproximar das autoridades estaduais e denunciar a atitude da diretora à imprensa, os estudantes não promoveram outras ações coletivas que confrontassem ou acusassem o descaso do Estado e dos governantes. De certa forma, na esfera local, percebiam o esforço municipal de promover a integração, mesmo que para isso intensificasse a precariedade escolar.

As notícias da *FL* apontavam frequentes investimentos do Estado na educação, como o convênio entre a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) e a Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), bem como de auxílios do MEC para a construção de escolas primárias e secundárias em todo o país[302]. Mesmo assim, os investimentos parecem insuficientes. A falta de vagas para o ginasial movimentou o início do ano letivo de 1968 em Londrina, levando os vereadores a formarem uma comissão encarregada de verificar os estabelecimentos de ensino médio, para ir até Curitiba falar com o secretário estadual da Educação e Cultura, Carlos Alberto Moro. Ele, por sua vez, se comprometeu a empenhar verba especial para a construção do terceiro bloco no Colégio Estadual do Professor

[301] DIRETORA da SEC insultou os estudantes que foram expor situação do Colégio Estadual. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3933, 25 mar. 1965, p. 6.
[302] MAIS escolas no Paraná. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4003, 12 jun. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes; PLANEJAMENTO básico para construção de escolas. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4148, 02 dez. 1965, p. 12 Escolas e Estudante; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 77, 03 abr. 1965, p. 7; PLANEJAMENTO básico para construção de escolas. Escolas e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4148, 02 dez. 1965, p. 12.

Vicente Rijo, para abrigar aproximadamente 1.200 alunos do 1º. ano do ensino médio; auxiliar o Instituto de Educação para receber mais 700 alunos; o Colégio Marcelino Champagnat para acomodar mais 100 estudantes; assim como o Colégio Marista, por meio de bolsas de estudos. O secretário aceitou a sugestão apresentada por Dom Geraldo Fernandes, bispo de Londrina, propôs alugar as salas do Colégio Marista, com a complementação de bolsas pagas pelo Estado no mesmo colégio[303].

Mesmo com a ajuda da secretaria, a falta de vagas permaneceu. A mudança do Colégio Champagnat, dos prédios do La Salle e do Marista para as dependências desocupadas pelo Colégio Vicente Rijo, deixou muitos estudantes sem vagas. Por isso, em 1969, uma comissão de alunos e ex-alunos do Colégio Estadual Marcelino Champagnat foi até a redação da *FL* divulgar um apelo ao secretário da Educação e Cultura, Cândido Oliveira, para que alugasse novamente as instalações do Ginásio La Salle, como foi no ano anterior, e possibilitar a centenas de jovens que querem estudar e não encontram vagas[304].

O periódico registrou que vários ginásios da zona sul de Londrina enfrentavam o sistema de rodízio, decorrente dos problemas de acomodação. Com isso, o prefeito Dalton Paranaguá chegou a se deslocar para Curitiba em busca de auxílio, mas retornou sem qualquer providência imediata por parte da Secretaria[305]. O novo Ginásio Estadual Antônio de Moraes de Barros, que foi estampado na *FL,* como mostra a Figura 45, foi descrito como uma escola com arquitetura arejada e ampla. Essa descrição se contrastava e distinguia dos antigos colégios, como o Hugo Simas, cujos pátios se perderam para a construção de salas. A outra escola era o Ginásio Bandeirante, ainda estava em obras, mas já havia preenchido quase todas as vagas do período noturno (Figura 46).

[303] SECRETÁRIO da Educação prometeu solucionar até março problema de vagas no ensino médio de Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 16 fev. 1968, p. 16; PROBLEMA de vagas está sendo resolvido: as inscrições começam amanhã. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 fev. 1968, p. 16.
[304] ESTUDANTES fazem apelo à Sec.: querem mais vagas. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 mar. 1969, p. 16.
[305] AINDA faltam 1.300 carteiras escolares. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 abr. 1970, p. 20.

Figura 45 – Ginásio Estadual Antônio de Moraes de Barros



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 19 fev. 1970, p. 8. Escolas e Estudantes.

Figura 46 – Ginásio Bandeirante



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina. 4 mar. 1970, p. 20.

Essa alta demanda pelo noturno pode indicar que muitos estudantes trabalhavam durante o dia, ficando impossibilitados de frequentar o ensino no período diurno. Era visível a presença crescente de estudantes provenientes de camadas populares e em situação de pobreza, dividindo o tempo entre a escola e o trabalho. Em nota de volta às aulas do ano de 1970, o *JB* apresentou José Paulo, um menino de 12 anos que estudava em escola pública, mas também era uma criança da classe trabalhadora, chamada de "criança-adulto que desde cedo precisou lutar pela

sobrevivência"[306]. José Paulo representava um novo perfil de estudante que ajuda a compreender quem era esse novo grupo que passou a ocupar as matrículas ginasiais do noturno.

Essa demanda por ginásio noturno também foi vista no Rio de Janeiro. Uma comissão de alunos do curso supletivo da Escola Vicente Licínio Cardoso, dentre eles Eraldo Alves (mecânico) e Nivaldo Barbosa Veiga, representantes de 2 mil alunos do supletivo noturno, com a maioria de operários, foi à redação do *JB* para fazer um apelo pela continuidade dos estudos na escola. Eles cobravam da direção uma promessa realizada em setembro de 1970, garantindo o acesso direto ao ginásio, depois de fazerem uma prova padronizada do MEC. A avaliação foi feita, mas o curso ginasial noturno não foi criado, e a diretoria não solucionava o problema[307].

A representação dos secundaristas mostra que eles se articularam com as autoridades, a imprensa e as instituições para reivindicar melhorias nos espaços escolares. Mesmo assim, eles se deparavam ou se confrontavam com práticas autoritárias cotidianas que menosprezavam e ignoravam as suas reivindicações. As coberturas periódicas abriam espaços para retratar o esforço dos estudantes pela escolarização, mas ao mesmo tempo despolitizava completamente esse déficit estrutural.

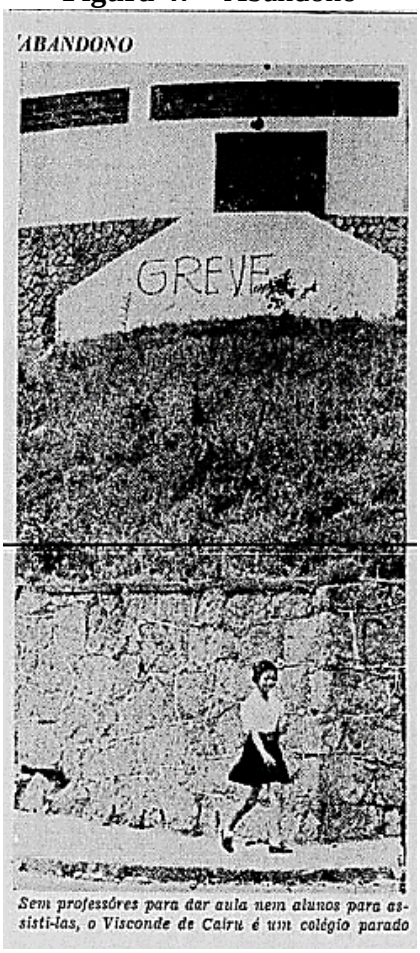
Da mesma forma, em torno da responsabilidade pela ampliação escolar, ao se concentrarem na representação do conflito entre o local e o estadual, os códigos sociais públicos utilizados pelos estudantes, como a formação de comissão para falar com as autoridades e a denúncia na imprensa, visavam atender as demandas particulares (como construir sala), caracterizadas pelo baixo confronto e por tensão mais relacionadas a necessidades particulares e imediatas que visavam estabelecer o mínimo de funcionalidade ao espaço escolar para o grupo envolvido. Eles são valorizados até pela imprensa, que os observa mais como exercício de cidadania, e não como ameaça à ordem estabelecida.

Embora com exceções, nesses conflitos, os sujeitos pertenciam e se relacionavam com autoridades locais e institucionais. As notícias evidenciam como a massificação escolar aplicada na escala municipal (obras, convênios, aluguel de salas) produziu protestos que também ampliaram o nível de confronto com as autoridades e contra as posturas autoritárias. Foi o que ocorreu no Colégio Visconde de Cairu (Figura 47), um dos maiores colégios da rede estadual (4.500 alunos e cerca de 300 professores), localizado no Méier, Rio de Janeiro. A Figura 47 anuncia o código social público, a greve que aconteceu em 1968, cujo título "abandono" aponta a causa do protesto deflagrado pelos estudantes que explicitaram ao *JB* que

[306] VOLTA às aulas, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1-2 mar. 1970, p. 18.
[307] ALUNOS pedem que Escola Vicente Licínio Cardoso instale ginasial noturno. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1971, p. 17.

o movimento não possuía "qualquer vinculação política, acrescentando que ele foi causado pela quantidade de irregularidades que atualmente afetam o colégio", dentre elas a indiferença do diretor, o baixo nível intelectual dos professores e a ausência de estímulo para o estudo. A reportagem mostrou que os professores pareciam ter aderido, pois não compareceram mais à escola. Os estudantes também picharam os muros com *slogans* contra o diretor Abelardo Vilaboim e o sistema educacional do governo estadual[308].

Figura 47 – Abandono



Fonte**:** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 set. 1968, p. 7.

Diante da greve dos alunos, o secretário da Educação, Gonzaga da Gama, ameaçou aplicar faltas aos grevistas, que pediam o afastamento do diretor, mas, segundo o secretário, só poderia ser feito pelo governador. Por isso, os estudantes decidiram manter a paralisação até conseguirem uma audiência com o governador. Após negociações, firmou-se um acordo que garantia que nenhum aluno seria punido, os coordenadores dos turnos seriam eleitos pelos professores, e as provas começariam no dia 15 de outubro. Assim, depois de 13 dias, os

[308] GREVE do Visconde de Cairu entra no 8º dia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 set. 1968, p. 7.

estudantes retornaram às aulas. Embora o diretor do Colégio Visconde de Cairu tenha permanecido no cargo, comprometeu-se a respeitar os termos do acordo[309].

A revolta dos estudantes do Colégio Visconde de Cairu teve origem em uma figuração marcada por relações conflituosas com o diretor, dinâmica semelhante à observada entre universitários e diretores de curso. Embora os estudantes denunciassem a precariedade das condições escolares, os embates também refletiam as dificuldades de diálogo e negociação no interior da própria figuração. Claramente, a indiferença do diretor e a restrição da participação nas decisões do colégio fomentaram a insatisfação dos estudantes, que tentavam reequilibrar o poder com as típicas greves do período, garantindo vitórias parciais com base em promessas. Além da falta de vozes docentes, também se destaca a preocupação dos estudantes em destacarem publicamente que o protesto não era político, mas de caráter escolar, assim como fizeram outros grupos que protestaram, como as professoras e os excedentes universitários.

Postura estudantil semelhante ocorreu na greve do Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, ao lado da Secretaria de Segurança, onde os estudantes foram para explicar a situação às autoridades. Os 4 mil estudantes protestavam contra o descaso das autoridades da Secretaria de Educação, diante do pedido de reforma do prédio escolar que estava em péssimas condições. O movimento foi deflagrado pelo Grêmio Cultural do Liceu, cujo presidente, José Antônio Nogueira, explicou que "a greve não tem nenhuma ligação com outras áreas estudantis"[310]. Essa posição de parte de integrantes das figurações escolarizadas remete ao funcionamento do controle social, que, para Elias (1994), se relaciona ao autocontrole do indivíduo que opera transformações na sua consciência, que são tanto de natureza histórica, quanto pessoais.

> Uma trama delicadamente tecida de controles, que abarca de modo bastante uniforme, não apenas algumas, mas todas as áreas da existência humana, é instilada nos jovens desta ou daquela forma, e às vezes de formas contrárias, como uma espécie de imunização, através do exemplo, das palavras e atos dos adultos. E o que era, a princípio, um ditame social acaba por se tornar, principalmente por intermédio dos pais e professores, uma segunda natureza no indivíduo, conforme suas experiências particulares (Elias, 1994, p. 98).

Desse modo, a escola potencializa a internalização dessa trama de controles, que são as pressões sociais, que se tornam *habitus*. Portanto, os processos educacionais, para Elias (1994), são decisivos na formação das imagens do eu e do "nós", produzindo e reproduzindo as identidades-eu e nós ao longo das gerações. De acordo com o autor, as instituições de educação pública se dedicam à consolidação de um sentimento do "nós" baseado na tradição nacional (1994, p. 171).

---

[309] SECRETÁRIO manda punir secundaristas em greve. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1968, p. 16; Alunos voltam hoje às aulas no colégio Visconde de Cairu. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 set. 1968, p. 14.
[310] LICEU faz greve por prédio melhor em Niterói. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 out. 1968, p. 7.

No caso do Brasil, como dito no início da pesquisa, ainda se perpetuava o *habitus* de não aceitar conviver com a oposição política, característica que ficou explícita pelo desconforto social gerado no governo de Goulart, no qual as oposições se evidenciaram. Além disso, a ditadura civil-militar exacerbou esse *habitus*, colaborando com sua origem e sua permanência.

Logo, percebe-se como a linguagem periódica corroborou para reforçar o processo de despolitização, que, com a coerção física do Estado, operava rapidamente a personalidade social assolada pelo medo e por uma mentalidade conservadora ou, mesmo, indiferente à situação política vigente, que associava "o político" à deslegitimidade, à subversão ou à oposição à ditadura. Nitidamente, a preocupação dos sujeitos em manter o conflito dentro das fronteiras escolares visava evitar os riscos que as estigmatizações poderiam causar, além de garantir a legitimidade da sua demanda particular. A evocação do DOPS e da PM para integrar algumas figurações escolares ilustra a conjuntura autoritária que permeia as relações escolares, conforme visto quando desavenças escolares e administrativas se transformaram em questões de segurança.

Nota-se parte desse comportamento no conflito ocorrido na Escola Agrícola Nilo Peçanha, em Pinheiral, no município de Piraí, no Rio de Janeiro, onde os estudantes entraram em greve, para afastar o diretor e alguns professores. A greve, decretada pelo diretório, teve apoio de todos os alunos (350, entre internos e externos), descontentes com "as condições precárias de higiene da escola, com a péssima alimentação e com alguns professores desatualizados que faltam frequentemente". Além disso, havia goteiras no prédio e nas salas e o pátio não tinha cobertura. A notícia destacou que, desde o início do ano, os alunos solicitaram o diálogo com o diretor, Paulo Sousa Rocha, que sempre se recusou a conversar e melhorar as condições sanitárias e alimentares da escola. Em vez disso, ele tomou uma providência drástica: "ou fechará a escola ou a entregará ao DOPS". No entanto, o governador Jeremias Fontes preferiu atender às reivindicações dos alunos e autorizou o reinício das obras de remodelação do prédio[311].

Nesse caso, a representação do diretor evidenciou de forma mais nítida a presença do autoritarismo nas relações escolares, assim como o modo pelo qual a conjuntura política era utilizada para ameaçar e coagir os estudantes que se recusavam a submissão às autoridades consideradas ilegítimas. A postura de enfrentamento e reivindicação adotada por esses alunos contrastava fortemente com o perfil tradicional do estudante obediente e disciplinado,

[311] DOPS assiste sozinho à missa por Luís Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1968, p. 7.

pertencente a um grupo restrito que não precisou disputar o espaço escolar e nem conviver com uma estrutura educacional despreparada para acolhê-lo.

Os alunos do Colégio Estadual Ferreira Viana entraram em greve, pois a direção se recusava a fazer as reformas para a inclusão do curso pré-vestibular. Antes da greve, a Frente Unida Estudantil do colégio fez uma pesquisa para saber as reivindicações dos estudantes e, com base na maioria das opiniões, entregou um relatório à diretora, Maria do Carmo Reis, que respondeu: "não tenho nada com isso". Depois das férias, 800 alunos compareceram à assembleia convocada pela Frente Unida Estudantil do Ferreira Viana, e decidiram iniciar a greve dos três turnos e permanecer até que suas reivindicações fossem atendidas[312].

A diretora informou que "não há verbas para fazer as obras solicitadas". Os membros da Frente Unida Estudantil insistiram em denunciar que 180 alunos assistiam às aulas de pé, por falta de cadeiras, o banheiro não tinham fechadura e as condições higiênicas eram péssimas. Os alunos protestaram ainda contra as condições de ensino das matérias de Física e Química, no primeiro ano científico, e a falta de coordenação entre as matérias lecionadas[313].

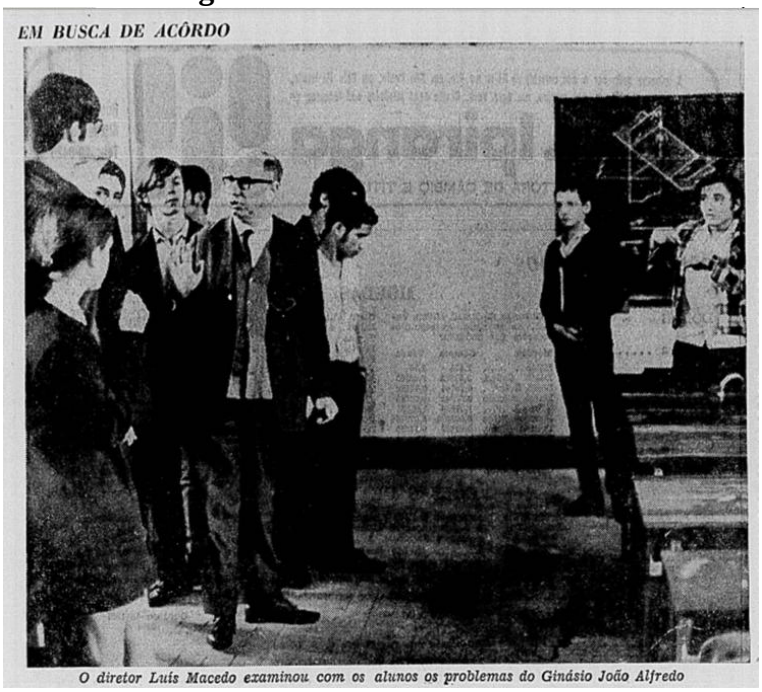
Tanto os problemas estruturais e os códigos sociais, quanto as respostas às reivindicações fomentavam a dinâmica das relações escolares. Além de posturas autoritárias, destaca-se a indiferença dos diretores e o baixo nível de poder decisório para atuar sobre as demandas dos estudantes. Isso mostrava os limites da função e como precisavam lidar cotidianamente com o conflito, enquanto mediadores que absorviam as tensões entre o Estado e os alunos, o que explicava a oscilação entre compreensão e autoritarismo.

No Ginásio Estadual João Alfredo, em Vila Isabel, ocorreu o mesmo problema, greve de 2.700 alunos para protestar contra as péssimas instalações do prédio, construído em 1875, e com paredes descascadas, rachaduras, goteiras, assoalhos afundando e iluminação elétrica deficiente. Na Figura 48, o diretor, Luís Macedo, de forma mais compreensiva, escutava e examinava os problemas, também os apresentou a um diretor do Departamento de Ensino Médio da Secretaria de Educação, Emílio Stein, que concordou com a reclamação, ao constatar que o prédio não apresentava condições de ensino. Porém, ele informou aos estudantes que não havia verbas para construir um novo prédio[314].

---

[312] ALUNOS em greve exigem obras no prédio do Ferreira Viana. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 nov. 1968, p. 7.
[313] ALUNOS mantêm greve no Colégio F. Viana. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 nov. 1968, p. 14.
[314] ALUNOS exigem a reforma do Ginásio João Alfredo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 out. 1968, p. 11.

Figura 48 – Em busca de acordo


EM BUSCA DE ACÔRDO

O diretor Luís Macedo examinou com os alunos os problemas do Ginásio João Alfredo

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 out. 1968, p. 11.

O episódio não relatou conflitos nas relações internas dessa figuração escolar, cuja Figura 48 revelou um momento de diálogo amistoso entre estudantes, o que geralmente era rejeitado pelos diretores. No entanto, a posição engajada e inconformada dos alunos em se submeterem a instalações precárias indica personalidades dispostas a questionarem e atuarem para melhorar os espaços escolares.

O reconhecimento oficial do problema reforçava o vínculo duplo entre estudantes, que precisam do Estado e o quanto este precisava da adesão estudantil para manter a rotina escolar, o mercado de trabalho, o consumo, o pagamento de imposto e a ordem social. Mesmo assim, a situação de espera confirmava o alto nível de dependência dos estudantes do poder público, mostrando as limitações do grupo.

Em Londrina, a questão da disciplina escolar se evidenciou com centralidade em um novo conflito entre estudantes, pais e diretor do Colégio Estadual Vicente Rijo. O professor Manoel Barros Azevedo transferiu alunos de 13, 14 e 15 anos, acusados de organizarem os movimentos de protestos contra a cobrança de anuidades e de críticas ao diretor consideradas injuriosas pelos professores. O advogado dos estudantes, Almir Passo, impetrou mandado de segurança contra a transferência compulsória de três alunos, e requereu na Justiça o regimento interno da escola para examinar e orientar na defesa dos estudantes. Porém, o diretor se recusou

a fornecer o documento e se limitou a oferecer uma transcrição de dois artigos, nos quais se baseou para transferir os alunos[315].

O fato gerou uma mobilização de pais e estudantes favoráveis à disciplina escolar, conforme retrata a Figura 49. Uma manifestação dos alunos do noturno, com cerca de 500 estudantes, do Colégio Estadual Professor Vicente Rijo, no centro de Londrina, para demonstrar o apoio ao diretor. Os estudantes exibiam cartazes: "Apoiamos o nosso diretor" e "Solidarizamo-nos com o sr. prof. Barros". Durante o ato, houve uma tentativa de vaia em frente à *FL* e reprimida pelos organizadores. Depois, sob anonimato, por temerem ser "fichados pelo SNI", cinco estudantes procuraram a redação da *FL* para criticar a manifestação, e alegaram que não houve assembleia para discussão prévia, e muitos alunos participaram por convocação direta, com a ajuda dos professores e nem compreendiam o real motivo do protesto[316].

Figura 49 – Colégio Estadual Professor Vicente Rijo



Os alunos do Colégio Estadual "Professor Vicente Rijo" desfilaram pela Avenida Paraná, em manifestação de apoio ao diretor

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 25 set. 1968, p. 16.

A manifestação apresentou características marcantes de autocontrole, como o impedimento da manifestação de atos de repúdio à imprensa, a atuação comum nas passeatas dos movimentos estudantis e a denúncia anônima das irregularidades da passeata. Essa situação mostra o autoritarismo dentro da escola e o medo dos estudantes de serem estigmatizados e

[315] TRANSFERÊNCIAS compulsórias: diretor recusa-se a exibir regimento interno do colégio. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1968, p. 16.
[316] COLÉGIO Estadual: Passeata em solidariedade ao diretor. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 set. 1968, p. 16.

reprimidos pelos órgãos do Estado ou por se indisporem com os membros da figuração escolar à qual pertencem. Dias depois, Wanda Carnio, uma das senhoras organizadoras das manifestações de apoio, informou que 660 pais de alunos assinaram um manifesto de solidariedade ao diretor Manoel de Azevedo Barros, em face do impasse surgido em consequência de medidas tomadas contra alunos que infringiram o regulamento interno. Um trecho do manifesto destacava: "Nós, pais de alunos do Colégio Estadual Professor Vicente Rijo, solidarizamo-nos com o professor Manoel de Azevedo Barros, tentando salvaguardar nossos filhos de influências perniciosas dentro da própria escola". Como representante em defesa do diretor, Marília Polis disse.

> Como todos os senhores sabem, houve aqui no Colégio um movimento de rebelião, de indisciplina contra leis estaduais e o regime de disciplina do Colégio quanto a uniforme, procedimento no interior do estabelecimento, enfim uma série de coisas que obrigaram o diretor e a Congregação de professores a tomar uma atitude extrema com certos alunos. Ele, o diretor, procurou de todas as formas, entrando em contato com os alunos e com seus pais, resolver o contencioso, mas por falta de cooperação de ambas as partes, o problema tomou tal fisionomia indisciplinar que ameaçava estender-se por todo o Colégio (Seiscentos pais de alunos manifestam apoio ao diretor do Colégio Estadual. *Folha de Londrina*, Londrina, 27 set. 1968, p. 16).

A manifestação de apoio de pais e alunos ao diretor representava a aprovação da disciplina e do controle dos estudantes em detrimento de movimentos reivindicatórios considerados perniciosos e capazes de se proliferarem. Essa figuração de pais e estudantes parecia ser bastante conservadora, cercada por valores que envolviam discursos sobre a religião e a família, afinados com os valores do diretor e do próprio regime vigente ditatorial que relacionavam a disciplina e o autocontrole diante das regras como características de superioridade.

Assim, ao se observarem como grupos estabelecidos, percebiam como natural a exclusão dos sujeitos anômicos que não compartilhavam e questionavam os códigos sociais. Os comportamentos contestatórios de alguns estudantes eram rotulados como subversivos ou indisciplinados e vistos como ameaça aos valores de disciplina. A defesa desses valores contribuía para bloquear o exercício de uma crítica pública sobre o comportamento de autoridades, como o diretor.

A partir da leitura figuracional, observava-se que o campo escolar não podia ser entendido isoladamente, mas como parte de uma cadeia de interdependências conectando alunos, diretores, pais, imprensa e Estado. As disputas em torno das vagas, das anuidades ou da disciplina não eram apenas conflitos administrativos, mas também expressavam as lutas por posição de dentro da escola. Logo, as figurações escolares passavam por transformações contraditórias, como a diminuição de poder entre diretores e estudantes, o aumento do

autoritarismo social e o avanço do controle estatal. Portanto, a escola pode ser percebida como um microcosmo onde o *habitus* autoritário se reproduzia, ao mesmo em que era contestado pelas novas gerações.

Em Jandaia do Sul, município do Paraná, os estudantes realizaram fortes movimentos de protesto contra a demissão de vários educadores ligados ao ensino público. Os mentores das manifestações denunciavam que eram de caráter político, e foram realizadas exigindo a recondução dos educadores atingidos pela medida. Os diretores do Grêmio Esportivo e Recreativo do Colégio Estadual disseram à reportagem que o prefeito João Balbino, ao tomar posse, exonerou os diretores daquele educandário e da Escola Normal, professores José Armando Pontes da Silva e Yone Teixeira, por razões puramente políticas, apesar de haver prometido durante a campanha eleitoral que não procederia a qualquer alteração no ensino.

Em reconhecimento, os inspetores regional e seccional também se solidarizaram com os colegas injustiçados. O professorado de Jandaia do Sul pleiteou ao governo do Estado que as demissões fossem revogadas e, após entendimento entre o governador e o secretário da Educação, os professores reassumiram suas funções. Contudo, o prefeito logo voltou a demiti-los, e seguiram-se as mesmas demonstrações em solidariedade. Os estudantes novamente saíram em defesa dos mestres e iniciaram o movimento de protesto, responsabilizando o vereador William James Pereira[317].

Os estudantes se envolveram em uma disputa de poder travada pela figuração política municipal, o que afetou diretamente os professores e os alunos, que formaram um movimento reivindicatório para defender os professores da sua figuração escolar. A narrativa mostrou pistas de como o contexto político local de desequilíbrio de poder, marcado por revanchismo e perseguições políticas, afetava o comportamento dos estudantes.

Apesar de apresentar o conflito, a notícia não demonstrou a indignação frente às regras da política local, cujo autoritarismo personalista afetou as figurações escolares, ao perseguir a oposição política, integrada por professores. O prefeito, os vereadores, os inspetores, os professores, os estudantes e o governo estadual formam rede de interdependência, onde o município exerceu desmandos informais que desconsiderou as decisões estaduais. Na prática, a ação do executivo municipal pareceu se impor.

Em Apucarana, no Paraná, um grupo de estudantes liderou a campanha contra o pagamento das taxas de matrículas nos estabelecimentos de ensino estadual de nível secundário. Eles foram à Câmara de Vereadores, onde se realizou uma sessão especial, com a presença dos

[317] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3935, 27 mar. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes.

líderes. Um deles, Antônio dos Três Reis de Oliveira, afirmou que a prioridade era denunciar o acordo MEC/USAID, e as anuidades serviram como pretexto para mostrar as consequências possíveis desse acordo para a cultura brasileira, além de conscientizar os estudantes e a opinião pública sobre o assunto[318]. O movimento de Apucarana utilizou a tribuna legislativa municipal e a imprensa como espaços públicos de denúncia. A fala de Antônio mostrou a circularidade das pautas estudantis que chegavam ao interior e mobilizavam a atuação dos secundaristas.

A estratégia de utilizar um tema "permitido" do pagamento das anuidades, para denunciar o Acordo MEC/USAID, aponta para uma consciência dos estudantes sobre os limites impostos e as aberturas possibilitadas pela estrutura social nas quais viviam, assim como a sua disposição de usar as brechas para aproveitarem os espaços públicos. Isso indica muito autocontrole das ações, pois houve uma análise dos riscos e uma estratégia de legitimidade.

Mais demonstrações dessas pautas e experiências similares entre os estudantes universitários e secundaristas pode ser vista na Associação Metropolitana de Estudantes Secundários (AMES), que enfrentou a coerção para impedir a abertura do XIX Congresso Metropolitano. O evento aconteceria na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Cristóvão, mas foi suspenso pelas autoridades militares. O presidente da AMES, Astrojildo Toledo Filho, falou perante cerca de 500 estudantes reunidos na Praça da Pedreira, e, após uma reunião no DOPS com autoridades policiais, ficou acertado que representantes dos estudantes decidiriam com o DOPS o local e a data de abertura do Congresso[319].

Os alunos do Colégio Pedro II participantes da AMES informaram ao *JB* que a maioria absoluta dos estudantes secundários estava obstinada a realizar de qualquer maneira o XIX Congresso suspenso. Com o objetivo de obterem garantias para a abertura do XIX Congresso Metropolitano de Estudantes Secundários, proibido pelo governo, a comissão de alunos liderada pelo presidente da AMES, Astrogildo Toledo Filho, foi procurar o governador Negrão de Lima, que se recusou a recebê-los. A Diretoria da AMES iria se reunir com o Superintendente-Executivo do DOPS, general Osvaldo Niemeyer, que deveria comunicar a eles sobre a decisão acerca da realização do conclave[320].

Apesar de indicarem que a AMES dependia da decisão do DOPS, as negociações também desvelam o protagonismo estudantil que utiliza códigos (comissão, pedido de

[318] APUCARANA. Estudante contra o acordo MEC/USAID. *Folha de Londrina*, Londrina, 02 mar. 1968, p. 4.
[319] MILITARES suspendem sessão de abertura do congresso de estudantes secundários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 maio 1966, p. 11.
[320] ALUNOS do Pedro II afirmam que maioria dos estudantes secundários quer congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29-30 maio 1966, p. 24; NEGRÃO não fala com AMES sobre Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1966, p. 14.

garantias), possibilitando circular pelo espaço público para estabelecer relações com as autoridades, em prol de obter a realização do Congresso. Logo, em vez de confronto aberto, a AMES optou por estabelecer relações formais, sem um engajamento político mais radical.

Como se nota, os estudantes, o DOPS e o governador formam uma figuração bastante tensa, pois os secundaristas queriam utilizar códigos sociais públicos, que naquele momento foram proibidos aos estudantes, como a realização de congressos, embora visasse debater temas relacionados ao campo educacional (a defesa da Escola Pública, a ampliação da rede de restaurantes estudantis gratuitos, o abatimento de 50% nas passagens de transportes coletivos, a padronização do livro didático, as punições injustas impostas a líderes estudantis, os movimentos reivindicatórios e a permissão para a instalação de grêmios nos colégios estaduais).

Como organização que extrapola a representação de uma instituição escolar, a AMES e seu debate sobre educação eram mais amplos. Esse aglomerado de pessoas que visavam se reunir para debater temas educacionais polêmicos e afrontosos acionava o aparelho de força do Estado articulado nos estados. Por isso, o DOPS e a PM passaram a integrar essa figuração para impor o enquadramento dos estudantes à ordem estabelecida e a garantir uma escolarização apolítica.

As mudanças políticas impactaram não apenas a personalidade, mas também a estrutura escolar. Os dois exemplos evidenciaram claramente como a política autoritária do Estado que fechava entidades estudantis e o incentivava o ensino pago afetou não apenas as figurações universitárias, mas também o cotidiano das figurações escolares. O primeiro aconteceu no Colégio Pedro II (externado), que teve o grêmio fechado, instigando os estudantes a tentarem uma concentração em frente à escola para protestar. Porém, foram impedidos pelo choque da PM, que estava a mando do MEC. A notícia destacou que logo a manifestação de "poucos manifestantes" se dissolveu.

O estudante Sérgio Leal e alguns colegas foram levados presos pelo oficial do Exército, acusado de "estar fazendo parte de um movimento e ter tentado enfrentar a autoridade quando repreendido". Com receio de estudantes tentarem reabrir o grêmio à força, o diretor interino Tito Urbano ordenou o imediato fechamento de todas as portas do Colégio, e, dirigindo-se ao MEC, comunicou o ocorrido ao ministro Moniz de Aragão[321].

A intervenção do MEC e da polícia em arbitrarem sobre um grêmio estudantil de colégio indicou o envolvimento do Estado em situação com o estabelecimento de valores, como ordem e disciplina. Os estudantes optaram pela desobediência as ordens para testar os limites que

[321] CHOQUE da PM impediu protesto no Pedro II. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 1966, p. 5.

possuíam. A contenção e o recuo trouxeram à tona que os grupos coletivos progressivamente perdem espaços de autonomia e a oportunidade de resolverem os problemas institucionais de forma direta.

O outro caso aconteceu no Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis (IMACO) e no Colégio Municipal de Belo Horizonte, onde de repente o prefeito Sousa Lima comunicou os estudantes que o Decreto nº. 1.598 transformou os estabelecimentos públicos em fundações. A notícia relatou que, mesmo diante da reação contrária, a prefeitura afirmava que sua posição era "irreversível" e o decreto não seria revogado. Contudo, os alunos dos estabelecimentos não aceitaram a situação, "indo, em comissão, de casa em casa dos pais e professores, pedindo apoio para a campanha" pela gratuidade de ensino. Além disso, o diretório estudantil do Colégio Estadual de Minas Gerais denunciou que "a Secretaria de Educação tem planos para transformar todos os estabelecimentos estaduais em fundação', contra os quais irão protestar imediatamente"[322].

Os estudantes acionaram a rede família-professores para ampliar a base de legitimidade sem romper a legitimidade da reivindicação. Porém, toda a resistência dos universitários e suas derrotas contra as anuidades mostraram os recursos para revidar os poderes estabelecidos no Estado, o qual contava com o apoio de estados e municípios que viam o ensino pago como uma oportunidade de redução de gastos. Em Salvador, a relação entre secundaristas e a polícia entraram ainda mais marcadas por violências físicas e, por isso, se assemelhavam com o tratamento contra os universitários.

O Colégio Estadual da Bahia, principal centro de ensino médio de Salvador, foi guarnecido por choques da polícia, em face da greve decretada pelos estudantes, após o veto da direção do estabelecimento à peça "Venturas e Desventuras de um Estudante", considerada desrespeitosa ao colégio e aos professores. O diretor Válter Reimer designou uma comissão de inquérito composta por três professores, em consequência da invasão do colégio pelos estudantes e de seu protesto, recusando-se a comparecer às aulas por tempo indeterminado. A situação era tensa devido à presença da polícia nas imediações do colégio[323].

No Colégio Estadual Severino Vieira, também em Salvador, a notícia descreveu o mesmo grau de violência, pois foi cercado pelo pelotão da PM para impedir uma passeata realizada pelos estudantes. Relataram o espancamento de um estudante foi espancado e o

[322] ESTUDANTES mineiros reagem contra comissão especial e fundação no ensino médio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1968, p. 15.
[323] POLÍCIA baiana vigia estudantes em greve. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1966, p. 15.

desrespeito a uma diretora[324]. Em outro momento, cerca de 200 estudantes universitários e secundários, na rua e aos gritos de "abaixo a ditadura", apedrejaram o carro do ministro do Exterior, Juraci Magalhães, que passava pelas proximidades da concentração de estudantes. Quando foi vaiado, desceu do carro para dizer "palavras ásperas" aos estudantes, que se surpreenderam com a atitude[325].

No Colégios da Bahia Central, policiais à paisana, armados com metralhadoras, revólveres e cassetetes, invadiram e prenderam 40 estudantes e feriram à bala oito, dos quais dois ficaram em estado grave (os estudantes João de Deus Sousa e Valter Borges). Os policiais ameaçaram atirar contra vários professores, conforme informou o professor Newton Marques. A notícia também descreveu que depredaram o Grêmio do Colégio da Bahia Central, quebraram móveis e janelas. O secretário da Educação, professor Navarro de Brito, após visitar o Colégio, se dirigiu ao Palácio para uma conferência com o governador Luís Viana Filho[326].

O *JB* focou na ação policial (cerceamento, espancamento, inquérito) com uma linguagem descritiva que denotava uma narrativa sobre um conflito meramente disciplinar, restrito a um sentido político, em vez de observar o movimento como um exercício de cidadania. Além disso, causou espanto a ausência de indignação perante um relato que naturalizava a violência contra o estudante.

Como se verá na próxima seção de forma mais nítida, o *JB* se opunha à causa estudantil e a seus códigos sociais públicos (greve e passeatas), sempre que eles tornavam patentes o caráter de movimento social. A narrativa sobre a violência estudantil oscilava entre a naturalização e a indignação. Essa forma de escrita fazia parte do seu projeto editorial estruturado antes da ditadura civil-militar.

[324] POLÍCIA baiana espanca estudantes e impede passeata. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5-6 jun. 1966, p. 7.
[325] ESTUDANTES apedrejam Juraci. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05-06 jun. 1966, p. 1.
[326] POLÍCIA invade colégio e fere oito na Bahia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1968, p. 17.

5 FIGURAÇÕES EXCEDENTES EM BUSCA DO SEU LUGAR NAS UNIVERSIDADES

Para o estudante, o vestibular é a porta de entrada ou a barreira para o ensino superior. Geralmente, descreve-se como a "batalha final" ou o "momento decisivo", o destino de uma vida e o seu futuro. Essas definições mostram que o ritual dos exames vestibulares são práticas em que o sujeito deposita expectativas de acessar o ensino superior e ascender socialmente.

A carta de uma leitora, publicada no *JB*, oferece uma representação do vestibular e da situação dos candidatos, comparando-o a um espetáculo esportivo ou uma guerra em que o acaso desempenha papel central: "É dia de jogo. Cadeiras vazias serão enchidas por 4 mil espectadores; não de bola, mas de sorte". A leitora destacou a dimensão extrema da prova: "ou tudo ou nada", "cabeças que se curvam para um mesmo ritual", "competição muda", candidatos se apresentam para entrar em uma "guerra fria"[327]. A carta evidenciou a uniformização coletiva e o autocontrole de indivíduos que se preparam para um ritual que envolve emoções.

O vestibular era compreendido como uma batalha emocional, marcada por sentimentos intensos, como ansiedade, angústia, alegria e desespero, que afetam tanto os candidatos, quanto seus familiares. A Figura 50 ilustra esse clima, com uma mãe carioca pisoteada em meio à multidão de vestibulandos. Os pais evidenciam os momentos de descontrole causado pela pressão do exame. Ao contrário, as demais Figuras 51 e 52 mostram a disciplina dos estudantes durante o vestibular em Londrina, com os candidatos da recém-criada Faculdade de Medicina de Londrina, que oferecia apenas 40 vagas disputadas por candidatos de várias regiões. Entre os candidatos, 233 eram do Norte do Paraná, e os demais de Curitiba e diversos municípios de São Paulo e Minas Gerais. Era o segundo vestibular desses cursos, que haviam iniciado as atividades em 1967[328].

O comportamento revelava o esforço para conterem as emoções e se concentrarem no exame em meio à intensa competição. As duas mulheres eram candidatas que faziam prova de Português e competiam com 159 candidatos ao curso de Direito, com 40 vagas disponíveis. A legenda da imagem descreve a "agonia" dos candidatos, pois não ser aprovado para muitos representava a interrupção do processo de escolarização e o fracasso profissional (Figura 52).

---

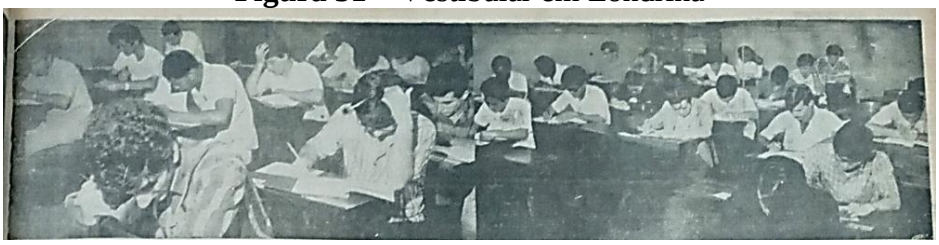
[327] SALLES, Perla. Vestibular. *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 14 jan. 1970, p. 6. Carta do leitor
[328] A LUTA pelas vagas. *Folha de Londrina*. Rio de Janeiro, 09 jan. 1968, p. 1.

Figura 50 – Mãe pisada



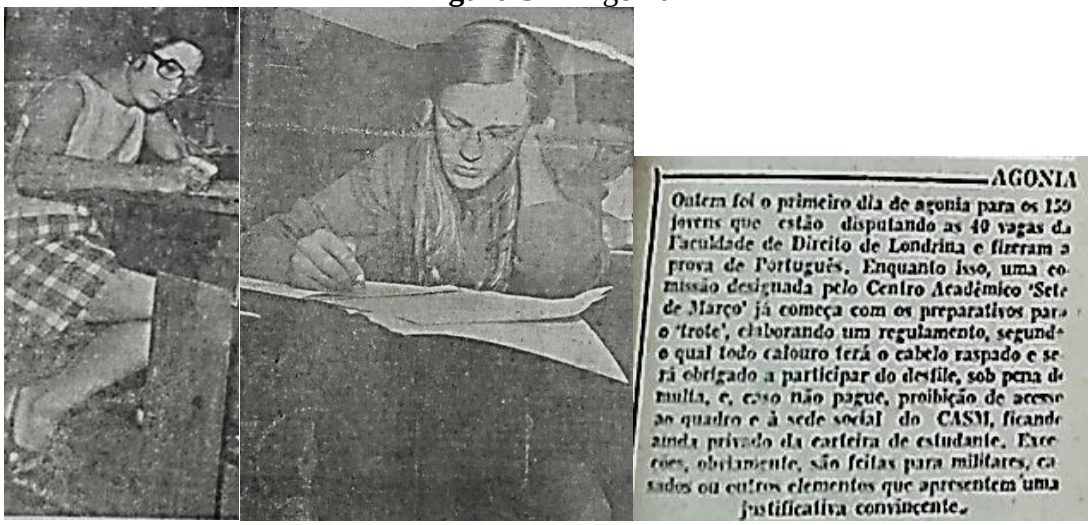
Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1967, p. 1. Caderno B.

Figura 51 – Vestibular em Londrina



Fonte: *Folha de Londrina*. Londrina, 09 jan. 1968, p. 1.

Figura 52 - Agonia



AGONIA

Ontem foi o primeiro dia de agonia para os 159 jovens que estão disputando as 40 vagas da Faculdade de Direito de Londrina e fizeram a prova de Português. Enquanto isso, uma comissão designada pelo Centro Acadêmico 'Sete de Março' já começa com os preparativos para o 'trote', elaborando um regulamento, segundo o qual todo calouro terá o cabelo raspado e será obrigado a participar do desfile, sob pena de multa, e, caso não pague, proibição de acesso ao quadro e à sede social do CASM, ficando ainda privado da carteira de estudante. Exceções, obviamente, são feitas para militares, casados ou outros elementos que apresentem uma justificativa convincente.

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 02 fev. 1968, p. 1.

Figura 53 – Toda a atenção

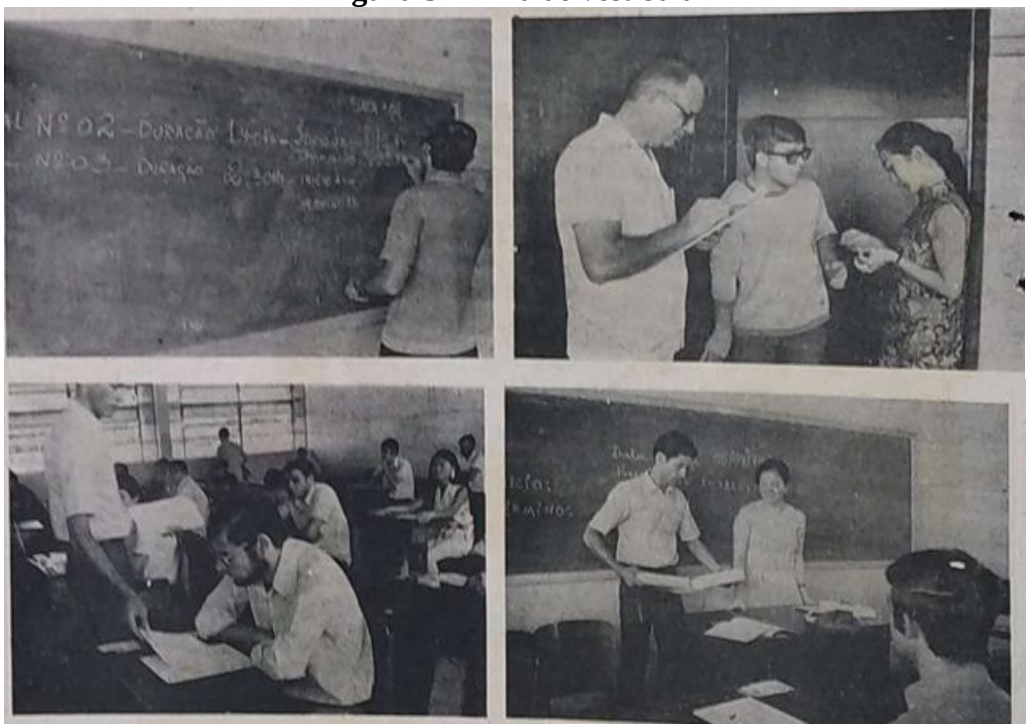


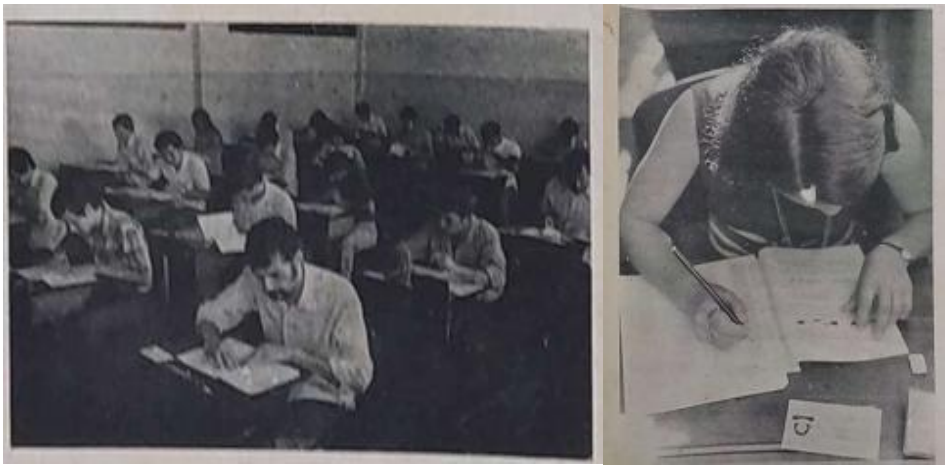
Toda atenção antes de responder à pergunta, pois o menor êrro poderá representar o fracasso.

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 7 jan. 1969, p. 16.

A *FL*, desde o final da década de 1960, com o crescimento de curso e o processo de implantação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) passou a se empenhar na cobertura do vestibular. Logo, abriu mais espaço nas suas páginas para acompanhar os exames e os candidatos, como no ano de 1970, quando retratou o passo do processo de seleção (Figura 54), desde a escrita das instruções no quadro, a entrada dos candidatos nas salas, a abertura e a distribuição das provas e o momento da realização.

Figura 54 – Dia de vestibular





Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina. 6 jan. 1970, p. 14.

As fotos indicam que, para alguns jovens, o vestibular era um momento decisivo, com grande valorização para as classes médias e populares, que poderiam chegar em tal etapa educacional. A aprovação no vestibular representava a perspectiva de sucesso pessoal e profissional do sujeito, bem como a reprovação, o fracasso. Assim, além de se preparar para o ritual, o aluno precisava lidar com a incerteza de se inserir nas figurações universitárias. Também, o grau de autonomia do estudante era baixo, pois para conseguir se preparar e obter uma vagam possuía muita dependência da família e/ou do investimento do Estado.

Em 1970, a *FL* traçou o perfil dos vestibulandos de Medicina de Londrina: a maioria era de Londrina (299) e do Norte do Paraná (141); predominando candidatos do sexo masculino (373); e com apoio financeiro familiar (407). Apenas 45 não frequentavam cursinhos, enquanto 329 o faziam, muitos há mais de dois anos. A reportagem destacou que, "atrás de cada número, há uma esperança"[329].

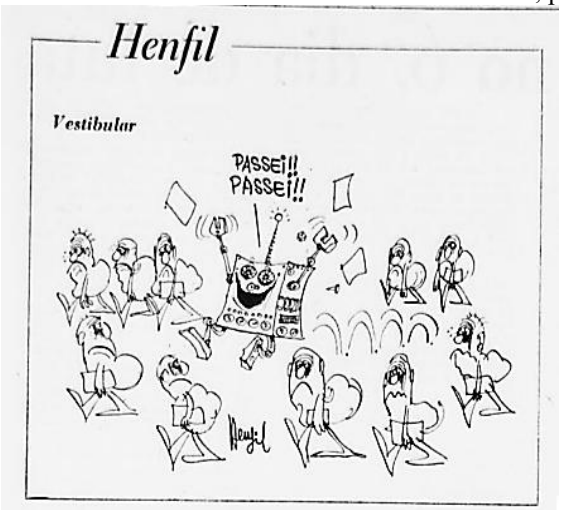
Nesse sentido, as charges de Henfil mostram na Figura 55 que o vestibular não representava um momento de alegria para a maioria dos candidatos a estudante do ensino superior. Eles são retratados com feições cansadas, olheiras, tristes, com olhares perdidos e postura corporal cabisbaixa, revelando o desgaste físico e emocional enfrentado neste processo seletivo. Em um contexto de críticas à elevada dificuldade dos exames, as charges ironizam ao destacarem que uma das estratégias recorrentes entre os vestibulandos era o "chute" na charge, indicando que o único capaz de ser aprovado no exame era um robô o que reforça a crítica ao elevado nível de dificuldade do processo de seleção.

Figura 55 – O vestibular

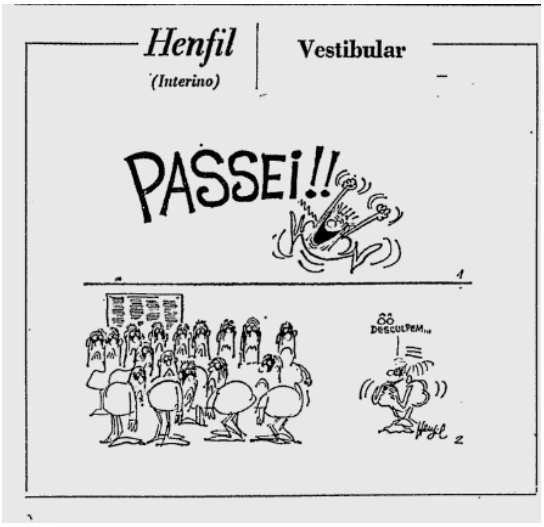
[329] MEDICINA: 531 começam hoje a batalha pelas 120 vagas. *Folha de Londrina*, Londrina. 4 jan. 1970, p. 16; VESTIBULARES: atrás dos números, a esperança. *Folha de Londrina*, Londrina. 6 jan. 1970, p. 14; Vestibulares: DIREITO, Filosofia e Odontologia. *Folha de Londrina*, Londrina. 22 jan. 1970, p. 4. Escolas e Estudantes.



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 15 dez. 1970, p. 7



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 19 dez. 1970, p.7



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 7 jan. 1970, p. 7.

Essas charges evidenciam o contraste emocional entre a alegria do sujeito que foi aprovado no vestibular e a frustração ou tristeza coletiva dos que não conseguiram passar. Henfil (1970) acentua esse contraste, ao destacar, de forma cômica e crítica, os poucos aprovados e expõe a desigualdade no acesso ao ensino superior. Além disso, o autor introduz um elemento adicional: o sentimento de culpa ou constrangimento do aprovado, que, ao perceber o descontentamento dos demais, controla a sua alegria se autocontrola e pede desculpa.

Após a década de 1950, com o fim de um ensino médio dualista que barrava a entrada de grupos de estudantes ao nível superior, os vestibulares assumiram a função de controlar esse movimento social de entrada das massas ao nível superior. No início de 1964, havia 113.074 candidatos universitários para 56.446 vagas no ensino superior, e depois dos exames foram aprovados 46.820[330].

Desde o início da década de 1960, os exames vestibulares se tornaram, segundo Cunha (2007a), o grande obstáculo para as classes médias conseguirem o diploma, o que representava a ascensão social. No entanto, para o autor, o problema começava a se evidenciar desde 1951, quando já havia os estudantes chamados de excedentes. A Lei nº. 1.392 agiu nesse problema, ao autorizar que as instituições particulares matriculassem os excedentes dos vestibulares das faculdades públicas. Começaram assim as ações paliativas dos governos para resolver de forma parcial essa demanda social.

A Figura 56, de autoria do fotógrafo Evandro Teixeira, do *JB*, foi utilizada em uma reportagem assinada pelo jornalista do *JB*, José Maria Mayrink, que escreveu sobre o vestibular como um mecanismo de marginalização, utilizado para restringir o acesso dos estudantes à universidade. A Figura 56 mostra uma pessoa com uma faixa pedindo "mais vagas na medicina", representando as figurações excedentes que atuaram no espaço público e em relação com grupos de poder, bem como influência para reivindicar uma posição dentro das universidades. Exatamente nesse período, a figuração excedente passou por um processo de extinção. Mas quem era esse tal excedente?

O excedente universitário era a pessoa aprovada nos exames vestibulares, mas não matriculada por falta de vaga. Segundo Cunha (2007a), a Lei nº. 1.392, de julho de 1951, visava beneficiar os excedentes, ao autorizar as universidades particulares a matriculá-los naquele ano, de acordo com a ordem decrescente de nota. Durante o governo Goulart, se pretendia duplicar as vagas na área de saúde e tecnologia, mas o projeto não foi retomado depois do golpe civil-militar.

---

[330] MAYRK, José Maria. Universidade brasileira aos 40 anos é instituição velha. (3.ª de uma série). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1966, p. 14.

Em reportagem especial, o *JB* definiu o excedente como "aquele que quer entrar numa escola munido de uma única arma: a aprovação no exame"[331]. Para Braghin (2014), são **"**candidatos que obtinham a média nos vestibulares, mas não conseguiam se matricular nas escolas de nível superior, pois o número de aprovados extrapolava ao número de vagas disponíveis". Segunda a autora, esse problema reforçou as reivindicações estudantis que movimentaram a década de 1960.

Figura 56 – Em busca do lugar negado



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1966, p. 16.

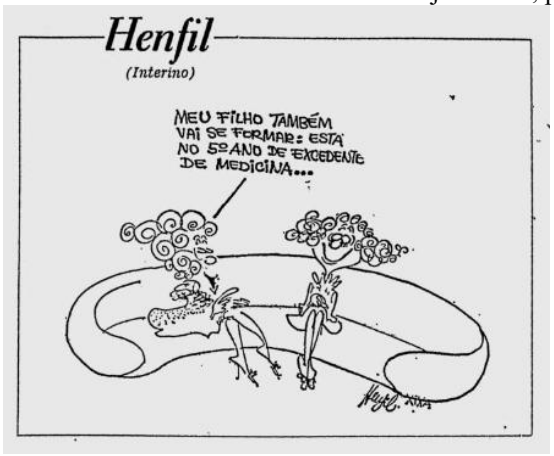
Autoridades e políticos estabelecidos que não aceitavam a existência dos excedentes diziam que a origem era resultado da uma política demagógica e populista. A continuidade da prática, inclusive nos anos iniciais da ditadura, foi retratada pela charge de Henfil (Figura 57). O autor ilustra que os excedentes eram pautas políticas e, apesar das promessas, nunca tiveram proposta de soluções duradouras. Por isso, os números de excedentes cresciam ano após ano. Na charge, incrivelmente, o discurso do político cumpria a promessa: "aumentar as vagas para excedentes". A segunda charge possui um sentido semelhante, ao mostrar a saga de estudantes que se formam em "excedente de medicina". Com o apoio familiar, realizam vestibulares e cursinhos preparatórios ano após ano, tentando alcançar uma vaga no curso de medicina.

Figura 57 – Formação: excedente

[331] EXCEDENTE, a eterna busca do lugar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1967, p. 1. Caderno B.



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 13 jan. 1970, p. 7



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 14 jan. 1970, p. 7.

A crescente demanda pelo ensino médio e universitário se intensificou desde 1950. Para a Faculdade de Medicina da USP, por exemplo, 2.185 estudantes disputaram 100 vagas em 1965. Na Escola Politécnica, 2.907 candidatos disputaram 360 vagas, enquanto na Faculdade de Direito, 1.643 alunos pretendiam as 350 vagas[332]. A relação de candidatos e vagas da notícia revelou que muitos candidatos não entrariam nas universidades. Mas não era uma opção facilmente aceita pelos candidatos que atingiam a média exigida.

Diante dessa insuficiência, junto com provas consideradas cada vez mais difíceis e da predominância do ensino médio particular, os estudantes das classes populares se tornavam os principais prejudicados, evidenciando as barreiras sociais impostas pelo modelo educacional. Com a finalidade de dificultar a aprovação e as pressões para o ingresso às escolas superiores públicas dificultam o nível de conhecimento dos exames, o que era sentido pelos vestibulandos. Em uma notícia, um dos candidatos sublinha que "os gabaritos das provas são elevados a níveis quase impenetráveis aos candidatos. Algumas questões propostas seriam respondidas com dificuldade, se o fossem, até mesmo por catedráticos"[333].

[332] MOREIRA, Alexandre. O direito de estudar. *Folha de Londrina*, Londrina, 28 jan. 1966, p. 3.
[333] REPROVADOS veem sem perspectiva. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 17 jan. 1969, p. 4.

O colunista Rezende (1968) da *FL* destacou o vestibular como "a grande barreira" para os estudantes e a "tábua de salvação" para as autoridades, que o com ele controla o afluxo de estudantes ao ensino superior. Ainda circulavam sugestões para elevar ainda mais o grau de dificuldade dos exames para resolver o problema dos excedentes evitando "gritaria" e "mandados de segurança", medida que a jornalista considerava uma solução simplista. O editorial da *FL* reiterou a percepção de que os vestibulares se tornavam cada vez mais rigorosos, como forma de se proteger "contra a ameaça do excedente". Destacou, ainda, que o nível das provas era tão elevado, que até os cursinhos pré-vestibulares, geralmente preparados para orientar os estudantes, ficavam atônitos e confusos diante das questões aplicadas[334].

As bancas examinadoras tinham a ordem de eliminar, de qualquer maneira, para isso utilizavam a prova de Conhecimentos Gerais como eliminatória, que segundo as notícias eram formadas de questões que não seguiam nenhum critério[335]. A solução adotada pela maioria das faculdades em 1968 foi a adoção da prova classificatória, com o objetivo de acabar o problema causado pelos estudantes excedentes, que, a partir desse padrão de prova, se tornam meros reprovados, sem direito de reclamar por uma vaga. Para conter o número de excedentes, as bancas passaram a eliminar candidatos além das vagas[336].

Os excedentes às vagas existentes nas faculdades passaram a ser sumariamente desclassificados, para evitar problemas. Assim, a prova classificatória visava principalmente os candidatos a cursos de Medicina, com mais de mil excedentes. Porém, quase todas as faculdades iriam usar o expediente, porque os exames eliminatórios não conseguiram reduzir o número de candidatos ao número de vagas.

Em 1965, os exames, antes realizados pelos respectivos cursos universitários, passaram a ser padronizados pela universidade, o que foi chamado de vestibular único[337]. Naquele ano, existia um forte discurso das autoridades políticas e educacionais em negar a existência dos excedentes, falava-se apenas no problema da falta de vagas diante do crescimento de candidatos.

O discurso se alicerçava nos novos critérios dos exames utilizados nas universidades: a prova classificatória, ou seja, a aprovação e a matrícula ficavam subordinadas à existência das vagas, e apenas os primeiros colocados aprovados dentro da quantidade de vagas se

---

[334] REZENDE, Claret. Rigor nos vestibulares. *Folha de Londrina*. Londrina, 27 nov. 1968, p. 3. Destaque; VESTIBULARES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 06 jan. 1969, p. 6.
[335] VESTIBULAR elimina hoje excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1968, p. 28; PROVA de conhecimentos gerais é maneira de alijar excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1968, p. 28.
[336] PROVA de conhecimentos gerais é maneira de alijar excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1968, p. 28.
[337] *Jornal do Brasil*, n. 285, 05 dez. 1965, p. 29.

matriculariam. Outro critério novo era a prova eliminatória no início, tirando as esperanças dos candidatos. Esse modelo se aproximou do atual vigente na sociedade brasileira, mas era novo para os excedentes que viveram o início da ditadura civil-militar.

Esses novos critérios visavam a acabar com a pressão que todos os anos eram exercidas pelas figurações de excedentes, que depois de obtida a nota para a classificação, acreditavam ter o direito de entrar nas universidades. As novas regras, a partir da eliminação e da classificação, visavam conformar os estudantes aos resultados, minimizando seus recursos de pressão para se inserir nas universidades.

A estratégia de acabar com os excedentes, sem aumentar o número de vagas, não foi aceita pacificamente por estudantes e pais, pois os alunos que obtiveram a nota exigida se consideravam aprovados e, portanto, acreditavam ter o direito de entrar na universidade. Na Guanabara, as pressões das excedentes do Curso Normal, geralmente depois de pressionar os políticos, conseguiam efetuar as matrículas.

No próximo item, a partir da perspectiva dos dados (número de candidatos, vagas, índices de aprovação e distribuição de cursos por áreas, nas capitais e no interior etc.) veiculados pela imprensa, apresenta-se a crescente pressão por vagas e os limites da estrutura universitária que consolidou o vestibular como mecanismo de marginalização e diferenciação, originando as figurações excedentes como um problema social recorrente.

8.1 OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS CONTRA OS ESTUDANTES EXCEDENTES

A expansão da escolarização no Brasil nos anos 1960 pode ser vista em Londrina pelo aumento de secundaristas e universitário que ocorreu entre 1965, quando se tinha 12.000 secundaristas e 700 universitários e 1969 com 15.000 secundaristas e 1.000 universitários nos estabelecimentos de ensino de Londrina[338]. Como apontam os dados, o crescimento do secundário impulsionado pelo primário também pressionava a ampliação do ensino superior.

O município de Londrina, assim como os grandes municípios, apesar das diferenças quantitativas, também enfrentava o problema da alta demanda por vagas para o curso de Medicina, que, segundo a *FL*, era um "curso difícil, mas que lhes dá a realização estudantil e a abertura do caminho para uma nobre carreira liberal". Apesar da nova Faculdade de Medicina

[338] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4141, 24 nov. 1965, p. 16; AULAS começam amanhã, com muita gente e poucas vagas. *Folha de Londrina*, Londrina, 3 mar. 1969, p. 16.

criada em 1967 amenizar o problema na região, muitos ainda ficariam sem vagas, pois havia 297 candidatos ao curso de Medicina que tinha 40 vagas disponíveis[339].

Essa marginalização não era vista pela imprensa como algo tão natural como hoje. No editorial, a *FL* descreve as emoções que esse processo gerava: "tristeza e desolação", "tristeza maior porque a maioria tem condições de, igualmente, ingressar numa Faculdade". A *FL* se refere a esses excedentes que em todos os anos apareciam como alunos que conseguiram atingir a média, mas não as vagas por incapacidade das autoridades e não dos estudantes.

Em 1969, a situação de Londrina era melhor do que nas capitais. A Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, Ciências Econômicas possuía 90 vagas para 486 candidatos. Para o vestibular da Faculdade de Direito, havia 127 candidatos inscritos; e para a Faculdade de Filosofia, 414 inscritos. Na Medicina, 120 vagas (80 para Ciências Médicas, 10 para Ciências Biomédicas e 30 para Farmácia-Bioquímica) para 353 candidatos: uma média de 3 para 1, concorrência menor do que São Paulo[340], que tinha uma média era de 10 por 1.

Em 1965, na Guanabara, cerca de 15 mil estudantes disputaram 3 mil vagas existentes para os cursos superiores, incluindo-se os particulares, novamente os cursos de Medicina, Engenharia e Direito eram a preferência dos que completam o segundo ciclo. Dos 1.605 candidatos inscritos no vestibular da Universidade de Brasília, apenas 600 conseguiram matricular-se[341].

Em 1967, havia 20 mil candidatos para 15 mil vagas universitárias na Guanabara, onde seriam matriculados 318 candidatos excedentes do vestibular das escolas de Medicina, e 304 de Engenharia, por decisão tomada em Brasília pelo presidente da República. Em São Paulo, as escolas de Medicina selecionaram para as suas 540 vagas, mas 1.080 candidatos faltaram aos exames práticos. Mesmo com a previsão de abertura da Faculdade de Médica de Marília, Presidente Prudente e no Vale do Paraíba, a previsão era de que "não haverá espaço para estudantes de outros estados". Era 1967, havia 150 mil candidatos para 100 mil vagas, em todas as universidades do Brasil. Estava claro que iria "haver excedente[342].

Em 1967, 7 mil candidatos disputaram as 4 mil vagas existentes nos exames vestibulares de Curitiba**.** A Faculdade de Medicina da UFPR recebeu, em 1968, um total de 1.080 inscrições de candidatos para o vestibular que disputaram 160 vagas, representando uma média de 6,07

---

339 VESTIBULAR de Medicina. *Folha de Londrina*. Rio de Janeiro, 09 jan. 1968, p. 3.
340 VESTIBULARES. *Folha de Londrina*, Londrina, 5 jan. 1969, p. 3.
341 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 22, 27 jan. 1965, p. 5, PORTELLA, Juvenal. Cursos superiores não tem mais o problema dos excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 19, 23 jan. 1965, p. 11.
342 EXCEDENTE, a eterna busca do lugar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1967, p. 1. Caderno B; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 abr. 1967, p. 1; MEC resolve só divulgar hoje notas de candidatos às Faculdades de Medicina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1967, p. 16.

candidatos por vaga. O número de inscritos foi menor do que no ano anterior, quando se inscreveram 1.768 candidatos. Isso porque a Faculdade de Ciências Médicas abriu inscrições antes da UFPR e, também, devido à criação da Universidade de Medicina de Londrina, que absorveu um bom número de candidatos[343].

Em Belo Horizonte, o vestibular unificado de ciências biológicas distribuiu os 535 primeiros candidatos pelas diversas faculdades, porém 80% deles se inscreveram para Medicina e formava-se um movimento para que o governo federal concedesse mais verbas às faculdades de Medicina, aumentando o número de vagas[344].

Os números nas notícias apontavam para uma constante e crescente procura pelos cursos superiores, desde as capitais até o interior. A fim de comparar esse processo de expansão, basta lembrar que, em 1945, havia apenas 27 mil estudantes universitários, passou para 93 mil em 1960, até atingir 142 mil em 1964 (Ridenti, 2010; Reis Filho, 2014). A Figura 57 ilustra a distribuição e o crescimento das matrículas por estado. No quadro geral, em quatro anos, houve um aumento de 121,7% nas matrículas, saltando de 180 mil para 399 mil. Ao divulgar essa imagem, o periódico colocou a questão do aumento superior como um problema gerado pela falta de infraestrutura e direcionamento curricular, além da já evidente pressão política.

Figura 57 - Ensino Superior por estado (1966-1970)

SUPERIOR

Unidades da Federação	1966	1967	1968	1969 (*)	1970 (*)
Rondônia	—	—	—	—	—
Acre	59	91	100	111	123
Amazonas	641	999	2 203	2 346	3 291
Roraima	—	—	—	—	—
Pará	2 725	3 217	3 625	5 188	5 785
Amapá	—	—	—	—	—
Maranhão	897	935	1 610	1 761	1 933
Piauí	400	338	472	585	598
Ceará	5 156	6 139	6 931	7 874	8 992
Rio Grande do Norte	1 429	1 761	2 172	2 455	2 885
Paraíba	2 497	3 207	4 163	5 111	6 431
Pernambuco	9 468	11 606	13 668	15 460	17 923
Alagoas	1 332	1 683	2 486	2 838	3 571
Sergipe	472	569	644	881	987
Bahia	7 330	8 353	9 661	11 336	13 075
Minas Gerais	20 468	25 303	32 211	40 147	49 646
Espírito Santo	2 625	3 444	4 287	5 106	6 331
Rio de Janeiro	7 312	9 919	13 818	15 076	18 304
Guanabara	27 776	32 457	38 342	43 427	50 464
São Paulo	48 459	53 685	81 611	107 009	127 030
Paraná	11 416	13 193	16 567	17 874	20 410
Santa Catarina	2 583	3 301	4 140	4 897	6 035
Rio Grande do Sul	22 139	26 092	29 594	34 168	39 443
Mato Grosso	643	758	1 226	1 747	2 527
Goiás	3 759	4 169	4 579	6 035	7 263
Distrito Federal	582	2 286	4 185	4 400	6 552
BRASIL	180 168	213 505	278 295	335 832	399 599

(*) Estimativas

Fonte: Serviço de Estatísticas do Ministério da Educação divulgados no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1970, p. 4.

[343] VESTIBULARES em Curitiba: sete mil candidatos. *Folha de Londrina*, Londrina, 5 jan. 1966, 12. Escolas e estudantes; 1483 VAGAS para 5782 estudantes; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 abr. 1967, p. 1, MEDICINA no Paraná tem 6 por vaga. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1967, p. 19.
[344] *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 abr. 1967, p. 1.

Para complementar a Figura 57 no que se refere à expansão do ensino superior no Brasil, o Quadro 9 apresenta um levantamento realizado pela Divisão de Planejamento da CAPES, divulgado na imprensa, com o número ascendente de inscrições aos vestibulares de 1957 até 1966.

Quadro 9 – Inscrições aos vestibulares (1957-1966)[345]

Ano	Qt. de candidatos
1957	49.243
1958	52.597
1959	56.942
1960	64.115
1961	70.236
1962	81.541
1963	94.647
1964	111.528
1965	125.666
1966	154.349

Para Bittar e Bittar (2014), a crise universitária provocada pela expansão não era exclusividade do Brasil, pois começou na Europa, na segunda metade do século XX, com mudanças na estrutura capitalista. No entanto, a universidade não estava preparada para receber os novos contingentes, já que não conseguia mais recrutar os jovens exclusivamente entre as elites. Assim, segundo as autoras, criou-se uma necessidade de infraestrutura social que a universidade clássica não poderia mais oferecer.

No Brasil, circulava na imprensa sugestões que tentam relacionar a expansão veloz após 1964 com o novo regime. Sobre esse crescimento o *JB* publicou a informação do MEC, e destacou que, para ampliar as oportunidades aos estudantes brasileiros em várias carreiras, a "Revolução" construiu novos estabelecimentos, realizou a reforma universitária e a interiorização da universidade[346].

Com previsões de um aumento de 30% sobre o ano 1970, as estimativas de vagas chegaram a 168 mil a mais nas universidades federais[347]. Em 1971, era a primeira vez que o número total de vagas em todas as universidades federais seria conhecido antes da realização dos vestibulares. Pelo que se percebia nas notícias, havia na dinâmica universitária uma certa flexibilidade. Em suma, as negociações eram capazes de ampliar as vagas, conforme as pressões

[345] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17, 18 nov. 1968, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22, 23 fev. 1970, p. 21.
[346] MEC demonstra que em cinco anos ensino superior cresceu 120%. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1970, p. 4.
[347] MEC levanta vagas de 1971 nas universidades federais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 20-21 dez. 1970, p. 34.

dos excedentes, o acréscimo de verbas federais ou as disposições dos reitores e diretores universitários em acolher mais estudantes.

De certa forma, esse processo parecia ser bem mais democrático, pois envolvia diversas figurações sociais que se movimentavam para solucionar o problema dos estudantes que conseguiam exercer pressão sobre as autoridades. Mas, a partir de 1970, a tendência era de fechar os espaços e abrir as negociações nessa área.

Assim, para o governo e o *JB*, apesar de importante, a expansão do ensino superior devia ser controlada, pois a simples indicação de popularização da universidade representava um processo de degradação. O periódico chegou a se posicionar contra os atos presidenciais que ampliavam emergencialmente as vagas a partir das pressões sociais, pois repudiava a ideia de transformar o Brasil em um país de doutores. Para isso, argumentava que a expansão excessiva de vagas no ensino superior alimentaria ilusões e frustrações entre os excedentes.

Como alternativa viável, defendia o sistema de bolsas de estudo, utilizado em países como os Estados Unidos, para garantir acesso gratuito apenas a estudantes sem recursos. Ao apoiar a ideia de a iniciativa privada dar continuidade às ações governamentais na educação, entendia que as entidades comerciais e industriais deveriam investir diretamente na educação como forma de superar o paternalismo e promover soluções concretas. Por isso, também criticava discursos e apelos genéricos do empresariado, como os feitos pela Confederação Nacional do Comércio[348].

A crítica do periódico indica sobretudo a contrariedade em perceber a permanência da concentração de candidatos nas áreas de formação humanista e em cursos tradicionais como Direito. Dessa forma, incentivava a favor de áreas técnicas, mais práticas e vinculadas diretamente às demandas do mercado econômico, ou seja, uma escolarização, inclusive universitária, simplesmente voltada para as exigências do mercado de trabalho

Essa perspectiva não era exclusiva do *JB*, mas um pensamento aceito pela maioria das figurações estabelecidas. Saviani (2008) chamou essa perspectiva de "visão produtivista de educação", institucionalizada com a reforma universitário e do primeiro e segundo grau. Hoje, tornou-se um legado da ditadura civil-militar que resistiu às críticas da década de 1980, orientou a LDB e o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001.

No início da ditadura, o ensino superior brasileiro, em particular os cursos de Filosofia e Direito juntos concentravam 46,2% das matrículas em 1967. No mesmo ano, os cursos de Filosofia, Direito, Engenharia, Economia e Medicina concentravam 85,5% das matrículas e o

[348] Gratuidade do ensino. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 15 dez. 1970, p. 6; Bolsa empresarial. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 fev. 1970, p. 6.

total de matriculados em todos os níveis de ensino era de 14.936.580. No vestibular de 1966, os cursos com mais inscrições foram Medicina (39.778 candidatos, 6.698 aprovados), Engenharia (32.239 inscritos, 7.017 aprovados), Filosofia (30.189 candidatos, 16.167 aprovados), Direito (21.023 inscritos, 9.549 aprovados) e Administração e Economia (18.885 inscritos, 7.730 aprovados). Em contrapartida, cursos como Museologia (47 inscritos, 18 aprovados) e Jornalismo (1.011 inscritos, 499 aprovados) tinham uma procura muito menor[349].

Em 1965 e 1966, houve um crescimento das matrículas no ensino superior de 9,4%, especialmente em áreas técnicas como agronomia, veterinária e enfermagem, principalmente da PUC e da Escola Técnica Nacional, bem como um aumento de 40% na concessão de bolsas de estudo, conforme dados do Conselho Nacional de Pesquisa. Porém, os cursos mais procurados pelos que queriam ingressar na universidade ainda eram Medicina, Engenharia, Direito e Filosofia. Em 1967, o curso de Engenharia, segundo dados da CAPES, teve um aumento de 13,6% e, apesar da queda do curso de Direito, percebe-se a continuidade do crescimento dos cursos acusados de serem poucos úteis como os de Filosofia Ciências e Letras. Em 1966, por exemplo, na Guanabara, os excedentes à Escola de Engenharia foram os mais beneficiados com a realização de um convênio com a Escola Técnica Nacional que absorveu 420 candidatos excedentes[350]

Assim como a opinião editorial, as reportagens e as notícias do *JB* assumiram uma postura crítica em relação à preferência por cursos considerados de pouca utilidade prática, expressando uma visão negativa sobre o que se denominou de "cultura bacharelesca". Em editorial, o periódico afirmou que essa cultura revelava que os estudantes com acesso à educação "aprendem coisas inúteis, com o fito único de arranjar emprego na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil"[351]. Nesse sentido, o Quadro 10 apresenta dados levantados pela CAPES, demonstrando concentração de candidatos aos vestibulares na área de Engenharia, Direito, Filosofia, Ciências e Letras, com 60% do total de estudantes: 155.359 alunos.

Quadro 10 – Cursos superiores[352]

Índice de crescimento em 1968 considerado o ano de 1964	
Cursos	**Crescimento**
Filosofia, Ciências e Letras	104% *
Engenharia	82%

[349] ENSINO médio absorve 72,6% das matrículas de ensino superior entre brasileiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18-19 jun. 1967, p. 18.
[350] CORRÊA, Arlindo Lopes. Até onde chegou a revolução no setor educacional? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1967, p. 56; MEDICINA e Direito, além de Engenharia e Filosofia, são os cursos preferidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9-10 jan. 1966, p. 19; EXCEDENTE, a eterna busca do lugar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1967, p. 1. Caderno B.
[351] A CRUZADA e a enxada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 nov. 1967, p. 6.
[352] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17-18 nov. 1968, p. 16.

Medicina	71%	
Direito	66%	
Agronomia	42%	
Odontologia	32%	
Quantidade de matrículas total		
Cursos	1964	1968
Filosofia, Ciências e Letras	22,8%	25,6%
Direito	21,9%	19,9%
Medicina	10%	9,4%
Odontologia	4,7%	3,1%
Agronomia	2,9%	2,2%

*De 32.936 para 66.163 alunos.

Nesse período, o Brasil possuía 36 universidades, com 100 faculdades de Filosofia, 62 de Direito, 66 de Ciências Contábeis e apenas cinco escolas de Química Industrial. O *JB* utilizou esses dados para questionar o sistema universitário, falando da contradição de não sermos um país de filósofos para "um terço dos cursos superiores (por unidades escolares) dedica-se às Letras e ao Direito". Para isso, a reportagem apresentou a concepção do professor Lauro de Oliveira Lima, que reforçou a perspectiva produtivista e restrita da escolarização, quando diz: "Convenhamos, muita letra e muita filosofia para um país subdesenvolvido, onde a sobrevivência de seres humanos é um desafio ao humanismo dos poetas e filósofos"[353].

O Quadro 11 apresenta que o índice de aprovação em Medicina teve uma pequena queda e o de Engenharia um considerável aumento que se manteve a partir de 1962. Em 1967, o número médio de candidatos por vaga aumentou ("2,9 para 3,6" na Engenharia e de "5,4 para 7,6" em Medicina) assim como o número de aprovados o que causou o fenômeno dos excedentes (Cunha, 2007b).

Quadro 11 – Índice nacional de aprovação nos vestibulares de Engenharia e Medicina, num período de dez anos[354]

Ano	Engenharia	Medicina
1954	22,7	19,8
1957	19,9	13,2
1958	22,7	16,2
1959	23,6	15,9
1960	19,5	12,4
1961	16,3	14,0
1962	26,1	20,9
1963	30,5	16,2
1964	34,8	19,4

[353] Medicina e Direito, além de Engenharia e Filosofia, são os cursos preferidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9-10 jan. 1966, p. 19.
[354] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1966, p. 16.

Em 1964, em números absolutos, 21.817 candidatos se apresentaram às escolas de Engenharia, sendo aprovados apenas 7.588, e matriculados 7.007; enquanto Medicina recebia 21.235, aprovou 4.120 e matriculou 3.965 novos alunos[355]. Em contraposição, nos cursos com menor procura, a aprovação era muito mais alta, conforme os índices do Quadro 12.

Quadro 12 – Índice de aprovação em 1964[356]

Curso	Porcentagem de aprovação
Veterinária	77,6%
Odontologia	67,3%
Filosofia	70,4%
Farmácia	57,8%
Ciências Econômicas	61,3%
Arquitetura	40,4%
Agronomia	47,4%
Engenharia	34,8%
Medicina	19,4%

Na Universidade do Brasil, para 500 vagas na Faculdade de Medicina existiam 5 mil candidatos. No Rio de Janeiro, a parcela dos que queriam e não conseguiam estudar o curso de Medicina era nove vezes maior do que o grupo que conseguiu igualmente na escola de Engenharia, onde 3 mil se candidataram a 1 mil vagas. O diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, Faria Góes, reconheceu que o aumento da procura dos cursos tecnológicos se relacionava com uma política ministerial de maior amparo a essas áreas, porém ele declarou que isso não diminuiu o interesse dos jovens pelas ciências humanas[357].

Em Londrina, essa tendência de crescimento podia ser confirmada diante da surpresa da notícia, ao destacar que, a partir de 1969, houve excedentes na Faculdade de Filosofia (FAFI), depois de vários anos sem preencher o número de vagas, pois a aprovação era menor do que o número de vagas, na primeira e na segunda chamada. Em 1968, por exemplo, apenas 17 alunos foram aprovados em Geografia. Mas, em 1969, houve um aumento de estudantes inscritos, o que gerou excedentes no curso de Letras Anglo-Portuguesas, que precisou admitir 17 excedentes. E em 1970, o problema dos excedentes chegou definitivamente à FAFI, pois previa-se que 500 estudantes disputariam as 240 vagas[358].

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), as Faculdades de Medicina e de Engenharia, embora tivessem realizado o vestibular duas vezes, não conseguiram preencher metade das

[355] MAYRINK, José Maria. Vestibular é armadilha que serve apenas para reprovar. 2.ª de uma série. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1966, p. 16.
[356] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1966, p. 16.
[357] CURSOS técnicos são mais procurados que outros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1966, p. 7; FUTURO ameaçado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro,18 fev. 1966, p. 6.
[358] EXCEDENTES de Filosofia. *Folha de Londrina*, Londrina. 11 jan. 1970, p.4. Escolas e Estudantes.

vagas, levantando a possibilidade de um terceiro vestibular, o que ainda não havia acontecido na vida universitária de Fortaleza. No primeiro exame, a Medicina aprovou, entre os 600 candidatos, somente 48 alunos, embora existissem 90 vagas. Em Engenharia, entre 350 candidatos, foram aprovados 5 e sobraram 58 vagas[359].

Em 1969, o *JB*, através de uma rede de sucursais e correspondentes, fez um levantamento sobre o número de vagas oferecidas pelas universidades federais e particulares. Com as informações da pesquisa publicada, o Quadro 13 traçou as expectativas de vagas e de candidatos nos vestibulares por estados. Em São Paulo, existia o maior número de vagas, 20 mil, e a maior a demanda, 60 mil. Em seguida, vem o Rio Grande do Sul, com 8.681 vagas e 29.420 candidatos, e a Guanabara, com 12 mil vagas e 25 mil candidatos. A UFRJ apresentou um aumento de 40% em relação a 1968, com um total de 4.441 vagas nos diversos cursos. O único estado que não teve o problema dos excedentes foi o Pará, com todos os estudantes atingindo a nota mínima quatro.

Quadro 13 – Estimativa nacional de vagas e candidatos para 1969 para os vestibulares[360]

Estado	Vaga	Candidatos
Rio Grande do Sul	8.681	29.420
Santa Catarina	450	2.000
Paraná	2.960	10.947
São Paulo	20.00	60.000
Guanabara	12.00	25.000
Espírito Santo	585	2.500
Minas Gerais	5.765	15.000
Bahia	2.935	7.400
Goiás	1.592	3.000
Brasília	960	3.000
Pernambuco	3.000	10.000
Alagoas	-	2.000
Ceará	1.240	10.000
Pará	3.500	3.500
Paraíba	1.700	3.000
Estado do Rio de Janeiro	3.500	12.000
Maranhão	800	2.500
Amazonas	220	900
TOTAL:	69.888	202.667

Não foi possível conseguir os dados referentes a Mato Grosso, Sergipe, Rio Grande do Norte e Acre e dos Territórios Federais.

Os prognósticos que circulavam eram de que a oferta de vagas em 1969 seria um pouco superior à de 1968, mas, mesmo assim, ela não acompanharia o aumento de candidatos aos

[359] CONSELHO de Educação debaterá hoje falta de vagas no País. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mar.1966, p. 11.
[360] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1968, p. 34.

vestibulares. Na Guanabara, 28 mil candidatos não iriam ingressar no curso superior. Em São Paulo, pelo menos 40 mil[361]. A partir de dados regionais paulistas e de levantamentos do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, a *FL* destacou a baixa proporção de ingressos no ensino superior no estado de São Paulo se comparado com os outros níveis de ensino.

Em 1967, havia cerca de 2 milhões de alunos matriculados no ensino primário, mas apenas 50 mil ingressaram no ensino superior, o que representava apenas 2,5% desse total. Essa discrepância refletia uma tendência nacional: apenas 16% dos estudantes brasileiros que concluíram o ensino primário conseguiam avançar até o nível ginasial[362].

As notícias evidenciam, até certo ponto, a preocupação social e a necessidade dos governantes e autoridades educacionais de procurarem integrar os estudantes excedentes nas escolas, esse comportamento era um *habitus*, constituído em 1950. Porém, nesse momento, começou a ser modificado, até se naturalizar a marginalização em massa e a falta de mobilização imediata de estudantes e governos como havia na década de 1950 e 1960.

Atualmente, o estudante reprovado no vestibular é uma figuração que não existe mais, nem mais como reprovados circulam pela imprensa. Os reprovados dos diversos vestibulares espalhados pelo país, não se mobilizam em grupo por pressão contra os seus governantes, pois atuam individualmente e se adaptaram à nova estrutura de ensino, dentro da qual aprenderam a se conformar.

Como já se percebeu, os cursos mais disputados pertenciam a profissões tradicionais das elites urbanas. A Medicina, por exemplo, era associada ao *status*, à estabilidade e à alta renda, vista como uma formação profissional desejada por famílias de classe média e alta. O mesmo ocorria com o Direito, vinculado à política, ao funcionalismo público e às carreiras jurídicas; já a Engenharia era o símbolo do progresso técnico e do desenvolvimento nacional. Principalmente em Medicina e Engenharia, havia altos índices de reprovações nos vestibulares, o que logo acusava a ineficiência e a inadequação do secundário, como mais um dos gargalos estruturais do sistema educacional atrelado a baixos índices de permanência e progressão escolar.

As notícias reforçavam a imagem de que a universidade não é um lugar para todos. Assim, o *JB* defendia um projeto de universidade elitizada, tecnocrática e alinhada à lógica empresarial. Os textos apresentavam uma racionalidade em que a expansão e a massificação

[361] PESQUISA do *JB* em 18 Estados mostra que universidades têm 69.888 vagas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1968, p. 34; VESTIBULARES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22-23 dez. 1968, p. 19; EXCEDENTES terão as mesmas dificuldades. *Folha de Londrina*. Londrina, 14 nov. 1968, p. 14.
[362] POUCOS chegam às universidades. *Folha de Londrina*, Londrina, 06 jan. 1968, p. 12. Escolas e Estudantes.

significavam mediocridade, e as humanidades, improdutividade. Portanto, o crescimento precisava ser controlado de modo a ser direcionado para se modelar como uma solução para o mercado econômico. Esse projeto se contrapunha com a trajetória de reivindicação dos movimentos estudantis, principalmente após a década de 1950, quando defendiam a democratização da universidade.

Existe uma convergência entre governo, MEC e imprensa que reiteram constantemente a necessidade de controlar o acesso e tecnificar o ensino. Nesse sentido, a imprensa atuava como figuração estabelecida, ao defender posições universitárias reservadas para poucos e serem contra a entrada de *outsiders*, estudantes populares e médios sem estabelecer um limite. Para isso, defendiam o modelo privado de bolsas restritas concedidas pelo Estado e a expansão da iniciativa privada na educação.

Tais políticas tendiam a diminuir ainda mais a autonomia do estudante pobre de acesso ao ensino superior. Quanto aos excedentes universitários, o projeto da reforma universitária de 1968 contrariava a desejada expansão do ensino superior, pois operou dentro de aumentos mínimos fixados (110 mil vagas em 1969 e 450 mil em 1975), o que considerava os limites mínimos do crescimento vegetativo e da necessidade de matrículas[363].

Em 1969, cerca de 4 mil candidatos foram marginalizados dos cursos de Medicina na Guanabara. Apenas na Faculdade de Medicina da UFRJ, mais de 3.600 vestibulandos foram reprovados. Entre eles, João Lopes Sousa Barreiros relatou estar "sem perspectiva, a não ser a de tentar outra vez, no ano que vem", lamentando ainda a ausência de esperança que havia entre os excedentes de 1968[364]. O que preocupava os estudantes excedentes era a tendência das autoridades educacionais em seguir a orientação do ministro da Educação, o qual declarou que não haveria aproveitamento dos reprovados.

O gargalo dos excedentes comprometia a "imagem nós" do governo, por representar incapacidade em atender as demandas, justamente um setor social que havia sido, em parte, importante base de apoio político e legitimador inicial do golpe civil-militar. A frustração diante das expectativas de escolarização desse grupo acentuava a tensão entre governo e sociedade, revelando os limites da promessa de modernização, progresso, desenvolvimento e ordem. Além disso, era um agravante em meio a uma crise estudantil persistente que parecia distante da solução efetiva.

Uma reportagem do *JB* apresentou a história de três excedentes de Medicina da Guanabara: Evaldo, Dini e Edmundo. Eles integravam o contingente dos 317 moças e rapazes

[363] EXCEDENTES de 69 deverão ser 40 mil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17, 18 nov. 1968, p. 16.
[364] REPROVADOS veem sem perspectiva. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 17 jan. 1969, p. 4.

que, embora aprovados no vestibular de Medicina de 1967, não conseguiram efetivar a matrícula, mesmo com decisão judicial favorável. Isso porque o Ministério da Educação ignorou a decisão e se omitiu.

> Evaldo, há três anos tenta ingressar na Faculdade. Em cada ano frequentam cursinhos de preparação, cujas mensalidades nunca saíram inferiores a NCR$100.000. Não trabalham, e sua família deu-lhe o ultimato: se não entrar na Faculdade neste ano, deverá sustentar-se. [...] Dini [...]. Fez vestibular em 1966, foi reprovada, passando a frequentar um cursinho. Em 1967 fez exames em diversas faculdades. Primeiro fez os exames do vestibular unificado, na Guanabara, seguiu depois para as Escolas de Marília e Uberaba, em São Paulo e Minas Gerais. [...] fora aprovada no vestibular da Guanabara. Regressou, mas ficou na situação de excedente. [...] Edmundo, enquanto espera solução para o problema, dá aulas num curso de preparação para o vestibular ao curso normal, além de preparar candidatos para exames do primeiro e segundo ciclo do Artigo 99 (Excedentes ficam à margem de manifestações esperando vaga. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 abr. 1968, p. 7).

Eles representam jovens que permaneceram à margem de qualquer movimento universitário ou secundarista pois faziam parte de um grupo pequeno e desarticulado que não conseguiu mobilizar manifestações expressivas e, ainda, enfrentavam a resistência dos próprios estudantes da Faculdade Nacional de Medicina. Embora criticassem a política educacional do governo, alegavam que a instituição não possuía condições físicas para absorver os excedentes.

A reportagem evidenciou como a combinação de inércia governamental, pressão familiar, incerteza sobre o futuro profissional, espera pela matrícula e as longas caminhadas pelos corredores do MEC afetaram profundamente o estado emocional desses jovens. Em alguns casos, a frustração era tamanha, que levava à desistência de novas tentativas ao vestibular, ilustrando os efeitos subjetivos da exclusão universitária.

Edmundo, após a frustração, conseguiu inserir-se no mercado de trabalho. Evaldo, por sua vez, ainda dependia do apoio da família, fazia cursinho, mas já recebeu o aviso dos pais, caso não consiga vaga na universidade, terá que procurar emprego. Dina, assim como os demais, fez diversas tentativas, inclusive em outros estados, e até fora do país, mas sem sucesso. As sucessivas exclusões afetaram suas emoções, levando Dina a ser internada em um hospital psiquiátrico e impossibilitando-a de seguir tentando o ingresso no ensino superior. Essas histórias revelavam o impacto da escolarização e as pressões que causaram na vida dos sujeitos que viviam a ambiguidade de se sentirem no direito de obter a vaga devida ao seu mérito de aprovação, mas que dependiam das autoridades e das políticas educacionais para conseguir acesso às universidades.

Ao perceber a importância desse problema, o *JB* fez uma pesquisa perguntando aos cariocas: “Para o sr. (a) o governo federal fez ou não esforços para resolver durante este ano o problema dos excedentes do curso universitário? ”. Os resultados mostraram que o governo

federal foi criticado por 67% da classe A, e 48% dos jovens, por não haver desenvolvido esforços para solucionar a questão. Porém, o resultado apontou que os respondentes se dividiram: 36% disseram que o governo se esforçou, e outros 36% afirmaram que não[365].

As notícias e os dados revelam que essa expansão do ensino superior foi, na verdade, marginalizadora. Isso se evidencia não apenas pelo fato de excluir grande parte dos estudantes que desejavam ingressar nas universidades, mas também porque o governo concentrava esforços e concessões em um grupo social bastante restrito. Tal prioridade contrastava no mesmo período com a escassa atenção ao ensino primário e as providências tardias para a alfabetização.

Embora parte dos excedentes universitários sustentassem um discurso nacionalista, associando a escolha profissional ao desenvolvimento do país em seus códigos sociais, as reivindicações eram específicas e voltadas para interesses de autopromoção pessoal, pois ao protestarem por acesso ao ensino superior, não chegaram a ampliar suas reivindicações para denunciar também contradições e injustiças sociais e políticas. Logo, limitaram-se, em geral, às dificuldades que eles próprios enfrentavam.

Porém, considerando as ações do governo e das universidades, os excedentes iriam pouco a pouco desaparecer e abrir espaço para os aprovados e reprovados. Essa política surgiu com a adoção do critério adotado pelas universidades de notas mínimas nos exames. A *FL* relembrou que "nos últimos anos, os excedentes, surgiram no noticiário nacional com força enorme, exigindo ingresso nas escolas superiores" e a grande maioria obteve êxito, mas destaca que a situação mudou, pois "anuncia-se o final da figura do excedente"[366].

Como o *JB*, a *FL* apoiou as políticas de extinção do excedente, ao enfatizar que tal figura era desconhecida em outros países. O fim do excedente não viria pela concessão de vagas suficientes para atender as demandas, mas o Estado responsável pelo ensino superior simplesmente adaptaria os processos de seleção com regras via editais mais inflexíveis para delimitar o acesso e deslocar a responsabilidade da reprovação para as várias universidades.

Em 1970, a solução contra os excedentes foi divulgar apenas os nomes dos alunos classificados, invisibilizando os excedentes. Pretendeu-se, assim, evitar problemas relacionados com protestos e reivindicações de sujeitos que se sentissem com direito de entrar nas faculdades, exigindo soluções das autoridades. Pouco a pouco, os discursos políticos e sociais que mantêm o vestibular como controle ao acesso do ensino transformaram esses excedentes

[365] EXCEDENTES nas universidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24, 25 nov. 1968, p. 38.
[366] VESTIBULAR sem excedentes. *Folha de Londrina*, Londrina. 9 jan.1970, p. 3.

em uma massa crescente de reprovados silenciados que desenvolveram a percepção de que a não integração era fruto da suposta incapacidade pessoal.

O problema continuou e se agravou, mas aparentemente foi resolvida a questão dos protestos, ao se modelarem os comportamentos e as emoções dos estudantes que não mais se viam com o direito à vaga e nem se organizavam coletivamente. Para garantir o acesso, os candidatos passaram a se empenhar mais individualmente, e não culpam mais diretamente às autoridades políticas, projetando a crítica no sistema educacional, social ou em si próprios, o que impossibilita exercer pressão social de forma mais direta.

Como se observa, a situação dos excedentes piorou a partir de 1966, com a defesa das autoridades governamentais e educacionais de medidas que visavam mudar os critérios de classificação dos exames vestibulares. Em 1964, a aprovação era obtida pela média global cinco, mas, em 1966, estabeleceu-se um novo critério em que a obtenção das vagas ocorria a partir das maiores notas.

O item a seguir aborda um momento de transição que antecede a extinção das figurações excedentes. A partir dos principais episódios selecionados pela imprensa, analisa-se a relação entre as mudanças no *habitus*, na estrutura universitária e na personalidade coletiva, com o objetivo de compreender as características das figurações excedentes, assim como o impacto de regime político e do campo social sobre ela.

5.2 AS REIVINDICAÇÕES DOS EXCEDENTES: ENTRE O PROTESTO E O ELOGIO

Em entrevista ao *JB*, o professor Abraão Akerman abordou o drama vivido pelos chamados excedentes, com destaque para a comoção social diante do fato de que a maioria desses estudantes provêm de "classes menos favorecidas" e, para alcançar médias superiores a 6,5 nos exames vestibulares, fizeram enorme sacrifício. A fala do professor se contrapõe com as percepções apontadas pela pesquisa do perfil do candidato de Medicina em Londrina, que percebeu que a maioria deles não trabalha e frequenta cursinhos vestibulares[367].

Além dos excedentes universitários, havia as excedentes normalistas, candidatas às Escolas Normais do Estado, que não conseguiam ingressar no curso devido à falta de vagas. Mesmo não obtendo vagas nas Escolas Normais, as excedentes do estado da Guanabara se recusaram a aceitar o rótulo de "reprovadas" atribuído pelas autoridades educacionais. Em 1965, elas foram à Secretaria de Educação em companhia de seus pais, reclamando que

[367] DENÚNCIA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1966, p. 6; VESTIBULARES: atrás dos números, a esperança. *Folha de Londrina*, Londrina. 6 jan. 1970, p. 14.

"obtiveram as notas exigidas pelo regulamento do concurso e por falta de vagas foram consideradas excedentes".

As candidatas pleiteiam do secretário da educação, Flexa Ribeiro, a adoção do mesmo critério do ano passado, quando foram matriculados 170 excedentes nas seis Escolas Normais do Estado. Assim, para atender às 238 candidatas excedentes em 1965 foram criadas vagas nas Escolas Normais do Estado[368]. O processo de pressão para o ingresso dos excedentes, além dos candidatos, envolvia os pais, governador, prefeitos, advogados e secretários da educação.

Na Guanabara, por exemplo, em 1967, formou-se um movimento pelas matrículas dos filhos perante as reticências do secretário da educação em matricular os 483 excedentes normalistas às Escolas Normais do Estado, como havia prometido em inúmeros momentos na imprensa[369]. Poucos dias depois, o governador Negrão de Lima autorizou o secretário de Educação, Benjamim Morais, a matricular nas seis Escolas Normais do Estado as excedentes[370].

Uma das excedentes denunciava que foram aprovadas nos exames gerais "nada menos que 4.101 jovens, sendo classificadas apenas 1.005". Diziam elas: "Um absurdo!". As excedentes alegavam que o Instituto de Educação não possuía qualquer função à noite e poderia ser usado para abrir mais vagas: Elas diziam aos jornalistas que "desejam estudar, em qualquer hora"[371]. A Figura 58 exibe excedentes normalistas que depois de realizarem uma manifestação assinam um memorial em que pedem às autoridades mais vagas.

Figura 58 – Uma vaga esperança

[368] *Jornal do Brasil*, n. 34, 10 fev. 1965, p. 12; *Jornal do Brasil*, n. 36, 12 fev. 1965, p. 4.
[369] *Jornal do Brasil*, n. 11, 13 jan. 1967, p. 11.
[370] *Jornal do Brasil*, n. 16, 19 jan. 1967, p. 7.
[371] GOVERNO não reconhece excedentes do normal**.** *Jornal do Brasil***,** Rio de Janeiro, 16 jan. 1968, p. 16.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1968, p. 16.

Em janeiro de 1968, cerca de 300 pessoas, entre pais e candidatas a normalistas "aprovados, mas não classificados" nas Escolas Normais do Estado, dirigiram-se ao Palácio Guanabara (Figura 59) em busca de uma audiência com o governador para reivindicar uma solução para o problema da falta de vagas. No entanto, após sete horas de espera, o governador não os recebeu. O assessor de educação, Antônio José Chediak, informou que o requerimento deveria ser encaminhado ao secretário de Educação, Gonzaga da Gama, que provavelmente emitiria parecer contrário, pois o regulamento do concurso considerava todos os excedentes como reprovados[372].

Figura 59 – Problema continua

[372] GOVERNADOR não recebe pais e reprovados que esperaram audiência durante 7 horas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1968, p. 14.


PROBLEMA CONTINUA

Reprovados nos exames para escolas normais buscam saída que permita seu aproveitamento

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1968, p. 19.

Poucos dias depois, centenas de alunas que não estavam entre as 930 primeiras, quantidade geral de vagas, voltaram a se mobilizar, acampando no Palácio Guanabara e apresentando propostas, como o sistema de rodízio já aplicado nas escolas públicas, a reconstrução da Escola Normal Sara Kubitschek e a adaptação de um prédio anexo. Apesar da pressão, Antônio Chediak considerou inviável a matrícula das excedentes e apenas se comprometeu a estudar sugestões. As manifestantes lamentaram a ausência de resposta do governador[373].

As declarações do secretário da Educação, Gonzaga da Gama, de que nenhuma medida administrativa permitiria a matricular candidatas reprovadas no exame de admissão ao curso Normal, não surtiram qualquer efeito entre as candidatas, que marcaram um encontro com dona Iolanda Costa e Silva, para discutir o problema. A primeira-dama prometeu às candidatas retirar parte da verba da LBA para entregar à Secretaria de Educação para conseguir as vagas para as candidatas normalistas[374].

Em 1968, diferentemente do ano anterior, a pressão exercida pelas excedentes normalistas não obteve de forma tão tranquila a efetivação de suas matrículas. Parte dos 3 mil candidatos que não conseguiu uma das 980 vagas nas escolas normais oficiais protestaram em frente ao Instituto de Educação e à Secretaria de Educação, e ainda acamparam no Palácio Guanabara, fizeram passeatas, recorrerem aos periódicos, pressionaram os políticos e acionaram o Judiciário, pois pretendiam negociar com as autoridades. As futuras normalistas,

[373] GOVERNO não faz promessa a alunas reprovadas que pedem matrícula no Normal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1968, p. 19.
[374] REPROVADAS do Normal irão a D. Iolanda porque fala do Secretário não convence. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1968, p. 14.

em protesto, carregavam faixas e cartazes que diziam que diziam que não eram reprovadas, e sim excedentes.

Ser classificada como excedente conferia às candidatas um certo poder, pois alimentava grandes expectativas de ingresso nos cursos superiores. Isso porque diversos movimentos de excedentes conseguiam pressionar autoridades para a ampliação de vagas em escolas e universidades. Por outro lado, ser definida como reprovada implicava aceitar a marginalização sem questionar ou pressionar. Na época, as escolas normais da Guanabara registraram quedas nas inscrições. Em 1970, havia apenas 2.910 candidatos contra os mais de 4 mil dos anos anteriores. A diminuição da procura era atribuída à baixa remuneração docente, à pouca atratividade do magistério e aos concursos para ingresso[375].

Contudo, havia cursos muito concorridos, como Medicina e Engenharia. Nessas áreas, mesmo em São Paulo que investia mais em Educação do que o governo federal, havia excedentes. Na UFRJ, por exemplo, estudantes da Medicina protestavam contra a redução de 70 vagas em 1970, em descumprimento a um decreto de 1968 que proibia esse tipo de corte. Em São Paulo e Belo Horizonte, estudantes circulavam entre estados em busca da "vaga sonhada", enfrentando vestibulares com concorrência de até 6 candidatos por vaga.

Dona Iolanda Costa e Silva havia se encontrado com uma comissão de estudantes excedentes da Faculdade de Medicina da Guanabara, no Palácio de Verão, em Petrópolis, e garantiu-lhes que entregaria ao ministro da Educação um pedido especial para a solução do problema e falaria com o presidente, ela "reforçou que o problema dos excedentes deveria ser solucionado de modo a não comprometer a qualidade do ensino médico no Brasil". A comissão compunha-se de representantes do Diretório Acadêmico Carlos Chagas, da Faculdade de Ciências Médicas da Guanabara, da UME e da Comissão Permanente de Vestibulandos[376].

Essa proximidade com a primeira-dama fazia parte dos códigos sociais de parte das figurações excedentes, que para ampliar o seu nível de poder e alcançar a sua reivindicação "comovem com sua situação alguém de bastante influência no governo, arranjam um padrinho, ou madrinha, e começam a fazer campanha para que a universidade os receba"[377]. Outro exemplo foram os excedentes da Faculdade de Medicina que saíram de Petrópolis a fim de se avistarem com o presidente Costa e Silva. Eles se denominavam a "Turma Costa e Silva", afirmavam serem apolíticos, pois pretendiam apenas "reivindicar mais vagas para que todos

[375] ESTADO registra 2910 no Normal. *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 07 jan. 1970, p. 14; DESENVOLVIMENTO do país impõe a carreira curta. *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 30 jan. 1970, p. 4.
[376] D. IOLANDA dará verba a excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21-22 jan. 1968, p. 3.
[377] QUESTÃO de Brio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 fev. 1968, p. 6.

possam estudar". O grupo solicitou a permissão do DOPS e obteve apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que cedeu seu auditório para suas reuniões[378].

Essa figuração apresentava um objetivo bastante restrito e voltado para interesses específicos. Ainda assim, conseguiu mobilizar importantes setores da sociedade como a imprensa, empresas e políticos que os apoiavam com recursos materiais, permitindo a continuidade de suas ações de pressão social. O comportamento era pautado por boas relações, cordialidade e mensagens marcadas por esperança, elogios e até homenagens. As figurações excedentes tentavam resolver suas demandas imediatas e buscavam força para a solução de seu problema imediato e apelavam para a tentativa de formar emoções. Par isso reiteram suas semelhanças e identificação com os valores das autoridades, a fim de construir relações que evidenciam pertencimento aos estabelecidos e, portanto, seu movimento e sua reivindicação eram tidos como justos e legítimos. Essa postura de algumas figurações excedentes contrastava fortemente com a dos estudantes *outsiders* rotulados por autoridades, políticos e empresários como "não estudantes" e "subversivos".

Para desarticular a formação das figurações de excedentes, as autoridades buscam atacar a imagem do grupo, alterando a forma como os outros estudantes e a sociedade os viam. Essa estratégia foi sustentada por mudanças nos processos seletivos e nos editais de concursos para o ingresso, que visavam eliminar as brechas para a manifestação do inconformismo, na tentativa de enfraquecer e extinguir gradualmente a força social desses movimentos que se legitimam por meio do direito à escolarização que era uma premissa aceita socialmente e confirmada discursivamente, porém nem sempre praticada. Mesmo em vias de extinção, havia grupos de excedentes que ainda conseguiam negociar com as autoridades que faziam concessões e apoiavam os excedentes tendo em vista o seu nível de legitimidade social.

Como se nota, os excedentes possuíam um grau elevado de dependência das autoridades para conseguir ingressar nas universidades, por isso o apelo e a pressão se direcionavam a eles: secretários, ministros, senadores, deputados e até governadores, vice-governadores e presidentes. Além da legitimidade social, outra característica dessas figurações de excedentes era o alto nível de autocontrole e o comportamento de se diferenciarem dos demais movimentos estudantis. Com isso, tentavam se aproximar dos valores estabelecidos, expressando publicamente a crença e a confiança no poder das autoridades. Apesar de elogioso, esse comportamento pressionava as autoridades a atenderem suas demandas por vagas.

[378] ESTUDANTES recorrem a Costa e Silva. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1968, p. 17.

Mas os excedentes também se revoltaram, principalmente diante da constatação da diminuição das vagas. Os excedentes da ENE foram ao *JB* para denunciar redução de vagas do curso; candidatos aprovados se juntaram com os excedentes para mostrar ao ministro da Educação que a Escola dispõe tanto de vagas como de verbas para obrigá-los[379]. O CACO apontou que nas faculdades estaduais houve uma "redução de 75 % das vagas". Em 1965, os reitores já percebiam a intenção governamental de limitar o orçamento para a universidade prevendo dificuldades nas suas. O Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito, tentava conseguir a matrícula de mais 300 excedentes, segundo informou o seu diretor, o estudante Oscar Araripe, depois de classificar o vestibular desse ano como "o mais vergonhoso da história da Faculdade". Disse Oscar Araripe, que o "número de vagas, de 600 em 1964, foi reduzido, este ano, inexplicavelmente, para 200[380].

Na Faculdade Nacional de Filosofia, 34 alunos excedentes estão sendo impedidos pelo diretor do estabelecimento, professor Faria Góis, de entrar nas salas de aula para fazerem as provas parciais, apesar de uma liminar concedida pelo juiz da 4.ª Vara da Fazenda Pública, que autoriza suas matrículas. Os excedentes foram à redação do *JB* para protestar contra o não cumprimento da decisão judicial, cuja comunicação oficial já foi entregue à Diretoria da Faculdade de Filosofia[381].

Os excedentes da Faculdade de Medicina da UFRGS faziam um movimento visando ao aumento das matrículas. Para o êxito desta campanha, procuraram o líder do governo no senado, Daniel Krieger e o deputado trabalhista Unírio Machado[382]. Em 1965, a comissão de excedentes da Faculdade de Engenharia da UEG, representando 45 estudantes, manifestou-se publicamente sobre a indefinição quanto à sua matrícula. Embora o diretor da faculdade, professor Dacorso Neto, tenha afirmado que seriam aceitos, o reitor Haroldo Lisboa da Cunha ainda não havia tomado uma decisão, deixando os estudantes "completamente desamparados", segundo César Antônio da Silva Matos.

Sem resposta do governador, os excedentes apelaram ao vice-governador Rafael de Almeida Magalhães. Dacorso Neto justificou a impossibilidade da matrícula por falta de recursos, local e material, enquanto os estudantes alegavam haver espaço disponível e reivindicavam que o governo solucionasse apenas o problema orçamentário Na inauguração da Faculdade de Ciências Médicas, dezenas de excedentes protestaram pedindo o aumento das

[379] *Jornal do Brasil*, n.34, 10 fev. 1965, p.14.
[380] *Jornal do Brasil*, n. 58, 13 mar. 1965, p.07; Notícia, *Jornal do Brasil*, n. 71, 27 mar. 1965, p. 11.
[381] *Jornal do Brasil*, n. 153, 03 jul. 1965, p. 7.
[382] *Jornal do Brasil*, n. 55, 09 mar. 1965, p. 05.

vagas de 100 para 200, mas o governador, Carlos Lacerda, recusou intervir ao alegar respeito à autonomia universitária[383].

A partir desses exemplos que aparecem em 1965 se nota uma tensão entre alunos e reitores e autoridades políticas quanto à redução das vagas. Os alunos alegam que era possível integrar mais estudantes, os reitores e diretores afirmam não ter verbas enquanto os governos estaduais e federais argumentam que não podem interferir na autonomia universitária, fala bastante irônica diante das inúmeras intervenções de órgãos do Estado e do governo dentro da universidade para controlar e punir os estudantes universitários.

No Rio de Janeiro, dezenas de excedentes da Escola Nacional de Química (Figura 60) foram ao gabinete do ministro da Educação e entregaram um memorial ao chefe de Gabinete do ministro, Caio Márcio da Silva Pereira, pedindo vagas para os 329 aprovados/excedentes que não foram matriculados porque o regulamento da escola limitava em 100 o número de vagas que foram ocupadas pelos primeiros classificados.

Figura 60 – Uma questão física



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1966, p. 14.

Durante a abertura da UFRJ, o ministro da Educação, Pedro Aleixo, declarou que "a universidade não pode ser privilégio de minorias". Na ocasião, foi cercado por excedentes aprovados sem vaga acompanhados por seus pais e portando faixas como: "Aprovados querem estudar", "Passamos, queremos matrícula" e "O Brasil precisa de mais químicos", em alusão à

[383] *Jornal do Brasil*, n. 58, 16 mar. 1965, p. 16; *Jornal do Brasil*, n. 71, 27 mar. 1965, p. 15; *Jornal do Brasil*, n. 64, 19 mar. 1965, p. 15.

fala de Roberto Campos sobre a necessidade urgente de 1.700 químicos no país. Os pais criticaram que, enquanto os aprovados não conseguiam se matricular, o governo mantinha 1.800 bolsas de estudo para estrangeiros[384]. O reitor Pedro Calmon, manifestou à imprensa que "não existem excedentes dos vestibulares, porque os editais de convocação eram claros no estabelecimento do sistema classificatório, determinando o número de vagas, que, uma vez preenchido, deixa de lado um grupo de candidatos que alcançou boa média"[385].

Na Guanabara, excedentes das cinco escolas de Medicina criticaram a redução de vagas nas universidades, atribuída à alegada falta de estrutura. Eles argumentaram que, diante da precariedade da saúde pública com apenas 20 mil médicos para 80 milhões de habitantes e alta mortalidade infantil, o país deveria ampliar e não restringir o acesso à formação médica. Preocupados com a possibilidade de não aproveitamento, excedentes da Faculdade de Medicina da UFRJ começaram a se concentrar no Palácio das Laranjeiras, onde buscam informações sobre seu futuro. O professor Abraão Akerman destacou que "no país, 30 mil médicos exercendo a profissão", enquanto o país precisava de "50 mil, segundo as estatísticas mais modestas"[386].

A Figura 61 ilustra estudantes cariocas que acamparam em frente ao MEC, entre eles os excedentes da Escola Nacional de Químicas que aguardavam uma resposta definitiva do ministro Pedro Aleixo. Os excedentes de Medicina decidiram juntar com os de Química e, também, armaram suas barracas.

Figura 61 – A luta por vagas

[384] PEDRO Aleixo dará verba para Universidade matricular excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1966, p. 11; EXCEDENTES ouvem de Pedro Aleixo que Universidade é da maioria. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 mar.1966, p. 11; PEDRO Aleixo dará verba para Universidade matricular excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1966, p. 11.

[385] PEDRO Calmon diz que não há excedentes porque o sistema é classificatório. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1966, p. 5.

[386] EXCEDENTES acampam até Aleixo anunciar solução. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1966, p. 11; MEDICINA também acampa no MEC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1966, p. 11; DENÚNCIA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1966, p. 6.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 mar.1966, p. 11.

Nesses momentos iniciais, os excedentes pressionavam as autoridades políticas, ao formarem comissões para negociar as vagas, denunciar nos periódicos a sua situação e impetrar liminares judiciais. Esse movimento de pressão dos excedentes era uma prática comum desde a década de 1950, quando a ampliação urbana e industrial aumentou a dependência da classe média da escolarização como fator determinante da ascensão social.

Assim manifestações em prol do aproveitamento dos excedentes ocorreram também em Belém, onde os excedentes, agora chamados de reprovados ameaçavam fazer uma passeata pelas ruas contra a decisão do reitor da Universidade do Pará, Silveira Neto, de não realizar exames de segunda época para ocupar as vagas remanescentes. Apesar da passeata se anunciar como movimento pacífico, não teve licença da polícia[387].

Em Pernambuco, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas apelou ao governo estadual para que arque com as anuidades dos 99 excedentes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal. Destes, 55 seriam absorvidos pela própria universidade com recursos da reitoria, e 44 pela Faculdade de Ciências Médicas, desde que o governo custeie os estudos. O presidente do diretório, João Mário Correia de Araújo, afirmou que a maioria não tem condições de pagar. A decisão de não aceitar mais matrículas partiu do Conselho Técnico da Faculdade, que alegou falta de vagas[388].

O ministro da Educação convocou o CFE para discutir a crescente falta de vagas no ensino superior. Em resposta, o Conselho autorizou a matrícula de 310 excedentes na

[387] MAIS DE MIL concorrem à Universidade de Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1966, p. 15.
[388] CONSELHO de Educação debaterá hoje falta de vagas no país. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1966, p. 11; PERNAMBUCANOS ficam se Governo pagar anuidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 mai. 1966, p. 14.

Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro, com base no direito à educação previsto na Constituição. Apesar de manterem um protesto pacífico, excedentes de Medicina e Química foram forçados a desmobilizar seu acampamento pela PM, que temia confusão com outros estudantes reunidos nas imediações da Faculdade de Filosofia[389].

Como se percebe até aqui o *JB*, acompanha de perto o drama dos excedentes que ocorre no seu quintal. A maioria das notícias se articulam de modo a destacar o caráter pacífico dos códigos sociais públicos anunciados ou realizados pelos excedentes. Mesmo quando os excedentes protestavam não havia uma tentativa de criminalizá-lo, pelo contrário, ele era colocado em muitos momentos em uma posição de vítima diante de governos incapazes. Outra característica da relação entre excedentes e autoridades diz respeito a sua abertura para interagir com as autoridades, embora em muitos momentos não tiveram suas reivindicações atendidas e manifestações tolhidas.

No 75.º dia de acampamento dos excedentes de Medicina, o ministro da Educação nomeou uma comissão especial de seis membros, para estudar o aproveitamento de 320 estudantes aprovados no vestibular nas quatro escolas de Medicina, e 60 de Química. O estudante/excedente Roberto Santos afirmava na ocasião que "há um interesse crescente em nos ajudar". Por esperança ou para aumentar a pressão para o atendimento antes mesmo de confirmar a criação de vagas, os estudantes diziam já ter jaleco e livros de Histologia e Anatomia, e programaram diversas festividades, como missa em ação de graças na Candelária para homenagear o presidente Castelo Branco e o ministro Pedro Aleixo pela concessão das vagas[390].

Depois de 89 dias de lutas e incertezas, os 380 excedentes de Medicina e Química das escolas e faculdades fluminenses receberam a notícia de que o Ministério da Educação os aproveitaria em turmas anexas a partir de 1967, em diversas faculdades. Ao mesmo tempo, o Conselho Universitário do Estado do Rio de Janeiro deliberou, por unanimidade, que, no que depender da UFF, nenhum excedente ficaria sem vaga[391]. O *JB* narrou as emoções e os comportamentos dos estudantes e pais depois de receberem a decisão do governo e das autoridades educacionais.

> Aos gritos de "Viva o Presidente" e soltando fogos de artifício previamente comprados, os estudantes passaram nos abraços e até os transeuntes foram envolvidos

[389] CONSELHO de Educação debaterá hoje falta de vagas no País. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1966, p. 11; EXCEDENTES tiveram que debandar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1966, p. 15.
[390] ALEIXO nomeia comissão para ver matrícula de excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1966, p. 11.
[391] EXCEDENTES poderão ser aproveitados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1966, p.1.

> pelo entusiasmo e emoção que por alguns minutos tomou conta da Avenida Graça Aranha. Alguns carros estacionados no local, puseram sua buzina em funcionamento e a alegria veio substituir a expectativa e o nervosismo que há 89 dias dominavam os excedentes. Pais abraçavam-se aos filhos chorando, amigos cumprimentavam os amigos e até o chofer particular do ministro Pedro Aleixo deixou-se envolver pela emoção. Em seguida, os estudantes dirigiram-se para a porta do elevador privativo do ministro e, exibindo cartazes de agradecimento e com os dedos levantados em forma de V, aplaudiram os membros da Comissão e o Ministro Pedro Aleixo. Visivelmente emocionado, o ministro da Educação [...] Depois da manifestação realizada em frente ao MEC, os estudantes programaram uma demonstração de agradecimento ao presidente Castelo Branco (Excedentes recebem chorando notícia do aproveitamento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1966, p. 16).

O nervosismo e a expectativa dão lugar para a alegria e entusiasmo, emoções traduzidas em comportamentos como buzinadas, abraços, choro e demonstrações de agradecimento às autoridades. Esses estudantes excedentes sabiam do grande nível de dependência que possuíam das autoridades para satisfazer as suas necessidades de integração aos cursos. Nesse movimento ao logo das suas manifestações reforçam os mitos sociais e valores das figurações no poder porque querem usufruir do "carisma grupal" apontado por Elias e Scotson (2000). Esse carisma do pertencer garante aos sujeitos benefícios que são vistos nas negociações entre excedentes e autoridades.

Todavia, essa alegria não foi compartilhada por todos os estudantes. O novo desafio dos excedentes era ser aceitos pelos universitários. Mas nesse caso, a disputa entre excedentes e universitários se encerrou com a realização de um novo vestibular para os excedentes determinado pelo ex-ministro da Educação, Pedro Aleixo, após acordo tomado com os diretores das referidas faculdades, que se dispuseram a aceitar os excedentes com a condição de submetê-los a novo exame. "Os 600 excedentes cariocas e 48 de outros estados submeteram-se no Estádio do Maracanã, ao segundo exame de habilitação às cinco faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e uma de Niterói, tomados de nervosismo"[392].

Após a saída de Pedro Aleixo do Ministério da Educação, para assumir a vice-presidência, Moniz Aragão passou a ocupar a pasta propondo reformas universitárias com o objetivo de ampliar progressivamente o número de vagas e aumentar o aproveitamento dos estudantes nas universidades. Segundo o novo ministro, a reforma universitária tornaria o ensino superior mais econômico, viabilizando o ingresso de um maior número de estudantes[393]. A solução para resolver o problema dos excedentes aprovados nos exames vestibulares foi a concessão de bolsas de estudo, a fim de que os estudantes que não pudessem ser matriculados nas faculdades da Guanabara fossem frequentar as escolas superiores que disponham de vagas

[392] NOVO vestibular encerra problema dos excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1966, p. 7.
[393] MONIZ: reforma abrirá mais vaga. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1966, p. 15.

em outros estados. Ele assegurou que todos os excedentes dos vestibulares das faculdades da Guanabara serão aproveitados, ainda que nos estabelecimentos de ensino superior de outras unidades da Federação, e explicou que para isso lançará mão de "todos os recursos disponíveis"[394].

Na sequência, com a posse de Tarso Dutra, como ministro da Educação durante o governo Costa e Silva, foi criada uma comissão no âmbito do CFE para sugerir medidas urgentes que aumentassem o número de vagas. Essa iniciativa foi baseada no Parecer 58, do conselheiro Valnir Chagas, que estabelecia o vestibular como mecanismo classificatório, e não mais seletivo. Com base nessas diretrizes, a Diretoria do Ensino Superior do MEC publicou edital determinando a realização, em janeiro, de um único vestibular por área em todas as universidades do país, proibindo os candidatos de se inscreverem em mais de uma instituição. Também foi anunciada a reformulação da Lei Suplicy[395].

Embora o vestibular classificatório tenha sido implementado com a finalidade de eliminar a figura do excedente, ele não desaparece imediatamente. Diante da permanência de pressão dos excedentes, alguns reitores adotaram medidas controversas, condenada pelo *JB*. Na notícia se destaca a proposta do reitor Suplicy de Lacerda de "queimar as provas dos estudantes não classificados dentro do número de vagas", prática que, segundo a imprensa, foi aceita por outros reitores como solução para extinguir o excedente já no ano seguinte.

Durante o VIII Fórum de Reitores, presidido pelo ministro Tarso Dutra (Figura 62), o reitor Suplicy de Lacerda defendeu a queima das provas dos vestibulandos não classificados como solução para eliminar os excedentes, alegando porque nenhum regimento interno de qualquer faculdade admite revisão de prova, mas a existência dessa documentação tem provocado enorme confusão na vida universitária". Segundo comentários de estudantes, que estavam no Ministério da Educação acompanhando o Fórum, a queima de provas foi considerada uma "'violência', porque cada Faculdade poderá aprovar somente a quantidade de candidatos que corresponde ao número de vagas disponíveis. E como ninguém vai poder ver a prova depois de desclassificado"[396].

Figura 62 – Buscando soluções

[394] FACULDADES de todo o País absorverão os excedentes do Rio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 jan. 1967, p. 14; MEC promete vagas aos excedentes**.** *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 jan. 1967, p. 1; MONIZ promete a excedentes matrículas em outros estados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 jan. 1967, p. 11.
[395] CLÓVIS Salgado, Rubens Maciel, Valnir Chagas, Moniz Aragão e Roberto Santos, Vestibulares serão só de classificação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1967, p.17, MEC adota um só vestibular. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 out. 1967, p. 1.
[396] REITORES eliminam problema dos excedentes pelo fogo e vão queimar-lhes as provas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1967, p. 6.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1967, p. 6.

A prática da queima de provas, com o objetivo de evitar a contestação dos estudantes, ocorreu na Universidade Federal de Pernambuco, que ofereceu 1.820 vagas para 4.600 candidatos[397]. Para o *JB*, a queima das provas representava mais uma vergonha no setor educacional marcado pela tradição de descaso político com os problemas educacionais.

Na Guanabara, a falta de vagas levou estudantes a buscarem alternativas em estados como Amazonas e Maranhão, embora o fluxo dominante fosse em direção aos grandes centros, provocando o esvaziamento do interior. Não se podia afirmar que o ensino nos centros era superior: havia falta de professores qualificados, cadeiras importantes como a de Medicina Tropical e Biofísica estavam vagas, pois muitos docentes eram afastados ou deixavam o país para lecionar no exterior[398].

O governo de Costa e Silva, mesmo antes da posse, assume o compromisso de resolver a curto prazo, o problema dos excedentes no ensino superior, especialmente visível nas figurações universitárias. O ex-secretário da Educação da Guanabara, Flexa Ribeiro, propõe, no *JB*, uma "receita" para enfrentar a questão: realizar levantamentos sobre o espaço escolar, tempo útil, equipamentos e investimentos, a fim de elevar a produtividade do ensino superior em relação ao seu custo. Entre as medidas práticas, sugeria adaptações de imóveis, construção de anexos e conclusão de obras inacabadas[399].

Na Guanabara, cerca de mil estudantes excedentes se reuniram em frente ao MEC (Figura 63) para exigir a divulgação de suas notas. Apesar da orientação da polícia para que retornassem às suas casas, alguns permaneceram acampados para saber o resultado. O Serviço

[397] PERNAMBUCO decide queimar provas de vestibular para evitar pedidos de revisão *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 jan. 1968, p. 16.
[398] CASA desmoronando. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 22 out. 1969, p. 6.
[399] SOLUÇÃO imediata. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1967, p. 6.

Secreto da PM aconselhou os estudantes a se "manterem alheios a qualquer tipo de agitação e a evitar, o máximo que vocês puderem, a presença de elementos estranhos ao movimento e à classe". Acatando a orientação, os excedentes a fim de evitar as chamadas "infiltrações", adotaram fichinhas verdes colocadas nas camisas de todos os que possuíam os cartões de inscrição do concurso. Os representantes do CACO-livre que ofereceram solidariedade e ajuda "foram repudiados com um pedido para que não se intrometessem no problema"[400].

Figura 63 – Ordem e Educação


ORDEM E EDUCAÇÃO

Os estudantes foram mantidos nas imediações do MEC — fora do pátio — por uma Polícia Militar educada mas firme

Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1967, p. 7.

Dias após a mobilização inicial, os excedentes, vigiados por 20 policiais militares e agentes do DOPS, continuaram acampados. Quando o MEC divulgou apenas a lista dos aprovados para matrícula, os estudantes reagiram com protestos, gritando "queremos nota", o que levou o ministro Moniz Aragão a ordenar a dispersão pela polícia. O acampamento dos excedentes de Medicina permaneceu até a divulgação das notas de todos os candidatos, aprovados ou não. Em seguida, passaram a exigir o aumento de vagas, ao menos nas três Faculdades de Medicina da Guanabara, e formaram uma comissão para enviar um telegrama ao presidente pedindo apoio à causa. Os pais também se engajaram no movimento, enfatizando seu caráter não político[401].

Como se destacou no episódio, os excedentes não aceitaram a aproximação de estudantes universitários, porque se envolver com eles naquele momento representaria se

[400] VESTIBULANDO convencem o MEC divulgarem suas notas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1967, p. 7.
[401] MEC resolve só divulgar hoje notas de candidatos às Faculdades de Medicina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1967, p. 16; POLÍCIA Militar dissolveu mais uma vez acampamento dos excedentes de Medicina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jan. 1967, p. 14.

contaminar com *outsiders* políticos e apesar desses excedentes também serem um tipo de *outsiders* social porque buscava uma posição de estudantes eles eram vistos com bons olhos pela sociedade e autoridades. Ou seja, eram mais vistos como estudantes do que os estudantes que atuavam engajadamente nos movimentos estudantis.

Assim se envolver com esses estudantes universitário ameaçava a imagem de superioridade que os excedentes queriam erigir, portanto, o caráter legítimo e específico de seu protesto. Os excedentes parecem desejar explicitar a diferença do seu movimento daqueles acusados de serem de cunho políticos, não queriam ser identificados com os estudantes que protestavam nas ruas por melhorias educacionais gerais e contra atos de autoritarismo e violência afrontando os valores da ditadura civil-militar. Em suma, nesse novo campo social, parte dos excedentes expressassem sua adesão à "Revolução" e a seus valores, comportamento que poderia ser uma estratégia para o atendimento das suas demandas ou simplesmente por crença social.

Ao olhar para esses protestos, apesar do forte impacto social e da demonstração de esforço das autoridades para atender a sua reivindicação se percebe que eles não conseguiam de imediato obter a concessão de suas reivindicações, tendo em vista que o número de excedentes se ampliava e os aproveitamento se restringia. A imagem 64 exibe 50 excedentes de Medicina que não conseguiram ser recebido pelo ministro da Educação e que resolvem realizar uma pequena passeata indo em direção ao Palácio Guanabara com faixas. Em resposta, o governador da Guanabara prometeu interferir junto ao reitor da UEG e ao diretor da Faculdade de Ciências Médicas para que sejam aproveitados os vestibulandos que não conseguiram vagas, embora tenham conseguido boas notas no concurso[402].

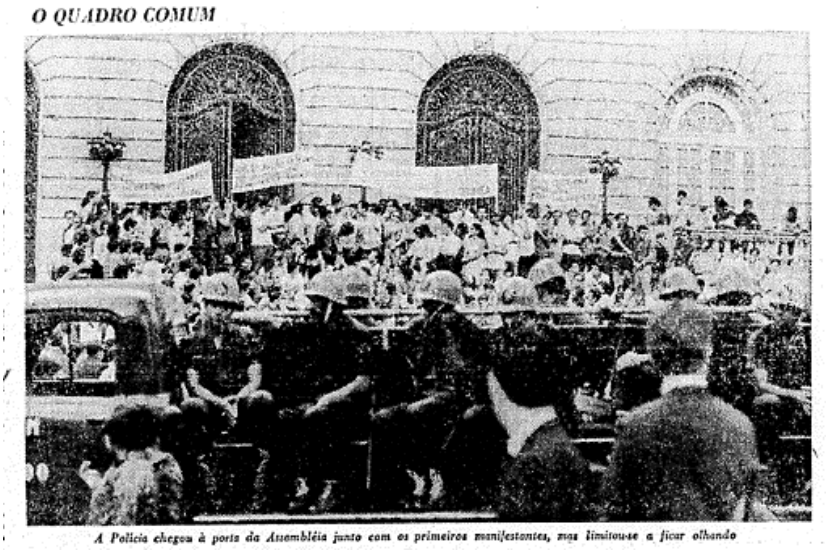
Figura 64 – O último recurso

[402] NEGRÃO promete ajuda à causa de excedentes de Medicina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 jan. 1967, p. 14.



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 jan. 1967, p. 14.

Figura 65 – O quadro comum



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1967, p. 15.

A Figura 65 representa cerca de 500 estudantes, incluindo vestibulandos, reuniram-se nas escadarias da Assembleia Legislativa acompanhada por vários deputados para reivindicar mudanças na política federal sobre o número de vagas no ensino superior. O presidente da Assembleia, deputado Amaral Peixoto, que se misturou aos estudantes, acompanhando o protesto afirmou que a manifestação era pacífica, justa e sem caráter político. O periódico publicou que os manifestantes "afirmaram que vão continuar com o movimento até o momento em que as autoridades do Ministério da Educação revoguem os editais que diminuíram o número de vagas nas faculdades federais, o que acarretou o aumento de lugares nas faculdades

particulares"[403].Antes disso, desde o início de 1967, diversas ações dos excedentes foram publicadas. O que se destaca no Quadro 14 foi a escolha por códigos sociais públicos como os acampamentos como se observou anteriormente, o que mostra que o grupo conseguia permanecer longos períodos ocupando os espaços públicos sem enfrentar grandes oposições do aparato de força do Estado.

Quadro 14 – Outras manifestações das figurações excedentes em 1967[404]

Local	Figuração	Código Social Público
Guanabara	328 excedentes das Escolas Médicas (UEG)	Enviar um abaixo-assinado ao presidente Castelo Branco
Guanabara	Excedentes da Faculdade de Ciências Econômicas (UEG)	Acamparam em frente à escola, na Avenida Mem de Sá, e passaram a recolher assinaturas da população para um documento reivindicatório de vagas que será enviado às autoridades estaduais
Guanabara	Excedentes de Engenharia (UEG)	Programaram, para a chegada do ministro Tarso Dutra ao Rio, uma recepção no Aeroporto Santos Dumont, ocasião em que entregarão a ele cinco mil assinaturas que colheram durante a campanha pelo aumento de vagas na Escola
Guanabara	Excedentes de Engenharia (UEG)	Notas na imprensa dos excedentes que demonstram confiança no novo ministro da Educação
Guanabara	Excedentes de Engenharia (UEG)	Acamparam em frente ao *JB*, carregando faixas e cartazes de agradecimento ao apoio à sua causa e disseram que estão confiantes na ação do novo ministro da Educação
Guanabara	Excedentes de Engenharia (UEG)	Campanha-relâmpago de assinaturas, colhendo cerca de cinco mil em menos de uma hora.
Minas Gerais	535 classificados no vestibular unificado de Ciências Biológicas que optaram por	Os estudantes estiveram em comissão com o reitor Aluísio Pimenta da UFMG e com o da Universidade Católica, Dom Serafim Fernandes de Araújo, que prometeram aumentar o número de vagas em medicina se for concedido um auxílio financeiro do governo

[403] ESTUDANTES pedem mais vagas sem interferência dos policiais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1967, p. 15.

[404] EXCEDENTES de medicina colher assinatura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1967, p. 17; EXCEDENTES de Economia acampam para pedir apoio do povo à sua campanha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1967, p. 6; TARSO Dutra vê sábado com reitores de todo o País o problema dos excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1967, p. 7; EXCEDENTES de Engenharia vêm ao *JB* com faixas e cartazes agradecer apoio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1967, p. 14; UNIFICADO cria dificuldades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1967, p. 6; VIGÍLIA no Recife é por nota. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 mar. 1967, p. 11; CONCENTRAÇÃO acaba em tumulto na Guanabara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1967, p. 16; MINEIROS entram na aula à força. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1967, p. 18, CANDIDATOS reprovados também assistirão a aulas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1968, p. 19; MEDICINA: Paulo quer ampliação e Hosken a criação de outra escola. *Folha de Londrina*, Londrina, 8 jun. 1967, p. 14.

Local	Figuração	Código Social Público
	Medicina e foram distribuídos em outros cursos.	
Pernambuco	Vestibulandos da UFP	Acamparam em frente à reitoria aguardando os resultados das provas
Curitiba	400 excedentes da Faculdade de Medicina da UFPR	Acamparam em uma gigantesca barraca em frente à escola que lhes nega vagas, eles afirmam que suspenderão o acampamento quando forem matriculados
Belo Horizonte	150 excedentes	Invadiram as aulas porque esperam há dois meses, sem conseguir nada, a matrícula assegurada pelos diretores dos cursos da Faculdade de Filosofia
Guanabara	410 candidatos da UFRJ não classificados no vestibular para Arquitetura	Passaram a frequentar as aulas junto aos aprovados, alegando que teriam direito à matrícula caso a direção da faculdade não tivesse extinguido 100 vagas
Paraná	Excedentes de Medicina representantes (Severo Canziani Filho, Mário Henrique Portilho da Cruz e Newton Câmara Filho)	Rejeitaram a realização de um novo vestibular e defendiam a criação imediata da nova escola de Medicina em Londrina. Os representantes viajaram novamente ao Rio de Janeiro para entregar os ofícios assinados pelo governador e pelo prefeito ao ministro Tarso Dutra

Os reitores e diretores, como no caso da UEG, afirmavam que a instituição não poderia abrir novas vagas para que os excedentes sejam aproveitados. Mesmo assim eles permaneciam reivindicando. Outro comportamento que caracteriza a figuração era a persistência e a sua busca por manter uma pressão sem confrontar o regime político e ao mesmo tempo demonstrar sua confiança, principalmente nas autoridades, mas também em outras figurações de poder como fizeram os excedentes de engenharia vistos no Quadro 14 que agradecem o apoio do *JB* e a população pela receptividade às suas reivindicações dizendo que "há muito tempo o povo compreendeu que o Brasil precisa de mais engenheiros e técnicos"[405].

O ministro Tarso Dutra depois da reunião com reitores de 39 universidades apresentou uma previsão de solução satisfatória para as reivindicações dos excedentes de Engenharia. Ficava estabelecido que as faculdades que tiverem condições de matricular os excedentes iriam fazê-lo, mas, o assunto seria debatido nas congregações e decidido nos conselhos universitários.

[405] EXCEDENTES de Engenharia vêm ao *JB* com faixas e cartazes agradecer apoio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1967, p. 14.

Em seguida, os excedentes ergueram faixas de agradecimento ao apoio recebido das autoridades[406].

A relação amistosa e as demonstrações de agradecimento dos excedentes continuam**.** Ao chegar ao Rio de Janeiro, Tarso Dutra foi recebido pelos 318 excedentes de Medicina, que lhe entregaram um presente, um boina verde com a abreviatura do nome adotado pelo grupo: "*Turma Costa e Silva"* e lhe prestaram homenagem pela assinatura do convênio que possibilitou o seu aproveitamento. O ministro da Educação foi comunicado sobre a realização da passeata de agradecimento dos 318 novos acadêmicos de Medicina, que partiu de jornais cariocas ao MEC[407].

Foram 318 candidatos excedentes de Medicina da Guanabara e 304 de Engenharia que seriam matriculados, conforme a decisão tomada em Brasília pelo presidente da República. Para isso, 13 Faculdades – sendo sete da Guanabara, quatro do Estado do Rio de Janeiro, uma de São Paulo e outra do Rio Grande do Sul – receberam do ministro da Educação NCr$ 520 mil como primeira cota da verba para fazer face ao aproveitamento dos excedentes. Foram matriculados 3.379 excedentes nas escolas superiores e mais 500 vagas obtidas na Faculdade de Direito de Bragança Paulista, prevendo mais 1.850 vagas até junho[408].

O ministro Tarso Dutra foi chamado de "amigo" por um dos 114 excedentes matriculados na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas. Também houve o apoio do governo estadual que se ofereceu para pagar a manutenção dos novos alunos. O governo de Alagoas contribuiu com NCr$100 mil, o MEC também com NCr$100 mil e a Universidade Federal de Alagoas com NCr$91 mil[409]. Mesmo assim, em outros cursos, os excedentes permaneciam e não recebiam a mesma atenção do governo federal como em Belo Horizonte, onde 150 excedentes invadiram as aulas porque esperam há dois meses, a matrícula assegurada pelos diretores dos cursos da Faculdade de Filosofia.

Nessa política de procurar soluções urgentes para os excedentes, a Faculdade de Medicina de Londrina também se dispôs a oferecer vagas para integrar os excedentes desde que recebesse verbas do governo federal. O diretor da faculdade, Ascêncio Garcia Lopes, concordou

---

[406] COSTA e Silva reúne reitores em Brasília pelos excedentes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 mar. 1967, p. 18; UNIVERSIDADE é autônoma e recebe excedente se quiser. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 mar. 1967, p. 14.

[407] EXCEDENTES recebem Tarso com presente no Rio e o felicitam pelo convênio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 abr. 1967, p. 4.

[408] *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 abr. 1967, p. 1; FACULDADES recebem primeira cota da verba para excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1967, p. 7; UNIVERSIDADES matriculam 3379 excedentes, diz Ministro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1967, p. 19.

[409] EXCEDENTE chama Tarso de amigo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 abr. 1967, p. 15.

desde que tenha o recurso[410]. Cinquenta excedentes que tiveram suas matrículas na Faculdade de Medicina de Londrina asseguradas, depois do convênio firmado entre a Diretoria do Ensino Superior e escola, enviaram extenso telegrama de agradecimento ao presidente da República. Na mensagem, diziam.

> Excedentes de Medicina do Paraná apresentam seus profundos agradecimentos pela matrícula autorizada com a presença em Londrina do ilustre Diretor do Ensino Superior, deputado Epílogo de Campos. Os signatários saberão corresponder à compreensão do sr. Presidente da República e aos esforços desse colaborador que pela primeira vez leva a Diretoria do Ensino Superior ao Interior. (Excedentes agradecem vagas a Costa e Silva. *Folha de Londrina*, Londrina, 14 out. 1967, p.15).

O ministro da Educação declarou apoio à criação de uma nova Faculdade de Medicina em Londrina, nas instalações do Instituto Filadélfia, desde que destinada a receber todos os excedentes do Paraná. A informação foi repassada à *FL* pelo excedente Newton Câmara Filho, após encontro com o ministro, acompanhado dos colegas Severo Canziani Filho, Juan Vila e Pedro Paulo Soares Mourão[411].

Enquanto o prefeito Hosken de Novaes apoiava a criação da nova escola nas dependências do Instituto Filadélfia, o governador Paulo Pimentel propôs, por ofício, ao ministro da Educação, a ampliação da atual Faculdade de Medicina como solução mais adequada ao problema dos excedentes. Porém, a direção da Faculdade se mostrava contrária à proposta e aceitava, no máximo, 40 novos alunos por meio de novo vestibular. Mas de acordo com a notícia, os excedentes rejeitavam essa alternativa e defendiam a criação imediata da nova escola, já que 300 deles teriam direito às vagas sem necessidade de novo exame[412].

Em outro telegrama endereçado ao reitor Suplicy de Lacerda, da UFPR, os excedentes sugeriram: "Na impossibilidade de aproveitamento de todos os excedentes em Curitiba, há condições para a criação de outra Faculdade de Medicina, em Londrina, Ponta Grossa e Maringá". Os jovens Severo Canziani Filho e Newton Câmara Filho, falando a *FL*, informaram que os excedentes continuavam tomando as providências necessárias para ser requerida a criação de uma nova Faculdade de Medicina, nas dependências do Instituto Filadélfia[413].

A Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina abriu 22 vagas para o aproveitamento de excedentes de outras escolas superiores de mesmo gênero, em decorrência

---

[410] MAIS VAGAS para medicina de Londrina: Governador levará relatório a Brasília. *Folha de Londrina*. Londrina 03 mai. 1967, p. 16.
[411] MINISTRO da Educação é favorável à criação de outra Faculdade de Medicina em Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 jun. 1967, p. 1.
[412] MEDICINA: Paulo quer ampliação e Hosken a criação de outra escola. *Folha de Londrina*, Londrina, 8 jun. 1967, p. 14.
[413] EXCEDENTES cumprimentam juiz que autorizou matrícula. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 jun. 1967, p. 15.

de convênio que firmou com o Ministério de Educação e Cultura. Caso não haja excedentes em número suficiente, haverá exame vestibular para preenchimento das vagas restantes[414].

Os excedentes de curitibanos assim como os cariocas tecem elogios ao governo ao demonstrar a sua confiança e esperança nas autoridades, exaltando suas atitudes e empenham na direção de conseguir atender o "direito de estudar". Assim declaram no telegrama para o juiz que determinou a matrícula dos excedentes.

> Nós, que nunca duvidamos da Justiça, não podemos deixar de externar nossa íntima fé nos homens que governam, legislam, cumprem, e fazem cumprir as leis, cumprimentamos V. Excia. pelo gesto desassombrado em benefício da Pátria, atendendo os jovens que querem e têm o direito de estudar. Que Deus ilumine sempre suas sábias decisões (Excedentes cumprimentam juiz que autorizou matrícula. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 jun. 1967, p. 15).

Em 1968, os excedentes se engajaram em campanhas por vagas, como na UFRJ, onde 38 dele conseguiram matrícula. No Diretório Acadêmico de Economia, estudantes planejaram atos em bairros e buscavam articulação com excedentes de cursos normais para unificar a luta contra a "política elitista de educação do governo"[415]. Em outra frente, candidatos de Medicina protestaram na Assembleia por mais matrículas, mas o ato foi considerado fraco por falta de articulação com o DCE. Eles tentaram, sem sucesso, negociar com o ministro interino, Favorino Mérceo, a criação de uma faculdade em Valença[416].

Na Figura 66, mais de 1.500 estudantes e excedentes paulistas realizaram uma passeata, sem a permissão e sem a intromissão da polícia, pelas ruas do centro andando sempre no sentido inverso aos carros. Durante cerca de duas horas, interromperam o tráfego. O protesto foi dirigido contra o Acordo MEC-USAID e a favor da extinta UNE. Enquanto isso, a Universidade de São Paulo prometia à Confederação de Professores um estudo sobre o problema dos excedentes[417].

Figura 66 – A luta por vagas

[414] ODONTOLOGIA, vagas para 22 excedentes. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 jun. 1967, p. 16.
[415] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 fev. 1968, p. 17.
[416] *Jornal do Brasil*, 1Rio de Janeiro, 7 fev. 1968, p. 7.
[417] PASSEATA de estudantes para trânsito em S. Paulo, mas a Polícia não intervém. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1968, p. 17.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1968, p. 17.

Outro protesto de excedentes de Medicina questionava a passividade do governo em assegurar-lhes matrículas, isso aconteceu no MEC, em 1967, eles comemoravam um ano de ausência às aulas por isso, os 317 excedentes apagaram uma vela em um bolo exposto no pátio do MEC, distribuíram panfletos, exibiram faixas e também programaram um telegrama ao Presidente Costa e Silva, comunicando-lhe a passagem da data[418]. O aproveitamento desses excedentes foi feito através de convênios entre o MEC e as universidades, com a aplicação de recursos extras liberados pelo governo. Mas o método foi considerado dispendioso. O MEC adotou o critério de facilitar a criação de novas universidades, mas o efeito no aumento do número de matrículas não foi significativo[419].

Em 1970, uma comissão de seis excedentes da Faculdade de Medicina da UFRJ buscava audiência com o ministro da Educação para reivindicar o aumento de vagas, denunciando a redução ocorrida de 320 para 250 nesse ano, o que contrariava o Decreto-Lei n. º 405, de 1968, que proibia a diminuição de matrículas em relação ao ano anterior. Segundo os estudantes, a causa foi o corte de NCr$ $300 mil na verba da Faculdade, desde 1969. Os excedentes das escolas médicas do Rio de Janeiro continuaram a campanha por mais vagas, reunindo-se na Escola de Medicina e Cirurgia e formando uma comissão de pais que divulgou documento pedindo o cumprimento do Decreto-Lei 405, que determinava o aumento progressivo de vagas.

Os 150 estudantes de Medicina, Psicologia e Química se reuniram na Faculdade de Medicina e Cirurgia e formaram uma comissão de 11 membros para dialogar com o MEC. Representando a comissão de pais dos excedentes, o professor Marcelo Silva Júnior, da UFRJ, entregou à imprensa uma carta de apoio ao movimento dos estudantes e ao cumprimento do

[418] EXCEDENTES de Medicina festejam hoje no MEC um ano de ausência às aulas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1968, p. 14.
[419] O SEGUNDO governo da revolução. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 18 out. 1969, p. 4. Caderno Especial.

Decreto-Lei 405. Os excedentes de Psicologia organizaram nova reunião e os da Escola de Química da UFRJ enviaram documento ao ministro da Educação, Passarinho solicitando o aproveitamento dos 130 excedentes, afirmaram dois deles na redação do *JB* que havia estrutura física disponível no Fundão, como três anfiteatros para 280 alunos e 15 laboratórios em fase final de construção. Segundo memorial recente dirigido por uma comissão de excedentes a reitores e diretores do ensino médico, a Faculdade de Medicina da UFRJ, em 1969, havia 550 candidatos para 320 vagas, reduzindo-as para 250, ante uma demanda de 6.150. A Escola de Medicina e Cirurgia matriculou, em 1970, 100 estudantes, contra 490 em 1969, enquanto a Faculdade de Ciências Médicas da UEG oferece, há cinco anos, apenas 125 vagas[420].

Passarinho manifestou aos excedentes de medicina de Pernambuco que deseja a aplicação do anteprojeto, aprovado pela congregação da Universidade Federal de Pernambuco, que prevê a criação de mais uma turma de Medicina com o aproveitamento de 200 dos 450 excedentes. Outra reivindicação dos estudantes foi a manutenção do mesmo número de matrículas do ano passado e o aproveitamento dos outros excedentes em escolas de qualquer região do país. O ministro Jarbas Passarinho também prometeu aos excedentes da Fundação das Faculdades Isoladas de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro dar uma solução para os 58 excedentes que impetraram mandado de segurança[421].

O Ministério da Educação anunciou que aproveitou mais 69 excedentes de Engenharia Civil, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e abriu vagas remanescentes na URRJ. Em nota, afirmou a UEG que aproveitaria também excedentes nos cursos de Matemática. No entanto, os 94 excedentes de Odontologia ainda não tiveram seu problema resolvido[422].

Os vestibulandos de Medicina, que se consideram excedentes, suspenderam o acampamento em frente à reitoria da UFF e aguardam que os colegas consigam falar com Jarbas Passarinho. O reitor da UFF, professor Luis Alfredo Juruena Matto, reiterou que "não considera esses 130 vestibulandos como excedentes, pois o edital de convocação estabeleceu o número de 68 vagas". Em contrapartida, os estudantes alegam que são excedentes e baseiam seu protesto no Decreto n. 574, que impedia que as vagas de um vestibular fossem reduzidas em relação ao último concurso. "Na opinião dos estudantes, eles lutam por uma causa ganha" e já

[420] MEC diz que universidade este ano não aumenta vaga. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 fev. 1970, p. 14; CARIOCAS formam a sua comissão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1970, p. 7; EXCEDENTES de Química se dirigem a Ministro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1970, p. 14; PROBLEMAS excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15-16 fev. 1970, p. 6.
[421] PASSARINHO, recebe grupo de estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1970, p. 18; EXCEDENTES de Medicina vão estudar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 1970, p. 10.
[422] MEC concede 69 vagas a excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1970, p. 12.

entramos na Justiça com um mandado de segurança. Em negociação com o ministro Passarinho ficou estabelecido que os 130 vestibulandos de Medicina da UFF iniciaram as aulas em março de 1971, após o vestibular[423].

Ainda que os excedentes recebessem promessas de vagas, que a expansão e popularização da universidade sofria antagonismos, que já havia dentro da própria política populista quando no governo de Jânio Quadros se propôs a formação das Universidades do Trabalho para os filhos dos trabalhadores que não deveria concorrer com os filhos da classe média. Essa concepção de que a universidade não era para todos se aviva na ditadura civil-militar. E havia autoridades que expunham abertamente a sua contrariedade diante da política de integração de excedente um deles era o ex-ministro da Educação, ex-reitor da UFRJ e atual vice-presidente do CFE, o professor Moniz de Aragão, que em palestra para os estagiários da Escola Superior de Guerra mostrou uma visão elitista do ensino superior ao alegar que "deve ser seletivo e só quem tem talento deve alcançar as faculdades". Completou dizendo que era "falsa a ideia de que todos os que concluem o ensino secundário devem cursar a universidade"[424].

A entrada na universidade era percebida por muitos estudantes excedentes como uma questão de sobrevivência. A busca intensa por vagas, marcada por pressões, negociações, frustrações e esperanças, como dito se erige como cultura política-educacional antes da década de 1950 quando a escalada da escolarização passa a ser reivindicada, principalmente pela classe média, como um direito legítimo e imprescindível.

Os estudantes excedentes, mesmo diante da forte oposição que ameaça as suas figurações, tentam se aproximar das figurações no poder. Talvez por isso, os seus códigos sociais públicos (acampamentos, passeatas, cartas reuniões e comissões ações judiciais) que adotem eram frequentemente aceitos pois eram formalizados e controlados. Outro comportamento exitoso foi investir na defesa da legalidade para garantir o atendimento das suas reivindicações, como fizeram ao invocar o desrespeito ao Decreto-Lei nº. 405/1968. Outro recurso que garantiu vitórias para os estudantes excedentes foi a participação da família, que ao se envolverem também reforçava a diferenciação dos códigos sociais e objetivos dos excedentes

[423] UFF na próxima semana deverá admitir os excedentes de Medicina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1970, p. 4; VESTIBULANDOS suspendem protesto na UFF e esperam o diálogo com Passarinho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1970, p. 4; PASSARINHO garante vagas a excedentes de Medicina e critica organização da UFF. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1970, p. 7.
[424] MONIZ de Aragão condena a matrícula de excedentes e vê faculdade como seletiva. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 11 set. 1970, p. 7.

e dos estudantes *outsiders* – que mesmo dentro da universidade não eram considerados estudantes.

Os estudantes excedentes, mesmo diante de intensa oposição institucional que ameaça a existência das figurações excedentes evidenciaram que o próprio governo mantinha certo grau de dependência em relação a esses jovens, sobretudo no âmbito imediato da legitimidade e da governabilidade e para o projeto de modernização. Destaca-se, a representação da eficácia dos códigos sociais públicos (acampamentos, passeatas, envio de cartas, reuniões, comissões, ações judiciais etc.) praticados pelos excedentes que, embora formais e controlados politicamente, também exerciam pressões e chegaram a propiciar êxitos para algumas figurações excedentes. Estratégias como elogios a autoridades, demonstrações de confiança, homenagens e agradecimentos contribuíram para a criação de relações colaborativas com os estabelecidos no poder, facilitando a conquista de negociações e concessões para aqueles que se aproximavam dos estabelecidos.

Contudo, como se observa logo adiante, os excedentes precisam lidar com outro problema como a oposição dos próprios estudantes estabelecidos dentro das universidades que os viam como de *outsiders,* ou seja uma ameaça representada pela ampliação da concorrência no mercado de trabalho e pela suposta precarização da estrutura universitária. O movimento dos excedentes confrontava-se com os estudantes universitários que já estavam nas salas de aula. Muitos desses, embora não se declarassem abertamente contrários aos excedentes criticavam a forma como vinha sendo conduzida a sua integração: acelerada, desorganizada e baseada em princípios discriminatórios e à custa da intensificação da precarização da universidade. Aqui se aborda mais de perto os códigos sociais públicos dos universitários daqueles que viam essa integração como uma ameaça às figurações universitárias.

Desde 1966, muitos estudantes se opunham a entrada dos excedentes nas universidades. Na Faculdade de Direito da UFMG, os estudantes fizeram um movimento de protesto contra a matrícula de 40 estudantes de faculdades do interior, o que eles consideravam “uma desmoralização dos cursos jurídicos, que passaram a diplomar incompetentes”. Sob coordenação do Centro Acadêmico Afonso Pena, eles fizeram um abaixo-assinado denunciando a situação ao ministro da Educação e o reitor da UFMG, e ameaçavam deflagrar uma greve geral, caso não haja o cancelamento das matrículas. A diretoria formou uma comissão para verificar o caso particular de cada universitário transferido do interior para aquela escola, chamados pejorativamente de “Para-Queditas” pelos estudantes. Se acusava os transferidos em

geral de Pouso Alegre e Uberaba de utilizarem atestados falsos de residência para obter matrícula em Belo Horizonte[425].

Na Faculdade Nacional de Medicina, os estudantes do primeiro e segundo ano lançaram um manifesto de seis itens no qual explicavam sua posição contra o aproveitamento dos 320 excedentes, nele reiteraram que possuíam o apoio dos professores apesar das coações sofridas, mas defendem não existirem excedentes, portanto a integração era considerada ilegítima.

> — Deixamos implícita nessa total solidariedade com a campanha posto que julgamos necessárias várias medidas que visem o aumento de vagas e não a matrícula indiscriminada de novos alunos. — Considerando não ter amparo legal a pretensão dos pseudo-excedentes, visto que o regulamento do vestibular não prevê a possibilidade de excedentes. A matrícula desses estudantes acarretaria prejuízos enormes para os atuais primeiroanistas e segundoanistas que não encontrarão mercado de trabalho suficiente quando chegarem ao terceiro ano (Excedentes só entrarão se fizerem novo vestibular *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 maio 1966, p. 15).

Essa posição estudantil de repelir a entrada dos excedentes se baseava em acusações como a ação discriminatória do governo e a negação da existência dos excedentes. A notícia acima retrata que a preocupação dos jovens estudantes também se relaciona com o medo do aumento da competição e da perda de posições no mercado de trabalho.

Os estudantes da Faculdade de Ciências Médicas afirmam o propósito de realizar greve geral, caso os excedentes sejam aproveitados. Os Diretórios Acadêmicos de cinco Faculdades de Medicina, sendo quatro do Rio de Janeiro e uma de Niterói, distribuíram nova nota oficial na qual esclarecem que não se opunham ao aumento de vagas, mas criticavam a maneira como a seleção estava sendo conduzida. Denunciaram o aproveitamento de apenas 320 dos 900 vestibulandos com nota superior a cinco, por isso reivindicam a realização de novas provas como critério de mérito acadêmico ao invés de influências políticas ou favorecimentos de "padrinhos". Em assembleia-geral, os estudantes das escolas médicas cariocas e fluminenses exigiram que a inserção dos estudantes deve ser seguida de concessão de verbas e não por meio de comportamentos demagógicos como vem realizando o MEC[426].

A integração dos excedentes rompeu o precário equilíbrio que havia em algumas figurações universitárias. Os apelidos e as formas diferente de ingresso tinha o objetivo de inferiorizar atacando a moralidade e a capacidade dos excedentes, que ainda se mantinha na posição de *outsiders* inserido em uma posição de ingresso rejeitado por parte dos universitários

---

[425] VÃO SER INVESTIGADAS as transferências em Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1966, p. 11; INTERIOR é mal visto em Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar.1966, p. 11.

[426] RESTAURANTE do FNM reabre com ensopado, mas em ordem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 maio 1966, p. 11; DIRETÓRIOS explicam sua posição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 maio 1966, p. 3; ESTUDANTES criticam MEC e exigem o aproveitamento de excedentes de Medicina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 maio 1966, p. 11.

que acreditavam que eles degradariam ainda mais o espaço de escolarização. Nesse sentido, o presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Medicina, o estudante Aluísio Colares, disse ao *JB* "— Somos — afirmou o estudante — favoráveis a que cada Congregação aumente um pouco o número de vagas e siga o critério classificatório na escolha dos candidatos, mas não seguindo um método discriminatório"[427].

As pressões e as manifestações públicas dos estudantes da Faculdade Nacional de Medicina, contrários à integração, geram apreensão entre os excedentes reunidos no pátio do Ministério da Educação, que voltaram a temer que esse movimento enfraquecesse suas reivindicações. Como solução, propôs-se a realização de um novo vestibular; no entanto, os excedentes consideraram a medida uma "crueldade", alegando não estarem em "condições físicas e psicológicas" para realizá-lo. Reiteraram ainda a confiança nas autoridades: "Confiamos no presidente Castelo Branco e no ministro Pedro Aleixo — acrescentaram — e não temos receio do futuro, pois foi para isso que houve uma revolução no país, que garantirá o nosso aproveitamento"[428].

Para tentar solucionar o problema desse grupo de excedentes, que expressava abertamente seu apoio à ditadura civil-militar, o governo passou a firmar convênios com instituições de ensino para possibilitar o aproveitamento desses estudantes. No entanto, a proposta não foi bem recebida por todos os universitários. Em Belo Horizonte, por exemplo, estudantes mineiros declararam que já havia excedentes em número elevado, o que inviabilizaria a acolhida dos colegas cariocas. Como forma de protesto, "ameaçam esperar seus colegas com faixas e cartazes de repúdio"[429].

Em São Paulo, cerca de mil estudantes paulista, reunidos em frente ao Teatro Municipal protestavam contra o aproveitamento dos excedentes sem que as faculdades paulistas tenham condições para isso, eles queimaram uma bandeira dos Estados Unidos e deram vivas a Che Guevara e aos guerrilheiros de Caparaó, enquanto os oradores se revezavam nos discursos políticos. Os códigos sociais públicos desse protesto mostram a presença de representantes da UEE, da UNE e do Centro Acadêmico Onze de Agosto. Vinte.

As faculdades estavam de greve contra a forma de aproveitamento dos excedentes. Era mínimo o número de excedentes paulistas que tiveram garantia formal de aproveitamento dos excedentes, muitos dos quais com o apoio dos próprios diretores, como o caso da Faculdade de

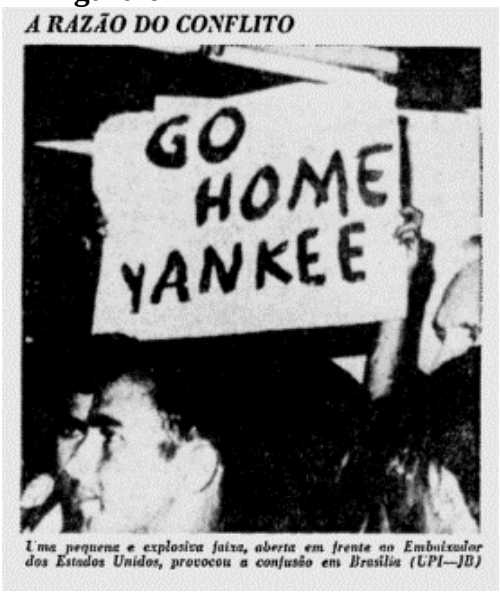
---

[427] PEDRO Calmon diz que não há excedentes porque o sistema é classificatório. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 maio 1966, p. 5.
[428] MEDICINA impõe novo exame e convênio com o MEC para aproveitar os excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 maio 1966, p. 15.
[429] MINEIROS se negam a admitir os cariocas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1967, p. 11.

Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu[430]. No período, estudantes de Brasília organizaram manifestações contra o embaixador dos Estados Unidos, John Tuthill (Figura 67), enquanto no Rio de Janeiro, os alunos da UEG, no campus de São Cristóvão mobilizados pelos Diretórios Acadêmicos, protestam por vagas, melhorias no ensino e nas condições de alimentação.

Tanto a influência real dos acordos MEC/USAID, quanto o mito construído em torno dele foram para Motta (2014) um dos recursos principais para esquerda e grupos de oposição à ditadura, pois representavam a ameaça imperialista. Mas o autor destaca que a influência na estrangeira na educação brasileira existia desde o século XIX. No entanto na década de 1960, diante da polarização política a presença do USAID na área educacional gerou celeuma que crescem principalmente em 1967, como mostra a Figura 67, na qual os estudantes mandam os americanos para casa. Nesse período também se intensifica a formação dos grupos guerrilheiros que tornam as instalações americanas um dos principais alvos de ataques.

Figura 67 – A razão do conflito



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 abr. 1967, p. 16.

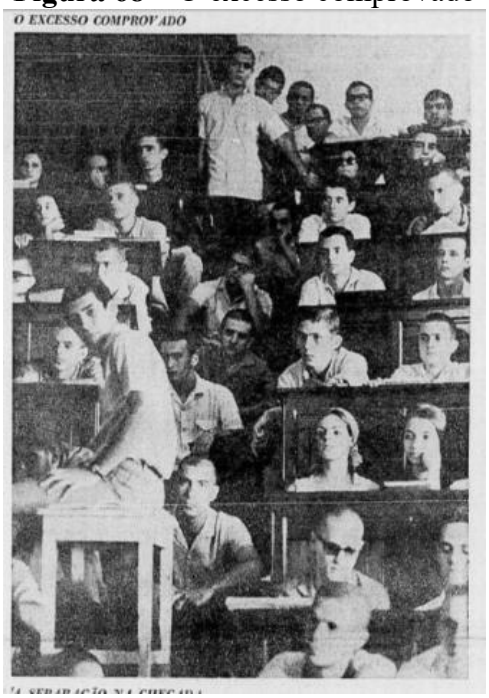
Paralelamente, essas manifestações se juntavam com as dos excedentes. Como dito, o governo embora afirmasse que as faculdades possuíam autonomia para decidir sobre a integração dos excedentes, pressiona as mesmas que a efetuar as matrículas. Contudo, mesmo diante dessa liberdade sob pressão, muitas instituições continuam a reafirmar que não possuíam condições para receber excedentes e ainda eram apoiadas pelos estudantes.

A Figura 68, publicada na primeira página do *JB*, retrata uma sala de aula da Faculdade de Medicina da UFRJ superlotada após a matrícula dos estudantes excedentes. A universidade enfrentava sérias dificuldades: escassez de recursos, salas que não comportavam os novos

[430] CONCENTRAÇÃO acaba em tumulto na Guanabara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1967, p. 16.

admitidos, falta de equipamentos e ausência de laboratórios adequados. Segundo o *JB*, essa situação resultava da intensa campanha em favor dos chamados excedentes, que foram apresentados ao público como uma "multidão de jovens sedentos de saber", "mendigando o direito de estudar", comovendo o Estado que ao abrir-lhes as portas da universidade, o fez por uma "solução emocional, à brasileira", marcada, nas palavras do periódico, por uma "irresponsável ligeireza", sem considerar adequadamente a realidade das instituições[431].

Figura 68 – O excesso comprovado



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 maio 1967, p. 1.

Assim, o próprio veículo de comunicação expõe que as ações do governo federal são uma resposta imediata às pressões. De certa forma, mostrou o poder das figurações excedentes e o grau de interpendência com o governo. Cabe lembrar que o *JB* não ataca diretamente a imagem do excedente a partir dos seus códigos, mas reforçou a irresponsabilidade do governo assim como apoiou o processo de negação da existência dos excedentes. Embora considerasse justo o aproveitamento de todos os excedentes, os alunos da Escola de Medicina e Cirurgia afirmavam que a situação na instituição configurava uma verdadeira "invasão", devido à precariedade das condições, inclusive à falta de salas adequadas. Conforme ilustra a Figura 69, os estudantes decidiram organizar uma concentração de protesto em frente ao Palácio Guanabara, exigindo que a diretoria da escola, especialmente do diretor José Alberto Médici, que prestasse esclarecimentos sobre o convênio firmado com o MEC para a admissão de mais 150 excedentes. A desconfiança dos alunos era motivada pelo histórico de descumprimento dos

[431] DEPÓSITO de excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1967, p. 6.

convênios: segundo a notícia, o convênio assinado em 1966, para a incorporação de 200 excedentes, não foi pago pelo MEC conforme prometido[432].

Figura 69 – Todos do contra



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05-06 nov. 1967, p. 38.

O convênio que seria assinado no dia 6 de novembro, no Palácio das Laranjeiras, com a presença da Iolanda Costa e Silva, para matricular os 150 excedentes na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, foi adiado porque a Congregação da Escola recusou o convênio. O argumento defendido pelo diretor acadêmico da escola e pelo Centro Acadêmico Carlos Chagas, da Faculdade de Medicina da UFRJ, foi de que "não há condições para este aproveitamento. No entanto, o diretor do Ensino Superior do MEC informou que as matrículas se farão com base em acordo entre o Ministério e a Escola, "de qualquer maneira". O Ministério da Educação, além de uma verba de NCr$ 500 mil, cederia à Escola equipamentos adquiridos através de convênio com a Hungria e a Alemanha Oriental[433].

Os estudantes da Escola de Medicina e Cirurgia manifestaram, ao término de uma reunião convocada pelo Diretório Acadêmico, a intenção de não permitir o ingresso de cerca de 500 excedentes no próximo ano, sob a alegação de que a Escola se ressente de melhores acomodações. Uma comissão se encontrará com os excedentes para discutir uma fórmula para atender aos interesses dos dois lados[434].

---

[432] MATRÍCULA de excedentes gera crise. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05-06 nov. 1967, p. 38.
[433] VETO de escola adia convênio que favorece 150 excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1967, p. 11.
[434] ESTUDANTES são contra os excedentes porque escola é precária em quase tudo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967, p. 15.

A campanha por mais vagas na universidade se intensifica com manifestações de rua em 1968. No município carioca, o Diretório Central de Estudantes, em colaboração com a UME, pretendia se juntar com candidatos a vagas do curso normal para organizarem acampamentos nos principais pontos cariocas para explicar ao povo como o país seria prejudicado pelas deficiências do ensino superior. O DCE e a UME, que entendiam a ação governamental como a responsável pela impossibilidade do aproveitamento dos vestibulandos, criticaram o excesso de verbas concedidas aos ministérios militares, a organização estrutural das universidades e o acordo MEC-USAID que, para os estudantes, era uma ameaça ao ensino brasileiro, pois preconizava a realização da reforma universitária a partir de conclusões de um grupo de cinco técnicos norte-americanos e cinco brasileiros[435].

Em 1969, o ministro da Educação, Tarso Dutra, autorizou o aproveitamento de 3.522 excedentes em escolas das áreas prioritárias, observando as recomendações do relatório da Comissão de Expansão de Vagas no Ensino Superior, entregue pelo professor Vandick Londres da Nóbrega. A verba necessária[436] para o aumento das vagas, segundo os cálculos da Comissão, é de NCR$ 6.933.750,00. Tarso Dutra, também assinou os convênios para o aproveitamento de 628 excedentes de Medicina, nas Universidades de Manaus, Vitória e Niterói[437].

O programa estabelecido pelo ministro Tarso Dutra para o aproveitamento de 3.811 excedentes dos vestibulares de 1969, ao custo global de 7 milhões de cruzeiros novos, foi assinado no Palácio da Cultura, entre o MEC e dirigentes de 8 universidades e escolas isoladas. Os convênios previam a aplicação de 2 milhões e 484 mil cruzeiros novos. As entidades beneficiadas foram:

> Universidade do Amazonas, 250 excedentes; Universidade da Paraíba, 109; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 178; Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 240; Universidade Católica de Pelotas, 10 excedentes de Medicina de Pelotas, 16; Universidade Federal de Santa Maria, 248; Faculdade de Medicina de Uberaba, 60; Universidade do Ceará, 60; Universidade Federal de Goiás, 18 (Amparados pelo MEC mais 3.811 excedentes do ensino superior. *Folha de Londrina*, Londrina, 11 mai. 1969, p. 1).

Assim, a notícia reafirmava o desejo do governo Costa e Silva de garantir condições de aproveitamento no ensino superior de quantos foram aprovados nos concursos de habilitação nas faixas consideradas prioritárias ao desenvolvimento nacional. Mesmo com esse empenho do governo federal em atender as demandas dos excedentes, o ministro Tarso Dutra confirmou

---

[435] ESTUDANTES irão às ruas exigir aumento de vagas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18, 19 fev. 1968, p. 7.
[436] MINISTRO manda matricular mais de 3.500 excedentes em escolas universitárias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 17 abr. 1969, p. 12.
[437] TARSO assinará convênios prevendo aproveitamento de 628 excedentes de Medicina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 27 ago. 1969, p. 7.

que “a figura do excedente está com seus dias contados”. No discurso na UFG, ele pregou o sucesso da política educacional do governo, observando que, nos últimos três anos, foram criados 60 novos estabelecimentos de ensino superior e 10 universidades[438].

Em contrapartida, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras assinalou que o aumento de vagas nas escolas superiores que ocorre sob pressão a partir medidas de emergências sob pressão “não eliminará jamais a figura do que se convencionou chamar o excedente”[439]. Ambas as opiniões estavam certas, pois as figurações excedentes enquanto grupo de pressão direta desaparece gradualmente enquanto figuração organizada. No entanto, a exclusão de candidatos ao ensino superior público se amplia. Como visto, a própria expansão do ensino secundário e a possibilidade de seus concluintes de realizarem os exames vestibulares pressiona a ampliação do ensino superior. Existiam posições divergentes entre os excedentes envolvidos nas campanhas por vagas. A maioria dos excedentes representados era aqueles cuja reivindicação não tinha caráter político, apenas educacional, como o direito à matrícula. Eles também expressavam confiança nas promessas de aproveitamento e elogios como forma de pressão social, além de procurarem manter uma interlocução direta com autoridades e figuras influentes do regime autoritário.

Nos protestos dos movimentos estudantis, a pauta dos excedentes estava presente e por mais que se negasse a sua existência as pressões exercidas por esses estudantes persistiram. Isso levou o governo a adotar estratégias diversas para neutralizar o problema como o fortalecimento do ensino pago e o incentivo à interiorização do ensino superior, com a criação de faculdades e universidades em municípios do interior dos estados. A política visava descentralizar as demandas por vagas, afastando-as dos grandes centros urbanos, que concentravam os movimentos de pressão e organização estudantil.

A próxima seção aborda como variaram os códigos sociais públicos utilizados pelas figurações universitárias nos momentos iniciais da ditadura civil-militar e como eles são capazes de mostrar rastros sobre as disputas de poder e posições. Nesses momentos iniciais se analisa as representações das relações que protagonizaram às páginas periódicas e suas intencionalidades dentro dessa dinâmica social marcada pela progressiva intensificação do autoritarismo e da violência.

---

[438] TARSO diz que elimina excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 18 de set. 1969, p. 18.
[439] PERMANÊNCIA do excedente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 16 mai. 1969, p. 6.

6 FIGURAÇÕES UNIVERSITÁRIAS NOS LONGOS MOMENTOS INICIAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR: AUTORITARISMOS E MOBILIZAÇÕES

As análises historiográficas sobre a escolarização durante a ditadura civil-militar comumente destacam as reformas educacionais, as resistências e as violências pela perspectiva dos sujeitos envolvidos. A pesquisa vigente também percorre esse caminho, embora reconheça a relevância do sujeito e de suas práticas se busca analisar a complexa rede de conexões das dinâmicas das relações sociais que formam as figurações escolarizadas que se formam e se legitimam juntamente com a construção da nação. Pela sua natureza, a escolarização se insere na esfera pública, onde se impôs como modelo legítimo de aprendizagem. Em torno desse processo, formam-se as figurações escolarizadas, que se apropriam de teorias e crenças sociais que reforçam o seu valor e ampliam a sua influência, o que se relaciona intimamente à sua função de moldar e construir comportamentos e emoções. Essa função, por sua vez, se vincula intimamente com o exercício do controle e autocontrole, o que torna essas figurações espaços marcados por tensões e disputas de poder.

Desse modo, esta seção analisa como se movimentam essas relações sociais nas figurações universitárias formadas por múltiplos sujeitos em um campo social marcado pela implantação da ditadura civil-militar cujas ações atingem parte dos seus integrantes. Embora as tensões sociais pelas diferenças de valores já existissem dentro das universidades antes de 1964, elas são exacerbadas pela intensificação do autoritarismo quando as pessoas que se instalam em posições de poder dentro do Estado passam a impor seus valores e combater as oposições. As figurações universitárias recebem espaço privilegiado nos periódicos, principalmente no *JB*, entre os anos de 1964 e 1968, quando parte dos estudantes universitários se destacaram nos protestos e nas reivindicações, de encontro com o aumento da coerção do Estado. Os universitários ocupam o topo da pirâmide na hierarquia da escolarização e se constituem de uma minoria que exerce forte pressão social, capaz de influenciar o debate nacional e ameaçar a imagem e os valores defendidos pela ditadura civil-militar e seus apoiadores.

Parte das figurações universitárias eram protagonistas dentro dos seus limites de poder, mas conseguiram mobilizar e influenciar sujeitos ao seu redor. Antes da ditadura civil-militar, ocupavam posições políticas de poder, embora esse lugar sempre estivesse sob ameaça. Este presente trabalho utiliza a definição de movimentos estudantis em referência à dinâmica de ação das diversas figurações estudantis plurais. Groppo (2000) aponta que, mesmo com a UNE sendo uma constante presença, não se podia falar em um movimento estudantil brasileiro, antes ou durante os anos 1960.

> No Brasil, em vários momentos, foram mais visíveis "movimentos" estudantis, pouco articulados entre si no tempo e no espaço, divididos regional e ideologicamente e defendendo interesses diversos. Mas nos seus momentos de maior destaque e desenvolvimento, os movimentos estudantis tenderam a se comportar como "ondas" nacionais de revolta, como em 1966 e em 1968. Mesmo nestas ondas de mobilização das massas estudantis, porém, não se pode dizer que a UNE representava exatamente os desejos, interesses e motivações dos que se mobilizavam. Apesar de UNE e movimento estudantil quase se identificarem em 1968, a direção efetiva e cotidiana das revoltas estavam muito mais nas entidades estaduais, diretórios e centros econômicos que na própria UNE. Pode-se argumentar que o auge das manifestações de 1968 foi o grande exemplo de confluência, do encontro, entre UNE, esquerdas estudantis e massas universitárias (Groppo, 2000, p. 243).

A origem social do estudante universitário era a classe média, característica que para Saes (1978) marca a natureza das suas reivindicações. Além disso o autor destaca que a sua atuação igualmente se vincula com a conjuntura histórica. Desse modo, Saes (1978, p. 194) define esses estudantes de classe média estavam "em processo de ruptura com o regime ditatorial". Martins Filho (1986) salienta que a classe média não possuía um comportamento coeso, portanto os estudantes também não o tinham. Segundo o autor havia a alta classe média caracterizada por adotar um "liberalismo elitista" que sempre interfere nas crises políticas com uma "perspectiva conservadora e antidemocrática", enquanto a baixa classe média adota uma orientação populista que apoia a industrialização por meio do Estado.

Martins Filho (1998) e Fávero (1995) destacam que o crescimento da atuação política do movimento estudantil na década de 1960, antes do golpe civil-militar. Essa posição de poder se adquire desde meados de 1950, quando o grupo se envolve com diversos temas nacionais que extrapolam as questões da reforma universitárias. Groppo (2007) destaca que no processo de reorganização pós-golpe o movimento estudantil se aproxima, cada vez mais, das concepções da nova esquerda - dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e membros de organizações maoístas, trotskistas e da esquerda católica Ação Popular (AP).

Parte da historiografia (Poerner, 1979; Mendes Júnior, 1981; Oliveira 2005) contribuiu para consolidar uma imagem heroica do movimento estudantil que em grande parte foi construída pelos próprios estudantes. Essas obras ao analisarem a formação do movimento estudantil e da sua identidade ao longo dos seus embates lhe conferem uma representação de vanguarda revolucionária. Foracchi (1965) e Martins Filho (1986) assim como Saes (1978) questionam essa abordagem ao destacar que o movimento estudantil estava relacionado com os interesses específicos do seu grupo/classe e não podiam ser compreendidos a partir de uma causa única. Nessa esteira, o campo de pesquisa sobre o movimento estudantil (Oliveira, 1994; Silva, 2002; Maia Júnior, 2002; Brito, 2003; Alves, 2004; Silva; 2009; Zaparte, 2011; Machado, 2012; Siqueira, 2012; Lima, 2013b) adquire a tendência de primar pela abordagem regional

com foco na análise das especificidades locais e/ou institucionais para compreender as posições sociais dos sujeitos que integravam o movimento estudantil ou foram envolvidos por ele.

Assim as pesquisas tentam desmistificar o "Poder Jovem", embora a narrativa de resistência do movimento estudantil contra a repressão ditatorial ainda perpasse os estudos. Outro enfoque da produção acadêmica (Pellicciotta, 1997; Cancian, 2008; Müller, 2010; Lacerda, 2010; Felismino, 2016; Schmitt, 2018) se volta para as lacunas sobre a atuação do movimento estudantil durante a crise da ditadura e o seu retorno ao espaço público no processo de transição democrática. Segundo Fico (2004) dentro da produção historiográfica sobre a história da ditadura militar (214 pesquisas) o movimento estudantil (8 pesquisas) era um dos temas menos estudados nas teses e dissertações, foi o que mostrou o levantamento levantamentos do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ 1971 e 2000. Lima (2020) embora constate um aumento da produção de pesquisas sobre a ditadura civil-militar (1.466 pesquisas) na CAPES observa a mesma tendência proporcional ou encontrar (65 pesquisas) sobre o movimento estudantil.

Logo, esta pesquisa visa dialogar e contribuir com essa tradição de estudos que se intensifica na década de 1990, período em que o tema da ditadura civil-militar ganha maior visibilidade, com a rememoração dos 30 anos de golpe e dos atos de 1968. Nesse momento a historiografia questiona as imagens construídas pela memorialística e pela própria imprensa que tenta se apresentar como participe dos movimentos de resistência contra a ditadura. Na literatura do período o estudo de Valle (1997) explora a imprensa como fonte para investigar o movimento estudantil e sua relação com a grande imprensa periódica, vista como um ator social. A abordagem de Valle (1997) até então era inexplorada contribui com os esforços da historiografia de desmistificar equívocos da memorialística e da própria imprensa, embora essa linha de pesquisa tenha continuidade como se observa em Siqueira (2012) a área ainda carece de maior atenção.

Ao mobilizar a imprensa para compreender as figurações estudantis se busca uma aproximação com debates historiográficos que propõem a necessidade de superar os binarismos entre sujeitos como resistência *versus* repressão, Estado *versus* sociedade, burgueses *versus* proletários. Nesse sentido, procura-se evidenciar as múltiplas camadas de negociação e interesses do cotidiano. As fontes jornalísticas ainda que possuam uma marca personalista também abriga testemunhos/pensamentos diversos que representam indícios sobre a dinâmica das figurações e como elas elaboravam a sua própria imagem que por vezes divergem daquela atribuída pela imprensa. Ao priorizar os códigos sociais públicos reivindicatórios, o estudo situa as figurações universitárias dentro de uma história mais ampla que visa compreender como os

comportamentos e as emoções humanas são afetados por lutas sociais que se reproduzem nos internacionais/nacionais/locais que modelam o processo civilizador em direção à construção da uma democracia.

Nesse processo também se insere a democratização da universidade, que segundo Groppo (2000) permitiu a entrada de uma diversidade de estudantes oriundos das novas classes médias. O que culmina na década de 1960, com a proliferação de movimentos estudantis-juvenis pelo mundo. Apesar da multiplicidade de sujeitos estudantis e das diferentes conjunturas nacionais os vários movimentos possuíam semelhanças como a liderança estudantil, algo que não existia antes de 1960, porque os estudantes eram apenas aliados nas revoltas de outros grupos. A insatisfação das condições universitárias como ponto de origem dos protestos estudantis que se amplificam para expressar diversas inconformidades relacionadas com as autoridades, os comportamentos e crenças vigentes, era outra semelhança do movimento. Esses novos estudantes e suas famílias a princípio viam o diploma universitário como um caminho para ascender socialmente, porém logo percebem que a graduação não concedia acesso ao topo social de forma imediata, ou seja, "a universidade não era mais uma produtora instantânea de elites dirigentes", mas se tornava uma produtora de mão-de-obra especializada, qualificada e técnica (Groppo, 2022, p. 48). A complexidade dessas novas formas de lutas sociais para o autor indicava que a teoria clássica da luta de classes e a perspectiva da sociedade e do Estado nacional não eram suficientes para explicar as causas da onda revolucionária de 1968, cuja compreensão deve ser procurada em elementos que transcendem o nacional e o local.

Tendo em vista, essas mudanças e o surgimento de uma nova forma de luta social era perceptível que esse fenômeno estudantil afligia até mesmo a grande imprensa, que sempre tinha na manga uma explicação e uma proposta de solução, mas perante esses movimentos parecia não compreender os motivos da insatisfação generalizada da juventude estudantil. Seus articulistas, ao questionarem sobre o que os estudantes queriam, por vezes se arriscavam a responder que a "crise" era resultado do choque geracional, do autoritarismo, das incertezas do mercado de trabalho, das novas ideologias, da inadequação do secundário ou até mesmo da universidade precária, retrograda e/ou autoritária.

No início da implantação do novo regime político, o *JB* deu visibilidade ao que ocorreu em entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Metropolitana dos Estudantes (UME), a União Fluminense dos Estudantes (UFE), a União Paranaense dos Estudantes (UPE), a União Pernambucana dos Estudantes (UPE), o XI de Agosto e o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). As principais instituições universitárias são a

Universidade Rural de São Paulo, a Universidade do Brasil, a Universidade da Bahia, a Universidade do Paraná, a Universidade de Goiás, a Universidade de Brasília, a Universidade da Guanabara, a Universidade de Recife, a Universidade de Minas Gerais, a PUC-RJ e PUC-MG. Nelas, são notáveis principalmente as faculdades da Universidade do Brasil (Faculdade Nacional de Direito (FND), a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), a Faculdade Nacional de Medicina (FNM), a Faculdade Nacional de Engenharia (FNE), a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), a Escola Técnica Nacional e a Escola Nacional de Belas-Artes), que protagonizaram inúmeros fenômenos sociais de contestação contra o Estado e as autoridades universitárias. Igualmente, destacam-se os excedentes universitários, que eram os estudantes que, apesar de aprovados no vestibular, ficavam fora das universidades por falta de vagas.

A *FL*, por outro lado aborda em especial as figurações universitárias locais, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, a Faculdade de Direito e Odontologia, além da Universidade do Paraná, localizada na capital, Curitiba. Sua cobertura priorizou nos primeiros anos da ditadura uma campanha local em prol da criação da Faculdade de Medicina e da Universidade Federal de Londrina, isso porque expressava em suas páginas o desejo de transformar o município em um centro universitário, visto como um símbolo de *status* e desenvolvimento. Mesmo assim, não deixa de acompanhar e divulgar as tensões e conflitos estudantis que nos grandes centros urbanos, especialmente em Brasília, Guanabara, São Paulo e Minas Gerais.

Embora a pesquisa se depare com um gama variada de texto, as notícias eram o gênero predominante em ambos os periódicos que abarcam as figurações universitárias, ainda que o *JB* produza uma alta quantidade de editoriais e outros espaços em que os temas educacionais circulem como cadernos especiais, colunas, reportagens etc. A *FL* por exemplo possuía uma seção chamada “Escolas e estudantes”, que perdurou no periódico até 1971, nela se concentrava inúmeros informes sobre a educação desde o âmbito local e nacional até textos sobre a educação internacional em países como Japão, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Rússia etc. A coluna era composta de textos curtos e informativos com raros momentos opinativos.

Nesse período inicial, a *FL* tendia a reforçar a assertividade das autoridades federais, sem questioná-las, e às vezes, se detinha a elogios à “revolução” e a reprodução acrítica de falas oficiais. Por mais que, em 1964, os conflitos estudantis já se evidenciassem, a *FL* não se posiciona diretamente sobre o tema, diferente do *JB*, que era igualmente adesiva ao regime. Ambos, na fase inicial, se posicionaram abertamente sobre as pautas educacionais, inclusive sobre as manifestações estudantis, como se observará a seguir. Em 1964, as principais coberturas do *JB* sobre as figurações universitárias se concentram na UNE, na FNFi e no

CACO. Essas três figurações estudantis protagonizaram, naquele ano, embates significativos com as autoridades educacionais e políticas. Para se defenderem, utilizaram códigos sociais públicos que visavam preservar as posições de poder dentro da universidade e na sociedade. Embora inicialmente não houvesse atitudes radicais, parte dos universitários já esboçava a tendência de mobilizar grandes contingentes estudantis como forma de pressão contra a ditadura civil-militar.

Autoridades educacionais, professores universitários e estudantes compunham os principais protagonistas das figurações universitárias. No entanto, havia uma grande diversidade entre esses sujeitos que poderiam ocupar posições e crenças sociais diferentes e até opostas. Dessa forma, professores e estudantes podiam ser perseguidos por seus próprios colegas (professores perseguindo outros professores, estudantes sendo hostilizados por outros estudantes) bem como por reitores que acusavam e puniam membros da comunidade acadêmica, ou, em outros casos, sendo eles próprios alvos de acusações.

Também havia estudantes, professores, autoridades e grupos sociais que apoiavam abertamente a ditadura civil-militar, e em conformidade com os seus valores defendiam em contrapartida gradualmente se formam grupos que passam a expressar publicamente sua repulsa contra o novo regime estabelecido. Além deles, inseriram-se nas figurações universitárias outros agentes sociais, como políticos, militares, policiais, associações civis, artistas, jornalistas, pais, advogados etc., o que evidencia a amplitude, a heterogeneidade e a transitoriedade dos membros das figurações universitárias.

Essa atmosfera de tensão e polarização atinge diretamente a “imagem ideal nós”, de uma nação unida, harmônica e homogênea que a ditadura civil-militar tentava promover. As disputas de poder em escala institucional e social geram confrontos inevitáveis que variam de acordo com os interesses de grupos que formam as figurações. O embate entre o governo ditatorial e os estudantes e outros personagens que circulavam pelas figurações universitária envolvia grupos com valores distintos, mas que em diferentes graus, dependiam uns dos outros e compartilham códigos sociais públicos comuns, por meio dos quais se comunicavam para alcançarem as suas demandas individuais e coletivas.

Durante o governo João Goulart, parte dos grupos estudantis mais engajados e envolvidos com as figurações políticas conquistam maior autonomia o que aumentou o seu gradiente de poder. Como dito anteriormente, o movimento estudantil institucionalizado e burocratizado pelo Estado se identificava com a esquerda e com o ideário utópico comunista. Isso colide diretamente com o anticomunismo dos estabelecidos no poder por meio da ditadura

e de parte da sociedade que permitiu a formação das figurações golpistas e de governo autoritária composto por setores conservadores e liberais.

Mas o conflito se insere em uma conjuntura internacional e nacional mais ampla de polarização política. No Brasil, antes do golpe o crescimento do ideário nacionalista acompanhou o aumento de grupos políticos de esquerda como o PCB e o PTB e de um movimento reformista que defendia mudanças na estrutura socioeconômica do país (Gomes & Ferreira, 2007). De acordo com Toledo (1991, p.167) "Os 'tempos de Goulart' singularizavam-se dentro da história política brasileira: neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel".

Diante das mudanças humanas e da ascensão e tentativas de novos grupos de alcançar o poder os grupos estabelecidos (cartéis internacionais, empresários nacionais, políticos e militares) se mostram incapazes de aceitar se adaptarem com a perda de funções e decréscimo de poder o que resulta em tensões e conflitos.

Como destacou Elias (2018) as alterações na natureza e posições ocupadas pelos grupos de pessoas implica que outros cedem total ou parcialmente lugares e funções para outros, mas o principal nessa mudança social é compreendê-la como alteração de interdependência e mudança humana. Outra questão posta pelo autor que nos auxilia a pensar a disputa de poder entre estudantes e governo ditatorial é colocar os conflitos e as tensões no centro da análise, o que levanta a seguinte questão: até que ponto os sujeitos e grupos envolvidos conseguem se controlar frente a seus embates. O item a seguir analisa como a imprensa representou o processo de cerceamento e controle dos estudantes universitários, retirados de muitos espaços públicos e destituído de poderes adquiridos por um governo considerado ilegítimo que almejava eliminar formas de oposição direta que atingiam a imagem de superioridade que tentavam construir

6.1 EPISÓDIOS INICIAIS: ESTIGMATIZAÇÕES E PRISÕES

As primeiras ações do governo ditatorial incluíam a nomeação de novas chefias para o MEC. O escolhido para a pasta foi Flávio Suplicy de Lacerda, que logo deu posse a 88 novos diretores de serviços do MEC. O ministro da Justiça, professor Gama e Silva, que havia ocupado brevemente o MEC sinalizava que a nova orientação do órgão seria o "fortalecimento da ordem e da disciplina entre os estudantes e professores"[440]. Quando se falava em ordem a ditadura

[440] GAMA e Silva inicia hoje o preenchimento das chefias no Ministério da Educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1964, p. 13; ESCOLAS e estudantes, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3710, 03 jun. 1964, p. 12.

civil-militar se referia ao enquadramento e controle dos estudantes vinculados a entidades estudantis que passaram a ser alvos do processo de estigmatizarão e de repressão física. Exemplo disso foram as invasões dos espaços universitários, como as sedes da UNE, do CACO e de sindicatos além das prisões de professores, de representantes estudantis e de diretores de centros acadêmicos. A estigmatização funcionava por meio da criminalização do estudante, prática reforçada pela imprensa como se observa nas manchetes do *JB*. Uma delas diz: "DOPS apreendeu bombas e gasolina na sede da UNE e em sindicato"[441]. A notícia descreve que os detetives do DOPS encontraram 30 coquetéis *molotov*, tonéis de gasolina e estopa para fazer bombas. Junto com o texto se apresenta a Figura 70 que junto com a legenda enfatizam esses estudantes eram "agitadores estudantis".

Figura 70 – DOPS apreende bombas e gasolinas na UNE e em Sindicatos



Com garrafas de água mineral estudantes confeccionam bombas
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1964, p. 10.

A Figura 70 e a notícia apontam o caráter violento desses estudantes e a ameaça que eles representam para a sociedade. Mas a sua ameaça não era apenas física, mas também psicológica. Em outra a notícia se destaca a fala da Divisão de Polícia Política e Social (DPPS) que afirma que foram encontrados na FNFi e na UNE materiais destinado à aulas políticas clandestinas, dentre eles: fita gravada com a Canção da Guanabara, críticas ao governador Carlos Lacerda, telegramas de sindicatos a UNE, mensagens do governo da Tchecoslováquia a entidades estudantis e correspondência de telex, entre a UNE e a Rádio Mayrink Veiga e um plano financeiro do Seminário dos Estudantes Subdesenvolvidos realizado em 1963 com a colaboração da Petrobrás[442].

[441] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1964, p. 5.
[442] DOCUMENTOS provam a ação subversiva da UNE e FNFi. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1964, p. 13.

Aparentemente, esse último material parece não apresentar perigo direto, mas a intenção da notícia era ressaltar que os estudantes estavam envolvidos em atividades políticas e com grupos que se opunham aos valores do regime vigente. O objetivo era provar que havia estudantes criminoso que possuíam relações com os agentes comunistas internacionais. Essa imagem estigmatizada que os caracterizam como a "minoria dos piores" dentre os estudantes serve para marginalizar os estudantes engajado politicamente contra a ditadura civil-militar e de certa forma já preparava uma justificativa para as continuidades da perseguição estudantil. Portanto, já se indica que o periódico e a ditadura queriam evidenciar que não prosseguiam o estudante comum que apenas estudava, mas um tipo específico de estudante.

Nesse sentido, o Inquérito da UNE também tinha o intuito de comprovar o gasto mensal de milhões de cruzeiros durante o governo de Goulart com as organizações militares, sindicais e estudantis para promover a "doutrinação e propaganda comunista"[443]. Sob essa ótica, a imprensa registra a fala do deputado da UDN, Denis Nina Ribeiro, que afirmou que podia provar que grandes somas de dinheiro favoreceram a "propaganda esquerdistas" além disso, ele denunciou na Assembleia Legislativa a corrupção e malversação de fundos públicos do MEC durante o governo anterior[444]. Em outra notícia, a Comissão de Inquérito apurou irregularidades que levaram à prisão de José Iório acusado de receber 100 milhões para o plano de alfabetização Paulo Freire considerado de "tendência comunizante"[445].

As investigações, as apreensões e as denúncias visavam estigmatizar para legitimar as ações autoritárias. A grande imprensa promovia essa técnica comunicacional para minar a imagem de Goulart e, assim, justificar o golpe civil-militar e marginalizar as figurações políticas de oposição acusadas de subversão e corrupção. Apesar das perseguições e das marginalizações iniciais, ainda havia e se formavam os estudantes de oposição. Nesse campo social de mudança, os comportamentos estudantis, que faziam parte do cotidiano, foram classificados como "atividades subversivas", mas antes eram práticas políticas legítimas relacionadas a reivindicações, protestos e atos de insatisfação. Porém, amparados pelo discurso de que tais comportamentos representavam uma ameaça à ordem social, a ditadura civil-militar tentou enquadrar esses comportamentos por meio de aparatos legais autoritários.

Como se observa, a imprensa (re) produz as estigmatizações sem questionar os processos de investigações e sem abrir espaço de defesa para as vozes estudantis, pois justificar a origem da ditadura também servia para legitimar periódicos, como o *JB*, que haviam

[443] Nova lista do que ganham para agitar, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro 26, 27 abr. 1964, p. 21.
[444] DEPUTADO vai denunciar irregularidades no MEC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03-04 maio 1964, p. 9.
[445] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3712, 05 jun. 1964, p. 10.

participado abertamente de uma campanha midiática golpista. Junto com *O Globo* e o *Jornal*, compôs a Rede Democrática que, segundo Carvalho (2010), colocou a imprensa no centro do debate político, ao travar uma guerra contra o comunismo e unir a imprensa carioca, que passa a produzir discursos jornalísticos para desestabilizar o governo Goulart.

Como integrante da figuração golpista, o periódico continuava a reforçar a criminalização da UNE e do governo Goulart. Em um dos seus editoriais o *JB* afirma que alguns estudantes usavam "armas de radicalização ideológica a serviço do continuísmo do comunismo", mas por outro lado também alertava que os excessos do governo poderiam estimular a politização estudantil[446]. O *JB* reafirma que UNE agia como um sindicato devido à ação de meia dúzia de "estudantes profissionais" e que a FNFi produzia uma "estranha safra de agitadores" ao invés de preparar professores secundários[447]. Nos editoriais a politização dos estudantes foi apresentada como um mecanismo usado para subverter a ordem social que a ditadura queria preservar, em suma era o principal fator de intranquilidade social e ameaça.

Esse processo de estigmatização de parte das figurações estudantis é típica das relações do tipo estabelecidos-*outsiders*, em que os militares no poder e a imprensa integravam nesse momento o grupo estabelecido, enquanto os estudantes engajados politicamente que preservam comportamentos e símbolos dos grupos marginalizados do poder se tornam *outsiders* nessa nova estrutura política porque são considerados, segundo Elias e Scotson (2000), uma ameaça ao seu estilo de vida estabelecido.

As figurações do tipo estabelecidos-*outsiders* funcionam quando um grupo de estabelecidos que possui um nível maior de poder considera que seus membros são pessoas superiores com mais virtudes e respeitabilidade e tentam excluir outros do contato social e dos espaços que frequentam e para isso utilizam a estigmatização como o primeiro passo. Essa estratégia é fundamental para marginalizar os *outsiders* que supostamente ameaçava, a coesão do grupo dominante. Dessa forma, agem para manter o monopólio da moralidade e da disciplina o que significa se preservar em posições de poder tendo que enfrentar atos mínimo de oposição.

Elias e Scotson (2000) se questionam sobre quais recursos de poder os estabelecidos possuem para conseguir afirmar a sua superioridade e impor estigmas de inferioridades para outros grupos. No caso em análise, pode-se dizer que a ditadura possuía, além do monopólio da força, poder de pressão econômica e, ainda, contava com a influência de grande parte da imprensa e outros grupos sociais. Ao emergir na textualidade dos periódicos, depara-se com um consenso irreal quebrado gradualmente pela ação de figurações estudantis.

---

[446] EDUCAÇÃO e Política. *Jornal do Brasil*, n. 93, 19-21 abr. 1964, p. 6.
[447] REVOLUÇÃO e Educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro n. 129, 03 jun. 1964, p. 6.

Embora a atmosfera de medo, apreensão e até de euforia possa explicar essa representação é preciso considerar que uma característica típica dos grupos estabelecidos é o carisma grupal que ele pode transferir para aqueles o integram fornecendo sentimento de *status* e de inclusão na coletividade. Por outro lado, voluntariamente ou não, a perseguição e o medo foram sentidos dentro das universidades, principalmente pelos estudantes e professores que temiam a expulsão. Esse sentimento foi fomentado diante de várias notícias que descrevem inúmeros atos autoritários praticados por militares dentro das universidades como pode ser visto nos trechos as seguir.

1. Prisão de professores e estudantes e diretores dos centros acadêmicos da Universidade de Brasília (UnB) acusados de "atividades subversivas" (Presos professores e alunos da Universidade de Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1964, n. 85, p. 05).
2. Prisão do estudante Fuad Saher Saad, presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo DOPS em São Paulo para prestar depoimento acusado de "realizar programa ideológico entre os estudantes e de mandar imprimir, como presidente do Centro boletins e volantes considerados pela polícia como subversivo" (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 125, 29 mai. 1964, p. 4).
3. Prisão de mais de 20 de estudantes por ordem do coronel Mendonça, que preside o IPM dentro da Universidade Rural do Rio de Janeiro (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 129, 3 jun. 1964, p. 5).
4. Intervenção do general Luiz Carlos Guedes, comandante da IV Região Militar, na Universidade de Minas Gerais (UMG) onde o interventor, tenente-coronel Expedito Pimentel, afastou Aluísio Pimenta, e todos os professores e alunos indicados nos inquéritos para apuração das atividades subversivas (*Folha de Londrina*, Londrina, n. 3742, 12 jul. 1964, p. 06; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3742, 12 jul. 1964, p. 06).
5. Instauração do Inquérito Policial Militar (IPM), presidido pelo major Manoel Paes, que apurava a subversão nas 16 faculdades da universidade de Recife (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 165, 15 jul. 1964, p. 05).
6. Prisão dos estudantes Celso Luís Ferreira e Vanda Figueiredo da Faculdade de Filosofia da UMG por realizarem e distribuírem um "manifesto de críticas ao movimento revolucionário" (*Folha de Londrina*, Londrina, n. 3716, 12 jun. 1964, p. 08).
7. Prisão do presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE), Ronaldo Botelho, em Curitiba acusado de desenvolver atividades subversivas nos meios acadêmicos (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 165, 15 jul. 1964, p. 05).

8. Cassação da matrícula de sete universitários por três anos e suspendeu por 15 a 30 dias 16 acadêmicos, realizada pelo próprio Conselho Universitário da Universidade do Paraná (UP) com base no IPM, e suspensão das eleições acadêmicas pelo reitor, José Nicolau Santos (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 238, 08 out. 1964, p. 4; Escolas e estudantes, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3711, 04 jun. 1964, p. 12).
9. Prisão de 8 estudantes expulsos da FNFi, e mais seis suspensos por um ano foram até o *JB* para fazer um apelo de revogação das penalidades afirmando que "todos têm atividades políticas como membros do Diretório Acadêmico das Universidade, mas tal atuação não deveria ir até a marginalização de jovens com excelente padrão acadêmico", três deles formados em Física, estavam ameaçados de não receber os seus diplomas (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 190, 13 ago. 1964, p. 08).

O *JB* descreve estudantes da UnB "perplexos" ao assistiram a prisão dos professores e dos estudantes em ônibus especial[448]. Em outro caso, o presidente da União Paranaense de Estudantes (UPE), Ronaldo, foi preso acusado de subversão. O estudante Teóquito Amador, vice-presidente da UPE defende o colega:

> Não se cogita de atribuir ao presidente da UPE qualquer imputação que condizia com procedimento subversivo, de comunização ou de corrupção; antes, pelo contrário, exalta-se o seu procedimento correto, democrático, de acordo com o espírito e princípios revolucionários, à frente da entidade, merecido o respeito e acatamento, pela elevação de sua conduta como dirigente do órgão estudantil (Escolas e estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3736, 17 jul. 1964, p. 12).

Na fala de Teóquito, existe uma preocupação com a imagem da UPE que visava se afastar do estigmada da criminalização, apesar de considerar a prisão um "arbitrário" do governo, o comportamento foi de acomodação/adesão ao destacar a conformidade da UPE com os "princípios revolucionários". Em suma, ele produz uma "imagem ideal-nós" (Elias, 2000) que busca diferenciar o seu grupo estudantil da categoria dos subversivos. Teóquito pratica autocontrole público, servindo para defender seu grupo, mas também legitima a ditadura.

Observa-se que qualquer simples ato de protesto exigia que os indivíduos calibrassem a linguagem para mostrar certo respeito à ordem estabelecida. Nessa direção, nos primeiros meses posteriores ao golpe, a perseguição estabeleceu uma reorganização das lideranças estudantis. Nessa fase inicial de repressão, o clima hostil impediu atos imediatos de contestações diretas contra a ditadura civil-militar (Valle, 1997; Siqueira, 2012; Motta, 2014). Imperou entre os

[448] PRESOS professores e alunos da Universidade de Brasília *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 85, 11 abr. 1964, p. 05.

estudantes a cautela que formou figurações estudantis que procuram inicialmente por diálogo, ao assumir uma posição moderada para obter legitimidade pública

Assim como Teóquito, os estudantes também utilizavam os periódicos como um espaço público para manifestar o seu protesto. Assim fez o presidente da UME, Antônio Figueiras, que foi à redação do *JB* protestar contra a invasão de agentes do DOPS na sede da UPE e de prenderem do seu presidente. Eles também enviaram um telegrama de protesto ao ministro Suplicy pelas violências cometidas contra a UPE[449]. Da mesma forma, outro grupo de alunos da FNFi foi à redação "protestar contra a prisão do cientista José Leite Lopes, catedrático de Física Teórica daquela Escola Superior". A Congregação da FNFi declarou o repúdio à atitude do DOPS contra o professor[450]. A imprensa que abre espaço para os estudantes também indica que gradualmente formou uma crescente reação estudantil às medidas autoritárias aplicadas dentro das universidades.

Como dito, os estudantes procuravam construir uma imagem positiva de si mesmos, expressando o no seu discurso um autocontrole emocional para isso, se autodescrevem como bons alunos, politizados ou distantes de atividades consideradas contrárias aos valores dos estabelecidos. Essa estratégia buscava sensibilizar a opinião pública e pressionar o governo com o objetivo de reverter punições e legitimar suas reivindicações. Mas, já havia estudantes que confrontavam a natureza do novo regime é o que se observa durante a crise no estado Goiás quando a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB)[451] distribuiu nota na qual afirmou a sua "bandeira de luta pela redemocratização da vida do país, pelo respeito às garantias constitucionais"[452].

Como se observa, nos exemplos (denúncias em periódicos, nota de repúdio, palestra, carta aberta) no final de 1964, é possível perceber indícios da formação de uma consciência sobre as ameaças contra as liberdades e os direitos conquistados. Dentre eles, estava a autonomia universitária, intelectual e estudantil. Aqui já se nota pela descrição dos eventos a formação de emoções como inconformismo, revolta, medo e solidariedade diante das práticas autoritárias o que foi essencial para estruturar figurações estudantis de oposição à ditadura civil-

[449] *Jornal do Brasil*, n. 163, 12-13 jul. 1964, p. 8.
[450] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 189, 12 ago. 1964, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 184, 06 ago. 1964, p. 4.
[451] Assinaram a nota a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília: Tadeu Goma; Centro Acadêmico 21 de Abril, Saint Clair Souto; Federação Atlética da Universidade de Brasília, José Carlos Santos; Da de Arquitetura e Urbanismo, Osvaldo C. Carvalho; Da Gabriel Rezende Passos, Mário Costa; Da Carlos Drummond de Andrade, Aldo Santos; Da de Engenharia, Eduardo Morais; Da de Medicina, Mílton Braga.
[452] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 269, 14 nov. 1964, p. 04.

militar. Essas emoções também atingem outros sujeitos e figurações como os artistas, clero, políticos, operários, pais e advogados.

No novo campo social instaurado após o golpe de 1964, práticas até então corriqueiras entre os estudantes, como distribuição de panfletos e impressos, a elaboração de manifestos e a realização de reuniões, tornavam-se motivo para acusações de subversão, resultando em prisões ou expulsões de universidades. Em muitos casos, a mera suspeita ou denúncia, mesmo sem a conclusão de investigações bastava para expulsar e afastar estudantes ou exonerar professores. Quando as comissões internas de inquérito, compostas por docentes, não identificaram indícios de subversão, posteriormente as autoridades instauravam os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que substituíram as comissões universitárias, comportamento que reforça o controle externo e confirma a perda da autonomia universitária.

A mudança na estrutura social reconfigurou os códigos de justiça que foram mobilizados para legitimar e ampliar o gradiente de poder da nova figuração governante o que resultou na criminalização dos aliados ou simpatizantes do governo deposto e dos ideologicamente divergentes. Nesse contexto, o Estado e as autoridades universitárias passaram a julgar os sujeitos com base em vínculos passados, reinterpretando as ações a partir dos valores dos grupos agora estabelecidos no poder. Assim, muitos antes protegidos pelo regime político se converteram em alvos e vítimas.

Desde a primeira entrevista à imprensa, o então ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, empenhou-se em criminalizar o governo deposto e os sujeitos alinhados a seus valores. Classificou a gestão anterior como "demagógica" e acusou-a de buscar a "comunização das massas". Nesse contexto, citou como exemplo o método de ensino de Paulo Freire e associou os diretórios estudantis "a sindicatos instruídos por chineses".

Em tom de ameaça, Lacerda declarou que todos os professores considerados corruptos ou vinculados a movimentos subversivos seriam demitidos e que as nomeações feitas, na gestão do ex-ministro Paulo de Tarso, seriam anuladas. Defendeu ainda a regulamentação dos Diretórios Acadêmicos (DA), formado por estudantes de ensino superior, eleitos pelo corpo discente, para restringir a sua atuação à assuntos estudantis, afirmando que: "quem quisesse fazer política deveria se filiar a partidos"[453]. Em outro discurso, incitou a exclusão de determinados sujeitos das universidades, solicitando aos reitores que as "aliviasse de cargas

[453] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 105, 06 maio 1964, p. 10; n. 116, 19 maio 1964, p. 12.

humanas inúteis" finalizando com um alerta: "Todos sabemos que um vírus não vale pelo tamanho e nem pela quantidade, mas por vírus, que infecciona"[454].

Nessa mesma linha, o presidente Castelo Branco, na audiência com os secretários de educação, declarou que "está empenhado em restabelecer a ordem em três grandes setores: estudantil, operário e militar, especialmente no primeiro", corrompidos pelo governo deposto. Especificamente na área educacional, acusou a gestão anterior de transformar cada cátedra e o próprio MEC em um "balcão", responsável por distribuir recursos a jovens "desavisados", os quais, segundo ele, acabaram "pervertidos em sua própria modalidade". Essa declaração buscava deslegitimar as políticas educacionais anteriores, apresentando-as como corruptas[455].

Por meio dessa seleção de notícias o periódico enfatiza o intensa estigmatização promovida pelo regime contra o um tipo de estudante que precisa ser extirpado das figurações escolares. O registro evidencia ameaças dirigidas para estudantes e professores supostamente envolvidos com o governo Goulart, Partido Comunista e grupos socialistas ou com práticas políticas combatidas pela ditadura civil-militar.

Como dito a finalidade, desse discurso oficial e midiático era simultaneamente, justificar o golpe civil-militar e criar mecanismos de controle sobre as figurações estudantis mais politicamente engajadas. Ao associar o engajamento político à subversão, o regime procurava deslegitimar os códigos sociais públicos reivindicatórios que propiciava aos seus opositores participação ativa, pressão social e influência desses sujeitos.

Essa dinâmica da estigmatização junto com as bases (i)legais e repressivas visava marginar figurações estudantis. A legalização autoritária atuou para formalizar esse objetivo por isso, a Lei Suplicy que ameaçava as entidades estudantil criou o Artigo 12 do anteprojeto, que estabelecia: "é vedado aos órgãos de representação estudantil, por si ou pelos que a exerçam, qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político, bem como incitar, promover ou apoiar audiências coletivas aos trabalhos escolares"[456].

A princípio, a repressão sustentada pelo aparato estatal e sua presença constante no cotidiano conseguiram silenciar as manifestações imediatas das figurações universitárias. No entanto, após a proposta do ministro da Educação de extinguir as entidades estudantis, observou-se na imprensa um aumento de reações estudantis contra o autoritarismo. A seguir se

[454] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 240, 10 dez. 1964, p. 4; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 105, 06 maio 1964, p. 10; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 116, 19 maio 1964, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 240, 10 dez. 1964, p. 4.
[455] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 135, 10 jun. 1964, p. 12.
[456] ANTI-UNE*, Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, n. 162, 11 jul. 1964, p. 6.

verá como as figurações estudantis se posicionam e utilizaram os códigos sociais públicos reivindicatórios para defender as suas conquistas, sobrevivência e autonomia.

6.2 ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM UMA UNIVERSIDADE PRECÁRIA: DA REAÇÃO CONTROLADA AO CONFRONTO ABERTO

Depois do vestibular ou das pressões dos excedentes, finalmente os matriculados chegam à universidade onde enfrentam novos problemas de permanência e se tornam um estudante. Algumas reportagens, editoriais e notícias indicam que o estudante ingressa em figurações universitárias que estavam em crise o que se soma com uma crescente tendência de politização estudantil da década de 1960. Em pesquisa do *JB* entre estudantes da Faculdade de Arquitetura, na Ilha do Fundão na UFRJ, o periódico mapeou as seguintes falhas: professores incapazes ou mal pagos e currículos sem qualquer objetividade responsáveis por acabar com a "euforia" do ingresso. O "ceticismo" da experiência no interior da universidade "morre geralmente antes do terceiro ano, quando o estudante conclui que a Universidade não lhe pode oferecer os conhecimentos necessários para ser um bom profissional"[457].

Assim, além do elitismo da universidade, ela se erige por ineficiência de faculdades com baixas taxas de diplomação que se concentravam na área do ensino voltado para a formação profissional. Ainda que duramente criticada nesse quesito, mas relegando quase completamente a sua relação com a extensão e a pesquisa, o que limita sua reflexão sobre as complexidades dos problemas sociais. Além da escassez de vagas e da concentração dos cursos, outro problema recorrente no ensino superior da época era a elevada taxa de deserção dos cursos. Entre os fatores que contribuem para esse abandono, destacava-se o alto custo de permanência na universidade, especialmente em centros urbanos como São Paulo, onde os preços de livros, materiais didáticos e despesas cotidianas tornavam a continuidade dos estudos inviável para grande parte dos alunos, sobretudo os oriundos das camadas populares.

Nas universidades particulares, os estudantes também expressaram frustração com sua permanência nas figurações universitárias, principalmente devido aos altos custos das mensalidades[458]. Além disso, os universitários das instituições particulares denunciavam a

[457] UNIVERSIDADE é a decepção do estudante. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1968, p. 1.

[458] Em 1966, a mensalidade da Faculdade de Filosofia da PUC-Rio era de Cr$68 mil, enquanto a da Politécnica chegava a Cr$75 mil (Cursos técnicos são mais procurados que outros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1966, p. 7). Em 1966, os aumentos subiram entre 60% e 100%. No curso mais barato, cuja mensalidade era de Cr$20 mil, o universitário teria que dispor, no mínimo, de Cr$100 mil por ano para a compra de livros de matérias necessárias, as refeições fora de casa e o transporte para a faculdade. Fora as despesas extraordinárias como Cr$24 mil para o diploma; Cr$1.600 como taxa de revisão de prova; Cr$4.800 por matéria para provas de segunda

ausência de uma legislação que limitasse os reajustes das anuidades. O preço cada vez mais alto dos livros[459], das mensalidades e a dificuldade de alimentação e condução, também impediam a permanência dos estudantes na universidade. E em algumas faculdades, os candidatos precisavam pagar taxas estudantis ao DA, um valor igual da inscrição[460].

O levantamento feito em sete faculdades do Rio de Janeiro, cinco da UFRJ e duas da UEG, mostrou que os estudantes enfrentam graves problemas nas escolas, capazes de impedir sua formação profissional, lembrados somente em assembleias ou denunciados em greves e passeatas. Na sondagem ficou claro que estudantes e reitores concordam em num ponto: que são necessários maiores recursos para a educação. Citam como exemplo a participação cada vez menor do setor educacional no orçamento, lembrando que previsão orçamentária era de 11% em 1963, baixou para 9,7% em 1966, 8,7% em 1967 e 7,7% em 1968[461].

Uma das explicações oferecidas pelo *JB,* para a revolta estudantil que eclodiria no início de 1968, foi a reação dos estudantes brasileiros diante da "irritante rotina e à indiferença glacial com que o governo encara os problemas do ensino no Brasil"[462]. Tal insatisfação se tornava ainda mais significativa diante do perfil demográfico do país: em 1968, cerca de 40% da população brasileira tinha menos de 18 anos, o que mostrava que o país era formado por uma multidão de jovens[463].

Nesse contexto, os protestos estudantis protagonizados por representantes desse amplo segmento social, passava a ser percebida como uma ameaça concreta à governabilidade, principalmente para uma governabilidade imposta por um regime ditatorial. A negligência governamental contra a educação contribuiu para consolidar uma estrutura universitária precária formada por relações conflituosas, descrita e criticada pelo periódico.

> Os poucos que chegam à Universidade sabem que, ainda que vençam os vestibulares, vão chegar a uma estrutura universitária que é, de todos os pontos de vista, um pardieiro. Pardieiro material e espiritual. As salas de aula são sujas, antigas, desprovidas de recursos modernos. Os professores, que têm vários empregos, se desincumbem da tarefa rara e difícil – que é a de criar com os alunos a chispa de comunicação que produz cultura [...] reitores das Universidades acusam o ministro da

chamada etc. (Universitários reclamam contra aumento sem limite. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1966, p.14). Em 1968, a menor taxa de inscrição cobrada foi na Universidade Regional de Campina Grande, NCr$ 5,00, e a maior em São Paulo, pela Universidade Mackenzie, NCr$100,00. A maior anuidade é cobrada pelo curso de Medicina da Universidade Católica da Bahia, NCr$1.326,00, no primeiro ano (ESTUDANTES se queixam da taxa das Faculdades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4-5 dez. 1966, p. 14; PESQUISA do *JB* em 18 Estados mostra que universidades têm 69.888 vagas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1968, p. 34).

[459] Para a faculdade de Direito, um volume de Direito Penal custa 12 mil cruzeiros, enquanto cada Código está custando, em média, 7 mil cruzeiros. Na Medicina, a maioria das obras é considerada indispensável, e pode custar entre 60 mil cruzeiros (Histologia, de Arthur W. Ham) a 100 mil cruzeiros (Anatomia, de Spalteholtz) (Moreira, Alexandre. O direito de estudar. *Folha de Londrina*, Londrina, 28 jan. 1966, p. 3).

[460] ESTUDANTES se queixam da taxa das Faculdades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4-5 dez. 1966, p. 14.

[461] FACULDADES sem recursos ensinam mal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1968, p. 6.

[462] GRANDES gestos. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 12 abr. 1968, p. 6)

[463] SIM à Educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1968, p. 6.

> Educação, que não lhes entrega as verbas a que têm direito, e o Ministério retruca dizendo que os reitores falsificam o número de alunos matriculados para receberem verbas maiores. Os políticos, no Congresso, para aumentarem seu prestígio eleitoral, inventam universidades fantasmas não importa onde (Sim a Educação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1968, p. 6).

Os estudantes, imersos em uma conjuntura de elevado custo de vida e de um país mergulhado na inflação, ingressaram em uma universidade precarizada, marcada pelo abandono do poder público, pelo desinteresse com o ensino e a pesquisa, por relações conflituosas e por uma estrutura autoritária. Nesse contexto, as instituições de ensino superior não eram capazes de oferecer auxílio econômico, oportunidades de participação ou mesmo uma formação política e técnica consistente. Assim, o estudante universitário ainda que oriundo da classe média e, sobretudo, das classes populares, mesmo contando com o apoio familiar em algum momento do curso, precisava conciliar os estudos com o trabalho. Evidentemente, essa não era uma condição de todos os estudantes.

O recenseamento dos estudantes das diferentes faculdades e escolas integrantes da UFRJ, realizado em 1966, por uma equipe do Instituto de Ciências Sociais, foi feito mediante o preenchimento de um questionário com perguntas sobre religião, moradia, local de refeição, profissão exercida, nível de escolaridade própria e dos pais, situação familiar, transporte utilizado e despesas habituais, abrangendo 5.620 alunos, e constatou que 53,1% dos que estudam na UFRJ são obrigados a trabalhar, 60,5% exercem funções relacionadas com os cursos que frequentam, 35,8% o fazem durante cinco a sete horas diárias, distribuídas em repartições públicas (37,7%) e empresas particulares (31,7%). Entre os que não possuem atividades remuneradas, 77,3% recebem mesada e 10,1% estão desempregados, à procura de emprego[464]. Essa pesquisa interna mostra que metade dos estudantes universitários eram trabalhadores, apesar de ser um grupo privilegiado e muitos não conseguiam que as famílias mantivessem totalmente os custos da permanência na universidade.

Porém, o levantamento realizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do MEC, que entrevistou 18 mil estudantes em diversas universidades (Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Niterói, Rio, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília), ao avaliar os bens do universitário carioca, concluiu que os universitários do Rio de Janeiro pertencem, em sua maioria, a famílias que possuem bens e jamais receberam bolsas-de-estudo no ensino médio[465].

---

[464] TRABALHO é obrigação de 53,1% de universitários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1966, p. 7.
[465] PESQUISA mostra que maioria dos universitários do Rio pertence a famílias ricas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 maio 1967, p. 20.

Mas, afinal, quem era o estudante universitário brasileiro? Ou melhor, como eram vistos? A expansão da escolarização colocou essas perguntas para a imprensa. Em 1966, um membro do Superior Tribunal Militar, ao ser questionado por um jornalista sobre a questão, respondeu com ironia: "Serão deputados, senadores, industriais, médicos e advogados, integrando-se, portanto, na classe conservadora. Chegam à faculdade em seus próprios carros"[466]. O juiz mostra que não compreende como sujeitos pertencentes a uma elite privilegiada faziam protestos como greves e comícios, o que revela as percepções ambíguas sobre o perfil do universitário e aponta para a multiplicidade dessa figura.

O depoimento de um quintanista da Faculdade de Direito da UFRJ colabora para uma compreensão mais aprofundada sobre as características desse estudante universitário. Em uma reportagem do *JB,* esse estudante mencionou: "Estudo no CACO. Pronto. Todo mundo entende!". Essa frase evidencia a trajetória da sua instituição que para alguns deve ser valorizada pelas suas "gloriosas tradições progressistas", e para outros era um "foco de subversão". Ele abordou o que viveu na universidade: turmas enormes com mais de 70 alunos, estudantes que não conseguem acompanhar o ritmo, professores com "conformismo" e a "falta de entusiasmo pelo magistério", desencorajados por uma remuneração de "pouco mais de NCr $550,00". A imagem "nós", que possui de si, era a de um "universitário brasileiro médio": "Sou uma classe média típico, filho de advogado, e ingressei na faculdade em 1964, pouco antes de completar 20 anos, disputando 300 vagas com 2.000 candidatos". Ao rememorar o vestibular, referido por muitos como "a batalha", ele admitiu: "Não me senti inteiramente feliz por saber que o lugar que eu ocupava havia sido tomado de alguém, que o desejava tanto quanto eu, talvez por uma questão de décimos". Prestes a receber o diploma de Direito, o estudante declarou com amargura: "Deixo a Universidade sem saudade. Talvez chegue mesmo a aprender Direito, advogando"[467].

Dois pontos são marcantes na narração de si, o sentimento de angústia dos vestibulandos e a culpa daqueles que passam nos exames e sentem os sofrimentos dos que não conseguiram vagas, o segundo ponto que se destaca foi o alívio de sair da universidade e a possibilidade de encontrar um conhecimento que não adquiriu nela. Sua narrativa revela não apenas o percurso individual, mas de um grupo cujos sentidos e objetivos de vida se relacionavam com a sua integração nas figurações universitárias. O sentimento foi compartilhado por uma geração que

[466] MAYRINK, José Maria. O diálogo difícil entre estudantes e governo no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1966, p. 14.
[467] BOMFIM, Luiz Carlos. A longa batalha por um diploma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1968, p. 5. Caderno B.

aprendeu a controlar emoções como culpa, revolta, desânimo e inconformismo para garantir sua permanência nas figurações universitárias, visto por esse grupo como um espaço de passagem obrigatória para o sucesso profissional. A função de universidade, no período, ainda estava limitada ao ensino para o preparo profissional, pois a pesquisa e a extensão, que permitiam ampliar sua atuação sobre os problemas nacionais, ainda eram embrionárias.

Para compreender o grau de poder exercido por sujeitos e grupos nas relações sociais, é fundamental analisar a força da sua "imagem nós". Aqueles que ocupam posições elevadas na hierarquia escolar, desfrutam do que Elias e Scotson (2000) denominam de "carisma grupal". No caso dos universitários, em um país de analfabetos, eles representavam a elite intelectual e os futuros dirigentes, os agentes do progresso e do desenvolvimento nacional. Por ocuparem uma posição social na hierarquia escolar eram invejados e influenciavam o comportamento e as emoções de grande parte da população.

Como afirma Martins Filho (2007), o estudante universitário fazia parte de uma elite "inquieta e razoavelmente bem informada" que, no pós-guerra, formou junto com uma universidade arcaica e tradicional, universitários com consciência das contradições do seu privilégio frente à população que vivia na pobreza. Segundo o autor no final de 1950, esse "mal-estar acadêmico" encontrará expressão nas entidades estudantis (diretórios centrais, uniões estaduais e união nacional). Os estudantes universitários, na maioria, provinham da classe média, embora também houvesse representantes das classes populares.

Segundo Motta (2014), o número de matrículas universitárias, que era aproximadamente 30 mil em meados da década de 1940, saltou para 142 mil em 1964. Para Cunha (2007b), a expansão foi impulsionada por transformações na estrutura social, como a inviabilização dos pequenos negócios tradicionais da classe média e o crescimento dos monopólios industriais, comerciais e financeiros. Nesse contexto, consolidou-se entre as famílias de classe média a percepção de que o diploma universitário era a chave para garantir o futuro dos filhos, como forma de mobilidade ou manutenção de *status* social.

Em 1966, o Brasil contava com aproximadamente 180 mil estudantes matriculados no ensino superior, com idade média de 20 anos (17% tinham exatamente 20 anos; e 16,7%, 21 anos). E possuía 40 universidades e 608 unidades de ensino superior, incluindo cursos especializados. Das 20 universidades federais, Amazonas e Maranhão não tinham nenhuma unidade, e Sergipe, Piauí e Mato Grosso ainda não possuíam universidades. Havia quatro universidades estaduais (Viçosa, Guanabara, São Paulo e Campinas), três Pontifícias Universidades Católicas (RJ, SP e RS), oito Universidades Católicas em sete estados e cinco

universidades particulares nos estados do Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e no Distrito Federal[468].

A notícia anterior ao mapear as universidades e faculdades brasileira destaca que a partir de meados da década de 1960, circulava a concepção de que o estudante global não enxergava a universidade como um caminho seguro, justo ou satisfatório. A crescente instabilidade política, econômica e hierárquica somada ao avanço do autoritarismo e da violência institucional, gerava frustração e inconformismo, não apenas entre os jovens, mas em amplos setores da classe média.

Segundo Elias (1998), as emoções são sublimadas a partir de um longo processo de aprendizagem que o sujeito adquire ao longo da sua vida, capacidade que se desenvolve por meio das pressões sociais e das suas necessidades de sobrevivência. Portanto das frustrações e inconformismos guardados surgem as manifestações estudantis como forma de expressar suas demandas e ideias que geralmente eram reformistas e oposicionistas ao *status quo*.

Tais práticas estudantis integraram nas figurações universitárias múltiplos sujeitos (reitores, ministros, diretores, estudantes, professores, policiais, militares, padres, pais, políticos e jornalistas) cujas relações se estruturam por meio de solidariedade, oposição, adesões, tensões, confrontos e acomodações. Esses sujeitos interdependentes viveram períodos de embates em que suas posições pareciam inflexíveis e irreconciliáveis o que dificultava a tomada de decisões e torna o ambiente universitário um espaço de permanente desequilíbrio de poder.

É possível compreender que parte dessa insatisfação estudantil estava relacionada à mudança no grau de poder dos estudantes. Na década de 1960, especialmente durante a tentativa de implementação da política reformista do presidente João Goulart, os estudantes, mais politizados e engajados nas lutas educacionais e sociais, conquistaram destaque, poder e autonomia por meio da aproximação com o poder Executivo e do impacto da sua atuação nos meios populares. Situação que se transformou abruptamente após o golpe civil-militar que retirou os estudantes desse lugar de proximidade do poder, onde conseguiam negociar com as autoridades e atuar politicamente e assistencialmente entre as pessoas.

Martins Filho (2007) pontua que, desde 1955, uma frente única de lideranças nacionalistas, comunistas, socialistas, cristãs e trabalhistas formam uma oposição que consegue chegar até a direção da UNE, Assim no governo JK, surge uma nova entidade mais próxima da esquerda. Durante o governo João Goulart, o reconhecimento político da UNE se evidenciou pela nomeação de ministros da Educação com histórico de ligação com o movimento estudantil.

[468] ESTUDANTES protestam no mundo inteiro. Insatisfação conduz protestos estudantis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23, 24 out. 1966, p. 5. Caderno B.

Além disso, tanto a UNE, quanto outras entidades estudantis, buscavam ampliar sua influência junto a organizações populares como sindicatos urbanos, movimentos de militares de baixa patente e o sindicalismo rural A hegemonia da AP, expressão radical da esquerda católica, predominou no meio estudantil até 1964. A partir de 1965, o quadro ideológico se tornou mais heterogêneo, com a incorporação de dissidentes do PCB e da Política Operária (Polop) (Martins Filho, 2007).

A maior parte da base militante e de apoio das esquerdas, principalmente após 1964, era jovem e grande parte estudantil (Ridenti, 2010). Porém, como aponta Sanfelice (2008a; 2008b), nem todos os estudantes universitários da década de 1960 participaram do movimento estudantil, tampouco se identificavam com a UNE como entidade representativa. Por outro lado, autores como Sanfelice (2008a) e Valle (1997) destacam que a UNE foi uma das primeiras instituições a chamar a atenção da ditadura civil-militar, que rapidamente implementou medidas para desmobilizar os estudantes e enfraquecer as formas de organização para tutelar os órgãos de representação estudantil, impondo controle e limites à sua atuação política.

Embora a UNE tenha sido controlada por setores de direita durante a década de 1950, a hegemonia de uma tendência nunca suprimiu por completo a presença de outras correntes políticas, o que demonstra o caráter plural da entidade. Na década de 1960, sob a liderança das esquerdas, a UNE destacou-se por sua capacidade de articular e mobilizar o movimento estudantil em torno de demandas comuns aos estudantes universitários, que adquirem consciência das profundas desigualdades estruturais da sociedade brasileira (Sanfelice, 2008a).

Apesar das diferenciações e polarização no meio estudantil, a dinâmica cotidiana mostra que houve momentos em que a maioria estudantil se sensibilizou diante das práticas autoritárias legitimadas durante a ditadura civil-militar, dentro e fora das figurações universitárias. Apesar do temor que se abateu logo após o golpe com a realização de várias prisões, punições e investigações, foi somente depois do fechamento das entidades estudantis que os protestos se proliferam em massa. Para compreender a dinâmica social entre estudantes e os agentes governamentais, se aborda o caso da UNE em 1964, tema que recebeu destaque principalmente no *JB*, mas que também teve a atenção local da *FL*.

Embora a *FL* tenha acompanhado o processo de extinção da UNE, ele se concentrou na campanha educacional em prol da instalação da Faculdade de Medicina e da criação de uma universidade federal em Londrina, com o objetivo de transformar a localidade no centro universitário do norte do estado, essa demanda social se manifestava em outros grandes

municípios paranaense como Ponta Grossa[469]. A campanha contou com iniciativas de diversos grupos como a ULES, os universitários, os políticos, a imprensa e os empresários que se mobilizaram para pressionar o governo do Estado a atender a sua reivindicação[470].

Mesmo ao reivindicarem, as relações entre as autoridades e os estudantes eram representadas com imagens de colaboração e união. Um exemplo disso foi a Fundação Educacional Paranaense de Londrina (FEPAL), formada por educadores, juristas, técnicos e homens de empresas, criada em 1964, com o objetivo de cooperar com os poderes públicos na solução dos problemas locais de ensino. A prefeitura concedeu um auxílio de 50 milhões de cruzeiros para que a instituição começasse o seu trabalho[471].

Além de participarem da campanha os líderes estudantis do Centro Acadêmico Sete de Março da Faculdade Direito, buscavam arrecadar fundos e espaços para construir a sua sede, um restaurante universitário, um auditório para conferências, além de salas de estudos, biblioteca e salas para atividades sociais[472].

Como é possível perceber em Londrina, as figurações universitárias procuram estreitar as suas relações com o governo do Estado e com os municípios para angariar a construção de estruturas básicas como sedes, bibliotecas, moradia, restaurante. Aqui o próprio município se relaciona com o estado e o governo federal para obter financiamentos em prol da criação da universidade e das faculdades atitude que auxiliava a sua ascensão política.

Em junho de 1964, o ministro da Educação sugere o envio de uma mensagem ao Congresso que pedia a extinção de todas as entidades estudantis do país e propunha a criação de novas organizações de representação como criação de órgãos como um Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior; um Diretório Central dos Estudantes (DCE), em cada Universidade e um Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), em cada estado da federação, onde houver mais de uma universidade[473].

Essa reorganização da estrutura estudantil visava para substituir as entidades existes como a UNE que representante nacional dos estudantes e logo baixo dela estavam Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), que também tinha antes da ditadura parte do orçamento governamental. As Universidades contavam com o DCE que contavam com escassas verbas públicas e os Centro Acadêmico (CA), órgão oficial dos estudantes de cada faculdade, no qual

[469] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3834, 21 nov. 1964, p. 12. Escolas e estudantes.
[470] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3692, 10 maio 1964, p. 14.
[471] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3705, 27 maio 1964, p. 12. Escolas e estudantes.
[472] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3778, 18 set. 1964, p. 12; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3789, 30 set. 1964, p. 12. Escolas e estudantes.
[473] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 131, 05 jun. 1964, p. 7.

os estudantes eram automaticamente filiados ao se matricular e cujo presidente tinha assento garantido no Conselho Departamental (Groppo, 2000)

A *FL* publicou, na íntegra, os 23 artigos do anteprojeto desse projeto enviado pelo ministro[474]. A medida gerou discordâncias dentro do próprio MEC, uma vez que membros como Secundino Furtado, chefe de gabinete do MEC, e outros auxiliares de alto escalão, foram exonerados por causa de divergências de posicionamento com o ministro da Educação Flávio Suplicy. O próprio governador da Guanabara, Carlos Lacerda, criticou o ministro publicamente em rede de televisão[475].

Martins Filho (1986) aborda que o foco em desarticular as entidades estudantis, logo no início da ditadura, não visava depurar, mas extingui-las. Para o autor, a origem desse comportamento estava na ideologia militar da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que conquistou a Escola Superior de Guerra (ESG) em 1950. A DSN desenvolvida durante a Guerra Fria defendia objetivos nacionais suprapolíticos em uma ótica na qual a guerra convencional seria substituída pela guerra indireta entre comunismo e o bloco ocidental com o qual o Brasil deveria se alinhar. Na perspectiva da DSN, crescia a subversão interna encabeçada pelo comunismo internacional usado na guerra revolucionária para a conquista do poder. Dessa forma, acreditavam que a guerra psicológica atingiria um público particularmente sensível, os estudantes, vistos assim como um grupo potencial de "subversão". Logo, a contraofensiva era uma forma de antecipar a retomada das atividades estudantis.

Por meio desse pensamento foi possível compreender a rapidez com que agiu a ditadura civil-militar para extinção as entidades estudantis existentes. Portanto, a DSN norteou as decisões do governo que também foi revestido de uma aparência de legalidade com um discurso que visava se distanciar de uma associação de regime ditatorial, o que se percebe na fala do ministro Flávio Suplicy de Lacerda que disse ao *JB* que: "o decreto criando o Conselho Nacional dos Estudantes não eliminou a UNE, que poderá funcionar sem receber dinheiro público"[476]. Ou seja, as antigas entidades estudantis poderiam funcionar normalmente sem restrições, e, após sancionada e publicada a nova legislação estudantil, elas não teriam existência legal, sendo reconhecidas apenas como um órgão civil. Mas gradualmente, o discurso de moderação não consegue ser sustentado por muito tempo diante da oposição estudantil.

O ministro da Educação, afirmava que o objetivo de extinguir as antigas entidades era "restituir a dignidade aos jovens" e impedir que eles fossem levados aos "maus caminhos, pelos

[474] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3716, 10 jun. 1964, p. 12. Escolas e estudantes.
[475] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3741, 11 jul. 1964, p. 06.
[476] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 206, 01 set. 1964, p. 5.

agitadores e pelos falsos líderes estudantes". Ainda ao falar dos estudantes, ressaltou que no setor do ensino universitário haveria uma série de providências para terminar com as "castas de privilegiados"[477]. O presidente Castelo Branco, ao enviar ao Congresso o anteprojeto, ressaltou em sua mensagem a importância da lei.

> Impedir que os estudantes profissionais, ou mau estudante, sem gosto nem interesse pela própria formação intelectual e profissional, que se aposse das representações ou nelas se infiltre, para agitá-las e desvirtuá-las, e dar às associações estudantis de ensino médio — em sua imensa maioria adolescentes que se encontram em fase aguda de desenvolvimento físico e psíquico — diretrizes cívicas, culturais, artísticas e esportivas, previstas no regimento da respectiva instituição de ensino e orientadas pela sua direção (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 232, 01 out. 1964, p. 5).

A fala pretende evidenciar a existência de um inimigo entre os estudantes que justifique a lei, e, ao mesmo tempo, apresenta a necessidade de desenvolver uma estrutura escolar, para modelar o comportamento dos escolarizados desde o ensino médio, por meio de regras (regimento e direção), o que serviria para aumentar o seu controle antes mesmo dos estudantes entrarem nas universidades.

A Lei nº. 4.464, conhecida como Lei Suplicy, provocou um sentimento de inconformismo entre estudantes e diversos sujeitos públicos, como jornalistas, políticos, artistas e professores. Esse descontentamento gerou manifestações públicas, como a do intelectual católico e escritor Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo Tristão de Athayde. Embora reconhecesse que poderiam ter ocorrido excessos por parte da UNE durante o governo de Goulart, considerava o fechamento da entidade uma "negação da democracia", pois defendia o direito dos estudantes à representação, assim como os trabalhadores. O escritor ironizou o fato de que, enquanto em diversos países existiam órgãos representativos da classe estudantil, no Brasil, logo "após uma revolução democrática", os mesmos órgãos foram proibidos[478].

Posteriormente, ele denunciou a perseguição dirigida aos estudantes católicos, ameaçados por aquilo que denominava "terrorismo cultural" uma forma de repressão que atingia, principalmente, operários, estudantes, marxistas e católicos. Embora reconhecesse que o "excesso de preocupação política entre os estudantes" pudesse desvirtuar os objetivos da escola e da vida estudantil, criticava severamente a supressão das entidades estudantis livres e a substituição por associações "anódinas e sem liberdade alguma de ação", ao classificar a medida como o primeiro passo rumo ao "autoritarismo de Estado"[479].

---

[477] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 206, 01 set. 1964, p. 5.
[478] ATHAYDE, Tristão de. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 157, 06 jul. 1964, p. 6.
[479] ATHAYDE, Tristão de. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 190, 13 ago. 1964, p. 6.

Raul Kuntz (1964), repórter do *JB*, também retomou o conceito de "terrorismo cultural", quando destaca que a aplicação extrapolava o meio universitário, alcançando o cinema, a música e a literatura. Segundo o jornalista, o termo já era recorrente e conhecido até entre o "homem de rua"[480]. Embora apoiasse a lei, o *JB* criticou o uso desproporcional da força contra a "minoria de estudantes"[481].

No mesmo periódico, o colunista Tristão de Athayde[482] defendia de forma mais incisiva os estudantes, e lembrou a vinculação dos alunos com as grandes causas nacionais brasileiras como a Independência, a abolição, a República e ressaltou a posição dos estudantes como figuras da primeira linha frente nos movimentos sociais[483]. Apesar de também destacar o passado de lutas sociais da UNE, o *JB* tentava culpar a própria entidade pelo seu fim ao ressaltar que a sua extinção começou no dia "31 de março, quando alguns litros de gasolina, atirados em nome da democracia, começaram a destruir a entidade que nasceu combatendo a ditadura"[484].

A ditadura civil-militar também enfrentou a rememoração de um passado estudantil glorioso de enfrentamento da ditadura varguista. Dentre os legados de força, destacam-se a trajetória de atuação nas frentes sociais e políticas e de organização e mobilizações. Como essa imagem do passado é positiva, agregava poder à UNE e, por isso, o novo regime constantemente passou a atacá-la para inferiorizá-la. Nesse processo de institucionalização autoritária, a dinâmica das relações sociais colocava as entidades estudantis em uma posição de poder inferior, com a liberdade de escolha limitada, ou seja, o enquadramento à nova lei ou a marginalização. Logo, os resistentes à lei perdem a posição de entidade oficial e benefícios como recursos, espaços e legitimidade. Ao se tornarem órgãos civis, o governo visava dificultar a circulação e a sobrevivência dentro das figurações universitárias. Assim, a marginalização junto com a estigmatização se tornam recursos utilizados contra os estudantes.

Essa dinâmica que inferioriza não atinge apenas sujeitos e entidades que possuíam envolvimentos políticos, mas igualmente as próprias instituições universitárias definidas pelo ministro da Educação como inexistes, porque segundo ele "só existe realmente universidade se está se transforma numa comunidade de alunos e professores interessados nos problemas do país"[485]. Ou seja, na sua compreensão as universidades estavam alienadas e não se interessavam

[480] KUNTZ, Raul. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 217, 13-14 set. 1964, p. 4.
[481] EQUÍVOCOS e fantasmas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 set. 1964, p. 6.
[482] O escritor e colunista chamado Alceu Amoroso Lima utilizava o pseudônimo de Tristão de Athayde escrevia no *Jornal do Brasil*, na página de opinião ao lado do editorial, apesar de revezar o espaço com outros autores, os seus textos eram os mais frequentes e abordam, principalmente, temas sobre o catolicismo.
[483] ATHAYDE, Tristão de. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 190, 13 ago.1964, p. 06.
[484] DEPARTAMENTO de Pesquisa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 264, 08-09 nov. 1964, p. 24.
[485] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 241, 11 out. 1964, p. 5.

pelos problemas do país. Mas contraditoriamente qualquer posicionamento contra novo regime e seus valores era punido. Dessa forma, o ministro desconsidera o envolvimento político e as discussões, sobre a natureza do regime e governabilidade como fatores de desenvolvimento.

Como se observa havia a tentativa da ditadura de desvincular a sua "imagem ideal-nós" do seu comportamento autoritário, para isso se baseavam em códigos sociais legais que se remetiam a comportamentos democráticos como encaminhar projetos ao Congresso, aguardar os resultados de CPIs e IPMs[486] para tomar providências e afirmar que seguiam as decisões da CFE[487]. O uso de simulacros democráticos foi uma prática recorrente da ditadura civil-militar, que contribuiu para a sua consolidação e se estendeu por diversas figurações sociais. Essa aparência de relativa legalidade democrática, articulada ao projeto de desenvolvimento econômico, se mesclou ao *habitus* social conservador e autoritário, sustentado por valores moralizantes e pela defesa de um alto controle das massas, concepções que ajudaram a construir uma imagem ambígua da ditadura civil-militar, indefinição construída para gerar dúvidas quanto à sua natureza ditatorial.

Nesse contexto de disputas por posições de poder e pela fixação de imagens públicas, os grupos sociais empenham-se tanto para preservar quanto para disseminar os seus valores o que se relaciona com aquilo que Elias e Scotson (2000, p. 21) denominam de "superioridade social e sentimento de superioridade humana". Trata-se de uma dinâmica ligada à manutenção das figurações diante de ameaças externas e internas. As notícias mostram quais códigos sociais públicos reivindicatórios foram utilizados para tentar reverter o anteprojeto do ministro Suplicy.

Nessa dinâmica se observa o funcionamento da dinâmica social entre eles e as autoridades. No Quadro 15, há a representação das figurações estudantis dos principais códigos sociais mobilizados durante os meses de junho até novembro de 1964 para alcançar o atendimento das suas reivindicações. Logo, os códigos inicialmente são bastante formais como mandados de segurança, substituição do anteprojeto, notas, cartas, assembleias.

Quadro 15 – Os estudantes contra o projeto de extinção de todas as entidades em 1964[488]

---

[486] Formados por pessoas indicadas pelo governo, com destaque para: Alceu de Amoroso Lima, Clóvis Salgado, Celso Kelly, Péricles Madureira e Valmir Chagas.

[487] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 116, 19 maio 1964, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 241, 11 out. 1964, p. 5.

[488] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 133, 07-08 jun. 1964, p. 19; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 142, 18 jun. 1964, p. 15; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 143, 19 jun. 1964, p. 5; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 151, 28-29 jun. 1964, p. 21; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 170, 21 jul. 1964, p. 09; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 175, 26-27 jul. 1964, p. 11; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 177, 29 jul. 1964, p. 13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 178, 30 jul. 1964, p. 08; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 254, 22 out. 1964, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 254, 22 out. 1964, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 254, 22 out. 1964, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 254, 22 out. 1964, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 256, 29 out. 1964, p. 05; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 259, 01-02 nov. 1964, p. 10; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 260, 04 nov. 1964, p. 04; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 265, 10 nov. 1964, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de

Entidade	Código social público reivindicatório	Objetivo
UME da Guanabara Presidente Antônio Figueira Filho	Telegrama ao Presidente Castelo Branco	Pedir que rejeite o projeto que extingue as entidades estudantis internacionais
UME da Guanabara, representando outros estados Presidente Antônio Figueira Filho	Anteprojeto um anteprojeto ao presidente	Revisar o anteprojeto do ministro da Educação e entregar um anteprojeto substituto
União Estadual de Estudantes (UEE), Presidente Elcio Spinola de Castro	Mandado de segurança preventivo	Sustar a votação do anteprojeto que acaba com a União Nacional dos Estudantes
Representantes das Uniões Estaduais Estudantes de todo o país	Conselho Extraordinário de Estudantes para eleger uma diretoria provisória para a UNE	centralizar o movimento estudantil brasileiro
UNE Colegiado da UNE	Nota oficial para ser lida Câmara dos Deputados	Desmentir as acusações do deputado Osvaldo Zanelo, de que a entidade estaria rearticulando-se como novo agente do comunismo Internacional
Diretórios Centrais de Estudantes de todo o País	Levantamento da situação de andamento das Comissões de Inquérito nas Faculdades e da expulsão de estudantes	Tomar uma posição, baseada em fatos, a favor dos expulsos
Membros da diretoria da UNE - Presidente Antônio Figueira Filho	Contatos com a assessoria de Carlos Lacerda	Pedir a devolução do prédio onde funcionava a UNE na Praia do Flamengo
Colegiado responsável pela UNE	Nota oficial pede ajuda às autoridades, à imprensa e ao público em geral	Tornar a UNE um verdadeiro órgão de representação dos universitários brasileiros
Líderes estudantis paulistas	Levaram projeto ao Congresso, deverá que será enviado ao plenário após modificações na sua redação	Apelar aos congressistas para que não aprovem o anteprojeto que extingue as UEEs e UNE
Estudantes de São Paulo	Vigília cívica no DCE	Expressar repúdio ao anteprojeto e defesa dos movimentos estudantis.
DCE de SP	Assembleia interuniversitária	Prosseguir com a vigília e analisar problemas das instituições estudantis
Estudantes na Universidade de Brasília	Manifesto dos filhos de parlamentares conclamando a ajuda de pais	Defender a UNE como órgão centralizador do pensamento estudantil

Janeiro, n. 265, 10 nov. 1964, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 269, 14 nov. 1964, p. 04; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 275, 21 nov. 1964, p. 12; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3835, 22 nov. 1964, p. 12.

Entidade	Código social público reivindicatório	Objetivo
Diretório Central dos Estudantes de Belo Horizonte - Presidente e Lúcio Flávio de Mesquita	Manifesto	Informar que não vai comparece**r** à abertura dos trabalhos do CFE
Diretório Central do Estudante da PUC –SP União Estadual de Estudantes	Manifesto enviado aos vereadores e deputados de São Paulo	Pedir apoio contra a aprovação do projeto Suplicy que extinguiu a UNE e a UEEs
União Estadual dos Estudantes - Presidente Elcio Spinola de Castro	Informe de que os estudantes mineiros irão manter sua entidade com dinheiro seus próprios recursos	Manutenção da entidade de Minas Gerais sem o reconhecimento do governo.
União Metropolitana dos Estudantes	Campanha nacional	Combater três proibições contidas no projeto que criou o Diretório Nacional dos Estudantes
Estudantes da universidade de São Paulo	Cartazes e gritos	Pedindo o veto presidencial ao projeto
UME – Jorge Sales	Concentração de estudantes universitários cariocas no restaurante do Calabouço	protestar contra a extinção da UNE e repudiar as atitudes do Ministro Suplicy de Lacerda
UEE estudantes de São Paulo - Presidente César B. Lourenço	Assembleia no Grêmio Politécnico, convocar todos os estudantes do país, para tentar um plebiscito.	Decidir sobre o reconhecimento ou não da UNE, como entidade representativa
União Metropolitana de Estudantes	Enquete nacional para conhecer a posição dos estudantes de todo o País. Envio de relatórios para todas as entidades estudantis estaduais	Conhecer a posição dos estudantes de todo o País diante da lei que extinguiu a União Nacional dos Estudantes
União Estadual dos Estudantes de São Paulo	Carta memorial ao presidente	Solicitar um plebiscito dos estudantes

Conforme o Quadro 15, os estudantes realizaram vários outros códigos (telegramas, cartas, mandados de segurança, conselhos, notas oficiais, levantamentos, contatos com políticos, vigília, assembleia, manifestos, informes, campanha, enquetes) com o objetivo de impedir a aprovação do projeto de lei. Nesse percurso, começaram a defender a ideia da UNE como entidade centralizadora do movimento estudantil. A princípio, houve o predomínio das ações realizadas entre os dirigentes e as entidades estudantis que buscavam se aproximar das autoridades e demonstrar um autocontrole que provasse a capacidade de autonomia.

Desse modo, as notícias revelam o que eram “códigos legítimos” e reforça um padrão de estudante ordeiro e integrado às instituições. Esses estudantes, que se confrontavam com o

projeto de lei, estavam dentro de uma legitimidade, mas não eram exatamente o ideal da "juventude estudiosa" descrita por Braghini (2015) como fruto da captura de características juvenis que poderiam ser usadas para o desenvolvimento do país como: "dócil" que trabalhava, se identificava com o regime e amava a pátria e a família. A imprensa reforça padrões de comportamento ao registrar com normais e legitima a reivindicação moderadas, orientada pelas instituições. Portanto, o quadro não fala apenas dos comportamentos estudantis, mas sobre uma representação social específica transpassada por disputas de poder e de grupos, alinhamentos políticos e estratégias editoriais.

Esse comportamento dos estudantes indica que os códigos sociais que operam no espaço público configuram formas de autocontrole socialmente exigidas. Principalmente para os que possuem menor gradiente de poder decisório e precisam utilizar sua influência para direcionar as ações de autoridades capazes de tomar decisões. Trata-se de uma tentativa de ajustar sua personalidade social pública, demonstrando moderação e racionalidade, num contexto no qual os estudantes universitários são estigmatizados como potenciais "desordeiros", "subversivos" ou infiltrados pelo comunismo. Diante do forte repúdio contra o ministro da Educação, alguns estudantes dirigiram as petições diretamente ao presidente Castelo Branco, para ampliar as possibilidades de obter tais reivindicações. Esse comportamento foi realizado pela UME da Guanabara, quando pediu que o presidente rejeitasse ou revisse o projeto de extinção das entidades estudantis, o que também foi feito pelos estudantes de São Paulo quanto à realização de um plebiscito sobre a extinção da UNE.

Os estudantes inicialmente distinguiam a imagem de ministro da Educação visto como autoritário e do presidente ainda lembrado pela sua imagem legalista ou "democrática" reproduzida pelos estudantes com o objetivo de legitimar suas reivindicações e abrir a possibilidade de negociação. Outros sujeitos, também enfatizam essa imagem, como o deputado Raul Schwinden, que difunde a sua crença de que o presidente Castelo Branco possuía um pensamento reformista e menos autoritário do que o ministro da Educação[489]. Isso também foi feito pelo Diretório Central dos Estudantes da PUC de São Paulo que em nota oficial disse que o projeto de extinção das entidades estudantis estava em oposição aos princípios "democráticos do presidente Castelo Branco"[490].

Esse mito social, construído no início da ditadura civil-militar, permaneceu enraizado na memória brasileira mesmo após o fim do regime, sendo posteriormente desconstruído pela historiografia. As relações sociais entre estudantes e o presidente, evidenciadas ao longo da

[489] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 163, 12-13 jul. 1964, p. 8.
[490] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 142, 18 jun. 1964, p. 15.

pesquisa, já revelam o perfil autoritário do presidente, característica que se manifesta na consonância entre os seus discursos e posicionamentos com o ministro da Educação, considerado abertamente autoritário, principalmente depois da Lei Suplicy que visava limitar o espaço social dos estudantes. Nesse contexto, não causou surpresa o fato de o presidente ter sancionado prontamente o projeto aprovado pelo Congresso.

O impacto das perdas e violências suscitadas logo após o golpe civil-militar de 1964 deixou marcas nos estudantes que imporão a adoção de uma postura mais moderada inicialmente. Diante desse novo contexto repressivo, muitos representantes estudantis que surgiam optaram por reforçar o autocontrole priorizando estratégias públicas pacíficas, legais e baseadas no diálogo, evitando códigos que indicassem o desejo de confronto direto. Essa escolha refletia a percepção do fortalecimento do aparato repressivo do Estado e da intensificação da violência contra o movimento estudantil que consequentemente perdia poder. Como forma de preservar sua presença nas figurações sociais, muitos estudantes adotaram formas de resistência mais discretas e prudentes.

Mesmo diante da ameaça representada pela Lei Suplicy, os estudantes se mobilizaram com a intenção de demonstrar sua consciência e conhecimento político, legal e histórico. Exemplos disso, foi a elaboração de um projeto alternativo ao do governo, que propunha a "reorganização das entidades estudantis, isentas de quaisquer controles extra estudantis" Também em uma carta enviada ao presidente os estudantes afirmam possuir "responsabilidade na condução do país", por isso rechaçam uma lei que impedia os jovens "se tornem porta-vozes das queixas do povo"[491].

Os estudantes incorporaram os discursos que afirmavam sua importância, se enxergavam como futuros líderes sociais e reivindicavam maior autonomia para exercer esse papel. Porém, essa autoimagem se chocava com a racionalidade da ditadura civil-militar, que buscava redistribuir os poderes, de modo a evitar forças de oposição e fragmentação do poder. Assim, era nítido que se buscava redefinir o papel do estudante, limitando a atuação e a participação.

Uma questão central do projeto da Lei Suplicy era que ela proibia o direito de reunião e a liberdade de manifestação, problema que iria acompanhar e modelar a trajetória estudantil. Como se observou no Quadro 15, era diante dessa questão que o Diretório Central do Estudante da PUC de São Paulo pedia a ajuda de vereadores e deputados como Chopin Tavares de Lima, Roberto Cardoso Alves e os vereadores João Carlos Meireles e Davi Lerer que se aproximam

[491] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 275, 21 nov. 1964, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 143, 19 jun. 1964, p. 05; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 275, 21 nov. 1964, p. 12.

dos estudantes manifestando a sua solidariedade[492]. Contudo, as tentativas fracassadas de diálogo e a impossibilidade de negociar abrem espaços para outros códigos sociais de massa menos formais e mais coletivos que passam a envolver um grupo maior de estudantes, como as manifestações e os plebiscitos. O protesto público extrapolava a ação restrita das lideranças, unindo por vezes diferentes e amplos grupos estudantis em torno de causas iriam além das demandas estritamente estudantis.

O nível de autonomia, relacionado à capacidade decisória e à possibilidade de circulação, determina o grau de poder das figurações, assim como o nível de influência está vinculado à capacidade de organização e (des) mobilização. É em torno desses recursos que se estabelecem as disputas entre o governo e os estudantes e que envolve a imprensa. Observa-se que, gradualmente, a autonomia estudantil foi restringida e, no plano institucional, as principais reivindicações acumulavam derrotas como a manutenção das anuidades e da Lei Suplicy. No entanto, no cotidiano, os estudantes conseguiam mobilizar parte da opinião pública a seu favor.

A mobilização estudantil expressa na participação constante em reuniões, assembleias, encontros e eleições em níveis regionais e nacionais, e a articulação entre entidades como a UNE, a UME e as UEEs, que mesmo consideradas ilegais se articulavam com as bases estudantis, eram o que mantinha vivo o engajamento político. A capacidade de mobilização, além de estar ancorada na experiência das figurações, dependia do grau de envolvimento dos sujeitos que as compunham, fator que, paradoxalmente, foi por algum tempo intensificado pela repressão e pelo autoritarismo exercido pelos governos e pelo Estado.

Como se observou no Quadro 15, mesmo diante do fracasso na tentativa de impedir a aprovação da lei, os estudantes reagiram. No Rio de Janeiro, realizaram protestos; em Minas Gerais, mantiveram a UNE com seus próprios recursos e, em São Paulo, propuseram a realização de um plebiscito para referendar a Lei ou reconhecer a legitimidade da UNE. A carta memorial da UNE que seria enviada ao presidente, declarava:

> Não podemos nos manter impassíveis quando se atenta contra a liberdade de ação e de representação da juventude. Quando em nome de uma moralização de algumas entidades, suprime-se, a participação estudantil na vida nacional. [...]. Divulgamos também essa carta para que não se diga que a nossa geração não empregou todos os meios lícitos em defesa do regime de representação (Escolas e estudantes, *Folha de Londrina*, n. 3835, 22 nov. 1964, p. 12).

A carta representou um ponto de inflexão no comportamento do movimento estudantil, ao funcionar como um instrumento de defesa política que explicita sua opção por códigos sociais públicos, pacíficos e formais. Propostas como o plebiscito e o projeto alternativo à Lei

[492] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 254, 22 out. 1964, p. 16.

Suplicy revelam a tentativa de obter reconhecimento institucional e estabelecer uma relação com o Estado baseada em concessões mútuas. No entanto, apesar de demonstrarem alto grau de autocontrole para legitimarem sua "imagem nós" de maturidade política, essas estratégias não produziram o impacto necessário para efetivar canais de negociação com o regime, ou seja, a pressão que exerciam era insuficiente para mudar a decisão do governo.

Mesmo quando o comportamento estudantil se tornava mais contestatório publicamente com declarações para alertar a sociedade contra os falsos discursos de liberdade e democracia da ditadura civil-militar, é possível perceber a intenção dos alunos de mostrarem um nível de autocontrole. O estudante Lúcio Flávio de Mesquita, por exemplo, afirmou que "os universitários mineiros não recorrerão à violência contra o ministro da Educação" que visitava o município porque defendiam a democracia "real", "não formal" e "pacífica"[493]. Novamente, os estudantes exprimem a preocupação em construir uma imagem legítima que esteja de acordo com os princípios de autocontrole exigidos pela sociedade vigente.

Apesar de não conseguirem modificar ou impedir a aprovação da lei, os estudantes mantinham a esperança de que o projeto fosse vetado pelo presidente, como mostra a Figura 71 em que estudantes da Universidade de São Paulo (USP) se aglomeram e formam uma multidão para recepcionar o presidente Castelo Branco no pátio da reitoria com cartazes que pediam o veto à proposta. Durante uma manifestação estudantil, um aluno exibiu cartazes denunciando a violação da liberdade, mas logo foi removido do local. Ao final do evento, outros estudantes continuaram o protesto com cartazes e gritos de "Veto, Veto, Veto". O presidente respondeu que via os cartazes como um convite ao diálogo, e justificou que não poderia vetar um projeto que ele mesmo havia enviado ao Congresso[494].

Figura 71 – Diálogo difícil

[493] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 286, 04 dez. 1964, p. 13.
[494] CASTELO diz que inflação não para a curto prazo e que vai liberar preços, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 nov. 1964, p. 04.


DIÁLOGO DIFÍCIL

Ao sair da Reitoria da Universidade de S. Paulo, o Presidente Castelo Branco defrontou-se com estudantes carregando cartazes

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 nov. 1964, p. 04.

A tentativa de marginalizar os estudantes considerados como *outsiders*, que não se alinhavam aos valores da ditadura civil-militar, não partia apenas das autoridades do governo. Diversos setores da sociedade civil também expressaram rejeição a esses estudantes e apoio aos valores que o governo desejava difundir. Um exemplo da tensão política no ambiente universitário foi a atuação de profissionais formados na PUC, que entregaram um memorial ao Cardeal D. Jaime Barros Câmara no qual pedem o fechamento da Juventude Universitária Católica (JUC), acusada de perturbar a vida universitária[495]. Na mesma instituição, alunos do segundo ano de Direito requeriam a criação de uma Comissão de Inquérito Anticomunista (CIE) para investigar possíveis infiltrações comunistas entre docentes e estudantes[496], posteriormente rejeitada em Assembleia Geral do curso. Em contrapartida, a Escola Politécnica, que já havia criado sua própria CIE, buscava influenciar outras unidades da PUC a adotarem a medida[497].

Entre os estudantes havia uma cisão que se estabelece entre os que aderiram ou possuíam valores alinhados com o novo regime político e aqueles que representavam ideias contrários ou divergiam dos mesmos. A relação entre ambos pode ser vista em situações noticiados como a da UMG, onde os órgãos de representação estudantil estavam sob o comando de um Interventor-Geral, Élcio Spinola de Castro, que também era universitário. Ele organizou novas eleições para os diretórios acadêmicos em que vetou a participação de chapas com membros considerados "elementos nocivos aos objetivos da revolução"[498]. Um exemplo

[495] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 85, 11 abr. 1964, p. 5.
[496] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 89, 16 abr. 1964, p. 12.
[497] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 89, 19-20 abr. 1964, p. 5.
[498] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 92, 19-20 abr. 1964, p. 5.

semelhante que mostra o deseja de marginalização do ocorreu na Faculdade de Ciências Médicas da Guanabara, onde estudantes, em conversa com o colunista Carlos Eduardo do *JB*, que retratava a elite jovem e bem-sucedida, manifestaram o se descontentamento ao dizerem que mesmo depois da "revolução" permanecia na faculdade a presença de colegas comunistas que faziam política para atrapalhar os demais, em vez de se dedicarem aos estudos[499].

A fala do estudante na entrevista mostra novamente a representação de dois tipos de estudantes que Braghini e Cameski (2015) chamam de "estudantes democráticos" e "estudantes subversivos", representações encontradas na *Revista EBSA* publicada pela Editora do Brasil S/A que possuía caráter conservador e, portanto, se pareceriam com os padrões que circulavam na grande imprensa. As autoras destacam que durante o governo de Goulart ambos atuavam politicamente, mas de modos diferentes, os "democratas", ou "bons estudantes" eram contra as manifestações de ruas e preferiam se comprometer com o estudo e o trabalho, durante a ditadura parte deles se organizam em agremiações universitárias que demonstrasse a sua oposição aos movimentos de esquerda. Essas organizações também serão retratadas nos periódicos, principalmente no auge da crise estudantil.

Além dos estudantes as figurações universitárias eram formadas por autoridades políticas e educacionais. Como se percebeu na primeira parte da pesquisa entre as autoridades estaduais havia um aparente alinhamento com o governo federal, com o qual precisavam negociar tanto para assegurar a permanência em seus cargos quanto para firmar convênios e obter os recursos necessários ao êxito de suas gestões, seja no âmbito do Estado ou das reitorias. Esse comportamento pode ser interpretado como uma forma de acomodação motivada por interesses em obter apoio institucional, por identificação com os valores defendidos pelo regime ou, ainda, por indiferença em relação ao contexto político e social.

Foi o que aconteceu quando o ministro da Educação visitou Londrina ao lado do governador Ney Braga, na ocasião ele participou de inaugurações e recebeu homenagens. O editorial da *FL*, destacou com otimismo a presença do ministro mostrando que a visita nutria as expectativas de apoio do governo federal para a criação da Faculdade de Medicina e do Instituto Politécnico de Londrina, iniciativas consideradas essenciais para transformar o município em um centro universitário[500].

As representações veiculadas nos periódicos revelam que as figurações universitárias eram compostas por múltiplos grupos e sujeitos, alguns dos quais aderiram ou se identificaram com os valores ditatoriais, motivados principalmente pelo desejo de permanecer entre os grupos

[499] Carlos Eduardo, Gente Nova. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, n. 145, 21-22 jun. 1964, p. 05.
[500] IMPORTANTES visitas. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3716, 12 jun. 1964, p. 02.

estabelecidos. Percebendo esse movimento social, a própria ditadura civil-militar passou a veicular na imprensa manifestações de apoio provenientes da sociedade civil, inclusive de estudantes, como forma de legitimar-se. Essa estratégia foi evidenciada na divulgação de mensagens favoráveis à extinção da UNE e à promulgação da Lei Suplicy, conforme ilustrado no Quadro 16.

Quadro 16 – Comportamentos de adesão à Lei Suplicy[501]

Entidade	Ações	Objetivo
Diretório Acadêmico da Universidade Mackenzie,	Mensagem de apoio ao governo	Defender a apolitização das entidades estudantis
Gabinete do ministro da educação	Divulgar a mensagem de apoio do "Diretório Acadêmico da Universidade Mackenzie	Mostrar o apoio de estudantes a extinção das entidades estudantis
Assessoria de imprensa do MEC	Divulgar a mensagem de apoio à extinção das entidades estudantis de grupos de várias partes do país	Mostrar que chegam ao MEC diariamente cartas e telegramas que demonstram apoio a extinção
Estudantes do Serviço Social de BH, e da Frente Democrática da Universidade Católica	Telegrama de apoio ao Ministério da Educação e Cultura	Mostrar apoio à medida de extinção das entidades estudantis
Representantes de organizações de senhoras brasileiras - Sílvia Vizem de Carvalho Hamann	Telegrama de apoio ao Ministério da Educação e Cultura	Mostrar apoio à medida de extinção das entidades estudantis
Estudantes mineiros do Diretório da UDN	Manifesto para presidente	Apoio ao presidente e advertência a rearticulação dos estudantes de esquerda

A divulgação de mensagens de apoio à Lei Suplicy foi utilizada como estratégia pelo governo para demonstrar adesão ao regime. O Diretório Acadêmico da Universidade Mackenzie enviou uma mensagem ao MEC apoiando a lei, divulgada pelo próprio gabinete do ministro no *JB*. Em Belo Horizonte, estudantes do curso de Serviço Social e a Frente Democrática da Universidade Católica de Minas Gerais também expressaram apoio ao ministro, acusando a UNE de ser uma entidade "corruptora do pensamento estudantil"[502]. Já o

[501] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 170, 21 jul. 1964, p. 9; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 170, 21 jul. 1964, p. 9; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3743, 25 jul. 1964, p. 12; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3743, 25 jul. 1964, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 190, 13 ago. 1964, p. 14.
[502] *Folha de Londrina,* Londrina, n. 3743, 25 jul. 1964, p. 12.

Diretório da UDN de estudantes mineiros alertava para a reorganização das esquerdas nos meios estudantis, denunciando tentativas de "sabotar os democratas"[503].

Como visto, alguns grupos estudantis que apoiavam a ditadura se autodenominavam "democratas" e alegavam representar a maioria, embora suas manifestações aparecessem com menor frequência nos periódicos, o que sugere menor engajamento ou representatividade em comparação aos estudantes *outsiders* que participavam mais de atos de protestos. Suas posições evidenciam a diversidade de reações diante da extinção das entidades estudantis: enquanto parte dos estudantes buscava resistir defender sua autonomia, outros segmentos apoiavam o enquadramento, por considerarem prejudicial a influência política de grupos de esquerda no meio estudantil.

A intensificação do autoritarismo estatal provocou diferentes respostas no tecido social: desde a adesão e solidariedade à Lei Suplicy, até repulsa, ou mesmo atitudes de indiferença e acomodação. Essas reações mostram a complexidade das figurações escolarizadas em uma sociedade marcada pela diferenciação, hierarquia e pelo crescente autoritarismo que se torna um elemento preponderante das relações sociais. A seguir se analisa o processo de intensificação das tensões e conflitos nas figurações universitárias

6.3 O INÍCIO DO EMBATE PÚBLICO: AS UNIVERSIDADES COMO PALCO DOS CONFLITOS

Em 1965, além das discussões sobre a Lei Suplicy, destacou-se o debate em torno da redução da duração dos cursos superiores, proposta pelo MEC como parte de um "planejamento de transição" para enfrentar uma emergência nacional. A proposta previa que médicos se formassem em cinco anos, engenheiros em quatro, e professores em dois. A medida foi apoiada pelo *JB*, que endossou o argumento governamental de ampliar o acesso e combater o "ranço bacharelesco" do ensino humanístico, enquanto a *FL* parecia possuir a mesma ótica. Destacou que, mesmo diante da promessa de manter o número de aulas, eliminando as férias, existem polêmicas sobre o tema.

A proposta obteve o apoio da UPE e da Universidade Católica do Paraná, exceto na Faculdade de Direito[504]. Embora não tenha sido implementada, ela expressou a visão oficial e

[503] *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, n. 190, 13 ago. 1964, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 190, 13 ago. 1964, p. 14.
[504] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3872, 10 jan. 1965, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 6, 01-08 jan. 1965, p. 8; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 7, 01-09 jan. 1965, p. 6; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3870, 08

dos veículos de comunicação sobre as intenções de formar rapidamente especialistas para o mercado, diminuindo o tempo de formação e o desprezo pela área de humanidades. Em 1965, a principal representação do governo em relação às universidades era o descaso que se refletia nas dificuldades financeiras enfrentadas por instituições públicas e privadas.

Isso pode ser visto na Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre, que operava com déficit e atrasos salariais. Em Minas Gerais, aprova-se uma taxa anual a ser paga por universitários e no Paraná, surge a proposta de cobrança de anuidades, recomendada pelo Fórum de Reitores, mas a ideia foi suspensa pelo reitor José Nicolau dos Santos apoiado pela UPE, que defendia a gratuidade como condição essencial para a democratização do ensino[505].

As autoridades defendiam a legitimidade da cobrança das anuidades com base no Artigo 38 da LDB, enquanto estudantes e entidades defendiam a gratuidade e autonomia universitária, temas que mobilizaram o movimento estudantil historicamente. Para os estudantes, a gratuidade do ensino simbolizava as conquistas que eram frontalmente atacadas por cobrança e limitação do acesso, o que enfraquecia o poder das entidades estudantis. Eles também denunciavam a tentativa deliberada de controlar a popularização do ensino universitário, considerada ameaça por grupos imperialistas e conservadores, que tratavam os estudantes engajados politicamente como inimigos ideológicos.

Antes da ditadura civil-militar, a tendência da política educacional era gratuidade no ensino superior público. Contudo, essa perspectiva foi abandonada por governos que passam a defender de forma cada vez mais enfática o ensino pago para transferir mais custos para as famílias e os estudantes, para isso incentivou a implementação de anuidades, universidades pagas e bolsas de estudos. Essa mudança gerou reação nas figurações universitárias e em parte da sociedade que era contra a política de privatização do ensino superior.

Segundo Cunha (2020), o ensino superior no Brasil foi pago pelos estudantes desde o século XIX, conforme a Constituição de 1946, que assinalou o ensino superior público gratuito desde que se provesse a falta de recursos. Portanto era pago, mas a partir da política populista, o benefício individual do não pagamento acabou gradualmente se deslocando para o coletivo. Nos estabelecimentos de ensino superior, contemplados pela federalização de 1950, o Estado aumentava a participação e promovia a "gratuidade de fato", ao mesmo tempo em que reconhecia o "pagamento de direito" do ensino superior público e limitava a federalização.

---

jan. 1965, p. 12; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3875, 14 jan. 1965, p. 12; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4038, 25 jul. 1965, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 142, 27-28 jun. 1965, p. 6.

[505] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 319, 23 jan. 1965, p. 5; n. 305, 31 dez. 1965, p. 10; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 301, 05 jan. 1965, p. 12; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3871, 09 jan. 1965, p. 12; n. 3868, 05 jan. 1965; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 24, 29 jan. 1965, p. 14.

Apareciam nos noticiários estudantes da FNFi que denunciavam um plano para reduzir a presença estudantil e silenciar suas vozes o que podia ser visto em atos como: a redução do número de vagas (diminuição de 1/3 das oferecidas em 1964); o fechamento de cursos noturnos; o aumento do preço das refeições; e a desatualização dos currículos[506]. No mesmo sentido, o presidente da UME, Jorge Sales, classificou as anuidades como "mais uma manobra no sentido de cortar as condições de estudo do estudante menos favorecido"[507]. O CACO também possuía uma explicação para as anuidades: uma manobra para desagregar a UNE e as UEEs[508]. Já os diretórios diziam que a cobrança significava o início de um movimento de aumentos com o objetivo de afastar o povo das universidades[509].

Diante do aumento de custos (vida, alimentação, materiais) o acréscimo das anuidades como compreendida por parte dos estudantes como um mecanismo que visava restringir o acesso do estudante menos favorecido à universidade. Embora o *JB,* defendesse a cobrança de anuidades no ensino superior, ele publicou vários depoimentos de estudantes e acusações dos estudantes contra o governo. Isso porque a atuação dos estudantes por mais que criticassem o governo e contrapôs-se com as intenções e valores oficiais e do próprio periódico ainda eram vistas como códigos formais e, portanto, legítimos que não ameaçavam a ordem vigente.

A atuação dos grupos de estudantes universitários e de entidades estudantis como se observa nas notícias conseguiram obter um sucesso inicial ao manter alta a abstenção no pagamento. Para isso realizaram manifestos, campanhas, orientações coletivas, ameaças de greve, plebiscitos e mobilização de suas entidades representativas. Apesar da resistência inicial, os estudantes acabaram cedendo devido à pressão institucional e ameaças, como a reprovação e proibição de matrículas para os que não pagassem as anuidades. Foi o caso dos universitários de Pernambuco que diante da pressão aceitaram pagar uma taxa fixa[510].

Conforme o Quadro 17, o comportamento estudantil se orientava por códigos sociais públicos que, além de reivindicar a gratuidade do ensino, tinham o objetivo de conscientizar os membros e a sociedade de suas figurações. Tais códigos funcionam como instrumentos de coesão e mobilização, em que as entidades estudantis e suas lideranças atuavam como pontos de convergência, ao orientar o posicionamento político dos estudantes. As pressões exercidas por esses grupos incidiram diretamente sobre as autoridades universitárias, cujo grau de

[506] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 49, 27 fev. 1965, p. 12.
[507] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 24, 29 jan. 1965, p. 14.
[508] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 31, 06 fev. 1965, p. 9; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 34, 10 fev. 1965, p. 10.
[509] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 92, 22 abr. 1965, p. 4.
[510] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 48, 26 fev. 1965, p. 4.

autonomia era muito baixo em relação ao governo federal, pois estavam profundamente condicionadas pelas pressões vinculadas a decisões e atitudes do próprio governo.

Quadro 17 – Posições sobre a cobrança de anuidade em 1965[511]

Entidade	Códigos sociais públicos	Data
UME	Orientou os estudantes a declararem incapacidade financeira	Jan.
UME, UNE	Nota de oposição radical	Fev.
DCE da UB	Manifesto de repúdio	Fev.
CACO	Campanha contra o pagamento "Não pague anuidades"	Fev.
FNFi	Campanha contra o pagamento	Fev.
DCE pernambucano	Suspensão do movimento contra as anuidades	Fev.
DCE da UMG	Campanha contra o pagamento	Fev.
DCE da UMG	Orientando estudantes a buscarem bolsas de estudo	Fev.
DCE da UMG	Candidatura em massa às bolsas-de-estudo	Fev.
DCE da UMG	Campanha contra essa cobrança,	Fev.
CACO	Orientando estudantes a buscarem bolsas de estudo	Fev.
11 DEs da UMG	Realização de um plebiscito	Abr.
DE de Engenharia do UMG	Comparecimento às provas	Jun.
Onze diretórios mineiros	Lançam manifesto contra as anuidades e convocam um plebiscito	Jun.
UC mineira	Protestaram contra o valor da anuidade de Cr$ 200 mil	Jun.

Conforme o quadro, em 1965, o repertório de códigos sociais públicos das entidades estudantis permanecia formais. As ações se concentram entre janeiro e junho de 1965, imediatamente após a edição da Lei Suplicy que atacava a autonomia das entidades. Dessa forma, antes da radicalização pós-1966 as entidades ainda buscavam atuar com maior cautela, produzindo documentos, orientações e campanhas que não confrontava diretamente o Estado, mas mostrava em seus apelos um alto nível de dependência. Isso confirma a historiografia destaca que após 1964, as entidades optaram pela moderação de uma posição defensiva (Valle, 1997; Siqueira, 2012, Motta, 2014).

O estímulo da ditadura civil-militar à implantação de um modelo de ensino superior não gratuito contribuiu para que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do seu Conselho, instituísse a cobrança de anuidades e o mesmo aconteceu na Universidade do Brasil, onde o Conselho Universitário, presidido pelo reitor Pedro Calmon, determinou a cobrança de anuidades no valor de "Cr$ 28 mil o equivalente a dois terços do salário mínimo"[512].

[511] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 21, 26 jan. 1965, p. 3; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 24, 29 jan. 1965, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 34, 10 fev. 1965, p. 10; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 31, 06 fev. 1965, p. 9; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 34, 10 fev. 1965, p. 10; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 40, 17 fev. 1965, p. 11; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 92, 22 abr. 1965, p. 04; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 125, 01 jun. 1965, p. 10.

[512] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 24, 29 jan. 1965, p. 14.

Os estudantes temiam que a institucionalização das anuidades representasse o início da privatização das universidades com futuros aumentos de taxas, por isso em 1966, continuaram a se mobilizar para impedir a imposição do pagamento. Por mais que houvesse mudança de ministros da Educação a defesa das anuidades permaneceu firme. O ministro da Educação, Pedro Aleixo, defendeu a cobrança e afirmou não poder interferir nos inquéritos contra estudantes, postura que o DCE da UFMG considerou alinhada à do Conselho Universitário[513]. Em seguida, o novo ministro da Educação, Raimundo Moniz de Aragão, mostrou disposição para dialogar sobre a Lei nº 4.464/1964 e a reavaliação das anuidades, mas manteve a defesa do pagamento e das bolsas para estudantes pobres. A concessão de bolsas de estudo para as anuidades exigia que os estudantes sem condições financeiras preenchessem o "atestado de pobreza", o que foi alvo de críticas por falta de critérios claros[514].

O Quadro 18 mostra que em 1966, houve um aumento na diversidade de códigos sociais públicos que aparecem como propostas alternativas para driblar a fixação das anuidades. Os estudantes passam a intensificar as denúncias públicas, contra a ditadura e seus aliados, greves e atos de desobediência. Ao comparar com as práticas de 1964 e 1965 é possível perceber uma transição de uma postura "defensiva" para uma postura com maior grau de enfrentamento.

Fávero (1995) resume essa mudança ao dizer que nesses dois anos os estudantes foram das vaias e boicotes para as greves e passeatas, portanto essa perspectiva que mostra os Quadros 17 e 18 dialogam com a literatura que mostra que 1966 se intensifica a oposição estudantil ao regime como destacou Valle (1997) e Siqueira (2012) que também analisam os estudantes por meio da imprensa periódica. Motta (2014), reforça que os protestos estudantis se iniciaram em 1965 se intensificam em 1966, período em que os estudantes se tornam os alvos principais das agências de segurança e informação. O Quadro 18 mostra como a atuação estudantil consistiu em uma reação contra um ataque de uma conquista histórica da figuração.

Quadro 18 – Posições sobre as anuidades em 1966[515]

[513] ALEIXO desilude o DCE de Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1966, p. 16.
[514] MINEIRO prova pobreza para fugir da anuidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1966, p. 14; DCE conclama universitário a não pagar matrícula até vir solução das anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1966, p. 4.
[515] DCE conclama universitário a não pagar matrícula até vir solução das anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1966, p. 4; MINEIROS sugerem pagamento da Universidade só depois de formados e na profissão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1966, p. 12; DCE conclama universitário a não pagar matrícula até vir solução das anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1966, p. 4; ALUNOS da UMG contra anuidades. *Folha de Londrina*, Londrina, 5 fev. 1966, p. 12. Escolas e estudantes; ACADÊMICOS mineiros vêm hoje para dissuadir Aleixo da cobrança de anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1966, p. 11; CONGREGAÇÃO da FNFi pedirá afastamento dos alunos em greve contra anuidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1966, p. 3; ENGENHARIA reafirma a sua posição contra anuidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1966, p. 15; FACULDADE de Ciências Médicas entra em greve por Diretório. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1966, p. 14; GOIÁS envia mensagem de apoio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun.

Entidade	Códigos sociais públicos	Data
UME	Nota e manifesto contra a cobrança de anuidade	Jan.
DCE de UFMG	Proposta de pagar as anuidades depois de concluírem os cursos	Jan.
DCE da UB	Nota que denuncia a UB e conclama estudante a não pagar	Jan.
DCE de UFMG	Preencher o atestado de pobreza ao invés de pagar as anuidades	Fev.
Os 130 alunos do 3.º ano da Faculdade de Medicina da UMG	Não fazer matrículas, pagar as anuidades ou responder chamada	Fev.
Dirigentes DCE de UFMG	Convencer outros estudantes a não pagar as anuidades	Fev.
Estudantes da FNFi	Impedir o pagamento das anuidades	Jun.
DA Livre da FNFi	Greve contra as anuidades	Jun.
Comissão Inter-DCEs e o Diretório Central dos Estudantes da ex-UB	Solidariedade à greve da FNFi	Jun.
FNE da UB	Mobilizados contra as anuidades	Jun.
FNE da UB	Solidariedade à greve da FNFi	Jun.
Faculdade de Ciências Médicas da UEG	Não aceitar a dissolução do seu DA pela Lei Suplicy	Jun.
DA 14 de dezembro	Nota que acusa o Conselho Universitário de serem "lacaios da ditadura militarista"	Jun.
CACO	Assinaturas do requerimento coletivo de isenção das anuidades	Ago.

As anuidades geraram conflitos entre os estudantes e as autoridades, inclusive com a força policial. Além da presença da violência física, o autoritarismo institucional gerava um sentimento de revolta. A resistência estudantil não era pelo valor das taxas, mas pelo princípio que o pagamento representava. Por outro lado, o *JB* considerava as anuidades um avanço positivo para a modernização do ensino superior, pois se contrapunha a continuidade de investimentos em uma universidade que considera obsoleta destacando que para superar a estagnação vigente o foco deve residir no "ensino técnico e científico de alto nível"[516].

Embora não se posicionasse constantemente contra a universidade paga, a *FL* discordou em editorial da tese do governo de que todos os universitários tinham condições de arcar com os custos dos cursos superiores e destaca a realidade local das três Faculdades de Londrina, especialmente nos cursos de Filosofia e Direito, onde a maioria dos acadêmicos trabalhavam para se sustentar. Diante disso, alertou que a retirada total dos financiamentos por parte das autoridades forçaria estudantes a abandonar os estudos[517].

1966, p. 14; ALUNOS de Direito prometem entrar em greve se diretor negar isenção de anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1966, p. 11.

[516] MODERNIZAÇÃO universitária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1966, p. 6.

[517] ENSINO pago. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 mar. 1966, p. 3.

Posteriormente, a *FL* relatou que a cobrança de anuidades se generalizou em diversas regiões do país. Mas em Londrina, essa prática já estava consolidada: "os acadêmicos de Londrina, as pagam sem discutir, ao início de cada ano. Não chegam a pesar, ainda, e constituem uma pequena taxa anual". Não houve registro de protesto dos estudantes londrinenses porque a anuidade já acontecia e não afetou o seu cotidiano. Os protestos em Londrina estavam relacionados com a falta de professores ou problemas na estrutura universitária.

A *FL* prontamente defendia os universitários londrinenses que protestavam por mais educação e melhor formação. O periódico ao considerar as dificuldades que enfrentam os estudantes questionou: "Será que são subversivos? Será que conspiram para a agitação? Só falaria isso quem desconhece totalmente o quadro de vida estudantil nacional"[518]. O editorial da *FL* se aproximou mais do discurso do movimento estudantil e diferiu da postura privatista defendida pelo governo e pelo *JB*, que defendiam o pagamento do ensino superior como princípio de justiça social.

A posição dos periódicos evidencia uma divisão social em torno do debate sobre a cobrança de anuidades, refletida também dentro das próprias universidades, não apenas entre autoridades e entidades estudantis, mas entre os próprios alunos. Embora muitos desejassem resistir à medida, o receio de perder a matrícula levou grande parte dos estudantes a realizar o pagamento, mesmo diante dos protestos de colegas que buscavam engajá-los na resistência contra a cobrança, o que impingiu a derrota do movimento contra as anuidades.

Os códigos realizados no Quadro 18 se inserem no período em que se impõem a Lei Suplicy e as anuidades. Medidas que mostravam para os estudantes que se engajavam politicamente que as vias formais de protesto não garantiriam resultados. A partir do olhar midiático se nota um conflito em que parte dos estudantes emergem como *outsiders* juvenis que tentam ocupar posições na esfera pública, no entanto as figurações ditatoriais se recusam a aceitar as demandas estudantis como propostas como legítimas. A tensão não apenas sobre o que os estudantes pediam, mas a disputa nessa por posições de decisórias, ou a capacidade de exercer pressão sobre aqueles que poderiam tomar as decisões. Como se observa nas notícias para os grupos estabelecidos o estudante deveria ser disciplinado e enquadrado institucionalmente ao invés de tentar direcionar as políticas e tomar decisões.

Lima (2023) também observou que nesse período os programas governamentais visavam subordinar a ação da juventude ao prescrito oficialmente, em suma era um dirigismo em que as autoridades apontavam onde e quando o jovem deveria participar. Assim, o autor

[518] JUVENTUDE agitada. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1966, p. 3.

também destacou que periódicos como o *JB* reforçaram a ideia oficial de limitar a participação da juventude a estudantil, universitária e da classe média para fazer política dentro das instituições liberais, que sofriam com grande descredito.

Fruto dessa política são os diretórios juvenis do MDB e da ARENA que se fortalecem a partir de 1969 e principalmente durante a distensão política. Esse processo de enquadramento foi operado não apenas fornecendo posições institucionais controladas, mas também por meio de atos de violência que começam a ser constante dentro das universidades com a convocação da presença policial e militar que passam a integrar as figurações universitárias.

Conforme registra a Figura 72, esse impasse gerou episódios de brigas como o que ocorreu na FNFi quando um estudante que insistia em pagar a anuidade empurrou os estudantes que tentavam impedi-lo, o que gerou troca de agressões como "socos e pontapés". O diretor, Faria Góis logo solicitou a presença da PM e declarou para o *JB* que considerava o movimento estudantil "de caráter totalmente subversivo e indisciplinar" e que ele não contava com o apoio da maioria dos alunos[519].

Figura 72 – Estudantes da FNFi – Quase guarda de honra



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1966, p. 3.

Na Figura 73, os alunos da FNFi em greve preocupados aguardavam a decisão do Conselho Universitário que por unanimidade suspendeu 23 alunos da FNFi (13 por um ano e 10 por seis meses) pela greve contra as anuidades o que chamou de "atos indisciplina" e "tumulto"[520].

Figura 73 – À espera da solução

[519] CONGREGAÇÃO da FNFi pedirá afastamento dos alunos em greve contra anuidade. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 15 jun. 1966, p. 3.
[520] CONSELHO suspendeu 23 da FNFi. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1966, p. 1.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1966, p. 15

Figura 74 – Coexistência pacífica



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1966, p. 7.

O Diretório Acadêmico Livre (DA Livre) da FNFi deflagrou uma greve contra as anuidades, e seus integrantes passaram a ser ameaçados de punição pelo Conselho Universitário. A greve recebeu apoio oficial da Comissão Inter-DCEs e do Diretório Central dos Estudantes da ex-Universidade do Brasil. Estudantes da FNE, mesmo com o diretório dissolvido, mantiveram a mobilização contra o aumento das anuidades e protestaram contra o envio de tropas à FNFi.

Os estudantes das faculdades de Direito e de Medicina entraram em greve de 48 horas, em sinal de protesto contra o pagamento das anuidades e em solidariedade aos alunos da

Arquitetura, que paralisaram as suas atividades[521]. O DA Livre da FNFi denunciou que a cobrança de anuidades integrava um plano do governo para privatizar o ensino público, convertendo-o em fundações ou entidades privadas e eliminando o papel do Estado na educação. Em nota, afirmou que "a maioria dos alunos da FNFi necessita do ensino gratuito", destacando que muitos trabalham diariamente para conseguir estudar[522].

No curso de Direito, um requerimento coletivo de isenção do pagamento de anuidades foi assinado pela maioria dos alunos. O vice-presidente do CACO, Daniel Aarão Reis, anunciou em entrevista coletiva que os alunos da Faculdade de Direito da UFRJ entrariam em greve se o diretor Hélio Gomes indeferisse o pedido sem apresentar outra proposta. Logo como se observa na foto *Coexistência pacífica* os soldados do Pelotão de Choque ocuparam a Praça do CACO em frente à Faculdade e apoderaram-se do requerimento antes do encontro dos estudantes com Hélio Gomes. Assim como fizeram os alunos da FNFi, os alunos da Faculdade de Direito, mesmo cercado por soldados, tentam dissuadir o pagamento das anuidades. Os grupos contrários ao pagamento vaiaram os pagantes que saiam da tesouraria. Mas, logo a PM interveio quando dois alunos surgiram com uma faixa que dizia: "A resistência de cada um é a vitória da unidade. Não pague". Um policial arrancou a faixa com violência, e logo depois os soldados tomavam também as cópias de um manifesto que uma estudante distribuía. No manifesto lançado, o CACO explica sua posição contrária às anuidades e denuncia que professores faziam chantagem para forçar o pagamento[523].

Dias depois, o Conselho Universitário da UFRJ dissolveu o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito (CACO) e abriu inquérito para apurar as responsabilidades pelo movimento contra as anuidades e proibir a entrada na escola de todos os membros da entidade. O autor da proposta de dissolução foi o professor Godin Neto, que afirmou que "o universitário não está preparado para influir na vida nacional [...] eles têm que se submeter às normas. Veja só o nome do Presidente do CACO: Vladimir. Nome soviético. Assim não é possível"[524]. Outras medidas autoritárias pululavam dentro da universidade como a do diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ, Pedro Baster Pinto, que mandou colocar policiais no pátio para

[521] ENGENHARIA reafirma a sua posição contra anuidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1966, p. 15; FNFi. Inicia provas hoje com ameaça de punição pela greve. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1966, p. 15; INVERSÃO de valores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1966, p. 6; FNFi, para a greve e canta vitória. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1966, p. 11.
[522] FNFi. Inicia hoje com ameaça de punição pela greve. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1966, p. 15.
[523] ALUNOS de Direito prometem entrar em greve se diretor negar isenção de anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1966, p. 1; ALUNOS de Direito prometem entrar em greve se diretor negar isenção de anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1966, p. 11; CHOQUE da PM entra em ação contra o movimento do CACO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1966, p. 7.
[524] CACO foi dissolvido e inquérito apura caso de anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 set. 1966, p. 11.

impedir a entrada dos alunos, tudo isso para evitar a realização de assembleia de alunos que protestavam contra o novo sistema de aprovação. O diretor informou aos estudantes que a proibição não era sua, mas do MEC, que prometera mandar choques do Exército[525].

As representações dos códigos sociais estudantis mostram a existência de uma rede articulada de apoio estudantil, com manifestações de solidariedade entre diferentes centros acadêmicos. Essa relação mais ampla entre as figurações universitárias indica a consolidação de uma oposição que desponta mesmo diante da pressão oficial e interna e dos riscos pessoais que envolviam os estudantes mais engajados politicamente.

Antes de visualizar essa rede se percebe que os códigos sociais comuns das figurações estudantis (participação, reivindicações, manifestações, reuniões) tornam-se cada vez mais difíceis de serem praticadas dentro das universidades. Isso porque a adesão de autoridades universitárias aos valores autoritários em conformidade a política vigente passa a controlar cada vez mais os estudantes utilizando constantemente a intervenção das forças policiais para resolver os impasses com os estudantes. Assim as incursões policiais se tornam mais frequentes até fixarem no cotidiano das universidades o que aponta para a formação de novas relações sociais que se formam para controlar os espaços universitários com a tentativa de exercer uma coação permanente.

O cenário evidencia uma disputa de poder em que as respostas contra as práticas dos estudantes são desproporcionais. Tal comportamento evidencia a dinâmica das ações afetadas pelo estímulo do *habitus* autoritário que em algumas situações mostravam a receptividade de autoridades educacionais e professores. Contudo, a poder dos estudantes e as tentativas de negociação não podem ser negadas, algumas autoridades institucionais tentaram contornar o conflito ao prometer isenções para estudantes pobres, reagendando as provas e adiando o pagamento das anuidades o que revela posições ambíguas entre a repressão e as concessões parciais para amenizar os conflitos. Como se nota a crítica dos estudantes não se limitava a questão financeira, pois entendiam que o valor era simbólico, pois entendem que a cobrança se inseria em um projeto educacional mais amplo de privatização do ensino superior e afastamento das camadas populares das universidades para a formação de um ensino superior elitizado. Como se verá, pouco tempo depois, a política educacional da ditadura civil-militar provaria a assertividade dos estudantes.

As notícias indicam que ocorreram momentos significativos de união e sensibilização de grandes grupos estudantis contra a ditadura civil-militar e suas práticas autoritárias. Entre

[525] DIRETOR impede reunião de alunos de Economia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 set. 1966, p. 16.

esses, destaca-se o movimento contra as anuidades, que mobilizou amplos setores da comunidade universitária. Apesar da importância do movimento contra as anuidades, o enfrentamento à Lei Suplicy foi a medida que mais mobilizou e reorganizou a massa estudantil. Conforme apontam diversos estudos historiográficos (Poerner, 1979; Martins Filho, 1987; 2007; 1998; Sanfelice, 2008a; 2008b), a aprovação da Lei Suplicy marcou um ponto de inflexão que propiciou a reorganização e o fortalecimento do movimento estudantil, unindo contingentes sociais além dos estudantis contra as ações autoritárias direcionadas ao meio estudantil.

O processo de conflito que desemboca no fracasso estudantil frente a luta contra as anuidades e a aprovação da Lei Suplicy indicou que os governos, as autoridades educacionais e o Estado desconsideravam totalmente a vontade estudantil e rechaçava às tentativas de diálogos dos estudantes. Em suma, como falado, os códigos sociais públicos reivindicatórios realizados principalmente dentro das universidades pareciam ineficazes, o que exigiu que estes estudantes reformulassem seus códigos e posições. A seguir se verá como as disputas em torno da Lei Suplicy desencadeia um processo de mudança no comportamento estudantil.

6.4 A LEI SUPLICY E O SEU IMPACTO NAS FIGURAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Desde 1964 até o início de 1965, a principal pauta das mobilizações universitárias foi a Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy, regulamentada em 30 de abril. Essa lei extinguiu as organizações estudantis existentes e estabeleceu no dia 16 de agosto as eleições dos Diretórios Acadêmicos Estaduais. Os presidentes desses diretórios seriam, então, responsáveis por eleger os representantes que formariam o Diretório Nacional dos Estudantes, órgão que substituiria a UNE. A vigência da nova legislação representou uma derrota estudantil, que desde 1964 tentou impedir a aprovação da lei por meio de pressões exercidas com códigos sociais públicos de caráter pacífico de comunicação que se mostravam ineficazes para pressionar o governo.

Em 1965, a ditadura civil-militar aprofunda o seu processo de consolidação ao transformar a estrutura política do país com eleições restritas por dispositivos legais (lei de inelegibilidade) que visavam excluir determinados candidatos, ao mesmo tempo, a ala mais autoritária da ditadura tentava impedir a realização das eleições e a posse dos eleitos. Nesse contexto, foi decretado o AI-2, que reorganizou o sistema partidário por meio do bipartidarismo e modificou as relações entre o Congresso e o Executivo ao fortalecer ainda mais a centralização do poder nas mãos do último.

Durante esse processo de mudança política se opera paralelamente o fechamento da UNE e a ocupação de sua sede, doada para grupos não estudantis não foi aceito de forma

tranquila pelos estudantes que realizaram uma série de manifestações de protesto como fez em nota oficial o Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Química e o presidente do Diretório Central dos Estudantes da UB, Ricardo Baher de Alencar, que destacou que "a UNE tornou-se símbolo de uma batalha dos estudantes, representando a força que a juventude deseja manter, sempre em luta pela conquista de melhores dias de estudo e ação, e sempre de guarda nos propósitos que defendem os interesses nacionais"[526].

Em editorial, o *JB* manifesta apoio à extinção da UNE acusada de ter "ativa participação no processo subversivo do governo passado", de ser "central de agitação" e "instrumento político" à serviço de corrupção"[527]. Ao contrário da *FL* que não se posiciona sobre a UNE, o *JB* explicita sua concordância da perspectiva oficial sobre a UNE pois reproduz constantemente a estigmatização de órgão promotor de agitações associado aos valores e as supostas más condutas do governo golpeado.

Pouco antes da extinção oficial da UNE, o periódico publicou com informações foram fornecidas pelo Conselho Provisório da UNE uma reportagem que mapeou a situação das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) que representavam os estudantes ao nível estadual, posicionando-se entre os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) que representam os estudantes de cada instituição superior e a UNE, após 1964. Com as informações compiladas, o Quadro 19 mostrou que mesmo antes da vigência da Lei nº 4.464, já havia repressão e intervenções governamentais nas entidades estudantis estaduais, realizadas por meio da imposição de mecanismos de controle externo. Assim, há a amplitude dos braços da ditadura civil-militar no controle do movimento estudantil pois desde o início atinge as UEEs de vários estados com códigos sociais padronizados como as intervenções e prisões para impedir a permanência de lideranças da oposição.

Quadro 19 – Situação das UEEs após 1964

Estado	Punições	Ações
Pará	Inicialmente sob intervenção, depois controlada pelo Conselho de Representantes.	Diretoria eleita com aparente autonomia, mas sem poder criticar autoridades universitárias.
Maranhão	Sob intervenção.	
Ceará	Sob intervenção. DCE fechado e diversos líderes presos.	
Rio Grande do Sul	Sob intervenção. Estado com maior número de prisões estudantis.	
Santa Catarina	Situação semelhante à do Rio Grande do Sul.	

[526] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 1, 01 jan. 1965, n. 1 p. 3.
[527] POLÍTICA estudantil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 175, 29 jul. 1965, p. 6.

São Paulo	Inicialmente sob intervenção.	Posteriormente, congresso estadual elege uma diretoria contrária ao governo federal e realiza o primeiro plebiscito sobre a Lei Suplicy
Distrito Federal		Foram os primeiros a se manifestar publicamente contra o governo por meio de notas oficiais.
Paraná		Sem eleição na UEE. Controlada por aliados do ministro chamados de 'suplicistas'.

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 89, 18-19 abr. 1965, p. 14.

Ao ser promulgada, em 9 de novembro de 1964, a Lei Suplicy impunha um prazo de 60 dias para que as entidades estudantis adaptassem seus estatutos e os submeteram a lei que tentar tornar o movimento estudantil diretamente subordinado ao Ministério da Educação, sendo, inclusive, proibido de discutir política, conforme estabelecido no Artigo 14. Como se observa, a repressão ao movimento estudantil não dependia da existência de uma legislação específica para ocorrer. No entanto, o objetivo da lei continuar a atingir aspectos centrais da identidade do movimento, como a sua autonomia e a prática política tendo como respaldo uma base legal que justificasse continuidade o comportamento autoritário oficial.

Apesar de a Ação Popular (AP) dominar o movimento estudantil e a UNE desde 1961 e se posicionar contra o enquadramento da Lei nº 4.464 (Cunha, 2007b), é possível observar que os estudantes universitários em geral se posicionavam contra a lei. Um exemplo dessa oposição foi o plebiscito realizado pela UEE paulista, que consultou as entidades sobre o enquadramento à nova legislação. O resultado foi expressivo: 80% dos votantes rejeitaram o enquadramento, demonstrando o amplo desacordo com a medida imposta pelo governo. Desde abril, realizaram vários plebiscitos, mas os diretórios já esperavam esse posicionamento de oposição[528].

A UEE de São Paulo, articulou a elaboração de um substitutivo à Lei Suplicy, convocando os Centros Acadêmicos a participarem do debate e contribuírem com sugestões. Posteriormente, a entidade decidiu adotar medidas judiciais contra a lei, alegando sua inconstitucionalidade por interferir na autonomia das organizações estudantis. Na Guanabara, diretórios da PUC-RJ e de outras universidades manifestaram apoio à UNE na defesa da revogação da lei. Diversos plebiscitos reforçaram essa oposição: na PUC, 90% dos alunos se

[528] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 89, 18-19 abr. 1965, p. 14; PLEBISCITO Estudantil. Escolas e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3933, 25 mar. 1965, p. 12; UNIVERSITÁRIOS do Paraná combatem a "Lei Suplicy". Escolas e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3934, 26 mar. 1965, p. 12; ESCOLAS e Estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3941, 03 abr. 1965, p. 12.

declararam contrários à norma, e em 17 faculdades da UFRJ a maioria dos votos também rejeitou a lei. Os estudantes votam contra a Lei Suplicy na Guanabara. A União Metropolitana dos Estudantes (UME) divulgou os resultados parciais da consulta feita aos estudantes de escolas superiores da Guanabara sobre a chamada Lei Suplicy: "Dos 7.583 votantes de 28 faculdades, 6.167 manifestaram-se contra" e "1.160 a favor, tendo sido anulados 118 votos, além de 138 em branco"[529].

Os esforços empreendidos pelos estudantes por meio de vários atos de demonstração pública de insatisfação expressa em plebiscitos e notas estudantis diante da promulgação e da impossibilidade de revogação da Lei Suplicy serviu para reorganizar os grupos estudantis por meio de novos códigos sociais públicos reivindicatórios como greves e eleições independentes. Essas ações representavam comportamentos que expressam um grau maior de enfrentamento e autonomia.

Embora, a UNE tenha sido oficialmente extinta por decreto presidencial, que instituiu em seu lugar o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), os universitários se recusaram a aceitar a validade da Lei nº 4.464 e mantiveram a sigla, a estrutura organizativa e as diretrizes da UNE, que continuava a ser defendida por diversos grupos estudantis como legítima representante da categoria, apesar haver grupos estudantis que questionassem as lideranças. O governo, por sua vez, reforça o seu intento de controle institucional sobre os estudantes e se nega a reconhecer ou dialogar com qualquer entidade que não estivesse enquadrada nos termos da Lei Suplicy, reforçando seu intento de controle institucional sobre o movimento estudantil.

Depois que o presidente da República sancionou a Lei Suplicy, surgiu a discussão nos noticiários sobre a possibilidade de manter a UNE como sociedade civil. Em um deles, a Comissão de Estudos Jurídicos argumentou que o registro em cartório da entidade foi realizado em 1938, e o reconhecimento como órgão de representação junto ao governo federal aconteceu em 1942. Assim, defendia que a lei extinguia apenas o último reconhecimento[530]. Porém, mesmo sem reconhecimento oficial, a UNE continuou a existir sendo representada na imprensa pelo nome de Ex-UNE, as demais entidades que também continuaram a atuar de forma não oficial, também recebiam o mesmo codinome de Ex.

Enquanto isso, nas faculdades dos diversos estados, as assembleias estudantis reformulavam os estatutos dos DAs nos termos da nova lei ou se negavam a alterar seus

[529] UEE de São Paulo apresentará substitutivo à Lei Suplicy. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3956, 23 abr. 1965, p. 12; COMBATE à Lei Suplicy *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3973, 13 maio 1965, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 95, 29 abr. 1965, p. 3; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 111, 01, 15 maio 1965, p. 10; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 114, 19 maio 1965, p. 05.
[530] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 267, 12 nov. 1964, p. 12.

estatutos. A UPE no Paraná decidiu se adaptar às disposições da Lei Suplicy. Os diretórios da Faculdade de Direito e de Odontologia de Ponta Grossa. A Faculdade de Farmácia e da Educação Física, e a Faculdade de Medicina, de Odontologia, de Agronomia e Veterinária e Ciências Médicas e a Faculdade de Filosofia Católica de Curitiba faziam diagnósticos. O diretório de Londrina ainda não havia convocado uma assembleia para discutir o assunto, pois estavam elaborando os projetos estatutários. Já o Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, a exemplo de várias entidades paulistas e cariocas, não aprovou a adaptação e optou por permanecer com a sua antiga organização[531].

Nesse momento, há inúmeros atos de desobediências como forma de se posicionar contra o autoritarismo. Um exemplo foi o XXVII Congresso Nacional dos Estudantes, realizado na capital paulista, o primeiro evento promovido na ditadura civil-militar e, também, o primeiro com a UNE enquanto órgão representativo dos universitários do país, reconhecido como entidade civil. As notícias publicam abertamente e normalizam as limitações do congresso que expressam as medidas autoritários que não são questionadas. Elas relatam que se esperavam os Diretórios Acadêmicos de todos os estados que participariam do congresso para decidir os novos rumos do movimento universitário brasileiro, estavam debilitados com a perda de alguns dos seus líderes depois do golpe civil-militar[532].

O *JB* publicou que o Congresso, contando com representantes de 15 estados, não teve participação de grandes personalidades políticas e universitárias[533]. No dia 25 de julho, começou o XXVII Congresso Nacional de Estudantes, cuja localização não foi divulgada, por receio da intervenção policial. O ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, afirmou ao *JB* que não tomou conhecimento, nem dava importância ao evento ocorrido em São Bernardo do Campo[534]. Em nota, o ministro Suplicy declarou que o Congresso "não passa de uma diversão noturna de estudantes audaciosos que pretendem desrespeitar normas de conduta e de civilização aceitas no ambiente brasileiro"[535]. Tanto o ministro quanto o *JB* mostram o seu menosprezo pelo Congresso. Apesar de considerar clandestino, não houve providências coercitivas para impedir a realização. Inicialmente, o governo ainda se esforça para difundir a imagem de uma postura moderada, mas gradualmente o comportamento mais agressivo e violento se impõe nos códigos sociais públicos contra os movimentos estudantis.

---

[531] LEI Suplicy: UPE deverá adaptar estatutos até julho. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 maio 1965, p. 12. Escolas e Estudantes.
[532] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 170, 23 jul. 1965, p. 7; ESCOLAS e Estudantes, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4037, 24 jul. 1965, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 173, 25-26 jul. 1965, p. 14.
[533] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 174, 27 jul. 1965, p. 11.
[534] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 171, 24 jul. 1965, p. 14.
[535] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 176, 30 jul. 1965, p. 14.

Antônio Alves Xavier, candidato à presidência da UNE e eleito durante o XXVII Congresso Nacional de Estudantes, defendeu "uma política de atuação da massa estudantil". A prioridade da nova diretoria eleita era exercer uma maior coordenação entre a UNE, UEEs e DCEs; denunciar o terrorismo cultural; fomentar a luta pelas liberdades do povo; e fazer uma redação de um caderno com as conclusões do Congresso para distribuição[536]. A UNE afirmou no Congresso ser a "entidade máxima de representação dos universitários brasileiros"[537]. Antônio Alves Xavier disse que os estudantes brasileiros encaminharão sua luta, de agora em diante, no sentido de exigir a queda do ministro Suplicy de Lacerda, e a revogação da lei n. 4.464, impetrando mandado de segurança contra a sua aplicação[538].

Os congressos faziam parte dos códigos estudantis e das especificidades das figurações universitárias. Contudo, nesse novo campo social, a continuidade da realização deste código social público, principalmente quando realizado por estudantes *outsiders,* considerados uma ameaça para o regime se torna um ato de confronto e insubmissão. Apesar das críticas e disputas internas, neste momento a UNE ainda conseguia mobilizar parte dos estudantes e da sociedade se erigindo por ora como um símbolo de oposição com um nível de poder que ainda incomodava o governo ditatorial.

Para se legitimar, a Lei Suplicy estabeleceu a obrigatoriedade do voto nas eleições estudantis. De acordo com o parágrafo 3.º do artigo 5.º, todos os universitários deveriam participar como condição para realizar as provas parciais e finais de novembro de 1965. Embora as versões oficiais veiculadas na imprensa justificassem a medida como um esforço para democratizar as representações, na prática, ela funcionava como um instrumento de coerção que receberia autenticidade a partir das eleições. A obrigatoriedade do voto tornava-se, assim, um recurso de pressão para impedir o boicote à lei, que restringe a liberdade de escolha e subordina a participação política ao controle institucional.

Na ocasião disse o ministro Suplicy que os estudantes podiam escolher: ou votam ou são proibidos de prestar os exames finais. E, por outro lado, se não houvesse eleições por boicote, como os estudantes pretendiam, os diretórios deixariam de ser reconhecidos, ou seja, não teriam o direito ao recebimento de verbas oficiais e nem o direito de manter sua sede em prédio público[539]. Nessa relação estabelecido-*outsiders* a ameaça e a desobediência mostram o desequilíbrio de poder onde os *outsiders* tinham força para atingir a imagem do regime, mas

[536] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 176, 30 jul. 1965, p. 14.
[537] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 184, 08 ago. 1965, p. 17
[538] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 184, 08 ago. 1965, p. 7.
[539] SUPLICY taxativo: sem eleições não haverá provas nem diretórios. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4052, 11 ago. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes.

não tinham o mesmo poder capaz de ameaçar a estrutura da figuração estabelecida que tinha essa capacidade principalmente por mobilizar recursos, legais, institucionais e econômicos.

As ameaças que circulam pela imprensa não incidiam apenas contra os alunos, mas estava também sobre os diretores de faculdades que não cumprissem a lei. Eles poderiam ser destituídos de seus cargos com a decretação da intervenção na escola, segundo estabelece o artigo 4º do Decreto 24.531. Assim, a intervenção se institucionaliza nas faculdades que não realizaram o pleito[540]. Em resposta às ameaças divulgadas pelo MEC, o estudante Antônio Alves Xavier esclareceu na imprensa que prestar provas e exames era um direito adquirido no ato da matrícula e não poderia ser revogado por nenhuma legislação posterior[541].

Verifica-se por meio da imprensa que grande parte dos grupos estudantis de São Paulo, Minas Gerais e Paraná optaram por seguir as diretrizes estabelecidas pelo Congresso da UNE se opondo frontalmente contra o ministro da Educação e ao MEC[542]. O *JB* critica a recusa da UNE em aceitar as regras do jogo eleitoral estudantil e alegou que o seu comportamento era um legado da sua atuação política universitária herdada dos tempos de João Goulart à serviço de uma "linha sectária", "aliada aos objetivos da chamada guerra revolucionária", cujos objetivos não convergiam com os interesses do corpo discente pois usava a greve indiscriminadamente por motivos diversos às demandas universitárias[543]. Essa argumentação pretendia deslegitimar a entidade estudantil, minar a sua liderança e justificar a legalidade da sua extinção legal.

Apesar desse processo de estigmatização contra as entidades, o governo enfrentou forte repulsa por grande parte dos estudantes porque a lei tinha como objetivo submeter os Diretórios Acadêmicos ao controle das diretorias universitárias, das reitorias e do Ministério da Educação, em suam impedia a sua organização autônoma e sua capacidade de mobilização social. Nesse contexto, delineia-se uma disputa pelo controle da estrutura e da representação estudantil. Os estudantes se mobilizam para preservar as funções historicamente exercidas por suas entidades, de modo a resistir à tentativa do Estado de relegá-las a uma posição permanente de *outsiders* nas figurações políticas e escolarizadas. Também circulam nos periódicos opiniões de outros sujeitos e grupos que divulgam apoiavam a reação estudantil como a menção a uma notícia do

[540] LEI Suplicy: inelegibilidades para os diretórios estudantis, *Folha de Londrina*, Londrina. n. 4042, 30 jul. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes.
[541] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 184, 08 ago. 1965, p. 7.
[542] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 187, 12 ago. 1965, p. 13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 188, 13 ago. 1965, p. 14*; Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 190*,* 15 ago. 1965, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 205, 02 set. 1965, p. 7.
[543] VOTO universitário, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 186, 11 ago. 1965, p. 6.

Guardian e a publicação da opinião de políticos que não defendiam a proposta do Lei Suplicy como Flexa Ribeiro e o deputado Noronha Filho[544].

Havia um alto consenso social sobre a oposição à Lei Suplicy compreendida como um mecanismo para retirar o caráter político das figurações universitárias. Mesmo assim as opiniões revelam dúvidas sobre a legitimidade de representação da UNE o que não impediu que a maioria dos diretórios acadêmicos seguissem as suas diretrizes como a de boicotar as eleições para novas diretorias. Os estudantes evitaram convocar eleições e se recusaram a votar e a eleger representantes para os Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs), que substituiriam as UEEs. Essa decisão, gerou forte tensão no meio estudantil que sentiu a pressão impostas pelo MEC e pelas instituições universitárias. As ameaças pululavam: punições, corte de verbas, fim do reconhecimento oficial das entidades, tomadas dos espaços estudantis, negação ao diálogo e cerceamento da liberdade.

As ameaças respaldadas pela lei continuam a ser reiteradas frente a continuidade de um comportamento de repulsa e de enfrentamento estudantil. A Lei Suplicy visava controlar os DAs por meio de diretorias, reitorias e o MEC para assim impedir a greve e outras mobilizações que eram recursos legítimos de atuação política. A disputa de poder em torno da formação das entidades estudantis representativas tornou-se um ponto central de enfrentamento entre os estudantes e o Estado. Nessa relação os estudantes não aceitavam a imposição de estigmas nem posição de *outsiders* que representava a perda de funções históricas habitualmente desempenhadas por eles.

Para esses estudantes o ato de participar das eleições estudantis oficiais significava se submeter e legitimar a nova legislação, aceitar o controle do Estado e reconhecer a derrota do movimento estudantil. Acreditavam assim que ao não reconhecerem a validade da lei, as eleições perdiam qualquer sentido. No entanto, outros estudantes, embora também contrários à lei, consideraram que o simples descumprimento não traria resultados para os estudantes, e por isso decidiram participar do processo eleitoral oficial. Sobre essa posição, Cunha (2007b) afirma que a omissão nas eleições se baseia na crença de que os diretórios seriam fechados pelas universidades abrindo espaço para a formação das DAs-livres, o que aconteceu e alguns casos como se verá adiante. Depois de terminar o prazo para a convocação de eleições para os diretórios acadêmicos e diretórios centrais de todas as escolas superiores e universidades brasileiras haveria segundo a lei 20 dias para a realização das eleições.

---

[544] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 199, 26 ago.1965, p. 11; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 201, 28 ago. 1965, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 189, 14 ago. 1965, p. 7.

Na Universidade do Brasil, o reitor cumpriu a determinação ministerial, ao baixar editais com as normas para a realização das eleições estudantis. O mesmo aconteceu nas demais universidades e escolas superiores isoladas do estado foi igualmente cumprida no que se refere à escolha dos novos diretórios[545]. Já em Belo Horizonte, nem mesmo foram convocadas eleições o que segundo a Lei Suplicy era uma falta grave passível de destituição do cargo dos responsáveis institucionais[546]. O reitor da USP, Gama e Silva, convocou os presidentes dos diretórios centrais e acadêmicos para eleger, no dia 30, os 19 membros do DEE[547]. Como se nota pelas notícias elencadas acima, os reitores tentaram cumprir as determinações da Lei Suplicy. Porém, como mostra o Quadro 20, os estudantes repudiaram, em quase totalidade, as eleições, reforçando a rejeição à lei.

Quadro 20 – Eleições estudantis[548]

Estado/Instituição	Ação dos estudantes perante a convocação
UB	41 diretórios acadêmicos da UB repudiaram as eleições
Minas Gerais	Sete dos 65 diretórios acadêmicos realizaram eleições e foram a favor da Lei Suplicy.
São Paulo	Dezenas de faculdades resolvem acatar a decisão do Congresso da UNE e boicotar as eleições
Londrina	Faculdades de Direito, Filosofia e Odontologia elegeram os novos diretórios acadêmicos.
Apucarana	Na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, as eleições estudantis também foram realizadas sem conflitos
UEMG	Seis representantes convocados pelo reitor da UEMG, Gerson Boson, participaram da formação do Diretório Estadual, sem preencher os cargos necessários
Universidade de Goiás	13 dos 17 Diretórios se recusaram a realizar as eleições determinadas. A Faculdade de Agronomia
Universidade Católica de Goiás	Fizeram eleições, mas a quantidade de votos em branco superou a de votos válidos
UnB	Boicotaram a lei ao não apresentar candidatos às eleições para os DAs, foi a primeira vez, que a universidade mostrou coesão em defesa da UNE
FNFi	Após mais de um ano sem o DA, apresentaram duas chapas, uma, do DA Livre, contrária ao enquadramento à Lei Suplicy, e o Espírito Universitário

[545] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 174, 27 jul. 1965, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 203, 31 ago. 1965, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 203, 31 ago. 1965, p. 7.
[546] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 188, 13 ago. 1965, p. 14; *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, n. 201, 28 ago. 1965, p. 14.
[547] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 200, 27 ago. 1965, p. 11.
[548] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 174, 27 jul. 1965, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 203, 31 ago. 1965, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 203, 31 ago. 1965, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 174, 27 jul. 1965, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 203, 31 ago. 1965, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 203, 31 ago. 1965, p. 7; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4057, 17 ago. 1965, p. 8; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4057, 17 ago. 1965, p. 8; *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4052, 11 ago. 1965, p. 16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 190, 15 ago. 1965, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 189, 14 ago. 1965, p. 7; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 184, 08 ago. 1965, p. 17, *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4054, 13 ago. 1965, p. 12.

FND	Parte dos estudantes o partido Reforma de Esquerda criou o CACO Livre, um diretório não oficial e organizou eleições paralelas
FND	Estudantes deliberaram por cumprir as resoluções do Congresso Nacional da UNE, optando pelo boicote à Lei Suplicy e pela recusa em apresentar chapas para as eleições oficiais
FNQ*	Decidiram, em assembleia, não participar das eleições convocadas pela lei.
FND	Aliança Libertadora Acadêmica (ALA) de orientação direitista se omiti em relação à Lei Suplicy e prega o voto nulo
Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo	Única faculdade de São Paulo cujos estudantes decidiram manifestar apoio à Lei Suplicy

***** Faculdade Nacional de Química

As notícias que formam o Quadro 20 mostrou que a maioria dos estudantes planejaram acatar a decisão do Congresso da UNE e boicotar as eleições. Nesse momento a imprensa registra padrões de comportamentos que caracterizam essas figurações estudantis mostram os seus ritos de união; as crenças sociais coletivas das figurações estudantis; as denúncias. A partir dos excertos de notícias abaixo e do Quadro 20 que narram esse momento de posicionamento estudantil se observa a coragem para enfrentar o controle estatal e a disposição de sofrer as consequências punitivas de seus atos como reprovações, perda de verbas e o não reconhecimento oficial das entidades.

1. Os diretórios acadêmicos da UB gritaram: “viva à UNE” e cantando o Hino Nacional (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 203, 31 ago. 1965, p. 7).
2. Na FND, os estudantes de esquerda criam o CACO Livre, ainda que este não fosse reconhecido pelo MEC nem pela direção da faculdade, pois acreditavam que ele expressava de fato a vontade dos estudantes (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 187, 12 ago. 1965, p. 13).
3. A UEE mineira ainda denunciou a intervenção e dissolução de quatro diretórios acadêmicos na Universidade Rural de Minas Gerais e em um manifesto conclamou a resistência contra o controle governamental sobre o movimento estudantil (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 205, 02 set. 1965, p. 7).
4. O presidente da UEE de Minas Gerais Luís Carlos da Costa Monteiro disse: “os estudantes não temem o fechamento dos diretórios acadêmicos pela ausência de eleições, já que perderiam apenas a personalidade jurídica e verbas nunca repassadas pelo MEC” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 197, 24 ago. 1965, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 203, 31 ago. 1965, p. 7).
5. Em Brasília, foi a primeira vez que os estudantes da UnB mostraram coesão em defesa da UNE, todos os diretórios aderiram mesmo sabendo que perderiam verbas federais e

benefícios (Universitários de Brasília não farão eleições dia 16. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4052, 11 ago. 1965, p.16; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 190, 15 ago. 1965, p. 14).

6. Em São Paulo, estudantes de dezenas de faculdades estão dispostos a arriscar uma reprovação coletiva por decreto em defesa da liberdade de organização e contra a ingerência estatal (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 184, 08 ago. 1965, p. 17).

7. Na FND, os membros da ALA conduziram uma campanha defendendo o afastamento do estudante de qualquer participação política fora do âmbito universitário (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 187, 12 ago. 1965, p. 13).

8. De acordo com a *FL* em Londrina, "o comparecimento às eleições foi praticamente total, devido à obrigatoriedade determinada pela lei, que prevê severas sanções aos que deixaram de votar", contudo também destaca que nas eleições não ocorreu disputa acirrada pois todos eles se identificaram com o repúdio à Lei Suplicy, considerada como cerceadora da liberdade universitária" (*Folha de Londrina*, Londrina, n. 4057, 17 ago. 1965, p. 16).

A possibilidade de realização das eleições ocorria em poucos lugares das grandes capitais que aderiram a Lei Suplicy. Em Londrina, o diretor da Faculdade de Odontologia, o professor Newton Expedito de Moraes, convocou as eleições marcadas para o dia 16 de agosto. O editorial da *FL* analisou que embora a Lei Suplicy "provocou enorme grita estudantil" em Londrina, "os estudantes decidiram respeitá-la, mesmo não concordando com ela". O texto elogia o comportamento analítico dos acadêmicos londrinenses[549].

Como estratégia para a apreensão do público o *JB* se concentrar em comportamentos espetaculares (gritos, ameaças de reprovação) o que ajuda a reforçar uma imagem heroica do estudante corajoso e disposto a sofrer as consequências por suas crenças sociais e posicionamentos. O *FL* por sua vez, elogia um perfil de estudante moderado que embora se posicione contra a Lei Suplicy opta por cumpri-la para não perder os seus benefícios. Na Figura 75, estudantes londrinenses da Faculdade de Filosofia e Direito votam para eleger a diretoria do DEE, órgão criado pelo MEC para substituir a UPE como entidade representativa da classe. Na capital do Paraná, os resultados extraoficiais dão maioria para Herbert Pastor, mas registraram-se, grande número de votos nulos e em branco, em consequência dos protestos de estudantes contra as eleições.

Figura 75 – Estudantes foram obrigados

[549] ELEIÇÕES estudantis. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4052, 11 ago. 1965, p. 2.



Os estudantes foram obrigados a comparecer em massa às urnas, sob ameaça de ficarem privados de prestar os exames finais. Nas fotos, acadêmicos votando nas Faculdades de Filosofia e Direito.

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4069, 31 ago. 1965, p. 16.

A *FL* divulga que o próprio ministro da Educação enviou telegrama ao diretor Navolar da Faculdade Estadual de Direito de Londrina, com felicitações pela realização das eleições da DA "V. excia., transmito aos jovens universitários meus abraços de congratulações pela vitória democrática"[550]. Mesmo assim, no balanço geral, a *FL* concluiu que as eleições para o preenchimento dos cargos nos diretórios acadêmicos foram um fracasso por causa das inúmeras demonstrações de repúdio: "a maioria deles votou em branco ou anulou o voto", "não constaram lista de presença, pois não existiam candidatos eleitos", "foram lançadas chapas, mas seus integrantes se comprometeram a renunciar imediatamente", foram poucas as faculdades que realizaram suas eleições de maneira normal e grande parte dos diretórios eleitos são frontalmente contra a Lei Suplicy[551].

Diante da imposição autoritária da Lei Suplicy, uma parcela dos estudantes reagiu criando espaços alternativos de representação, como o CACO Livre e outras DAs livres, buscando autonomia e frente ao autoritarismo estatal. Esse processo, no entanto, acabou por resultar na automarginalização de parte dos universitários: porque levou ao afastamento desses grupos dos espaços decisórios oficiais. Como consequência, os grupos alinhados à oposição política e aos movimentos reivindicatórios foram excluídos, abrindo espaço para a inserção oficial de grupos de direita, que eram geralmente inexperientes em reivindicações estudantis e pouco representativos até então.

[550] SUPLICY cumprimenta estudante de Londrina: eleições no CASM. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4077, 09 set. 1965, p. 12. Escolas e estudantes.
[551] LEI Suplicy repudiada nas eleições impostas pelo MEC. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4058, 18 ago. 1965, p. 12. Escolas e Estudantes.

Essa reorganização institucional forçada, embora revestida de legalidade, serviu para enfraquecer a médio prazo o movimento estudantil como pretendia a ditadura civil-militar. A automarginalização, portanto, não foi uma estratégia intencional desde o início, mas uma resposta forçada diante da repressão e da impossibilidade de diálogo. Ao mesmo tempo, essa escolha permitiu que esses grupos oposicionistas buscassem manter autonomia e identidade, criando espaços de poder que garantisse alguma capacidade de reivindicação e pressão dentro de um contexto repressivo. A imprensa também indica que a questão estudantil polarizou a sociedade estava entre o lado dos estudantes e do governo. Contudo, o problema é que a imprensa se restringe a mostrar o boicote das eleições de maneira isolada, e embora revele o autoritarismo de Estado o naturaliza e evita contextualizá-lo com a intervenção militar nas universidades e da natureza da ditadura civil-militar.

Como fica evidente nas representações, os estudantes utilizaram várias formas de comportamentos para impedir a legitimidade da lei e da sua implementação. Mesmo sendo derrotados na tentativa de impedir a implementação institucional da lei, na prática a posição estudantil de união impôs o fracasso das eleições oficiais, significando uma vitória parcial. Mesmo assim, não se pode deixar de constatar que houve adesões, apesar de poucas, e existiram acomodações como aconteceu em Londrina, nela se mesclavam a oposição como valor e o enquadramento enquanto prática. As acomodações dos estudantes londrinenses mostram que os estudantes, apesar de se identificarem com o confrontar a lei, preferiram se enquadrar para evitar punições e obter o bônus de ser uma entidade oficial.

Mota (2014a) ao abordar a natureza paradoxal da ditadura civil-militar (influxos conservadores e modernizantes) classifica o comportamento da comunidade universitária diante do regime a partir de uma escala de três variações (adesão, resistência e acomodação). A posição de acomodação entre grupos e sujeitos que ora criticavam ora apoiavam o regime era uma mão de via dupla, porque o Estado também precisou fazer algumas concessões onde a repressão foi amenizada com negociações, arranjos e protelações burocráticas, geralmente baseadas em compromissos pessoais. O autor exemplifica por meio de diversas ocorrências no meio universitário que as acomodações ocorreram em todo o país. No início da ditadura a imprensa revela uma inflexão do autoritarismo que cria uma resistência estudantil que sinaliza aglutinação de estudantes contra a repressão. Como abordado anteriormente, esse estudante representava a classes médias, principalmente a intelectualizada de onde segundo Groppo (2022) veio grande parte da oposição à ditadura civil-militar.

Conforme Cunha (2007b), essa oposição deve ser entendida no contexto das transformações político-ideológicas vividas por essas camadas sociais. Inicialmente, muitos

apoiaram o golpe civil-militar por medo do comunismo, mas logo perceberam que a promessa de democracia e desenvolvimento não se concretizava em benefícios para seus interesses reais. Fatores econômicos como a desvalorização salarial, aumento do desemprego, fechamento de pequenas e médias empresas e perda de privilégios no funcionalismo público afetaram diretamente a classe média, que compunha a maioria dos estudantes universitários. Assim, o descontentamento estudantil extrapola os valores políticos e incorpora demandas ligadas às condições sociais e econômicas que impactam essa camada social.

A despeito das acomodações, o autoritarismo oficial e a contraposição estudantil revelam que se torna cada vez mais visível a polarização e os atos de intolerância social em espaços públicos fora da universidade. Um exemplo ocorreu no confronto no Largo de São Francisco, Rio de Janeiro, membros do grupo conservador CAMDE e populares hostilizaram os signatários do Manifesto dos Intelectuais, gerando conflito com estudantes que os apoiavam. A polícia prendeu várias pessoas, incluindo jornalistas e políticos, e foi aplaudida pelas mulheres da CAMDE, que distribuíam panfletos contra os comunistas. Na ocasião os estudantes reagiram queimando os folhetos, o que provocou a sua perseguição policial até a Escola Nacional de Engenharia[552].

Também no Largo de São Francisco, em São Paulo, registou-se um confronto após um estudante da Faculdade de Direito se referir à "revolução" como uma "quartelada", em protesto contra a ocupação, pelo MEC, das sedes da UNE e UME no Rio de Janeiro. Nesse contexto, iniciou-se uma batalha entre estudantes com ovos e socos. A partir do evento, a reportagem do *JB* aborda a divisão estudantil entre revolucionários, católicos contrarrevolucionários e comunistas. Como os comunistas foram marginalizados após 1964, a disputa passou a ocorrer entre revolucionários e católicos de esquerda, filiados à AP, cuja principal base estava na Faculdade de Filosofia da USP. Os revolucionários controlavam o Diretório Estudantil (DEE), cujo presidente, Luciano Rodrigo, da União Nacional Renovadora Estudantil (UNRE) era contra a Lei Suplicy, mas ressaltava que sua prioridade era "esmagar a AP", por considerá-la "uma infiltração comunista no movimento católico". O principal reduto da UNRE e dos revolucionários era a Universidade Mackenzie[553].

Motta (2014) destaca que logo após o golpe civil-militar, o grupo mais forte entre os movimentos estudantis vinculava-se à esquerda católica, a chamada AP que invariavelmente ocupava a presidência da UNE. Apesar de serem em menor número, havia grupos conservadores e como dito no pós-1964 a heterogeneidade de matrizes de esquerda se ampliou.

[552] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 70, 26 mar. 1965, p. 15.
[553] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 217, 16 set. 1965, p. 14.

Essas figurações universitárias eram grupos com valores opostos, com comportamentos hostis e agressivos fomentados pelo próprio campo social. Apesar dos conflitos entre revolucionários e contrarrevolucionários, havia um ponto de convergência: a oposição à Lei Suplicy, entendida como ameaça à essência dos movimentos estudantis, isto é, à sua função social de organização autônoma voltada à articulação política, social e educacional. Embora a tensão central estivesse na relação entre parte dos estudantes e o governo, os conflitos envolviam múltiplos sujeitos, como padres e intelectuais, políticos, grupos civis, gestores acadêmicos, como reitores, diretores, professores, policiais e militares.

Como é possível observar até aqui, ao longo dessa breve trajetória, no início da ditadura os grupos estudantes e as entidades de diversas faculdades, modificaram seus códigos sociais públicos conforme a dinâmica das relações que se estabelecem nas figurações universitárias. É o que se consta no Quadro 21, na primeira fase, as representações estudantis revelam um comportamento marcadamente formal, que priorizava a tentativa de resolução dos conflitos de acomodações que visavam preservar suas figurações e posição de poder. Essa postura, orientada pelo princípio do autocontrole, manifestava-se por meio de códigos sociais públicos baseados em uma comunicação representativa-formal que causava um nível baixo de perturbação social, mas gerou derrotas e aumentou a insatisfação estudantil diante de um Estado que não parecia disposto a abrir concessões.

Quadro 21 – Aplicação da Lei Suplicy em 1965

	Códigos sociais públicos	**Tipo de código**
Primeira fase (inicial)	Notas oficiais de repúdio à lei	Códigos sociais públicos de comunicação representativa (Formais sem confronto)
	Assembleias estudantis	
	Telegramas	
	Plebiscitos	
	Congresso da UNE	
	Manifestos	
	Projeto de Lei	
	Congresso da UNE	
Segunda fase (transição)	Não participar das eleições	Códigos sociais públicos de comunicação transitória (Mais informais de desobediência)
	Votar em branco ou nulo	
	Não apresentar candidatos às eleições	
	Apresentar candidatos às eleições	
	Adequar seus estatutos e eleições de acordo com a lei	
	Aceitar as punições do não cumprimento da lei	
Terceira fase (final)	Realizar eleições independentes	Códigos sociais públicos de comunicação de massa (Informais com um confronto explícito)
	Realizar protestos públicos sem conflito	
	Realizar Protesto públicos com conflito	

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 21, a segunda fase se desenvolveu em uma disputa de poder baseada nas ameaças das autoridades para efetivar a lei imposta. No entanto, essa implementação foi parcial porque vários grupos estudantis se mostraram dispostos a enfrentar as penalidades, preservando suas antigas estruturas organizacionais e regulamentos internos. Esse período pode ser compreendido como uma transição, em que os estudantes passaram a adotar códigos sociais públicos de comunicação transitória. Como demonstrado no Quadro 21, eles revelam posturas de desobediência e disposição para aguentar as punições. Trata-se de comportamentos predominantemente reativos voltados à preservação da autonomia, seja por meio da manutenção de suas funções sociais e identidade institucional independente, seja por meio da tentativa de conciliar sua identidade com os benefícios associados ao reconhecimento como entidade oficial. De fato, é nessa fase que a imprensa começa a registrar com mais ênfase o símbolo do "poder jovem" que Lima (2023) aborda em sua tese.

Principalmente, após a implementação da Lei Suplicy e a realização das eleições oficiais, começa a se delinear a terceira fase vista no Quadro 21, nela os códigos sociais públicos de comunicação de massa, caracterizados por uma organização que favorece a proximidade física de inúmeros sujeitos reunidos em torno de protestos. Essa formação de um corpo coletivo ampliava o grau de coragem e de força entre os integrantes do grupo, pois criava um sentimento de pertencimento. No entanto, essas manifestações frequentemente passam a se depararem com as forças coercitivas do Estado que por alguns momentos fomenta a união e o engajamento. Essa forma de comunicação mais aberta, próxima, coletiva e informal também é mais imprevisível e difícil de controlar, além disso gerava um clima de tensão e de descontrole, que ameaçava os valores de ordem e a autoridade dos grupos estabelecidos. Ao ocupar fisicamente o espaço público para demonstrar sua força e expressar suas demandas, os estudantes colocavam em xeque os valores da ditadura civil-militar.

Após as posições tomadas pelos estudantes perante a imposição das eleições estudantis, o governo federal cumpre suas ameaças para as figurações estudantis que se recusaram a legitimar as eleições impostas pela Lei nº. 4.464/1964 (Lei Suplicy). As notícias abaixo mostram algumas dessas ações como o fechamento das sedes, a suspensão das entidades e a corte de orçamentos

1. A UMES e a UNE tiveram as sedes fechadas pelo DOPS com a autorização do MEC. O estudante Antônio Alves Xavier foi preso e os agentes vasculharam o recinto e lacraram as portas, interrompendo também o funcionamento do restaurante Calabouço (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 216, 15 set. 1965, p. 3).

2. A União Fluminense dos Estudantes (UFE) segundo p novo presidente da entidade, Danilo Mansur não possuía condições de saldar as suas dívidas de Cr$200 mil (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 244, 17 out. 1965, p. 11).

3. A diretoria do DCE da USP tentava recuperar, por via judicial, o prédio de sua sede. Os membros da União Universitária, da ala radical direitista que se denominavam "estudantes democratas", ocuparam o local e foram acusados pelos estudantes atingidos de terem planejado e executado a invasão (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 255, 30 out. 1965, p. 15).

4. O presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Hélio Navarro, ao escutar boatos de que o prédio da entidade também havia sido invadido pela União Universitária, convocou vários colegas para defender a sede (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 255, 30 out. 1965, p. 15).

A operação do DOPS dirigida às organizações estudantis indica a continuidade das perseguições que agora são respaldadas pelo signo da legalidade autoritária. A presença da União Universitária revela que eles faziam parte de uma rede de estudantes que se articulava com agentes estatais (MEC, DOPS, reitorias) para realizar práticas de repressão e ocupar os espaços das entidades destituídas do poder. Do ponto de vista das figurações universitárias, era a entrada de um polo *outsider* (os grupos conservadores), antes minoritários nas universidades. Essa situação mostra o alto grau de dependência que as figurações estudantis tinham do Estado que utiliza esse poder para redefinir o quadro estudantil.

O *JB* ainda que naturalize no noticiário a intervenção policial-estatal, também expõe os atos contra as entidades e abre espaço destacar a posição e a reação dos estudantes como manifesto, campanha de ajuda financeira e denúncia à imprensa.

1. O presidente do DCE, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de São Paulo, Fernando Hoffling, distribuiu um manifesto aos universitários no qual protestava contra os desmandos e violências do ministro da Educação contra o DCE livre da USP (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 255, 30 out. 1965, p. 15).

2. O presidente do DCE, Paulo Habib, informou que os universitários promoveriam uma campanha de ajuda financeira aos DAs livres (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 269, 17 nov. 1965, p. 11).

3. Um membro da extinta UNE, Nélson Moreira, telefonou para os periódicos para comunicar que o DOPS comandado por um oficial do Exército, portador de um ofício do MEC, invadiu a sede e justificou que as entidades extintas perderam o direito ao patrimônio (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 216, 15 set. 1965, p. 3).

Em aplicação à Lei 4.464, o ministro da Educação assina a portaria que convoca os presidentes de Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE) que foram eleitos para a reunião de constituição do DNE, em Brasília, no dia 10 de janeiro de 1966. No dia 25 de novembro de 1965, o ministro solicita ao Procurador-Geral da República a anulação do registro dos estatutos da UNE e a solicita ao ministro da Justiça, Juraci Magalhães, a extinção definitiva do órgão considerado por ele como "um antro de subversão política e social"[554]. O ministro justifica que sua decisão se respaldou nas conclusões do IPMs que comprovariam, segundo ele, que vários DAs continuam a funcionar "como pequenas células da UNE" provocando "focos de agitação e subversão nas faculdades e escolas superiores"[555].

Diante da confirmação do fechamento da UNE houve manifestações de solidariedade como o da UEE de Minas que lançou as bases de uma campanha de ajuda financeira à UNE[556], do DCE-Livre da USP que lançou manifesto protestando contra a extinção e "exigindo a participação dos estudantes nas decisões políticas"[557]. A UEE de São Paulo enviou carta ao novo ministro da Educação e Cultura, o deputado Pedro Aleixo, solicitando um plebiscito "para constatar o que pensam os estudantes nacionais a respeito do fechamento da UNE". O DCE da PUC e mais oito centros acadêmicos lançam manifesto em defesa da UNE e pedindo a revogação da Lei Suplicy[558].

Apesar das demonstrações de solidariedade e apoio à UNE, houve também grupos estudantis que optaram por se distanciar da entidade. Entre eles, o CA Eduardo de Lacerda da Faculdade de Direito da UC divulgou nota oficial de desligamento da UNE, porque considera que os seus congressos se tornaram apenas "propaganda política"[559]. O DEE gaúchos, por sua vez, apesar de enviar um telegrama ao ministro da Educação protestando contra o fechamento dos DAs legalmente eleitos no país, não reconhecia a representação da UNE[560].

O DEE de São Paulo, que representava oficialmente 65 DAs e cerca de 35 mil estudantes paulistas enviou uma carta aberta ao presidente Castelo Branco em que pediam a permanência do ministro Suplicy para manter o processo de moralização da política universitária brasileira e impedir a volta das esquerdas e da ameaça à "política estudantil autêntica e apartidária". Segundo a notícia, o movimento promovido pelo DEE de São Paulo se expandia para outros

---

[554] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 277, 26 nov. 1965, p. 7; SUPLICY: UNE ainda é foco de subversão. *Folha de Londrina*, Londrina, n. 4143, 26 nov. 1965, p. 1.
[555] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 282, 02 dez. 1965, p. 15.
[556] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 260, 06 nov. 1965, p. 14.
[557] MANIFESTO em favor da UNE. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 jan. 1966, p. 12. Escolas e estudantes.
[558] ESTUDANTES querem plebiscito sobre o fechamento da UNE. *Folha de Londrina*, Londrina, 11 jan. 1966, p. 12. Escolas e estudantes.
[559] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 216, 15 set. 1965, p. 3.
[560] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 286, 07 dez. 1965, p. 15.

estados do Brasil e já encontrava repercussão entre os estudantes cariocas, representados pelo presidente da Casa de Estudantes da Guanabara, o acadêmico Arthur Nunes de Carvalho[561]. Cabe destacar que essa tensão provocada pela defesa de valores diferentes já existia nas relações das dinâmicas universitárias antes da ditadura civil-militar, destacando que em 1960 nem todos que participaram dos movimentos estudantis reconheciam a UNE como sua representante (Sanfelice, 2008a; Motta, 2014). Como evidenciou Lima (2020) em 1964, vários grupos estudantis participaram junto com o Grupo de Ação Patriótica (GAP), estudantes de direita, das Marchas da Família como Deus pela Liberdade. Assim a autora destaca que os "estudantes conservadores" também participavam de associações juvenis, partidos acadêmicos e disputavam eleições.

Assim, durante a ditadura civil-militar, a juventude conservadora esteve presente e se apresentava como anticomunistas e "democrática e, como afirma Braghini (2015), nem sempre estava disposta a se opor ao regime. Por exemplo, entidades, como UME e o DEE de São Paulo, manifestaram no início o apoio as Forças Armadas e ao presidente, assim como Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da USP, que se mostraram dispostos a compreender a Lei Suplicy. As notícias confirmaram que embora esse comportamento de adesão e acomodação fosse menos representado na imprensa de ampla circulação, os estudantes conservadores "eram a maioria". De acordo com Braghini (2015), eles estavam em associações estudantis associadas a ideias oficiais, participavam de atividades extraescolares, eram voluntaristas e participavam do Projeto Rondon. Segundo a autora, tal movimento estudantil foi apresentado como alternativa ao de esquerda, ao "outro", "a minoria".

Quando ocorre a implementação da Lei Suplicy, também acontecia a luta contra as anuidades e a imposição do AI-2, com a retomada das cassações. Se nota que apesar de existir várias figurações estudantis dispostas a aceitar a acomodações havia uma tendência de aumento dos confrontos oriundos das dificuldades de estudantes, autoridades e Estado negociarem e do aumento da violência. Nesse sentido, foi possível ver essa tendência a partir dos principais embates representados na imprensa que ocorreram na UB, na USP e na UnB, instituições que abrigavam figurações estudantis com uma trajetória de engajamento político como o CACO, por exemplo, que defendia a politização estudantil, a representatividade da UNE e se posicionava contra a Lei Suplicy e a cobrança de anuidades. A FNFi também compartilhava essas mesmas pautas além de possuir tradição comunista (Motta, 2014), era um dos principais centros de formação de professores e intelectuais no país, o que a tornava uma figuração

[561] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 299, 22 dez. 1965, p. 14.

estudantil crítica e politicamente ativa, o que tornou seus membros alvos frequentes de forte repressão policial, militar e universitária.

Já a UnB sofreu intervenção por causa da sua origem política, criada a partir da proposta de Juscelino Kubitschek, sancionada por João Goulart teve como o seu primeiro reitor Darcy Ribeiro que era aliado do presidente deposto. Esses sujeitos responsáveis pela existência inicial da UnB eram os inimigos da ditadura civil-militar (Salmeron, 2012). Além disso, seu corpo docente mantinha uma postura política progressista, com firme defesa da autonomia universitária, enquanto parte dos seus estudantes estavam fortemente articulados à UNE, o que contribuiu para que a instituição se tornasse um dos principais focos de invasões policiais. De forma geral, como se observará, essas instituições foram dirigidas por autoridades universitárias como reitores, diretores e conselhos universitários das quais muitas delas se engajaram em práticas autoritárias.

Em 1965, a UB passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) conforme a Lei nº. 4.759, que qualificava as universidades federais sediadas nas capitais (Fávero, 1995). Durante a inauguração dos cursos na Ilha do Fundão, os estudantes vaiaram o presidente Castelo Branco, o que resultou em medidas exacerbadas como interrogatórios e a detenções realizadas pelo DOPS[562]. Embora condene a vaia como forma de expressão, em uma de suas notícias sobre o evento, o *JB* afirma que elas representavam a insatisfação com as ações do governo. Entidades como a UME e UNE, apoiaram a ato e qualificaram as ações governamentais de "terrorismo cultural"[563].

Na FNFi, os conflitos se intensificaram quando o diretor Faria Góis suspendeu atividades do DA, devido à distribuição de notas contrárias à Lei Suplicy[564]. Além disso, a presença constante de policiais da Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), no campus, provocou protestos estudantis que exigiam a desocupação das áreas tomadas pelo órgão. Em resposta, o Conselho Universitário aplicou punições, inclusive suspensões. Na ocasião, o professor Afrânio Coutinho, com os estudantes, se posicionou contra a presença policial, ressaltando a importância da liberdade e questionando quem eram os verdadeiros subversivos[565].

---

[562] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3920, 10 mar. 1965, p. 6; *Jornal do Brasil*, Londrina, n. 56, 10 mar. 1965, p. 5.
[563] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 57, 11 mar. 1965, p. 4.
[564] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 195, 21 ago. 1965, p. 7.
[565] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 252, 27 out. 1965, p. 1; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 263, 12 nov. 1965, p. 5.

Conflitos similares ocorreram na USP, onde reajustes nos preços das refeições e dos alojamentos levaram os estudantes a boicotes e greves, o que foi violentamente reprimido pelo DOPS[566]. Na UnB, as dificuldades começaram a se intensificar quando, em resposta à repressão generalizada, a comunidade estudantil e docente passou a manifestar-se contra intervenções externas e restrições crescentes à autonomia universitária. A partir de 1964, a UnB foi invadida em três ocasiões: abril de 1964, outubro de 1965 e agosto de 1968. Essas invasões aconteceram tanto a mando dos reitores indicados pelo governo, como também por iniciativas internas.

O professor Salmeron (2012, p. 188) afirma que o governo acusou a universidade de ser o "foco da subversão e da indisciplina". Em 1965, a UnB foi fechada com a intervenção federal em suas entidades, o que gerou protestos dos estudantes e organizações como o DA- Livre da FNFi e o DCE da UnB, que época também se solidarizaram com os colegas da FNFi durante a greve contra o pagamento de anuidades[567]. A presença do DFSP e da PM dentro dos campi, combinada com intervenções diretas dos reitores e conselhos universitários, marcou profundamente as figurações universitárias. A dinâmica das relações dentro das universidades revela além de uma disputa pelo espaço a tentativa de definir um modelo estudantil decidindo como seria o comportamento dos jovens que poderiam estar nas universidades.

Os episódios assinalados mostram que as autoridades universitárias, como os diretores, reitores e conselhos universitários, se relacionavam intimamente com as orientações das políticas oficiais ao aplicar as intervenções e decisões do ministro da Educação, e também produziam situações autoritárias próprias ao exacerbar suas reações contra comportamentos internos cotidianos como reuniões, greves e notas. Mesmo assim, as universidades ainda se constituíam como espaços privilegiado de expressão política, que formava uma consciência estudantil crítica sobre o campo social vivido. E, muitos desses eventos narrados pela imprensa não havia distinção entre aqueles que participavam dos protestos o que dava a impressão de consenso social entre os estudantes.

Desde 1966, os protestos estudantis se intensificaram e se espalharam por diversas partes do mundo como Estados Unidos, França, União Soviética, China, Grã-Bretanha, América Latina e Brasil. Diante de onda de protestos estudantis a imprensa buscava respostas para esse fenômeno de alcance global que unia grupos estudantis tão diversos. As indagações sobre a crescente insatisfação dos estudantes pairavam nas páginas dos periódicos. Entre as

[566] *Folha de Londrina*, Londrina, n. 3993, 05 maio 1965, p. 12; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 129, 05 jun. 1965, p. 5.
[567] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 259, 05 nov. 1965, p. 5; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 260, 06 nov. 1965, p. 14.

explicações que circulavam estavam: a suspeita de manipulação política dos estudantes, a infiltração comunista, a insatisfação com os métodos pedagógicos, a estrutura acadêmica deficiente, o tempo ocioso, a precária vinculação entre aluno e professor, a falta de expectativa profissional após a obtenção do diploma, o inconformismo diante das injustiças sociais, o autoritarismo da sociedade e, ainda, os conflitos decorrentes do choque entre gerações. Essas interpretações refletiam as tensões internas das sociedades em processo de "modernização", e os limites impostos aos estudantes que buscavam se afirmar como sujeitos políticos em um cenário que os marginaliza das tomadas de decisão e procurava restringir seus espaços de autonomia, controlar seus comportamentos e inseri-los em uma universidade controlada, voltada à formação de indivíduos cuja função se limitasse a estudar e trabalhar. A condenação da mobilização estudantil fomentada durante a ditadura civil-militar, como bem afirmou Braghini (2015) ao analisar o artigo de Gustavo Corção, não se restringia aos estudantes de esquerda, mas abrangia qualquer estudante até mesmo o "democrático" que promovia a defesa da ditadura, pois o estudante ideal para o regime e seus apoiadores não deveria se posicionar e ficar parado dentro da escola.

No entanto, como se verá na próxima seção, parte dos estudantes não aceitaram se submeter totalmente às regras institucionais e legalização autoritária imposta pelo regime pois percebiam que o seu objetivo era enquadrar e limitar a atuação dos estudantes engajados politicamente, assim como fizeram com os sindicatos. Junto a isso, a continuidade da perseguição política e policial de artistas e intelectuais motivou a reorganização de estudantes em movimentos estudantis que começam a circular com mais frequência em espaços públicos promovendo atos de protestos e reivindicações que inicialmente eram pacíficas, mas atacavam cada vez mais a autoridade e a imagem do regime político.

7 DAS TENTATIVAS DE DIÁLOGO AO FIM DA ERA DAS PASSEATAS

Mesmo considerando a gravidade da repressão, Motta (2014) defendeu que durante a ditadura houve disposição das autoridades para agir com moderação, cujo grau dependia do impacto público das práticas universitárias. Ou seja, enquanto elas permaneciam dentro das faculdades, menor seria a chance de atrair a repressão. Mas como se notou nesses primeiros anos ditatoriais, quando parte dos estudantes universitários se mostravam dispostos a confrontar o governo ao mesmo tempo que reivindicavam causas educacionais, o espaço para as negociações era extremamente limitado e exigia um enquadramento dos estudantes para acontecer. Os estudantes engajados que atuavam nas manifestações públicas por sua vez compreendia a necessidade de recuar e escapar da repressão, no entanto muitos não aceitam essa perda quase total de autonomia. Esse autoritarismo inicial cria uma dinâmica social que impossibilitou a efetivação de posições de moderação.

Diante desse impasse, é possível notar que as acomodações que passaram a ocorrer nas figurações escolarizadas, principalmente após o refluxo das movimentações estudantis foram forçadas pelo aumento do uso da força do Estado que conseguiu minimizar as expressões explícitas de oposição dos universitários. Desde o ano de 1966, o autoritarismo político se evidenciou mais, com a continuidade e a consolidação de práticas anticonstucionais e antidemocráticas, como o AI-3, que estabelecia a nomeação de prefeitos, eleições indiretas para governador, eleição presidencial com candidato único e fechamento do Congresso. Nesse ano, surgiu, como oposição ao regime, a Frente Ampla, formada por políticos civis que romperam com a ditadura civil-militar.

Groppo (2008) mostrou que no início de 1964, os grupos da nova esquerda estudantil que lutava pelo controle da UNE discordavam da proposta legalista do PCB, que recomendava obediência ao decreto que extinguia entidades estudantis e a aceitação de novas entidades submetidas ao controle do regime. Foi também em 1966, que a UNE se reorganizou e surgiu a recuperação da esquerda estudantil, porém, segundo o autor era uma esquerda "mais radicalizada" formada pela AP que se aproximava do maoísmo, por dissidências comunistas defendiam a luta armada, pela Polop se aproximava do foquismo e por participações pontuais do PCBR.

A chapa que venceu as eleições para a UNE, em 1967, era uma composição das três principais tendências dessa nova esquerda estudantil (AP, Dissidências e Polop) que se uniram, para marginalizar os defensores da linha oficial do PCB. Para se contrapor a essa nova esquerda que fazia parte dos movimentos estudantis o Estado impôs por meio da Lei Suplicy o Diretório

Nacional de Estudantes (DNE) para substituir a UNE. No dia 10 de janeiro de 1966, em Brasília, se elegeu o primeiro DNE, no qual estavam representados apenas os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE) que se enquadraram na Lei Federal nº 4.464. Na ocasião, a *FL* destacou que "apenas 24 estudantes, que representaram 11 diretórios, participaram da assembleia[568]. A notícia já aponta para o fracasso dessa tentativa, o que se confirmou em 1967 quando o próprio governo extingue o DNE mantendo segundo Motta (2014) apenas os DCE e os DAs.

Posteriormente, o presidente Castelo Branco convidou oficialmente 10 líderes estudantis mineiros para uma reunião no Palácio da Liberdade. Entre os líderes, que atenderam ao convite, estavam o presidente do DA da Faculdade de Ciências Econômicas, Luís Magalhães, e o presidente do DCE da UFMG, Paulo Habib. A notícia destaca que Castelo Branco ficou "visivelmente nervoso" ao saber que os líderes eram de "entidades não submissas ao Ministério da Educação" que na ocasião pediram a revogação da Lei Suplicy, a liberação dos oito universitários mineiros presos e o cancelamento do IPM envolvendo 140 estudantes[569].

Na notícia, Castelo Branco recebeu o presidente do DNE, Paulo Gouveia da Costa e os estudantes João Mendonça Amorim Filho, Hebert Pastor e Antônio Carlos Gisleni, para uma entrevista sobre política estudantil[570]. No entanto, não abordou quais foram os temas tratados, enfatizando apenas que havia um diálogo entre estudantes e governo. No período, a imprensa realizou balanços e divulgou as realizações educacionais, como o Estatuto do Magistério, a criação da Conferência Nacional de Educação, o desenvolvimento do Ensino Comercial no país e o apoio aos governos estaduais para a construção, a manutenção e a equipagem de ginásios e colégios da rede oficial[571].

A representação dessa relação amigável com os estudantes e as realizações educacionais visava no segundo aniversário da ditadura civil-militar possuía o interesse em difundir a imagem de moderação e na abertura institucional. Porém, era um diálogo que exclui grande parte dos estudantes envolvidos no movimento estudantil e com pautas predeterminadas. A própria imprensa retratava a fraca representatividade estudantil das submetidas entidades oficiais e a restrição desse diálogo no qual a voz dos estudantes não era ouvida. Apesar da tentativa da ditadura tentar controlar os interlocutores legítimos, a dinâmica social demonstrava

---

[568] ASSEMBLEIA para eleger D.N.E *Folha de Londrina*, Londrina, 13 jan. 1966, p. 12. Escolas e estudantes.
[569] CASTELO diz a estudantes que diálogo só com enquadramento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1966, p. 3.
[570] ESTUDANTES do DNE vão a Castelo e a Golberi. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 maio 1966, p. 16; MINISTROS e estudantes abrem diálogo em S. Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 maio 1966, p. 15.
[571] ALEIXO presta contas do trabalho da revolução no MEC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1966, p. 18.

o protagonismo e a voz dos estudantes *outsiders*. Ou seja, aqueles postos à margem da legalidade estabelecida tentavam se impor e se integrar nos diálogos oficiais, mesmo de forma tensa. Isso mostrava que, na prática, o controle pretendido pelo governo sobre a comunicação tinha limite imposto pela própria dinâmica social. Os estudantes *outsiders,* que se integram ao debate, observam os movimentos do governo e passam a denunciar na imprensa a farsa do diálogo, sobretudo diante da recusa em discutir as suas principais reivindicações. A disposição governamental para o diálogo mostrava-se, assim, condicionada à aceitação das regras impostas. Ao mesmo tempo, as novas lideranças oficiais forjadas pela Lei Suplicy não conseguem pressionar o governo e oferecer benefícios concretos para as demandas de grande parte dos estudantes.

As ações oficiais visavam demonstrar que a relação entre governo e estudantes poderia se desenvolver de forma pacífica baseada na disposição oficial em se abrir para a comunicação e para a redemocratização. Contudo, o ato de demonstrar uma relação harmônica com os estudantes se contrasta com a permanência do uso sistemático da violência contra os próprios estudantes por meio de prisões arbitrárias, repressão física, vigilância e controle dos espaços e expressões constante, o que tornava inviável qualquer tentativa de negociação ou resolução dos conflitos. Na perspectiva de Valle (1997), a violência era o próprio diálogo nessa conjuntura. A violência passou a ser o elemento mais presente nas relações entre estudantes e autoridades. Esse comportamento foi denunciado em publicações como a de Tristão de Athayde que a associa o período pós "revolução" de 1964 a "anos sombrios" de perseguição que vitimaram principalmente os jovens jucistas mineiros e pernambucanos que foram presos, interrogados como criminosos comuns, submetidos por vezes a torturas, obrigados a se exilar, com diplomas guardados e ameaçados de prisões[572].

A reportagem publicada também no *JB,* por Franklin (1966) aborda os impasses no diálogo entre os estudantes e a "revolução" ao apontar depois de 1964 os estudantes considerados subversivos se sentiam marginalizados, enquanto o presidente se concentrava em transformar a universidade em um "instrumento de renovação e produtividade", com uma política pautada na extinção da gratuidade no ensino superior, na interiorização das universidades e no estímulo ao ensino médio. O universitário Pedro Monteiro Barbosa Lins mostra a perspectiva estudantil quando diz na reportagem que o "governo adota uma política de obsessão subversiva"[573].

[572] ATHAYDE, Tristão de. Da JUC a Lorena. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1966, p. 6.
[573] FRANKLIN, Mário Lúcio. Governo impede o diálogo entre estudantes e o MEC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24-25 abr. 1966, p. 6.

Ambos os articulistas apesar de possuírem diferentes abordagem destacam a nova posição dos estudantes que parecem impotentes diante da força do novo regime. Mesmo diante desse diferencial de poder notado pelos estudantes é possível perceber movimentos estudantis que se organizavam para demonstrar sua oposição às medidas autoritárias, apontando assim aspectos da natureza da ditadura civil-militar que atacavam a sua legitimidade.

Exemplo disso foi a atitude de diversas entidades estudantis[574] da Guanabara que assinaram um manifesto contra a ditadura civil-militar no qual a acusam de criar um "quadro de desilusão, miséria, perseguições, ódios e atentados à liberdade", e reivindicavam eleições livres e diretas, extensão do voto ao analfabeto, revogação dos AIs, convocação de uma Constituinte Popular, fim do terrorismo cultural, autonomia universitária e anistia geral. O documento se dirigia aos "militares patriotas e jovens militares" que não foram intoxicados pela "doutrina revolucionária forjada fora de nossas fronteiras" e ao povo, conclamando em nome do nacionalismo a se organizarem "para uma luta maior pela derrubada da ditadura"[575].

Em junho de 1966, os universitários de São Paulo, sete órgãos estudantis, assinaram, pela primeira vez desde o golpe civil-militar de 1964, um manifesto conjunto contra a ditadura civil-militar. O documento analisa e critica a política do marechal Castelo Branco, com base em pesquisas realizadas por estudantes de Direito, Sociologia e Economia da USP. No manifesto, os estudantes afirmavam que os "universitários não podem ficar calados" diante da supressão das liberdades e do desmonte do Estado de Direito. Criticavam o aumento da inflação, o custo de vida elevado e a queda no desenvolvimento econômico, atribuindo esses problemas à estagnação da economia e ao agravamento da má distribuição de renda. Na esfera jurídica, o documento denunciava a violação dos Direitos Constitucionais, exigindo a "análise dos decretos governamentais, a libertação dos presos políticos e o restabelecimento do equilíbrio entre os poderes, considerado essencial para a federação e a integração nacional"[576].

Além de se posicionarem abertamente contra a ditadura civil-militar em 1966, também já se nota um maior volume de greves brutalmente respondidas com invasões nas universidades

---

[574] Comissão Inter-DCEs da Guanabara; DCE da Universidade do Brasil; DCE das Universidades do Estado da Guanabara; DCE das Escolas Superiores Independentes; DCE da Universidade Rural (Brasil); e os Diretórios Acadêmicos das seguintes Faculdades: Faculdade Nacional de Filosofia, Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Nacional de Medicina, Faculdade Nacional de Engenharia, Faculdade Nacional de Arquitetura, Faculdade Nacional de Economia, Faculdade de Farmácia e Bio-Química da UB, Escola Nacional de Geologia, Escola de Serviço Social da UB, Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Direito da UEG, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG, Faculdade de Engenharia da UEG, Faculdade de Economia da UEG, Escola de Administração e Finanças da UEG, Escola de Enfermagem, Escola de Serviço Social da UEG, Escola Nacional de Teatro, Escola de Medicina Cirúrgica, Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Administração Pública, Escola de Nutrição e Escola de Economia da Universidade Rural

[575] ESTUDANTES lançam manifesto contra a Revolução. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1966, p. 7.

[576] UNIVERSITÁRIOS de S. Paulo contra Castelo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5-6 jun. 1966, p. 7.

e passeatas. A resposta não seria diferente. No dia 12 de março, em Belo Horizonte, mais de 300 policiais dissolveram uma passeata de dois mil alunos das universidades, atirando bombas de gás lacrimogêneo. A passeata trazia cartazes que foram apreendidos, com dizeres "O Castelo é Branco, a fonte é negra", "Quero que a maldade vá para o Inferno", "O que é bom para os Estados Unidos não é bom para o Brasil"[577]. Um dia depois, policiais invadiram a Igreja de São José atrás da estudante e no seu descontrole atingiu padres e senhoras. Na Assembleia Legislativa do Estado, o deputado Jorge Ferreira pediu a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o acontecimento[578].

A ação violenta sensibilizou fortemente a opinião pública a favor dos estudantes. Como ilustra a Figura 76, estudantes mineiros conduziram um estandarte preto até as escadarias da Igreja de São José. De acordo com a notícia, eles receberam aplausos da população reunida nas calçadas, e logo agentes do Departamento de Vigilância Social (DVS) dispersaram a passeata de luto de cinco mil universitários com bombas de efeito moral (Figura 77).

Figura 76 – Passeatas – O protesto veemente

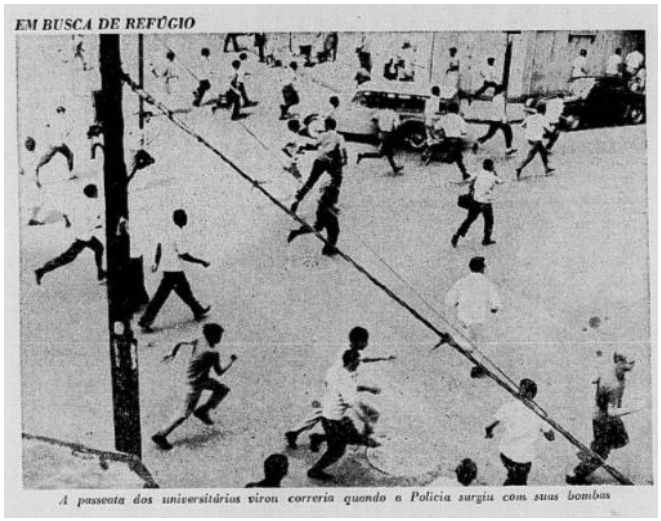

O PROTESTO VEEMENTE

Os estudantes saíram às ruas amordaçados para protestar contra a violência da Polícia de Belo Horizonte, que chegou a invadir uma igreja

Os estudantes saíram as ruas amordaçados para protestar contra a violência da polícia de Belo Horizonte que chegou a invadir a igreja.
Fonte**:** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1966, p. 1.

Figura 77 – Em busca de refúgio

[577] POLÍCIA espanca estudantes em Belo Horizonte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13-14 mar. 1966, p. 5.
[578] ESTUDANTES, de luto, percorrem hoje ruas de Belo Horizonte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1966, p. 16.



A passeata dos universitários virou correria quando a polícia surgiu com suas bombas
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1966, p. 14.

Ao contrário do que aconteceu em Minas Gerais, os estudantes paulistas, vistos na Figura 78, foram "protegidos por 200 soldados da Força Pública". Um dos seus cartazes dizia: "Se são fortes, abram as urnas". A notícia que acompanha a foto dizia que os estudantes eram saudados do alto dos edifícios pelos moradores com uma chuva de papel picado[579].

Figura 78 – A união com a força



Estudantes paulistas acabam atacando o governo federal protegidos por soldados e carros de choque da Força Publica
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1966, p. 1.

O CACO Oficial fez, no dia 23, a Marcha da Democracia reafirmando o seu protesto contra a ação policial de Belo Horizonte, cuja passeata foi chamada de minúscula e sem caráter reivindicatório. A passeata contou com 150 estudantes, guardados por 100 soldados da PM, como mostra a Figura 78, os manifestantes pediam sem sucesso a adesão dos alunos da rua e cantaram uma paródia do sucesso Tristeza, do último carnaval: "Castelo por favor vá embora e o povo que chora está quase no fim revolução que já, virou demagogia que volte a democracia

[579] FUZIS garantiram passeata de estudantes paulistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1966, p. 3.

já é demais o meu penar quero de novo votar". O presidente do CACO Livre, Antônio Serra, Aderbal Pinto membro do Diretórios da ENE e Aderbal Pinto e Mário Edemilson da FNFi, afirmam que o CACO Oficial queria apenas prejudicar a grande passeata que programaram para o dia 24. O CACO Livre, junto com os representantes de todos os outros DAs da UB, realizou a passeata que foi a maior dentre as que ocorreram em solidariedade aos estudantes mineiros espancados, que contou com cerca de três mil universitários cariocas, em sua grande maioria da UB.

Foi um protesto contra o governo onde predominou gritos de "Liberdade!", "Chega de canhão", "O povo quer feijão", "O povo no poder!", "Um, dois, três, Castelo no Xadrez" e nas faixas as frases: "Abaixo à ditadura", "Vagas para os excedentes", "Os fuzis querem acabar com a nossa cultura", "PUC presente na luta contra a ditadura" e "Trabalhadores querem estabilidade", logo a seguir vieram os discursos. Os estudantes enfrentaram a polícia que, depois de avisar que a passeata estava proibida, soltou bombas de gás lacrimogêneo[580].

Na Figura 79, os estudantes se movimentavam entre os carros para paralisar o trânsito, misturavam entre a multidão e se dividiam para tentar impedir o confronto com os policiais e o fim do protesto. Os diretórios das FNFi, FND e FNA, em nota oficial, afirmaram que a passeata marcou o início de um período de luta "através da técnica de desmobilização e reagrupamento imediato, para confundir o esquema de repressão do governador Negrão de Lima"[581].

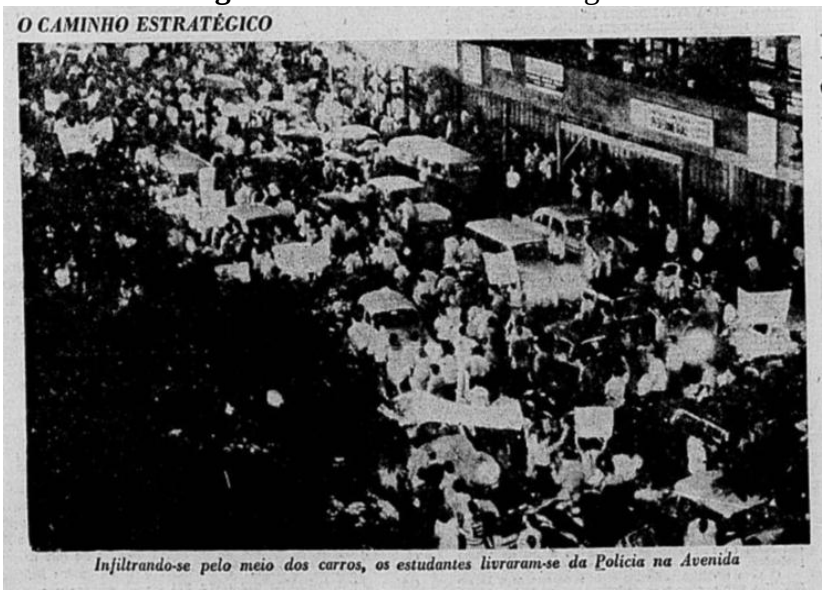
Figura 79 – CACOS – O passeio da PM



[580] ESTUDANTES fazem passeata hoje com apoio do CACO Livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1966, p. 11; PASSEATA de estudante foi protesto contra o governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1966, p. 15.
[581] DOPS prenderá comunistas da passeata dos estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1966, p. 11.

Quase tantos soldados quantos estudantes estavam presentes à passeata que CACO realizou em solidariedade aos seus colegas de Minas Gerais.
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1966, p. 1.

Figura 80 – O caminho estratégico



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1966, p. 1.

Nas notícias, fica nítida a diferença de adesão à passeata do CACO Oficial e a do CACO Livre. A primeira é permitida escoltada por soldados e realizada por poucos alunos e não gera a repressão policial, pois não obteve nem mesmo adesão. A segunda foi marcada por ampla participação universitária e apoio popular. Mesmo que as figurações universitárias fossem opostas, manifestaram solidariedade aos estudantes mineiros e condenaram o governo, utilizando os mesmos códigos sociais públicos de protesto. Também em Curitiba, Porto Alegre e Recife, os estudantes realizaram passeatas de solidariedade aos mineiros. Em Recife, reunidos na Escola de Engenharia, estudantes de diversas faculdades decidiram colocar faixas pretas contra o "terror cultural"[582].

Em meio aos conflitos de março e abril de 1966, o estudante universitário se torna o principal protagonista das manchetes. Sobre esses episódios, o *JB* acusa os protestos estudantis de possuírem um caráter político, afastando-se o foco da busca pela resolução dos problemas educacionais estruturais. Contudo, a crítica do periódico não foi dirigida apenas aos estudantes; o governo também foi acusado, de adotar medidas exclusivamente repressivas contra os estudantes ao longo desses dois anos[583].

[582] DOPS garante passeata de estudantes em Curitiba mas reprime a subversão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1966, p. 11; NOTA policial acusa comunistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1966, p. 15; ESTUDANTES mineiros vão a Sobral Pinto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1966, p. 16; PERNAMBUCANOS ficam se governo pagar anuidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 maio 1966, p. 14.
[583] DESACERTO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1966, p. 6.

As figurações universitárias reagiram a essas coerções de várias formas contra a violência do Estado como por meio de manifestos, notas e vigílias como se observou nas notícias abaixo. O objetivo era denunciar e pedir uma solução do governo para que os ataques policiais fossem encerrados. Esses códigos narrados pela imprensa se dirigem a instancias institucionais como STM, presidente e ao povo além de se apelar para orientações legais como a Constituição e a Declaração dos Direitos do Homem.

1. Em Belo Horizonte, instalaram cinco bancas para recolher assinaturas para um manifesto, assinado por padres, deputados e vereadores, que foi enviado ao presidente Castelo Branco e ao STM, onde se denuncia o "clima de terrorismo cultural" e se pede garantias para a liberdade de reunião conforme a Constituição. Também realizaram uma "vigília cívica" em frente ao Palácio da Liberdade onde lerem a Declaração dos Direitos do Homem (Estudantes mineiros vão a Sobral Pinto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1966, p. 16; Mineiros fazem vigília pelos colegas presos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1966, p. 16).
2. A UNE lança em São Paulo o seu manifesto contra a prisão de estudantes em Pernambuco e Minas Gerais e contra a violência praticada pela polícia paulista sobre os universitários, com a prisão de cinco alunas da FNFi, e chama os estudantes e o povo para se mobilizarem em defesa dos colegas presos, assinam o manifesto das UEEs e dos DCE-Livres da Universidade São Paulo e da Universidade Católica (UNE reage à prisão de acadêmicas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1966, p. 5). A Comissão Diretora Regional do MDB divulgou nota oficial contra a prisão de dezenas de estudantes (MDB considera ilegais prisões de estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1966, p. 15).

Um novo conflito entre estudantes, polícia e Estado ocorreu novamente em Belo Horizonte, que seria o palco do XXVIII Congresso da UNE marcado para o dia 28 de julho. Os agentes do Departamento de Vigilância Social (DVS) mineira ocuparam a sede da UEE e apreenderam grande quantidade de cartazes e materiais de divulgação do Congresso. O presidente Castelo Branco decretou a suspensão das atividades da UEE mineira, sob a acusação de que a entidade "vem realizando congressos estudantis de inequívoca inspiração comunista" As autoridades mineiras estavam determinadas a impedir o evento e para isso montaram um aparato estadual e federal, incluindo polícia, Exército e demais forças, que ocuparam prédios públicos e espaços estratégicos da cidade para garantir a ordem e impedir a realização do congresso[584].

[584] POLÍCIA age em Minas contra UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1966, p. 11; MATERIAL subversivo na sede da UEE de MG. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 jul. 1966, p. 8; EXTINTA UNE pede apoio

O deputado Hélio Navarro defendeu a legalidade do congresso dos estudantes, afirmando que a UNE permanece existente e é um instrumento democrático contra as ditaduras, vinculada à doutrina social da Igreja por meio da JUC[585]. O deputado criticou o governo, qualificando-o de "ditatorial e adversário da cultura", e conclamou os estudantes a participarem do congresso[586].

Além das costumeiras invasões, fechamentos das entidades estudantis, acusações de subversão e prisões de estudantes, houve o controle dos espaços públicos e até de particulares. A ameaça também se expressou nas paredes da sede da UEE e nos vidros do DCE pichados com frases contra o XXVIII Congresso da UNE: "A UNE pertence ao Partido Comunista Brasileiro", "Abaixo Fidel Castro e a China", "Abaixo a subversão do Congresso da UNE", "Fora com os comunistas". O presidente da UNE, universitário José Luís Moreira Guedes, disse que o pichamento foi realizado por "um grupo reduzido de estudantes de extrema direita acobertado pela polícia". Uma bomba também foi atirada contra a sede da UEE mineira. O convento dos dominicanos, em Belo Horizonte, também foi pichado com as frases: "Padres Comunistas" e Abaixo a "Subversão Dominicana", em protesto contra o ato do convento de hospedar acadêmicos paulistas[587].

Na Figura 81, o Exército, a PM, a Base Aérea e a Guarda Civil ocupam, em poucos minutos, prédios públicos e as principais praças de Belo Horizonte, enquanto carros patrulhas e ambulâncias desfilavam pela avenida Afonso Pena com suas sirenes ligadas para fazerem uma demonstração pública de força contra os estudantes. "Cerca de 4.000 soldados – 1.500 da Polícia Militar, 1.500 da Polícia Civil e 1.000 do Exército"[588]. Já a Figura 82 aconteceu no dia que aconteceria o Congresso, as tropas tiveram a liberdade ocupar os principais pontos estratégicos, claramente a ação estadual e federal foi articulada para ameaçar os estudantes e impedir a realização do evento.

---

a deputados em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1966, p. 8; EXÉRCITO confirma cobertura à Polícia contra estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24-25 jul. 1966, p. 4, GOVERNO fecha órgão estudantil de Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1966, p. 1; CASTELO decreta suspensão da União de Estudantes de Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1966, p. 17; SUSPENSA a UEE mineira. *Folha de Londrina*, Londrina, 28 jul. 1966, p. 8.

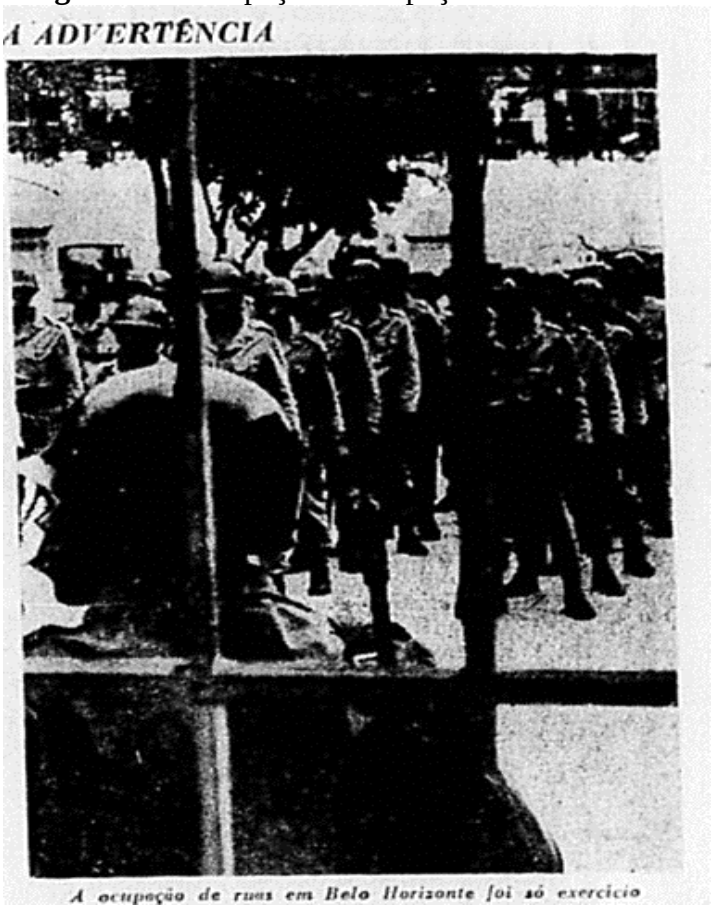
585 PAULISTA justifica o congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1966, p. 17.

586 EXTINTA UNE pede apoio a deputados em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1966, p. 6; MEMBRO do MDB pede que estudantes compareçam. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1966, p. 16.

587 B. HORIZONTE amanhece com pichamentos contra a UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1966, p. 11; BOMBA explode na sede da UNE em Minas e convento de dominicanos é pichado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1966, p. 5; PICHADO o convento que apoia UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1966, p. 5.

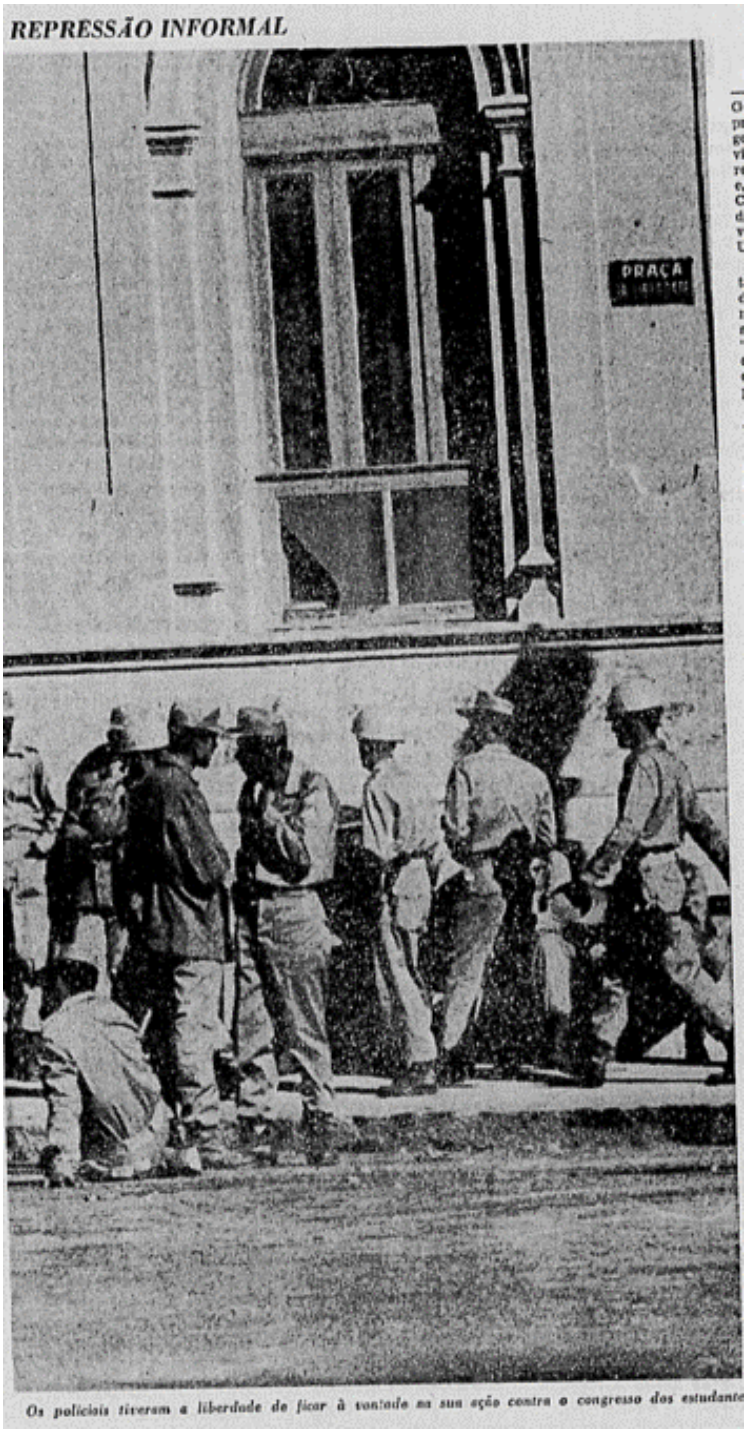
588 POLÍCIA e Exército mobilizados para impedir Congresso da UNE. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 jul. 1966, p. 12. EE; Tropas dão demonstração de eficiência em Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1966, p. 16.

Figura 81 – Ocupação dos espaços – A advertência



A ocupação de rua em Belo Horizonte foi só exercício
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1966, p. 16.

Figura 82 – Repressão informal



Os policiais tiveram liberdade de ficarem à vontade na sua ação contra o congresso dos estudantes
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1966, p.7

Figura 83 – Casa cristã


CASA CRISTÃ

Os estudantes instalaram-se nos conventos dos dominicanos e franciscanos para articular seu Congresso

Os estudantes instalaram-se no convento dos dominicanos e franciscanos para articular o Congresso
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1966, p.3.

Figura 84 – Nova liderança


NOVA LIDERANÇA

Ex-Presidente da extinta UEE de Minas, o estudante José Luís Moreira Guedes é o nôvo Presidente da extinta UNE

Ex presidente da extinta UEE de Minas, o estudante Jose Luís Moreira Guedes é o novo presidente da UNE
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1966, p.3.

Os estudantes anunciaram a abertura do Congresso em local ocultado para despistar a polícia[589]. Mesmo com a forte repressão estatal, os alunos mobilizaram apoio político e religioso para ocupar os espaços, mas pela diferença de forças precisam escapar dos confrontos. Os únicos locais não ocupados pela polícia foram conventos religiosos dominicano, franciscano e das monjas beneditinas. A Figura 83 mostra os estudantes hospedados em um convento dominicano e de acordo com a notícia estavam se preparando para o Congresso. Mas o arcebispo de Belo Horizonte explicou que a presença de estudantes nos prédios religiosos fazia parte da orientação da igreja de garantir abrigo a quem quer que o solicite[590].

A *FL* relata que o Congresso da UNE teria ocorrido de forma clandestina no convento dos franciscanos, configurando-se como uma reunião secreta com o objetivo de iludir a vigilância policial[591]. Por outro lado, autoridades do Estado consultadas por diferentes veículos jornalísticos negaram a realização de qualquer encontro estudantil no convento[592]. Posteriormente, as próprias autoridades militares confirmaram na imprensa a realização do congresso durante a madrugada do dia 29, quando elegeram o presidente da UNE, José Luís Moreira Guedes, ex-presidente da UEE de Minas Gerais (UEE-MG) fechado por decreto que teve a sua imagem estampada na Figura 84.

Logo se percebe o apoio de parte dos clérigos, como o superior dos dominicanos, Frei Francisco Araújo, que pediu aos fiéis, em seu sermão na missa da Igreja de São Domingos, "solidariedade e apoio aos estudantes brasileiros que tentaram realizar em Belo Horizonte um Congresso Nacional sob repressão policial"[593]. Nota-se que parte da sociedade se sensibiliza contra os atos de violência empregado contra os estudantes. Isso se observa nas expressões de apoio e solidariedade aos estudantes que se manifestou apenas por meio de aplausos da população durante as passeatas, mas mobilizou amplos figurações sociais de considerável influência. Além dos clérigos, havia advogados que atuavam em sua defesa, políticos que buscavam legitimar suas reivindicações e trabalhadores, artistas, intelectuais e professores que se identificavam com o comportamento estudantil.

A disputa entre governo e estudantes se desenvolve em torno da disputa de poder que evolve a ocupação de cargos, funções, valores e imagens. Na imprensa, verifica-se que na prática o confronto ocorre principalmente ao redor da manutenção ou da mudança dos códigos

[589] ESTUDANTES garantem congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1966, p. 17.
[590] APARATO policial impediu congresso da UNE em BH. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 jul. 1966, p. 1.
[591] UNE realiza congresso secreto em um convento. *Folha de Londrina,* Londrina, 30 jul. 1966, p. 1.
[592] AUTORIDADES não acreditam que foi instalado Congresso da UNE. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 jul. 1966, p. 8.
[593] DOMINICANO pede apoio de fiéis a estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1966, p. 7.

sociais públicos (realização de estatutos, de eleições, de congressos, de posicionamento, de reivindicações). Anteriormente, apesar de serem formas de pressão, eram práticas cotidianas de organização e expressão sem um grau de criminalização tão alto, e até eram formas legítimas de comunicação. Mas nesse momento são transformadas por meio de crenças sociais e da estigmatização em ameaça. Isso por contestarem e atacarem os códigos de valores dos grupos estabelecidos, o que representava ameaça à "imagem ideal nós" da própria figuração no poder.

Por meio da imprensa, se repara que o regime tentou transmitir uma imagem de diálogo e de boas relações com os estudantes, justamente no ano de 1966, quando se vigorava o AI-2, que segundo Napolitano (2017) revelou o caráter autoritário e ditatorial do regime, quando também se amplia o coro da oposição. Se capta pelas notícias o agravamento das tensões sociais que mostrava os limites de controle externo, adesão e de poder de uma ditadura civil-militar que manteve os simulacros de instituições democráticas e criou uma legislação autoritária.

Nessa tentativa de diálogo, os espaços universitários são progressivamente controlados, em contrapartida, as pautas políticas ganham maior destaque nas manifestações estudantis. Nesse período, se desenvolvia o processo de consolidação da ditadura civil-militar, com a sucessão presidencial e a publicação do AI-2, o que impulsionou campanhas estudantis de conscientização que passaram a intensificar as denúncias sobre o caráter ditatorial do regime e convocar a população à resistência. Nesses atos, as figurações estudantes expressavam o seu inconformismo, repulsa e hostilidade em relação ao regime político.

A ditadura impactou tanto os processos políticos, quanto o cotidiano universitário, ao transformar a vida de inúmeros sujeitos, principalmente de quem estava integrado a entidades estudantis de oposição. Nesse momento, percebe-se que definir as posições de envolvimento/distanciamento, adesão/apoio, solidariedade/repulsa e acomodação, parecia inevitável. Esse posicionamento, junto com a realização de códigos sociais públicos que denunciavam a ditadura civil-militar, impactou a formação da personalidade coletiva dos grupos envolvidos. O que pode se verificar no item a seguir, que analisa como e em qual conjuntura parte dos estudantes se unem para formar figurações dispostas a confrontar a ditadura de maneira cada vez mais aberta de mobilização pública, mesmo com consciência do diferencial de poder entre eles.

7.1 SETEMBRADA DE 1966: A INTENSIFICAÇÃO DA FASE DE MOBILIZAÇÃO PÚBLICA DOS ESTUDANTES

Embora o envolvimento dos estudantes em questões políticas e nacionais frequentemente se associe aos protestos da década de 1940, realizados na ditadura Vargas sob a liderança da UNE, Poerner (1979) defende que o *habitus* de grupo estudantis se mobilizar em torno de problemas sociais e nacionais se constituiu antes mesmo do seu envolvimento nas campanhas abolicionistas, quando participavam denunciando as injustiças e o autoritarismo presentes na estrutura escravista.

Essa mesma concepção da longa trajetória estudantil de engajamento político narrada por Poerner (1979) também foi rememorada em reportagem do *JB*[594]. Mas, a postura editorial, diferenciava o comportamento heroico dos estudantes do passado que buscavam as nobres causas nacionais, das ações dos estudantes atuais, os *outsiders* no presente, consideradas como simples práticas de hostilidades e vinganças de uma classe despojada do prestígio que o governo Goulart lhe garantiu[595].

Divergindo da opinião editorial, o intelectual, colunista do *JB* e membro do CFE, Alceu de Amoroso Lima, compreendia que os movimentos estudantis vigentes representavam "um sinal de maturidade e continuidade", o que para ele evidenciava um perfil de juventude engajada nas grandes questões nacionais e internacionais em que os estudantes não viam a universidade apenas como um meio para obter um diploma[596]. Porém, nem todos os estudantes participaram dos movimentos estudantis e muitos estivam preocupados com a obtenção do diploma. As notícias transmitem um engajamento que não foi linear nem contínuo, mas expressivo em certas conjunturas como o período pós-Lei Suplicy.

Os estudantes contrários à lei venceram com 60% dos votos nas eleições para os diretórios acadêmicos de 29 faculdades em Pernambuco, assim os principais diretórios permaneceram sob controle de grupos que apoiam a UNE. Na UFRGS, os estudantes contrários à política educacional do governo federal e à Lei Suplicy venceram nova batalha eleitoral e se fixaram no DCE. Na UFRJ, o estudante Vladimir Palmeira foi eleito o novo presidente do CACO Livre e em uma entrevista coletiva interpretou que a vitória da sua chapa significava

---

[594] OS ESTUDANTES e a sua vocação de ir às ruas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1966, p. 11. Departamento de Pesquisa do JB.
[595] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1966, p. 6.
[596] FRANKLIN, Mário Lúcio. Governo impede o diálogo entre estudantes e o MEC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24-25 abr. 1966, p. 7.

"uma prova definitiva de que a tendência do movimento estudantil é partir agora para a luta contra o governo, sob a liderança exclusiva da União Nacional dos Estudantes"[597].

Pouco tempo depois, em São Paulo a PM e o DOPS cercaram a Faculdade de Engenharia e Arquitetura de São Bernardo do Campo e prendem 178 estudantes que tentavam iniciar o Congresso da UEE, durante o qual planejavam lançar o manifesto "Movimento Contra a Ditadura". Após a repressão, os universitários paulistas anunciaram uma greve de protesto, enquanto o advogado Oscar Pedroso Horta, candidato do MDB a deputado federal, buscava meios para impetrar *habeas corpus* em favor dos presos[598]. A Setembrada foi um episódio de repercussão nacional em que os estudantes reagiram contra a dissolução do Congresso da UEE e a pressão de seus integrantes (Valle, 1997)

No mesmo período, o CACO Livre foi dissolvido, e muitos estudantes sofreram punições aplicadas nas diversas faculdades. Assim como aconteceu com os estudantes mineiros espancados, surge uma onda nacional em que diversas figurações estudantis declaram sua solidariedade à Faculdade de Arquitetura e ao Direito e expressaram seu apoio em forma de greve como fizeram a FNFi, as faculdades das Ciências Médicas e Medicina da UFRJ e o DCE de Niterói; por meio de passeatas realizadas pelos universitários de Belo Horizonte, com ameaças de greve e manifestos, como fez a Faculdade Estadual de Direito de Londrina e o DCE da PUC; notas de protesto como fez a UEE de Santa Catarina. Também em São Paulo uma comissão de estudantes, representando o Centro Acadêmico Onze de Agosto, reuniu-se com o secretário da Segurança Pública do Estado para pedir a liberação dos estudantes presos. E o reitor da USP entrou em contato com o delegado René Mota, para solicitar a libertação dos universitários detidos[599].

Como anunciam os textos jornalísticos, o cerco policial ao Congresso paulista, seguido da prisão de estudantes, provocou a deflagração de greves, assembleias, passeatas, manifestos, notas e ações jurídicas. Tais iniciativas evidenciam a permanência de uma rede de solidariedade entre diretórios acadêmicos e universitários que se unem a outras figurações. Essa articulação coletiva foi impulsionada pela indignação diante da ausência de garantias democráticas e do

---

[597] VITÓRIA no Recife foi da oposição a Suplicy. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1966, p. 16; GAÚCHOS contra o Governo elegem Presidente do DCE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1966, p. 16; NOVO Presidente do CACO acha que estudantes vão à luta contra o Governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1966, p. 16.

[598] PM acaba reunião da UEE paulista a bala. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 set. 1966, p. 16; ESTUDANTES paulistas anunciam para hoje greve de protesto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 set. 1966, p. 11.

[599] CONTINUA a se ampliar a greve universitária, *Folha de Londrina*, Londrina, 14 set. 1966, p. 1; UNIVERSITÁRIOS mineiros realizam passeata hoje. *Folha de Londrina*, Londrina, 14 set. 1966, p. 8; DIREITO: estudantes ameaçam entrar em greve de protesto. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 set. 1966, p. 16; PAULISTAS encerram seu Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 set. 1966, p. 11; AUTORIDADES relaxaram prisão de estudantes em São Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 set. 1966, p. 11.

tratamento repressivo dispensado aos estudantes, revelando uma crescente politização e consciência coletiva em oposição ao autoritarismo vigente. Além disso, a solidariedade se estendia para estudantes cariocas e cearenses.

Uma demonstração de solidariedade e protesto aconteceu na Guanabara, apesar das ameaças e de todo o aparato policial, os universitários conseguiram realizar a anunciada passeata que se iniciou seus protestos em frente ao *JB* e se espalharam. Cerca de mil estudantes realizaram a passeata de protesto contra o governo federal e 126 pessoas foram presas[600].

A Figura 85 ilustra parte das manifestações estudantis de solidariedade que se espalharam pelo país, e apresentadas em imagens no *JB*. A Figura 86 foi capturada durante essa passeata na Guanabara onde os estudantes protestavam com palavras e distribuíram panfletos que diziam: "chegou a hora de dar um basta à política da ditadura", várias faixas de "Abaixo a ditadura" e "anistia aos cassados" e cartazes que proclamavam "vivemos hoje, mas podemos morrer pela pátria", "temos o direito de fala" (Figura 87).

A Figura 88 mostra o início do protesto que começou com um comício em Belo Horizonte e terminou com 300 estudantes se refugiando na Faculdade de Direito onde foram cercados pela polícia. Também houve protestos no Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Porto Alegre. Embora a ação dos estudantes parecesse pacífica, logo se depararam com 50 soldados e elementos do DOPS que atiraram bombas de gás, provocaram pânico e o atropelamento de manifestantes (Figura 89).

Figura 85 – Protestos – Um "front" improvisado


UM "FRONT" IMPROVISADO

As bombas de gás lacrimogêneo, os correrias e os ferimentos davam a impressão de guerra na Av. Rio Branco

Fonte**:** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 set. 1966, p. 1.

[600] VIOLÊNCIAS e bombas de gás contra universitários na GB: 200 prisões. *Folha de Londrina*, Londrina, 14 set. 1966, p. 8; POLÍCIA acaba em poucos minutos no centro com a passeata de estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 set. 1966, p. 1; PASSEATA dos estudantes paralisa o tráfego e é dissolvida com choques. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 set. 1966, p. 4.

Figura 86 – A palavra livre



Fonte**:** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1966, p. 11.

Figura 87 – O protesto do Sul



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18-19 set. 1966, p. 5

Figura 88 – Em busca da agitação



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1966, p. 11.

Apesar da proibição policial, os universitários de São Paulo insistiram na passeata como se observa na foto, *A ação da lei*, que está na Figura 89, onde a polícia coíbe os estudantes paulistas. A foto, *Poder de dissuasão*, da Figura 90 mostra homens do DOPS e da PF que usaram gás lacrimogêneo e ameaças com o uso de armas para dispersar mil estudantes universitários e secundaristas em Goiânia e já foto, *A agitação permanente* (Figura 91) aborda a permanência dos protestos mesmo depois do cabo Raimundo Carvalho Arruda, morto durante um tiroteio entre policiais e estudantes, no Colégio Pedro Gomes, no bairro de Campinas[601].

Figura 89 – A ação da lei



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1966, p. 1

[601] TIROTEIO mata soldado da PM à entrada do colégio em Goiânia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 set. 1966, p. 1.

Figura 90 – Poder de dissuasão



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 set. 1966, p. 1

Figura 91 – A agitação permanente



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1966, p. 11

Ainda que o *JB* apresentasse uma cobertura maior sobre as manifestações que se espalharam pelo país, a *FL* também abordou parte desses eventos como as manifestações de Belo Horizonte, no Recife, Guanabara e em São Paulo, e no Rio Grande do Sul onde a UFRGS decidiu manifestar integral apoio ao movimento estudantil no "Dia Nacional Contra a Ditadura"[602]. No Paraná, os universitários de Curitiba, liderados pelo Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito, organizaram uma passeata de solidariedade com 5.000 mil

[602] ANUNCIADA em vários estados adesão à manifestação estudantil de hoje. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1966, p. 1-15.

alunos que protestavam contra o governo federal e em apoio às manifestações estudantis finalizaram com o comício na Praça Zacarias. A passeata estava dentro da programação do "Dia Nacional de Protesto Contra a Ditadura", instituída no dia 22 de setembro pelos estudantes. Também em Recife, os estudantes de Engenharia realizaram manifestação de apoio aos colegas do Sul e da Argentina. Em Juiz de Fora, a polícia militar armada de metralhadora e fuzil impediu a passeata estudantil. Na Guanabara, o reitor Pedro Calmon fechou os portões da universidade para impedir a "Assembleia de Protesto Contra a Ditadura".

Em Brasília, dezenas de estudantes continuam sendo recolhidos pela polícia, acusados de participarem de ações contra a ordem pública e dispersados por tiros de revólver para o ar e cassetetes distribuídos indiscriminadamente, os grupos de estudantes realizaram comícios relâmpagos em vários locais, mas os policiais impediram o comício. Em Salvador, os estudantes foram acusados de tentar agitar os trabalhadores e a polícia reprimiu quatro tentativas de passeatas e feriu um estudante durante o tiroteio; o jornalista Walfredo Morais, que acompanhou vários estudantes à delegacia afirmou: "— Estou abismado! O tratamento dispensado aos estudantes foi o mais brutal, imperando a violência. O jornalista telefonou ao governador Lomanto Junior, expondo a situação.

Em Pernambuco, uma manifestação no centro contou com 2 mil estudantes que contrariou a ordem da Secretaria de Segurança e iniciaram mais uma passeata, outros 500 estudantes se reuniram na matriz de Santo Antônio e a polícia continuava a prender os líderes estudantis universitários pernambucanos[603].

Os universitários londrinenses das Faculdades de Direito, Odontologia e Filosofia acompanhavam os conflitos "através de rádios portáteis e nos aparelhos instalados nas sedes dos Diretórios", e o sentimento e atos de solidariedade estudantil não se restringiu às capitais, mas também alastrou por municípios do interior como Londrina em que o Diretório Acadêmico Rocha Pombo, representante dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, lançou um manifesto declarando total apoio e solidariedade aos colegas universitários de São

[603] ACADÊMICO é apontado como bandido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18-19 set. 1966, p. 5; TIROS dispersam manifestações em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 set. 1966, p. 11; SOLDADOS impedem passeatas em Juiz de Fora. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1966, p. 14; POLÍCIA suspende licença para passeata em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1966, p. 14; CASTELO recomenda à Polícia que tenha cautela com os estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 set. 1966, p. 1; POLÍCIA baiana usa armas para dispersar estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1966, p. 4; BAHIA: dissolvida a manifestação dos estudantes com centenas de presos. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 set. 1966, p. 8; CURITIBA: nova passeata sem qualquer incidente, *Folha de Londrina*, Londrina, 23 set. 1966, p. 1.

Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o documento afirma: "acreditamos, sobretudo, na força do diálogo como instrumento fundamental para a solução dos grandes problemas"[604].

Além disso, os diretórios acadêmicos das Faculdades de Direito, Odontologia e Filosofia de Londrina realizaram manifestações públicas de solidariedade. O delegado Atílio Fistarol, titular da 12ª SDP, ao tomar conhecimento, disse: "Serão adotadas medidas enérgicas para dissolver a passeata dos estudantes, se houver qualquer crítica ao governo federal [...] não haverá repressão se a passeada for ordeira e pacífica contendo apenas reivindicações estudantis"[605].

Os estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências de Cornélio Procópio também pretendiam realizar uma passeata para manifestar apoio e solidariedade aos estudantes e de repúdio às arbitrariedades[606]. A Figura 92 ilustra as fotos utilizada pela *FL* para retratar as manifestações dos universitários londrinenses acadêmicos que desfilaram à noite pelas ruas centrais do município, empunhando cartazes de protesto, entoando o Hino Nacional e gritando, em coro, frases contra a ditadura.

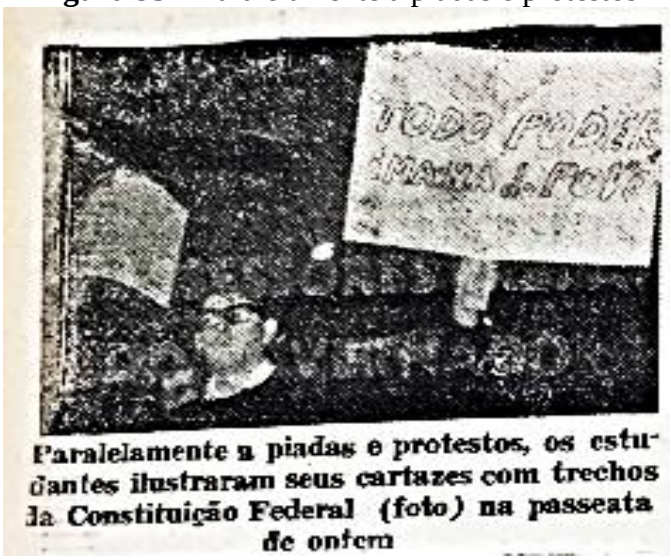
Figura 92 – Acadêmicos de Londrina fazem passeata hoje sem política



Fonte: Daniel Martinoni, em passeata na Avenida Paraná publicada na *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1966, p. 1.

[604] FILOSOFIA lançou manifesto e Odontologia convoca assembleia. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 set. 1966, p. 16; LONDRINA: Acadêmicos planejam greve e passeata de solidariedade. *Folha de Londrina*, Londrina, 21 set. 1966, p. 16.
[605] POLÍCIA não permite passeata se houver críticas ao Governo. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1966, p. 15.
[606] PASSEATA estudantil em Cornélio Procópio. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1966, p. 1.

Figura 93 – Paralelamente a piadas e protestos



Paralelamente a piadas e protestos, os estudantes ilustraram seus cartazes com trechos da Constituição Federal (foto) na passeata de ontem

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1966, p. 16.

Figura 94 – Conduzindo cartazes



Conduzindo cartazes com piadas e severas críticas ao Govêrno Federal, os estudantes portaram-se com seriedade, não ocorrendo qualquer incidente

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1966, p. 16.

Figura 95 – As moças universitárias



As moças universitárias, em grande número, participaram ativamente do protesto estudantil

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1966, p. 16.

Figura 96 – Alguns estudantes


Auguns estudantes preferiram desfilar
amordaçados, maneira de protestar contra
a falta de liberdade de opinião

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1966, p. 16.

Entre as mensagens visíveis nos cartazes da Figura 94 estavam reivindicações por liberdade de manifestação e oposição aos aumentos das anuidades escolares. Não houve atrito com as forças policiais e o protesto foi considerado pacífico. No retorno da passeata os estudantes londrinenses gritavam em coro, por "liberdade, liberdade", "eleições diretas" e dando vivas à democracia e brados de "abaixo a ditadura". Os estudantes distribuíram manifestos e como mostra as fotos das Figura 94 portavam cerca de 50 cartazes, alguns dos quais com os seguintes dizeres: "Mais escolas, menos quartéis, mais liberdade", "Eleição sem povo é nomeação", "Quem gosta de Castelo é a Família Adams", "Todo poder emana do povo", "Abaixo as anuidades", "Violência é a arma dos tiranos", "Castelo: beleza de presidente", "Quanto paga um cadete para ser oficial?".

Terminando a passeata ao pátio das Faculdades, os estudantes londrinenses promoveram um comício, e "declararam-se em estado de alerta, até que se defina a situação do movimento estudantil nacional", ainda denunciaram a "política governamental em relação ao ensino, a cobrança de anuidades, as eleições indiretas e o cerceamento das liberdades" e pediram um mínimo das garantias individuais, conclamam a todos os estudantes para que "cerrem fileiras no movimento de protesto sereno, porém enérgico, contra todas as injustiças"[607].

[607] ACADÊMICOS de Londrina fazem passeata hoje, sem polícia! *Folha de Londrina*, Londrina, 23 set. 1966, p. 1; PASSEATA sem incidentes: estudantes vão permanecer em estado de alerta. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1966, p. 16; PASSEATA sem incidentes: estudantes vão permanecer em estado de alerta. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1966, p. 16.

Os códigos sociais públicos dos estudantes eram semelhantes (manifestações, passeatas, greves e assembleias) se disseminaram não apenas nas capitais, onde a frequência dos protestos era mais intensa pela existência de maior número de estudantes e entidades com mais experiência de participação política e social. Mas municípios do interior como Londrina os estudantes universitários igualmente expressaram seu inconformismo diante do tratamento repressivo dispensado pelas autoridades aos estudantes evidenciando o alcance nacional da mobilização estudantil e a politização estudantil, que apesar dos seus diferentes graus esteve presente em diferentes regiões do país.

Como se observa nas representações da imprensa havia uma rede de solidariedade estudantil, conectando capitais e interior. As fotos das Figuras 93 e 94 representam diferenças nas relações entre estudantes e forças policiais e políticas. Nas grandes capitais que possuem um contingente estudantil maior, embora as manifestações fossem pacíficas nesse momento, os estudantes foram dispersados com o respaldo de muita violência exercida até com a utilização de arma de fogo. Já em Londrina, que possuía apenas três faculdades na época uma simples ameaça do delegado serviu como mecanismo externo de coerção. A passeata de Londrina ainda que retratada como um "protesto ordeiro" controlável e pontual pelo *FL* também tinham um caráter político evidente.

Mas, as estigmatizações e as acusações da imprensa também se direcionam para os estudantes universitários londrinense foi o que se notou quando os presidentes dos diretórios acadêmicos das Faculdades de Direito, Odontologia e Filosofia de Londrina compareceram à redação da *FL* para protestar contra a declaração do radialista Antônio Belinati, na Rádio Paiquerê que disse que existe no município um "grande número de estudantes profissionais, que permanecem nas escolas superiores apenas para promover agitação política". Os acadêmicos afirmaram que jamais houve "movimento estudantil profissional" e que nenhum estudante pode ficar mais que dois anos na mesma série sendo desligado da escola[608]. Assim, na dinâmica estabelecidos-*outsiders* os estigmas estudantis circulavam em outros veículos de comunicação como indica a notícia da *FL*.

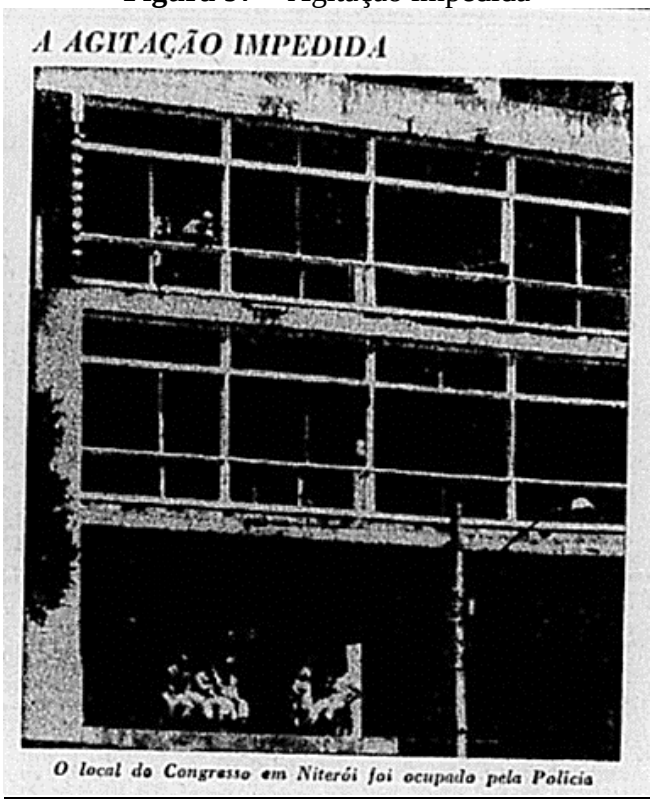
Em meio à onda de manifestações estudantis de solidariedade e protesto eclode um novo conflito na Guanabara quando os estudantes foram cercados pela polícia e decidiram ocupar da Faculdade de Medicina da UFRJ, onde se trancaram dentro da instituição. Durante a madrugada, a Polícia Militar invadiu o prédio e retirou os alunos à força. Como resultado da operação, nove militares ficaram feridos e, ao todo, 32 pessoas precisaram de atendimento

[608] ESTUDANTES contestam acusação de radialista. *Folha de Londrina*, Londrina, 27 out. 1966, p. 16.

hospitalar. A *FL* destacou a violência da ação repressiva, denunciando o espancamento coletivo sofrido pelos cerca de 700 estudantes presentes[609].

No Rio de Janeiro, o XXII Congresso da União Fluminense dos Estudantes (UFE). Conforme mostra a Figura 97, o *JB* denomina pelos títulos da imagem que as ações dos estudantes era simplesmente "agitação". A Figura 97 mostra o local originalmente previsto para o evento ocupado por forças policiais, o que obrigou os estudantes a transferirem o Congresso para o Campo de São Bento, conforme a foto onde o Congresso e realizado ao ar livre e contou com cerca de 200 estudantes que elegeram Fernando José Dias, da Faculdade de Direito, como presidente da entidade[610].

Figura 97 – Agitação impedida


A AGITAÇÃO IMPEDIDA

O local do Congresso em Niterói foi ocupado pela Polícia

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25-26 set. 1966, p. 11.

[609] CERCO policial à faculdade prosseguiu pela madrugada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1966, p. 15; PM diz que estudantes depredaram. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1966, p. 7; RIO: Polícia invade Faculdade de Medicina e agride os estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 set. 1966, p. 8

[610] POLÍCIA frustra instalação do Congresso de Estudantes do Estado do Rio em Niterói. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25-26 set. 1966, p. 11.

Figura 98 – O jardim da agitação


O JARDIM DA AGITAÇÃO

O Congresso de Estudantes em Niterói foi precàriamente improvisado num jardim público

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25-26 set. 1966, p. 11.

Além de passeatas, ocupações e assembleias, os estudantes também realizaram greves em diversas regiões do país. No Rio de Janeiro, estudantes das principais universidades se reuniram para deliberar uma greve geral, que contou com o apoio dos universitários paulistas, mineiros e de outros estados. Em Minas Gerais, ocorreram greves parciais e ocupações, enquanto em Brasília a greve geral foi iniciada com previsão de se estender ao Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco. Também houve paralisações na Escola Técnica de Belo Horizonte e em Natal, com o apoio dos estudantes secundaristas. No Rio de Janeiro, a AMES anunciou a adesão dos secundaristas à greve em solidariedade aos universitários. No Rio Grande do Sul, o DCE ameaçou greve geral após a prisão de seu presidente pelo DOPS. Em Goiânia, alunos da PUC decretaram greve de 72 horas contra a repressão policial, organizando uma comissão para negociar a libertação dos estudantes detidos[611].

[611] GREVE geral de universitários começa a se ampliar pelo País. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18-19 set. 1966, p. 1; CONTINUA a greve em 9 faculdades paulistas. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 set. 1966, p. 8; PASSEATA ilegal tirou a tranquilidade de Lomanto; ANUNCIADA em vários estados adesão à manifestação estudantil de hoje. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1966, p. 1-15; GOIÁS: novamente agitado o ambiente universitário. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 set. 1966, p. 1; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1966, p. 11; POLÍCIA reprime agitação em Recife. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1966, p. 11; VEREADOR denuncia comunistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25-26 set. 1966, p. 11; SITUAÇÃO estudantil no país. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1966, p. 11; RIO: secundaristas também vão à greve. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 set. 1966, p. 8.

Os códigos sociais públicos (passeatas, greves, assembleias, manifestos, notas, comícios, ocupações) traziam protestos e reivindicações ("abaixo a ditadura", "liberdade", "mais escolas, menos quartéis", "todo poder emana do povo") exibidos em espaços públicos e indicam momentos de coesão do grupo contra os estabelecidos. A Setembrada foi um processo que embora não panejado articulou estudantes de capitais e interior para expressarem insatisfação contra a ditadura. A repressão ao invés de conter o processo de oposição que se formava o realimenta porque motiva a eclosão e a continuidade dos códigos sociais.

Nos editoriais o *JB* culpou os estudantes pela origem da tensão social, ainda que reconheça que a "agitação estudantil" era um sintoma da "anormalidade político-institucional" e da "crise de valores", ressalta que, depois de dois anos de desentendimento, o governo federal assumiu uma posição mais tolerante. Dias depois, relembrou que Brasil revivia uma tensão indesejável diante da recusa dos estudantes em escutarem as advertências para não realizar a passeata[612].

Em sua coluna política, o periódico também se opôs à DSN, a qual afirma que era a doutrina oficial, arraigada no aparelho de segurança do governo que "só enxerga a guerra revolucionária" o que conduz "à escalada no endurecimento do regime". Assim, compreende que os que adotam essa doutrina "a única opção possível é a repressão, o esmagamento dos que manifestam inconformismo" e a "falta de arrependimento", a "falta de condenação" dos agentes de segurança que invadem e agridem. O texto encerrou em tom de alerta: a classe política não pode aceitar a doutrina da guerra revolucionária, pois a "técnica repressiva é a negação da política"[613].

Para o *JB*, a causa fundamental dos protestos residia na precariedade estrutural e na ausência de perspectivas que a universidade oferecia ao estudante, o que favorecia a proliferação de discursos políticos capazes de desestabilizar a ordem nacional. Ainda que reconheça que o descaso educacional era um legado herdado do passado, o periódico considera inaceitável que um governo que se autodeclara revolucionário enfrente uma crise de autoridade e se omita diante de uma questão considerada prioritária para a sociedade[614].

Em Londrina, a *FL* destaca que os protestos dos estudantes londrinenses foram contra a falta de professores e a falta de subsídios oficiais e de nenhuma perspectiva de melhora na estrutura e se questiona: "Será que são subversivos? Será que conspiram para a agitação? Só

[612] PONTO final. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 set. 1966, p. 6)
[613] GOVERNO não abandona a técnica da repressão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 set. 1968, p. 6. Coisas da política.
[614] PONTO final. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 set. 1966, p. 6.

falaria isso quem desconhece totalmente o quadro de vida estudantil nacional e o que ele realmente significa"[615].

A *FL* explica que as manifestações estudantis representam a insatisfação diante da postura de um governo que adotou uma política errônea com estudantes: "Os homens do governo, desde que o sr. Suplicy de Lacerda assumiu o MEC, encarando os estudantes como um grupo de subversivos perigosos. Os universitários foram classificados assim, e assim tratados [...]. Os estudantes foram amordaçados. Todos! Não este ou aquele. Bastava ser estudante para receber o rótulo de "perigosos"[616]. A *FL* ainda destaca que, apesar da notoriedade do movimento estudantil, pouca gente conhece os seus motivos. Alguns acreditam que nasceu do Congresso da UNE, em Belo Horizonte ou do Congresso da UEE, em São Paulo. Mas, para a *FL*, o motivo era a marginalização estudantil de todo o quadro político e o afastamento das decisões que lhes dizem respeito[617].

Figuras como Tristão de Athayde e o arcebispo de Recife, Dom Hélder Câmara, influentes no debate nacional, manifestaram apoio à participação política dos estudantes nos diversos espaços públicos. Segundo Mayrink (1966), que acompanhava os movimentos estudantis pelo Brasil, as manifestações ocorriam independentemente da orientação das entidades representativas, indicando que os estudantes saíam às ruas e protestavam contra a ditadura mesmo à revelia das organizações que pertenciam[618].

O texto de Mayrink (1966), reforça a perspectiva de que a formação de vários movimentos estudantis na setembrada de 1966 não foram conduzidos exclusivamente pela capacidade de mobilização das entidades estudantis, mas foi uma participação da massa estudantil na qual parte dela não estava integrada às entidades. Essa perspectiva foi observada nas representações veiculadas nos noticiários, indica que havia um grau de autonomia que impulsionaram as ações coletivas. Essa perspectiva, claramente minimiza o poder de pressão das entidades estudantis, objetivo que o próprio regime cultivava. E vai na contramão da análise de Martins Filho (1986), que defendeu a autonomia das entidades estudantis, fator que foi decisivo para a retomada das mobilizações política o que provaria que os conservadores estavam errados ao acusar a UNE de depender das verbas do governo para mobilizar. Para o autor a UNE e as UEEs não se subordinavam a nenhuma estrutura do Estado.

---

[615] JUVENTUDE agitada. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1996, p. 3.
[616] BOLA de Neve. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 set. 1966, p. 3.
[617] JUVENTUDE agitada. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1996, p. 3.
[618] MAYRINK. José Maria. O diálogo difícil entre estudantes e Governo no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1966, p. 14.

Tristão de Athayde, apontou a natureza ilegítima do governo que assumiu uma posição política "antipovo e antijuventude". Para ele o que estava acontecendo era que a juventude depois do golpe que minou a unidade nacional conseguiu reunir "o que há de melhor na mocidade brasileira. E dar-lhe uma continuidade de atitudes e uma perseverança na ação que até hoje lhe faltavam". Para o intelectual católico um dos únicos reconfortos da realidade brasileira "era a luta dos estudantes contra a repressão policial e militar que o governo da pseudo-revolução de 64 lançou contra eles"[619].

Utilizando documentos históricos importantes, como encíclicas papais e a Declaração dos Direitos Humanos para evitar que o seu texto fosse considerado subversivo, o diretor da Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras de Lins, padre Idelfonso Sigriet, juntamente com os membros do DA da instituição, lançou um manifesto de solidariedade aos 178 estudantes paulistas presos durante a tentativa de instalação do Congresso da União Estadual de Estudantes[620]. Mais uma vez representantes da igreja se manifestaram sobre a situação estudantil, agora alguns deles se posicionam abertamente contra a permanência da ditadura civil-militar. Foi o que fez o bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, na sede do centro acadêmico Osvaldo Cruz da Faculdade de Medicina de São Paulo, quando proferiu:

> O Brasil atualmente dirigido por homens que, em sua maioria, nunca foram líderes e estão no poder através da vontade de outros países e grupos que não representam os interesses nacionais [...] de nenhuma forma, militares ou padres podem concorrer com civis na vida política [...] militar não sabe discernir e só sabe mandar (D. Marcos diz a estudantes que dirigentes do Brasil não representam a nação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 set. 1966, p. 6).

Também padres de várias ordens de São Paulo distribuíram uma nota de protesto que dizia: "Os frades estudantes dominicanos, carmelitas, agostinianos e os clérigos estudantes, jesuítas, camilianos e sacramentinos vêm, por esta nota, expressar sua solidariedade à luta dos estudantes universitários brasileiros em prol da liberdade de reunião, discussão e manifestação de ideias"[621].

Um grupo de intelectuais, entre os quais os Alceu Amoroso Lima, Oscar Niemeyer e Mário Martins, divulgou um manifesto de apoio aos "direitos dos estudantes quando estes saem à rua". Afirmam os intelectuais que "esses direitos estão indissoluvelmente unidos à luta dos estudantes pela restauração das liberdades democráticas para todo o Brasil e pela defesa da independência nacional ameaçados pela ditadura"[622]. Cerca de 300 artistas e intelectuais,

---

[619] ATHAYDE, Tristão. Já era tarde? *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 set. 1968, p. 6.
[620] PADRE em S. Paulo condena prisão de estudantes e usa encíclicas como argumentos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 set. 1966, p. 11.
[621] MACKENZIE protesta no pátio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 set. 1966, p. 11.
[622] PAULISTAS encerram seu Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 set. 1966, p. 11.

encabeçados por Fernando Azevedo, Paulo Duarte, Cacilda Becker, Nara Leão, Maria Della Costa e Osvaldo Porchat, lançam manifesto hipotecando solidariedade irrestrita e apoio aos estudantes brasileiros, que neste momento se lançam, mais uma vez, na luta pela preservação da livre expressão de pensamento[623].

Embora, pouco expressivos na imprensa também houve posicionamentos estudantis que condenavam as greves e os protestos, afirmando que defendiam a ordem e o interesse legítimo dos estudantes. O que revela que havia estudantes mais conservadores ou aqueles que defendiam as pautas dos estabelecidos no poder. Abaixo estão alguns desses posicionamentos estudantis.

1. Em Pernambuco cujo presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UPE), Manuel Alves de Sousa, convocou uma reunião com autoridades para discutir a crise, mas 15 diretórios opositores se recusaram a participar, alegando que a UPE "não é um órgão representativo da classe". No Recife, metade dos diretórios acadêmicos eram clandestinos e alinhados à UNE, enquanto os demais não tinham orientação definida (Sete mil em greve no Recife. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 set. 1966, p. 7).
2. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), os centros acadêmicos emitiram um manifesto condenando as greves e agitações, afirmando que "os agitadores tentam trazer intranquilidade aos lares brasileiros" e conclamando os "universitários democratas" a se manterem "alertas contra a greve de anarquia" (Santa Maria é contra as greves. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 set. 1966, p. 17).
3. No Rio de Janeiro, o DA da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ repudiou a participação nos protestos porque foi elaborado por "pretensas lideranças estudantis", enquanto o DA Everardo Backheuser da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula afirmou que não aprovaram a greve porque na situação atual ela servia "a interesses estranhos ao movimento dos estudantes", declararam-se contra a violência e a omissão das autoridades diante das reais reivindicações estudantis (Economia condena agitações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1966, p. 7).
4. No Paraná, os universitários criticaram a política estudantil nacional, denunciando a desconexão e artificialidade dos DEEs e da UNE. Omar Akel, presidente em exercício da UPE, destacou que o Diretório Nacional e os diretórios estaduais formam "uma estrutura que os estudantes combatem por ser artificiosa e desvinculada da realidade universitária", igualmente

[623] ANUNCIADA em vários estados adesão à manifestação estudantil de hoje. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1966, p. 1-15.

criticou a falta de contato com a base (Paranaenses criticam os diretórios. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24-25 jul. 1966, p. 6).

Como se verificou, a Lei Suplicy e o comportamento de diferenciar estimulou uma divisão nas representações estudantis, separando-os em entidades oficiais e clandestinas. Situação que provocou uma crise de representatividade tanto com relação aos representantes oficiais que não possuíam liderança no meio estudantil quanto da UNE que por causa da coerção do Estado passou a tomar atitudes e decisões sem a participação das bases estudantis.

Em contrapartida, as notícias sobre a posição de técnicos e autoridades do governo revelam a incompreensão diante dos protestos estudantis. Essa postura ficou evidente nas declarações de assessores do presidente Castelo Branco, que, ao comentarem as greves, afirmaram que "grande parte do movimento não tem justificativa". O presidente recomendava cautela aos governadores frente às manifestações e orientava as autoridades da Força Pública a evitarem excessos na repressão, com o intuito de "evitar que os agitadores atinjam o seu objetivo: estudantes espancados por protestarem contra o governo". A preocupação do reitor Gama e Silva e do general Costa e Silva era preservar um "clima de ordem em todo o país". Já o ministro da Educação, Moniz de Aragão, via na presença constante dos estudantes, na sede do MEC, atitudes radicais que inviabilizavam o diálogo, além de afirmar que os protestos carregavam "inspiração vinda do exterior nessas atividades universitárias"[624].

O ministro Moniz de Aragão, e o reitor da UFRJ, Pedro Calmon, iniciaram um diálogo com os líderes estudantis chamados de "autênticos" e "oficiais". Mas esse grupo era uma minoria de 55 diretórios acadêmicos oficiais no país[625]. Além disso, muitos até mesmo apoiavam o governo, condenando as manifestações estudantis, o que mostrava que o diálogo novamente estava aberto apenas para um grupo minoritário que exclui figurações e lideranças envolvidas nos protestos que eclodiram em 1966. Os problemas estudantis não eram vistos como relevantes e os estudantes se mostravam desconfiados da tentativa tardia de diálogo perante um governo que não admitia críticas ao regime ou a anulação das punições e as

[624] ESTUDANTES já foram soltos em São Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 set. 1966, p. 1; GREVE geral de universitários começa a se ampliar pelo País. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18-19 set. 1966, p. 1; MONIZ não aceita pressões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 set. 1966, p. 11; MINISTRO da educação diz que não há intromissão em universidade *Folha de Londrina*, Londrina, 21 set. 1966, p. 8; CASTELO recomenda à polícia que tenha cautela com os estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 set. 1966, p. 1; CB recomenda: cautela e rigor no trato com os universitários. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1966, p. 1.

[625] MONIZ e Calmon iniciam diálogo com lideranças estudantis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 set. 1966, p. 11.

conversações seriam aceitas apenas no âmbito das faculdades, além disso prevalecia a ordem de reprimir com severidade qualquer manifestação estudantil nas ruas[626].

As autoridades estabelecidas demonstravam maior preocupação em preservar a ordem e afirmar sua superioridade por meio da força e de valores autoritários do que em compreender as razões que motivaram os protestos estudantis. A cautela recomendada pelos governantes não visava à proteção da integridade dos estudantes, mas sim à contenção de atos de violência que, se expostos publicamente, poderiam gerar repulsa na opinião pública e estimular reações contrárias ao regime. Nesse sentido, tratava-se de evitar que a repressão excessiva rompesse com a imagem de controle e legitimidade fundamentais para manter a governabilidade.

Os protestos estudantis criaram um clima de imprevisibilidade matizado pela violência presenciadas nas ruas e pela continuidade desses conflitos. As notícias, títulos, imagens e editoriais indicam que os distúrbios estudantis estavam sendo motivados por pautas políticas que ganhavam centralidade no espaço universitário e nacional, pois os protestos surgiram para contestar a natureza da ditadura civil-militar que atingia diretamente as figurações universitárias. Claramente, havia reivindicações estudantis estruturais nos protestos e muitas delas se arrastavam desde o início da década de 1960, mas, diante da ameaça premente à formação dessas figurações, elas foram postas em segundo plano em 1966.

No final de setembro, a maioria das greves decretadas pelos estudantes já havia terminado, as grandes concentrações não ocorriam mais em todo o país, e a normalização parcial se impôs com a retomada das atividades acadêmicas. O Quadro 22 apresenta o levantamento do MEC publicado nos periódicos sobre a situação de 13 universidades em 11 estados e a sua respectiva publicação nos periódicos.

Quadro 22 – Levantamento oficial da situação estudantil em setembro de 1966[627]

Instituição	**Situação descrita pelo *JB***
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Tentativa de concentração em frente à reitoria
Universidade Federal da Paraíba	Nenhum sinal de agitação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Plena calma
Universidade Federal de Pernambuco	Início de levantamentos estudantis
Universidade Federal do Ceará	Relativa calma; manifestação localizada
Universidade Federal do Paraná	Perfeitamente calma
Universidade Federal de Brasília	Perfeita calma
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Nada de anormal

[626] DIÁLOGO com estudante só nas escolas. Moniz e Calmon iniciam diálogo com lideranças estudantis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 set. 1966, p. 1.

[627] MEC diz que calma domina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1966, p. 4; Situação nos estados. *Joral do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1966, p. 4; Levantamento da situação estudantil do ministro da Educação: tudo calmo. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 set. 1966, p. 8.

Universidade Federal do Espírito Santo	Ordem inalterada
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Situação normal
Pontifícia Universidade Católica do RS	Situação normal
Universidade Federal de Minas Gerais	Nenhuma ocorrência registrada
Estados	**Situação descrita pela *FL***
Recife	Concentração estudantil contra o governo e greve
Bahia	Situação tranquila; polícia impediu passeata
Espírito Santo	Situação de absoluta normalidade
Paraíba	Situação de absoluta normalidade
Rio Grande do Norte	Situação de absoluta normalidade
Paraná	Situação de absoluta normalidade
Minas Gerais	Situação de absoluta normalidade
Brasília	Situação de absoluta normalidade
Ceará	Situação de normalidade; assembleia interna
São Paulo	Secretaria de Segurança relata calma
Rio Grande do Sul	Estudantes mobilizados contra o governo

A intenção de disseminar essa notícia, reiterada pelos dados divulgados pelas autoridades era mostrar que havia uma aparente tranquilidade. Embora tenha ocorrido uma diminuição nas manifestações depois de setembro, os estudantes continuaram a se mobilizar em pequenos grupos, focados em levar pautas políticas que esclarecessem a natureza da ditadura civil-militar, considerando que o contexto da sucessão presidencial e das eleições.

O ano de 1966 encerrou com uma trégua nas mobilizações estudantis a partir de novembro, marcada por uma tentativa do governo de iniciar um processo de diálogo mediado pelo ministro da Educação e reitor da UFRJ, Moniz de Aragão. Trata-se do primeiro gesto de negociação após aproximadamente dois anos e meio de crescente tensão entre o movimento estudantil e o governo da ditadura civil-militar. No entanto, esse esforço governamental parecia direcionado a estabelecer a interlocução apenas com estudantes ideais, aqueles que enquadraram as suas reivindicações às questões educacionais, desconsiderando o caráter político mais amplo das mobilizações. Independentemente das limitações, o período foi caracterizado por uma relativa pausa nas ações estudantis.

As inúmeras tentativas de manifestações estudantis nas ruas, bem como o impedimento de reuniões e atos públicos com o uso de proibições e força policial fez parte de uma política de desmobilização estudantil. No entanto, ela resultou na Setembrada, que representou um dos momentos mais expressivos de mobilização pública dos estudantes. A repressão desencadeou uma rede de solidariedade que fortaleceu as entidades estudantis e engajou estudantes de vários

estados do Brasil ampliando a coesão entre eles que compartilhavam códigos sociais públicos de reivindicação e protesto.

A seguir se verá que o ano de 1967, pode ser resumido para Fávaro (1995) nas palavras de ordem "reagir a violência policial". A situação se agrava não somente na relação entre estudantes e autoridades do Estado, mas também se intensifica repressão contra políticos e a censura que atinge contra a imprensa.

3.2 ENTRE 1967 E 1968: A ILUSÃO DE ABERTURA E O AUMENTO DA REPRESSÃO

Em 1967, o governo Castelo Branco, outorga a nova Constituição de 1967, junto à tramitação da Lei de Imprensa e do decreto da LSN. Recursos que refletem numa estratégia governamental que mesclava rituais da democracia formal e práticas do autoritarismo crescente motivados pelas pressões civis e principalmente da caserna. Para o *JB*, que já expressava seu descontentamento com a "legislação revolucionária" a prevalência da LSN sobre a Constituição apontava para uma "expectativa sombria para o país". O periódico evidencia que projeto da Lei de Imprensa foi amplamente rejeitado pela imprensa, porque institucionalizou a ameaça à liberdade de expressão[628].

Diante disso, o *JB* acompanhou de forma atenta os episódios de censura e prisão de jornalistas contribuindo assim para narrar a atmosfera de ameaça que a figuração jornalística sofria mesmo antes da instituição da censura prévia. Portanto, o periódico é uma fonte complexa pois ao mesmo tempo em que apoiou o golpe civil-militar e muitas pautas e valores da ditadura também o criticava como visto nos editoriais anteriores. A grande imprensa sobre uma mudança na dinâmica social, de aliado se torna um alvo do regime que apoio, isso se torna mais nítido à medida que a imprensa perde cada vez mais a sua autonomia sobre a sua função social.

Walmor Macarini, diretor de redação da *Folha de Londrina* em entrevista que concedeu a Dias (2008) lembra que sofreu pressões feitas pelo regime desde 1964, mas que elas se intensificaram depois do governo de Castelo Branco. Assim ele reforça que havia medo de escrever porque para os censores que estavam na *FL*, "tudo era inconformismo ideológico". Mas Kushnir (2012) ressalta que esse tipo de censura atingiu um expediente pequeno de veículos de comunicação.

Apesar do processo de consolidação da ditadura civil-militar no final do governo Castelo Branco, a posse do presidente Costa e Silva, em 1967, foi marcada por um certo

[628] EXPECTATIVA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1967, p. 6; RESPONSABILIDADE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1967, p. 6.

otimismo veiculado pela imprensa, que difundia a expectativa de uma possível abertura política a partir das promessas do presidente de redemocratização e de diálogo.

Napolitana cita que a revista *Fotos e Fatos* e outros periódicos saudaram a novo presidente que visivelmente tinha o apoia de militares chamados de "duros" exatamente pelas suas pretensões de intensificar a repressão militar, para o autor hoje soa estranho a aposta de que o marechal iria liberalizar o regime. Esse período foi chamado, por Germano (1993, p. 111), de "política do alívio", que perdurou até a decretação do AI-5. Contudo como verificou Valle (1997) logo após as primeiras manifestações de rua o governo militar opta imediatamente pela retomada da repressão contra os estudantes.

No campo estudantil, o ano de 1967, destacou-se pelas mobilizações em torno da questão dos excedentes nos cursos de Medicina, com a criação de comissões e protestos que também se voltaram contra os acordos MEC/USAID que se estabeleceram após o golpe civil-militar e os sucessivos cortes orçamentários que colocava em relevo a escassa oferta de vagas na educação superior.

Em 1967, com o crescimento dos movimentos estudantis, o Decreto-Lei nº 228/1967, conhecido como Lei Aragão que extinguiu o DNE, os DEEs e todas as entidades de estaduais, que foram reorganizadas em regime privado em alusão às UEEs, assim entre os DCEs e os DAs não haveria nenhum representante, ambos precisam se enquadrar ao decreto para não serem extinguidos (Cunha, 2007b). Dessa maneira, se concorda com Tristão de Athayde quando ele afirma que o decreto buscou a continuidade da desarticulação do movimento estudantil, porque determinava que cada universidade ou faculdade teria seus diretórios enquadrados nos moldes rígidos e disciplinares da Lei nº 4.464, o que isolava os estudantes de nível superior e lhes retirava qualquer possibilidade de participação legal na vida pública do país[629].

No início de 1967, as lideranças estudantis da UFRJ anteciparam a campanha contra as anuidades escolares, que em 1966 havia se iniciada apenas em junho, para conseguir mobilizar e preparar os calouros para os protestos. Os líderes universitários mineiros percorriam todas as faculdades da sua capital, a fim de preparar os alunos novos para prisões e pancadarias que poderiam ocorrer na passeata que fariam. Em vez de levar os estudantes para as ruas, a companha contra o pagamento das anuidades foi realizada através de cartazes colocados nas

[629] ATHAYDE, Tristão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1967, p. 6)

portas das faculdades, porque acreditavam que primeira era necessário "o recrutamento dos alunos novos a fim de que a campanha tenha maior número de adeptos"[630].

O *JB* registra mobilização pedagógica que de certa forma está relacionada com a DSN que alertava sobre o aliciamento dos estudantes. Mas de fato, esse comportamento pode também ser visto como uma estratégia estudantil, que visava preparar emocional e fisicamente o estudante para incorporar um *habitus* social da figuração cunhado em uma conjuntura de repressão. Esse processo de aprendizagem social do autocontrole e da tensão emocional foi abordado por Elias (1997, p. 183) quando disse que, especialmente em momentos de tensão política "os jovens aprendem, no convívio com seus pares, como devem reagir ao perigo, à pressão externa e às expectativas de coragem ou disciplina". Nesse processo Cunha (2007b) resume parte dessa mudança quando aponta que a política estudantil enraizada na turma e a faculdade a partir do isolamento das lideranças e das entidades estudantis passa a ser praticada nas ruas descoladas das universidades. Ou seja, os estudantes desenvolvem uma sociogênese que respondia de forma imediata os impactos do campo social.

Em 1967, o convênio MEC-USAID tornou-se um ponto de tensão para os estudantes, pois acreditavam que o acordo comprometia o princípio da autonomia universitária, por representar uma ameaça de imposição da filosofia educacional norte-americana sobre o ensino superior brasileiro. Em 1965, o convênio MEC-USAID foi assinado, mas não recebeu o incentivo de publicidade na imprensa exigido pelo USAID, Cunha (2007b) explica que o motive era evitar que se abatesse sobre o MEC as forças que se direcionavam contra o imperialismo, assim o convênio nem sequer foi publicado, os ministros da Educação ora confirmavam sua existência, ora negava.

Enquanto os debates circulavam, o novo ministro da Educação, Tarso Dutra, afirmava na Câmara que não teve tempo de examinar todos os acordos MEC-USAID[631]. Em meio a ascendente movimentação estudantil um novo convênio foi firmado em 1967, uma explicação para isso foi a recepção negativa da opinião pública, contraria a intervenção de consultores estadunidenses no ensino superior, inclusive entre os próprios membros do CFE havia posições contrárias ao convênio como o próprio Durmeval Trigueiro. O Relatório do Acordo MEC-USAID foi divulgado apenas em 1969 durante a vigência do AI-5 (Cunha, 2007b).

---

[630] UNIVERSITÁRIOS reiniciam a luta contra as anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1967, p. 7; CALOURO de Minas sairá preparado para apanhar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1967, p. 7; ESTUDANTES reabrem luta para não pagar anuidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1967, p. 7.

[631] O CONVÊNIO da discórdia, diz Ministro. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 27 abr. 1967, p. 19; UNIVERSIDADES matriculam 3.379 excedentes, diz Ministro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1967, p. 19.

Assim, a omissão do conteúdo fomentou os protestos dos estudantes e a indagação da própria imprensa. Durante uma concentração estudantil no pátio do MEC, um grupo de estudantes organizou uma comissão com o objetivo de obter autorização para dialogar com as autoridades. A comissão, composta por três universitários, foi recebida pelo diretor de Ensino Superior, Carlos Alberto Del Castillo, a quem entregaram um envelope com as principais reivindicações: a revogação das punições aplicadas a estudantes, o reexame do acordo MEC-USAID, a suspensão da cobrança de anuidades, melhorias nas condições de estudo e a criação de um novo restaurante universitário. Enquanto a comissão mantinha o diálogo, cerca de 600 estudantes permaneciam no pátio, sob a vigilância de 72 soldados da PM, como mostra a Figura 99, que mostra estudantes discursando enquanto a PM tenta impor moderação com o uso de megafones, os estudantes reagem com vaias e palavras de ordem como "fora a polícia"[632].

Figura 99 – A plateia heterogênea



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1967, p. 15.

Novamente, em maio, Carlos Alberto Del Castillo recebeu uma comissão de estudantes universitários[633] a fim de responder às suas reivindicações, e anunciou que em breve faria revisão dos acordos firmados entre o MEC e a USAID, bem como das punições aplicadas pela UFRJ. Porém, em contraposição, o ministro afirmou dias depois que nada havia a revisar nas diretrizes dos documentos porque um convênio de assessoramento, expansão e

[632] MEC destitui comissões do acordo com USAID para revê-lo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1967, p. 15.

[633] Comissão, formada por representantes do Diretório Central dos Estudantes, Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRJ, Diretório da Escola Nacional de Belas-Artes, União Metropolitana de Estudantes (entidade extinta), Diretórios da Faculdade de Direito e da de Economia da UFRJ, conversou durante duas horas com o Diretor de Ensino Superior do MEC, recebendo as respostas às reivindicações apresentadas na semana passada. O Sr. Carlos Alberto Del Castillo disse aos estudantes que havia consultado todas as fontes para responder às perguntas e que daria uma cópia assinada aos universitários.

aperfeiçoamento, a curto e longo prazo, do sistema de ensino superior nada tinha de atentatório aos interesses do país[634].

No discurso de Carlos Alberto Del Castillo parecia haver uma abertura ao diálogo e a disposição de rever os acordos nos pontos considerados inconvenientes aos interesses do Brasil, já a fala do ministro Tarso Dutra mostra uma postura inflexível que não parecia disposta a aceitar os debates ou revisões dos acordos. Assim o comportamento divergente das autoridades educacionais visto nas notícias e na pesquisa de Cunha (2007b) confirma que o MEC e CFE não constituía um bloco homogêneo que coexistissem dentro da máquina estatal que sofria pressão internacional e nacionais.

Os estudantes, em assembleia na FNFi, viam a ratificação do Acordo MEC-USAID como o não cumprimento da promessa. Diziam os vários oradores "— podemos afirmar que a política educacional do atual governo está se desmascarando a cada dia e que contém as mesmas diretrizes da política Castelo Branco"[635]. O ministro da Educação, respondendo aos protestos dos estudantes disse que na prática era muito difícil ouvi-los, pois seria necessário um plebiscito para saber quem fala pela classe. O ministro também adiantou que solicitará cooperação dos Estados Unidos para vários programas, principalmente o da erradicação do analfabetismo[636].

O comportamento estudantil frente aos acordos MEC/USAID foi definido pelo *JB* como uma "nova crise de histeria" praticada por "minorias ativistas" ou "facção estudantil" desinteressada dos estudos[637]. Mas, o periódico também condenou o descontrole da resposta do ministro da Educação e admoestou que uma das definições de educação "é o processo destinado a civilizar os impulsos primitivos do homem de modo a torná-lo um ser social"[638]. Os grupos estabelecidos, assim como o *JB* tendem a apresentar os *outsiders* como emocionalmente descontrolados e, portanto, inferiores, reforçando a sua própria superioridade baseada exatamente na sua capacidade de autocontrole, sinônimo de legitimidade social.

Em maio, a frustração com o descumprimento dos compromissos sobre os Acordos MEC/USAID desencadeou uma nova onda de greves e protestos estudantis em todo o país. As mobilizações além da rejeição aos acordos com os EUA, envolviam temas diversos como gratuidade do ensino, aumento de anuidades, falta de infraestrutura e ocorreram no Rio de

---

634 MEC vai rever acordos técnicos e punições universitárias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 maio 1967, p. 16; TARSO ratifica o Convênio MEC-USAID e afirma que nada contém de atentatório. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 maio 1967, p. 3.
635 ESTUDANTES consideram-se traídos pela ratificação do convênio MEC-USAID. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 maio 1967, p. 16.
636 TARSO explica a estudantes por que não os incluiu nos debates sobre o MEC-USAID. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 maio 1967, p. 11.
637 O COMPLEXO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 maio 1967, p. 6.
638 PROBLEMA fundamental. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 maio 1967, p. 6.

Janeiro, Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, Goiás e Paraná. Nesse contexto, em Curitiba, os estudantes de diversas faculdades se uniram contra a nomeação de Flávio Suplicy de Lacerda para reitor, promovendo comícios e passeatas no centro[639].

Também circulavam notícias sobre os problemas financeiros de universidades como as de Minas Gerais que pedia verba-extra e no Maranhão que reclamava as suas verbas que não foram recebidas no ano de 1966 e 1967. Assim, a trégua nas mobilizações estudantis terminava. Prontamente, o *JB* classificou a ação dos estudantes como "agitação pela agitação" acusando que as manifestações foram comandadas por forças externas à universidade[640].

As Figuras na sequência ajudam a ilustrar a atmosfera da escalada dos protestos estudantis que ocorreram na Guanabara. São representados os deputados Fabiano Vilanova, Alberto Rajão e Ciro Kurtz, do Grupo Renovador da Assembleia, participaram do protesto e criticaram o governo estadual qualificando-o de "entreguista" sua origem foi fomentada pelo anúncio da demolição do restaurante Calabouço, para a construção do Trevo dos Estudantes, obra prevista para receber os representantes do FMI. O restaurante era frequentado por estudantes que pagavam apenas NCr$ 0,02 por refeição. Em resposta à ameaça de demolição do Calabouço, os estudantes formaram uma comissão para reivindicar sua permanência até a construção de um novo restaurante. Dias depois, seis estudantes foram presos durante uma concentração no local[641].

Ainda na Guanabara, na Figura 100, três agentes do DOPS que sacam suas armas e dispararam contra os manifestantes na escadaria da Assembleia, em vez de utilizar bombas de efeito moral. Isso ocorreu durante uma passeata contra os acordos MEC-USAID que resultou em seis feridos (entre eles três estudantes, dois transeuntes e um jornalista) e na prisão de 32 estudantes. A repressão se intensificou com a presença de 200 policiais militares espalhados pelas ruas do centro[642].

Nessa ocasião, a Figura 101 destaca que os estudantes com cartazes eram os principais alvos do ataque da polícia, outros diziam: "Acordo MEC-USAID é colonialismo cultural"; "Queres estudar? Aprenda inglês primeiro para frequentar Universidade"; "Revisão ampla das

---

639 MACKENZIE é cercada a pedido de reitora. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1967, p. 15; ESTUDANTES mobilizam-se em 9 Estados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 maio 1967, p. 1; UNIVERSITÁRIOS levam às ruas o seu repúdio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 maio 1967, p. 11.

640 FALSOS pretextos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 maio 1967, p. 6.

641 ESTUDANTES reagem à ordem do governo de demolir o restaurante do Calabouço. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 maio 1967, p. 5; POLÍCIA prendeu 6 estudantes na concentração do Calabouço. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 maio 1967, p. 7.

642 PASSEATA de estudantes dá em 32 presos e 6 feridos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1967, p. 15; CHOQUE de estudantes e polícia resultou em 6 pessoas feridas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1967, p. 18.

cassações"; e "Pela liberdade dos DAs e DCE". Oito estudantes foram presos por conduzir os cartazes que diziam: "Acordo MEC-USAID é colonialismo cultural"; "Queres estudar? Aprenda inglês primeiro para frequentar Universidade"; "Revisão ampla das cassações"; e "Pela liberdade dos DAs e DCE". Os repórteres e fotógrafos foram atacados e feridos pelos policiais dentre eles o JB destaca, por meio da Figura 103, o repórter da *Última Hora*, Antônio Dinis, caído e desmaiado depois de ser atacado por um policial[643].

Figura 100 – Protesto contra o Acordo MEC-USAID


MOVIMENTO ESTUDANTIL

O Deputado Fabiano Vilanova foi um dos oradores da concentração dos estudantes no restaurante do Calabouço

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 maio 1967, p. 7.

Figura 101 – Um punhado de bravos


UM PUNHADO DE BRAVOS

No meio da confusão, alguns policiais resolveram sacar os seus revólveres para conter os estudantes

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1967, p. 1.

[643] PASSEATA de estudantes dá em 32 presos e 6 feridos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1967, p. 15.

Figura 102 – O alvo mais visado



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1967, p. 1

Figura 103 – O caminho da prisão



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1967, p. 1.

Figura 104 – Marcado pela repressão



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1967, p. 1.

Para justificar a agressividade contra as manifestações da Guanabara, o governador Negrão de Lima alegou que as passeatas foram realizadas em um horário que atrapalhava o tráfego, além de não terem pedido autorização para ser realizadas, reiterando que as passeatas "não são proibidas, mas precisam ser autorizadas"[644]. Nenhuma das autoridades se responsabilizou pelo uso da violência.

Em Belo Horizonte, as passeatas contra os acordos MEC-USAID e a repressão policial provocaram forte agitação, paralisando o comércio e os bancos por quatro horas. A ação da polícia resultou em prisões, espancamentos e o uso de bombas de gás lacrimogêneo, atingindo estudantes, populares e jornalistas. O presidente do DCE da UFMG, Jorge Batista, destacou que os estudantes buscavam conscientizar a população sobre os verdadeiros inimigos da nação, convocando à luta contra o imperialismo e o avanço do capitalismo no Brasil[645].

Na USP, a polícia retirou à força 120 estudantes de um conjunto residencial ocupado há dois meses. O Centro Acadêmico 9 de Agosto responsabilizou o governador André Sodré e o reitor Mário Ferri pelos espancamentos de estudantes durante o despejo, enquanto o governador alegou resistência estudantil. Na Guanabara, a reintegração de posse da Casa dos Estudantes do Brasil, desabrigou 200 secundaristas e gerou protestos e pedidos ao governador Negrão de Lima para evitar o despejo, diante da falta de alternativas de moradias estudantis[646].

---

644 NEGRÃO diz que polícia na passeata cumpriu ordem do Governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 maio 1967, p. 11.

645 ESTUDANTES mineiros fazem passeatas enfrentando a polícia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 jun. 1967, p. 7; LÍDER universitário mineiro fala sobre o congresso da UNE. *Folha de Londrina*, Londrina, 04 jul. 1967, p. 9.

646 POLÍCIA invade e depreda alojamentos em S. Paulo para prender alunos. *Folha de Londrina*, Londrina, 05 jul. 1967, p. 12. Escola e Estudantes; CONFLITO na Cidade Universitária de S. Paulo: Sodré acusa os estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, 05 jul. 1967, p. 9; ESTUDANTES que moram na Casa do Estudante vão protestar contra despejo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1967, p. 13.

Diante do quadro de mobilizações desde maio, o presidente da República na tentativa de desestimular os protestos, determinou a prorrogação automática do período letivo nos estabelecimentos de ensino superior em caso de suspensão ou paralisação das aulas. O decreto determina que o ano letivo não pode ter duração inferior a 180 dias de efetivo trabalho escolar. Para o *JB*, o decreto era enérgico e justo, pois exigirá que os estudantes refletissem se ela valerá a pena entrar em greve, devendo usá-la com responsabilidade. Já os DAs cariocas consideraram o decreto mais uma tentativa de cerceamento das liberdades estudantis[647].

Ao analisar as relações de poder das figurações universitárias nesse momento se observa que os estudantes engajados politicamente presentes em várias regiões e instituições pertencem a um nível inferior no campo político decisório, mesmo assim, conseguem exercer pressão o que abrigava o governo a lutar para manter e conservar seus privilégios de poder. Do outro lado, o próprio regime sofria uma "pressão de cima" exercido pelos militares concorrentes. Esse movimento é chamado por Elias (2001) na sociedade de corte de "fenômeno da pressão e contrapressão" que equilibra instavelmente a engrenagem social.

Aqui, ao contrário das etiquetas, são os códigos sociais públicos que expressam esse equilíbrio para o público, para os envolvidos eles significavam uma garantia ainda que precária da sua existência social e prestígio. A menor alteração no posicionamento das pessoas nos códigos sociais públicos significava como acontecia desde o início de 1960 com as mobilizações sociais, uma tentativa de alterar a estrutura social e a hierarquia social.

Como evidenciam as representações dos próprios estudantes, as motivações para a retomada dos conflitos não estavam exclusivamente ligadas à contestação ao regime ditatorial, nem tiveram como estopim inicial a repressão violenta das ruas, como ocorreu em setembro de 1966. A irrupção dos protestos partiu, sobretudo, de demandas relacionadas a problemas estruturais e internos das universidades, e da política educacional, como as reformas do ensino superior, a ampliação de vagas, moradia, alimentação, liberação de verbas, infraestrutura das escolas, entre outros. Mesmo assim, os estudantes no primeiro semestre de 1967, não se restringiram às demandas do âmbito universitário. Essa diversidade de pautas e códigos sociais e objetivos pode ser vista na terceira coluna do Quadro 23.

Junto com o protesto contra os acordos MEC/USAID se retoma o debate da Reforma Universitária, com reivindicações construídas nos movimentos estudantis. Embora as manifestações de rua continuassem a ocorrer, os estudantes passaram a investir fortemente na coordenação de códigos sociais públicos internos, com o objetivo de esclarecer primeiro para

[647] TERRA de ninguém. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1967, p. 6.

os próprios estudantes os seus princípios reivindicatórios, e, em seguida, à população em geral. Assim, colocavam-se como mediadores sociais, os líderes estudantis buscavam orientar seus pares sobre a situação da educação superior e os comportamentos necessários para exercer pressões naquele contexto político. Essa função pedagógica se manifestava, por exemplo, nas recepções aos calouros e na organização de um movimento nacional que se articulava localmente, por meio de assembleias, seminários, reuniões, palestras, comícios e campanhas, exercendo um papel formativo tanto no interior das universidades quanto na sociedade em geral.

Quadro 23 – Atuação estudantil em 1967 (primeiro semestre)

Local/Entidade	Códigos sociais públicos	Motivação/Objetivo
FUEC, estudantes cariocas, excedentes, secundaristas	Comissões	Negociar com as autoridades
FAU e excedentes	Ocupações das faculdades	Vagas e término das obras
Estudantes mineiros e cariocas	Protestos de rua	Contra o acordo e a repressão policial
UFRJ – Medicina, Ciências Econômicas, Sociais, Farmácia e Bioquímica	Greves	Contra o pagamento das anuidades e a repressão policial
UFRJ - Farmácia e Bioquímica	Greve (16 dias)	Contra supressão do termo 'Bioquímica' do nome da escola
Estudantes de Brasília	Comícios-relâmpagos nas fábricas, passeatas	Contra o imperialismo estadunidense
UNE, UEE, diretórios centrais livres ou oficiais	Seminários sobre o Acordo MEC-USAID realizados em todo Brasil	Denúncia do acordo e exigência de reforma universitária nacional
UNE	Passeatas em todo o Brasil (Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Rio, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e Pará)	Diversos
AMES e UBES (RJ)	Manifestação	Contra o governo federal e política educacional
Excedentes de Medicina	Acampamentos no MEC (desde março)	Luta por matrícula e melhores condições nos cursos de medicina
Faculdades de Medicina	Denúncia da falta de equipamento, laboratórios e conclusão de obras.	Melhoria das condições de estudo

Fonte: Informações das notícias de 1967 da *FL* e do *JB*.

O segundo semestre de 1967 revela um momento de reconfiguração da figuração estatal, marcada pela entrada do ministro da Justiça, Gama e Silva, na área estudantil. Segundo a notícia em conversa com um parlamentar da ARENA, o ministro teria anunciado a retomada da repressão policial com o apoio do presidente e medidas rigorosas contra os estudantes para evitar episódios como o do Calabouço, onde houve depredação de patrimônio público. Contudo, assessores do ministro no Rio de Janeiro negaram essas declarações[648]. Apesar de negar oficialmente a notícia, a intervenção na Pasta da Educação e a efetivação da nova fase de intensificação da repressão confirmam de certa forma a veracidade da notícia.

Era recorrente o padrão de comportamento em que o Estado anunciava medidas repressivas informalmente, deixava-as circular pela imprensa para depois negá-las publicamente. Tais notícias agiam como uma força social coercitiva, pois além de servirem como ameaça, possuíam um caráter informal que garantiria ao governo negá-las e manter a legitimidade calcada em uma posição antiviolenta e legalista.

Após a publicação do decreto presidencial, que determinava a obrigatoriedade de 180 aulas anuais, o ministro da Justiça enviou telegrama a todos os governadores estaduais solicitando que impedissem o funcionamento da UNE nos seus estados. No comunicado, o ministro relembrou que as atividades da entidade haviam sido suspensas pelo governo federal em 14 de janeiro de 1966, e afirmou que mesmo assim ela continuava a atuar em desacordo com a lei. O telegrama-circular do Ministro Gama e Silva dizia.

> Como é do conhecimento de V. Exa., o Presidente da República, tendo em vista o que foi apurado em processo deste Ministério, houve por bem, pelo Decreto n.º 57 534, de 14 de janeiro de 1966, suspender as atividades da União Nacional dos Estudantes, com sede na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado da Guanabara, em todo o território nacional, suspensão essa ainda em vigor, nos termos do Art. 1.º do Decreto-Lei n.º 8, de 6 de junho de 1966, até que a ação proposta pela União seja decidida pelo Poder Judiciário. De outro lado, o Decreto-Lei n. º 314, de 13 de março de 1967, qualifica como crime contra a Segurança Nacional, em seu Artigo 33, fazer funcionar associação cujo funcionamento tenha sido suspenso. Ora, como é público e notório e a imprensa dá amplo e minucioso noticiário, se vem tentando, no território nacional, reorganizar essa entidade, assim como fazê-la funcionar, inclusive com a promoção de reuniões e congressos, ou de publicações e manifestações da mesma ou de pessoas que se dizem seus dirigentes ou representantes, em franco desrespeito às leis vigentes e que, por sua natureza, exigem das autoridades públicas impor a sua obediência (Gama e Silva telegrafa aos Governadores pedindo que não deixem a UNE funcionar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 jul. 1967, p. 16).

Como se observa, o ministro da Justiça, Gama e Silva, retoma uma postura de confronto direto contra a UNE e os movimentos estudantis. Apesar disso, se levantam vozes de apoio aos estudantes dentro das figurações políticas como o grupo renovador do MDB da Guanabara cuja

[648] RIGOR contra estudante será maior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1967, p. 1; ASSESSORES de Gama e Silva desmentem notícia sobre maior rigor com estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1967, p. 4.

direção nacional do partido defendia um movimento pela legalização da UNE. O deputado Alberto Rajão criticou a extinção da entidade, afirmando que ela foi suprimida em nome de "valores democráticos que vêm sendo traídos ao longo das últimas três décadas"[649].

Nessa conjuntura, o XXIX Congresso da União Nacional dos Estudantes, marcado para 2 a 4 de agosto em São Paulo, foi proibido pelo ministro da Justiça, que afirmou que "reprimirá com mão de ferro o XXIX Congresso", pois considerava "um desrespeito às autoridades constituídas"[650]. Porém, a UNE confirmou a realização, mesmo com a forte repressão policial-militar. Cinco estudantes suspeitos de organizar o congresso foram presos pelo DOPS paulista, e outras detenções ocorreram pela Polícia Federal em conjunto com a Polícia Estadual. O DOPS mantinha uma lista de estudantes considerados subversivos a serem detidos, dentre eles o presidente da UEE carioca, Luís Travassos, preso e impedido de concluir o curso de Direito[651].

A fase inicial do Congresso foi realizada em lugar ignorado segundo anunciou a UNE em documento que distribuiu à imprensa eles elegeram os novos diretores da entidade e estudaram as teses enviadas de quase todo o Brasil. Logo se descobriu que o Congresso foi promovido no Convento de Vinhedo por 300 jovens que alegavam estar em retiro espiritual. Nove padres beneditinos, um irmão e o caseiro do retiro de Vinhedo foram presos por agentes do DOPS. Também foram chamados para depor duas freiras do Colégio Notre Dame, de Campinas, um padre que estava em Jundiaí, e quatro funcionários[652]. As notícias não legitimam explicitamente a violência e o autoritarismo expresso no impedimento do direito de reunião e nas prisões**,** mesmo assim não se opõem enfaticamente contra a ação mesmo porque limitam-se a reproduzir a narrativa simplificada e acrítica o que de certa forma contribuía com a naturalização do autoritarismo.

Mesmo assim, nas páginas impressas, aparecem posturas indignadas, como a dos 71 artistas de teatro que divulgaram em São Paulo um manifesto contra o ataque do Estado ao Congresso e alegavam que o evento visava apenas "debater as questões que dizem respeito à vida universitária". Em nota, o MDB igualmente protestou contra as prisões de estudantes e sacerdotes. Também dezenas de deputados federais enviaram telegrama ao ministro da Justiça, Gama e Silva, pedindo a "libertação imediata dos estudantes e religiosos presos em São Paulo,

---

649 LEGALIZAÇÃO da UNE será pedida pelo MDB carioca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1967, p. 11.
650 POLÍCIA Federal garante que impedirá o congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1967, p. 16
651 UNE em nota reafirma que congresso será realizado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30-31 jul. 1967, p. 16; UNE denuncia invasões arbitrárias da polícia. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 jul. 1967, p. 8.
652 EXTINTA UNE afirma que já elegeu diretoria para a segunda parte do congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1967, p. 16; ESTUDANTES envolveram beneditinos no congresso da UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1967, p. 7.

em nome da lei e da decência" e exigiram respeito para o livre exercício do direito de reunião[653]. As Figuras 105 e 106 mostram padres e seminaristas que protestavam na porta do DOPS com faixas e cartazes exigindo a libertação de sacerdotes e estudantes, e reivindicando o direito de associação. Pouco tempo depois, a manifestação foi dissolvida pela polícia paulista.

Figura 105 – Padres e seminaristas na porta do DOPS – A guerra ideológica



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1967, p. 1.

Figura 106 – Pela liberdade perdida



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1967, p. 1.

O padre Leo Paul Rothrauff, Prior do Mosteiro de São Bento em Vinhedo, afirmou ter sido enganado pelos estudantes que usaram a Casa de Retiro para realizar um Congresso.

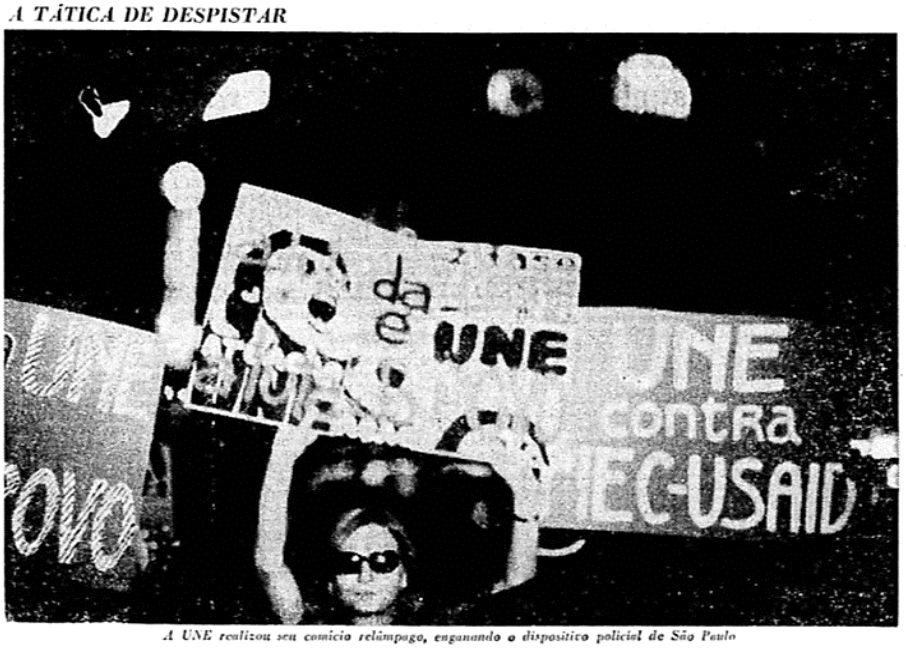
[653] MDB louva "vigor da juventude". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1967, p. 7; PADRES se agitam em São Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1967, p. 1.

Confirmando essa versão o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Aloísio Ferreira Filho, lamentou a situação dos padres beneditinos, dizendo: "Coitados dos padres. Dissemos a eles que queríamos apenas fazer um retiro. Se eles forem enquadrados na Lei de Segurança Nacional, nós vamos protestar"[654]. A partir desse episódio, parece mais nítido o surgimento de solidariedades interfiguracionais, ou seja, o envolvimento de diferentes figurações sociais (artistas, Igreja, parlamentares, imprensa e agentes estatais) nos conflitos das figurações universitárias e adorando também uma postura mais aberta para o confronto direto com o projeto de controle sobre os estudantes.

Dias depois em São Paulo, mais de 200 universitários com cartazes e panfletos e cartazes, como se observa na Figura 106, eles realizaram o encerramento público do XXIX Congresso da chamada pela imprensa de "extinta UNE", na Praça, evento proibido que contou com estudantes que gritavam "UNE" e "Abaixo a ditadura" e não durou mais de dez minutos, mas não teve a intervenção policial. O último orador foi o presidente da UNE, eleito em Vinhedo, Luís Gonzaga Travassos que disse:

> — Nós não vamos derrubar a ditadura. Vamos, com os trabalhadores e operários, lutar pela libertação do Brasil. O movimento universitário é mais do que luta pelo ensino gratuito, é mais do que realizar o seu congresso, é mais do que defender os direitos de reunião e opinião. A luta da UNE é tudo isto, é a luta do povo brasileiro (Congresso da UNE termina na rua sem ação policial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1967, p. 15).

Figura 107 – A tática de despistar



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1967, p. 15.

[654] ESTUDANTE paulista confirma que enganou os beneditinos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 ago. 1967, p. 6; PRIOR dos beneditinos diz que foi traído pelos estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 ago. 1967, p. 15.

No discurso, o presidente da UNE deixa explícito que lutavam não apenas por pautas universitárias, mas também política. Ao longo do texto será possível retomar essa questão da luta específica e da luta política abordado também por Valle (1997) que observa a partir desses objetivos a formação de divergências dentro do movimento estudantil. A fala de Travassos reforça a tendência de politização crescente dos códigos sociais públicos dos estudantes que se apresentavam como agentes que contribuiriam com a transformação social.

Nesse sentido, a inserção mais prologada no espaço na esfera pública permeado por embates colocava os estudantes em uma posição central na estrutura social, agora não eram apenas frequentadores das universidades, mas se apresentarem como atores políticos reconhecidos e influenciadores das pautas políticas. Isso aumentou a tensão com o Estado, que possuía uma tendência de centralizar o poder. Essa dinâmica pode ser observada no Congresso Extraordinário da UPE, em Curitiba, que abordou temas universitários. No relatório final, a Comissão de Tática de Luta e Condução do Movimento Estudantil concluiu: "pelo aprimoramento do nível político do estudante paranaense, entendendo que se faz mister que, ao lado das lutas meramente reivindicatórias, se coloquem os problemas políticos que afligem toda a nação". Mais tarde, os universitários curitibanos saíram às ruas em protesto contra o Decreto Aragão[655].

Greves e concentração dos estudantes continuavam a acontecer, muitas delas marcharam pela Avenida Rio Bran em frente o *JB*[656]. O editorial do *JB* expressa a sua sensação diante dessa continuidade sem resposta: "parecia que tínhamos voltado aos últimos tempos do governo Goulart". Nesse momento ele associa a continuidade dos protestos estudantis como sinais de desordem pré-golpe**,** ou seja, mais uma vez instiga uma intervenção militar. O periódico dessa vez critica a falta de policiamento ou policiais temerosos que apareceram depois os manifestantes se dispersaram[657].

Na Figura 108, a foto publicada pelo *JB* ao falar da alegria dos estudantes que protestam junto com o título "A frágil convicção", sugere que eles agiam por impulsos juvenis e não com uma consciência política, ou seja, tenta imprimir a ideia de irresponsabilidade e falta de maturidade, ou seja, os estudantes não sabiam o que estavam fazendo. Essa articulação como

---

[655] ENCERRADO Congresso da UPE. *Folha de Londrina*, Londrina, 10 ago. 1967, p. 12. Escolas e Estudantes; CURITIBA: estudantes nas ruas com a UPE e contra Suplicy; 15 restaurantes fechados. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 ago. 1967, p. 8.

[656] FNFi entra em greve geral hoje em protesto contra a presença de membros do FMI. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 set. 1967, p. 14.

[657] ESTUDANTE promove barricada no Centro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 out. 1967, p. 1; DESAFIO e impunidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 out. 1967, p. 6.

mostrou Braghini (2015) era uma estratégia recorrente na imprensa e nas figurações políticas tradicionais.

Depois das manifestações Vladimir Palmeira, Marco Antônio de Medeiros, e diversos outros estudantes, implicados na manifestação prestarão depoimento no DOPS que preparava um dossiê sobre a vida das lideranças estudantis "velhos conhecidos" para enviar à Justiça. Nas investigações se procurava as ligações destes estudantes com a política estrangeira e os possíveis desvios de ordem econômica e social para aplicar as penalidades legais. A notícia do *JB* novamente naturaliza a ação policial contra os estudantes além de intitular a manifestação de "baderna"[658].

Figura 108 – A frágil convicção



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 out. 1967, p. 1.

Neste contexto, foi possível compreender que os códigos sociais públicos reivindicatórios dos estudantes ao refutar o controle externo dos governantes e outras autoridades os tornam protagonistas criminalizados ou admirados. Nesses dias eles afetaram o cotidiano de muitos municípios, tornando-se figuras centrais da vida pública e política. Mas, quem eram esses estudantes que tanto apareciam nas páginas dos impressos? Essa era uma pergunta que a sociedade, especialmente a imprensa e as autoridades políticas e educacionais, buscavam responder.

Para as autoridades, era nítido a necessidade era estabelecer formas de relação na qual preservassem sua a sua imagem de superioridade que garantisse de forma tranquila suas

[658] CULPADOS pela baderna vão depor no inquérito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 out. 1967, p. 4.

posições de poder. A indagação sobre quem eram esses estudantes gerava uma série de outras questões: quais as suas características pessoais, seus problemas, suas motivações, suas crenças, suas relações e principalmente como controlá-los.

Essa preocupação se estampa nas notícias como a da pesquisa que procurou responder às questões sobre o perfil do estudante universitário, o Serviço de Pesquisas e Planejamento (SPLAN), sob a direção do professor José Arthur Rios, realizou uma pesquisa para o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Foram entrevistados 7.619 estudantes, representando 6,3% de uma amostra nacional de 119.052 alunos. A maioria tinha entre 19 e 26 anos (82,8%), era do sexo masculino (65,8%) e pertencente às classes A e B (61,2%). Predominavam os cursos diurnos (77,4%) e os estudantes que moravam com familiares (60,3%). Os centros mais representativos foram São Paulo (26,5%) e Rio de Janeiro (15,9%). Para 57,3%, a principal motivação para ingressar na universidade era a realização profissional, enquanto 61,9% demonstravam preocupações econômicas.

As suas críticas se concentravam no governo, no Acordo MEC-USAID e nas autoridades universitárias. A pesquisa abordou o perfil discente, o corpo docente e técnico, e revelou a postura de "agressividade" dos alunos frente à estrutura universitária, às autoridades e ao governo, indicando insatisfação e conflito nesse contexto. A pesquisa evidenciou a multiplicidade de sujeitos estudantis a partir das suas posições políticas, identificando-os entre os do "Tipo Agressivo", marcado pela oposição direta, e do "Tipo Permeável", mais amplo, reunindo desde críticos moderados até simpatizantes do governo. Havia ainda os reacionários, que apoiavam o governo, os críticos de ambos os lados e os indiferentes, que evitavam envolvimento político[659].

A pesquisa foi publicada no auge da mobilização estudantil quando fica mais evidente a disputa entre a imagem do "estudante universitário" construída com a contribuição da imprensa, das autoridades e dos próprios estudantes. A pesquisa aborda a diversidade de posições políticas entre os estudantes, mas confirma que são um pequeno grupo privilegiado argumento intensamente utilizado pelo governo e pelo *JB* para deslegitimar os protestos estudantis, porque enfatizam que seus interesses se restringem a uma pequena elite. A multiplicidade de posição também serve para mostrar a falta de coesão do grupo e a ênfase na "agressividade" estudantil alerta para o perigo social que representam. Dessa forma, a pesquisa serve para moldar a opinião pública e oferecer explicações simplificadas para o conflito estudantil e reforçar estigmas.

[659] QUEM são os estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1968, p. 30.

A reportagem “Revolta dos estudantes” também contribuiu para construir o perfil, pois ao analisar o passado recente dos estudantes, mostra a diferença das manifestações estudantis antes da ditadura civil-militar. Antes, especificamente em 1955, o reitor Pedro Calmon da UFRJ ao invés de chamar a polícia para intervir dizia: “Polícia só entra com Vestibular”, quando conseguiu impedir a entrada dos policiais no CACO. Esse episódio foi descrito como os “bons tempos do CACO”, em que as passeatas terminavam com uma corrida sem maiores incidentes. Outra mudança era que durante os governos de Vargas e Goulart, o choque entre estudantes e autoridades era mitigado pelo aproveitamento dos estudantes em atividades patrocinadas pelo governo, como o Centro Popular de Cultura (CPC)[660].

Esse comportamento oficial do passado parecia indicar uma certa integração entre os estudantes e as lideranças políticas. O que se nota é que as mudanças após o golpe civil-militar, não foram aceitas pelas lideranças estudantis. Como se observou a centralidade de uma pauta política já fazia parte dos *habitus* de certas figurações estudantis antes da ditadura civil-militar, assim como as ideias de reformas sociais. Após 1964, os estudantes tentaram criar uma relação com o novo governo se comportando de maneira mais formal e contida expressando uma imagem na qual priorizavam o diálogo, apesar de evidenciarem sua insatisfação com a interferência na sua autonomia. Mas, a partir de 1966, a atividade política estudantil se intensificou e nesse caminho se depararam novamente com a repressão institucionalizada pela Lei Suplicy. As passeatas de 1966 e 1967 foram muito diferentes das realizadas antes de 1964, no que se refere ao grau de violência. Contudo, mesmo com o aumento da repressão, a organização estudantil conseguiu exercer um forte grau de pressão ao aprimorar seus códigos sociais públicos.

Nesse momento, cabe retomar a hipótese de que as transformações na estrutura social (entendida como uma forma em constante mudança) do Estado durante a ditadura civil-militar alteraram os códigos sociais públicos reivindicatório e impactaram tanto nas personalidades sociais quanto individuais dos sujeitos, especialmente daqueles mais diretamente afetados, como os estudantes politicamente engajados ou envolvidos em protestos e reivindicações. Esses estudantes passaram a adaptar seus códigos sociais públicos em resposta às novas formas de relação estabelecidas com as autoridades. Os valores defendidos pela ditadura confrontavam diretamente a sensibilidade política dos estudantes, inseridos em um período do desenvolvimento social em que a distância entre governantes e governados havia diminuído. Desde o início da ditadura eles são vistos como potencial ameaça não no sentido da força física,

[660] A REVOLTA dos estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07-08 abr. 1968, p. 6. Caderno Especial. Departamento de Pesquisa.

mas pela capacidade de questionar a legitimidade social e a imagem de superioridade dos grupos estabelecidos, elementos basilares para a natureza da ditadura brasileira.

A nomeação do novo ministro da Justiça intensificou a criminalização das manifestações estudantis, dando continuidade ao cerco à UNE e à proibição de reuniões e manifestações. Houve também o enfraquecimento das mobilizações contra as anuidades escolares e a concentração em protesto que confrontavam o regime político, por outro lado se intensificou uma política de perseguição e punição às lideranças estudantis. Desde 1967, a insatisfação crescia diante da redução de verbas para o ensino superior, do atraso e da imprevisibilidade dos repasses financeiros. A situação era crítica, com ameaças de fechamento de faculdades, insatisfação entre professores sem remuneração e instalações em condições precárias. Paralelamente, o ministro da Educação buscava empréstimos internacionais para custear as atividades educacionais.

A seguir se verá como se iniciou o ano de 1968, que começou com reivindicações típicas dos problemas relacionados ao ensino superior como as demandas dos excedentes, a falta de habitação e alimentação entre outros recursos que denunciavam a precarização das universidades e as dificuldades para se manterem nela, no entanto, logo eclode uma crise que trazia a pauta da violência contra o estudante e da violência provocada pelos estudantes. Nesse debate se observa o alto envolvimento de vários grupos sociais que passam a se posicionar recriando uma representação da atmosfera pré-golpe o que significava para o *JB* o fracasso da ditadura civil-militar que não conseguiu impor sua promessa de autoridade e ordem.

8 O NOSSO MARÇO DE 1968! OS ESTUDANTES DAS MANCHETES ÀS PRISÕES

Como se observou, o ano de 1967 não foi tão pacífico e otimista como se imaginava. Como identificou Germano (1993) a nova Constituição de 1967, altera o conceito de Segurança Nacional que ao invés de combater o inimigo externo como na Carta de 1946 se concentra no inimigo interno. Nesse ano a militarização do Estado se consolida ao tornar o Conselho de Segurança Nacional (CSN) a instancia máxima do aparato estatal. Mas, apesar disso, havia "frestas democráticas no campo dos direitos individuais", que segundo o autor podem ter aberto espaço para as contestações ao regime (mobilizações estudantis, as greves operárias, a oposição da Igreja e as dissidências de golpistas, conflito entre Executivo e Legislativo e insatisfação militar) o que gerou a resposta repressiva como o AI-5 (Germano, 1993, p. 65).

Essas frestas também foram usadas pelos estudantes em 1967, para a ascensão das mobilizações estudantis que se perpetuam em 1968. Os problemas principais que motivaram as reivindicações estudantis no começo desse ano eram familiares: o aumento de vagas, verbas, moradia, alimentação, transporte, melhores estruturas universitárias, cortes e atrasos de verbas. Um exemplo dessa dessas reivindicações ocorreu em Pernambuco, na Universidade Rural, onde os estudantes entraram em greve contra o aumento no preço das refeições. O reitor se recusou a dialogar sobre o reajuste das anuidades e dos valores das refeições e os estudantes que tentavam debater a questão foram presos por ordem do próprio reitor[661].

Na UFRGS, os médicos residentes da Faculdade de Medicina e o segundo ano da Agronomia entraram em greve, para exigir verbas e melhores condições de ensino nos cursos e para regularizar os pagamentos de professores e funcionários. Também na UnB, cerca de 100 estudantes que dormiam em cubículos superlotados no Centro Olímpico, invadiram um prédio de 12 apartamentos pertencentes à universidade. A crise de habitação na UNB atingia cerca de mil estudantes chegados do interior[662].

Logo, o início de ano foi marcado por reivindicações "permitidas", aquelas consideradas justas pela sociedade e pelo governo porque não se referiam à natureza da ditadura civil-militar, se concentrando na precariedade da universidade. No entanto, foram interrompidas no dia 28 de março com a morte do secundarista, Edson Luís Lima Souto, de 16 anos, que recebeu um tiro no peito durante um conflito entre a PM e os estudantes no Restaurante Calabouço. Na

[661] REITOR em Recife rejeita diálogo e manda prender cem estudantes na Reitoria. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1968, p. 18; ESTUDANTE toma prédio em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1968, p. 1.

[662] ESTUDANTES gaúchos fazem greve. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1968, p. 18; ESTUDANTE toma prédio em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1968, p. 1.

ocasião, houve vários espancamentos e outra vítima de tiro, o comerciário Telmo Matos Henriques, atingido em sua mesa de trabalho.

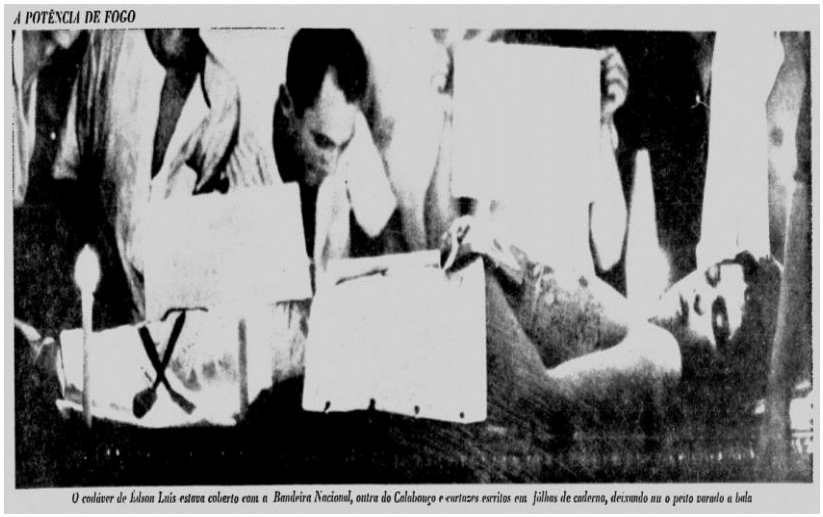
Depois desse evento, os estudantes passaram a estar cotidianamente nas primeiras páginas nas manchetes, com grandes espaços nos periódicos. A manchete da *FL*, no dia 28 de março, estampa: "Polícia mata estudante em manifestação da Guanabara". O *JB* inicialmente apresenta duas versões sobre os acontecimentos: 1) estes jantavam pacificamente, enquanto outros assistiam uma aula, quando um choque da PM, chefiado por um tenente de nome Alcindo ou Costa, invadiu o restaurante e iniciou o espancamento, ao qual os estudantes reagiram com pedradas que, por sua vez, provocaram tiros; 2) os estudantes teriam sido agredidos pela PM, em plena manifestação contra o atraso na conclusão das obras do restaurante[663].

O *JB* presenciou de perto os acontecimentos, ao contrário da *FL* e, portanto, cobriu com edições formadas com muitas notícias e fotografias que narravam a morte de Edson Luís de Lima Souto como pode ser visto na Figura 109 com fotos que mostram os estudantes mortos cravados de bala (Figura 110). Junto a notícia destaca que depois de constatada a morte na Santa Casa de Misericórdia, os estudantes levaram o corpo nos braços até a Assembleia Legislativa, em cortejo porque temiam que a polícia sumisse com o corpo[664].

A Figura 111, "O longo cortejo", mostra que cerca de 20 mil manifestantes, entre eles estudantes, artistas, políticos, jornalistas e populares se concentraram diante da Assembleia Legislativa, onde, sob gritos de "polícia assassina", realizaram sucessivos comícios enquanto aguardavam a saída do corpo de Edson Luís. Durante o ato, um estudante ergueu a camisa ensanguentada do colega morto e Elinor Brito e Vladimir Palmeira, discursaram a duas vozes conclamando o público a transformar a morte em compromisso de luta revolucionária: "Viva a guerrilha, abaixo a ditadura"[665].

Figura 109 – A morte – A potência de fogo

[663] ASSASSINATO leva estudantes à greve nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968, p. 1; POLÍCIA mata estudante na Guanabara. *Folha de Londrina*. Rio de Janeiro, 29 mar. 1968, p. 1.
[664] POLÍCIA mata estudante em choque no Calabouço *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968, p. 4.
[665] CORTEJO canta o Hino Nacional após queimar bandeiras norte-americanas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1968, p. 2; ESTUDANTES organizam manifestações de rua que o Governo manda reprimir em todo o País, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968, p. 1.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968, p. 1-4.

Figura 110 – A homenagem da classe



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968, p. 1-4.

Figura 111 – O longo cortejo



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968, p. 1.

Figura 112 – A força da evidência



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968, p. 1.

No dia seguinte, a *FL* publicou a resposta ao assassinato ilustrando que houve mobilizações em diversos municípios como Brasília, cerca de 3 mil estudantes e populares protestaram; atos simultâneos de protestos ocorreram em Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Porto Alegre. Em Minas Gerais, 10 mil pessoas tomaram as ruas; em Santa Catarina os estudantes declararam luto assim como os diretórios de Direito e Engenharia Curitiba Em Recife, cerca de 8 mil estudantes discutiam greve solidária; em Goiânia, o presidente do Centro Acadêmico de Direito foi preso após divulgar manifesto que qualificava o presidente Costa e Silva de fascista[666]. O *JB* também acompanhou as mobilizações de luta por diversas capitais com inúmeras notícias e fotos como as vistas na Figura 113 nas quais os estudantes pediam justiça diante do assassinato, mas protestavam também contra a falta de verbas nas escolas.

Figura 113 – Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte

[666] NOVOS choques entre estudantes e os policiais nos estados e em Brasília. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 mar. 1968, p. 1; AULAS suspensas e escolas de luto na Guanabara pela morte do estudante. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 mar. 1968, p. 8; ESTUDANTES organizam manifestações de rua que o governo manda reprimir em todo o País, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968, p. 1; SITUAÇÃO nos estados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1968, p. 17; NOVOS choques entre estudantes e policiais nos estados e em Brasília. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 mar. 1968, p. 1; CURITIBA: UPE anuncia passeata de protesto. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 mar. 1968, p. 8.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1968, p. 17.

Durante os episódios, o jornalista cassado Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, a deputada Lígia Doutel de Andrade, os deputados Padre Godinho, Jorge Curi e José Carlos Guerra, estavam em Londrina integrando a caravana de Carlos Lacerda que fazia pesadas críticas ao governo do presidente Costa e Silva. Lacerda, na Figura 114, foi estampado na capa da *FL* quando falava para milhares de pessoas no auditório do Colégio Vocacional Filadélfia em Londrina. O ex-governador da Guanabara veio a Londrina atendendo a convite do Centro Acadêmico Pedreira de Freitas, dos estudantes de Medicina, e depois foi para Maringá participar do primeiro comício da Frente Ampla em território paranaense[667].

Figura 114 – Lacerda em Londrina



[667] LACERDA e Hélio Fernandes chegam amanhã a Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 28 mar. 1968, p. 1; LACERDA em Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 mar. 1968, p. 1.

Fonte: *Folha de Londrina*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1968, p. 1.

Em Londrina, os estudantes também se envolvem na comoção estudantil. Os presidentes dos centros acadêmicos das faculdades de Medicina, Direito, Filosofia e Odontologia se reuniram e o Centro Acadêmico Pedreira de Freitas, da Faculdade de Medicina e em assembleia geral extraordinária decidiram realizar ao menos uma passeata e decretar luto pela morte do colega carioca[668]. Como pode ser visto na Figura "Estudantes promovem protesto em silêncio" da Figura 115 no dia seguinte as quatro escolas superiores desfilaram na Avenida Paraná com uma faixa de luto sem qualquer cartaz cantando o hino nacional.

Figura 115 – Estudantes promovem protesto em silêncio



Fonte: Foto de Paulo Roberto. *Folha de Londrina*, Londrina, 02 abr. 1968, p. 8.

Os presidentes dos quatro diretórios decidiram que não haveria cartazes, "para evitar a interferência de elementos estranhos". Porém, considerável parcela dos estudantes defendia os cartazes. A notícia destaca que nas assembleias separadas, de cada escola, houve divergência: "Medicina e Odontologia optaram pelo desfile sem cartazes, Direito foi favorável à passeata com cartazes e Filosofia não chegou a nenhuma conclusão". Se cogitou fazer duas passeatas, mas, para evitar a divisão, houve a renúncia daqueles que queriam levar os cartazes[669].

Em Curitiba, o Conselho de Representantes da UPE decidiu promover em uma passeata de protesto contra o assassinato para criticar a política educacional do governo sem solicitar autorização às autoridades policiais, nela serão feitas[670]. No centro do Rio de Janeiro, ocorrem intensos confrontos entre estudantes e a PM nas proximidades do MEC, houve tiroteios, luta corporal, rapto e espancamento de três soldados, mais um morto e outros feridos. O Diretório

[668] ESTUDANTES preparam manifestação. *Folha de Londrina*, Londrina, 31 mar. 1968, p. 16.
[669] MAIS mortes e feridos na rebelião estudantil: Tanques nas ruas da GB. *Folha de Londrina*, Londrina, 02 abr. 1968, p. 1; ESTUDANTES promovem protesto em silêncio. *Folha de Londrina*, Londrina, 02 abr. 1968, p. 8.
[670] CURITIBA: UPE anuncia passeata de protesto. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 mar. 1968, p. 8; NEGRÃO de Lima proíbe passeatas estudantis na Guanabara. *Folha de Londrina*, Londrina, 31 mar. 1968, p. 1.

Central da UFRJ, a AMES e parte da diretoria da UNE participaram do ato e anunciaram novas passeatas. A *FL* descreveu esse episódio como uma "verdadeira guerra de guerrilha"[671].

O governo da Guanabara declarou-se incapaz de manter a ordem e requisitou apoio do Exército. No dia seguinte, como foi retratado na Figura 116, tropas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Militar ocuparam pontos estratégicos do município, com soldados fortemente armados. O ministro da Justiça, Gama e Silva, solicitou ao general José Horácio da Cunha Garcia, comandante do I Exército, que assumisse o controle do centro.

Figura 116 – Antes tarde


ANTES TARDE

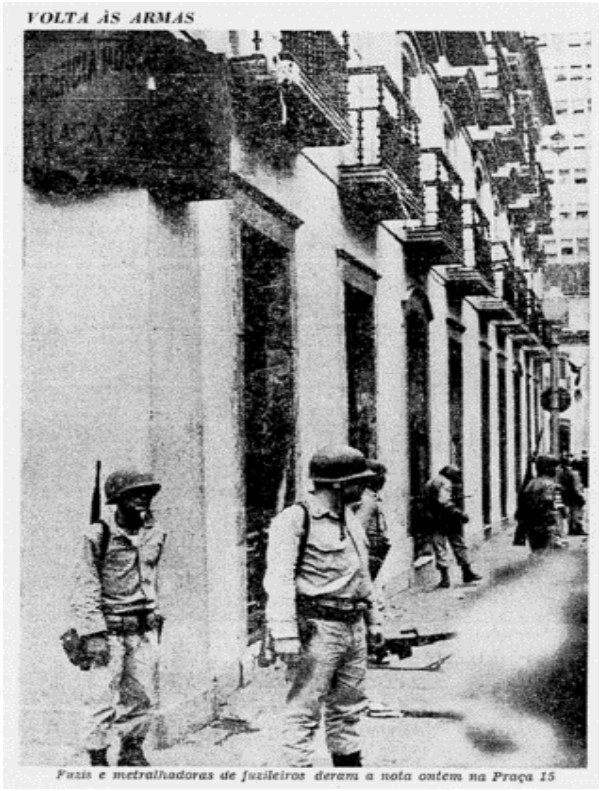
Eram quase 23h quando chegaram os 1 200 homens do Exército apoiados por carros de combate

Fonte: *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 02 abr. 1968, p. 3.

A Figura 117 mostra fuzileiros navais em uniformes de campanha, baioneta e algumas metralhadoras que ocupam os postos-chave do centro, principalmente a embaixada americana, o edifício da ABI e o pátio do MEC, onde não permitiam a ação dos repórteres e fotógrafos[672]. Além de ilustrar uma imagem de guerra as notícias destacam que os protestos estudantis causaram também prejuízos relacionados com o funcionamento parcial do comércio.

Figura 117 – Volta às armas

[671] DAVI de Souza Neiva, de 30 anos, quatro baleados, 30 civis feridos e outros 30 soldados da PM com lesões, Estudantes fazem o caos e anunciam novas passeatas. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 02 abr. 1968, p. 1; MAIS mortes e feridos na rebelião estudantil: Tanques nas ruas da GB. *Folha de Londrina*, Londrina, 02 abr. 1968, p. 1.
[672] TIROTEIO entre estudantes e polícia na Guanabara: 1 morto e 17 feridos. *Folha de Londrina*, Londrina, 02 abr. 1968, p. 8; EXÉRCITO ocupa a cidade a pedido de Gama e Silva. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 abr. 1968, p. 3; FUZILEIROS ocupam agora o Centro da Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1968, p. 2.



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 abr. 1968, p. 2.

Em uma pesquisa, o *JB* ressalta que dos 221 detidos nas manifestações no Rio de Janeiro no início de abril, 60% tinham até 21 anos e 48% se declararam estudantes, sendo essa a principal ocupação entre os presos. Apenas duas pessoas tinham mais de 50 anos. A lista do DOPS revela que o grupo era diversificado, incluindo advogados e professores[673]. Os protestos continuam e se intensificam pelo país: em Fortaleza, em Belém, em Natal, em Maceió, na Bahia, em Florianópolis, em Brasília, em São Paulo, os estudantes decidiram apoiar um ato público organizado pelos metalúrgicos de São Caetano, em protesto contra a violência policial[674].

Diante desse quadro, o ministro da Justiça e os três ministros militares reuniram-se no Ministério da Marinha para discutir medidas capazes de conter os "focos de agitação" no país, incluindo a possibilidade de instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) pelo Exército. A notícia destacava a disposição do governo em adotar medidas de segurança enérgicas em todo o território nacional, inclusive o estado de sítio. Difunde-se que círculos militares confirmaram que o decreto de estado de sítio já estava pronto[675].

---

673 A MAIORIA juvenil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1968, p. 16.

674 GOVERNO prepara medida enérgica contra agitação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1968, p. 1; METALÚRGICOS de São Caetano recebem o apoio estudantil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1968, p. 7.

675 GOVERNO prepara medida enérgica contra agitação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1968, p. 1; GOVERNO pode baixar hoje o estado de sítio se crise estudantil piorar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1968, p. 1.

Na DSN, o estudante deveria se integrar e fortalecer a estrutura social e não divergir ou subvertê-la. Desse modo qualquer mobilização social podia ser compreendida como uma ameaça a ser combatida. Com esse discurso se legitimava medidas de exceção como o Estado de Sítio ou outro AI, como circulava pela imprensa. Como se observa as notícias reforçam essa crença ao adotar termos policiais como "agitação" e "desordem" usadas pelo DOPS e pelos agentes do Estado para se referir aos protestos estudantis assim como "baderneiros" e "agitadores" para se referir aos estudantes.

Os estudantes aparecem estampados na capa do *JB* (Figura 118), dentre eles Vladimir Palmeira no centro da foto, cuja legenda anuncia a decisão dos estudantes de reagir a violência. Cabe lembrar que a tática usada pelos estudantes nos protestos desde 1966, era de fugir e evitar os confrontos.

Figura 118 – O centro de decisões


O CENTRO DE GRAVES DECISÕES

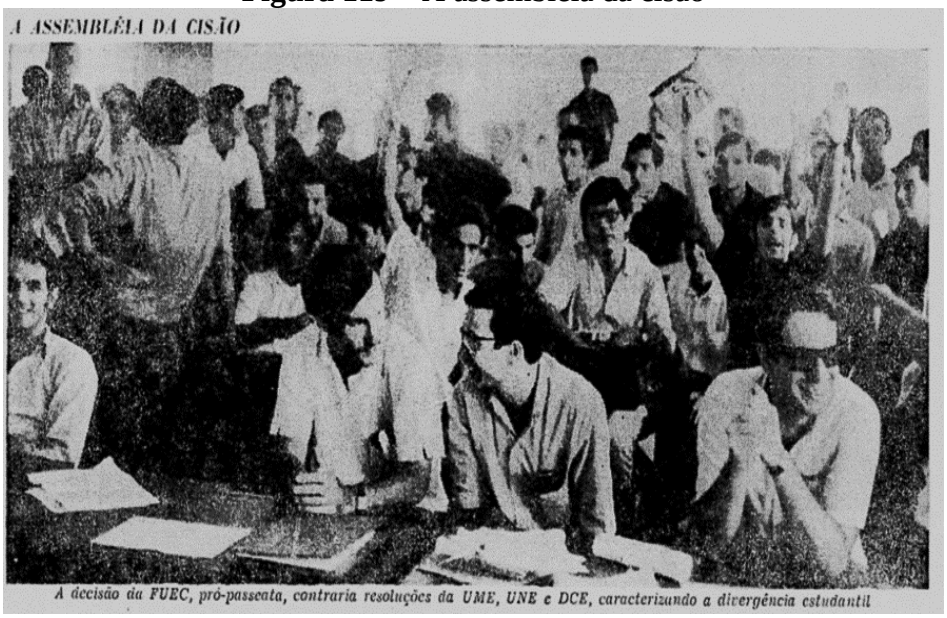
Os líderes estudantis — entre êles Vladimir Palmeira (ao centro, de mão no queixo) — anunciam a disposição de reagir contra a violência

Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 abr. 1968, p. 1.

Em reunião com o governador da Guanabara esses estudantes reivindicaram a reconstrução do Restaurante do Calabouço, a libertação dos 168 estudantes presos no galpão da Quinta da Boa Vista e a exoneração do general Dario Coelho da Secretaria de Segurança, acusando de ser o principal responsável pelas agressões aos estudantes que resultaram na morte do estudante Edson Luís[676]. Na mesma edição o periódico publica foto dos estudantes FUEC, na Figura 119, *A assembleia da cisão,* foi nesse momento que a imprensa passa a destacar as divergências entre as figurações estudantis que como se verá foi visto pelos estudantes envolvidos como um ataque do periódico acusado de fazer eco a voz oficial.

[676] ESTUDANTE se reúne com Negrão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1968, p. 5.

Figura 119 – A assembleia da cisão


A ASSEMBLÉIA DA CISÃO

A decisão da FUEC, pró-passeata, contraria resoluções da UME, UNE e DCE, caracterizando a divergência estudantil

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1968, p. 2.

A FUEC, pretendia realizar uma passeata pelas ruas cariocas após a missa a ser realizada na Igreja da Candelária, em memória do estudante Edson Luís. Porém, a decisão contraria as resoluções da UME, UNE e DCE da UFRJ, cujos líderes Vladimir Palmeira, e Luís Travassos, Valmer Soares não aprovaram a decisão da FUEC porque entendiam que a cerimônia religiosa não deveria servir de pretexto para qualquer manifestação política[677].

Em nota oficial em que conclama o povo e os estudantes à luta pela derrubada da ditadura, a UNE acusa que havia no grupo "agentes dos órgãos de repressão" que eram os estudantes ligados à ala mais radical. Luís Travassos, então presidente da UNE, reafirmou na nota as causas defendidas: "Hoje a luta do movimento estudantil se desdobra na luta pelas verbas, contra as anuidades e contra as fundações privadas de ensino. Luta pela autonomia dos recintos estudantis e contra a política educacional que está inserida nesse contexto"[678].

A nota revelou divergências entre as lideranças estudantis ao afirmar que elemento "radical" pode-se inferir que se dirigia à liderança da FUEC (Calabouço) e a outros grupos que questionavam a legitimidade da atuação da UME e do DCE no cenário estudantil carioca. Diante do avanço da repressão, a UNE propôs ainda uma série de ações organizativas e políticas para fortalecer a mobilização estudantil, entre as quais:

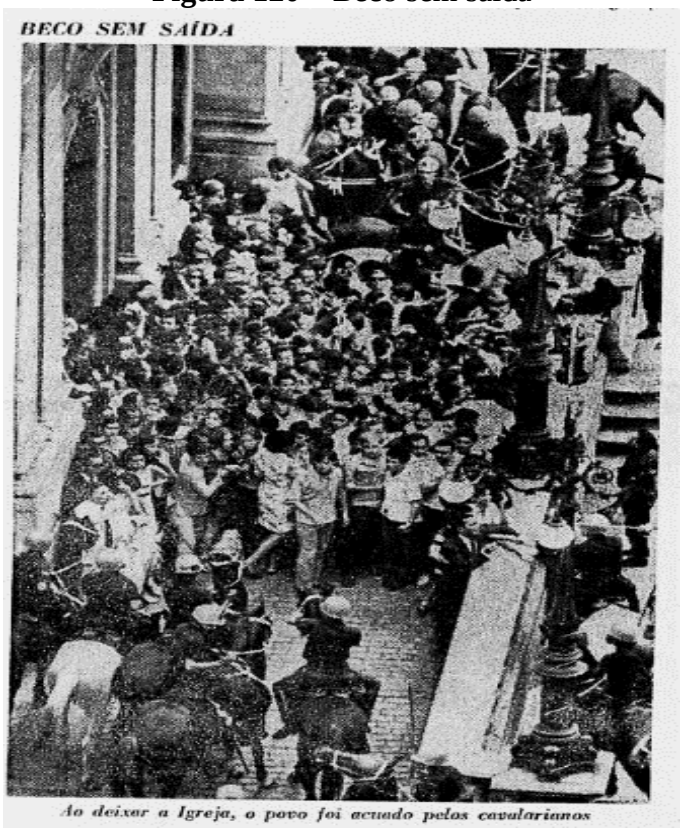
> 1) a formação de grupos de base nos locais de estudo, com vistas à análise crítica das etapas da luta;
> 2) a realização de assembleias deliberativas;

[677] FUEC fará passeata após missa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1968, p. 1.
[678] UNE reage contra radicais e abre cisão na classe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1968, p. 4.

> 3) a denúncia das infiltrações de elementos dos órgãos de repressão que distribuem armas e palavras de ordem visando à divisão e à derrota do movimento;
> 4) a denúncia e o combate a jornais, rádios e emissoras de televisão que reproduzem a narrativa oficial contrária aos estudantes;
> 5) a denúncia da Frente Ampla, considerada uma manobra populista de setores da elite golpista;
> 6) a solidariedade ao movimento dos trabalhadores (UNE reage contra radicais e abre cisão na classe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1968, p. 4).

No Rio de Janeiro, a violência contra populares e estudantes continuava após a missa de sétimo dia do estudante Edson Luís, ao tentarem sair da Igreja da Candelária, as pessoas ficaram cercadas (Figura 120) por várias Kombis do governo do Estado que, lotadas de policiais do DOPS, jogavam bombas de gás lacrimogêneo em todos os grupos que se formavam[679].

Figura 120 – Beco sem saída

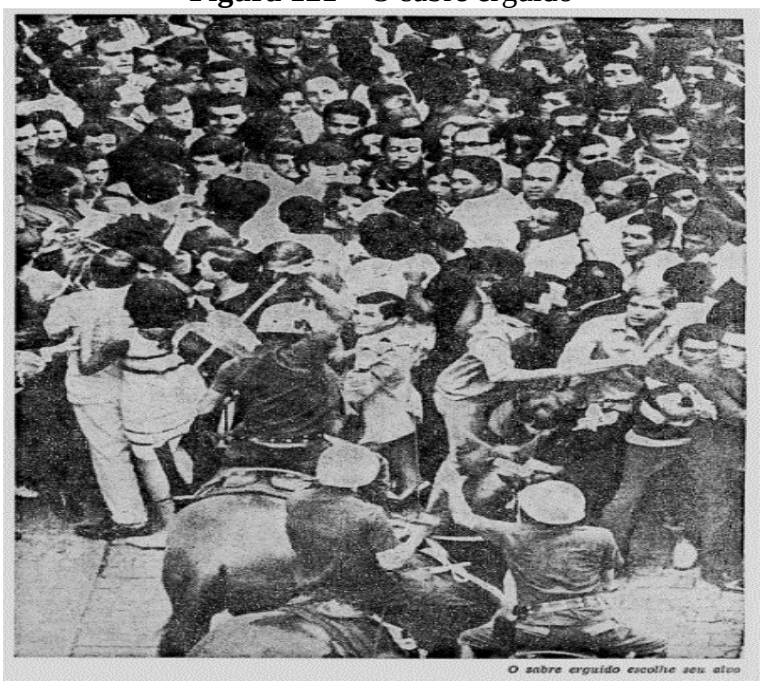


Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05 abr. 1968, p. 1.

A violência foi amplamente documentada por inúmeras imagens que circulavam na imprensa. Em Londrina, a *FL* noticia que mais de 200 estudantes londrinenses estiveram na catedral do município para assistir à missa de sétimo dia celebrada pelo bispo Geraldo Fernandes solicitada pelos diretórios acadêmicos para Édson Luís de Lima Souto, assassinado dia 28 pelo Polícia Militar durante manifestação na Guanabara[680] (Figura 121).

[679] BOMBAS do DOPS encurralaram estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 abr. 1968, p. 3.
[680] PELO ESTUDANTE morto. *Folha de Londrina*, Londrina, 04 abr. 1968, p. 16.

Figura 121 – O sabre erguido



Fonte: A volta do sabre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 abr. 1968, p. 8.

Enquanto na Guanabara o centro estava tomado por soldados do Exército, em Londrina os estudantes promovem uma greve (Figura 122) na Faculdade de Odontologia contra a falta de verbas, pois não havia mais como manter as atividades das aulas e nem a manutenção da escola. Para protestar contra a situação, confeccionaram cartazes com críticas que foram espalhados pelo município[681]. O cartaz "Acadêmicos de Odontologia decretam greve" (Figura 122) denuncia o governo do Estado por gastar milhões com a exposição de Curitiba enquanto a faculdade não podia funcionar por falta de verbas. O Centro Acadêmico XXI de Abril enviou ofício ao delegado Adolfo Guimarães, enfatizando que o movimento era de caráter pacífico.

Figura 122 – Acadêmicos de Odontologia decretam greve



[681] ACADÊMICOS de Odontologia decretam greve: Estado não dá verbas para a Escola. *Folha de Londrina*, Londrina, 04 abr. 1968, p. 16.

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 04 abr. 1968, p. 16.

O editorial da *FL* destaca que a greve dos universitários realizada em Londrina não era contra as arbitrariedades policiais ou contra as anuidades, mas sim "contra a falta de condições da escola", ou seja, os alunos não podem mesmo estudar. Para a *FL* a situação londrinense representava o que acontecia com qualquer outro aluno brasileiro que queria estudar e não podia[682]. Nessa mesma linha de crítica, o *JB* apesar de todas as críticas contra os estudantes, via os estudantes brasileiros como aqueles que resolveram reagir à rotina de indiferença com que o governo encara os problemas do ensino no Brasil[683].

A *FL* se pergunta: "será o nosso estudante, o londrinense em particular e o paranaense em geral, é diferente do estudante paulista, carioca ou de outros Estados? A resposta, naturalmente, não pode ser positiva". Mesmo assim, o periódico destaca que no Paraná não houve a repressão violenta que aconteceu em outros lugares.

> Aqui, principalmente na fase pós-revolucionária, o estudante jamais foi tratado como inimigo natural. Há um respeito. E ele, hoje, dá mostras desse respeito, participando, com inteiro sentido de disciplina, da vida e da atividade comuns. [...] O estudante londrinense, principalmente o estudante de nível superior, plenamente integrado à vida de sua cidade e de seu estado, estuda, trabalha e realiza, com elevação e descortino, voltado para o ideal mais alto de toda a coletividade, que é o progresso integrado do Estado e da Nação (Estudantes em Ação. *Folha de Londrina*, Londrina, 4 maio 1968, p. 3).

A *FL* ressalta que os códigos sociais públicos de reivindicação (palestras, semanas de estudos e atividades culturais) dos estudantes londrinenses são pacíficos e centrados no setor educacional. O editorial, destacar que o estudante londrinense não se diferencia dos demais, porém aponta na sua esfera local a relação entre as autoridades e estudantes foram mais e menos agressiva o que propiciou a integração social dos estudantes londrinenses. Portanto, ao inserir os estudantes londrinenses dentro de códigos sociais públicos aceitos evita associá-lo às figurações estudantis contestatórias denunciadas em outros estados. Porém, Londrina não era uma exceção disciplinada dado a especificidade do seu contingente estudantil, força policial e estrutura universitária se observou que eles sofriam coerções externas e internas assim como os estudantes da capital. Com tal narrativa o periódico associa o estudante londrinense com o ideal de estudante desejado pela DSN, ou seja, disciplinado, que não confronta, apolítico, direcionado para o estudo, o trabalho, a família e o progresso nacional. Assim, logo se nota como a imprensa colabora com a construção de padrões de comportamentos e expectativas sociais.

---

[682] GREVE na Faculdade. *Folha de Londrina*, Londrina, 04 abr. 1968, p. 3.
[683] GRANDES gestos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1968, p. 6.

Depois que o titular da Secretária da Educação, Carlos Alberto Moro, entregou 15 mil cruzeiros para o diretor da escola de Odontologia e fez promessas à Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, a greve se encerrou no dia 5 de abril[684]. Mas, em agosto, novamente os estudantes retomam a greve contra a falta de verbas para o funcionamento da faculdade. Em greve, os alunos se reúnem no centro acadêmico com atividades para passar o tempo como tocar iolão ou jogar xadrez e também confeccionam cartazes (Figuras 123, 124 e 1254).

Figura 123 – Greve continua



Greve continua

Os alunos da Faculdade de Odontologia de Londrina recusaram ontem apêlo do diretor da escola, no sentido de voltarem às aulas e permanecerem apenas em assembléia geral. Enquanto isso, surgem as primeiras manifestações de apoio ao movimento, por parte dos estudantes de Direito e Medicina. Enquanto aguardam a solução para os problemas da escola, os acadêmicos de Odontologia permanecem reunidos na sede do Centro Acadêmico preparando cartazes.

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 7 ago. 1968, p. 1

Figura 124 – Estudantes de Odontologia



Estudantes de Odontologia, não es calados para tarefas especiais permanecem, entretanto, reunid os na sede do Centro Acadêmico da escola, tocando violão ou joga ndo xadrez para matar o tempo

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 7 ago. 1968, p. 16.

[684] FIM da greve. *Folha de Londrina*, Londrina, 06 abr. 1968, p. 1.

Figura 125 – Os irredutíveis



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 13 ago. 1968, p. 1.

Novamente, reitera a *FL,* que a paralisação em Londrina não ocorre em virtude de "agitação estudantil" porque na Faculdade de Odontologia a greve ocorre por falta de verbas. O editorial fala que a solução em abril foi paliativa e a promessa do estado de atender as necessidades da faculdade não foi cumprida. Assim, nesse segundo momento, os alunos rejeitaram o apelo do diretor da escola, professor Newton de Moraes, para voltarem às aulas. O argumento dos acadêmicos, foi o de que não podem voltar às aulas apenas simbolicamente, pois não dispõem nem do mínimo necessário para estudar ou seja, os materiais usados rotineiramente, como álcool, algodão, gesso e amálgama[685].

Os alunos da Faculdade de Medicina de Londrina se reuniram em assembleia geral extraordinária e decidiram decretar greve de um dia em manifestação de solidariedade aos acadêmicos de Odontologia. Em seguida, os alunos da Faculdade de Ciências Econômicas lançaram manifesto de apoio aos colegas da Odontologia e convocaram uma assembleia para discutir a realização de greve em solidariedade. Igualmente, os alunos das Faculdades de Filosofia, Direito, Medicina e Ciências Econômicas reuniram-se no pátio interno do prédio em manifestação de solidariedade aos acadêmicos de Odontologia, na manifestação diversos oradores criticaram o governo estadual e a falta de verba para as faculdades estaduais, o que interpretaram como uma pressão para facilitar a aceitação do sistema de fundação. Os estudantes também realizaram uma manifestação de repúdio aos acordos MEC-USAID, apontados como a causa de tal situação e protestaram contra a liberação do governo do Estado de uma verba de 45 mil cruzeiros novos para um clube de futebol[686].

[685] FACULDADE parada. *Folha de Londrina*, Londrina, 07 ago. 1968, p. 3; ODONTOLOGIA: alunos rejeitam apelo para voltar às aulas. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 ago. 1968, p. 16.
[686] MEDICINA decretou greve e estudantes fizeram comício. *Folha de Londrina*, Londrina, 10 ago. 1968, p. 16

Mais uma vez, os estudantes denunciam a prioridade do governo estadual em direcionar verbas para eventos como feiras e jogos de futebol ao invés de enviar as verbas às universidades. Contudo, como mostram as notícias, os estudantes compreendem que o problema local das universidades estava relacionado diretamente com a política educacional do governo federal de privatização contra a qual se opunham e assim reiteram protestos que ecoam por todo o país. Não apenas os alunos compartilhavam essa insatisfação, a *FL* também entrevistou o professor Luiz Reinaldo de Figueiredo Walder que lecionava Odontopediatria, ele apoiava o movimento dos alunos e concordava que a omissão das verbas era uma pressão do governo estadual. Ele destacou que a falta de verbas paralisou também a Clínica Infantil Dona Ivone Pimentel junto à faculdade, onde centenas de crianças recebiam atendimento odontológico gratuitamente.

Os estudantes não aceitaram a proposta do deputado Olavo Ferreira da Silva de voltarem para as aulas teóricas, mas aceitavam a interferência do político para negociar as reivindicações em Curitiba. Depois de nove dias de greve, os universitários londrinenses voltaram às aulas a partir da liberação do Estado de 30 milhões de cruzeiros novos e de 10 milhões da prefeitura para o pagamento das dívidas e manutenção até o final do ano. O secretário Carlos Alberto Moro foi a Londrina e prometeu pagar os atrasados aos professores e funcionários[687].

A precariedade das universidades era uma realidade compartilhada em diversos municípios, embora os protestos e as reivindicações fossem mais intensas nas capitais. A greve dos estudantes londrinenses mostra que os problemas eram estruturais, pois atingiam faculdades estaduais e universidades federais. Um levantamento do *JB* em sete faculdades do Rio de Janeiro (cinco da UFRJ e duas da UEG) revelou sérias deficiências que comprometiam a formação dos estudantes, e geralmente debatidas apenas em assembleias, greves e passeatas[688].

Apesar dos conflitos, as notícias e textos opinativos expressam que estudantes, reitores e a imprensa concordavam quanto à necessidade de mais recursos para a Educação. O *JB* mostrou que os investimentos na área caíram de 11% do orçamento em 1963 foram para apenas 7,7% em 1968. O Conselho de Reitores apontou que a política salarial impedia a contratação de técnicos e administradores qualificados. O presidente do Conselho, Davi Ferreira Lima, denunciou na CPI da Câmara que as universidades estavam há mais de seis meses sem receber subvenções orçamentárias, sendo obrigadas a recorrer a seus fundos patrimoniais[689].

---

[687] ODONTO: alunos voltam às aulas com 40 milhões do estado e da prefeitura. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 ago. 1968, p. 16.
[688] FACULDADES sem recursos ensinam mal. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 12 abr. 1968, p. 6.
[689] ESTUDANTE e reitores acham verbas pequenas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14-15 abr. 1968, p. 27; EDUCAÇÃO em jogo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1968, p. 6.

Os textos jornalísticos que abordam a pauta educacional indicam uma crise estrutural do ensino superior que atravessa o país na qual se observa pressões sociais semelhantes. Articulada aos problemas crônicos das universidades, a violência policial, o autoritarismo e a repressão do Estado sensibilizaram outras figurações sociais, ampliando o sentimento de inconformismo diante da repressão, em suma parte da sociedade começa a expressar maior oposição social contra a ditadura civil-militar.

Nesse processo, a imprensa diante da violência policial, a repressão e a falta de estrutura do ensino superior, a imprensa não ataca frontalmente o estudante logo após as manifestações após o assassinato de Edson Luís, isso porque o inconformismo estudantil parece se ampliar socialmente. No entanto ele narra um cenário de descontrole e atua como grupo estabelecido quando tende a definir quais são os padrões legítimos de conduta para isso atua com uma indefinição na qual apesar de evidenciar seu posicionamento conservador tenta se impor como figuração mediadora a partir da sua capacidade de manter um equilíbrio no qual intercala adesão e crítica ao regime e ao estudante com seus vários graus de oscilação. A seguir se analisa pela ótica impressa o quadro de violência, particularmente intenso em capitais como o Rio de Janeiro, onde os episódios de repressão geraram maior comoção e ampliaram o apoio às mobilizações estudantis.

8.1 ENTRE VIOLÊNCIA E PROTESTOS: O DIÁLOGO FRACASSADO

A crise do estudantil de 1968 teve alcance internacional a partir de maio e no Brasil como se verificou ele se iniciou um mês antes. Nos conflitos a violência policial não acontecia era um recurso recorrente que se manifestou em escala global. Em Paris, estudantes e trabalhadores enfrentaram violentamente a repressão policial deixando mil feridos. O prédio do *Le Figaro* foi apedrejado, também houve tentativas dos estudantes de realizarem a marcha da liberdade, os estudantes também contaram com a adesão dos operários franceses à greve geral contra a repressão policial aos estudantes[690]

Na França, também surgiram no Quartenário em Sorbornne e na Universidade de Milão as primeiras manifestações de solidariedade à universidade brasileira[691]. O *JB* apresenta a repercussão da crise estudantil brasileira no exterior: a imprensa europeia deu ampla cobertura

[690] DEZ MIL ESTUDANTES franceses lutam contra os mil policiais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 maio 1968, p. 1; PRESIDENTE pede a Israel vaga de agitadores para excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 maio 1968, p. 1; ESTUDANTE foge às conversações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 maio 1968, p. 1; ESTUDANTES francês desafiam de Gaulle. *Folha de Londrina*, Londrina, 14 maio 1968, p. 1.
[691] D. JOSÉ e estudantes veem bases do diálogo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 maio 1968, p. 1.

aos acontecimentos do Brasil, o francês *Le Monde*, conservador liberal, publicou as notícias dos distúrbios na primeira página, afirmando que "a atual agitação fez ressurgir o espantalho clássico da subversão comunista, que justifica certas soluções extremas". Na Bélgica, a televisão mostrou a passeata.

Todos os periódicos de Madri fizeram reportagens sobre os conflitos, o diário *Arriba*, publicou meia página de fotos. Na América Latina, a repercussão foi significativa: nos periódicos da Venezuela, o Brasil foi assunto, ao lado dos conflitos do Panamá. No México, as notícias do Rio de Janeiro foram publicadas nas primeiras páginas. Mas, na imprensa norte-americana, o assunto teve pouca importância com pequenas notas em páginas internas no *New York Times* e *Washington Post*. Em Moscou, a agência *Tass* destacou que no ataque da polícia de Belo Horizonte aos estudantes as bombas de gás tinham os rótulos *made in United States*[692].

O *JB* ao comparar a liderança de De Gaulle e Costa e Silva, perante a crise estudantil, destacou a ausência de propostas concretas por parte do governo brasileiro e alertou que apenas o atendimento de "reivindicações legítimas" poderia conter a "onda de revolta da mocidade"[693].

Cabe observar, que a distinção pregada pela imprensa entre "reinvindicações justas", aqueles apenas de cunho educacional e "agitação", demandas que evolviam temas políticos, era irreal pois os códigos estavam cada vez mais atrelados as mudanças na estrutura política que aumentou o *habitus* autoritário e que junto com a já evidente precariedade da universidade e as injustiças socioeconômicas e legais cria emoções vinculada estritamente com a conjuntura política. Por mais que algumas figurações estudantis alegassem o caráter pacífico e apolítico de suas manifestações elas estavam inseridas em uma conjuntura política específica, de violência direta contra o estudante, o que influenciava a personalidade social e consequentemente seus códigos.

Na imprensa, ao invés de atacar diretamente o regime político, os periódicos como o *JB*, que abordou mais a temática da violência à atribuem aos policiais. Um dos locais em que esse assunto circula no periódico são nas charges de Lan, Lanfranco Aldo Ricardo Vaselli Cortelline Rossé, fazia parte dos chargistas que trabalhavam no *JB* periódicos dentre eles Claudius, Henfil, Ziraldo, Jaguar etc. Motta (2013, p. 5) ao estudar as charges da grande imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro destacou que elas expressam, "o ponto de vista do jornal, às vezes reduzindo-se à charge editorial, cujo papel é ilustrar é fixar o pensamento da empresa", mas, havia exceção como o caso de Claudius que foi preso no início da ditadura, ele se opunha a linha do *JB*,

[692] A CRISE vista de fora. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 abr. 1968, p. 15.
[693] LÍDERES e liderados. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 9 maio 1968, p. 6; AÇÃO e liderança. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 20 jun. 1968, p. 6; REVOLTA. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 21 maio 1968, p. 6.

mesmo assim suas charges eram escassas, e em 1966 ela sai do periódico para trabalhar no *Última Hora* e *Correio da Manhã*, periódicos em que conseguiu publicar ataques agressivos ao regime Cabe lembrar que em 1969, tendo como chargista principal, Ziraldo, o *JB* desloca as charges da página sete para seis ao lado do editorial.

O *JB* não atacava diretamente o regime político com as charges, mas assim como seus editoriais tecia críticas amenas apontando os seus excessos, como o excesso da "legislação revolucionária", a falta de atuação na área educacional e a repressão policial contra os estudantes. As duas charges (Figuras 126 e 127) representam a figura do policial, com expressões distintas: uma de maneira mais indiferente e outra com semblante irado. Na primeira imagem, o policial é interpelado por um jornalista que o questiona sobre o paradoxo de sua atuação: ser pago pela população e em troca oferecer agressão em vez de proteção.

A crítica também recai sobre a priorização da repressão aos estudantes, enquanto criminosos permanecem impunes nas ruas. Já na segunda charge (Figura 127), o tom cômico vincula-se à associação entre a cor vermelha da camisa do torcedor rubro-negro com o estudante comunista, o que reforça a crítica contra a nova função da polícia: capturar estudantes. Essa representação revela a interiorização da estigmatização e da criminalização dos estudantes como forma de legitimar a violência policial. As charges do início de 1968, evidenciam, portanto, a centralidade da polícia como personagem dos conflitos, revelando uma relação tensionada com os estudantes que circulavam e se expressavam no espaço público.

Figura 126 –Antipatronal



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1968, p. 7

Figura 127 – 1º de maio



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 maio 1968, p. 5.

Após a série de repressão aos estudantes, setores da sociedade que antes evitavam se posicionar publicamente começaram a se manifestar. Em 5 de abril, foi divulgado em Belo Horizonte o primeiro manifesto de trabalhadores desde o golpe civil-militar de 1964, nele expressavam o seu apoio aos estudantes e denunciavam "o massacre da já tão retalhada liberdade de expressão e manifestação do povo brasileiro". Na mesma data, a Assembleia Legislativa manifestou repulsa às violências policiais na Candelária Além disso, 64 religiosos divulgaram manifesto com denúncias sobre o cerco militar durante as celebrações religiosas[694].

Depois de período de protestos, Valle (1997) aponta que o movimento estudantil passa por definições. Os estudantes apoiam as manifestações operárias e acirra-se a luta específica dentro da universidade contra a política educacional do governo que reivindica mais verbas, fim das anuidades e do acordo MEC/USAID. Após a onda de protestos que se desencadeou depois de março de 1968 uma notícia do *JB* destacava que o relatório da Comissão Meira Matos aconselha ao governo "maior liberalidade com movimentos estudantis; atendimento das reivindicações justas; reconhecimento das deficiências de ensino; não encarar todos os movimentos como extremistas; procurar neutralizar a ação dos líderes estudantis e transformar as universidades federais em fundações"

> Dividido em duas partes – relações governo-estudante e deficiências dos estabelecimentos de ensino superior – o relatório, em mãos do presidente Costa e Silva, já estaria determinando uma mudança nas atitudes do governo em relação aos estudantes, o que bem deverá ser constatado nas universidades (Relatório M. Matos

694 TRABALHADORES mineiros protestam. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 06 abr. 1968, p. 5; ASSEMBLEIA manifesta repulsa às violências dos policiais. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 06 abr. 1968, p. 5; SESSENTA E Quatro Religiosos lançam manifesto. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 06 abr. 1968, p. 5.

> muda política com estudantes. *Jornal do Brasil***,** Rio de Janeiro, 26-27 maio 1968, p. 1).

Valle (1997) verifica que a revista *Visão* publica a fala de Meira Mattos sobre a necessidade de reabertura ao diálogo e que as participações de líderes de esquerda extremistas não atrapalharam pois representam uma minoria. A revista, assim como os periódicos aqui utilizados não divulgam as manifestações dos estudantes contra o relatório. No entanto, o relatório defendia a restrição da prática política dos estudantes ao âmbito dos partidos.

Essa questão reiterada pelo governo é possível compreender a posição dos estudantes por meio da entrevista de julho que Luis Travasso e Luis Raul concederam à revista *Realidade*, publicada por Reis (1988), em que dizem:

> E é ridícula a alegação de que devemos entrar para os partidos políticos oficiais, o do sim e o do sim-senhor, pois eles não representam nada. São um disfarce da ditadura. Em segundo lugar, o estudo, hoje, é dificultado por razões políticas. Não há verbas e a reforma universitária que querem fazer é em função dos interesses das grandes empresas capitalistas. Para podermos estudar verdadeiramente não nos podemos conformar em ser moldados para ajudar a manter, em nossa vida profissional, a estrutura podre da sociedade (Reis, 1988, p. 98).

Braghini (2015) ao analisar uma série de artigos de periódicos da grande imprensa publicados na *Revista da Editora do Brasil* argumenta que praticar política no ambiente escolar enquanto estudava não era um caminho convencional. Esse comportamento causou medo aos velhos que não viam os estudantes como uma modelo a ser seguido e tinham estabelecidos lugares fixos aos jovens enquanto ele adquiria o direito de ser adulta, mas segundo a autora os jovens queriam "antecipar o futuro" ao pleitear um espaço político.

O tensionamento que adquiria a relação entre parte dos estudantes e o governo levou o MEC a adotar as sugestões do Relatório Meira Matos que concluiu a "vinculação inseparável entre as inquietações e reivindicações estudantis e os obstáculos que emperram o bom funcionamento da máquina de ensino". Desde janeiro quando a comissão começou foram demitidos no MEC pelo presidente da República diretores que estavam em cargos de alta cúpula como: Lafayette Côrtes (Diretoria do Ensino Comercial), Gildásio Amâncio (Diretoria do Ensino Secundário) e Epílogo de Campos (Diretoria do Ensino Superior). Estas demissões foram atribuídas a conclusões chegadas pela Comissão formada pelo coronel Meira Mattos, pelo procurador Agápto da Veiga, coronel Waldir Vasconcelos e professor Hélio de Souza Gomes e o professor Jorge Boaventura e Souza[695].

Cunha (2007b) ao analisar o Relatório da Comissão verifica que atuaram em diversas frentes como a liberalização de verbas, a construção de prédios, as regulamentações das

[695] COMISSÃO Meira Matos sugere diálogo ao MEC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 maio 1968, p. 17.

anuidades, nas reivindicações de docentes. Além dos problemas localizados, sugeriu medidas repressivas como a nomeação de reitores e diretores pelo presidente com a função de disciplinas faculdades e universidades sem a interferências das congregações e conselhos universitários. Além disso mapeou os problemas educacionais e propor reformas para impedir a ação das "minorias esquerdistas".

Foi nessa conjuntura que padres como o vigário-geral do Rio, Dom José de Castro Pinto e padre Vicente Adamo se ofereceram para intermediar o diálogo entre governo e estudantes, tendo como meio a linguagem da conciliação. O *JB*, embora defendesse a posição da igreja, alertava que era preciso distinguir a "posição renovadora da Igreja, instituição identificada com o sentimento de justiça" dos sacerdotes que "abraçam a desordem"[696].

Essa ressalva do periódico visava mostrar que havia grupos dentro da igreja que possuíam legitimidade institucional porque estavam afinados com a ordem do regime e os religiosos que apoiavam a politização e oposição estudantil contra o regime, essa era considera deslegitimo por ser considerada uma militância religiosa. Mas pela fala dos religiosos que queriam conduzir o diálogo parecia explícito o desejo de acomodação para priorizar a ordem social e diminuir os confrontos.

O ministro Tarso Dutra anunciou que aceitava o diálogo intermediado pelo bispo Dom José de Castro Pinto. Em seguida, Dom José e o padre Vicente Adamo reuniram-se com representantes da UNE, UBES, AMES e diretórios acadêmicos no Colégio Santo Antônio Maria Zacarias, sinalizando a aceitação, por parte do Estado, da mediação da Igreja e da legitimidade de entidades consideradas ilegais. O *JB*, porém, criticou o encontro, chamando as entidades de "fantasmas" e alegando que negociar com elas seria um "flagrante de ilegalidade", defendendo que o diálogo ocorresse apenas com lideranças legalmente eleitas[697].

Em reunião convocada pelo vigário-geral da Arquidiocese do Rio de Janeiro, compareceram doze presidentes de diretórios acadêmicos ao Colégio Santo Antônio Maria Zacarias, onde os estudantes criticaram a postura da igreja, acusando-a de marginalizar suas lideranças em benefício do imperialismo e da ditadura. Posteriormente, o presidente da ex-UNE, Luís Travassos, afirmou que a entidade não aceitava o diálogo, pois isso significaria uma conciliação com a ditadura. Já a FUEC condicionava a conversa à libertação dos presos e à reabertura do restaurante estudantil. Os estudantes também criticaram a posição do bispo Dom José, que atribuía as violências a subalternos, ressaltando que, na verdade, "a estrutura vigente

[696] AS INTENÇÕES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 abr. 1968, p. 6; NÃO A DESORDEM. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1968, p. 6.
[697] DIÁLOGO impossível. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05-06 maio 1968, p. 18.

massacra a massa estudantil". Concluíram que a ditadura havia perdido sua base social, e que não era o momento de promover a reconciliação entre "duas forças antagônicas: de um lado a ditadura e o imperialismo, de outro os estudantes e os trabalhadores livres"[698].

Aqui as notícias que os estudantes sentem a marginalização promovida pela igreja as lideranças estudantis e mostram que eles não aceitam a conciliação porque percebem que estão com vantagens pois acreditam que a ditadura havia perdido a sua base social, além disso, outro fator que atrapalhava o diálogo que a desconsideração das demandas estudantis. Portanto, o periódico ao selecionar essas falas narra um diálogo que é impossível de acontecer nesse momento pois mostra a indisposição das figurações estudantis e do Estado em promover acomodações.

Em outra reunião, o padre Vicente Adamo declarou que os "estudantes democratas" viam o diálogo como uma vitória, e que não se opunham à UNE e UME, mas a seus líderes. Os representantes da UNE, AMES, UNE e FUEC, presentes na reunião, convocaram os estudantes a se retirarem, mas apenas 12 diretórios atenderam; cerca de 80% dos presentes permaneceram, representando um total de 35 diretórios. Foi quando se criou a Comissão Provisória do Diálogo. Disputaram duas chapas, uma de direita e outra de centro-esquerda, sendo eleita esta última composta por representantes da UFRJ, PUC, Faculdade Gama Filho, UEG, diretórios acadêmicos independentes, além de um representante a ser designado pela UNE, UME e FUEC. Dom José insistia que o ministro da Educação não impunha restrições à participação de entidades "ilegais", mantendo o convite aberto a todas as lideranças. Porém, o padre Adamo, diretor do Colégio Zacarias, demonstrou preocupação com a presença de lideranças esquerdistas como as da UNE e UME, consideradas por ele como problemáticas, e preferiu ser mais reservado nas declarações à imprensa, afirmando que suas falas vinham sendo distorcidas, comprometendo-o como "subversivo"[699].

Uma enquete do *JB*, ao consultar presidentes de Diretórios Acadêmicos da UFRJ, UEG, PUC e da Escola de Medicina e Cirurgia, revela o pessimismo quanto à possibilidade de diálogo, mesmo com a mediação da igreja. Embora reconhecessem a representatividade da UNE e UME, suas lideranças foram criticadas por práticas antidemocráticas e de distanciamento. Jean Marc von der Weid, da UFRJ, afirmou que "esse diálogo não existe" e

---

[698] TARSO vê governo compreensível. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28-29 abr. 1968, p. 14; D. JOSÉ e estudantes veem bases do diálogo. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 05 maio 1968, p. 1; D. JOSÉ ouve críticas à Igreja na reunião com os estudantes. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 08 maio 1968, p. 7; ESTUDANTE foge às conversações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 maio 1968, p. 1.

[699] PE. ADAMO explica posição dos estudantes. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 09 maio 1968, p. 14; DOM JOSÉ mantém o convite de diálogo para ex-UNE e UME. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 maio 1968, p. 10.

que apenas a "pressão política da massa estudantil" poderia surtir efeito. A ex-AMES também se posicionou contra o diálogo, afirmando que "o diálogo político com a ditadura é uma utopia". Aqui a pesquisa novamente confirma a narrativa do periódico em enfatizar a impossibilidade diálogo, destacando nesse momento eram os estudantes que se fechavam para o diálogo. Logo se observa nesse momento uma mudança com o que aconteceu no início da ditadura quando os estudantes procuravam o diálogo e a aproximação e o governo se negava a ele.

Mas, os próprios estudantes se empenham para forjar o diálogo, como aconteceu na UFMG, onde o DCE comunicou ao reitor Gerson Boson a formação de uma comissão de diálogo com nomes ligados à ex-UNE e à ex-UEE. Contudo, o reitor recusou os indicados, e os estudantes mantiveram seus nomes, inviabilizando o processo de aproximação[700]. Em nota oficial, a UEE mineira afirmou estar aberta ao diálogo, mas não aceitaria a exclusão de representantes legitimados pelo movimento estudantil[701].

Na FND, após a suspensão de uma peça teatral por causa da prisão de um ator, membros do CACO Livre participaram do encontro com Dom José de Castro Pinto, inicialmente agendado pelo CACO Oficial. Dom José admitiu que "não há diálogo entre opressores e oprimidos", mas afirmou acreditar em soluções pacíficas[702]. Posteriormente, foi decidido que a representação estudantil seria escolhida pela UME, mesmo com a oposição de seu presidente, Vladimir Palmeira[703]. Dias depois, uma manifestação estudantil no MEC foi recebida por Tarso Dutra como a expressão de um "diálogo sob coação" que ele não aceitava[704].

Por meio das falas destacadas nas notícias se nota a intenção do periódico de mostrar o fracasso da tentativa de aproximação promovida pela Igreja. Mas de fato se nota que as reuniões não produzem soluções nem mudanças de comportamentos nos códigos sociais públicos, ou seja, os estudantes continuam a pressionar o governo com manifestações públicas vistas por este último como uma forma de pressão coercitiva perante a qual não poderia se submeter.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que havia a tentativa de se estabelecer o diálogo institucional, nas ruas e nas universidades o conflito violento entre estudantes e policiais e a intolerância e autoritarismo das autoridades continuavam. O que compromete as possibilidades de negociações pacíficas baseadas em conversas. Abaixo alguns desses confrontos indicam o alto grau de intolerância da maioria dos governantes diante dos códigos

[700] MINEIROS pedem presença das entidades extintas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 maio 1968, p. 12.
[701] DIVERGÊNCIAS em Minas não tiveram solução. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1968, p. 15.
[702] DOM JOSÉ não crê em diálogo enquanto governo intimidar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 maio 1968, p. 7.
[703] EX-UME é que decidirá o diálogo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1968, p. 4.
[704] TARSO acha manifestação intolerável. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1968, p. 16.

sociais públicos utilizados pelos estudantes para reivindicar demandas muitas vezes educacionais.

1. Em Belo Horizonte, a crise se intensificava: estudantes exigiam posicionamento dos professores sobre prisões e ocupavam as Faculdades de Filosofia e Medicina. A Universidade Católica decretou greve geral. Os PMs invadiram a Faculdade de Medicina da UFMG e prenderam 152 estudantes. O presidente Costa e Silva pediu ao governador Israel Pinheiro a expulsão dos líderes do movimento. Os estudantes queimam um "Judas" com as características do diretor, Oscar Versiani, acusado de ser responsável pela repressão. O STM negou *habeas corpus* a estudantes mineiros presos, decisão criticada pelo ministro Peri Bevilacqua, que defendia a legitimidade da luta pela UNE. Também na ocasião se forma uma Comissão Externa da Câmara Federal que chega a Minas Gerais para investigar denúncias de tortura (Agitação de Minas é a mais tensa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 maio 1968, p. 4; Polícia toma faculdade que alunos ocuparam em Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05-06 maio 1968, p. 18; Presidente pede a Israel vaga de agitadores para excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 maio 1968, p. 14; Alunos de Medicina da UFMG queimam judas igual a Diretor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 maio 1968, p. 10; Deputados ouvem reitores de Minas e hoje visitarão os estudantes na prisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 maio 1968, p. 15; STM nega habeas-corpus para estudantes presos em Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 maio 1968, p. 12).

2. No Rio de Janeiro, a FUEC realizou comício-relâmpago exigindo a reabertura do Restaurante do Calabouço e organizou nova manifestação durante o Congresso da UBES, que terminou com repressão do DOPS (FUEC faz comício para reabrir o restaurante. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 maio 1968, p. 4; Ex-UBES encerra congresso com passeata. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 maio 1968, p. 7). A greve da UFRJ envolveu 16 mil alunos e durou dois dias, com a promessa de continuidade do movimento. Os estudantes acusaram os reitores de omissão, e Moniz afirmou que eles realizaram nota contra as fundações que foi suspensa pela Comissão Diretora, ele também se declarou contrário à transformação das universidades em fundações e afirmou que não apoiaria a recondução de Rudolph Atcon ao Conselho de Reitores (Greve na UFRJ reúne 16 mil e alunos de todas as faculdades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 jun. 1968, p. 14; Greve na UFRJ deve acabar hoje, mas o movimento continua. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 jun. 1968, p. 14; Reitor da UFRJ é contra fundação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1968, p. 4).

3. No Paraná, estudantes protestaram contra as anuidades na UFPR, ocuparam e depredaram a reitoria. Após mediação do governador Paulo Pimentel, foi decidido que o estado

arcaria com as despesas dos que não poderiam pagar. O reitor Flávio Suplicy propôs abolir as anuidades e reembolsar os pagamentos, dando início ao diálogo. Em Brasília, estudantes paranaenses denunciaram a criminalização generalizada da juventude e reivindicaram o fim da associação entre movimento estudantil e subversão. A UPE organizou reuniões e seminários com centros acadêmicos do interior para articular um plano de lutas contra a política educacional empresarialista vinculada ao MEC/USAID (Estudantes cercam universidade do Paraná exigindo o fim das anuidades. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 maio 1968, p. 8; Reitoria do Paraná é ocupada e depredada pelos estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 maio 1968, p. 17; Nosso presente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 maio 1968, p. 6, Suplicy manda ofício aos universitários propondo que anuidades sejam extintas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 maio 1968, p. 7; UFP deixa de cobrar anuidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 maio 1968, p. 18, Paranaenses criticam mania de que o estudante é subversivo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19, 20 maio 1968, p. 18; Universitários estudarão a política educacional: UPE convida diretórios. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 maio 1968, p. 15; Política educacional: UPE quer interior no seminário. *Folha de Londrina*, Londrina, 07 jun. 1968, p. 12; Grupo de Trabalho: Reflexos em Londrina do seminário da UPE. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 jun. 1968, p. 10).

As lideranças estudantis estavam confiantes com a aparente adesão de parte da sociedade era o que anunciam as notícias que realçam falas dos líderes que mostram como ele projetaram uma imagem de vitória ao perceberem o crescente apoio popular, tentando atrair ainda mais setores antes refratários ao movimento. Com isso, propuseram parte dos estudantes tentam provar o seu o aumento de autocontrole para fixar uma imagem de superioridade moral dos estudantes. Entretanto, no mesmo momento em que se discutia a unificação dos grupos estudantis, a imprensa destaca com mais ênfase a cisão interna entre as lideranças.

Napolitano (2017) confirma esse sentimento estudantil de vitória quando diz que apesar da radicalização, os líderes conseguiram a atenção suficiente para obter simpatia da imprensa liberal até meados de 1968, principalmente o *Correio da Manhã*. Nesse momento os estudantes que atuavam na cena política precisavam definir qual seria o seu foco de reivindicação e seus códigos sociais. Segundo Valle (1997), após a morte de Edson Luís, os estudantes passaram a debater se o movimento deveria priorizar a luta política contra a ditadura e o imperialismo, defendida por Luís Travassos (UNE), ou a luta específica contra a política educacional, proposta por Vladimir Palmeira (UME).

A linha de Vladimir Palmeira tinha o objetivo de evitar que suas ações fossem interpretadas como afrontas, os estudantes preferem adotar uma postura de cautela ou seja: "evitar toda e qualquer manifestação que pareça provocação, embora sem deixar de realizá-las". Eles ainda alertavam sobre a necessidade de excluir "agitadores infiltrados" e estabeleceram como formas de ação.

> 1. Retorno às aulas;
> 2. Foco em demandas estudantis como gratuidade, reabertura de restaurantes e expansão de vagas; oposição ao MEC/USAID;
> 3. Formação de representações legítimas;
> 4. Aproximação com lideranças operárias, formando uma frente única.
> 5. Centralização das ações no Rio de Janeiro, irradiando-as para outros estados, sob a coordenação da UNE, da UME e do DCE da UFRJ, liderados respectivamente por Luís Travassos, Vladimir Palmeira e Valmer Soares, em colaboração com Elinor Brito da FUEC (Estudantes se consideram vitoriosos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 abr. 1968, p. 7; Vestibular de maturidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 abr. 1968, p. 6).

A linha do grupo estudantil que opta por priorizar a luta específica contra a política educacional do governo parece se adaptar melhor diante de campo social aonde a coerção externa do Estado se intensifica. Eles demonstram um nível maior de autocontrole diante da consciência e da aceitação de redução dos seus privilégios e da perda de posições influentes, logo percebem que a preservação do grupo exige um refluxo das grandes mobilizações coletivas que afrontavam os poderes estabelecidos e criava um ciclo de tensão e conflito interminável que criavam situações em que eles geralmente, eram as vítimas. No entanto, a FUEC, assim como a linha de ação de Luís Travassos defendiam o fomento e o estímulo dos conflitos com a continuidade das manifestações públicas, inclusive ações mais radicalizadas e provocativas, como a forma mais adequada de códigos social para se contrapor ao regime.

Em meados de 1968, apesar do movimento estudantil contestar a ditadura civil-militar, se nota que o foco dos protestos se concentra contra a sua política educacional, mesmo assim a tendência de endurecimento da repressão do governo contra as manifestações estudantis se impõe como afirmou uma "alta fonte do MEC".

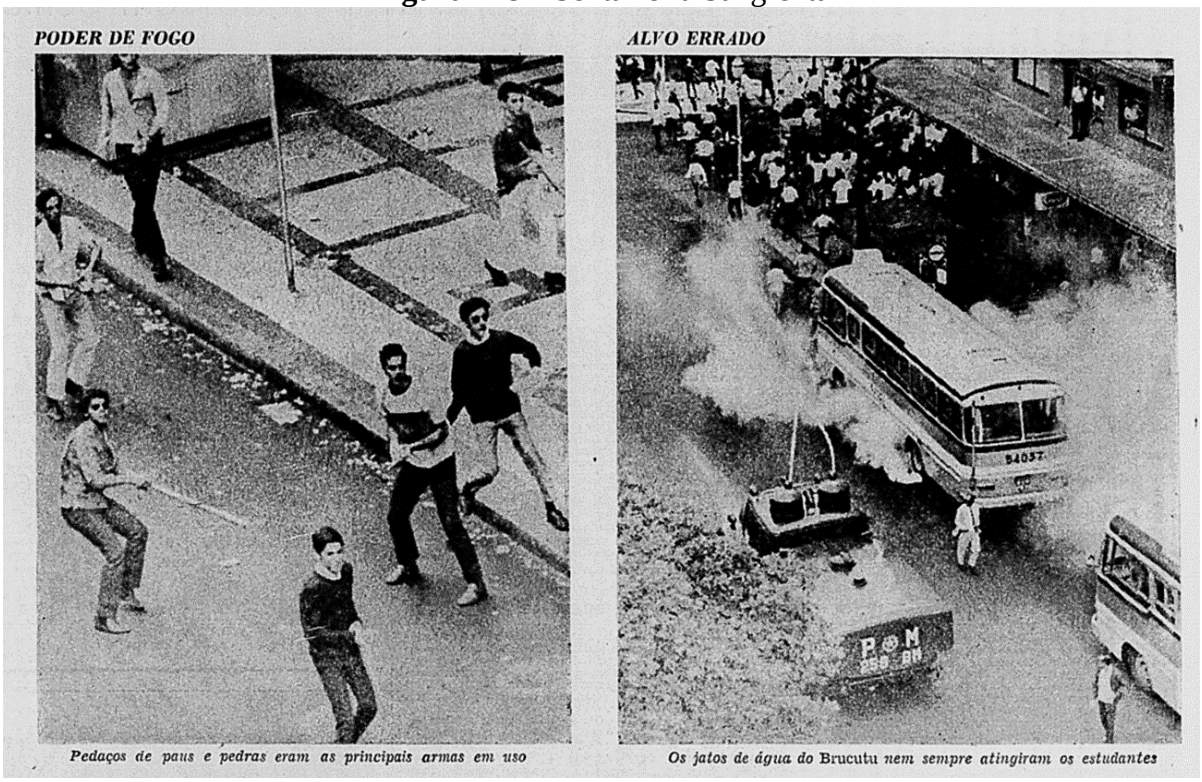
> A política estudantil do governo, que se encaminhava para uma liberalização, deverá sofrer um endurecimento gradativo, com base em investigações dos órgãos de informação que apontam a existência de um plano de agitação nacional, a partir do eixo Rio-São Paulo, com colosso marcado para agosto. Esse mesmo informante afirmou que a atuação das forças policiais durante as últimas manifestações cariocas teve como base as revelações dos órgãos de informação do governo, e serviram para desarticular o plano de elementos chamados de "subversivos infiltrados na área estudantil" que previam atingir de muito maior amplitude dos protestos (Governo endurecerá política. *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 14 jun. 1968, p. 4).

No dia 19 de junho de 1968, os protestos estudantis tomaram novamente o centro do Rio de Janeiro com confrontos iniciais no pátio do MEC, o dia é conhecido como Sexta-feira

Sangrenta. Nela os estudantes gritavam “Verbas federais” e foram dispersados pelo choque, quando Vladimir Palmeira orientou a retirada. Mesmo assim, os estudantes seguiram em passeata pelas avenidas Graça Aranha, Almirante Barroso, Rio Branco e Rua Uruguaiana, paralisando o centro. Na Figura 128, vê-se o grupo estudantil seguindo pela rua Araújo Porto Alegre, em direção ao MEC, sendo novamente dispersado pelo carro blindado Brucutu, que foi atingido por dezenas de pedradas na “guerra de bombas e pedras”[705].

A dinâmica social dos protestos de rua, estudantes, policiais e população se aproximam e se cruzam em meio aos confrontos. As Figuras 129 e 130 evidenciam a transformação dos recursos utilizados pelos estudantes: na primeira, paus substituem as tradicionais faixas e cartazes; na segunda, baldes de pedra são preparados para ataque e defesa. A simples corrida já não bastava, pois agora era necessário resistir ativamente para tornar o protesto possível. Essa mudança exigiu uma adaptação dos códigos sociais dos estudantes, o que revela pistas sobre a intensificação da violência nas relações que permeavam o espaço público.

Figura 128 – Sexta-feira Sangrenta



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1968, p. 18.

Figura 129 – Arma camuflada

[705] PM chegou ao MEC antes dos estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1968, p. 5; ESTUDANTES enfrentam a polícia em violentos conflitos na GB. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 jun. 1968, p. 1-15.



Fonte: *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 20 jun. 1968, p. 19-24.

Figura 130 – Os baldes



Fonte: *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 20 jun. 1968, p. 19-24.

Valle (1997) aponta a percepção crítica da revista *Visão* que destaca a mudança de comportamento dos estudantes que antes utilizavam apenas o protesto verbal e passa a usar a violência. As fotos e notícias do *JB* também intentam realizar essa mesma crítica que reforça o

aumento da violência estudantil. Como destaca Valle (1997) em 1968, a violência estava no discurso e na ação da relação entre governo e estudantes. Ambos se empenham na tentativa de atribuir caráter violento ao adversário. A violência ganha visibilidade na imprensa que interfere no posicionamento de diversos atores, o que repercute nos próprios acontecimentos desse ano. A autora lembra que a polêmica questão da violência no movimento estudantil não pode ser desconectada do processo político e do posicionamento da grande imprensa.

Como se verificou, as ações do aparato de força do Estado e o tom e a abordagem intensiva e pormenorizada da atuação estudantil manuseados pela imprensa se empenham na tentativa de atribuir caráter violento ao adversário. A violência ganha uma visibilidade que influencia o posicionamento de diversos atores, o que repercute nos próprios acontecimentos desse ano.

Chaui (2012) contribui para a compreensão desse processo ao destacar que, nas democracias, os conflitos são naturais, pois seu fundamento está na criação de direitos conquistados por meio de lutas sociais públicas. No entanto, parte da sociedade brasileira da década de 1960 não estava disposta a aceitar plenamente essa lógica. Ao recordar os tempos do governo Goulart, percebe-se que esse comportamento social avesso ao conflito, na qual a imprensa contribui, colaborou para o surgimento e a consolidação da ditadura civil-militar, a qual condenava o dissenso, os embates e a pluralidade de ideias e práticas, elementos essenciais à democracia. Tal postura revela traços autoritários não apenas do novo regime, mas também em setores da sociedade que o apoiaram.

Portanto, um dos principais valores difundidos pelas ditaduras é “rejeição da ideia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política”. Por essa razão, os antagonismos que “explicitem a dissimulação de interesses” passaram a ser combatidos de forma a eliminar o “pluralismo político” (Padrós, 2008, p. 144). O objetivo, portanto, era formar uma “mentalidade harmoniosa”, que rejeitasse o conflito e a rivalidade entre as diferentes classes e grupos sociais (Rezende, 2001).

Esse comportamento característico da ditadura civil-militar brasileira era evidente nos governos militares que, embora inicialmente tenham imposto medidas extremamente autoritárias contra as figurações universitárias, para extinguir potenciais manifestações e oposições, gradualmente passaram a adotar, sobretudo a partir de 1966, o que Motta (2014) denominou práticas “conciliatórias”. Esse comportamento que busca, principalmente, diante de reivindicações educacionais que não extrapolavam os muros das escolas.

Portanto, a ditadura não procurou se legitimar apenas por meio da violência, mas também por meio de estratégias voltadas à internalização de seus valores como o anticonflito.

Tendência que se associou com os objetivos destacados por Rezende (2001, p. 38) como a proteção e o desenvolvimento da "família, da escola, da propriedade, dentre outros", visando à aceitação e ao reconhecimento social. Diante da estratégia oficial de negociar a partir da violência ou da aceitação dos valores estabelecidos e de não aceitar as mobilizações e protestos públicos como pressão política, tinha-se a continuidade dos protestos de estudantes e as impossibilidades de acomodações, o atrapalhava a manutenção do equilíbrio de poder.

Como se observa na fala do ministro da Educação e do governador da Guanabara, as autoridades queriam impor seus códigos sociais públicos para enquadrar a atuação e a comunicação dos estudantes. Foi o que se observou em pequenos atos quando depois dos protestos estudantis de 19 de junho, Tarso Dutra, afirmou que aguardava o contato dos líderes estudantis, por meio de uma solicitação formal de audiência, reiterando que não iria dialogar sob a pressão dos protestos[706]. No mesmo sentido, o governador Negrão de Lima acusou os estudantes de não utilizarem os meios legais de manifestação previstos e que protestos fora dos locais autorizados seriam tratados como "agitação" e reprimidos pela polícia[707].

Após os protestos de 19 de junho de 1968, as lideranças estudantis se reuniram para avaliar o ato como "mais uma vitória", porque acreditavam que havia desmascarado o ministro da Educação, que dizia estar aberto ao diálogo, mas recebia os estudantes com repressão policial[708]. O clima de repressão e ameaça que sentiam e denunciavam se evidenciou em mais um ato de força dentro da universidade.

No dia 20, na Reitoria da UFRJ, foram cercados pela Polícia Militar e por agentes do DOPS os estudantes, o reitor interino Clementino Fraga Filho e os professores enquanto debatiam em assembleia a falta de verbas e avaliavam os acontecimentos recentes[709]. Cerca de 400 estudantes foram presos, a Figura 131 capturam estudantes que foram rendidos, deitados no chão apenas porque estavam em uma assembleia na universidade.

Figura 131 – Estudantes rendidos no chão – Na ARENA

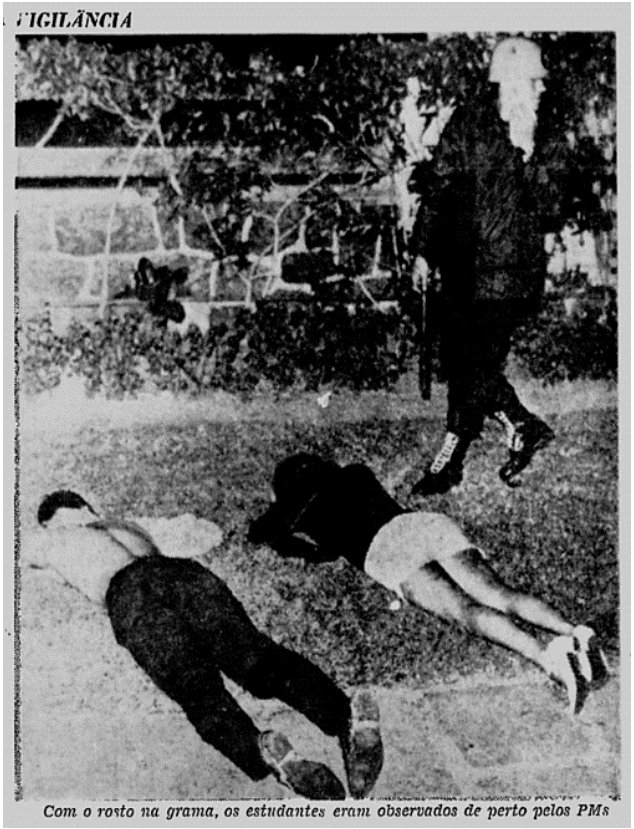
[706] TARSO atribuiu distúrbio à minoria. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1968, p. 19.
[707] NEGRÃO declara que polícia coibirá as manifestações fora dos locais permitidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1968, p. 19.
[708] UNIVERSITÁRIOS decidem hoje próximo passo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1968, p. 19.
[709] EXÉRCITO em prontidão rigorosa e nova passeata é anunciada para hoje. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1968, p. 4; ESTUDANTES saíram ao pensar que PM abandonara cerco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1968, p. 5.


NA ARENA

De armas na mão, os policiais obrigaram môças e rapazes a se deitarem de bruços quando foi evacuado o Teatro de Arena

Fonte: *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 21 jun. 1968, p. 1

Figura 132 – Vigilância


VIGILÂNCIA

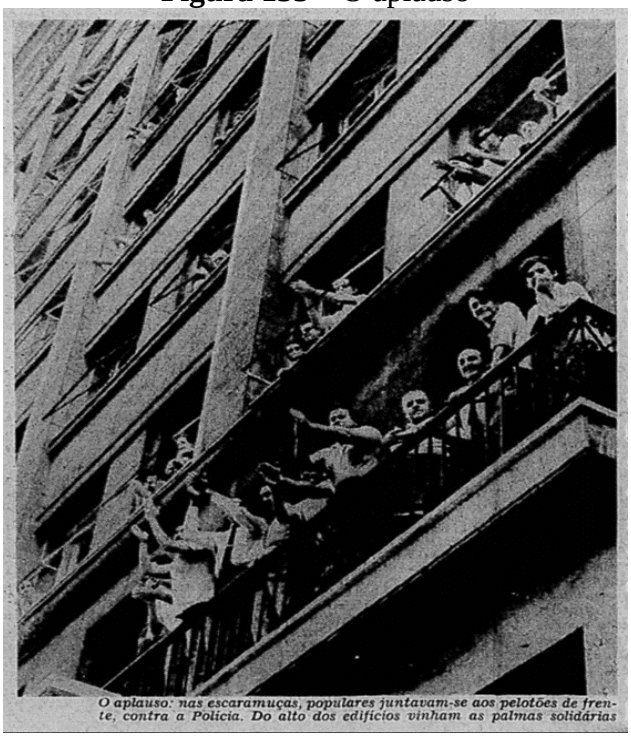
Com o rosto na grama, os estudantes eram observados de perto pelos PMs

Fonte: *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 21 jun. 1968, p. 5.

No dia 22 de junho, a repressão se intensificou em confrontos generalizados no centro do Rio de Janeiro. Milhares de estudantes, liderados por Vladimir Palmeira, Elinor Brito e Valmer Soares, realizaram uma passeata que começou pacífica, com palavras de ordem como "liberdade para os presos" e "abaixo a repressão", mas culminou em confrontos violentos. A

polícia, inicialmente usou tiros de festim, porém depois passou a atirar com munição real, deixando feridos e mortos[710]. A população, como evidenciou na Figura 133, batia palmas para os estudantes e se revolta contra os policiais jogando objetos das janelas dos prédios como sacos, pedras e garrafas que os atingem, a PM, por sua vez, a revida com tiros e bombas de gás.

Figura 133 – O aplauso


O aplauso: nas escaramuças, populares juntavam-se aos pelotões de frente, contra a Polícia. Do alto dos edifícios vinham as palmas solidárias

Fonte: *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 1. Caderno B.

Figura 134 – Defesa e Ataque

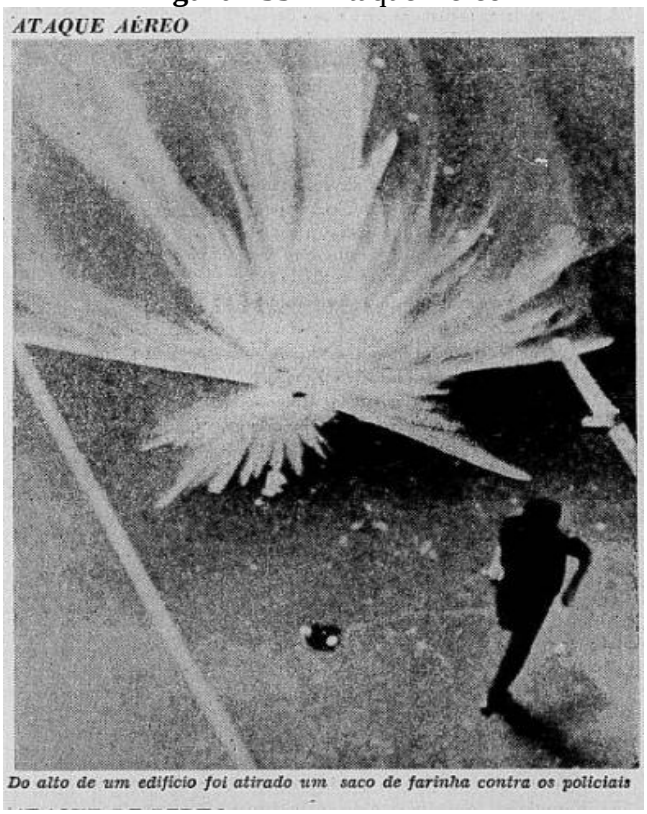


Os policiais se abrigaram dos objetos que vinham dos edifícios e atiraram para o alt

[710] PASSEATA começou em duas frentes e sem polícia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 14; *Folha de Londrina*, Londrina, 22 jun. 1968, p. 1; A NOVA Guerra do Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 1, Caderno B; LUTA domina Rio e estudantes vão continuar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 1.

Fonte: *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 1.

Figura 135 – Ataque Aéreo



Fonte*: Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 5.

O monopólio do uso legítimo da violência física pelo Estado como aponta Elias (1998) a longo prazo pacificou as relações humanas e a reação individual contra o uso da força aumentou na mesma proporção. Nas sociedades há permanente tensão entre o código de não violência total, válido para a maioria dos cidadãos, e o código de violência permitida, mais ou menos sob controle público válido para a polícia e as forças armadas. Assim o autor destaca que o controle dos controladores e seus agentes é um dos problemas sociais que ainda não possui solução. Problema vivenciado no período quando a imprensa indica que a sociedade questionava e condenava esse uso da força, que aqui parecia inadequado.

Logo se percebe nesse ambiente que apesar de possuírem uma personalidade pacificada e com uma estrutura mais diversa que em tempos anteriores, a sociedade vigente no nível intraestatal conseguia desenvolver/criar formas de resolver os problemas sociais sem utilizar a violência. Em sociedades como o Brasil, o monopólio da força se atrelou com *habitus* autoritários e foi usada para marginalizar e extinguir as oposições e manter posições estabelecidas por longos períodos. Nesse tipo de Estado autoritário a contestação direta aos governantes gera um comportamento agressivo que impede as negociações e soluções pacíficas, enquanto permanecem as grandes contestações públicas que afetam a sua imagem dos estabelecidos e o seu sistema de valores.

Depois da invasão na UFRJ e das passeatas, o DOPS ficou lotado com 800 presos, o que levou as lideranças do movimento estudantil a decidirem continuar os movimentos de rua até que os colegas presos fossem liberados. O protesto estudantil e a repressão policial alastram-se do Rio de Janeiro para outros estados como Belo Horizonte, Juiz de Fora, São Paulo[711].

Outro episódio de grande repercussão nesse período foi a nova invasão policial da UnB. A ação ocorreu poucas horas após estudantes ocuparem e picharem a reitoria com frases em tinta vermelha como "Abaixo os assassinos" e "Faltam verbas e sobram balas". Durante a madrugada, policiais militares invadiram os alojamentos, acordando os estudantes à força. Presos, eles foram conduzidos à quadra de basquete do campus e, posteriormente, alguns seguiram ir até o Congresso Nacional para denunciar aos parlamentares do Parlamento Latino-Americano os atos de "arbitrariedade e violência" cometidos pela PM. A polícia afirmou que tinha autorização do reitor para entrar.

A *FL* destacou que a invasão tinha o objetivo de evitar que os estudantes se engajassem em manifestações de solidariedade aos estudantes de Guanabara. Os estudantes improvisaram na entrada do Congresso um pequeno comício e ocuparam suas galerias. Mesmo após o fim do cerco, parte dos estudantes resolveu ficar no Congresso até a libertação dos estudantes presos. Depois o Congresso foi cercado pela PM e pelo DOPS, que prendiam todos os estudantes na saída. A PM divulgou o nome de 300 presos no regimento Caetano Faria[712].

Novamente acontecia uma onda de manifestações e protestos contra a repressão aos estudantes que atravessou o país passando por São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Niterói, Porto Alegre etc. Houve passeatas depredações, gritos de protestos, comícios-relâmpagos que resultaram e mais estudantes presos e feridos[713].

A atuação da polícia, durante as manifestações de junho de 1968, resultou em sua desmoralização pública, evidenciada pela imprensa que alardeou sua incapacidade de manter a

---

[711] MOVIMENTOS continuarão até a liberação dos estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 5; PM tem 800 presos e o DOPS ficou lotado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 5; NO PAÍS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 33, PROFESSORES baianos condenam. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 33.

[712] POLÍCIA militar invade a Universidade de Brasília. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 jun. 1968, p. 1; TOMADA de assalto pela PM na Universidade de Brasília. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 jun. 1968, p. 8; BRASÍLIA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 30; ALUNOS da UnB foram presos no dormitório. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 30; POLÍCIA cercou Congresso por horas para prender estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 30; POLÍCIA cercou Congresso por horas para prender estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 30.

[713] PASSEATA em Niterói apenas tumultua trânsito no Centro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 10; CLERO e professores saem hoje e estudantes amanhã. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1968, p. 1; SÃO PAULO: distúrbios estudantis. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 jun. 1968, p. 8; ESTUDANTES fazem passeata sem incidentes em Curitiba. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 jun. 1968, p. 1; UNIVERSITÁRIOS vão tentar retomar as faculdades ocupadas em Porto Alegre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 10.

ordem com um efetivo reduzido e pelo uso excessivo da violência. Essa postura não só expôs sua fragilidade como também provocou hostilidade da população, que reagiu indignada, chegando a enfrentar diretamente os agentes. Para os estudantes, esse cenário reforçou uma "imagem-nós" otimista e vitoriosa, sustentada pela percepção de crescente apoio popular e pela eficácia parcial de suas estratégias de mobilização.

Retratando a violência policial, o *JB* criticou duramente a inação governamental, destacando a sensação de insegurança crescente no país e a tentativa das autoridades de negar a existência de uma crise, acusando a imprensa de fabricar os fatos. O periódico reagiu afirmando que o dever da imprensa é "relatar a verdade, custe o que custar", e que os relatos e fotografias publicadas não são causa dos incidentes, mas registros do que de fato ocorria[714]. Nesse momento, já se nota uma indisposição explícita entre governo e imprensa acusada pelo ministro da Justiça de atiçar ou exagerar no retrato dos conflitos estudantis.

O clima descrito pela imprensa era de insegurança, desconfiança e inquietação. Já as figurações estudantis à frente dos protestos são representadas como sujeitos que percebem que precisam aproveitar e captar o apoio dos vários grupos sociais para legitimar sua "imagem nós" e suas reivindicações.

A dinâmica estudantil publicada indicava que apesar da continuidade das manifestações nas ruas e em outros espaços públicos parte dos estudantes tentavam formular novos códigos sociais reivindicatórios pois percebem os limites decisórios e de influência das suas ações e a possibilidade e esgotamento das manifestações de ruas diante da permanência e intensificação da repressão policial. Porém, ao mesmo tempo, as prisões em massa, os mandados de prisões preventivas contra os líderes estudantis, assim como o cerceamento à liberdade de expressão e de reuniões fomenta a tendência de enfrentamento direto de parte dos estudantes engajados politicamente que se veem cada vez mais para a clandestinidade. No item a seguir, verifica-se como foram representadas na imprensa os códigos sociais públicos deflagrados pela sociedade a partir da sensibilização da violência contra o estudante universitário assim como se desenvolve a dinâmica da relação entre governo e estudantes.

8.2 A SOCIEDADE TAMBÉM SE MANIFESTA: PAIS, MÃES, ARTISTAS, PROFESSORES E RELIGIOSOS

[714] INÉPCIA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 6; OMISSÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1968, p. 6; VERDADE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 6; O DEVER. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 6.

Após a invasão de Brasília, além dos estudantes, outros grupos, como clero progressista, professores (PUC, UnB, Sindicato), mães, artistas e intelectuais, passaram a expressar insatisfação diante da repressão do Estado o que transmitia uma ampliação das figurações contestatórias fomentada pela continuidade de repressão e desrespeitos explícitos das praticados contra os estudantes. Essa posição de parte da sociedade que se opunha ao regime indicava que quando os *outsiders* daquela conjuntura começam a ganhar apoio de grupos que representam setores estabelecidos como os professores, intelectuais, clero e família ocorre uma ameaça aos valores e ao grupo no poder. Essa escalada da oposição também se estende para as figurações políticas.

A reação dos dirigentes do governo ditatorial foi o fechamento ainda maior do regime com grupos militares mais autoritários se impondo na balança de poder. Claramente a imprensa, representada pelo *JB*, ávida por audiência e insatisfeita com as ameaças sofridas e quebra de uma imagem de harmonia e normalidade oferece espaço para retratar essa oposição que ia além dos universitários e, portanto, era descrita como legitima. Para defender essa abordagem utiliza um tom emocional ao mostrar a união de várias pessoas consideradas "bons cidadãos".

Isso pode ser visto nos trechos a seguir que apresentam o posicionamento de professores e religiosos contra a violência do Estado praticada contra o estudante.

1. O padre Vicente Adamo, presidente da Associação de Educadores Católicos da Guanabara e o Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Castro Pinto, que se declararam "perplexos com os incidentes e consideraram que a gravidade dos fatos exige uma tomada de posição, pacífica e imediata, de ambas as partes, caso contrário as consequências são imprevisíveis" (Líderes estudantis e padres se reunirão hoje em sigilo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 36).
2. 500 professores da PUC, após uma reunião no Colégio André Maurois, entre os quais participaram padres e freiras, decidiram ficar ao lado dos estudantes e realizar uma concentração no pátio do MEC, de repúdio às violências contra os alunos. Paralelamente, os estudantes marcaram uma manifestação com a participação de pais, do clero e de professores na Cinelândia. Por orientação do presidente da República, o ministro da Justiça, Gama e Silva, recomendou, ao governador Negrão de Lima, a repressão contra essa passeata. A Secretaria de Segurança então divulgou nota afirmando que empregará o mesmo "esquema policial" e que a "ação será a mesma contra qualquer tipo de manifestação que perturbe a ordem" (Clero e professores saem hoje e estudantes amanhã. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1968, p. 1).

3. Professores da UnB também protestaram contra os acontecimentos de violências cometidas pela polícia, "que transformou um local que deveria ser destinado à cultura e liberdade de expressão em algo muito semelhante a um campo de concentração". Eles ainda reclamam que "é impossível desenvolver qualquer trabalho no regime de tensão" (Professores protestam contra arbitrariedade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 30).

4. Reitor da PUC, Padre Lateral Dias de Moura, e 13 professoras daquela universidade foram recebidos pelo ministro Tarso Dutra em seu Gabinete na ocasião a professora Helena Devin disse que "nas universidades não se pode mais trabalhar: existe um clima de medo, tensão e desconfiança. É fundamental que algo seja feito para a libertação dos presos", Tarso Dutra afirmou que, realmente, esta desconfiança é prejudicial e ressaltou que para manter o diálogo estava disposto a "aturar vaias, porque estas são uma contingência na vida de cada um de nós". Quanto à libertação dos estudantes detidos, disse estar empenhado pessoalmente (Encontro a ser realizado até sob vaias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 7).

Os títulos das notícias configuram uma sensação de escalada da crise e aumento da pressão social, junto com os textos e as imagens o protesto estudantil deixa de ser apenas um assunto de "estudantes rebeldes" e se transforma passa em um problema social mais amplo. Assim, o *JB* destaca que professores foram a público em uma manifestação no MEC externar o problema da violência contra os estudantes e seu apoio integral aos jovens. Também estavam presentes mães e religiosos. Os professores trocavam ideias e alguns davam entrevistas à imprensa. O presidente do Sindicato dos Professores, declarou-se inteiramente favorável aos estudantes e condenou a repressão policial e apontou a quantidade de pessoas que resolveram participar da passeata em apoio aos estudantes: "20 mil no ensino público primário; sete mil no ensino primário particular; oito mil no ensino médio particular; e sete mil no ensino federal e estadual". Dom José de Castro Pinto anunciou o que a passeata do dia 26 de junho representava.

> Um desabafo, pois nos sentimos culpados pela omissão no momento difícil que os jovens estão vivendo e o tratamento desumano dos problemas do ensino e educação [...] Nós, do clero, não podemos nos calar diante da violência e do vil tratamento às dignidades humanas (Professores e mães concentram-se no MEC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 7).

O ministro da Educação reafirmou a disposição para dialogar e recebeu o memorial (Figura 136) de professores e mães que pedia "amplas garantias" às reuniões nos territórios

universitários e a interferência ministerial para cessar a incomunicabilidade de estudantes presos[715].

Figura 136 – Primeiro turno



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 7.

Junto com os estudantes, professores e clero se juntaram 300 intelectuais, representando por Hélio Pelegrino na foto *Definição de uma classe* da Figura 137 que, em entrevista com o governador Negrão de Lima, pediu liberdade de reunião, pensamento, protesto e a destituição do Secretário de Segurança. Também centenas de pessoas mães, artistas, intelectuais e estudantes reunidos no Teatro Gláucio Gil, em Copacabana, denunciaram por meio de manifestos e discursos "o clima de terror militar existente na Guanabara"[716].

Figura 137 – Definição de uma classe



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1968, p. 17.

[715] TARSO confirma a disposição de dialogar com estudantes *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 7.
[716] INTELECTUAIS pedem liberdade de reunião. Brasília *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 33; MÃES e artistas vão à passeata. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1968, p. 17.

Após manter contatos com o comandante do I Exército, general Siseno Sarmento, e o ministro da Justiça, Negrão de Lima mudou de ideia e decidiu permitir a concentração prevista para o dia 26 na Cinelândia e uma passeata, em direção à Candelária. O governador, falando pela televisão, destacou que a nova decisão foi "tomada sem ter sido por cogestão de outros setores" e que a Polícia Militar permanecerá nos quartéis[717]. A mudança de governador sobre a liberação da passeata mostrava os limites da sua autonomia, isso porque muitas das suas posições estavam associadas as reuniões que tinha com o comandante do I Exército e o ministro da Justiça. Assim, a passeata do dia 26 de junho foi permitida pela ditadura civil-militar e nela não ocorreram situações violentas de conflitos entre os manifestantes e as forças policiais (Figura 138).

Figura 138 – Violência condenada


VIOLÊNCIA CONDENADA

Mães, artistas, religiosos e intelectuais vão sair às ruas contra as violências policiais

Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1968, p. 33.

A *FL* anuncia uma "Manifestação Monstro" na Guanabara com a participação de padres, professores secundários e universitários, trabalhadores e intelectuais, o protesto era contra a política educacional e as violências policiais. No dia 26 de junho, 100 mil pessoas incluindo senhoras da CAMDE participaram da passeata da Guanabara[718].

O *JB* calculou que mais de 60 mil pessoas integraram a passeata, calculando a área ocupada na Avenida Rio Branco de 30.360 metros quadrados. Já o secretário de Segurança, general Luís de França Oliveira, calculou que participaram pouco mais de 20 mil pessoas na Avenida Rio Branco, entre as quais havia dois mil policiais. O *JB* relatou que na Rio Branco

[717] NEGRÃO autoriza passeata após encontro com Siseno e Gama. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 3.
[718] MANIFESTAÇÃO Monstro hoje no Rio. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 jun. 1968, p. 1; CEM MIL manifestantes nas ruas da Guanabara. *Folha de Londrina*, Londrina, 27 jun. 1968, p. 1.

muitas pessoas desceram da calçada para se juntar à passeata. As pessoas que estavam nas janelas dos edifícios começaram a bater palmas. Segundo disse Vladimir Palmeira, foram feitos mais de 200 discursos entre a Cinelândia e a Praça Pio. O próprio *JB* publica que na frente do seu o presidente da FUEC, Elinor Brito, acusou a imprensa ao dizer que ela "sempre deturpou e destruiu o verdadeiro sentido do movimento estudantil". E destacou que enquanto isso, um grupo gritava várias vezes: "Viva o JORNAL DO BRASIL" e outros diziam: "JB traidor", "JB é vendido"[719].

A divergência em torno dos números de participantes da passeata mostra uma disputa política pela narrativa pública e pelo nível de legitimidade do ato. Enquanto, agente do governo se esforçam em minimizar a manifestação popular a imprensa oscila entre uma perspectiva moderada dos números ou aquela que desta a sua amplitude. Essa tentativa da imprensa de mostrar vários ângulos foi utilizada em vários momentos como em que se apresenta como um espaço de mediação dos conflitos esse comportamento pode ser nitidamente percebido quando ela se coloca como fonte e objeto de informação para mostrar que a oposição de alguns estudantes ao periódico não eram uma posição homogênea.

O *JB* mostrou a passeata (Figura 139) com uma edição repleta de fotos que capturaram diversos momentos e grupos sociais dentre eles captura uma multidão na Assembleia Legislativa de onde os manifestantes saíram (Figura 140). Na ocasião estudantes deram um ultimato ao governo: uma semana para o governo libertar os presos, reabrir o Calabouço e acabar com a censura artística[720].

Figura 139 – Passeata popular – O início da jornada

[719] CÁLCULO da multidão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, p. 18; PASSEATA dos estudantes reuniu 60 mil pessoas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, p. 18.
[720] PASSEATA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, p. 18.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, p. 1.

Figura 140 – Palanque improvisado



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, p. 1.

Figura 180 – Posição



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, p. 19.

À frente da passeata vinham as lideranças estudantis. Na Figura 140, Vladimir discursava em cima de uma árvore. Logo depois vinham os estudantes ligados à FUEC, portando faixas com os dizeres: "Reabriremos o Calabouço". Em seguida os contingentes das faculdades com estudantes recomendando o silêncio, e havia estudantes com *sprays* encarregados de escrever *slogans* pela Avenida Rio Branco. Na ala dos artistas, estavam, entre outros, Chico Buarque de Holanda, Nana Caymi, Gilberto Gil, Caetano Veloso, logo atrás vinham as entidades de ex-universitários da UFRJ e da PUC, com a faixa: "PUC é Território Livre", logo depois vinham os intelectuais e as representações de várias faculdades. O clero, na foto, *Posição,* carregava o *slogan* "A Igreja quer Justiça", as freiras estavam presentes junto com Dom José de Castro Pinto e Padre Pierre Secondi. Mais atrás, havia mais um grupo de mães e de freiras e padres mais jovens e mais numerosos que portavam uma faixa grande com os seguintes dizeres: "Clero e o Povo com Estudantes".

As mães dos estudantes arrancaram os maiores aplausos dos populares dizia a notícia. Enquanto umas gritavam "Abaixo a Ditadura" e "Abaixo a Repressão", outras portavam faixas que diziam: "Soltem Nossos Filhos" e "Mães em Defesa dos Filhos". Os professores, com a faixa "Nossos Alunos têm Razão", também foram muito aplaudidos. No grupo, alguns gritavam "O povo organizado derruba a ditadura" e outros pediam "mais verba, menos repressão". Os jornalistas vinham logo atrás com os dizeres: "Jornalistas contra a ditadura". Também estavam presentes um grupo de arquitetos, e os estudantes do Pedro II[721].

[721] PASSEATA dos estudantes reuniu 60 mil pessoas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1968, p. 18.

A ideia de aprovação pública do ato ficou estampado nas páginas dos periódicos. O *JB* destacou o caráter pacífico da passeata e com a mesma percepção, o *CM* como percebeu Valle (2008) realçou que a violência que ocorreu em outras manifestações apenas por causa da interferência policial, mas a autora destaca o depoimento de José Roberto Arantes que acusou a imprensa de mistificar essa manifestação que na prática teve o objetivo de educar as massas para usar a violência contra o regime. Assim Valle (2008) observa que o movimento estudantil assume a tendência de Vladimir Palmeira que consiste em educar as massas e usar a violência no "momento certo".

Durante a passeata de 26 de junho de 1968, uma comissão formada por estudantes, um intelectual, um professor, um padre e uma mãe apresentou ao governo um ultimato exigindo, em especial, a libertação dos presos das manifestações. De acordo com as notícias após reunião com o presidente Costa e Silva, a comissão saiu frustrada por não ter suas reivindicações atendidas, denunciando o encontro como um "monólogo". O governo ofereceu libertar cinco presos em troca da suspensão dos protestos, proposta rejeitada pelos estudantes. Para o colunista político do *JB*, Carlos Castelo Branco, o presidente, Costa e Silva, demonstrou disposição ao diálogo, contrariando setores conservadores[722].

É nesse momento que o governo acelerava o processo de Reforma Universitária a fim de tentar controlar as manifestações estudantis e as expressões de insatisfação da sociedade, mas enquanto isso parte dos universitários continuavam envolvidos em enfrentamentos entre polícia e estudantes, sendo presos e fazendo passeatas principalmente nas capitais como Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Salvador, Ceará, Recife, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Paraná, Goiânia, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Natal, Florianópolis, Porto Alegre, Brasília[723].

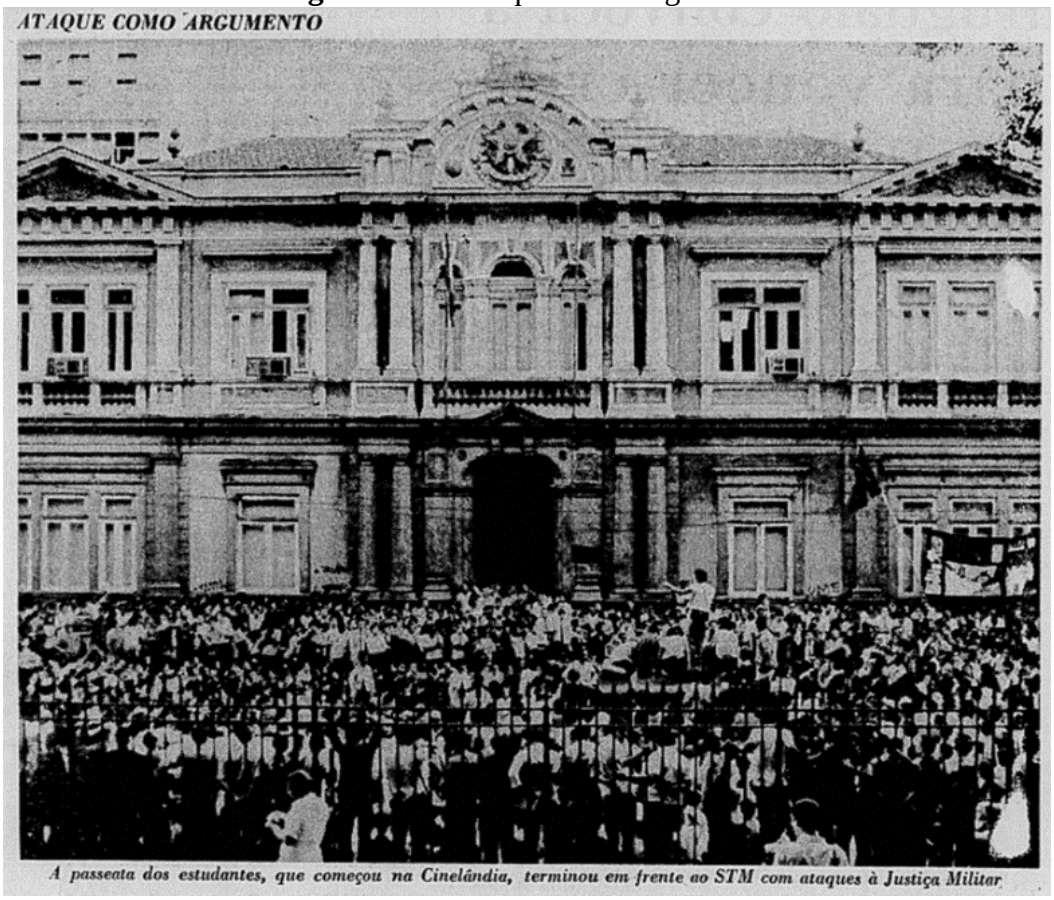
Ainda visando pressionar o governo pela libertação dos presos nas manifestações e conquistar outras demandas universitários, os estudantes, novamente se concentram no pátio do MEC. Depois de realizados alguns comícios na Cinelândia iniciou-se uma passeata com cerca de 30 mil pessoas. O itinerário da marcha, que só as lideranças conheciam, foi divulgado por etapas onde fazia paradas em diversos locais onde eram realizados comícios e pichamentos

[722] COMISSÃO ao trabalho para libertar os presos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 jul. 1968, p. 35; COMISSÃO estudantil volta irritada, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 jul. 1968, p. 7; COSTA e Silva ouve comissão estudantil, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 jul. 1968, p. 1; BRANCO, Carlos Castelo. Quem não quis correr o risco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jul. 1968, p. 4.

[723] PASSEATA em Niterói apenas tumultua trânsito no Centro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 10; UNIVERSITÁRIOS vão tentar retomar as faculdades ocupadas em Porto Alegre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1968, p. 10; PASSEATA hoje em Recife terá o apoio de D. Helder. *Folha de Londrina*, Londrina, 2 jul. 1968, p. 8; ESTUDANTES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 jul. 1968, p. 15; ESTUDANTES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jul. 1968, p. 14.

nas paredes dos edifícios, uma dessas paradas foi em frente ao *Jornal do Brasil* e seguiram para frente do STM (Figura 142) onde fizeram um comício, Vladimir subiu no carro e classificou a "Justiça Militar de símbolo da repressão", o presidente do STM era o general Mourão Filho[724].

Figura 142 – Ataque como argumento


ATAQUE COMO ARGUMENTO

A passeata dos estudantes, que começou na Cinelândia, terminou em frente ao STM com ataques à Justiça Militar

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 jul. 1968, p. 1.

Vladimir Palmeira, em seu discurso como presidente da UME, durante a passeata de 4 de julho, expressou com veemência a crítica dos estudantes à ditadura, destacando que sua oposição não se dirigia especificamente ao presidente Costa e Silva, mas sim ao regime autoritário como um todo[725].

Depois, Vladimir Palmeira deu ordem aos participantes da passeata para que parassem em frente ao *JB*, por meia hora eles picharam a fachada do prédio e depois vaiaram o *JB* e gritaram "vendido, vendido". Vladimir em seu discurso disse: "a gente precisa ter cuidado porque neste jornal tem excelentes jornalistas [...] O *JB* continuou, não é uma exceção: a imprensa de maneira geral, o Legislativo e o Executivo servem aos grandes grupos". Ele afirmou que não havia divisão de lideranças estudantil na Guanabara, que iria justamente comandar o processo de unificação nos estados; e que ele e Elinor Brito não tinham atrito; como

[724] ESTUDANTES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 jul. 1968, p. 7.
[725] PASSEATA faz pausa para insultar JB. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 jul. 1968, p. 4.

foi sugerido em alguns momentos pelo *JB*. Elinor Brito disse, ainda com referência ao *JB*, “os estudantes e o povo só podem acreditar e só acreditarão nesse jornal quando os editoriais forem para o povo e ele estiver do lado do povo”. O periódico que selecionou a críticas respondeu a afronta dizendo que o povo está ficando entediado dos espetáculos e dos mesmos *slogans* com discursos repetidos e improvisados, com palavreado “sem muita intimidade com os livros”. E continua.

> O JORNAL DO BRASIL só tem uma inspiração e uma motivação: é veicular a verdade e defender os interesses do Brasil. Desafiamos os "cem mil" da semana passada, os poucos mil de ontem, por seus representantes de língua solta e gramática claudicante, por sua comissão dialogante e por qualquer meio que possuam, a dar nome aos bois, a especificar suas calúnias, a consubstanciar seus insultos em alguma coisa mais concreta do que o xingatório vazio. Abrimos nossas portas a quem quiser investigar a vida deste jornal, que jamais se vendeu a ninguém, de dentro ou de fora do Brasil, e que nos seus 78 anos de existência nunca foi acusado de traidor (Resposta a insultos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 jul. 1968, p. 6).

O periódico também publica que a FEUB e o Diretório Central dos Estudantes Secundários distribuíram nota oficial dizendo que o *JB* “é o mais claro exemplo de uma imprensa que, aproveitando um mínimo de liberdade, procura informar com objetividade”. A nota foi assinada pelo estudante Honestino Monteiro Guimarães, presidente da FEUB, que complementa “É importante também fazer uma comparação do JORNAL DO BRASIL com os demais órgãos de imprensa, principalmente com aqueles diretamente submetidos” (*O Globo, Correio Braziliense, O Estado de São Paulo*) pois salta aos olhos a diferenciação entre estas duas imprensas: uma era orientada e fazia distorção; a outra aproveitava um mínimo de liberdade para tentar informar com objetividade, embora sujeita aos interesses dos setores sociais que a sustentam[726].

Como aconteceu em outros eventos de mobilização estudantil, como o caso francês, o ataque contra os veículos de comunicação da grande imprensa foi uma prática comum dessa onda de movimentos estudantis. Isso porque, os estudantes veem a imprensa como um sujeito ativo de produção de sentidos e padrões sociais que geralmente está vinculado com setores conservadores que condenam a ação política dos estudantes.

Dessa forma, os veículos de comunicação tornam-se personagens envolvidos no conflito. Ao direcionar a passeata para a porta do JB, explicitar temas que evolviam os estudantes eles também visam pressionar o *JB* a assumir uma posição contra a ditadura e deixasse de “distorcer” o sentido das reivindicações. A crítica foca em questionar a estrutura de poder que organizava a produção da notícia.

---

[726] ESTUDANTES do DF são contra-ataques ao JB. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 jul. 1968, p. 3.

Mais uma vez, a seleção de uma posição de ataque e outra de defesa vinda do meio estudantil visa mostrar posições divergentes a respeito do periódico. A resposta mais direta do *JB*, por sua vez, evidencia a tentativa de preservar sua posição na hierarquia da imprensa por meio das vozes de estudante e aproveita para divulgar sua história, objetividade e independência.

A manifestação teve impacto direto na paisagem urbana (Figura 143) onde os estudantes deixaram marcas que representavam as suas causas e ideias. A sucessão e continuidade dos protestos dava a impressão de que elas não teriam fim. Isso porque um acordo entre estudantes e governo parecia cada vez mais distante. Depois da passeata dos 30 mil realizada, se verifica o recrudescimento da repressão da ditadura civil-militar contra as manifestações dos estudantes.

Figura 143 – A impressão que ficou



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 jul. 1968, p. 1.

Em resposta à crescente mobilização estudantil, o ministro da Justiça, Gama e Silva, determinou oficialmente aos governadores e ao prefeito do Distrito Federal a proibição irrestrita de passeatas, autorizando medidas preventivas para impedir novas manifestações[727]. O ministro declarou que os governadores apoiavam integralmente a proibição[728].

Durante reunião do CSN, o presidente Costa e Silva discutiu o aspecto militar da segurança nacional frente às manifestações e atentados ocorridos em São Paulo. A notícia

[727] GAMA e Silva instrui governos estaduais a impedir passeatas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 jul. 1968, p. 1; Governo Federal proíbe passeata. *Folha de Londrina*, Londrina, 6 jul. 1968, p. 1.
[728] EXÉRCITO põe em prática medidas contra agitação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1968, p. 1.

divulga que segundo uma "fonte categorizada", houve consenso de que o "governo não poderá permitir a realização de novas passeatas em qualquer parte do território nacional". Em nota oficial, o presidente declarou que, caso a agitação persista, "não hesitará em adotar, se necessárias, medidas excepcionais previstas na Constituição", decisão anunciada após a reunião com o CSN. O Alto Comando do Exército se reuniu com o ministro Lira Tavares, para examinar a documentação em que se baseou o CSN para denunciar a existência de um plano subversivo, e adotar medidas para resguardo às decisões do presidente[729].

Carlos Castelo Branco (1968) explicou na sua coluna que a decisão oficial de controlar as manifestações de rua estava relacionada com o "sentimento das Forças Armadas, cujos oficiais estavam intranquilos e revoltados com o contínuo e crescente movimento dos estudantes que consideravam um "espetáculo da agitação". Embora a atuação do presidente Costa e Silva tenha sido considerada satisfatória, sob a ótica militar no que diz respeito à ordem pública, crescia o descontentamento entre setores das Forças Armadas que se viam como responsáveis pela "Revolução de 1964" e que não aceitavam mais o presidente como representante dela[730].

Seus esforços de diálogo com a sociedade civil fracassaram, e até mesmo os militares começaram a se afastar do presidente e exerceram pressões que o afastaram dos civis descontentes, o que tornou o presidente cada vez mais isolado. A perspectiva de diálogo entre ME e classe estudantil se perdeu com a decretação da proibição das passeatas. Enquanto o ministro da Justiça decretava o fim dos protestos e da repressão contra os estudantes, os órgãos oficiais e os movimentos estudantis anunciam a decisão de continuar as manifestações se mantendo em grande parte indiferente ao processo de Reforma Universitária (RU). A atuação de Gama e Silva, nos assuntos universitários, surge logo após o fracasso na tentativa de diálogo promovidos pela Igreja e junto com a realização do Relatório Meira Mattos, o que apontava uma crise de autoridade no MEC, que apesar de encabeçar as RU, se tornava coadjuvante na relação com os estudantes.

Em meio à continuidade dos protestos, Tristão de Athayde manifesta apoio aos estudantes ao questionar: "O que querem os estudantes de hoje?" Para ele, desejam o mesmo que os colonos de 1821, no contexto da independência: autonomia, participação no governo do país e na gestão das universidades. Athayde critica a resposta dos governantes da época,

[729] COSTA e Silva afastará subversivos dos estudantes. *Folha de Londrina*. Londrina, 13 jul. 1968, p. 13; Governo adverte que adotará medida de exceção se prosseguir a agitação. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 jul. 1968, p. 16; Exército põe em prática medidas contra a agitação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1968, p. 1.
[730] BRANCO, Carlos Castelo. Presidente isola-se com seus métodos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 jul. 1968, p. 4. Coluna do Castello.

comparando-a à reação da Coroa portuguesa aos deputados brasileiros, ou seja, a tentativa de recolonização[731]. O intelectual católico interpretou a revolta estudantil como resultado de um processo de dominação que visava não apenas restringir a autonomia dos jovens, mas também impedir sua participação social e política, tal como fizeram os colonizadores. Em contraste, o editorial *Poder Jovem* criticava os estudantes por promoverem uma divisão social, acusando-os de não reconhecerem o esforço da "geração grisalha", que, segundo o periódico, teria trabalhado silenciosamente sob um regime de força para construir a ordem, a riqueza e o progresso do país[732].

A orientações do XXX Congresso da UNE já iniciado em sua primeira fase orientava a continuidade de comício relâmpagos, ocupações e distribuição de panfletos.

1. O DCE da Universidade de São Paulo realizou três passeatas nos bairros periféricos[733].

2. Faculdade de Filosofia da USP continua ocupada pelos estudantes, o diretor Ervin Rosenthal disse, ao reitor Mário Guimarães Ferri, que não se responsabilizaria mais pelo prédio e pretendia entrar com uma ação judicial para expulsar os estudantes[734]

3. No Recife, a radiopatrulha também encaminhou ao DOPS o presidente da Faculdade de Medicina da UFP, Nélson Tadeu, junto com dois universitários e dois secundaristas, que tentavam realizar um comício relâmpago[735].

4. Os estudantes das Faculdades de Filosofia, Direito e Economia da PUC, que ocupavam o prédio central há quase 30 dias, resolveram entregá-lo de volta ao reitor Bandeira de Melo, porque conseguiram a formação de comissões[736].

5. Cerca de 500 estudantes fugiram, durante três horas, da Força Pública no centro da cidade paulista, realizando comícios-relâmpago para dizer à população que os operários de Osasco continuam em greve e demandava arrecadar dinheiro para sustentar o movimento[737].

6. Reunidos três dias em São José dos Campos, no V Congresso da Classe, trabalhadores de 37 sindicatos de São Paulo ouviram instruções da Federação dos Metalúrgicos do estado para apoiar os estudantes em suas lutas, desde que continuem, "mas sem aceitar a mais qualquer liderança estranha à classe operária". O presidente da Federação, Arguel Egídio

---

731 ATHAYDE, Tristão de. De 1821 a 1968. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jul. 1968, p. 6.
732 PODER jovem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 jul. 1968, p. 6.
733 POLÍCIA detém líderes estudantis em São Paulo. *Jornal do Brasi*l, Rio de Janeiro, 31 jul. 1968, p. 7.
734 PAULISTAS sequestram uma policial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 jul. 1968, p. 16.
735 ACADÊMICOS paulistas desocupam faculdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1968, p. 15.
736 COMÍCIO de ex-AMES só dura 2 minutos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 jul. 1968, p. 14.
737 ESTUDANTES Paulistas fogem durante 3 horas da polícia tentando realizar passeata. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1968, p. 14; ESTUDANTES de São Paulo voltam às ruas apesar da proibição do governo. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 jul. 1968, p. 1.

dos Santos, defende a ida às ruas para pressionar "para uma mudança nas estruturas e um imediato atendimento às necessidades da classe"[738].

7. Estudantes, liderados por Vladimir Palmeira, realizaram dois comícios-relâmpago; um no saguão da Leopoldina e outro em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos e o DCI da Universidade Federal distribuía panfletos ao povo, nas ruas de Belo Horizonte[739].

8. 500 estudantes reuniram-se na Faculdade de Psicologia da UFRJ e decidiram realizar, na quarta-feira seguinte, concentrações nas reitorias da UFRJ, UEG e PUC para apresentar propostas de reestruturação dos currículos, ampliação das liberdades democráticas e aumento de verbas para as faculdades, além de manifestar oposição ao projeto de Reforma Universitária[740].

As novas abordagens estudantis, pedindo doações e entregando panfletos, são definidas pelo *JB* como práticas coercitivas e provocativas dos estudantes. Mencionando a utilização de jovens com minissaia para atrair atenção e a imposição de doações com ameaças de pichações e insultos[741].

No dia primeiro de agosto, o presidente do Diretório de Arquitetura da Universidade de Brasília (UnB), José Antônio Prates, foi detido por agentes do DOPS. No dia três, Vladimir Palmeira é preso na rua. Mais de quinhentos estudantes foram às ruas para protestar contra a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira em Copacabana, "pichando muros e casas comerciais e gritando *slogans*' contra o governo, pedindo a libertação de Vladimir. Logo a Polícia Militar e agentes do DOPS dispersaram os manifestantes e efetuaram prisões[742].

Já no dia 6 de agosto, no centro da Guanabara, tropas das três Forças Armadas e da Polícia Militar, com os mais variados tipos de armas e carros, formavam um total de mil soldados. O presidente da República já concedeu atribuições aos comandantes dos quatro Exércitos para agirem contra as manifestações estudantis, caso a polícia se mostre ineficaz, segundo informou uma fonte autorizada. As tropas do Exército, agindo em conjunto com a

---

738 METALÚRGICOS dão apoio a estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1968, p. 7.
739 ESTUDANTES realizam dois comícios. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1968, p. 1; EX-UNE Em Minas já faz Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1968, p. 14.
740 ESTUDANTES decidem levar às reitorias propostas para mudança de currículos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1968, p. 13.
741 O DIREITO dos outros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1968, p. 6.
742 ESTUDANTES protestam contra a prisão de Vladmir. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04-05 ago. 1968, p. 24; ESTUDANTES protestam contra a prisão de Vladimir Palmeira. *Folha de Londrina*, Londrina, 04 ago. 1968, p. 4.

Marinha, a Aeronáutica e as polícias Militar e Civil, ocuparam os pontos estratégicos do Rio de Janeiro e evitaram as manifestações programadas pelos estudantes[743].

Foram detidas mais de 400 pessoas e conduzidas ao caminhão da polícia. A ordem era recolher todos os suspeitos, principalmente estudantes e pessoas sem documentos[744]. Também se anunciou a prisão de 800 pessoas, na tentativa de passeata de protesto contra a prisão de Vladimir, entre os presos estavam, além dos estudantes, moças e trabalhadores. Das nove até as 18 horas, foram duas prisões por minutos[745]. Diante desse cenário, os líderes estudantis desistiram do comício programado na Cinelândia e resolveram estudar uma outra forma de lutar contra a prisão de Vladimir Palmeira, além disso decidiram boicotar os exames[746].

O *JB* ficou otimista com a presença das tropas do 1º Exército, da Marinha e da Aeronáutica, dispostas em pontos estratégicos do Rio de Janeiro, força considerada mais preparada que a polícia para evitar o uso de violências diante do que chamou de "arrogante ultimato da minoria ativista de estudantes, sempre insistente em oferecer pretextos que podem levar o país para uma solução de força que ninguém deseja". Além disso, afirmou que esse comportamento mostrava providências contra as tentativas das "agitações estudantis" de minar a autoridade[747].

Diante dessa onda de repressão a sugestão de cancelamento das manifestações ameaça cindir os estudantes. Motivados por líderes como Luís Travassos, Franklin Martins, Jean-Marc Van der Weig, presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Química e Elinor Brito, 100 estudantes voltaram às ruas em passeata pela Avenida Rio Branco até a Rua Uruguaiana, no trajeto. A notícia do *JB*, destaca o caráter nocivo dessa passeata ao destacar que seus participantes interromperam o trânsito, esvaziaram pneus, viraram um jipe da PM e usaram o reboque telefônico como barricada, essa descrição também foi reforçada por fotos (Figuras 144 e 145)[748].

Figura 144 – Ataque em massa

[743] TROPAS das Forças Armadas foram distribuídas desde cedo por todo o Centro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1968, p. 13; TROPAS saem às ruas para reprimir passeatas estudantis. *Folha de Londrina*, Londrina, 06 ago. 1968, p. 4; TRINTA MIL fantasmas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1968, p. 6.
[744] PRISÕES começam depois das 9h30 com a chegada da PM. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1968, p. 13.
[745] FORÇAS Armadas impedem passeata, mas estudantes prometem voltar. *Folha de Londrina*, Londrina, 07 ago. 1968, p. 1.
[746] ESTUDANTES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1968, p. 12.
[747] EM FAVOR da ordem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1968, p. 30.
[748] CEM ESTUDANTES interrompem o tráfego na avenida Rio Branco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1968, p. 12.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 ago. 1968, p. 1.

Figura 145 – Defesa cerrada



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09 ago. 1968, p. 1.

Circulava desde junho a representação de uma crise no movimento estudantil. Principalmente após a passeata dos 30 mil na Guanabara. O *JB* se esforça em mostrar a cisão do movimento estudantil[749]. Dessa forma, fica impresso que lideranças como Luís Travassos, Jean-Marc Van der Weid e Elinor Brito continuavam a sustentar a importância das passeatas de

[749] CISÃO faz os mineiros esquecerem o Governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1968, p. 14; EX-UME leva apenas 300 à assembleia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1968, p. 7; TRAVASSOS aponta erros da ex-UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1968, p. 7.

massa e do confronto direto como forma legítima de pressão contra o governo. Ao contrário de Vladimir Palmeira, que naquele momento defendia a contenção das manifestações de rua em favor de um trabalho interno de articulação e debate político nas universidades.

As manchetes (cisão, erros, fracasso de mobilização, apenas 300) reiteram ideias de desgaste e falta de consenso que visam apresentar ao público um movimento fraco e desorganizado. Além disso, retira o foco da contestação dos protestos contra o regime para se concentrar nas disputas internas entre os estudantes, enfatizando indivíduos.

Assim para comprovar essa disputa interna e o descontentamento de diversas figurações estudantis com as lideranças o periódico articula nas notícias os depoimentos e posicionamentos de sujeitos e entidades selecionando trechos que reforçam a imagem de fragmentação, disputa e impasse, e não os códigos sociais públicos que enfatizam resistência, reorganização, politização e participação coletiva da juventude.

1. Ana Maria Palmeira, mulher do líder estudantil Vladimir Palmeira, na assembleia na Faculdade de Direito, disse que a luta dos estudantes continuaria até mesmo nas ruas, mas só quando as condições forem favoráveis". Disse que de forma alguma poderia ter sido realizada a última passeata, sua posição que era condenada pelos estudantes Jean-Marc e Luís Travassos[750];

2. O Arcebispo de Olinda e Recife, padre Hélder Câmara, falando na instalação do Instituto de Formação para o Desenvolvimento, aconselhou os estudantes a buscarem novas formas de manifestações, abandonando as passeatas, que não surtem mais efeito[751].

3. Depois de sair da prisão e receber a convocação de uma nova prisão, Vladimir Palmeira, em gravação distribuída para a imprensa, afirmou que continuará participando das lutas estudantis, mas sem exercer cargos de liderança. Ele criticou a confusão entre entidades de massa e partidos políticos, defendendo que a UNE deve representar os estudantes e não se comportar como vanguarda revolucionária. Para Vladimir, a prioridade do momento é enfraquecer a ditadura combatendo sua política educacional, com táticas de luta ajustadas às circunstâncias – ora passeatas, ora assembleias. Ele condenou a "passeatomania" de setores radicais e explicou a retração do movimento estudantil como um recuo tático, não uma paralisação, com foco agora em atividades de propaganda e organização nas escolas[752].

---

[750] ANA MARIA contesta a tese de Travassos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 ago. 1968, p. 5.
[751] PE. HÉLDER sugere aos estudantes que parem passeatas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1968, p. 13.
[752] VLADIMIR diz que continua luta, mas sem cargo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 set. 1968, p. 16.

4. Na primeira parte do Congresso Extraordinário da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, marcado desde o seu início por uma luta aberta entre as duas facções que tentam controlar as entidades estaduais, tendo em vista o próximo Congresso da UNE. De um lado, coordenados por José Arantes, vice-presidente da ex-UNE, estavam os defensores das teses de Vladimir Palmeira; do outro, os adeptos de Luís Travassos e Honestino Guimarães. José Arantes "Fez ainda severas críticas à atuação do grupo de Luís Travassos, que no seu modo de ver" estão boicotando o desenvolvimento da UNE, como entidade de massa, desde o Conselho de Salvador, quando saíram derrotados em suas posições", defendeu ainda a concretização da ex-UNE como "verdadeira entidade de massa, e não como partido político governado por um grupo de cupulistas". Assim, predominaram os pontos de vista da facção liderada por Vladimir Palmeira na ex-UNE[753].

5. Um documento da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo, apreendido pela polícia durante o XXX Congresso da entidade, revelou conflitos internos na diretoria da UNE. O texto destaca que a divergência central era entre os que viam a UNE como uma entidade de massas, representando todos os estudantes, e os que a concebiam como um partido de vanguarda. A maioria da diretoria, incluindo José Dirceu, Vladimir Palmeira, José Arantes e Edson Soares, defendia que o Congresso servisse para avaliar a prática política do movimento estudantil e construir um programa de ação e uma carta política. Em contrapartida, Luís Travassos, presidente da extinta UNE, via o Congresso como um ato político e de agitação diante da repressão policial. Seus partidários defendiam o enfrentamento direto com o sistema, ao passo que a maioria da direção priorizava a luta por uma reforma universitária, ainda que cientes de que os estudantes não conseguiriam mudar o sistema capitalista. A posição do presidente da extinta UNE, Luís Travassos, segundo o documento UEE, é a seguinte: "Pelos jornais a polícia sabe onde vai ser feito o Congresso e quando a polícia fecha a cidade, espanca os estudantes, eles reagem, saindo das ruas. Os partidários de Travassos argumentam que a conciliação com o governo e com o sistema não adianta. Mas a maioria da diretoria era contra a opinião de Travassos e coloca em primeiro lugar o problema da reforma universitária, pois acreditam que os estudantes não podem mudar o sistema capitalista[754].

---

[753] (Estudantes encerram fase do Congresso de Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1968, p. 7)

[754] (Congresso definia formas de luta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1968, p. 11)

6. O presidente da extinta FUEC, Elinor Brito discordava da atual direção da UNE e pedia solidariedade dos universitários que também estão contra ela[755].

7. A Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB) divulgou nota criticando o divisionismo na direção da atual diretoria da UNE e acreditam que o radicalismo e divisionismo encontram-se apenas na cúpula e não na base do movimento estudantil[756].

8. A UPE, o DCR da UP e o DCE-Livre da UFRGS, por meio de carta conjunta, defendem maior participação das bases no Congresso e sugeriram regras de representatividade proporcionais ao número de estudantes por faculdade. Criticaram ainda os efeitos da clandestinidade, que teria concentrado o Congresso nas mãos de grupos da esquerda[757].

Sem se posicionar entre um dos lados o *JB* tende a legitimar a linha de contenção, institucionalidade e negociação que visa realizar um recuo se concentrando nas questões universitárias, posição que também era compatível com os objetivos do regime político vigente. Nas notícias das *FL*, essa cisão de forma pontual, mesmo assim, se nota que ela impactou os estudantes londrinenses isso pode ser visto no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia que decidiu em assembleia, participar da reunião preparatória em Curitiba convocada pela UPE, adotando a "linha Vladimir Palmeira". Já na Faculdade de Direito, a diretoria do CASM inicialmente recusou convocar uma assembleia, levando os estudantes a organizarem um abaixo-assinado. A diretoria respondeu com manifesto afirmando que não apoiaria "aventuras ilegais" e questionando a legitimidade da UNE[758].

A divisão no movimento estudantil atinge as entidades estudantis de base. Em Londrina, por exemplo, quando os alunos de todas as escolas superiores votaram no pleito para escolha da nova diretoria da UPE, havia duas chapas: a situacionista *Participação*, liderada pelo estudante Berto Curvo que seguia a linha Vladimir Palmeira que disputou contra a *Unidade na Luta*, da linha Travassos. Foram registrados 394 para *Participação*, 52 para *Unidade na Luta* e 32 votos em branco e apenas sete nulos. Somente na Faculdade de Medicina não foi realizada a eleição, face à alegação do presidente do Diretório, de que não havia condições em virtude da escola já estar funcionando no regime de fundação. Mesmo assim, 33 alunos de Medicina votaram juntamente com os de Filosofia[759].

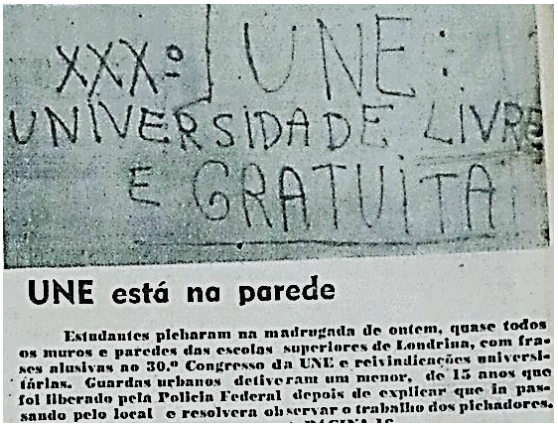
---

[755] (Elinor reúne estudantes para organizar protesto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1968, p. 16)
[756] ALUNOS da UNB condenam a radicalização. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1968, p.19; JEAN MARC critica Vladmir e apoia Travassos em assembleia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1968, p. 15.
[757] UPE sugere normas para o 30º Congresso da UNE. *Folha de Londrina*, Londrina, 03 ago. 1968, p. 12.
[758] CONGRESSO da UNE mobiliza acadêmicos londrinenses. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 set. 1968, p. 12
[759] ELEIÇÃO nas Faculdades para a diretoria da UPE. *Folha de Londrina*, Londrina, 8 nov. 1968, p. 16.

Também na época do XXX Congresso da UNE a *FL*, publica que estudantes picharam nos muros das escolas superiores de Londrina (Figura 146) frases alusivas ao XXX Congresso da UNE, protestando contra a repressão, bem como reivindicando universidades gratuitas. O delegado Arcoverde, falou à *FL* que o fato não é de gravidade, pois nunca teve problemas sérios com os estudantes de Londrina, que considera "pacatos e ordeiros"[760].

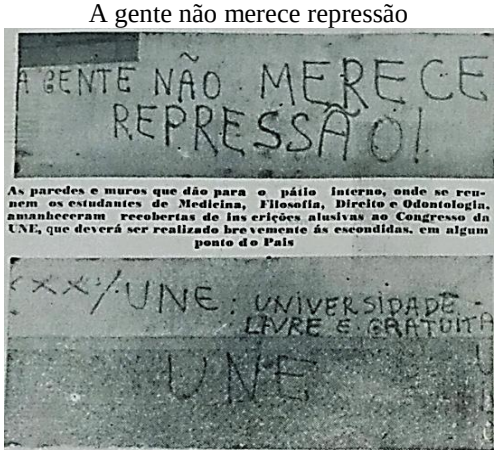
Figura 146 – Pichações

XXXº UNE



Fonte: *Folha de Londrina*. Londrina, 17 set. 1968, p. 1

A gente não merece repressão



Fonte: *Folha de Londrina*. Londrina, 17 set. 1968, p. 1

A *FL* tende a retratar um estudante "pacatos e ordeiros" inserido em um espaço de ordem e normalidade cujas práticas esporádicas de politização estudantil não são vistas com gravidade e não afetavam as figurações estabelecidas. A impressão que se transmite é que as pichações conectam os estudantes londrinenses ao Congresso da UNE e ao debate sobre violência de Estado, mas que são práticas que não representam pressões e ameaças aos poderes estabelecidos. Essa perspectiva que a imprensa local transmite contribui para formar a imagem de um estado eficiente em estabelecer o controle social.

Dentre as divergências entre as lideranças estudantis, estava em questão os posicionamentos e os códigos sociais públicos dos estudantes com o objetivo de encontrar estratégias eficazes para pressionar o governo, ampliar seu grau de poder e autonomia, e evitar o controle externo dos movimentos estudantis.

A charge de Lan, apresentada na Figura 147, ilustra bem esse momento no qual os estudantes *outsiders* que participavam dos protestos precisam decidir quais códigos seriam mais adequados para manter as pressões sociais e ao mesmo tempo escapar da repressão policial. O tom de humor, presente na expressão visual e a legenda textual, reforçam uma crítica social

[760] CONGRESSO da UNE: estudantes picham paredes das faculdades. *Folha de Londrina*. Londrina, 17 set. 1968, p. 16.

recorrente nas charges anteriormente analisadas, que denuncia a função policial, voltada não mais à proteção do cidadão contra o crime comum, mas sim à repressão dos estudantes. Por isso, o líder estudantil, representado na imagem, propõe uma solução irônica para despistar seus perseguidores: fantasiar-se de assaltante.

Figura 147 – Despistando a polícia



Fonte: Lan. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 ago. 1968, p. 7.

Mesmo com a repressão policial houve a continuidades de fortes presenças estudantis nas ruas, universidades e bairros, assim como tentativas de interromper as manifestações. Além das prisões, suspensão das aulas e ocupação policial das universidades os policiais passaram a priorizar o uso de armas de fogo. Mesmo diante desse aumento da violência, as expressões de solidariedade não mais se proliferavam na imprensa como nos meses anteriores (Quadro 24).

Quadro 24 – Atuação estudantil em 1968 (segundo semestre) [761]

[761] EX-UNE em Minas já faz Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1968, p. 14; MINEIROS preparam congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04-05 ago. 1968, p. 23; DOPS não identifica líder paulista que aprisionou. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1968, p. 16; ESTUDANTES retornam às ruas de São Paulo, mas a Polícia reprime. *Folha de Londrina*, Londrina., 18 ago. 1968, p. 16; MANIFESTAÇÕES em São Paulo leva 41 ao DOPS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1968, p. 16; POLÍCIA mineira entra em choque com estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, 16 ago. 1968, p. 1-8; ESTUDANTES fazem um comício em Niterói. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1968, p. 13; UNIVERSIDADE de Minas para aulas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1968, p. 1; POLÍCIA mineira usa violência contra populares e estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina., 21 ago. 1968, p. 1; FACULDADES de Belém do Pará estudantes estão desocupando. *Folha de Londrina*, Londrina., 18 ago. 1968, p. 16; STF concede habeas-corpus a Vladimir e mantém IPMs. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 set. 1968, p. 1; PAULISTAS saem sem repressão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 out. 1968, p. 7; POLÍCIA volta às ruas para evitar novas manifestações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1968, p. 7; RIO estudante continuam realizando comícios breve. *Folha de Londrina*, Londrina. 21 ago. 1968, p. 8,

Município	Realizações de códigos sociais públicos
Belo Horizonte (MG)	• Comícios de rua e de um Encontro de Debates Universitários; • Manifestações estudantis de protesto contra a ocupação das principais faculdades por soldados da Polícia Militar.
São Paulo (SP)	• Passeata de secundaristas com concentração inicial de 150 estudantes no Largo Paissandu; • Estudantes atacados pelas Forças Públicas e registro de feridos e presos; • Nova passeata: 1.000 estudantes e 30 jornalistas no centro, encerrada com repressão policial; • Em 18 de setembro: encerramento sem repressão do Congresso Regional da UNE; • Vitória da tese da direção da extinta UEE liderança de José Dirceu de Oliveira; • Estudantes nas ruas "conclamaram o povo a se organizar nas empresas 'como os estudantes'; • Aprovação da proposta do Congresso Nacional da UNE em São Paulo (25/09 a 05/10); • Realização de comícios-relâmpagos nos bairros, sem repressão; • Apenas a Universidade Presbiteriana Mackenzie manteve aulas normais; • Nas demais universidades paulistas: greves e grevilhas, e debates sobre o movimento estudantil; • Discussão sobre possibilidade de um "golpe branco".
Belém (PA)	• Continuidade de greve estudantil; • Ocupação parcial da universidade.
Niterói (RJ)	• Realização de comícios estudantis nas ruas.
Rio de Janeiro (RJ)	• Intensificação de: Comícios-relâmpagos. Panfletagens; • Arrecadações nas ruas; • Medida repressiva: cerca de 1.000 soldados da Polícia Militar ocuparam pontos estratégicos da cidade de forma preventiva; • Mesmo assim, os estudantes voltaram às ruas com faixas, cartazes e passeatas nos bairros; • Na Faculdade de Ciências Médicas da UEG houve manifestação reprimida pelo DOPS com nove estudantes feridos a bala e um morto. • O reitor João Lira Filho telefonou às autoridades pedindo a retirada da polícia da universidade, que invadiram a bala e com lacrimogêneo as dependências do campus.

O medo e o receio de ser punido ou de sofrer a violência do Estado pode ter minimizado as demonstrações de apoio e o caráter massivo das mobilizações estudantis. Mesmo que parte da sociedade repudiasse a violência e o autoritarismo, nesse tipo de sociedade complexa e

CHOQUES em Vila Isabel matam um estudante. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 out. 1968, p. 12; JOÃO Lira condena comportamento policial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 out. 1968, p. 12.

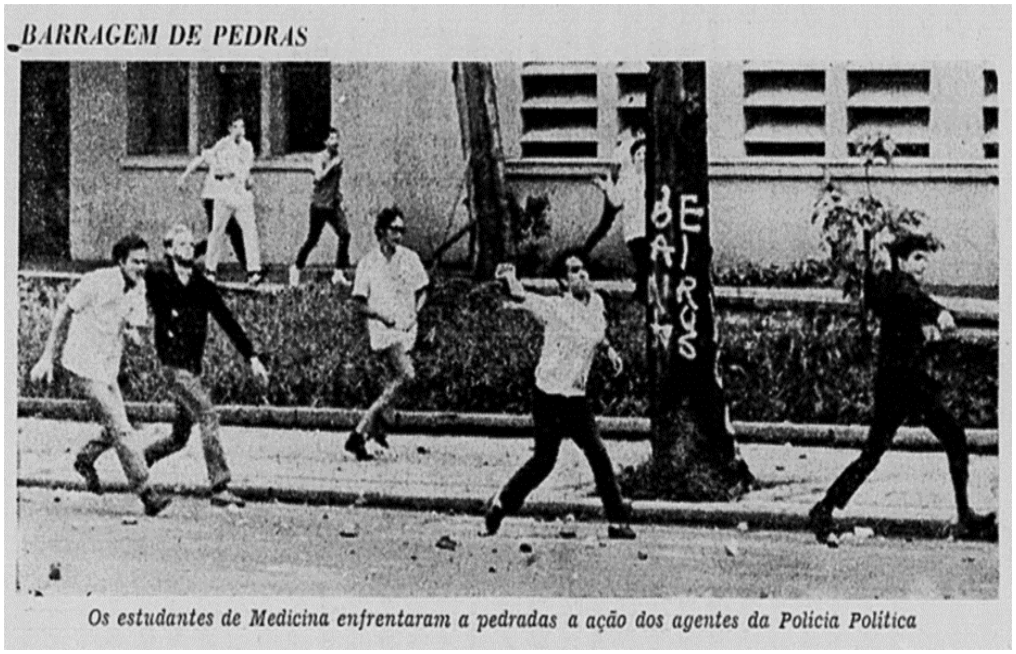
diferenciada, a maioria dessas pessoas ocupavam posições sociais que possuíam pouca autonomia de ação frente aos governantes. Por outro lado, alguns estudantes reconhecem a impossibilidade de atingir uma ditadura que detinha o monopólio da força e outros reconhecem que a única forma de se relacionar com o Estado e conseguir pressioná-lo era por meio da violência, mesmo diante da grande diferencial de poder.

A violência se tornou mais explicita e cotidiana se constituindo parte da imagem "nós". Eram policiais atirando sem direção para espantar os estudantes que revidavam com pedras. A batalha demonstra uma relação conflituosa que aponta para a despreocupação com a prioridade da vida das pessoas envolvidas e das que estavam no entorno. Na Figura 148, os estudantes enfrentam os agentes policiais com pedras na Figura 149 eles atiram contra os estudantes.

Na Figura 150, "Primeira pedra", mais um conflito entre estudantes e policiais que começou depois que os manifestantes, desviando o roteiro da passeata, apedrejaram o prédio de *O Globo* o resultado foi a morte de um operário e um escriturário, ambos baleados na Praça 11. A passeata com quatro mil jovens tinha o objetivo de irem direção ao Cemitério de São Francisco, no Caju, onde assistiram ao enterro do aluno de Medicina, Luís Paulo da Cruz Nunes, morto no dia 22 de agosto. No caminho, receberam o aviso de que o sepultamento foi antecipado e decidiram seguir para o centro, onde o conflito iniciou. Na ocasião, o fotógrafo Milton Carvalho, da revista *Manchete*, foi atingido na cabeça por uma pedrada, o repórter César Pinheiro, de *O Globo*, foi atingido na cabeça por um cassetete, o seu cinegrafista, Gabriel Kondorff, foi espancado e teve sua máquina destruída. Das janelas, vinha o coro da população "assassinos, assassinos" dirigido à PM, que começou a atirar em todas as direções[762].

Figura 148 – Barragem de pedras

[762] LUTA de policiais e estudantes mata dois trabalhadores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 out. 1968, p. 1; ESTUDANTES e policiais entram em novo conflito na Praça 11. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 out. 1968, p. 7.



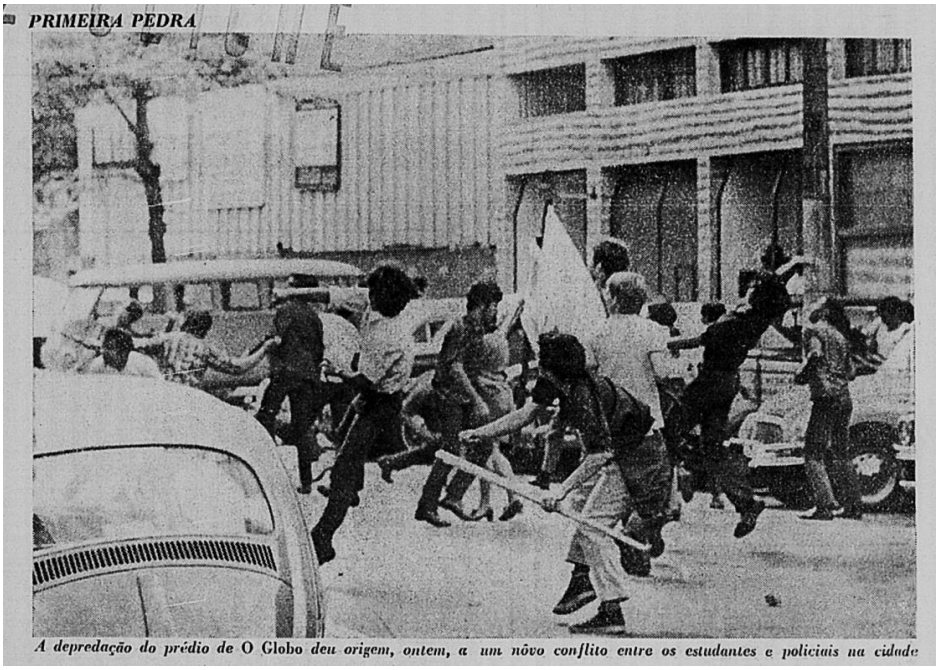
Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 out. 1968, p. 12.

Figura 149 – Linha de fogo



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 out. 1968, p. 12.

Figura 150 – Primeira pedra


PRIMEIRA PEDRA

A depredação do prédio de O Globo deu origem, ontem, a um nôvo conflito entre os estudantes e policiais na cidade

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 out. 1968, p. 1.

Novas manifestações de protesto contra a "violência assassina da repressão, em São Paulo continuavam a ocorrer". Várias faculdades paulistas suspenderam as aulas sem qualquer explicação, mas os estudantes acreditam que foi apenas para evitar a greves ou grevilhas que serviam para discutir "movimento estudantil e a possibilidade de um golpe branco, com o endurecimento do atual governo"[763].

Os estudantes percebem o recrudescimento do governo, por isso adotaram novos códigos sociais como as grevilhas. Mesmo assim, a sensação transmitida era que os movimentos estudantis pareciam não ter fim, porque suas ações e reivindicações, por mais que pareciam atingir a sociedade como os pais, mães, imprensa populares nas ruas, igreja, comércio, universidades e escolas, também causavam a sensação de impotência diante da pouca interlocução com os sujeitos com maior capacidade decisória.

A escalada e banalização da violência policial e estudantil, forma uma sensação da possibilidade iminente da morte e da imprevisibilidade dos envolvidos nos confrontos ou daqueles que estavam dentro das universidades. Nessa época já circula na imprensa especulações sobre a possibilidade de se intensificar a repressão da ditadura civil-militar. Mas essa perspectiva era reiteradamente negada oficialmente. Essa sensação de medo e incerteza foi descrita pelo *JB* quando ele diz: "Os pais começam a temer até mesmo em deixar os filhos irem à escola, pela incerteza do imprevisto". E quando reclamava do sigilo com que se reuniram o Alto Comando Militar da falta de comunicação do governo com a população[764]. Nesse sentido,

[763] PAULISTAS saem sem repressão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 out. 1968, p. 13.
[764] BASTA de Violência. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 out. 1968, p. 6.

a Camde divulgou um manifesto de repúdio às agitações estudantis salientando a tradição pacífica do brasileiro, e pede união para livrar o país de "infiltrações de ideologias espúrias". O documento diz:

> A população vem assistindo, atônita, futuros engenheiros a depredarem; futuros médicos a apedrejarem e ferirem; futuros economistas a abalarem o comércio, a indústria e o patrimônio nacional; futuros advogados a desafiarem a lei e a ordem, o que constitui uma triste inversão de valores, prejudicando, seriamente, o trabalhador ordeiro (CAMDE é contra a ação estudantil. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 out. 1968, p. 13).

Nesse momento de diminuição dos protestos, os estudantes denunciam o aumento da repressão e as dificuldades de conseguir realizar seus protestos. No Rio de Janeiro, as ruas são ocupadas quase diariamente por um policiamento ostensivo. A situação caracterizada como de intranquilidade e insegurança iria se agravar com a invasão da UnB e do XXX Congresso da UNE. Nesses eventos foram realizadas inúmeras prisões de estudantes, o que culminou com novos protestos e manifestações sociais que afastam essas figurações estudantis ainda mais os estudantes do debate em torno das Reformas Universitárias que passa a ser desenvolvido de forma unilateral, marginalizando a participação de estudantes e reitores.

Não se falava mais em diálogo entre ME com a classe estudantil que saía para as ruas, agora a palavra de ordem era proibir e reprimir. Se inicia na ocasião uma onda de comícios relâmpagos e reuniões secretas, os códigos sociais públicos se tornam cada vez menos coletivos e divulgados isso porque as grandes passeatas, reuniões, congressos e greves foram crimizalizados e empurrava esse estudante *outsiders* engajados nos movimentos para a marginalização dos espaços públicos e das práticas de confrontos pacíficos abertos. No próximo item se aborda esse aprofundamento da repressão do Estado que afeta as figurações estudantis e gera comportamentos diversos e extremos como a condenação e a adesão a violência como um recurso eminente na disputa de poder e na tentativa de se estabelecer o equilíbrio social.

8.3 UMA IMAGEM DE RADICALISMO: AS INVASÕES DA UNB E DO XXX CONGRESSO DA UNE

Retornando aos estudantes se formou um novo estilo de vida em que o estudante ascendia como um agente do desenvolvimento (função generalizante/econômica) e passa a aumentar tanto em número quanto em valor social, o que delineou os seus padrões emocionais. Neles o estudante, crê na sua importância como agente social de transformação.

No dia 29 de agosto, cerca de 100 agentes do DOPS, com o apoio de 200 soldados da PM, invadiram a UnB em busca de Honestino Monteiro Guimarães e outros quatro estudantes,

o que gerou um confronto com aproximadamente 500 alunos. A ação resultou em espancamentos e ferimentos graves, como o do estudante Valdemar Alves da Silva Filho, baleado no supercílio. Professores, funcionários e parlamentares também foram agredidos. Quando Honestino foi espancado durante a prisão, houve uma reação dos estudantes, que apedrejaram os agentes. A presença de políticos como Davi Lerer, Mário Covas, Martins Rodrigues, Brito Velho, Celestino Filho, Santilli Sobrinho, Aurélio Vianna e Argemiro Figueiredo intensificou os protestos, ao denunciarem as prisões arbitrárias em massa dos estudantes. Como mostra a Figura 161, o deputado Santilli Sobrinho, que estava junto com o filho, foi atingido no braço por um cassetete ao tentar protegê-lo e quase foi preso[765]

Figura 161 – Proteção inútil



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1968, p. 1.

A invasão foi condenada tanto pelos deputados da ARENA e MDB. Ao falar em nome do governo, o senador Petrônio Portela, após solidarizar-se com os protestos de Aurélio Vianna e Mem de Sá, assegurou que o governo federal condenava as violências que seriam apuradas. Foi unânime a condenação no Senado. Os fatos foram considerados gravíssimos, injustificáveis, tornando-se indispensável uma ação rápida e nítida por parte do governo[766]. O deputado mato-grossense Wilson Martins disse preocupado: "Nós que temos filhos nas universidades, ao invés de nos encontrarmos satisfeitos, esperando, amanhã, termos em casa um médico, um engenheiro, um profissional liberal, tememos que encontrar a cada momento o cadáver"[767].

[765] POLÍCIA invade Universidade do DF e entra em choque com estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 ago. 1968, p. 16; UNIVERSIDADE de Brasília é invadida pela polícia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1968, p. 1.
[766] ARENA reage no Senado às violências. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1968, p. 13; VIOLÊNCIA continua sendo o assunto da Câmara. *Folha de Londrina*, Londrina, 31 ago. 1968, p. 8.
[767] JUSTIFICATIVA de Sátiro foi vaiada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1968, p. 13.

Alguns deputados governistas como Cantídio Sampaio, vice-líder do governo, defendia a ação policial, e o deputado Gastone Righi disse que a violência foi iniciada por estudantes, ele foi chamado de mentiroso pelo vice-líder do MDB, Davi Lerer, e deu um soco no rosto de Davi, a briga logo foi contida pelo presidente da Câmara, José Bonifácio[768].

Nas sociedades modernas as pessoas aprendem a controlar e não aprovar a agressividade desde a tenra idade. Mas esse comportamento nem sempre foi assim, como bem destacou Elias (2011) na Idade Média quando não havia poder central suficientemente forte para obrigar as pessoas a se controlarem e a agressão era socialmente necessária o grau de controle era menor com isso o autor mostra a conexão entre estrutura social e a estrutura da personalidade. Quando o Estado adquire o monopólio da força física ele passa a ser reservado a poucos legitimados pela autoridade central e a números maiores apenas em tempos excepcionais de guerra ou revolução, na luta socialmente legitimada contra inimigos internos ou externos. Mesmo assim, nesse tipo de sociedade moderna a agressividade permitida se torna cada vez mais era impessoal e com menos descarga emocional se comparada com as sociedades medievais e tribais.

Mais uma vez se procura os culpados e se questionava de onde veio a ordem da invasão. A Polícia Federal alegava executar prisões preventivas de estudantes, a Secretaria de Segurança Pública do DF comunicou que não tem responsabilidade, pois a PM foi chamada pela PF, o ministro da Justiça declara que a ordem não partiu dele, nem as prisões e nem a invasão. O colunista político Carlos Castello Branco, lembra que os militares chefiavam o Departamento da PF[769]. Informação que já indicava a responsabilidade pelo ato. O presidente Costa e Silva garantiu, ao reitor Caio Benjamim Dias, durante a audiência no Palácio do Planalto, que não se repetirão mais invasões na UnB ou em qualquer outro estabelecimento do país, comunicou-lhe que determinará uma sindicância rigorosa para apurar a invasão e sua responsabilidade. A investigação foi realizada pelo chefe do SNI, general Garrastazu Médici[770].

O padrão de emoção expresso no periódico revela um descompasso entre a ação do Estado e seus objetivos, isso porque apesar do esforço investido em estigmatizar os estudantes eles não eram vistos como uma ameaça legítima. Essa agressão por menos pessoal que fosse (relação entre policias que cumpriam ordens e estudantes que nem sequer conheciam seus opressores) gerou tantas emoções sociais que possuíam legitimidade na vida social até rompantes emocionais que reanimam os instintos proibidos.

---

[768] Reação contra a violência uniu a classe política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1968, p. 6. Coisas da Política.
[769] BRANCO, Carlos Castello. Quem tem responsabilidade e que é irresponsável no governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1968, p. 4. Coluna do Castello.
[770] COSTA e Silva garante escolas contra invasões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 set. 1968, p. 1.

Em resposta aos acontecimentos violentos na UnB, um grupo de mães da capital, incluindo esposas de parlamentares da ARENA, organizou um abaixo-assinado em manifestação de pesar, solicitando ao governo que não ceda à violência. O documento, que expressa preocupação com os abusos ocorridos na UnB, pede a punição dos responsáveis e seria entregue à Dona Iolanda Costa e Silva. Paralelamente, a Associação Comercial de Brasília também se posicionou, exigindo a responsabilização pelos atos de violência[771]. Da mesma forma, quase todos os parlamentares da ARENA, ligados a problemas culturais, subscreveram o documento de solidariedade aos professores e alunos da UnB. Entre eles, dois antigos ministros da Justiça do primeiro do governo de Castelo Branco, os senadores Milton Campos e Mem de Sá. Outros signatários são: os deputados Aureliano Chaves, Brito Velho, Paulo Maciel, Montenegro Duarte, Aderbal Jurema, Arnaldo Nogueira, Raimundo Diniz etc.[772].

Motivadas pela invasão da UnB, cerca de 60 mães paulistas de estudantes se reuniram no convento dos dominicanos para iniciar um movimento "contra a repressão e violências que a juventude vem sofrendo em suas manifestações". Tentarão ainda um diálogo com o presidente Costa e Silva, a quem enviarão inicialmente uma carta aberta, "exigindo medidas de segurança para proteção de seus filhos estudantes, tratados como bestas humanas." Duas escritoras compareceram à reunião: Lígia Fagundes Teles e Helena Silveira. Organizaram uma comissão para desenvolver junto ao governo uma campanha para reabrir os inquéritos de todos os presos políticos vítimas das últimas repressões e tomar uma posição a fim de libertar o líder estudantil Vladimir Palmeira. Uma das inspiradoras desse grupo era a irmã Teresinha de Godoi Zerbini, que falou abertamente contra o governo: “Desde crianças que ouvimos nas escolas o poder emana do povo, mas os homens que aí estão [...] não receberam o poder das mãos do povo”[773].

Um grupo de 30 mães de estudantes compareceu à Assembleia Legislativa para ouvir a Iara Vargas ler um manifesto das mães que têm filhos estudantes presos, porque elas não conseguiram se reunir na véspera nas escadarias do Teatro Municipal, como pretendiam, pois a concentração foi dissolvida pela polícia. Pouco antes de deixar as galerias, as mães exibiram duas faixas com os seguintes dizeres: "Mães contra a repressão" e "Liberdade para nossos filhos". Num trecho do manifesto, dizem as mães cariocas:

> Repudiamos a repressão policial contra nossos filhos; repudiamos a incompetência de uma política educacional que não promove o progresso cultural do povo; repudiamos a manutenção de um clima de guerra contra a justiça social. Exigimos que se devolva

[771] REITOR de Brasília entregará cargo ao Presidente amanhã. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01, 02 set. 1968, p. 1.
[772] BRANCO, Carlos Castello. União de defesa do regime. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01, 02 set. 1968, p. 4. Coluna do Castello.
[773] MÃES paulistas decidem tomar providências contra repressão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 set. 1968, p. 12.

> a tranquilidade aos lares brasileiros para que os nossos filhos não se vejam caçados nas ruas e nas salas de aulas e sejam incentivados em sua luta pela grandeza da pátria (Mães condenam a repressão aos jovens. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 set. 1968, p. 16).

Assim como as mães, os estudantes demonstraram sua solidariedade e inconformismo. No Rio de Janeiro, uma passeata de 500 estudantes protestou contra a invasão. Em Brasília, mil estudantes participaram de uma manifestação de protestos contra e depois de uma assembleia-geral em que 500 alunos discutiam a crise e a realização de protestos nas ruas. Em São Paulo e no Rio de Janeiro também se planejam novas manifestações. Uma delas foi promovida por 100 secundaristas e universitários paulistas que saíram às ruas para realizar uma passeata contra a comemoração do dia 7 de setembro, mas o movimento fracassou por falta de gente. O presidente da UEE, José Dirceu, se recusou a participar da manifestação, pois entendia que o momento era de realizar um trabalho de politização interna nas faculdades e não mais levar às ruas poucas pessoas gritando *slogans* que não dizem nada[774].

Em Fortaleza, agentes do DOPS, apoiados por tropas militares, cercaram e invadiram a Faculdade de Filosofia, depois da ocupação de alunos e professores. A informação foi dada pelo presidente do DCE, José Genuíno Neto, que disse que os policiais começaram a entrar no prédio e a arrancar os cartazes do pátio. Em Curitiba, os universitários anunciaram que sairão novamente para protestar contra à política educacional do governo, à repressão ao movimento estudantil e às prisões de líderes. Os estudantes, além dos comícios-relâmpago, pretendiam, de acordo com a notícia, pichar ônibus, muros e paredes como fizeram há 15 dias atrás[775].

O ímpeto das massas estudantis e das lideranças estudantis em incentivar a ida para as ruas diminui, mesmo assim as manifestações de solidariedade das figurações estudantis permanecem. Se observa uma forte posição de apoio das mulheres chamadas de mães e das esposas contra a perseguição e a violência àqueles que poderiam ser seus filhos. Embora formassem um grupo pequeno, elas representavam a família, isto é, um segmento importante no discurso de legitimidade da ditadura civil-militar.

A CPI sobre as violências policiais contra estudantes foi conduzida apenas pela ARENA, pois o MDB se retirou em protesto pela não convocação de autoridades como o ministro da Justiça, o general Meira Mattos e o coronel Raul Lopes Munhoz[776]. Os responsáveis pela invasão do dia 29 de agosto, foram o coronel Raul Lopez Munhoz, chefe do gabinete do

---

[774] ESTUDANTES do Rio e São Paulo preparam novas manifestações. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 set. 1968, p. 1; MÃES paulistas decidem tomar providências contra repressão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 set. 1968, p. 12.
[775] POLICIAIS do Dops invadem Faculdade do Ceará. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 set. 1968, p. 12.
[776] CPI culpa coronel Munhoz pela invasão *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 set. 1968, p. 16.

diretor-geral do DPF, que respondia pelo órgão e o general Dionísio do Nascimento Júnior, chefe de operações do DPF, se conclui ainda, que existia uma "perigosa infiltração comunista" na UnB, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte e em Salvador[777].

O reitor Caio Benjamim Dias, da UnB, passou a receber diariamente “ofícios e mandados de busca” direcionados a estudantes, professores e funcionários, solicitados por órgãos de repressão como o SNI, DOPS e Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Esses documentos exigiam respostas detalhadas e imediatas da reitoria, configurando um mecanismo coercitivo que visava instaurar um clima de constante vigilância e intimidação dentro da universidade. Após a recente invasão policial, foram encaminhados 74 novos pedidos desse tipo, interpretados por docentes como uma estratégia para manter um ambiente de intranquilidade generalizada na universidade. Esses órgãos já solicitaram informações com base em fatos previamente conhecidos, numa tentativa de demonstrar domínio sobre a vida universitária. Desde o início da gestão de Caio Benjamim, já foram arquivados cerca de 200 pedidos do SNI e do DOPS, demonstrando o grau de controle e interferência dos órgãos de segurança sobre as decisões da universidade[778].

Os protestos e as reuniões estudantis continuam a acontecer, alguns com mais repressão e outros sem ela: o Congresso Regional da UNE em São Paulo, o Congresso Regional-Sul da UNE na sede do DCE da UFPR[779]. Igualmente se operavam as continuidades de um espetáculo diário de violência e intolerância gerado pelo crescimento de comportamentos autoritários encabeçados pelo Estado, que não aconteciam apenas no Brasil.

O editorial da *FL* se questiona: a quem culpar? “Aos policiais que reprimem as manifestações? Às autoridades que determinaram a repressão? Ou aos baderneiros que vão se tornando cada vez mais violentos e que até agora não indicaram o que querem?” Embora perguntas feitas, a *FL* condena a violência “daqueles que querem colocar tudo abaixo”[780]. Nessa mesma linha, com uma condenação mais enfática, o *JB* ataca ao questionar o porquê os estudantes chamados de “profissionais do protesto” e “do abaixo qualquer coisa” não protestam contra a brutal invasão da Tchecoslováquia e o esmagamento dos anseios de liberdade do povo tcheco pelos soviéticos, já que a independência da Tchecoslováquia foi proferida justamente pelos jovens, pelos estudantes e pelos intelectuais[781].

---

[777] CPI culpa também Gen. Dionísio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 set. 1968, p. 7; CPI da Câmara conclui trabalho denunciando infiltração comunista. *Folha de Londrina*, Londrina, 28 set. 1968, p. 1.
[778] MANDADOS contra os líderes são diários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13-14 out. 1968, p. 16.
[779] ESTUDANTES encerram fase do Congresso de Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1968, p. 7.
[780] TERRA arrasada. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 out. 1968, p. 3.
[781] PROFISSIONAIS do protesto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 set. 1968, p. 6.

Como se percebeu nos editoriais, um dos códigos sociais públicos, que mais impactam a sociedade, foi a manifestação de rua. O *JB* demonstrava bastante incômodo com a sua premência ressaltando seus prejuízos para a economia, a segurança e o desenvolvimento do país. Uma pesquisa do *JB* sondou a opinião dos cariocas sobre a passeata, cuja pergunta da pesquisa (Figura 162) logo induz o leitor a ter uma visão negativa sobre as passeatas quando as vincula com a UNE.

Figura 162 – Manifestações de rua

Os estudantes ligados à extinta UNE e às uniões estudantis vêm insistindo em realizar manifestações de rua, não permitidas pelo Govêrno. Para o Sr. (a) essas manifestações estão:

		Classe Sócio-econômica			Sexo		Grupo de Idade		
	Total (300) %	A (38) %	B (118) %	C (144) %	Masculino (146) %	Feminino (154) %	18/29 anos (108) %	30/49 anos (133) %	50 e + anos (59) %
Se desmoralizando	47	53	45	47	51	44	42	48	54
Crescendo de importância	37	39	38	35	36	37	49	33	22
Desnecessárias	1	3	—	1	1	1	—	1	2
Diminuído	—	—		1	1		—	—	2
Não sabem	15	5	17	16	11	18	9	18	20

Fonte: Manifestações estudantis. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20-21 ago. 1968, p. 2

No resultado, 47% dos cariocas achavam que as manifestações estão se desmoralizando, o que confirmava a perspectiva dos editoriais do próprio *JB* que apontavam para um desgaste e visão negativa sobre as passeatas. A pesquisa revela que havia entre os jovens uma divisão: 42% dos jovens também acham que as manifestações estão perdendo força, o que sinaliza uma consciência dos estudantes sobre a diminuição do poder de pressão social das passeatas, mas, em contrapartida, 49%, número expressivo, acreditavam na sua importância e relevância, o que explica a sua continuidade mesmo sob uma crescente pressão repressiva.

O chargista Lan retratou esse código social em diferentes momentos, como na Figura 163, ambientada durante os Jogos Olímpicos no México. A charge destaca a escassez de medalhas conquistadas pelo Brasil: dois homens observam a situação, enquanto um lê o periódico, o outro comenta, com tom triste, que se as passeatas fossem uma modalidade olímpica, os brasileiros certamente se destacariam. A cena ironiza o contexto de mobilização estudantil no país, revelando como os protestos já faziam parte do cotidiano.

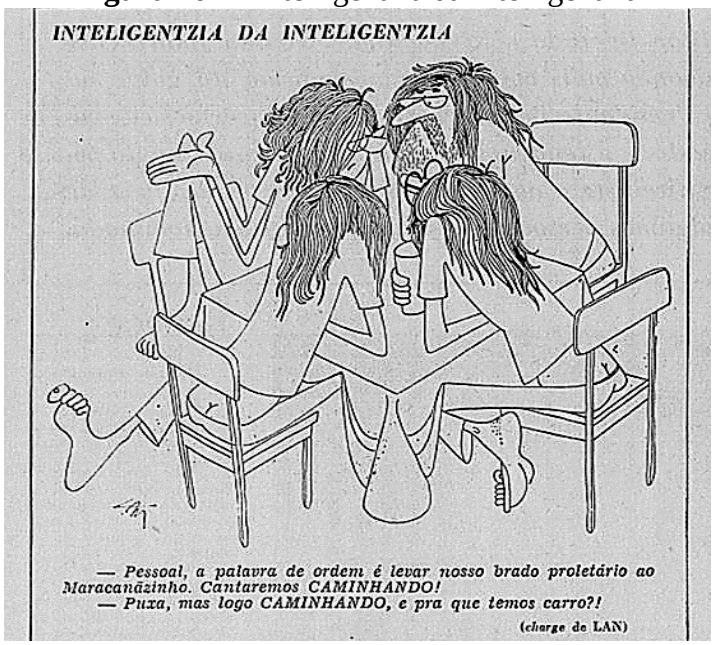
Figura 163 – Passeata como modalidade



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 out. 1968, p. 7.

A Figura 164 também aborda as reuniões estudantis, nas quais os estudantes analisam e preparam as manifestações. Na charge, Lan representa os estudantes em sua contradição: pertencentes a um grupo social privilegiado por integrarem a reduzida parcela que acessava o ensino superior, mas, ao mesmo tempo, identificados com os setores proletários, já que também buscavam ascensão social. São retratados com uma aparência associada ao estilo *hippie* e chamados pejorativamente de "cabeludos", reforçando estereótipos utilizados para deslegitimar sua atuação política. A composição visual e textual da charge constrói uma imagem dos estudantes como preguiçosos e desalinhados aos padrões formais exigidos por instituições como a escola, que, resistiam diariamente ao avanço de uma estética mais informal.

Figura 164 – Intelligentzia da Intelligentzia



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1968, p. 7.

Enquanto os estudantes, seus pais e parlamentares sentem que a repressão se intensifica. Os militares falam em ameaça de infiltração subversiva e o *JB* explica a conjuntura ao analisar que a omissão esquerdista, entre 1964 e março de 1967, produziu no país uma distensão que desarmou os democratas, que se surpreenderam com a articulação do radicalismo vigente das esquerdas que, de acordo com o periódico, atrapalhavam o processo a reconstitucionalização do país[782].

Nem mesmo o *JB* poderia negar a radicalização de grupos de direita ou extrema direita. Um exemplo era o grupo paramilitar conhecido como Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que surgiu em 1963. Reportagens descreveram membros do CCC comemorando mortes e atacando manifestações de esquerda, congressos estudantis, centros acadêmicos e à sede da UNE, frequentemente utilizando armas e sob influência de agentes do DOPS e do SNI[783]. O grupo retornou com mais força em 1968, quando metralharam a residência do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara[784].

Os diversos conflitos ocorridos em São Paulo, entre estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e alunos do Mackenzie ligados ao CCC, culminaram na violenta batalha da Rua Maria Antônia. Em meio a rojões, pedras, disparos de armas de fogo e coquetéis molotov, o secundarista José Guimarães, de 20 anos, foi morto com um tiro de revólver calibre 38 enquanto participava de uma passeata[785]. A Figura 165 ilustra uma tropa de choque da Força Pública, com cães pastores, que toma a Faculdade de Filosofia e retiram os estudantes do Mackenzie, que saíram com coquetéis Molotov e bombas de gás na mão, cantando o Hino Nacional e gritando: "CCC comunistas no xadrez"[786].

Figura 165 – A invasão

[782] RISCOS da omissão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08-09 set. 1968, p. 6.
[783] CCC nasceu sob pancada e hoje aterroriza o país com bombas e mortes a Winchester. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 nov. 1968, p. 22.
[784] CCC metralha a residência de D. Hélder. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1968, p. 13.
[785] LUTA de estudantes provoca morte de jovem em São Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 out. 1968, p. 1.
[786] LUTA de estudantes provoca morte de jovem em São Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 out. 1968, p. 1.

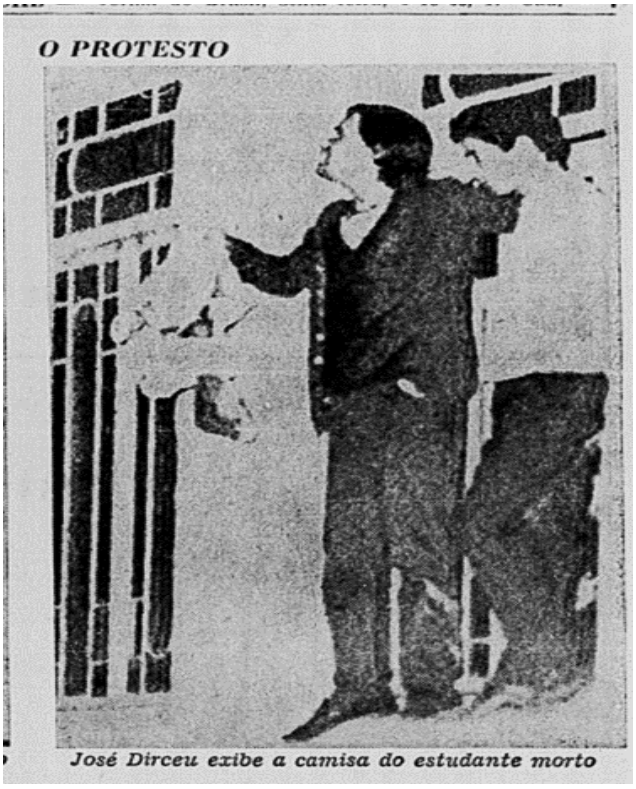


Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 out. 1968, p. 7.

Após a morte de Guimarães, sua família precisou antecipar o enterro e solicitar proteção para evitar que o corpo fosse utilizado em protestos. Nos protestos contra a morte do secundarista, o presidente da UEE, José Dirceu (Figura 166), erguia a camisa ensanguentada de José Guimarães enquanto discursava. O presidente da UNE**,** Luís Travassos, também participou da manifestação. Dois estudantes foram presos durante a repressão e três fotógrafos do *O Estado de São Paulo,* do *Jornal da Tarde* e da *A Gazeta* foram agredidos pelos cassetetes. Houve correria e a passeata logo foi dissolvida[787]. Dias depois, Vladimir Palmeira (Figura 167) reapareceu no Conjunto Residencial e, em entrevista à imprensa, confirmou seu apoio à candidatura de José Dirceu à presidência da UNE[788].

Figura 166 – O protesto

[787] POLICIAIS dissolvem passeata. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06-07 out. 1968, p. 7.
[788] POLÍCIA reprime manifestação dos estudantes e prende 100. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 out. 1968, p. 7.



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 out. 1968, p. 7

Figura 167 – A volta às bases



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 out. 1968, p. 1

A briga entre estudantes da Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP chegou aos periódicos com trocas de acusações entre os professores das instituições. Em resposta a uma nota dos professores da Faculdade de Filosofia – afirmando que a intensidade dos bombardeios ao prédio da escola "indica a preparação de um arsenal paramilitar" – o Conselho Universitário do Mackenzie divulgou um comunicado apoiando "a atitude tomada por alunos, professores e

funcionários da Mackenzie, repelindo as reiteradas tentativas de invasão do *campus*"[789]. Um grupo de alunos da Universidade Mackenzie, encabeçado pelo estudante de Direito Charlini Galvão da Silva, divulgou um manifesto acusando "as falsas lideranças estudantis" de trazer a intranquilidade à vida do povo e da nação. O manifesto diz.

> É chegada a hora de nós, verdadeiros universitários brasileiros, fazermos parar as ações radicalizadas tanto da esquerda como da direita no meio estudantil. É chegada a hora de mostrar ao povo que ele pode e deve confiar em sua juventude. Que a minoria que ora tumultua a nação é uma célula em vista do imenso e sadio organismo que nós representamos (Estudantes do Mackenzie acusam "falsos líderes"**.** *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 out. 1968, p. 7).

Carlos Alberto Muniz, líder estudantil de esquerda e em uma entrevista à imprensa, explicou que os estudantes consideram que foi o Relatório Meira Matos que desencadeou a intensificação de um processo repressivo nos últimos tempos, incluindo a organização das forças direitistas em torno de entidades como o Movimento Anticomunista (MAC), o CCC e a Frente Universitária de Resistência (FUR). A repressão, disse ele, "— aprendeu muito com os estudantes, e fortaleceu-se"[790].

Nesse embate, entre grupos de esquerda e de direita considerados radicais, surgem grupos que visam formar e divulgar uma imagem moderada e neutra, ou seja, superior em que se apresentam como os "verdadeiros estudantes" ou os "verdadeiros democratas". Um desses grupos era o movimento estudantil Vanguarda Revolucionária (VR) lançado, naquela época, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A VR atuava em São Paulo e reunia estudantes de vários anos da faculdade, ela ressalta a pretensão de atuar nos meios estudantis e não no setor trabalhista. A VR defendia as ideias da "Revolução de 31 de março de 1964" e julgava que os seus executores falharam principalmente no setor educacional, mas procuravam acertar com a realização da reforma universitária. Seu presidente, Antônio Carlos Adler, condenou o emprego da violência pelos estudantes da direita e esquerda, e disse que as "ideias são as armas dos verdadeiros democratas"[791].

Outro grupo que se manifesta nessa conjuntura foi o dos integrantes do Movimento de Autenticidade Acadêmica (MAA) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) que afirmava representar todas as escolas e faculdades da PUC, tendo um discurso bastante conservador ao declarar que "não será com manifestações calcadas em desordem e caos, desrespeitando a hierarquia universitária, que conseguiremos reformar a Nação". Na nota distribuída "aos

---

[789] RIVALIDADE entre Filosofia e Mackenzie aumenta com a briga entre professores. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 out. 1968, p. 7.
[790] GREVE geral e violência serão resposta estudantil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1968, p. 7.
[791] VANGUARDA Revolucionária condena uso da violência. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1968, p. 12.

colegas da PUC", o MAA falava da sua surpreendente receptividade na PUC e ainda denunciou uma "manobra confucionista" lançada por grupos que tentavam os identificar com entidades da direita. Afirmam possuir uma "posição democrática, se dizem prontos para apoiar o que chamam de "reivindicações justas" e a se solidarizar com os "autênticos estudantes", além de alegar que não compactuam com "atitudes desrespeitosas à ordem, visando o estabelecimento do caos e da anarquia"[792]. Essa minoria que se referia à MAA era o DA de Engenharia mais envolvido com os movimentos estudantis de esquerda que confrontavam a política educacional e que acusava a MAA de possuir relações com elementos do CCC. Outro grupo criado nesse momento foi o Movimento Estudantil Democrático (MED) que prometia colocar um paradeiro no que definiu de "arruaças da chamada esquerda festiva e da festejada direita alegre" e propôs-se a defender "os direitos e as liberdades que nos são assegurados pela nossa Carta Magna".

No documento, assinado pelo presidente Carlos Alberto Cordeiro, a MED promete defender a qualquer preço a "liberdade de palavra nos debates internos dos Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes, fim da chamada chapa única, um restaurante para os estudantes que realmente necessitem, mais verbas, mais escolas, mais aulas, melhores salários para nossos mestres, material de ensino, revisão dos acordos MEC-URSS**,** e dos demais acordos. Eles ainda reiteram que não aceitam a subversão da ordem social, promovida por uma dúzia de "filhinhos de papai", que arriscam vidas inocentes e depois fogem[793].

O discurso instrucional apolítico se torna uma forma de distinção e superioridade que pregam algo impossível: separar do processo de aprendizagem a política e a instrução do conhecimento que são intrínsecos à política e à educação. O estímulo desse discurso de separação foi evidenciado reiteradas vezes nos editoriais do *JB* que critica a "minoria esquerdista" por querer "mudar o regime, não os métodos educacionais"[794].

O recrudescimento dos conflitos estudantis, aliado à crescente circulação de visões negativas sobre os grupos mais polarizados, contribuiu para a visibilidade de segmentos universitários que se apresentavam como alternativas supostamente moderadas em relação às alas mais radicalizadas da esquerda e da direita, adorando exatamente esse discurso instrucional apolítico. Esses grupos buscavam se diferenciar tanto da militância de esquerda quanto das ações promovidas pela direita, posicionando-se como representantes de uma "terceira via" no interior do movimento estudantil. Tal fenômeno evidencia não apenas a fragmentação política

[792] ALUNOS da PUC condenam desordem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 out. 1968, p. 7; MOVIMENTO de Autenticidade se define. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 out. 1968, p. 7.
[793] MOVIMENTO Democrático se define. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06-07 out. 1968, p. 7.
[794] CORDA esticada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 out. 1968, p. 6.

entre os estudantes, mas também a instrumentalização do discurso da moderação como estratégia para deslegitimar os setores progressistas.

Embora se proclamassem neutros, os discursos desses grupos reforçavam valores dos grupos *estabelecidos* como disciplina, respeito à hierarquia e a legalidade do regime vigente. Por um lado, esses movimentos também podem ser compreendidos como expressão da insatisfação e do sentimento da não representatividade diante das práticas adotadas pelas correntes consideradas "extremistas". Ainda que evitassem declarar abertamente sua filiação ideológica, o conteúdo e o tom de suas manifestações revelavam traços de intransigência e intolerância, especialmente na ênfase dada ao combate a qualquer grupo que supostamente ameaçava a "ordem" vigente. Dessa forma, ao adotarem a "imagem nós" da moderação e da neutralidade, assumiram uma postura de alienação frente à realidade política. O que contribuiu para mitigar a percepção dos comportamentos autoritarismos e da ilegitimidade da ditadura civil-militar.

A escolha de grupos conservadores e até de grupos de esquerda de adotarem a imagem de moderados se relaciona com um cenário político polarizado em que emergiam grupos de esquerda e de direita que estavam dispostos a utilizar a violência para defender seus valores e difundir sua imagem de superioridade a fim de garantir acesso a espaços de poder e influência.

O *JB* se posiciona como um dos "primeiros a denunciar e a combater os excessos estudantis e as afrontas à ordem pública perpetradas sob a sombra de uma causa em princípio justa" e criticar, após apaziguada a onda de revolta estudantil, o desprezo do governo pelo "diálogo construtivo, que conduzisse a uma solução dos problemas educacionais"[795]. Essa crítica do periódico está relacionada à sensação de imobilismo provocada tanto pela estagnação das reformas educacionais quanto pela permanência de Tarso Dutra à frente do MEC. No entanto, isso não alterou significativamente a relação entre os estudantes e a ditadura civil-militar, que continuava marcada por altos níveis de tensão e confronto. A retomada da repressão reforçou a tentativa da ditadura civil-militar de eliminar os estudantes *outsiders* da cena pública. O que a partir de momentos-chave redefiniu os rumos do movimento estudantil e contribuiu para a reformulação das personalidades dos estudantes e quiçá da sociedade.

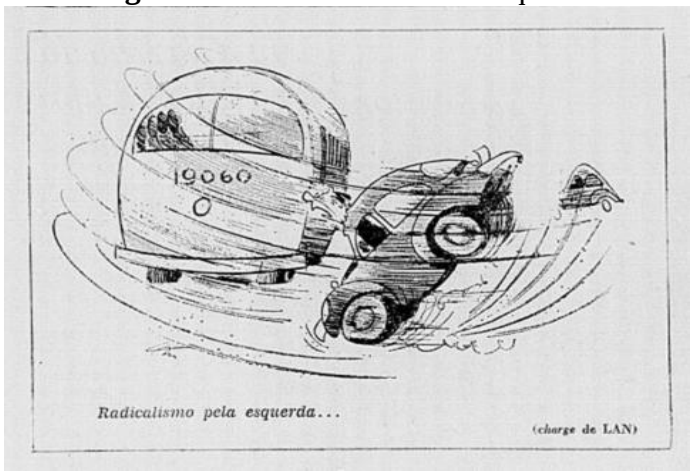
As ações autoritárias parecem intensificar-se tanto entre os estudantes quanto no aparato repressivo do Estado. A violência e a intolerância passam a integrar os códigos sociais públicos de grupos de direita, de esquerda e até dos que se identificam como apolíticos. No entanto, o

[795] PRATO de Lentilha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1968, p. 1.

JB enfatiza que o nível mais elevado de radicalismo vinha das esquerdas que utilizavam o movimento estudantil como manobra política.

A charge de Lan, na Figura 168 é uma representação que satiriza as tensões políticas à legenda "Radicalismo pela esquerda", indicando uma crítica. A composição visual e textual da charge permite múltiplas camadas de interpretação, uma delas acusa a radicalização do grupo político da esquerda, em grande parte formada por estudantes, estaria atrapalhando o fluxo do desenvolvimento do país, o que se poderia entender como "a ordem", simbolizada pelo carro maior, numa possível alusão à sociedade, ao Estado, ao país. Assim a charge de Lan mostra a disposição radical da esquerda de causar colisões, porque estava fora de controle, não aceitando frear, mudar de caminho e nem seguir as regras de trânsito o que resultaria em um prejuízo para o país.

Figura 168 – Radicalismo de esquerda



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 out. 1968, p. 7

O cronista do *Jornal do Brasil*, Carlos José Oliveira, ao relatar suas impressões sobre o cotidiano marcado pela crescente radicalização social e política, expressa um sentimento de exaustão diante da escalada de violência e irracionalidade que percebia ao seu redor. Em uma de suas colunas, declarou: "Hoje não estou nada radical. Estou muito cansado de ver todo mundo endoidecendo. Todo mundo está ficando louco e ninguém toma a menor providência". Referia-se ao cenário em que estudantes armados atiravam contra colegas desarmados, enquanto o DOPS elogiava tais ações como demonstrações de patriotismo. Denunciava também os que defendiam a eliminação de intelectuais de esquerda e líderes estudantis, além de mencionar a possibilidade de fechamento da UnB. Como resposta subjetiva a esse ambiente opressivo e absurdo, Oliveira (1968) propõe como saída a "alienação imediata", encerrando seu

texto com frases desconexas, como forma de ironizar e refletir a perda de sentido da realidade diante da radicalização política e da repressão[796].

É possível concordar com o cronista sobre os radicalismos, ambiente em que proliferam figurações estudantis que se formavam para expressar justamente essa postura visando, em alguns momentos, eliminar grupos que se contrapunham aos seus valores, e ameaçavam a sua imagem ou a existência de suas figurações ao questionarem a sua superioridade. Oliveira (1968), no seu texto, propõe uma forma de fugir dos radicalismos: a alienação.

A saída desses sujeitos dos espaços públicos e o seu distanciamento dos códigos sociais públicos reivindicatórios de pressão contribui para a formação de uma apatia política no pós-1968 que não era apenas fruto do medo, mas também da própria irrealidade de um regime político ambíguo cuja estrutura atinge a própria psique humana e paralisa o engajamento e a autonomia. Ao acompanhar o cronista, logo se percebe a diminuição de suas abordagens de situações políticas, em suma ela segue a sua recomendação.

Ainda abordando o debate sobre a radicalização, uma pesquisa encomendada pelo *JB* na Figura 169 perguntou a opinião dos cariocas sobre qual grupo era mais extremista: direita ou esquerda. A pesquisa conclui que o carioca vê maior perigo nos radicais da esquerda. Os extremistas da esquerda foram denunciados mais incisivamente pela classe A e pelos jovens: 29%; e os da direita também pelos jovens: 26%, os jovens parecem bastante divididos. A ideia de que ambos são igualmente perigosos prevaleceu na classe A e entre os que possuíam mais de 50 anos, o que pode mostrar um indício de moderação neste grupo. Esse dado aponta que a propaganda antiesquerda e anticomunista da ditadura civil-militar não produziu consenso sobre o perigo exclusivo desse grupo, pois parte da população reconhecia o perigo cotidiano da repressão da direita (militares, grupos paramilitares, censura, tortura etc.). Apesar disso, a pesquisa teve um alto índice de pessoas que não sabiam: 34% dentre eles e 38% de mulheres, o que mostra uma indiferença política, o que de certa forma colaborava com a política de despolitização da sociedade pretendida pela ditadura civil-militar.

[796] OLIVEIRA, Carlos José. O sabiá e a pílula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 out. 1968, p. 3. Caderno B.

Figura 169 – Radicalização

Últimamente os jornais têm chamado a atenção para o processo de radicalização que se tem verificado no Brasil. Na sua opinião, os extremistas mais perigosos estão na chamada direita ou na chamada esquerda?

	Total (300) %	Classe Sócio-econômica A (38) %	B (118) %	C (144) %	Sexo Masculino (146) %	Feminino (154) %	Grupo de Idade 18/29 anos (108) %	30/49 anos (133) %	50 e + anos (59) %
Na esquerda	25	29	23	26	24	27	29	22	27
Ambos são perigosos	25	42	25	22	33	18	23	22	37
Na direita	16	11	16	18	16	17	26	11	10
Não sabem	34	18	36	34	27	38	22	45	26

Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20-21 ago. 1968, p. 28.

O presidente da UME, Carlos Alberto Muniz, um representante do DCE da PUC e outro da UFRJ, em entrevista coletiva à imprensa, anunciavam para o dia 6 uma passeata-monstro com saída da Cinelândia, para denunciar a repressão elaborada pelo esquema Meira Mattos, o Grupo da Reforma Universitária, a não-modificação dos currículos e a censura, e para dar apoio às greves desencadeadas por operários em várias partes do Brasil. Segundo a UME, ocorreram várias reuniões com representantes do teatro, clero, intelectuais, mães de famílias e professores, sobre a orientação da Comissão dos 100 mil[797].

Em outra entrevista coletiva, concedida na Praia Vermelha, Carlos Alberto Muniz pela UME, Zílio pelo DCE da UFRJ e representantes do DCE da PUC e de outros diretórios acadêmicos, anunciaram as próximas atividades estudantis e denunciaram a "repressão científica" do plano Meira Matos. Carlos Alberto Muniz destacou ainda que o XXX Congresso da UNE terá a finalidade de "criar uma infraestrutura adequada para o movimento estudantil, em caráter nacional, e afirmar a UNE como entidade máxima"[798].

Em outubro a nova onda de agitação e revolta mobiliza os estudantes em várias partes do mundo. No México, no Uruguai, na França, ocorreram conflitos graves, com numerosos feridos e presos. Esse comportamento estudantil global levou a formação de relações internacionais entre os estudantes, no Brasil houve uma aproximação com os países latino-americanos por meio da OCLAE, cuja sede era em Havana, que se encontra em processo de construção.

[797] ESTUDANTES convocam o povo para a passeata. *Folha de Londrina*, Londrina, 05 out. 1968, p. 8.
[798] ESTUDANTE marca ação contra Reitor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 out. 1968, p. 7.

Segundo José Arantes (Figura 170), a UNE se filiou à OCLAE e era um dos membros mais fortes desta organização estudantil. O representante do Brasil na Organização Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), fundada em 1966 durante o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, José Jarbas Cerqueira comentou que o movimento do México também é importante, embora parece estar atuando isoladamente, fora do contexto da luta popular, e que a aliança Brasil-Uruguai significa a vanguarda da luta estudantil no continente. Para ele, a principal função da OCLAE era "coordenação da ação anti-imperialista dos movimentos estudantis de vários países"[799].

Figura 170 – A última etapa



Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 ago. 1968, p. 12.

O ano de 1968 foi representado como o do retorno das esquerdas atuando no movimento estudantil e promovendo ações políticas que envolveram estudantes, intelectuais, padres e freiras. A resposta do governo foi marcada por violência e omissão diante das reivindicações. Como se destacou as figurações universitárias se influenciam por esse ambiente de radicalismo social incentivada pelo Estado autoritário e violento. Em Pernambuco, por exemplo, os estudantes decidiram prender o reitor durante uma assembleia que fizeram no Hospital das Clínicas. Dizendo que o soltaria depois que fossem conseguidas as verbas[800].

[799] JOSÉ Arantes confirma que a ex-UNE está ligada à OCLAE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1968, p. 12; OCLAE acha importante a ação estudantil no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 out. 1968, p. 19.
[800] ESTUDANTES prendem o reitor em Pernambuco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 out. 1968, p. 7.

A invasão do XXX Congresso da UNE e a prisão da maioria dos líderes estudantis marcaram uma fase de retração dos movimentos estudantis, da intensificação da coação e violência praticada pela ditadura civil-militar e pelo crescimento de grupos armados de oposição a ela. A nova conjuntura influenciada pela interferência do AI-5 transformará os comportamentos estudantis e a relação dos estudantes com o governo e a sociedade.

No dia 12 de outubro, com o cerco ao XXX Congresso da UNE por 150 soldados da Força Pública paulista, auxiliados por agentes do DOPS, prenderam os participantes que estavam reunidos no Sítio Soares, em Ibiúna, situado a uma hora e meia da capital, e prenderam 1.240 estudantes (940 homens e 300 moças), dentre eles havia vários líderes como José Dirceu, Luís Travassos, Antônio Guilherme e Vladimir Palmeira, além de vários jornalistas, inclusive Eduardo Pinto, designado pelo *JB* para cobrir o evento[801]. A Figura 171 capturou alguns dos presos que foram encaminhados para o DOPS em um dos caminhões.

Figura 171 – Encerrada a sessão



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13-14 out. 1968, p. 1.

Um grupo de pais e mães paulistas planejavam uma vigília cívica diante do Presídio Tiradentes, com o apoio de estudantes, operários, intelectuais e padres. As mães dos estudantes cariocas que foram presos durante o Congresso da UNE reuniram-se no Convento dos Dominicanos, no Leme, e decidiram criar uma Comissão de Solidariedade aos Estudantes Presos e realizar uma concentração de protesto contra o tratamento que a polícia dava aos seus filhos. A Comissão "se encarregará de levar roupas, calçados, mantimentos e algum dinheiro e

[801] POLÍCIA paulista prende Vladimir e mais 1.239 no Congresso da ex-UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13-14 out. 1968, p. 1; ABREU Sodré deu ordem final para as prisões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13-14 out. 1968, p. 16.

ficará recebendo doações do público no Convento dos Dominicanos". Além disso, as mães lançaram um manifesto solidarizando-se com todas as mães brasileiras que dizem: "Quase toda a juventude carioca, como boa parte da melhor na juventude brasileira, se encontra encarcerada neste momento. Mil e trezentas mães do Brasil inteiro sofrem hoje a dolorosa ausência de seus filhos"[802].

Cinquenta pais e mães de estudantes detidos no Presídio Tiradentes, ouviram pela janela seus filhos pedirem médico, comida e cigarros, mas foram logo dispersados por dois pelotões da Força Pública. Os pais e mães só puderam acenar para os filhos durante dez minutos, pois foram cercados pelos 40 soldados dos dois pelotões. Os pais e mães dos estudantes presos começaram a chegar à Rua Ribeiro de Lima, de onde é possível avistar uma parte das celas dos estudantes. Eles iniciaram uma manifestação com o levantamento dos cartazes de cartolina. Alguns deles serviam como aviso para os estudantes presos: "Greve de fome não" e "Habeas-corpus encaminhados", outros levantavam cartazes de protesto contra a prisão: "Soltem nossos filhos", "São Paulo não é campo de concentração" e "O estudante preso podia ser seu filho". A manifestação durou dez minutos, pois dois pelotões da Força Pública chegaram para dispersar o grupo. A União das Mães Paulistas recebeu um telegrama de Pernambuco, assinado por mães de estudantes da Faculdade de Filosofia do Recife em que pedem notícias de seus filhos. Depois da manifestação, os pais e mães voltaram à sede da União Paulista das Mães contra a Violência onde ficariam em vigília de sacrifício[803].

Os membros do I Seminário sobre Reforma Universitária da Universidade Federal Fluminense pediam ao presidente da República em abaixo-assinado subscrito por 11 professores e 36 estudantes, que defendia os estudantes: "o movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e o despertar enfático do senso de responsabilidade coletiva". Em Curitiba, mesmo depois de libertarem os estudantes paranaenses, os alunos da Escola de Engenharia promoveram uma greve de participação, comparecendo à escola sem assistir às aulas. Foi a segunda faculdade desta capital a praticar essa forma de protesto.

Em Porto Alegre, desafiando a proibição da Secretaria de Segurança, os universitários anunciaram uma passeata pelo centro da capital em protesto contra a prisão dos estudantes. Em Aracajú, os estudantes decidiram exigir a libertação dos colegas presos e iniciaram a coleta de dinheiro pelas ruas a fim de pagarem advogados em favor da delegação sergipana detida. Os

[802] MÃES cariocas criam comissão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1968, p. 16.
[803] PAIS fazem protesto com cartazes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1968, p. 17.

universitários de Natal fizeram o mesmo e iniciaram a cobrança de pedágio, nas proximidades das faculdades, a fim de obter fundos para contratar um advogado para os cinco estudantes norte-rio-grandenses presos[804].

Os pais e mães queriam a divulgação da lista de presos, a quebra da incomunicabilidade e a libertação dos seus filhos presos. O que aconteceu a partir do dia 18 de outubro, como se pode ver na Figura 172, quando os estudantes encontram os seus pais. O DOPS também começou a enviar alguns estudantes escoltados para os seus estados, apesar dos líderes permanecerem presos e incomunicáveis[805].

Figura 172 – Espera recompensada


ESPERA RECOMPENSADA

Os estudantes detidos no Regimento Caetano de Faria se avistaram ontem com seus familiares

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1968, p. 11.

O diretor do DOPS, delegado Aldário Tinoco, revelou que 698 dos 712 detidos em Ibiúna foram enquadrados na LSN, mas que somente 11 autuados em flagrante permanecem presos pela Polícia Federal. Os líderes estudantis Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos, Omair Lahno, Válter Cover, Antônio Guilherme Ribas e mais 4 líderes como Juan Antonio Sander, médico argentino estão detidos no quartel do Forte de Itaipu, no município de Praia Grande, informou o advogado Aldo Lins e Silva, após visitá-los. O ex-presidente da extinta UEE, José Roberto de Almeida Arantes, foi solto segundo o delegado porque jogou seus

[804] PROFESSORES do estado do Rio fazem apelo por estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1968, p. 17.
[805] ESTUDANTES do Rio voltam enquadrados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1968, p. 1; ESTUDANTES admitem que erraram. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1968, p. 11.

documentos fora e não foi identificado, já o estudante afirmava na imprensa que havia conseguido fugir dos policiais[806].

O ministro interino da Educação e Cultura, Favorino Mércio, disse que não tinha conhecimento oficial do episódio de Ibiúna e que soube do episódio somente pela imprensa[807]. Diante da ampla repercussão provocada pela prisão em massa, que mobilizou a opinião pública e reativou códigos sociais públicos de solidariedade às figurações estudantis, o governo federal utilizou a mesma estratégia dos outros eventos que resultaram em situações de crise estudantil: se ausentar da responsabilidade na tentativa de desvincular atos autoritários e violentos da imagem-nós da ditadura civil-militar e do presidente afirmando a existência de uma certa autonomia dos órgãos de repressão. Mas, as próprias notícias afirmavam que a decisão foi do governo federal.

O *JB* realizou uma pesquisa com a população carioca perguntando se o governo federal agiu certo ou errado na intervenção (Figura 173). A pesquisa apontou que 13% dos cariocas não sabiam sobre o evento, 40% acreditavam que o governo agiu certo ao impedir a realização do XXX Congresso. Já 32% diziam que o governo agiu errado. O único setor da pesquisa em que a maioria se posicionou contra a decisão governamental foi o dos jovens com 43% e depois deles o grupo que mais reprovou a atitude da ditadura civil-militar foi a classe A com 37%.

Figura 173 – XXX Congresso da extinta UNE

Na sua opinião, o Govêrno federal agiu certo ou errado, ao impedir a realização do trigésimo Congresso da extinta UNE (União Nacional dos Estudantes)?

		Classe			Sexo		Grupo de Idade		
		Socio-economica							
	Total	A	B	C	Masculino	Feminino	18/29 anos	30/49 anos	50 e + anos
	(332) %	(27) %	(144) %	(101) %	(155) %	(177) %	(122) %	(142) %	(68) %
Agiu certo	40	41	41	39	45	36	39	46	31
Agiu errado	32	37	36	27	36	28	43	26	22
Não tomou conhecimento do Congresso	13	3	12	16	10	16	7	13	25
Não sabem	15	19	11	18	9	20	11	15	22

Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27-28 out. 1968, p. 36.

O secretário de Segurança Pública, Hélio Lopes Meireles, justificou a dissolução da reunião estudantil como uma ação solicitada pelo Departamento de PF, responsável por investigar crimes contra a segurança nacional. Hélio Lopes Meireles, estabeleceu uma ligação entre os terroristas, os assaltantes e os congressistas da extinta UNE formada a partir da

[806] LÍDERES estão em Praia Grande. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 out. 1968, p. 17; DOPS enquadrou 689 jovens. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 out. 1968, p. 17; ARANTES marca entrevista e vai citar como fugiu. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 out. 1968, p. 18; ANA Maria esteve com Vladmir. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 out. 1968, p. 18.

[807] MEC ignora congresso para manter o diálogo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 out. 1968, p. 12.

"linguagem das publicações apreendidas em Ibiúna, semelhante à do panfleto encontrado perto do corpo do capitão americano morto". Para o secretário, os assaltos são praticados para financiar atos terroristas que "parecem ser obra de um mesmo grupo esquerdista, com evidentes conotações políticas"[808].

A criminalização dos estudantes avançava paralelamente ao processo de militarização do Estado impulsionado, principalmente, por setores militares radicais. No campo educacional esse aumento no nível da repressão foi evidenciado na publicação do relato de um oficial do Exército que tinha um parente detido no Presídio Tiradentes por ter participado do XXX Congresso da UNE.

> Houve um endurecimento da situação por imposição de altas patentes militares, e que oficiais do Exército estão interrogando os estudantes. [...]. Disse ainda que os delegados do DOPS não têm mais o poder de decidir, pois os militares é que estão dando ordens para a polícia paulista. Por isso é que estão impedindo o ingresso de qualquer pessoa naquela delegacia, e até mesmo da imprensa (Depoimentos ficam a cargo do Exército. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 out. 1968, p. 12).

Esse endurecimento ressoou diretamente no comportamento estudantil daqueles que estavam liderando as entidades estudantis clandestinas. Um deles era Carlos Alberto Muniz, presidente da UME, que reconheceu que as prisões representavam um baque para o movimento, porém ressaltou que o "movimento estudantil não vive em função de lideranças" porque segundo ele existe uma estrutura "reforçada com intensa atividade junto às bases, a fim de dar cobertura aos colegas presos pela polícia paulista". O estudante alertou que a partir desse momento a tônica do "movimento estudantil será a violência. [...] as entidades de todo o país estão organizadas para desencadear um processo nacional de violência, criando grupos de autodefesa e segurança para, no mínimo, responder à violência repressiva".

Porém, o líder estudantil destacou que também seria realizado em todas as faculdades assembleias-gerais e a greve de participação, onde os estudantes deverão continuar comparecendo às escolas e faculdades, sem assistir às aulas, o objetivo era "encaminhar as medidas necessárias no fortalecimento de seu movimento estudantil"[809]. A fala do líder estudantil evidencia um processo de radicalização e o crescimento da disposição para o confronto por parte dos estudantes, como resposta à intensificação da violência estatal.

Os estudantes que participaram da assembleia-geral no Conjunto Residencial da USP (CRUSP) tentaram mostrar que os principais líderes do movimento estudantil eram sustentados por lideranças intermediárias, que não foram presas pela polícia. Na ocasião, a líder estudantil

---

[808] POLÍCIA paulista liga Congresso da ex-UNE a terrorismo e assassinato. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 out. 1968, p. 12.
[809] GREVE geral e violência serão resposta estudantil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1968, p. 7.

Catarina Meloni fez a proposta de realizar uma manifestação popular e organizar um comitê de defesa da UNE, mas a assembleia estudantil desaprovou as propostas de Catarina, que pretendia liderar o movimento estudantil em São Paulo após a prisão de seus líderes. Os estudantes optaram por incluir uma nova forma de luta, a grevilha, "que consiste em interromper as aulas e iniciar uma discussão, nas classes, de que participem professores e alunos, sobre temas como a decretação do recesso universitário pelo presidente, um possível golpe de radicais de direita e a repressão ao congresso da UNE". Os membros da comissão de segurança, que conseguiram escapar da prisão, pretendiam organizar um novo esquema de segurança que visava "estruturar o movimento estudantil na semiclandestinidade", pois acreditavam que permanência como entidades abertas facilitaria a infiltração de sujeitos que pertenciam a organizações paramilitares como o Pelotão de Paraquedistas de Salvamento da Aeronáutica (PARA-SAR) e o CCC[810].

Nesse contexto, os estudantes *outsiders*, que se percebiam como perseguidos pelo regime, passaram a articular novos códigos sociais públicos de reivindicação e organização, com o objetivo de garantir tanto sua sobrevivência física quanto a continuidade das figurações estudantis e de suas funções no espaço político e social. A reorganização do movimento estudantil envolveu, simultaneamente, um processo de politização dentro das salas de aula e uma guinada que intensificava o grau de enfrentamento violento. Paralelamente, o fechamento do movimento estudantil e o recesso dos movimentos de massas foram estabelecidos restringindo assim os espaços de atuação coletiva e crítica.

Novamente as famílias, igrejas, professores e estudantes de vários estados, se manifestam por meio de diversos códigos sociais públicos para expressar protestos contra a ação do estado contra os estudantes, que passam a ser retratados como vítima. O medo universaliza-se, mas também cria uma identificação imediata entre leitor e preso. Os trechos das notícias revelam a formação de uma rede de solidariedade de mães que sofrem por não poderem ver os seus filhos e a continuidade de um engajamento estudantil com discussões e reorganizações de códigos que ainda agia ativamente no espaço público.

Os protestos públicos continuam a acontecer como passeatas em Brasília, Salvador, Niterói, Vitória, Curitiba e Belém, assembleias em várias cidades. Já os mineiros, com seus líderes presos, não conseguiram mobilizar suas bases para um protesto e em outros estados os estudantes realizam assembleia para abordar a prisão dos estudantes de Ibiúna. No Rio de Janeiro, mil estudantes, liderados por Carlos Alberto Muniz e Elinor Brito, invadiram o prédio

[810][810] ESTUDANTES pensaram a princípio em ardil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1968, p. 7; ESTUDANTES articulam as "grevilhas". *Folha de Londrina*, Londrina, 15 out. 1968, p. 1.

do Conservatório Nacional de Teatro, onde antes funcionava a extinta UNE, e o ocuparam iniciando a Campanha de Violência Programada para protestar contra a prisão de seus líderes. Ao saírem, incendiaram uma caminhonete do MEC.

Os atos estudantis paralisaram o tráfego na Praia do Flamengo por causa do bloqueio de ruas e confusão na pista, logo chegaram os policiais que prenderam seis pessoas[811]. No dia seguinte, os universitários cariocas continuaram o movimento de protesto nas ruas por meio de comícios relâmpagos e se dispersaram pacificamente. Em Belém, a polícia militar dissolveu a passeata que estudantes tentaram realizar em sinal de protesto pela prisão dos colegas em São Paulo. Em Salvador, os estudantes protestaram nas ruas, em Florianópolis Diretório Central dos Estudantes fizeram assembleia permanente a fim de acompanhar a crise estudantil[812].

Em Curitiba, estudantes, bancários e professores fizeram uma manifestação em sinal de protesto à política educacional, salarial e contra à censura pedindo a libertação dos congressistas da UNE, o que resultou em dezenas de feridos e 60 prisões. Quando a passeata chegou na rua "Dr. Murici os policiais prenderam e espancaram estudantes, populares, crianças, senhoras grávidas e velhos". Sobre as manifestações, o governador do Paraná Paulo Pimentel disse que eles não eram estudantes e sim agitadores infiltrados junto aos jovens para incitá-los contra a ordem pública[813].

Mesmo com a libertação da maioria dos presos, em Belo Horizonte, 6 mil universitários completam o seu terceiro dia de grevilha, que prosseguirá por tempo indeterminado, em favor da libertação dos estudantes presos e da preservação da autonomia universitária. Em Belém, os estudantes contrataram um advogado para defender os colegas presos[814]. Os estudantes na Faculdade de Economia, na Praia Vermelha, decidiram realizar em Copacabana vários comícios-relâmpago. Aos gritos de "liberdade para os presos" e "abaixo à ditadura", 200 estudantes foram às ruas formando um cordão humano os estudantes de braços dados interromperam o trânsito como se pode ver na Figura 174, e mais uma vez os populares que assistiam à manifestação aplaudiam os jovens e pediam para eles não cometerem desordens para evitar que a polícia fosse chamada[815].

---

[811] ESTUDANTES ocupam e largam UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 out. 1968, p. 1; ESTUDANTES cariocas queimam carro do MEC. *Folha de Londrina*, Londrina, 16 out. 1968, p. 8.
[812] NOVAS manifestações no Rio contra a prisão de congressistas da ex-UNE. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 out. 1968, p. 8; INQUIETAÇÃO estudantil atinge vários estados. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 out. 1968, p. 8.
[813] PASSEATA estudantil em Curitiba termina em violentos distúrbios. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 out. 1968, p. 1.
[814] MINEIROS continuam "grevilha". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 out. 1968, p. 17.
[815] GRUPO faz comício em Copacabana. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 out. 1968, p. 18.

Figura 174 – Garantindo audiência



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 out. 1968, p. 18.

Durante a assembleia no CRUSP, considerada "popular" por reunir estudantes, trabalhadores e membros do clero, foi aprovada uma greve geral em todas as faculdades do estado de São Paulo e a realização de manifestações contra a repressão ao Congresso da UNE. A líder estudantil Catarina Meloni defendeu atos com horário e local definidos, mas prevaleceu a proposta da coordenação da UEE por ações móveis para evitar a repressão, com o objetivo de driblar o aparato militar e evitar massacres. As manifestações do dia 18 de outubro incluíram faixas com os slogans "Luta da UNE é a luta do povo" e "A UNE é a nossa voz"[816]. A mobilização foi marcada por tensões internas entre grupos estudantis: o grupo de José Dirceu, associado à linha mais moderada, e o de Catarina Meloni e Luís Raul, identificados como radicais e acusados de desobediência estratégica nas passeatas. A rivalidade entre os dois grupos remonta a fraudes em eleições anteriores da UEE que envolveu o grupo de Catarina Meloni, o que deixou a líder desacreditada. Luís Raul rejeitava as estratégias de conciliação adotadas por líderes como José Dirceu e Vladimir Palmeira, que, segundo ele, deveriam ser "jogadas na lata do lixo"[817].

No Rio de Janeiro, a Polícia Militar se antecipou e não permitiu que professores e pais de alunos se concentrassem no pátio do MEC para protestar contra a prisão dos estudantes. Os manifestantes não chegaram a se aproximar do pátio em virtude da formação dos soldados, que, segundo o capitão Naércio, tinham "ordens para reprimir com violência qualquer manifestação,

[816] PAULISTA sai à rua antes da greve. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1968, p. 11.
[817] PAULISTAS sob ameaça de divisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27-28 ago. 1968, p. 18.

seja lá de quem for, porque todas elas são contra o governo". A tentativa de manifestação realizada por cerca de 100 estudantes, liderados por Carlos Alberto Muniz, na Avenida Rio Branco, foi rapidamente dispersada pela Polícia Militar, mesmo assim houve confronto e um soldado ferido[818].

Na Guanabara, no dia 22 de outubro, Dia Estadual de Protesto, um estudante e uma criança morreram, além de dezenas de feridos e presos, esse foi o saldo dos conflitos registrados entre estudantes e a Polícia Militar[819]. No dia seguinte, novos e violentos distúrbios voltaram a ocorrer na Guanabara, ocasionando a morte do operário Clovis Dias de Amaral e do escriturário Luis Carlos Augusto, atingidos por balas disparadas pelos soldados da PM, na repressão à passeata estudantil, na Praça Onze onde o estudante José Aparecido Bianqui ficou em estado grave[820].

O deputado Márcio Moreira Alves voltou a proferir violento discursos chamando os policiais que atiraram nos estudantes de “bandidos” e disse que o chefe do serviço externo da Superintendência da Polícia Executiva “que anteontem comandou o massacre no Hospital das Clínicas do Rio é o detetive João Neschi”, a quem acusou de praticar torturas contra presos políticos em várias ocasiões. A notícia destaca que o comando da Secretaria de Segurança da Guanabara foi entregue a Luis Igrejas, ex-coronel aposentado, ex-dirigente da Liga Democrática Radical (LIDER) – organização da direita dissolvida pelo marechal Castelo Branco e precursora da atual CCC[821].

No Rio de Janeiro, estudantes reunidos em assembleia geral decidiram decretar greve geral, em paralelo à manifestação de treze sindicatos da Guanabara entre eles, os de metalúrgicos, bancários, têxteis, professores, radialistas, empregados em empresas culturais e trabalhadores do petróleo, que divulgaram manifesto em que acusaram os grupos radicais do governo de não se contentarem em promover o arrocho salarial[822].

Apesar dos apelos do reitor da UEG, João Lira Filho, da OAB, da Associação Médica do Estado da Guanabara, da Associação Brasileira de Mães e de diversas entidades sindicais e associativas contra à repressão, agentes do DOPS e soldados da Polícia Militar voltaram a invadir o Hospital das Clínicas da Universidade do Estado. Nessa ação, o acadêmico Luis Paulo foi assassinado em frente ao prédio. Os policiais destruíram cartazes e faixas de protesto,

[818] PM impede concentração no MEC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1968, p. 11.
[819] PASSEATA estudantil no Rio degenera em violentos conflitos: dois mortos. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 out. 1968, p. 8.
[820] VIOLÊNCIA continua nas ruas da Guanabara. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 out. 1968, p. 1.
[821] CRITICADA na Câmara violência da polícia carioca contra estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 out. 1968, p. 1.
[822] EXÉRCITO impede passeata estudantil em João Pessoa. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 out. 1968, p. 8.

incluindo um grande cetim negro em homenagem ao estudante morto. Simultaneamente, outros agentes invadiram a Faculdade de Direito Cândido Mendes, destruindo materiais de protesto, enquanto na Praia Vermelha outro grupo, armado com metralhadoras e bombas de gás, reprimiu violentamente um pequeno grupo de secundaristas, em uma ação militarizada.

Mesmo diante da repressão, os estudantes conseguiram realizar uma assembleia geral que deliberou greve e suspensão das atividades na Faculdade de Medicina, com planos de novas manifestações[823]. Em São Paulo, tropas de choque da Força Pública, com cassetetes e bombas de efeito moral, impediram a passeata em solidariedade aos colegas cariocas[824]. Situação semelhante ocorreu na Paraíba, onde tropas do Exército ocuparam os principais pontos de João Pessoa para impedir a manifestação programada por universitários e secundaristas [825].

Os principais líderes iniciaram o debate sobre os resultados até agora conseguidos pelo movimento estudantil e para a programação das atividades até o fim do ano letivo. Com as dificuldades de escapar do confronto policial, a orientação foi substituir as manifestações de ruas por assembleias nas salas de aulas, debates com professores e organização de grupos de estudo. Na maioria das escolas superiores, o tema principal tem sido o da análise da "repressão" e a ameaça de um alto índice de reprovações no fim do ano, devido às faltas e ao fraco aproveitamento nas matérias lecionadas[826].

Esse conjunto de mobilizações (reuniões, manifestações, comissões de solidariedade, a vigília, os pedidos por médico e comida, greve, coleta de dinheiro para contratar advogados, abaixo assinado) que antecede a decretação do AI-5 romperam com qualquer tentativa de naturalização da violência. A libertação parcial dos estudantes e a manutenção dos líderes incomunicáveis revelam, uma repressão seletiva e exemplar que servia como ameaça.

O *FL* também faz uma ampla cobertura das repercussões sociais que a invasão do Congresso gerou[827]. Houve uma ruptura definitiva da tolerância estatal a qualquer forma de protesto**,** inclusive aquelas tradicionalmente reconhecidas como legítimas no espaço público e de grupos sociais que não eram vistos como ameaça evidente. A repressão envolveu nos atos repressivos estudantes, professores, pais, trabalhadores, deputados, crianças. Na ocasião o

---

[823] POLÍCIA carioca ignora apelos e volta a invadir faculdades. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 out. 1968, p. 8.
[824] FRACASSOU a passeata dos estudantes em São Paulo. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 out. 1968, p.1.
[825] EXÉRCITO impede passeata estudantil em João Pessoa. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 out. 1968, p. 8.
[826] ESTUDANTES trocam passeatas por reuniões nas faculdades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27-28 out. 1968, p. 18.
[827] PASSEATA estudantil no Rio degenera em violentos conflitos: dois mortos. *Folha de Londrina*. Londrina, 23 out. 1968, p.8; VIOLÊNCIA continua nas ruas da Guanabara. *Folha de Londrina*. Londrina, 24 out. 1968, p.1; CRITICADA na Câmara violência da polícia carioca contra estudantes. *Folha de Londrina*. Londrina, 24 out. 1968, p.1; FRACASSOU a passeata dos estudantes em São Paulo. *Folha de Londrina*. Londrina, 26 out. 1968, p.1; EXÉRCITO impede passeata estudantil em João Pessoa. *Folha de Londrina*. Londrina, 25 out. 1968, p.8; POLÍCIA carioca ignora apelos e volta a invadir faculdades. *Folha de Londrina*. Londrina, 26 out. 1968, p.8

deputado, Márcio Moreira Alves acusa os policiais de "bandidos" e faz denuncia de torturas e os estudantes se juntam a manifestação dos sindicatos da Guanabara. A convergência de fatores parecia indicar que os estudantes não estavam mais isolados na sua oposição ao regime pois como delineava as notícias abaixo o protesto estudantil se unia com os protestos populares e políticos.

Antes mesmo da promulgação do AI-5, os estudantes já percebiam que a continuidade das manifestações nas ruas tornava-se inviável. Isso os levou a projetar novos códigos sociais públicos dentro das universidades como as discussões e assembleias em sala de aula, debates com professores e a formação de grupos de estudo em substituição aos protestos públicos de massa. Em outubro, logo após o fechamento do XXX Congresso, já se observavam sinais de inquietação militar, com severas críticas de parlamentares e manifestações de insatisfação por parte de diversas figurações sociais que se solidarizavam com as ações estudantis ou condenavam a violência policial.

Na esfera política, a CPI da Câmara dos Deputados, investigou a situação do ensino superior e concluiu que a educação, em todos os níveis, não vinha recebendo a devida atenção por parte do poder público, tampouco contava com o engajamento necessário da coletividade. Entre os principais problemas identificados estavam o êxodo de professores e cientistas, a inadequação material e institucional da estrutura universitária e questões de ordem política. Diante da complexidade dos fatores que geravam inquietação entre os estudantes, incluindo suas aspirações e divergências em relação às estruturas vigentes, a CPI ressaltou a necessidade de um estudo aprofundado por parte das autoridades, educadores e demais agentes responsáveis pelo equilíbrio social, a fim de se formular medidas eficazes para enfrentar esses desafios. O relatório, contudo, recomendava que tal enfrentamento ocorresse em um ambiente de diálogo e tolerância, destacando a importância de se promover "as pacificações públicas, a justiça social, o respeito e a ordem pública"[828].

Apesar do tom conciliador adotado no relatório da CPI e pelos discursos de alguns políticos que pregavam a tolerância, as figurações estabelecidas do aparato repressivo do Estado continuavam a tratar a oposição estudantil como parte de uma ampla trama subversiva em curso. Em contraste com as práticas autoritárias e repressivas que revoltaram a sociedade, o governo buscava transmitir uma imagem de normalidade institucional. Em discurso proferido durante a cerimônia de formatura da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de Santa Catarina, o presidente Costa e Silva afirmou que "não há e não houve nenhum conflito entre o

[828] CPI conclui que educação não tem apoio do povo e do governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 dez. 1968, p. 7.

seu governo e a juventude universitária". E prosseguiu: "os episódios isolados de rebelião estudantil como o resultado da extremação de atitudes a que estão sujeitas minorias em quase todas as comunidades"[829].

As constantes representações da imprensa periódica de fenômenos que expressavam o inconformismo, a insatisfação e a repulsa social dos atos cometidos contra os estudantes durante o processo de consolidação da ditadura, contradiziam o discurso presidencial. Prontamente o *JB*, inconformado com a fala presidencial que negou a existência de conflito, ironizou em seu editorial: "Baixou sobre os arraiais da Educação um natalino espírito de compreensão, misericórdia e paz". Assim, o veículo de comunicação se pergunta como esquecer.

> As passeatas, os choques violentos da polícia com os estudantes no Rio, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Brasília e este Brasil além, de que não houve sangue, nem cabeças quebradas e nem mortes. Não há, igualmente, estudantes presos, à beira de serem libertados dia 12, caso não haja determinação em contrário. Quanto aos ataques dos estudantes, foram dirigidos contra uma abstração, "o sistema", que não inclui nem o presidente da República e nem o ministro da Educação (Anel de vidro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1968, p. 6).

Depois da onda de protestos estudantis, o jornalista da *FL* destaca que "no Brasil é assim. A uma crise sempre sucede outra. Dificilmente passamos uma boa temporada sem que avulte, aqui ou ali, algum movimento que possa ser caracterizado como crise". Variando entre militar ou política, ou que envolve estudantes, trabalhadores ou Igreja. Há sempre alguém, alguma classe contra o governo[830]. Ela se referia a crise entre o Congresso Nacional e os ministros militares suscitada pelo caso do deputado Márcio Moreira.

Os militares exigiam a cassação do parlamentar por causa do seu discurso na Câmara, considerado ofensivo às Forças Armadas. Acrescenta-se a esse cenário as ações terroristas da extrema esquerda e da extrema direita que recorrem à violência para defender seus valores de grupo. O *JB* também falou sobre a situação afirmando que ela gerou uma "atmosfera pesada de incertezas, a que se somam os efeitos inquietantes de demonstrações estudantis de violência, depositadas com violência policial"[831].

O representante do setor radical civil, o deputado Clóvis Stenzel defendeu a necessidade de um novo AI para que o governo conseguisse enfrentar os seus problemas. O *JB* fala que discorda da proposta do deputado, pois defendia que o Brasil estava em processo de reconstitucionalização e para ele os atos institucionais eram "fonte de poderes discricionários"

---

[829] COSTA e Silva nega conflito do governo com os universitários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 dez. 1968, p. 7.
[830] REZENDE. Claret de. Ainda a crise. *Folha de Londrina*, Londrina, 3 dez. 1968, p. 3. Destaque.
[831] CÍRCULO de Giz. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27-28 out. 1968, p. 6.

que degradam a Constituição porque concedia ao governo uma soma de poderes como nenhum outro conheceu antes[832].

No dia 14 de dezembro, o *JB* anunciou que a edição do dia 25 não iria circular em sinal de protesto à prisão de seu diretor, José Sette Câmara[833] preso no dia 13 de dezembro pela PF. O matutino *Correio da Manhã*, em solidariedade ao *JB*, também circulou no dia 15 de dezembro[834]. Assim, no dia 16 de dezembro, circularam as duas edições. Em dezembro não houve editoriais no *JB* entre o dia 14 ao 17. A coluna do Castelo que analisa a política nacional, situada na página 4, também parou de circular depois do dia 14 de dezembro.

Um silêncio parecia abater as múltiplas falas do *JB*, pois não se falou dos movimentos estudantis, tampouco dos estudantes ou da política nacional, que comumente recheavam as páginas 3, 4 e 6. A organização das partes políticas e opinativas mudou de fisionomia durante os primeiros dias de vigência do AI-5. No lugar dos textos, foram inseridos classificados que se deslocaram do final do periódico para o início; além disso, imagens aleatórias de atletas passaram a ocupar os espaços antes destinados aos textos de opinião. Tratava-se de uma explícita denúncia. O cronista José Carlos, que havia retornado das férias logo após o dia 14 de dezembro, já advertia em seu texto: "– Nem esperem, porque não vou falar de política".

No dia 3 de janeiro de 1969, com o título da coluna "Governo quer reabrir o processo político", a Coluna do Castelo retornava ao seu espaço. Nela, abordou-se a censura à imprensa, destacando o objetivo do governo da ditadura civil-militar de impor a "total adesão", anulando a liberdade de imprensa. Assim, o jornalista denunciou: "Hoje, começamos a experimentar uma liberdade consentida". Nesse mesmo dia, os editoriais também retornaram, com o texto intitulado "Normalidade imprescindível", que explicitou a censura sofrida.

> A notícia principal do jornal de hoje é o fato de voltarmos a publicar esta página de editoriais. É a página em que o JORNAL DO BRASIL opina acerca dos acontecimentos que publica nas demais páginas. Como não foi possível, a partir do dia 14 de dezembro noticiar livremente os acontecimentos, também não podíamos sobre eles opinar. Encerramos hoje um triste hiato na história deste jornal. Esperamos que esta seja a última vez em que os embates de nossa política tenham levado o Governo à inaceitável decisão de calar a voz livre da consciência nacional, expressada pelos seus meios de comunicação. No silêncio soturno da liberdade de imprensa julgada inimiga, não conseguirá realizar a grande obra de reconstrução da democracia brasileira que é e sempre será o nosso grande e permanente objetivo (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 jan. 1969, p. 6).

Não foram apenas os grandes periódicos que sofreram um aumento da censura após o AI-5; até mesmo pequenos boletins passaram a ser alvo de repressão, com seus editores sendo

---

[832] ATOS e Constituição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 out. 1968, p. 6.
[833] O jornalista, que já foi embaixador do Brasil junto às Nações Unidas e ex-chefe do gabinete civil do Governo do Juscelino Kubitschek, e, também, primeiro governador do Estado da Guanabara,
[834] PRESO o diretor do *Jornal do Brasil*. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 dez. 1968, p. 1.

perseguidos e punidos. Foi o caso do *Jornal da Resistência*, boletim mimeografado produzido em Madureira, no Rio Grande do Sul, acusado de veicular críticas à promulgação do AI-5. Seus editores — os estudantes de Direito Elias Fajardo da Fonseca, Sônia Rodrigues da Silva e Paulo César Maragaia, a professora Maria Dalva Leite de Castro e o comerciante Liu Fat Kan — foram denunciados pelo promotor de realizarem atividades contrárias à segurança nacional, podendo ser condenados a até três anos de reclusão[835].

Posteriormente, em Niterói, a edição do periódico *O Fluminense* foi apreendida pela 2ª Brigada de Infantaria, por publicar uma nota sobre a prisão do ex-prefeito Joaquim Lavoura e do então chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Humberto Soeiro de Carvalho[836]. O editorial "Opinião em recesso" tenta explicar as acusações de "apatia da opinião pública", o *JB* que a indiferença pelos assuntos políticos se deve a paralisia da atividade política na sua forma convencional que impede que a imprensa se alimente dos fatos, pois nas democracias a atividade parlamentar desempenha a "função de conduto entre governo e opinião pública" sem ela existe a ausência de debate. Mesmo assim reafirma a continuidade do interesse pelos assuntos públicos.

> Generalizam-se de algum tempo a esta parte as referências a uma suposta apatia da opinião pública. Não é verdade, entretanto, que toda a sociedade brasileira esteja alheia ao que se passa e desinteressada do que venha a acontecer. A passividade que é possível constatar não representa falta de interesse, mas falta de participação [....] Enquanto a atividade política, em sua forma convencional, estiver paralisada, evidentemente a opinião pública não será alimentada de fatos. [....] Tão logo se restabeleça a normalidade, a opinião pública voltará a acompanhar de perto todos os fatos, com o mesmo interesse e a mesma participação que mostrou, de forma crescente, desde a reconstitucionalização do Brasil em 1945 (Opinião em recesso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 8 maio 1969, p. 6).

No final de fevereiro de 1969, com o respaldo do AI n. 5, o Congresso foi fechado por tempo indeterminado. O editorial da *FL* destacou que AI-5 "representou uma atitude mais firme na busca da "moralidade política", e destacou que alcançá-la significa o "aprimoramento das instituições"[837]. Suas posições imediatas não demonstram desconforto, nem críticas. Posteriormente, a *FL* afirma que o governo tem agido de forma justa cassando certas figuras públicas e que o povo entendia a situação e a atuação do governo que se afina com a maioria: "aqueles que nada tem a temer, estes estão tranquilos e seguros de que, com toda a certeza, a obra revolucionária alcançará seus fins, escoimando da vida pública muitos homens que de há

[835] PROMOTOR acusa professora, comerciante e 3 estudantes de agirem contra segurança. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1968, p. 6.
[836] JORNAL do E. do Rio é apreendido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 10 maio 1969, p. 13.
[837] REFORMA política. *Folha de Londrina*, Londrina, 1 mar. 1969, p. 3.

muito deveriam ser afastados"[838]. Como se percebe existe uma forte defesa dos atos do governo da ditadura civil-militar e nesse momento a ausência de críticas.

Em 1969, ocorreu uma mudança nas representações sobre as figurações universitárias, especialmente após a promulgação do AI-5 e o avanço da censura à imprensa. Essa transformação também se manifestou no comportamento dos movimentos estudantis. As tradicionais imagens de passeatas e protestos cotidianos desaparecem da imprensa periódica; os estudantes deixam de conceder entrevistas e os rostos de seus líderes somem das capas. Diante disso, a pergunta que se impõe é: onde estão os estudantes? As notícias e editoriais antes marcados por um tom alarmista e pessimista que relacionava educação e violência, dão lugar, em 1969, a uma campanha educacional curiosamente otimista, centrada na ideia de modernização universitária apresentada como capaz de promover conquistas tecnológicas e espaciais.

Os militares exerceram pressões sobre o presidente que a partir de 1968 se afasta ainda mais das figurações civis descontentes, o que tornou o presidente cada vez mais isolado. A perspectiva de diálogo com os estudantes se perdeu com a continuidade da repressão. Enquanto isso, o ministro da Justiça decretava o fim dos protestos e os estudantes anunciam que irão continuar as manifestações. A atuação de Gama e Silva nos assuntos universitários, após a realização do Relatório Meira Mattos, o fracasso na tentativa de diálogo promovidos intermediado pela Igreja e a continuidade das manifestações apontavam para uma crise de autoridade no Ministério da Educação. É nesse contexto que o governo encabeça a Reforma Universitária (RU) de 1968, tema que será abordado no item a seguir, no qual se percebe a tentativa de negociar com as figurações universitárias ao mesmo tempo que marginalização do estudante dos lugares de decisão e participação.

8.3 UMA REFORMA UNIVERSITÁRIA SEM UNIVERSITÁRIOS

Depois de 1930, quando se realizou uma grande reforma no ensino superior brasileiro, com a criação das Faculdades de Filosofia e Letras, vários planos educacionais surgiram para as universidades, mas de fato não houveram muitas realizações objetivas. Dentre esses planos houveram em 1961 - Carta de Salvador, em 1962 - Plano Nacional em 1963 - Plano Kofouri, em 1965 e 1966 - Plano Atcon e Plano Decenal; em 1967 - Plano Trienal e o Relatório Meira Mattos.

[838] MAIS 96. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 mar. 1969, p. 3.

O *JB* lembra que apesar de tantos movimentos sociais em torno da reforma da universidade pouco havia se alterado a sua estrutura. O próprio periódico expõe a sua decepção com mais um novo Grupo de Trabalho, mais planos infindáveis que nada fazem. Lembra o problema dos excedentes que necessitam da ampliação do ensino e do mercado de trabalho para absorver os que saem das universidades. Defende que "não será, pois, com discussões acadêmicas sobre a Universidade que se logrará solução para uma questão de conotações econômicas e políticas". E que nenhum resultado virá de um GT "nomeado sob pressão da classe estudantil" e da movimentação de uma parcela da opinião pública nacional" [839]

O texto mostra uma dificuldade de se implementar mudanças tanto no sentido político de integrar os estudantes e lhe conferir maior poder dentro da universidade quanto as relacionadas ao aperfeiçoamento da estrutura física e organizacional encontravam resistências relacionada com o *habitus* autoritário e a *habitus* de tratar a educação com descaso no plano dos investimentos e na concentração de esforços.

Como se observa a Reforma Universitária (RU) era uma demanda social das figurações universitárias que se intensificou desde o início de 1960. Ao longo desse período o debate e os projetos em torno dela contou com o envolvimento estudantil no entanto nessa conjuntura, grande parte dos estudantes se afastaram voluntariamente ou não das discussões porque tinham outra prioridades ideológicas e de sobrevivência.

O desenvolvimento da RU em um período de crise estudantil também mostrou que a ditadura possui um grau de dependências das figurações universitárias, pois o seu projeto de modernização autoritária desejado por parte da figuração golpista mais moderada exigia sua colaboração. Pretendia-se, com isso, utilizar os resultados das pesquisas universitárias para impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico, além de legitimar a imagem do novo regime. No entanto, foi justamente dentro das universidades que se forma uma forte oposição à ditadura civil-militar.

A ditadura intercalou ações repressivas, quando considerou que sua posição estava sob ameaça. Mas também considerou ações conciliatórias como estratégia para se manter no poder, embora não se pode esquecer que elas se alicerçavam sob o signo do medo e da ameaça. Dessa forma, as articulações de ambos os recursos tentam criar um simulacro de "normalidade democrática" e conter os grupos opositores e potenciais opositores para manter/ampliar o conformismo das massas diante da intensificação do *habitus* social autoritário no cotidiano.

---

[839] PROBLEMA global. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 11 jul. 1968, p.6

A necessidade de consenso social para governar impõe à ditadura civil-militar um esforço em para construir uma imagem de normalidade. E por isso, mesmo possuindo o monopólio da força ela mesmo precisou se autocontrolar (dentro dos níveis exigidos pelo nível de desenvolvimento e sensibilidade da sociedade em que se inseria) para manter uma imagem ideal de ordem e pretensões democráticas. Mas, ao contrário da normalidade desejada pelos estabelecidos, o aumento da intolerância e da violência contra grupos e pessoas com ideias e práticas de divergentes daquelas que a ditadura pretendia impor.

As tensões não ocorriam apenas na esfera política entre os sujeitos que pertenciam às figurações universitárias e as autoridades, mas também entre aqueles que circulavam à margem das figurações universitárias e desejavam ou precisavam integrar-se a elas para galgarem melhores posições sociais como os excedentes.

Em meio ao cenário de pressão do movimento estudantil após a passeata do dia 26 de junho o governo anuncia o apressamento de um Grupo de Trabalho para a reforma universitária cujo projeto estava quase pronto. O Grupo de Trabalho encarregado de realizar a reforma universitária teria o prazo de 30 dias, integravam o GT os professores Antônio Couceiro, Roque Spencer Maciel, Nilton Sucupira, Valnir Chagas, os Srs. João Paulo dos Reis Veloso, Fernando Ribeiro do Val, Pe. Fernando Bastos, Reitor João Lira Filho e os estudantes João Carlos Bessa e Paulo Bouças[840].

Retornando a Reforma Universitária a instalação do Grupo de Trabalho para a contou com a participação de sete dos seus 11 integrantes: professor João Lira Filho, reitor da UEG; Valnir Chagas e Nilton Siqueira, do Conselho Federal de Educação; padre Fernando Bastos D'Ávila, professor da PUC; professor Antônio Moreira Couceiro, do Centro Brasileiro de Pesquisas; João Paulo dos Reis Veloso, secretário-geral do Ministério do Planejamento e do estudante Paulo Possa que recusou a função. O Grupo de Trabalho não consultou os dois jovens, antes de publicar seus nomes para integrar o Grupo de Trabalho que estudará a Reforma Universitária. Paulo Possas e João Carlos Moreira Bessa não aceitaram a função pois eles próprios afirmaram que "não poderiam aceitar o encargo como estudantes, pois não receberam delegação da classe". Paulo Possas afirmou que mesmo discordando de pontos-de-vista das lideranças estudantis da Guanabara, era favorável às suas reivindicações e também se posicionava "contra o governo"[841]. A imprensa retrata uma tentativa do GT de resolver os problemas universitários de cima para baixo marginalizando a grande maioria das figurações

[840] Decreto cria Grupo da Reforma Universitária. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 03 jul. 1968, p.1
[841] Estudantes se negam a integrar o Grupo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 04 jul. 1968, p.4

universitárias. O governo não convida lideranças conhecidas do movimento estudantil nem faz uma proposta para que os estudantes se organizem para escolher os seus representantes.

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária se reunia pela última vez no dia 10 de julho. Em entrevista à imprensa o professor Newton Sucupira destacou "nós não temos de fazer uma reforma universitária definitiva, apenas alguns caminhos para todas as modificações que precisam ser feitas. Segundo o *JB*, o Grupo de Trabalho da Reforma realizou apenas sugestões e não apresenta um projeto, pois suas propostas eram e carentes de novidade [842]

O articulista da *FL* ao abordar as reformas universitárias anunciadas pelo GT as definem como "meros paliativos" repletos de contradições. Dentre elas aponta a supressão da cátedra, a gratuidade do ensino e o aumento do salário docente e das vagas nas universidades. Na sua percepção a tendência da generalização do pagamento do ensino coloca barreiras ao ensino que dispensaria o aumento de vagas. Assim conclui que o GT reflete o pensamento do governo que visa encontrar uma solução que não onere os cofres públicos[843].

O anteprojeto da Reforma Universitária ficou pronto desde o dia 22 de agosto, depois disso foi entregue ao presidente da República, sofrendo críticas que, ainda tímidas, deverão se intensificar a partir de setembro. As críticas aumentaram por causa da realização de diversas assembleias estudantis no âmbito das universidades, do início do XXX Congresso da UNE e da abertura das sessões do Conselho Federal de Educação. Apesar da indiferença frente as Reforma Universitária os estudantes se posicionam contra a Reforma Universitária proposta pelo Grupo de Trabalho.

> Luís Travassos, presidente da extinta União Nacional dos Estudantes, já reuniu e está convocando manifestações em Brasília, contra o projeto. No Rio, quase todos os diretórios acadêmicos estão coordenando uma concentração nas reitorias da UFRJ, PUC e UEG, na quarta-feira, de "repúdio" à reforma do grupo, como chamado pelos estudantes o Grupo de Trabalho que elaborou o estudo. Os estudantes, que apontam como falha principal da proposta de Reforma Universitária a não participação de universitários no Grupo de Trabalho, e irão apresentar o seu próprio estudo de reforma dos currículos [...]. Voltando aos estudantes, outro ponto muito criticado é o fato de o estudo da reforma ter se baseado no relatório apresentado pela Comissão Meira Matos (Universitários intensificarão crítica à reforma em setembro. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25, 26 ago. 1968, p. 30).

Durante esse período de Trabalho do GT além de grupos que declaravam sua oposição, haviam outros estudantes que buscavam nesse momento estabelecer uma relação com o governo para que suas reivindicações estudantis fossem atendidas foi o que fez os integrantes da Comissão dos Vestibulandos de 1969 que deseja entregar ao ministro da Educação um memorial

[842] GRUPO diz à imprensa que o fundamental da Reforma Universitária foi regulado. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 09 ago. 1968, p. 7; EDUCAÇÃO em agosto. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28, 29 jul. 1968, p.6; PROJETOS da reforma são vagos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28, 29 jul. 1968, p.32.
[843] REZENDE, Claret de. Ensino e Reforma Folha de Londrina. Londrina, 09 ago. 1968, p. 3. Destaque.

com dez pontos em torno das reivindicações dos secundaristas sobre as normas que devem reger os exames vestibulares. O ministro explicou que "esta questão de vestibular, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases promulgada pelos João Goulart e Darci Ribeiro, é de inteira competência das universidades". O ministro destacou que houve um aumento no "número de vagas no ensino superior de 183 mil para 220 mil". Disse aos estudantes que o que poderia fazer era apenas falar com os reitores das universidades cariocas para pedir que aprovem as reivindicações estudantis[844].

Nas reitorias da UFRJ, UEG e PUC os universitários entregarão aos reitores os documentos sobre as atividades no mês de julho e as sugestões para a reforma de alguns currículos, além dos resultados dos estudos feitos pelos vários grupos de trabalho de estudantes e professores. No entanto, o pequeno comparecimento levou os universitários a suspender a concentração na reitoria da UFRJ. Os estudantes continuarão examinando o problema em cada faculdade e os debates incluem a denúncia da política educacional do governo, especialmente do projeto da Reforma Universitária elaborado pelo Grupo de Trabalho formado pelo Presidente da República[845].

O ministro da Educação no Teatro de Arena da reitoria da UFRJ não conseguiu chegar ao fim do debate com os candidatos sobre os problemas do vestibular, pois alguns líderes estudantis passaram a tratar de política nacional e internacional durante o encontro. Tarso Dutra foi vaiado várias vezes e chamado de "palhaço e demagogo" e os chamou de "mal-educados". Os estudantes achavam o sistema eliminatório no vestibular arbitrário: "feito com intenção de limitar o número de estudantes dentro das universidades". Destacou o ministro "— Se a lei que rege o edital diz que o critério deve ser o eliminatório, eu não posso mudá-lo para o classificatório. Existe um conselho em cada faculdade que rege o assunto. Além disso, cada faculdade tem a sua própria conveniência". Os estudantes também questionaram o porquê as universidades brasileiras não levam em conta as notas tiradas no curso colegial. Ao falar que não há vagas suficientes para atender à demanda o ministro escutou uma vaia que o irritou. Os estudantes promoveram depois uma passeata que, apesar da ameaça de protesto de alguns candidatos no vestibular, ganhou rumos políticos[846].

---

[844] VESTIBULANDOS de 69 querem se reunir no MEC quinta-feira. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 ago. 1968, p. 4, TARSO aceitará debater reforma universitária com estudantes. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 set. 1968, p. 13

[845] UNIVERSITÁRIO levam estudos aos reitores. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 ago. 1968, p. 7; Desinteresse dos estudantes suspende a reunião da UFRJ. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29 ago. 1968, p. 16

[846] DISCUSSÃO sobre política não deixa Tarso concluir debate com estudantes. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13 set. 1968, p. 13

O senador Josafá Marinho, do MDB baiano, ao criticar em nome do partido a reforma universitária, ao seu ver a reforma "não reflete o espírito novo, capaz de dar às Instituições de ensino através de um corpo docente e discente, o conteúdo ideológico e político adequado às transformações do nosso tempo e aos conflitos entre o governo e a comunidade universitária". Também o deputado Último de Carvalho, da ARENA mineira, fez críticas ao trabalho do governo no campo da educação, afirmando que o projeto era um código de intenções, porque não contém medidas polêmicas [847]

A fala dos parlamentares combinada com o comportamento estudantil ressalta que as medidas que realmente eram do interesse imediato de grande parte dos estudantes como o vestibular e a autonomia das entidades estudantis, apesar de serem propostas ao GT como forma de acalmar os estudantes, não foram integradas nas reformas se evitou qualquer tema que pudesse suscitar o envolvimento estudantil exatamente com a intenção de os marginalizar para evitar embates em conflitos em torno da Reforma Universitária entendida pelo governo como um recurso de encaminhamento equilibrado e conciliatório do projeto político e econômico da ditadura civil-militar.

O presidente desejava um andamento rápido dos projetos no Congresso para que a reforma fosse aplicada em 1969. Ele e anunciou a retirada dos *royalties* para a educação na exploração de petróleo. No dia 2 de outubro com sua publicação no Diário Oficial entrou em vigor seis decretos assinados pelo presidente. O sétimo só entra em vigor em janeiro e o oitavo aguarda a votação do projeto de lei que modifica o Estatuto do Magistério Superior para ser assinado pelo presidente Os seis atos que entram em vigor são: 1 — O que estabelece critérios para a expansão do ensino superior; 2 — O que dispõe que, a partir de abril de cada ano, a entidade de recursos da União às instituições de ensino superior ficará condicionado ao fornecimento de informações à Fundação IBGE; 3 — O que dispõe que as dotações orçamentárias ao Ministério da Educação não estarão sujeitas, em 1969 e 70, à contingência; 4 — Dispondo que o MEC, o Ministério do Trabalho e o Banco do Brasil celebrarão, no prazo de 30 dias, convênios destinados a verificar o cumprimento da legislação sobre a destinação das contribuições sobre salário educacional; 5 — O que prevê a constituição de especialistas para promover entendimentos entre escolas profissionais de nível superior dedicadas à mesma área, que funcionem na mesma cidade com o mesmo currículo, buscando maior entrosamento; 6 — O que determina a criação de centros regionais de pós-graduação; 7 – O decreto que trata da assistência financeira da União aos Estados, Distrito Federal e municípios só entrará em vigor

[847] JOSAFÁ Marinha critica a Reforma Universitária. Folha de Londrina. Londrina, 8 nov. 1968, p.8

em janeiro; 8 – Depende da aprovação do projeto de lei que modifica o Estatuto do Magistério Superior o decreto que autoriza a contratação de professores e monitores em regime de tempo integral e semi-integral [848]

O presidente Costa e Silva ao paraninfar os formandos da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de Santa Catarina anunciava que a reforma universitária estava praticamente concluída em sua estrutura legal[849]. A impressão representada era que os estudantes e professores estavam a margem da realização da RU, isso porque enquanto os trabalhos do GT se desenvolviam personagens e grupos centrais estavam alheios ou envolvidas em outros códigos sociais de públicos como as passeatas, greves ou a formação da comissão para reivindicar demandas estudantis alheias ao debate das reformas como a libertação dos estudantes presos e a liberdade de manifestação. Assim havia estudantes envolvidos em diversas ações desde as atividades do Projeto Rondon e do Tempos de Integração, outros estavam nas ruas, em greves, em assembleias, em comissões, em prisões e outros até participavam nas universidades de sugestões para a RU.

Na conclusão do anteprojeto os principais pontos dos estudos foram: a reforma do magistério, a ampliação do número de vagas no ensino superior, a representação estudantil nos órgãos universitários e o financiamento e verbas para o ensino superior. Mesmo com o projeto da Reforma Universitária quase concluída em 1968 muitos estudantes continuavam focados nos protestos contra problemas educacionais e as prisões dos estudantes reunidos no XXX Congresso da UNE comportamento que se espalharam por municípios do país. Mas no ano seguinte o recrudescimento da ditadura civil-militar sobre a sociedade atingirá os códigos sociais públicos dos estudantes minando os espaços de liberdade e realizações de manifestações coletivas de oposições abertas como ocorreram até 1968.

Antes mesmo da promulgação do Ato Institucional nº 5, os estudantes já percebiam que a continuidade das manifestações nas ruas tornava-se inviável. Isso os levou a projetar novos códigos sociais públicos dentro das universidades como as discussões e assembleias em sala de aula, debates com professores e a formação de grupos de estudo em substituição aos protestos públicos de massa. Em outubro, logo após o fechamento do XXX Congresso, já se observavam sinais de inquietação militar, com severas críticas de parlamentares e manifestações de insatisfação por parte de diversas figurações sociais que se solidarizavam com as ações

[848] PROJETO de reforma do ensino deixam o Presidente em festa. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 02 out. 1968, p. 7.
[849] Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 dez. 1968, p. 7

estudantis ou condenavam a violência policial. No item a seguir o texto se constrói a partir da indagação que se questiona onde estão os estudantes que foram abruptamente marginalizados dos periódicos. Claramente parte deles continuaram atuando nas universidades com códigos que recebem tanto destaque na grande imprensa. Dessa forma, por meio dessa mudança no campo social se analisa como as representações impressas podem indicar aspectos do comportamento e da imagem dos estudantes.

9 OS ESTUDANTES NA “ILHA DA MALDADE”

Na sua pesquisa Müller (2016) verifica que o movimento estudantil se modificou a partir de 1969. A sua pesquisa confirma a tendência vista já em 1968 nas notícias de que os estudantes estavam se voltando para uma resistência pacífica dentro das universidades com pautas que tendiam mais nas ações educacionais e artísticas. Napolitano (2017) aponta que durante a ditadura os jovens da classe média escolarizada passam a valorizar ainda mais o campo cultural que se torna um foco de rearticulação da identidade política e mesmo nos momentos mais repressivos a cultura de resistência não desapareceu. Como as esquerdas foram cerceadas do campo político elas se concentram na esfera cultural como lugar da resistência e do exercício político.

Aqui é possível pensar que houve um processo de sublimação durante o período de refluxo estudantil, no qual parte dos estudantes redirecionaram a sua revolta e inconformismo frente ao autoritarismo, a violência e o descaso com a educação aplicando suas energias em atividades culturais que também possuía em sua essência a contestação. Contudo, a observação das representações sobre as experiências e os novos códigos sociais públicos dessa reorientação não será investigado no escopo dessa pesquisa que se encerra nesse processo de transição da geração estudantil de 1960 para a de 1970 que voltará a se rearticular em grandes atos públicos e político no final desta década.

O processo de silenciamento progressismo dos estudantes do debate público e político foi marcado por fatores como o enquadramento institucional, a intensificação da repressão do Estado e o silenciamento estratégico dos próprios estudantes e de outros grupos que tinham o objetivo de sobreviver dentro das universidades e encontrar outras formas de fazer oposição.

O AI-5, que instaurou um clima generalizado de ameaça e medo, ajudou a compor esse cenário, além de causar uma inflexão nas manifestações sociais públicas. Os estudantes, que antes ocupavam ativamente as ruas e ganharam visibilidade nas páginas dos periódicos, rapidamente desapareceram das capas, manchetes e destaques logo reaparecem em pequenas notas criminais.

Apesar do aumento da coerção externa, o regime ainda buscava construir uma imagem de legitimidade, agora baseada no dinamismo, na ausência de conflitos explícitos e na reforma do moralismo cívico sustentando uma aparência de normalidade. O que em certos momentos contou com o apoio da imprensa que reforçou o silenciamento dos movimentos estudantis e expressou o “otimismo escolarizador” da década de 1970, que se relacionava a um comportamento da ditadura civil-militar que passou a adotar uma postura menos reticente e

cautelosa e mais ativa, marcada por decisões rápidas a partir de inúmeros decretos e reformas que redefiniram o campo educacional.

O presidente Costa e Silva editou um decreto-lei n.º 314/67, que alterou diversos dispositivos e definia os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. Dentre os artigos destacados, encontra-se o Artigo 14 que proibia a divulgação, por qualquer meio de comunicação social, de "notícia falsa", "tendenciosa" ou mesmo de "fato verdadeiro, quando truncado ou deturpado", com o objetivo de indispor a população contra as autoridades constituídas, sendo prevista pena de detenção de 3 meses a 1 ano. Já o parágrafo 1.º do mesmo artigo estabelecia pena de 6 meses a 2 anos de detenção caso a divulgação provocasse "perturbação da ordem pública ou colocasse em risco o bom nome de autoridades, o crédito ou o prestígio do Brasil"[850].

Era evidente que as alterações ameaçavam diretamente a imprensa que vivia cercada, diariamente, por notícias potencialmente classificadas como falsas ou críticas ao governo, o que dificultava o fazer jornalístico. Afinal, uma das funções centrais da imprensa era justamente influenciar a formação de opiniões, prática quase sempre "tendenciosa", mesmo que se defendesse o discurso da imparcialidade, verdade e independência, na prática o jornalismo era em grande parte formado de opiniões, valores e fatos que nem sempre podiam ser comprovados.

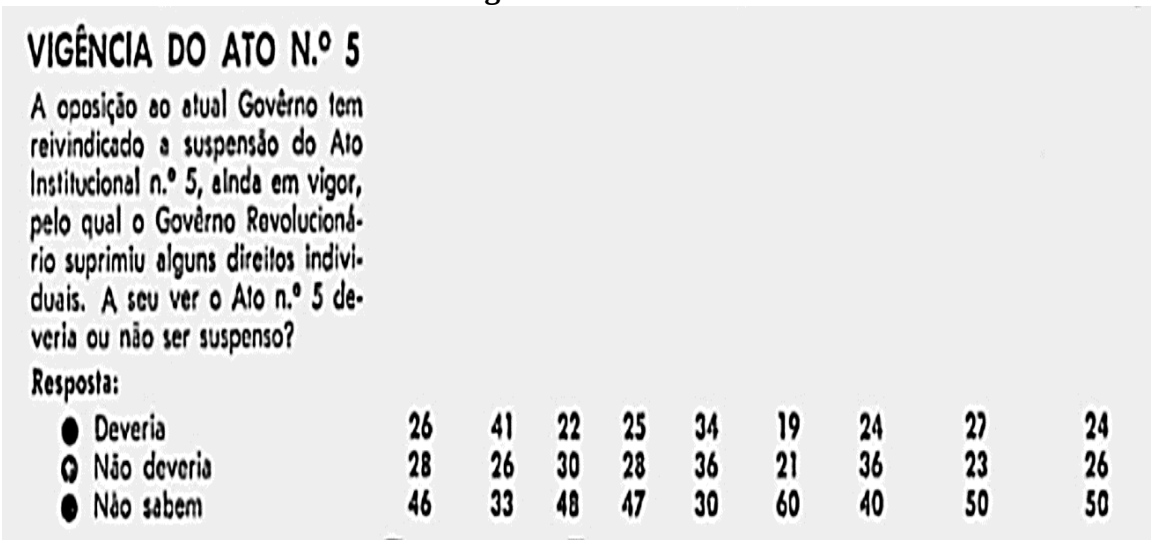
Dessa forma, tanto o AI-5 quanto os demais instrumentos jurídicos serviam para legalizar a censura da imprensa e silenciar as críticas à ditadura civil-militar. Esse período para Motta (2021) foi um marco para a ditadura no qual a radicalização do autoritarismo colocou em risco o seu compromisso precário com as instituições liberais e ampliou o aparato repressivo. O início de 1970, foi o período mais violento e gerou medo em amplos setores sociais, que mesmo assim, tentaram restabelecer alguns princípios liberais como a reabertura do Congresso e a realização das eleições.

Depois de um ano do AI-5 já havia debates suscitados pelas reivindicações do partido da oposição pelo fim da sua vigência. Nesse contexto, o *JB* encomendou uma pesquisa de opinião em que perguntou aos cariocas se o AI-5 deveria ou não ser suspenso? (Figura 175). As respostas revelam um quadro de indefinição e desinformação entre os entrevistados, com percentuais que chegam a 46% de pessoas que afirmaram não saber se o ato deveria ou não ser suspenso. Entre aqueles que se posicionaram, observa-se um equilíbrio relativo: 26% afirmam que o ato deveria ser suspenso, enquanto 28% eram contrários à suspensão. Esse equilíbrio e o

[850] COSTA muda dispositivo da Lei de Segurança Nacional. *Folha de Londrina*, Londrina, 22 mar. 1969, p. 1.

alto índice de pessoas que afirmam não saber, pode indicar a eficácia do discurso autoritário no incentivo à despolitização social da época.

Figura 175 – AI-5



VIGÊNCIA DO ATO N.º 5

A oposição ao atual Govêrno tem reivindicado a suspensão do Ato Institucional n.º 5, ainda em vigor, pelo qual o Govêrno Revolucionário suprimiu alguns direitos individuais. A seu ver o Ato n.º 5 deveria ou não ser suspenso?

Resposta:

Deveria	26	41	22	25	34	19	24	27	24
Não deveria	28	26	30	28	36	21	36	23	26
Não sabem	46	33	48	47	30	60	40	50	50

Fonte: Vigência do Ato Institucional n. º 5. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 22 dez. 1969, p. 30. Opinião pública. Pesquisa JB/Marplan.

Essa onda repressiva não atingiu apenas estudantes e imprensa, mas se abateu por toda a sociedade, inclusive sobre os políticos. Como se observou ao longo da pesquisa é possível concordar com Napolitano (2017) quando ele afirma que a oposição ao regime foi complexa pois abarcou desde setores liberais e conservadores até grupos de esquerda em uma conjuntura em que as posições de direita e esquerda se acirram eliminando as posições moderadas.

A circulação de vozes na imprensa daqueles que defendem a permanência do a AI-5 e dos que pregam a sua suspensão mostra esse acirramento. Essa onda repressiva não atingiu apenas estudantes e imprensa, mas se abateu por toda a sociedade, inclusive sobre os políticos. A entrevista concedida à imprensa, pelo ministro da Justiça Gama e Silva, revela por meio das práticas oficiais um comportamento de perseguição e de ameaça total. Nela o ministro enfatizou: "onde quer que possamos encontrar pessoas que se opõem aos ideais da Revolução, a Revolução terá necessidade de chamá-las às contas". Além disso, havia um processo de cassação de mandatos em curso e, apesar do ministro não informar o número de cassações, destacou em tom de ameaça: o "Brasil conta com 85 milhões de habitantes e é possível que ainda existam alguns que devam prestar contas à Revolução"[851].

O Ato n.º 10 que mostrava sua disposição em marginalizar os indivíduos punidos de atividades em cargos ou funções em empresas de serviço público ou fundações subvencionadas

[851] GAMA e Silva: ação punitiva da Revolução prosseguirá. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 mar. 1969, p. 8.

pelos poderes públicos, bem como em instituição de ensino ou pesquisa, também estabelece que a qualquer tempo poderia impor as sanções às pessoas que já tivessem sido atingidas pelos Atos Institucionais anteriores. Ele visava disciplinar as cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos[852]. A articulista da *FL*, aponta que "muita gente acreditava que a fase punitiva da Revolução estava chegando ao fim. E que, breve, tudo voltaria à normalidade plena". No entanto, jornalista elenca uma série de ação promulgação do AI-10, a cassação de um deputado gaúcho, a prisão do prefeito de Natal e os pronunciamentos dos chefes militares que enfatizavam a necessidade de livrar o país dos "maus brasileiros" que leva o leitor a deduzir que essa perspectiva era falaciosa[853]. Essa crença social na distensão política distante da realidade circulou por meio de sujeitos e da própria opinião periódica por vários momentos, o que ajudou a consolidar a ditadura civil-militar diminuindo o inconformismo diante da crença na possibilidade de um retorno eminente da normalidade constitucional.

Junto com a tramitação da reforma da constituição de 1969, que inclui dispositivos coercitivos dos atos institucionais, surge o AI n.º 14 que institui a pena de morte, ele foi realizado pelos ministros militares com base nos atos de guerra psicológica adversa e revolucionária, ou subversiva, que perturba a ordem do país: "Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou de confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva, nos termos que a lei determinar"[854].

Paralelamente, com o silenciamento das manifestações estudantis recebe destaque na imprensa a atuação de grupos armados e o combate realizado pelo governo. A notícia fala da procura de Carlos Lamarca pelo II Exército, PF, SNI, DOPS e DEIC e dos outros membros do grupo que incluía ex-estudantes e ex-professores como Perci Sampaio Camargo, o Guimarães, ex-professor da Faculdade de Odontologia de Araçatuba; Hilda Fadiga de Andrade, a Sônia, ex-estudante na capital paulista; Marise Farhi, a Sílvia, egípcia, ex-estudante da USP, Carlos Kfouri Quartim de Morais, o Manuel, ex-professor da Faculdade de Filosofia da USP. O grupo era acusado de cometer assaltos, atentados terroristas e de participar do planejamento do assassinato do capitão norte-americano Charles Chandler[855].

Meses depois, Marighella apareceu morto crivado de balas, como mostra a Figura 176, o seu corpo baleado foi exposto e sua morte foi quase desumanizada não provocando reação que questionasse a ato. A utilização do termo "desaparecimento" de Marighella usado pelo

[852] COSTA e Silva edita AI 10 regulamentando punições. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 maio 1969, p. 01.
[853] REZENDE, Claret. Revolução não esmorece. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 maio 1969, p. 03.
[854] INSTITUÍDA pena de morte para conter subversivos. *Folha de Londrina*, Londrina, 10 set. 1969, p. 1.
[855] LAMARCA chefia terroristas sob as ordens de Marighela. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1969, p. 14.

militar foi reproduzida pelo periódico mesmo diante de um corpo coberto de balas evidencia um vocabulário que desresponsabilizou ao logo do tempo o Estado por suas ações. Também quando se falava da luta armada se percebe a ausência em se referir ao seu caráter político do fenômeno.

Esses recursos linguísticos foram utilizados por outros periódicos como observou Abreu (2000) ao analisar título do periódico *O Dia* que ao narrar o sequestro do embaixador estadunidense não definiu o sujeito que executa a ação. Além disso, os delitos dos grupos armados eram narrados como crimes comuns, pois os objetivos de suas ações eram escamoteados por periódicos como *O Globo* e o *Estado de S. Paulo.*

Figura 176 – Comparando a Guevara



Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 6 nov. 1969, p. 1.

Inicialmente, a ditadura prendia os envolvidos na luta armada ou forjava incidentes ou fugas para justificar as mortes sob tortura, mas a partir de 1971 surgiu o desaparecimento como solução, o que tinha a vantagem de desobrigar as autoridades a prestar qualquer informação oficial (Napolitano, 2017). Ao abordar o tema da luta armada contra o regime ditadurial, o *JB* se refere a ela como do terrorismo. Ele destacou que havia uma "cortina de mistério" pois não se sabia quem eram os agentes que realizavam assaltos a bancos diariamente com explosões de bombas, incêndios e ataques à propriedade privada e guarnições militares. O *JB* afirma que a

surpresa foi descobrir que eram formados por "rapazes e moças, muitos dos quais estudantes". O periódico reclama:

> O fato é que o governo deverá pôr a opinião pública a par de todas as informações possíveis. O conhecimento da verdade sobre o terrorismo brasileiro só poderá trazer às autoridades o auxílio da execração e do repúdio da opinião pública com relação a esses crimes e seus autores (Na pista do terrorismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 29 jul. 1969, p. 18).

O periódico reclama da falta de informações oficiais sobre a luta armada, porém já contribuía com o processo que transformou a representação do estudante ativo politicamente que era de certa forma vítima do regime, principalmente, no final de 1968 em grupo integrado as figurações armadas em 1969.

Outra representação de atos chamados de terroristas, que envolviam estudantes, aconteceu no roubo à agência bancária "Brás de Pina do Banco Sulto Maior, de onde levaram NCr$ 73 mil", um quartanista de Direito, Paulo Sérgio Paranhos de 27 anos, foi preso, um soldado da Polícia do Exército morto e um sargento da PM baleado na cabeça e na barriga. Horas depois, outro soldado morreu durante um tiroteio entre militares e "terroristas" nas proximidades das Ruas Baronesa Uruguaiana e Cabuçu. A notícia destaca que ao ser preso o estudante "começou a gritar 'eu conto tudo, eu conto tudo', temendo que fosse ser morto no local. No DOPS descobriu que ele pertencia à Ação Popular ligado ao MR-8, antes de ser levado para o Cenimar, confessou a existência de um aparelho na Rua das Laranjeiras, onde, segundo ele, há um rádio transmissor[856].

O periódico confirma a existência de uma organização terrorista atuando no país, cuja presença, inicialmente era marcada por ações isoladas. No entanto, segundo o *JB*, esse grupo teria deixado os bastidores e passado a atuar abertamente nas ruas. Como exemplos dessa nova fase, o texto menciona o caso de um menino feito refém e o episódio em que jovens distribuíram panfletos no Méier e, ao serem abordados por um coronel, acabaram sendo alvejados a tiros. Novamente, o *JB* aborda a participação de jovens, sobretudo estudantes, e se questiona.

> O que pretendem afinal esses moços? Mudar a estrutura da sociedade brasileira que os sustenta? Ao lado dos agitadores profissionais, dos que arreganham o terrorismo como meio de contestação ao regime, está à força ociosa de alguns setores da juventude trabalhados por ideologias que todos repudiamos, fenômeno no qual avulta sobremodo a imensa responsabilidade da família brasileira" (Terror importado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 ago. 1969, p. 6).

Essa relação entre os jovens e os grupos armados que se opunham à ditadura foi compreendida no editorial como resultado de uma desestruturação familiar como dizia o próprio

[856] ESTUDANTE é preso ao roubar banco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1969, p. 1; BANDO rouba banco, mata soldado e fere sargento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1969, p. 21.

governo e da ociosidade da juventude, este último argumento foi reiterado frequentemente para explicar um dos fatores dos protestos estudantis.

Para provar a ameaça a assessoria de imprensa da presidência emite nota sobre a escalada de terrorismo onde enumera as ações terroristas praticadas no ano de 1969 na Guanabara e São Paulo e citou uma carta que Marighela escreveu para Havana, ao ex-almirante Candido Aragão, que dizia:

> Nós brasileiros precisamos fazer e unir nossas forças, partindo da luta de guerrilhas e da criação de um núcleo armado com base na Aliança Operário-Camponesa à qual devem juntar-se o combativo movimento estudantil, a intelectualidade, a juventude e os militares revolucionários de dentro e de fora das Forças Armadas. É chegado o momento de fazer coleta de fundos e capturar armas e munições, fabricar clandestinamente; selecionar e adestrar combatentes, preparar médicos e enfermeiros, recolher remédios, roupas, calçados e alimentos e estabelecer apoio logístico à guerrilha (Nota da Presidência sobre a escalada do terrorismo. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 set. 1969, p. 8).

Nessa conjuntura surge o AI-14 que modifica a Constituição e autoriza a instituição da pena de morte no caso de "guerra revolucionária", como para a guerra externa. Foram os ministros militares que reformularam a Lei de Segurança Nacional para regulamentar a execução da pena de morte no Brasil. A decisão da pena capital poderia ser executada decorrido o prazo de 30 dias da condenação, ficando ela a critério do presidente que poderá transformá-la em prisão perpétua. Ao falar da guerra revolucionária, Gama e Silva lembrou que uma "revolução foi feita para trazer dinamismo, moralidade dos costumes, tranquilidade e paz social"[857].

No final de 1969, com um grave quadro de saúde, o presidente Costa e Silva foi afastado do governo e internado. Após seu falecimento, o Alto Comando das Forças Armadas indica o general Garrastazu Médici para suceder o marechal Costa e Silva. O almirante Rademaker, ministro da Marinha que era um dos três ministros militares e que respondeu interinamente pela Presidência da República foi indicado para ser o vice-presidente. Como se verifica a estrutura social sofre inúmeras mudanças além do AI-13 e AI-14 que legalizam o banimento e a pena de morte, o aparato de força coercitiva do Estado se reestrutura. De acordo com Napolitano (2014), até o final de 1960, o DOPS, as polícias estaduais, eram responsáveis pelas operações policiais de repressão política e, portanto, não havia um sistema militarizado nacional de repressão policial, porém com o crescimento das guerrilhas em 1968 surge o Destacamento de Informações e Operações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). O CODI visava articular todas as agencias encarregadas da repressão em determinada área e os DOI eram destacamentos de combate responsáveis pela captura e pelo interrogatório militar.

[857] GAMA: guerra subversiva ameaça a ordem nacional. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 set. 1969, p. 1.

Depois de quatro meses de estudos sobre a reforma da Constituição de 1967, a Emenda Constitucional n.1 em 1969 incorporou princípios da DSN, estabeleceu eleições indiretas para governadores e presidentes em 1970, além de incluir dispositivos dos atos institucionais e complementares. As mudanças permaneceram em sigilo até agosto de 1969, durante esse processo os periódicos possuíam apenas informações extraoficiais sobre a reforma constitucional.

Além disso, segundo Napolitano (2014) se reformula LSD com novos crimes e penas mais severas. Nesse campo social se compreende o refluxo dos movimentos estudantis que não estavam preparados para agir dentro desse novo cenário no qual a oposição ao regime vivia cotidianamente sob o ciclo do medo que envolvia a delação, prisão, interrogatório, tortura e a morte/desaparecimento. No âmbito da imprensa se representa a atuação de figurações armados que integraram (ex) estudantes. Parte dos integrantes que migraram para essas figurações foram marginalizados dos espaços e dos processos de oposição política.

O general Jarbas Passarinho assume o Ministro da Educação e destacou, em seu discurso, a necessidade de mobilizar todos os esforços para desenvolver a educação em todos os níveis. Além disso, lembrou que "não se pode deixar de considerar a existência de vários brasis, no plano socioeconômico, o que implica em reconhecer que o sistema educacional deve atender às peculiaridades regionais"[858].

Desde o início o ministro se preocupa em evidenciar a sua propensão para o diálogo. A notícia relata que ele respondeu a carta que recebeu dos universitários da Faculdade Nacional de Medicina, entregue pelo universitário Paulo Roberto Silveira Bueno, do Diretório Acadêmico João Mendes Júnior da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. A carta dos estudantes era uma mensagem de "apoio e confiança", a mensagem dizia que os jovens "não aceitam palavras vazias ou demagógicas" e que "agora acreditam no governo e querem colaborar". O presidente respondeu: "Quero dizer à mocidade de todo o Brasil — incluídos os estudantes da Mackenzie — que, além da confiança, desejo que depositem também neles que confiem em mim e me ajudem nos caminhos de minha responsabilidade, porque não há obra duradoura sem a solidariedade das gerações"[859].

Em 1970, perpassa pelas páginas do *JB* representações incômodas sobre a imagem negativa do Brasil no exterior. Quem falou sobre o tema foi o colunista D' Alembert que substituiu o colunista Castello Branco, ele destaca a insatisfação e empenho discursivo do

[858] PASSARINHO assume o MEC anunciando diálogo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 nov. 1969, p. 4.
[859] MÉDICI diz que tem confiança na mocidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 16, 17 nov. 1969, p. 7.

ministro da Justiça e da Educação em defender o governo. O último em discurso na Europa disse.

> A julgar, no entanto, por seus comentários a respeito de declarações do Senador norte-americano William Fulbright sobre o nosso país, o Ministro da Educação está deixando que as emoções o dominem no trato do problema. Depois de considerações um tanto céticas sobre a ajuda dos Estados Unidos ao Brasil, que no plano militar "ninguém sabe e ninguém viu", o coronel Passarinho indagou se o Senador não estaria pensando que "isto aqui é Vietnã, Coréia ou Camboja". Nota-se que em geral o governo está impaciente com a demora em obter resultados conclusivos contra a campanha que se move no exterior (Jaccoud, D' Alembert. Emoções só atrapalha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 out. 1970, p. 4. Coluna do Castello).

O jornalista ressalta que melhor que o discurso e o desejo de obter resultados rápidos seria o governo abrir as prisões a visitas de entidades e tornar pública as medidas que vem fazendo para coibir as atividades subversivas. E sugere que a restauração do h*abeas-corpus* teria um efeito positivo sobre a imagem do país. Jarbas Passarinho disse na Europa que "toda a nação brasileira está sendo identificada como a 'ilha da maldade', povoada de 'bárbaros mais ferozes do que os do tempo de Gengis Khan'". Falou em "a campanha difamatória" e falsidades que delineiam os brasileiros como "execráveis espécimes de homens". Ao ser questionado por um jornalista que perguntou se não era o AI-5 o responsável pela atual campanha de difamação contra o regime brasileiro o ministro se levantou e disse:

> — Não é estranho — perguntou — que o Brasil seja apresentado na Europa como se fosse a ilha da maldade, quando acontecimentos em outros países não têm a menor repercussão? Lembrou que, durante a sua permanência em Paris, foi decretada a prisão, por seis meses, de um estudante. Há pouco, uma deputada irlandesa foi condenada à prisão. E contra a prisão de ativistas franceses que distribuem jornais e panfletos em tendência socialista não se ouviu exceção de Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre. O Ministro afirmou, em seguida, que mesmo os brasileiros assexuados em matéria política já estão indignados com essa campanha que transforma o Brasil em *Ilha da Maldade* (Passarinho diz que a imagem do Brasil é má. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 out. 1970, p. 4).

O novo ministro da Educação de Garrastazu Médici foi ministro do Trabalho no governo de Costa e Silva, era considerado um liberal dentro do contexto autoritário intensificado pela figuração de poder a qual pertencia. Ele assume com a promessa de tentar continuar a construir o diálogo com os estudantes. Nesse período, o Decreto 447 estava vigente e definia infrações disciplinares a docentes, funcionários e estudantes. O documento foi criado no auge da crise entre estudantes e governo, das cassações de mandato, fechamento do Congresso, das invasões nas universidades e batalha nas ruas no final de 1968. Mesmo com o fim das contestações explícitas, a lei permanecia como um recurso de controle da ditadura.

Na entrevista publicada no dia 24 de outubro, o ministro confirmou que já usou o Decreto-lei 477 para punir um estudante gaúcho envolvido em atividades terroristas, mas que não admite sua aplicação em assuntos que não sejam subversão. E afirmou que antes do 477, o

professor era impedido de dar aula. Na ocasião, um repórter lembrou que no tempo da ditadura Vargas havia o Decreto 177 que demitia funcionários públicos.

Na mesma linha, o presidente Garrastazu Médici, em declaração a um grupo de jornalistas gaúchos, responsabilizou os brasileiros exilados como os instigadores da campanha de descrédito. Eles são chamados por ele de "os maus brasileiros, comunistas e subversivos que estão no exterior pagando as suas culpas — pelas acusações feitas na imprensa internacional contra o governo brasileiro". Ele assegurou que "não haverá dificuldades para quem quiser conhecer o Brasil e percorrê-lo de Norte a Sul"[860].

Apesar de no início do governo de Garrastazu se tecer nas notícias um clima de aparente/gradual abertura e otimismo como aconteceu no início do governo de Costa e Silva, as críticas sobre o autoritarismo vigente pululam. Em uma delas, o presidente da Sociedade Brasileira de Física, em uma carta, pedia a revogação do Ato Complementar n.º 75 que se destinava a proibir o trabalho de cientistas suspeitos de atitude ideológica antirrevolucionária. O pesquisador destaca que o "Instrumento igualmente obscurantista, deverá ser revogado num momento em que o presidente da República situa a educação e o progresso tecnológico como ênfases especiais do seu governo"[861]. A partir da perspectiva de abertura mesmo diante da manutenção de instrumentos de controle, o articulista do *JB* alerta que existem grupos no governo interessados em novas restrições outorgando leis e decretos contra a subversão.

Diante dessas representações, apesar de perceber as mudanças provocadas pela intensificação da repressão pós-AI-5, se nota que as oposições de brasileiros circulam internacionalmente e repercutem dentro da própria grande imprensa que vivia um período de censura em que certos assuntos não poderiam ser abordados, principalmente as manifestações de oposição ao regime político. Ao se intensificar o discurso de defesa e combate ao inimigo interno, a ditadura civil-militar continua a reformular a legislação educacional a fim de aumentar o controle sobre os estudantes.

Uma dessas reformas veio do CFE que aprovou parecer n.º 62, do professor Newton Sucupira, que conferia novas atribuições aos diretórios acadêmicos. A medida se incluía dentro de um trabalho de disciplinamento dos Artigos 38 e 39 da Lei 5.540, que regulavam a representação do corpo discente nos órgãos colegiados e os diretórios estudantis. Entre as sugestões do parecer: poderão existir também diretórios setoriais; os regimentos dos diretórios serão submetidos à aprovação dos órgãos competentes (direção da faculdade, da universidade

[860] MÉDICI acusa os exilados pela imagem do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 out. 1970, p. 3.
[861] BRANCO, Carlos Castello. Por onde pode a abertura começar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1970, p. 4. Coluna do Castello.

e autoridades educacionais); o estatuto ou regimento deve prever sanções que podem ir à dissolução para o diretório cuja atuação não estiver em consonância com os objetivos para os quais foi instituído; os diretórios são obrigados à prestação de contas de sua gestão financeira ao órgão competente[862].

Diante da resolução, os estudantes da UFRJ denunciaram a existência de um movimento para a "extinção dos diretórios acadêmicos", segundo o *JB* informantes diziam que "a reforma criou facilidades para instituir normas drásticas, extinção e normas de controle, abolindo um dos únicos canais de expressão do pensamento estudantil". A reformulação da Lei 5.540, de novembro de 1968, entre outras disposições, reformulou a estrutura do ensino universitário, tirando a representação discente dos órgãos colegiados[863].

O governo federal adotou uma série de medidas destinadas a evitar as greves e manifestações. Essas medidas autoritárias vistas com bons olhos pela *FL* que destaca a utilidade delas no início do período letivo pois impediriam o "reinício das pressões relativamente à possibilidade de eclosão de badernas provocadas por certos elementos cuja única finalidade, parece, é provocar agitação"[864]. O ministro da Educação, Tarso Dutra, assina portaria regulamentando o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que trata do controle e repressão das atividades estudantis e do corpo docente referentes às manifestações políticas dentro das escolas. Nela a Divisão de Segurança e Informação do MEC ou o próprio dirigente da escola em que se registraram os fatos, ficaria encarregados de apurar as irregularidades. Na íntegra, o texto da portaria.

> Art. 1.º — A apuração das infrações disciplinares definidas no Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969, será promovida por iniciativa: a) do dirigente do estabelecimento de ensino a que pertença o professor ou o aluno, funcionário ou empregado infrator; b) da Divisão de Segurança e Informações do MEC, mediante expediente diretamente encaminhado ao dirigente do estabelecimento de ensino em que houver suspeita de ocorrência de infração; c) de qualquer outra autoridade ou pessoa. Parágrafo único — A remessa de auto de prisão em flagrante ou a comunicação do recebimento de denúncia criminal feita por autoridade competente determinará obrigatoriamente a instauração de processo sumário contra o paciente, pelo dirigente do estabelecimento de ensino. Art. 2.º — Para os efeitos da aplicação do Decreto-Lei n.º 477, entendem-se: a) como atividade escolar a que se relacione com qualquer infração verificada, inclusive para quaisquer serviços auxiliares, administrativos, extracurriculares ou assistenciais do estabelecimento de ensino; b) como empregado, o sujeito de qualquer relação funcional vinculada à contraprestação remuneratória, inclusive os trabalhadores avulsos e os retribuídos mediante recibo; c) como estabelecimento de ensino, a entidade pública ou particular que ministre educação de qualquer nível, realize cursos, promova ensino sistemático ou atividade de divulgação cultural mesmo que não dependa de autorização legal ou não possua instalações próprias para funcionar. Art. 3.º — A autoridade ou pessoa que tomar a

[862] CFE elimina representação estudantil nos órgãos colegiados da universidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 fev. 1969, p. 5.
[863] ESTUDANTES da UFRJ temem por diretório. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1969, p. 4.
[864] VOLTA às aulas. *Folha de Londrina*, Londrina, 3 mar. 1969, p. 3.

> iniciativa de promover a responsabilidade do infrator, nos termos do Decreto-Lei n. º 477, de 26 de fevereiro de 1969, poderá acompanhar por si ou por representante credenciado o andamento do processo sumário, propondo diligências ou solicitando informações necessárias. Art. 4.º — Será obrigatoriamente remetida à Divisão de Segurança e Informações do MEC, no prazo de 30 dias após a conclusão do processo sumário, a cópia autenticada da decisão que nele houver sido proferida. Art. 5.º — Das decisões exaradas na forma do Parágrafo 4.º do Artigo 3.º do Decreto-Lei n. º 477, quando não concluírem pela não incriminação, desclassificação do ilícito, absolvição ou inexistência da infração investigada, haverá, obrigatoriamente, recurso *ex-officio* para o Ministro da Educação e Cultura. Parágrafo único — No caso previsto no artigo, o processo será remetido sob protocolo ao Ministro da Educação e Cultura impreterivelmente dentro de cinco dias a contar da data da decisão. Art. 6.º — Os casos omissos, suscitados pela autoridade instauradora ou apuradora serão decididos pelo Ministro da Educação e Cultura. Art. 7.º — Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entrará em vigor à data de sua publicação. Ass.: Tarso Dutra (Portaria disciplina controle das manifestações nas escolas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1969, p. 25).

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro foi a primeira escola superior a fazer uso, na Guanabara, do Decreto 447, expulsando o estudante Maurício David Dias, acusado de subversão. Segundo alguns professores, estão previstas outras medidas idênticas na UFRJ. A mesma acusação de atividades subversivas serviu para que a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco suspendesse 11 alunos. Os estudantes punidos foram impedidos por três anos, de se matricularem em qualquer estabelecimento de ensino superior[865].

Logo os efeitos do decreto passaram a ser sentidos no cotidiano das universidades, sendo utilizado como mecanismo de ameaça e controle na disputa de poder. Uma comissão de alunos da Faculdade de Medicina de Itajubá foi ao *JB* explicar porque 110, dos 133 alunos do primeiro ano, fizeram um abaixo-assinado solicitando o afastamento do professor de Biofísica, que criava um ambiente de tensão constante entre os estudantes. O porta-voz do grupo informou que o Diretório Acadêmico Laudo Natel foi fechado pela diretoria da universidade, que ameaçou os signatários abaixo-assinado de serem enquadrados no Decreto 477, que prevê expulsão e responsabilidade criminal. A razão apresentada pela diretoria para fechar a diretoria seria a sua participação na organização do movimento. Os primeiranistas querem que "o assunto permaneça dentro de casa, pois não há necessidade de ameaças de expulsão e responsabilidade criminal, baseadas no Decreto 477[866].

Müller (2016) lembra que a UNE recuou no território nacional, mas criou "frentes de vanguarda" por turmas e faculdades, assim o movimento estudantil buscou realizar pequenas e novas ações como na UFRJ em que o DCE e todos os DAs foram fechados restando apenas a

[865] FACULDADE carioca expulsa estudante. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 mar. 1969, p. 8.
[866] ALUNOS da Faculdade de Itajubá explicam crise e dizem estar ameaçados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29-30 jun. 1969, p. 29.

representação de turma, na UFMG somente em 1971 foram realizadas eleições para a presidência da entidade e na USP foi o Conselho dos Centros Acadêmicos onde funcionou o movimento. A autora defende que havia um processo de resistência permanente dentro das universidades que se define como uma resistência pacífica que aponta que o recuo da atuação no plano nacional não desarticulou o movimento, mas formou uma nova cultura política que quando esses estudantes encontram novas formas de representar a sua oposição política.

Essa mudança no comportamento estudantil surpreendeu até a imprensa o que pode ser visto na notícia que dizia: "A presença do governador Nelson Rockefeller no Rio de Janeiro não provocou nenhuma manifestação de protesto". Na visita da assessoria para assuntos educacionais ao sub-reitor da UFRJ, se abordou o acordo MEC-USAID falando que ele era alvo de críticas dos estudantes e setores da sociedade por envolver interferência estrangeira na reforma do ensino superior. A notícia denuncia que faltam informações e que somente agora o Ministério da Educação liberou o relatório completo do Acordo que apenas "recomenda e mostra uma nova universidade, idealizada para os que protestavam"[867].

Enquanto existiu o Acordo MEC-USAID de planejamento a reestruturação do ensino superior, ele foi alvo de ataques de estudantes, alguns políticos e professores. Por isso, o silêncio de protestos nesta visita contrasta com outras ocasiões em que a presença de representantes dos EUA no Brasil gerou forte reação estudantil. Mas como destacou Müller (2016) a UNE se preparou para a visita de Nelson Rockefeller, ela cita as palavras do presidente da UNE, Jean Marc, que afirma que houve uma rápida greve nacional e passeatas em alguns municípios, as últimas promovidas pela UNE, o que para o líder era muito fraco perto do que faziam antes. A UNE vista como a principal força de organização da oposição em 1968, foi desmontada pelo aparelho repressivo. Assim, o movimento estudantil adota novos rumos como a formação de entidades clandestinas e pequenas organizações dentro das universidades.

Como dito a censura e a autocensura se intensificam. Na grande imprensa empresarial como o *JB* e a *FL* prevaleceu esse último como prática. Como aponta a pesquisa embora houvessem momentos de críticas com a intensificação da censura e outros atentados a instituições liberais a imprensa foi um vetor importante para veicular os valores e padrões de comportamentos ideais da ditadura civil-militar.

Os trechos abaixo, mostram que imprensa, embora de forma mais esporádicas, ainda publicou reivindicações e conflitos das figurações universitárias. Como destaca os primeiros trechos da PUC carioca, onde havia uma crise dentro das próprias figurações estudantis onde

[867] ESTUDANTE nega colaboração na fuga dos 9 presidiários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1969, p. 4; ACORDO MEC/USAID. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12-13 out. 1969, p. 34.

se denunciava a omissão de seus representantes frente as demandas estudantis, ao mesmo tempo, que se nota o medo do Decreto 477 que impacta os códigos sociais públicos dos estudantes. Esse tema também foi pauta de entidades como Centro Acadêmico XI que um diálogo com o ministro da Educação apresenta a necessidade de retomar demandas estudantis como as eleições estudantis livres, o ensino superior pago, a universidade dirigida por empresas, a desatualização dos currículos, o Decreto 477 e os colegas presos etc.

1. O vice-reitor Comunitário da PUC do Rio de Janeiro, padre Raul Mendonça, prorrogou os mandatos dos atuais diretores dos Centros Acadêmicos, mas os alunos não concordaram e em um manifesto, distribuído no *campus* denunciavam irregularidades e manifestavam a insatisfação de alguns grupos pela omissão de seus representantes. Segundo entendem alguns alunos que estão à frente do movimento de renovação na política estudantil da PUC, "o adiamento, entre outras razões, visa dar tempo às atuais diretorias de preparar as contas que deveriam ter sido apresentadas há meses e que não o foram". A grande maioria dos alunos da Universidade Católica manifestou seu descontentamento relativo à atuação dos diretórios ao apoiar a campanha iniciada ontem contra a omissão e corrupção em seus centros acadêmicos. Os alunos consideraram a decisão de manter as diretorias no poder como "um gesto de má comunicação entre os reconhecidamente subversivos e mal-intencionados dentro da PUC e a diretoria da Universidade, talvez por desconhecimento da realidade". Segundo os dirigentes da campanha, "não há possibilidade de greve, pois exporia muitos alunos às sanções do decreto 477" (Vice-Reitor veta eleições e prorroga mandatos nos centros acadêmicos da PUC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 15 ago. 1969, p. 12).

2. O reitor da PUC do Rio de Janeiro, padre Laércio Dias de Moura, afirmou que, em função da reforma da PUC, acha-se em fase de implantação o novo sistema aprovado pelo Conselho Federal de Educação, o que tornava necessária uma série de medidas sucessivas, umas decorrentes das outras. Os colegiados correspondentes à antiga estrutura, por este motivo, foram extintos, disse o padre Laércio Dias de Moura. A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, atribui o direito de representação estudantil nos órgãos colegiados de ensino superior. A escolha de representantes através de eleições diretas obedecerá às exigências que a lei estabelece. Em seu Artigo 30, a mesma lei diz que poderão ser organizados diretórios acadêmicos, devendo os seus regimentos serem submetidos à aprovação de instância universitária competente. Assim sendo, os diretórios são facultativos e não obrigatórios, dependendo sua existência ou não do arbítrio da Universidade (Reitor nega que eleições nos DAs da PUC tenham sido adiadas por falta de clima. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 16 ago. 1969, p. 13). O vice-reitor comunitário da PUC, padre Raul Mendonça, disse que não existe "clima de tensão" na Universidade devido

ao adiamento das eleições e comentou que essas notícias foram “boatos” dos alunos que queriam concorrer ao pleito (Vice-Reitor afirma que medida não criou tensão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1969, p. 13).

3. As unidades da UFRJ responderam à circular do sub-reitor de Ensino e Graduação, professor Armando Peregrino de Seabra Fagundes, consultando os institutos e faculdades sobre a atual situação das entidades de representação dos alunos. Alegando que “a representação estudantil nos colegiados é necessária e indispensável”, o sub-reitor esclareceu que, ao enviar a circular, “apenas providenciava o cumprimento da Lei n. º 5.540-68, que define a participação dos alunos, através de representantes nos colegiados” (UFRJ responde dentro de 10 dias circular que pergunta por representação de aluno. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 out. 1969, p. 13).

4. O *Correio da Manhã* divulgou a intenção dos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto de dialogarem publicamente com o ministro da Educação. Eles definiram a sua posição em nota oficial, em que apontam os vários problemas que afetam o ensino e necessitam de novas diretrizes como: o ensino secundário e superior pago, a universidade dirigida às empresas, a desatualização dos currículos, o Decreto 477, a decadente reforma sempre protelada, os colegas presos e tantos outros (Centro XI de Agosto propõe à Passarinho debate sobre os problemas educacionais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1969, p. 19).

5. O presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em uma carta de três laudas assinada pelo presidente do Centro, o estudante José Robertho H. Maluf, propõe eleições estudantis livres: “Propomos então a V. Exa., dentro do espírito que vive o Governo de reabertura e aprimoramento das instituições democráticas, que o Ministério da Educação possibilite eleições livres e diretas, sem tutela e sem paternalismo, reabrindo as entidades estudantis, que por tradição de suas lutas democráticas, representam de fato os estudantes brasileiros (Centro XI de Agosto pede a Passarinho eleições nas entidades estudantis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 dez. 1969, p. 14).

O tom da fala estudantil e seus códigos sociais públicos como a nota oficial, da carta pública e do diálogo com o ministério relembram as práticas mais formais que visam acomodações como ocorreu em 1964. No entanto, aqui já se nota a força da crença social democrática que se torna cada vez mais presente nos discursos estudantis. Portanto, o reequilíbrio de poder impõe a reconfiguração dos códigos sociais públicos reivindicatórios no pós-1968.

No caso dos estudantes *outsiders* que reivindicavam e protestavam abertamente contra a ditadura civil-militar e influenciavam grandes massas, eles sumiram dos periódicos porque os que permaneciam nas universidades mudaram os seus códigos sociais que apesar de pública se

tornam mais concentrados nas instituições educacionais. Assim como parte das figurações estudantis, professores e outros opositores que permaneceram nas figurações universitárias optaram pela acomodação, para resistir internamente, sobreviver ou buscar novos caminhos de ação.

A imprensa também precisou se adaptar. Mas, a denúncia contra a censura à liberdade de imprensa era constante, especialmente no *JB*, apesar de não atacar frontalmente a natureza da ditadura civil-militar nesses primeiros anos faziam claras denúncias contra a censura como a charge de Lan (Figura 177) que de forma descontraída e humorada mostra dois leitores comentando uma notícia que de acordo com eles foi escrita pela censura e não por jornalistas. Aqui já ficava evidente a preocupação e forte controle do campo social sobre as informações.

Figura 177 – Censura



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 out. 1970, p. 4.

Assim como a charge de Lan, o colunista Castelo Branco do *JB* alerta sobre a ameaça à liberdade de imprensa a Instrução n. º 2 para a Portaria 11-B, assinada pelo ministro da Justiça e publicada no dia 29 de janeiro que passou despercebida. Ela altera o processo de execução da Portaria 11 –B[868] de 6 de fevereiro de 1970 baixada para tornar possível o Decreto-lei 1077 e institui a censura no país.

> A instrução não tem mais do que dois artigos. No primeiro diz que a "verificação prévia" de periódicos será feita "em exemplar já impresso com todas as características

[868]A Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, operacionaliza o Decreto n. 1.077/70 ao determinar que todas as publicações deveriam ser previamente encaminhadas para o Ministério da Justiça para julgamento (Reimão, 2014)

> de publicação a ser exposta à venda pública". O Artigo 2.º diz que a censura de livros "poderá ser feita em original datilografado", ou seja, mais ou menos conforme o processo que vinha sendo usado também para a "verificação" de periódicos, que admitia a prova gráfica. A modificação, que de fato só ocorre em relação aos periódicos, é muito mais profunda do que pode parecer aos que não conhecem a complexidade e a urgência da indústria jornalística, que tem tempo certo e inadiável para apresentar o seu produto (Nova ameaça à liberdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1971, p. 4. Castelo Branco)

O colunista discorda do termo "verificação prévia" de livros e periódicos e afirma que "censura prévia" era mais adequada com a realidade. No trecho ele comenta que a estratégia de verificar o exemplar pronto para a venda causa prejuízo, principalmente para os periódicos que não poderia ser reorganizado tão facilmente dependendo das modificações exigidas pela censura realizada no limite do momento em que os periódicos deveriam ser rodados. Nessa direção, o editorial o *JB* narra o inconformismo diante da censura sofrida e relembra a função que a imprensa desempenhou no apoio ao golpe civil-militar.

> A imprensa soberana que utiliza o debate no interesse do desenvolvimento nacional e usa o esclarecimento para aprimorar as consciências é o principal alicerce de um futuro democrático. Nela se identifica uma base de resistência a todas as situações anômalas. No Brasil, o movimento de 1964, desfechado simultaneamente por civis e militares, não teria sido possível — ou pelo menos seria retardado — sem a vigilância e a participação dos órgãos de informação. Apesar disso, com exceção do Governo Castelo Branco e parte do Governo Costa e Silva, a imprensa brasileira, que ajudou a recompor o equilíbrio na vida pública, sofreu inegavelmente uma série de restrições vigentes até os dias de hoje (Imprensa vigilante. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1971, p. 6).

Além do editorial os trechos de notícias abaixo indicam que a ditadura civil-militar no Brasil e em outros regimes implantados na América Latina cerceavam a liberdade de imprensa que sobrevivia dentro de limites rígidos. Por mais que os textos de Júlio Mesquita Neto e Nascimento Brito denunciem a censura como não expressam uma oposição política contra o regime político. O que é feito de forma indireta pelo colunista Tristão de Athayde que define o Brasil como um país que não eram um "regime nem socialista nem democrático" e que durante o governo esquerdista existia uma oposição que tinha uma imprensa livre, ao contrário do que aconteceu quando virou um país direitista onde já não existe uma imprensa oposicionista.

1. Júlio Mesquita Neto, presidente da Comissão de Liberdade da Imprensa e Brito Nascimento, presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) denunciam a precariedade da imprensa na América Latina onde os periódicos funcionam com pouca autonomia ou com forte pressão. Mesquita em relatório enviado a SIP mapeou a situação de vários países como o Chile, Peru e o Brasil e conforme assinalamos na reunião do Rio de Janeiro, no último trimestre de 1970 exemplificou vários casos em se observou esse ameaça como a "prisão, sem culpa formada, de nove jornalistas do semanário humorístico O Pasquim, ocorrido a 27 de novembro". As ações tomadas foram o pedido de libertação dos profissionais

ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. No dia 14 de dezembro, entretanto, O Pasquim foi suspenso por tempo indeterminado, apesar de já estar sujeito à censura prévia (Mesquita denuncia na SIP a situação crítica da imprensa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1971, p. 8).

2. O pronunciamento de Nascimento Brito lido na reunião de São Domingos pelo secretário-geral da entidade, Máximo Gamiñez Castro, pediu um "novo critério de ação para conservar melhor as liberdades essenciais", pois os movimentos que se opõem à liberdade de opinião ganham força e não cessam seus ataques "à livre empresa, à livre associação e ao livre pensamento" (SIP pede ação nova em defesa das liberdades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1971, p. 2).

3. Novamente, o diretor do JB, que abriu a XXVII assembleia anual da SIP, destacou na sua fala que havia "pesadas nuvens" que ameaçam as liberdades defendidas pela entidade afirmou ainda que "Nunca se fez sentir maior necessidade de vigilância por parte da SIP". Esse foi o seu último discurso como presidente (Brito denuncia na SIP as ameaças à liberdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 out. 1971, p. 2).

4. Tristão de Athayde ao comentar sobre a SIP aponta que além dela se preocupar com a "imprensa nos países socialistas ou socializantes do continente americano, é mister que se preocupe também com esse destino nos países, em regime nem socialista nem democrático, como é o nosso caso". Ele fala abertamente que existe um paradoxo como se fosse algo não natural a existência de uma oposição que tinha uma imprensa livre em regime de governo esquerdista, em comparação com um país direitista como o Brasil que "pretende ao menos caminhar para o restabelecimento de uma democracia equilibrada" não existe uma imprensa oposicionista. Temos admiráveis jornalistas independentes. [...]. Não me consta que o MDB possua um órgão seu de publicidade. Como tampouco a Arena. Os órgãos de divulgação e doutrinação dentro da 'vacilante liberdade' não chegam a refletir "os vários entreténs da opinião pública real, que vai da extrema direita à extrema esquerda e do governismo incondicional ao oposicionismo incondicional, passando por várias modalidades de colorido misto". Ora, a imprensa de um país civilizado devia corresponder a essa variedade de posições ideológicas e opinativas, reflexo do seu grau de cultura. Não é o grau de alfabetização que cria a liberdade e a variedade dos meios impressos ou orais de comunicação (Tristão de Athayde. Onde está a imprensa da Oposição? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1971, p. 6).

Nessa ditadura marcada pela tentativa de preservar uma normalidade institucional a imprensa foi mantida como simulacro democrático, mas para sobreviver perderam a pouca autonomia que possuíam, isso porque eram mantidas em um estado de permanente dependência do Estado e autocontrole reforçados por mecanismos externos como a censura, a suspensão arbitrária, corte de publicidade, investigações e prisões. Como mostra os trechos acima, apesar do dono do periódico denunciar a censura, o *JB* estampou na sua capa a fala do presidente Médici na qual aponta que o ano de 1971 seria o da "Salvação Nacional" e da retomada do progresso "um tempo de harmonia entre o desenvolvimento econômico e a justiça social" com a diminuição das taxas de inflação e a revolução no campo e na indústria[869].

Na sua coluna de política o periódico interpretou o discurso presidencial ressaltando a sua intenção de restaurar a democracia nos próximos quatro anos. E no campo da educação reproduziu as expectativas oficiais como a profissionalização do magistério, a reforma do ensino, o funcionamento de 300 ginásios orientados para o trabalho e a promessa de estimular ao máximo a participação da juventude na vida nacional, principalmente por meio do Projetos Rondon[870].

Nessa mesma direção defende que já se começava a projetar uma imagem externa mais favorável do Brasil, antes constrangido e agora admirado pelos êxitos econômicos e financeiros que suplantam a campanha antinacional dos "detratores profissionais" que começaram a perder a plausibilidade[871]. No mesmo dia, o colunista Castello Branco se contrapõe ao otimismo editorial, porque explicitava falta de esperança de uma evolução do Estado Revolucionário para o Estado de Direito.

> Passa-se a desejar cada vez mais a continuação dos métodos revolucionários, que tantos resultados favoráveis vêm oferecendo ao país [...] a euforia resultante do bom emprego dos métodos e processos administrativos transfunde-se para o quadro político, que se pretende manter no nível atual em que as instituições de origem legal se controlam e restringem pelo poder moderador do Presidente da República" (Branco, Carlos Castelo, A nova doutrina do Estado Nacional. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 4 abr. 1971, p.4. Coluna do Castelo).

O *FL* reitera a perspectiva do *JB*, ao destacar a fala do presidente do MDB mineiro, deputado Tancredo Neves, que depois de ter regressado do exterior, afirmou que o "Brasil conserva na Europa uma "boa imagem nos meios empresariais", consequência dos êxitos da política econômico-financeira e o aumento das exportações, além do crescimento do PIB mas possui uma imagem lamentável nos meios culturais e políticos" Imagem o que para o político perdurará enquanto estiver vigente o AI-5. Ainda sobre o AI-5 a *FL* em 1971 divulga a opinião

[869] REVOLUÇÃO irá aos Estados, diz Médici. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1971, p. 1.
[870] OS CALENDÁRIOS da Revolução. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1971, p. 6. Coisas de política.
[871] RESPOSTA natural. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1971, p. 6.

de deputados favoráveis e contrários ao AI-5, assim como, acusações de tortura como a realizada pelo arcebispo de São Paulo Evaristo Arns[872].

Diante desse clima do otimismo econômico que já circula na imprensa a ditadura civil-militar completava completar sete anos. Na ocasião, a *FL* destacou como fez anteriormente o *JB* o caráter popular que chamou de "Revolução de Março" que de acordo com a *FL* surgiu depois das manifestações do povo que não queria "baderna", mas sim "tranquilidade e ordem" diante de uma país que caminhava para o esquerdismo que subvertia a ordem e a autoridade Finalmente, destaca que a "Revolução acabou marcando uma alteração espetacular na vida e na história do Brasil"[873]. Nessa mesma direção, a *FL* em editorial ao apresentar o discurso do presidente Médici na inauguração da Base Aérea de Santa Maria descreve o que para ele era a receita para o desenvolvimento: "Paz, trabalho e harmonia"[874].

Essa receita mais uma vez, revela aspectos do *habitus* brasileira que sugerem um padrão de comportamento social em que visa impedir a formação de movimentos sociais contestatórios assim como havia antes do golpe civil-militar e após 1966, pois eles são estigmatizados como práticas que representam a desunião e ausência da paz e tranquilidade. Mas como dito na introdução do trabalho a democracia contém como essência o conflito social que provoque transformações, o que sempre foi controlado e evitado no Brasil.

Esse controle externo se reflete nas figurações escolarizadas que se tornam paulatinamente mais passivas. Em Londrina, os diretórios, no segundo semestre de 1970, estavam praticamente parados ou mesmo fechados. E se tornam, pouco a pouco, inexistentes. Isto é demonstrado pelo pouco interesse dos acadêmicos em disputar as eleições para a direção dessas entidades ou pelos obstáculos impostos institucionalmente. Na Faculdade de Filosofia de Londrina, por exemplo, o prazo para inscrição de chapas teve que ser prorrogado, para que finalmente surgisse uma chapa. Os novos acadêmicos, deslumbrados com o curso superior, sentiram-se deslocados em um panorama acadêmico "desolador: frios bate-papos nos corredores pinçados com algumas partidas de xadrez e dominó" pois os jogos de cartas também sofreram "repressão" dos responsáveis pelos diretórios, mas podia-se fazer excursões ou cursos de extensão[875].

De 1965 a 1968, apesar da violência aberta, da eliminação das lideranças e da diminuição da autonomia das entidades, o movimento estudantil teve relativa liberdade de ação;

---

[872] TANCREDO diz que persiste imagem negativa. *Folha de Londrina*, Londrina, 3 out. 1971, p. 7; DOPS refutará tortura de padre. *Folha de Londrina*, Londrina, 10 fev. 1971, p. 7.
[873] 7 ANOS de Revolução. *Folha de Londrina*, Londrina, 31 mar. 1971, p. 6.
[874] RECEITA para o desenvolvimento. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 out. 1971, p. 6.
[875] VESTIBULAR II. O que espera os vestibulandos. *Folha de Londrina*, Londrina. 10 mar. 1970, p. 1. Folha 2.

desde 1966, os estudantes realizavam uma série de protestos públicos, se organizaram e aplicaram pressões sobre o regime permanecendo como um dos grupos mais ativos contra a ditadura (Napolitano, 2014). Porém, desde 1969, as mudanças políticas impõem um aumento do (auto) controle e da militarização que criminalizará de forma mais repressiva os códigos sociais públicos de protestos.

A seguir, o texto apresenta a reação estudantil à proposta de diálogo do ministro da Educação, bem como a representação dos estudantes *outsiders*, que deixaram as figurações universitárias porque foram expulsos, perseguidos ou por não encontrarem mais sentido em permanecer nelas. Esses sujeitos optaram por se inserir ou formar novas figurações, como os grupos armados de oposição, que adotaram códigos sociais com um nível mais alto de violência (assalto, sequestro, guerrilha etc.) como forma de se relacionar com a ditadura civil-militar para atingir suas demandas como o resgate a presos políticos e manter o enfrentamento bélico contra o regime. É nessa conjuntura que se destaca na imprensa periódica a imagem do ex-estudante *outsider*, ou seja, o jovem que estava arrependido e desiludido com as figurações armadas e que foi acolhido pela ditadura civil-militar.

9.1 OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E OS EX-ESTUDANTES: UM DIÁLOGO E UM SILÊNCIO FORÇADO

Foi da direção da Divisão Extraescolar do MEC que partiu a ideia de formar uma Assessoria Estudantil formada de universitários indicados pelas universidades. Na fase de recebimento, a Divisão Extraescolar afirma que "o número de universidades que ainda não registraram os nomes de seus candidatos à assessoria é pequeno"[876]. No entanto, outras notícias revelavam que nas universidades houve muitas faculdades e diretórios que não enviaram a lista com os nomes dos estudantes por falta de candidatos.

O presidente do Diretório Central de Estudantes da USP, José Veloso, criticou a criação de uma Assessoria Estudantil pelo MEC, porque "os problemas já estão identificados desde 1968, quando foram exaustivamente tratados por professores e alunos, através de jornais e revistas", além disso ressaltou que a USP tem autonomia e nada tem a tratar com o MEC, a não ser no tocante à Lei de Diretrizes e Bases. Assim compreende que não era possível um diálogo em que as "duas partes não se entendem, não há diálogo, mas o monólogo de uma só parte sobre a outra. Se somos contra a reforma do ensino, a criação de cursos curtos e técnicos, a

[876] ASSESSORIA estudantil para o ministro. *Folha de Londrina*, Londrina, 21 abr. 1970, p. 18. Escolas e Estudante.

desorganização de faculdades etc.". José Veloso citou a declaração do presidente Garrastazu Médici na qual colocou a educação como meta prioritária de sua gestão e sugeriu.

> Que nomeiem um pedagogo, sociólogo ou professor universitário para o Ministério da Educação. A reforma do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais também deve ser considerada, substituindo seus membros, que até hoje efetuaram uma política contrária aos interesses da nação. Citamos como exemplos as assessorias estudantis que não têm motivo para existir. Rejeitou ainda a presente política de privatização do ensino, reafirmando uma política onde o ensino seja considerado bem público. A privatização do que deve ser público já mostrou não funcionar, como prova o Plano Nacional de Saúde. Com estas medidas prossegue-se o terceiro governo revolucionário, com certeza, obtendo o apoio dos conservadores e desprezando os demais, "é o terceiro colocador" (Assessoria estudantil do MEC é criticada pelo presidente do DCE da USP. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1970, p. 7).

Era difícil estabelecer diálogo tendo em vista que os estudantes eram contra a privatização do ensino e outras medidas de racionalidade, que para eles não representavam os interesses da população e dos estudantes, mas sim a de um pequeno grupo de conservadores. Como os estudantes e outros sujeitos educacionais não eram ouvidos, haja vista a marginalização das esferas de poder, não fazia sentido discutir ainda mais os problemas universitários.

Na UnB, a decisão tomada foi que nenhum diretório acadêmico indicaria nomes de estudantes para participar da Assessoria Estudantil[877]. No Paraná, a UFPR em conjunto com os particulares, enviou os nomes dos estudantes para a assessoria, porém mais de 50% da representação estudantil paranaense boicotaram a indicação. Especificamente na UFPR, os diretórios acadêmicos das Faculdades de Filosofia, Economia, Direito e Engenharia, que representam mais de 50% dos alunos daquela unidade escolar, se recusaram a apresentar a indicação de nomes para participar da Assessoria Estudantil. O presidente do Diretório da FaFi, em entrevista a uma revista nacional, declarou que "a oferta de um lugar na assessoria tem sabor irônico, pois há dois anos nosso Diretório Central dos Estudantes está fechado e na UFPR e o Conselho Universitário não tem representantes" estudantis, apesar do novo estatuto da UFPR, no seu artigo 78, prever a participação estudantil, ela não ocorria[878]. Mas, a reivindicação por participação no interior da universidade continuava. Os representantes dos diretórios acadêmicos da UFPR enviaram ofício ao reitor Flávio Suplicy de Lacerda, reivindicando a abertura do Diretório Central de Estudantes e a representação no Conselho Universitário[879].

---

[877] PASSARINHO desiste da sua assessoria estudantil porque maioria é contra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1970, p. 7.

[878] UNIVERSITÁRIO não quer assessoria estudantil. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 abr. 1970, p. 5; ASSESSORIA estudantil afinal deu em nada. *Folha de Londrina*, Londrina, 6 jun. 1970, p. 16. Escolas e Estudantes.

[879] ABERTURA do DCE. *Folha de Londrina*, Londrina, 6 jun. p. 16. Escolas e Estudantes.

As lideranças estudantis apontavam a contradição da proposta diante de um cotidiano universitário que silenciava e impedia a participação dos estudantes dentro da universidade e na sociedade. A Assessoria Estudantil era um recurso ambíguo que aparentavam uma abertura democrática, mas na prática servia apenas para fazer a manutenção de uma relação controlada e dirigida pelas autoridades estabelecidas que para os estudantes traria poucos benefícios para os estudantes. Os estudantes defendiam que a Assessoria Estudantil só teria sentido se houvesse participação e liberdade, ao menos dentro das universidades. No mínimo os representantes da assessoria deveriam ser escolhidos por eleições universais e direta por parte de todos os estudantes ao invés do sistema de lista no qual os representantes são escolhidos pelo ministro da Educação. Passarinho afirmou que os estudantes distorceram a ideia original da Assessoria Estudantil e explicou.

> A assessoria é executiva e nomeio quem eu quiser, dentro do que a Constituição permitir e o Serviço Nacional de Informações deixar, declarou— Fui mal-entendido pelos radicais, que não desejam qualquer tipo de aproximação com o Governo, porque consideram que isso comprometeria seus ideais, que não vou discutir porque não são os meus. Não pretendia fazer peleguismo no Ministério da Educação, já que não fiz no do Trabalho, onde era tradicional [...]. Segundo o ministro, os estudantes queriam ter o poder de decisão dentro da assessoria, "mas quem é que tem esse poder senão o Ministro?" — Perguntou, acrescentando que os estudantes podem apenas ter o poder de informação. — Vejam quantas deformações ocorreram em torno de uma ideia que mostrava, da parte do Governo, um espírito desarmado e desejo de realmente abrir um caminho mais fácil de comunicação. Atualmente, o diálogo não é mais problema de comício em praça pública. É um encontro em que se trocam ideias, com o pressuposto do respeito mútuo e da confiança. O coronel Jarbas Passarinho disse que essa tentativa frustrada "de modo algum perturba o diálogo governo-estudantes (Passarinho afirma que não abandonou ideia de criação da assessoria estudantil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1970, p. 7).

Posteriormente, a *FL* fala que embora a "maioria das universidades brasileiras tenha enviado ao ministro da Educação a lista dos estudantes que fariam parte da Assessoria Estudantil", o ministro desaprovou a ideia. O periódico explica que essa decisão pode ter sido resultado "do grande boicote feito pelos estudantes"[880]. Apesar das diferentes abordagens, ambos os periódicos evidenciam a rejeição dos estudantes e a reação do ministro Passarinho. Diante da rejeição, o seu comportamento autoritário de ataque aos estudantes apenas confirma a percepção estudantil de que a proposta era apenas um simulacro para agregar benefícios a imagem nós do governo e não uma intenção verdadeira de diálogo visando aumento da participação estudantil.

A proposta da Assessoria Estudantil, que à princípio tinha a intenção de reforçar a imagem e o discurso de um ministério em prol do diálogo e da participação estudantil na área

[880] ASSESSORIA estudantil afinal não deu em nada. *Folha de Londrina*, Londrina, 6 jun. 1970, p. 16. Escolas e Estudantes.

educacional, mostrou não apenas a rejeição ao governo, mas também permitiu perceber indícios sobre os impasses vividos pelas representações estudantis como a falta de representação. Os estudantes não tinham seus direitos respeitados nas instituições e muitos estavam proibidos de organizar os seus diretórios acadêmicos, além disso, a falta de recursos impedia os trabalhos básicos dos diretórios que sobreviveram. Era um clima de pouca adesão estudantil, permeado por disputas internas e de inúmeros conflitos fomentados pelas autoridades e a escassez de recursos.

Como se observou a prisão de estudantes começou a fazer parte do cotidiano, contudo a permanência deles por longos prazos determinados pelas prisões preventivas se intensificou após o XXX Congresso da UNE de 1968, com a prisão de seus participantes e lideranças em diversas partes do país. Em meados deste ano os membros da diretoria da ex-UME informaram que havia mais de 30 estudantes presos em todo o país, dentre ele Edson Soares, vice-presidente da ex-UNE, (em Niterói); Rafael Falco Neto, presidente do Diretório Central de Estudantes da USP; Bernardino Figueiredo, presidente do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP; Atos Magno, presidente do DCE da UFMG; o presidente do DCE da Universidade Católica de Minas Gerais, cujo nome desconheciam; Vladimir Palmeira, presidente da ex-UME; Fernando Sarmento, vice-presidente da União Brasileira de Estudantes Secundários; Wellington Cortes, presidente da UEE de Goiás, preso em Brasília[881].

No final de 1968, havia 694 estudantes presos somente do Congresso, a repressão ganha uma nova proporção. O Conselho Permanente de Justiça da 2.ª Auditoria Militar manteve a prisão preventiva de 71 deles[882]. A magnitude do processo levou o advogado Juarez de Alencar a declarar: "Nenhum processo no Brasil indiciou até agora tantas pessoas", acrescentando que o processo "deverá durar 50 anos", argumento utilizado para solicitar o relaxamento da prisão preventiva[883].

Em dezembro, os *habeas-corpus* começaram a ser concedidos, geralmente por "excesso de prazo da prisão preventiva". A decisão causou insatisfação nos meios militares: "a situação esteve mais calma com eles na prisão" disseram fontes ligadas ao comando do II Exército. Ainda em dezembro, o juiz-auditor expediu os alvarás de soltura de 26 estudantes e do médico argentino Juan Antonio Sande. Posteriormente, "o Supremo Tribunal Federal concedeu, por unanimidade, *habeas-corpus* aos líderes estudantis Vladimir Palmeira, Luís Travassos, José

[881] EX-UME faz balanço dos presos no país. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1968, p. 16.
[882] AUDITORIA Militar mantém presos 71 participantes do Congresso da ex-UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 nov. 1968, p. 4
[883] PROCESSO contra estudantes detidos no Congresso da UNE deve durar 50 anos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10-11 nov. 1968, p. 12.

Dirceu e Antônio Ribas, presos em Ibiúna, São Paulo[884]. Em 1969, os julgamentos e condenações dos estudantes prosseguiram. Se pune qualquer atividade estudantil desde as que faziam parte dos seu *habitus* social esdantil até a integração nos grupos armados.

Como se observa nos trechos as seguir muitas das acusações como participação em congressos, panfletagem ou simples discursos de opinião causam estranheza se não forem contextualizadas dentro de um campo social autoritário de perseguição e intolerância política. Nessa escalada de radicalização parte dos estudantes vivenciam um tesão que exigia dele escolhas frente os conflitos. Alguns internalizaram a insatisfação e recuaram para as universidades, outros abandonaram o engajamento político ou se contrapunham a ele e houve aqueles que ingressam nos grupos armados.

1. O Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5.ª Região Militar condenou seis estudantes a quatro anos de prisão e à suspensão dos direitos políticos por cinco anos, e outros cinco a dois anos de reclusão, por participarem do Congresso Regional da UNE em uma chácara nos arredores de Curitiba. Entre os condenados estavam o presidente do DCE, o presidente da UPE Vitório Sorotiuk, Berto Luiz Curvo e Antônio João Manfio (Justiça militar paranaense condena 15 estudantes. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 mar. 1969, p. 8).
2. Denúncias por panfletagem, como a dos estudantes acusados de distribuírem no 1.º de maio, na Praia Vermelha, panfletos "de natureza subversiva, além de uma nota contra o PAEG" (J. Militar processará estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1969, p. 7).
3. O geólogo Eurípedes Silva foi acusado de portar panfletos intitulados "Luta do Povo" e "Não há Liberdade sem Luta", enquanto outros 34 civis e militares foram denunciados por "contrabando, corrupção, prevaricação" (Subversivos denunciados. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 set. 1969, p. 8).
4. O Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Marinha decretou por unanimidade, as prisões preventivas do advogado Rodrigo José Faria Lima, do industrial Renato Mascarenhas Sousa e dos estudantes Herberto João Gonçalves Tavares, Mário Queiroz, Otávio Coelho Junior, Paulo Geraldo Pereira e Sérgio Teixeira Rodrigues" (Sete elementos do MR-8 com prisões preventivas. *Folha de Londrina*, Londrina, 11 set. 1969, p. 1).

[884] STF manda soltar estudantes presos no Congresso da UNE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1968, p. 14; ORDEM desagrada os militares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1968, p. 14; STF nega o habeas a Vladimir e Travassos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1968, p. 1; STF dá habeas a Vladimir e Luís Travassos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1968, p. 1; VLADIMIR e Travassos vão continuar presos, mas Ribas e Dirceu podem ser soltos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1968, p. 11.

5. Vladimir Palmeira foi condenado a 30 meses de prisão por infrações à Lei de Segurança Nacional (Vladimir é condenado a 30 meses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1969, p. 18; Vladimir Palmeira será julgado hoje pela auditoria da Marinha. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 jun. 1969, p. 1).

6. Absolvição de Valmir Andrade de Oliveira, acusado de fazer um discurso no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais contra a visita de Rockefeller. A promotoria alegou absurdamente que quando o estudante chamou os Estados Unidos de "racistas, imperialistas, que oprimem os povos oprimidos" ele incorreu no crime previsto na LSN. Contudo, o Conselho Permanente de Justiça da 3.ª Auditoria da 1.ª Região Militar o absolveu (Justiça Militar absolve o estudante que fez discurso na Faculdade de Filosofia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 dez. 1969, p. 22).

Esses episódios evidenciam como a racionalidade da ditadura civil-militar r neutralizar condenava qualquer forma de mobilização política pública que fizesse oposição ao regime. Para isso, existe um empenho sistemático para manter um controle até sob os códigos sociais públicos reivindicatório de linguagem por onde circulavam ideias e crenças sociais.

Depois da outorga do AI 5, o uso da força física e da violência do Estado se intensificou contra os que se manifestavam ou representavam uma oposição frontal contra a ditadura civil-militar. Assim, no início da década de 1970, líderes estudantis e outros sujeitos de grupos de oposição foram marginalizados, criminalizados, desaparecidos, punidos e assassinados como Lamarca, Honestino Guimarães (presidente da UNE em 1971) e Alexandre Vanucchi Leme (líder estudantil da USP). Parte dos estudantes *outsiders* já estava integrada em figurações armadas e políticas clandestinas que se intensificaram a partir de 1969 para lutar contra a ditadura civil-militar e libertar os presos políticos, para isso começam a praticar novos códigos sociais públicos com um alto nível de violência – roubos, sequestros e tentativas de organizar uma luta armada contra o regime vigente.

É também nesse momento que atuava o Operação Bandeirantes (OBAN) lançada depois do AI n.º 5, era uma organização policial-militar especializada em investigar os chamados "atos subversivos" e perseguir com métodos ilegais os integrantes dos grupos armados e políticos de oposição à ditadura civil-militar. Dentre eles, a Ala Vermelha do PCB cuja grande parte dos membros estava presa desde agosto de 1968, acusados de realizarem assaltos a bancos e furtos de carros. A notícia afirma que foram encontrados com eles "metralhadoras, bombas de fabricação caseira e panfletos subversivos". Dentre os presos estavam: Diniz Cabral Barroso, conhecido como Bento Borba ou Gérson, acusado de ser o autor intelectual das ações do grupo;

José Alprim, conhecido por *Mister X*, era acusado de ser membro da Aliança Libertadora Nacional e ter fabricado a bomba encontrada em poder de Miguel Nakamura, Domingos Simões, o proprietário do sítio localizado em Ibiúna, e Teresinha Godói, acusada de apresentar frei Tito Alencar de Lima ao proprietário do sítio em Ibiúna. Diniz Cabral (Barroso, Bento, Borba ou Gerson) foi acusado de tentar reorganizar o grupo, unindo os que sobraram da Ala Vermelha como da Vanguarda Revolucionária Armada (VAR-Palmares)[885].

Nesse campo social de intensificação da violência de Estado e do fechamento das possibilidades de realizar uma oposição aberta e frontal contra a ditadura civil-militar, a imprensa abre mais espaço para atacar as figurações armadas que utilizaram a violência e a clandestinidade como formas de se relacionar com o regime. Com isso, as representações e reivindicações estudantis que continuam a existir dentro dos muros das universidades passam a aparecer de forma menos intensa. O perfil desse estudante entrincheirado embora continue multifacetado (discordante, adesista ou indiferente à política educacional do governo e ao regime) foi representado como um personagem cada vez mais menos polarizado politicamente e engajado e mais omisso frente aos problemas nacionais.

A partir de um levantamento dos textos publicados nos periódicos se percebe que os estudantes *outsiders* participavam tanto das manifestações públicas quanto integraram as figurações armadas desde o início da ditadura civil-militar, principalmente depois de 1966. Como mostra Rollemberg (2003) a opção pela luta armada no Brasil existia desde 1950. Assim, embora o AI-5 intensifique a perseguição das figurações armadas, elas também contribuíram com o surgimento do AI-5.

Parte dos estudantes *outsiders* combativos do final da década de 1960 que denunciavam a ditadura civil-militar e participaram dos protestos deixaram as figurações universitárias e migraram definitivamente para grupos de oposição armados. Parte deles foram retirados à força das instituições e outros optaram pela luta armada. Esses últimos permanecem atuando nas ruas, porém o sucesso de suas ações exigia agora bastante sigilo, vigilância e violência, portanto também precisavam desenvolver maior autocontrole sobre os seus atos e integrantes do seu grupo.

Diferentemente das manifestações públicas, que precisavam ser amplamente evidenciadas para alcançar adesão social e influenciar o governo, as ações dos grupos armados embora também precisem impactar, demandavam um comportamento mais discreto e cuidadoso: esconder-se em vez de aparecer, executar ao invés de denunciar. A partir dos rastros

[885] SÃO PAULO prende cinco da Ala Vermelha do PCB que assaltavam bancos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1970, p. 7.

das pequenas notícias criminais que possuíam um caráter descritivo o Quadro 25 mostras que havia muitos estudantes que participaram dos códigos sociais públicos de manifestação aberta entre 1964 e 1968 que passam a ocupar posições criminalizadas pelo sistema jurídico

Quadro 25 – Posição dos estudantes *outsiders*[886]

Posições dos estudantes *outsiders*
Processados
Interrogados
Torturados
Acusados
Julgados
Investigados
Presos
Procurados
Absolvidos
Foragidos
Condenados
Exilados

Nessas posições os estudantes também foram acusados, processados, julgados e condenados por pertencerem ou se relacionar com organizações armadas consideradas ilegais para a ditadura civil-militar como o PCdoB, MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), Frente Operária, Frente das Camadas Médias, Frente do Trabalho Armado e o Partido Operário Revolucionário. Além dessa, havia outras acusações como as elencadas no Quadro 26.

[886] UM DOS SEQUESTRADORES está condenado a 4 anos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1970, p. 7; SUBVERSIVO ofende júri militar em Juiz de Fora e é preso em flagrante. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1970, p. 12; PROCURADORIA-GERAL opina que juiz militar receba denúncia contra estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1970, p. 20; TRÊS RÉUS confessam sequestro de Elbrick. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1970, p. 7; FILHO de Médici depõe e ajuda a absolver estudante denunciado por subversão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1970, p. 26; REITOR da UB explica 3 prisões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1970, p. 7; POLÍCIA gaúcha anuncia prisão de subversivos que agiam em mais 4 Estados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 maio 1970, p. 34; JUSTIÇA Militar absolve 17 estudantes de Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 maio 1970, p. 34; ALUNOS da UB soltos após 35 dias de prisão afirmam que não foram torturados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1970, p. 30.

Portanto, de acordo com as acusações parte desses estudantes que se envolviam nos movimentos estudantis coletivos também possuíam vínculos com as figurações armadas. A maioria dos que foram condenados foram enquadrados dentro enquadrado no Decreto nº. 477 ou Artigo 38 da Lei de Segurança Nacional.

Quadro 26 – Acusações de estudantes em 1970-1971[887]

Acusações
• Incitar e pregar a guerra revolucionária; • Participar de manifestações públicas e reuniões considerados subversivos pelo regime; • Incitar à greve; • Participar de sequestro, roubos ou atentados; • Insultar o Conselho de Justiça Militar; • Propaganda, doutrinamento marxista, produção e distribuição de jornais e panfletos de oposição à ditadura; • Participação e reorganização de grupos armados; • Apoiar e organizar os movimentos de guerrilha; • Pertencerem ao Partido Operário Revolucionário e Organização Var-Palmares; • Participar em 1968, do congresso da extinta UNE em Ibiúna; • Distribuir panfletos subversivos na Central do Brasil; • Aliciamento de terceiros para fins subversivos.

Todavia, mesmo perante a ameaça punitiva e a falta de liberdade e participação imposta nas instâncias políticas e universitárias alguns estudantes continuaram combativos expressando de dentro da universidade suas posições e reivindicações, confrontando a política educacional e as autoridades com pautas como o ensino pago, a diminuição das vagas universitárias, os cursos curtos, aspectos das reformas e a negação de uma tutela oficial como assessoria estudantil como se verá a adiante. Diferentemente dos estudantes *outsiders* do final da década

[887] UM DOS SEQUESTRADORES está condenado a 4 anos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1970, p. 7; SUBVERSIVO ofende júri militar em Juiz de Fora e é preso em flagrante. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1970, p. 12; PROCURADORIA-GERAL opina que juiz militar receba denúncia contra estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1970, p. 20; TRÊS RÉUS confessam sequestro de Elbrick. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1970, p. 7; FILHO de Médici depõe e ajuda a absolver estudante denunciado por subversão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1970, p. 26; REITOR da UB explica 3 prisões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1970, p. 7; POLÍCIA gaúcha anuncia prisão de subversivos que agiam em mais 4 Estados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 maio 1970, p. 34; JUSTIÇA Militar absolve 17 estudantes de Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 maio 1970, p. 34; ALUNOS da UB soltos após 35 dias de prisão afirmam que não foram torturados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1970, p.30; ESTUDANTE é condenado e 8 são absolvidos da acusação de subverter uma faculdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 out. 1971, p. 17; SOCIÓLOGO desaparecido tem um novo pedido de habeas-corpus no STM. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1971, p. 14; RECIFE julga membros de um Partido ilegal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1971, p. 12; JUSTIÇA Militar absolve seis estudantes acusados de distribuir panfletos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1971, p. 12; ESCOLA de Juiz de Fora pune agressor usando Decreto 477. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1971, p. 16; ESTUDANTE é condenado a seis anos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 maio 1971, p. 18; ESTUDANTE é condenado à revelia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1971, p. 4.

de 1960, esse novo estudante que permaneceu nas figurações universitárias precisou adotar códigos sociais cada vez mais controlados, o que foi reforçado pelo aumento da coerção externa. Eles percebem a impossibilidade de continuar a apoiar e participar dos enfrentamentos abertos e coletivos nesse momento, mesmo que no *habitus* social fossem códigos sociais públicos relativamente legitimados como as passeatas, entidades livres e congressos.

Havia estudantes que confirmaram sua participação e envolvimento nas acusações atribuídas, enquanto outros negavam alegando que as confissões foram obtidas sob coação durante os interrogatórios. Também houve casos de estudantes que foram absolvidos. Muitos dos que foram criminalizados no final da década de 1960 haviam participado ativamente de protestos e manifestações estudantis. Com o endurecimento da repressão, parte deles passou se dedicar mais aos novos códigos sociais de enfrentamento, como sequestros, assaltos, organização de guerrilhas, atentados, libertação de presos políticos e fuga. Alguns desses estudantes foram presos, acusados, processados, julgados e, em certos casos, absolvidos.

Em um dos casos pode-se citar o estudante Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, da Faculdade de Medicina de Minas Gerais, acusado de participar de reuniões consideradas subversivas no Rio de Janeiro e, posteriormente, foi condenado por envolvimento no sequestro do avião Caravelle, da companhia aérea Cruzeiro do Sul[888]. O jornalista Fernando Gabeira e os estudantes Cláudio Torres da Silva e Manuel Círilo de Oliveira Neto admitiram, perante o Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria Militar, sua participação no sequestro do embaixador dos Estados Unidos, atribuindo a autoria intelectual da ação a Carlos Marighella. Em contrapartida, o estudante Paulo de Tarso Venceslau negou envolvimento no episódio. Cláudio Torres da Silva, ao confessar sua participação, declarou que o sequestro foi motivado por razões políticas[889].

Os ex-estudantes Luiz André Fávero e a professora Clari Isabel Fávero, após atuarem no movimento estudantil no Rio Grande do Sul, ingressaram na organização armada VAR-Palmares, que, em 1970, já se encontrava com todos os seus principais integrantes detidos. Com o intuito de estruturar um núcleo de resistência, o casal deslocou-se para o oeste do Paraná, estabelecendo-se no município de Nova Aurora, onde buscavam articular uma base da VAR-Palmares com o apoio de camponeses da região. No entanto, foram rapidamente delatados e presos, interrompendo as tentativas de expansão da organização na região (Paraná, 2017, p. 107). A notícia descreve a atuação dos presos ressaltando um comportamento considerado subversivo e criminoso.

---

[888] UM DOS SEQUESTRADORES está condenado a 4 anos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1970, p. 7.
[889] TRÊS RÉUS confessam sequestro de Elbrick. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1970, p. 7.

> Luiz André Fávero (Cardoso), ex-presidente da União Gaúcha dos Estudantes Secundários, verdadeiro mentor-chefe do movimento. Ele conseguiu recrutar poucos elementos na área, e assim mesmo usando de promessas utópicas e aproveitando-se da ingenuidade e analfabetismo de alguns colonos da área.
> Clari Isabel Fávero (Tereza), esposa de Luiz André e professora do Ginásio Estadual Jorge Nacle, onde, através de suas aulas, já levava a sua incansável propaganda doutrinário-extremista, visando crianças de 1ª e 2ª séries ginasiais. Juntamente com o marido, residia na Fazenda São Jorge, onde ensinou às crianças canções de cunho subversivo, para serem cantadas no Dia das Mães.
> José Aparício Germano, Benedito Ozório Bueno, Alberto João Fávero, Gilberto Hélio Silveira, José Deodato Mota e Adão Pereira Rosa, que faziam parte do grupo, orientado e conduzido por Luiz André e Clair (Guerrilheiros presos no oeste do Paraná. *Folha de Londrina*, Londrina. 27 maio 1970, p. 1).

Clari, André e outros membros do grupo foram delatados pelo latifundiário Fuad Nacle, com o envolvimento de um padre local e da secretária municipal de Educação. A denúncia resultou em uma operação conjunta do DOPS do Paraná e da 5ª Companhia de Polícia do Exército, vinculada ao 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu (5ª Região Militar), sob o comando do capitão Kruger. A operação mobilizou aproximadamente setecentos homens armados, que invadiram o município de Nova Aurora, culminando na prisão dos militantes e na desarticulação da tentativa de estabelecer um núcleo da VAR-Palmares na região (Paraná, 2017, p. 108). Na notícia veiculada pela *FL*, as autoridades policiais Artur Halsbach Neto, major-chefe do Serviço de Relações Públicas da 5ª Região Militar, e Brasílio Marques dos Santos Sobrinho, coronel-chefe do Estado-Maior da mesma Região, enalteceram a postura de repúdio da população de Nova Aurora e Formosa do Oeste contra os militantes, que foram qualificados como "maus brasileiros" e acusados de tentarem cooptar pessoas para a instalação de uma guerrilha na região. Segundo a polícia, com o grupo foram apreendidos diversos materiais considerados comprometedores, entre eles documentos com títulos como "Guerrilheiros e Guerrilha", "Reforma Agrária só com Revolução Armada" e "Normas a serem obedecidas para o treinamento político-militar do guerrilheiro", além de uniformes, equipamentos militares e armamentos, incluindo mosquetões, carabinas, revólveres, luneta para tiro, munição, detonadores, pólvora e facões[890].

Estudantes como Francisco Celso Galvão Ferreira da Silva e Maria Auxiliadora Lara Barcelos, no Rio de Janeiro, tiveram a prisão preventiva decretada pela 1ª Auditoria da Marinha, sob a acusação de envolvimento com o movimento subversivo VAR-Palmares. Na mesma Auditoria, o promotor José Manes Leitão se pronunciou favoravelmente ao prosseguimento do sumário de culpa contra os acusados ligados ao MR-8, como Jorge Medeiros Valle, conhecido

[890] GUERRILHEIROS presos no oeste do Paraná. *Folha de Londrina*, Londrina, 27 maio 1970, p. 1.

como "Bom Burguês", e Rodrigo José de Faria Lima, entre outros[891]. O juiz José Bolívar Régis, da 11ª Auditoria Militar da capital, recebeu a denúncia apresentada pela Procuradoria Militar contra um grupo subversivo denominado JUCA, que atuava no Distrito Federal. Segundo a acusação, o grupo preparava-se para a guerrilha desde 1967, mantinha contatos com o jornalista Flávio Tavares de quem recebia armas e munições e possuía vínculos com a Ação de Libertação Nacional (ALN).

Conforme apontou o procurador militar, o grupo se mostrava "eficiente porque contava com elementos da classe estudantil e do meio rural"[892]. Também seis membros da uma fração bolchevique-trotskysta do Partido Operário Revolucionário foram descobertos pelo DOPS gaúcho e foram presos. Os policiais destacaram que eles atuavam principalmente no meio estudantil universitário com ramificações em Pernambuco, São Paulo, Ceará e Bahia[893].

As acusações feitas contra ex-estudantes indicam o envolvimento desses com organizações consideradas subversivas e terroristas pelo regime, como a VAR-Palmares, o MR-8, a JUCA, a ALN e a fração bolchevique-trotskista do Partido Operário Revolucionário (POR). Muitas dessas organizações, como a JUCA e a ala bolchevique-trotskista do POR, contavam com significativa participação estudantil, evidenciando a forte inserção da juventude universitária nas ações de resistência armada e clandestina contra a ditadura civil-militar.

Dentre os ex-estudantes presos, houve aqueles que, apesar de acusados de envolvimento em atividades subversivas, tiveram as denúncias rejeitadas sob a alegação de que o inquérito não configurava qualquer atividade delituosa, existindo apenas presunções. Entre esses estudantes estavam: Elinor Mendes Brito, Carlos Alberto Moniz, Vágner Braga Batista, Sérgio Fonseca Cunha, Renato Brito de Alencastro Graça, Tadeu de Vasconcelos Luchesi e Mário Carneiro Tôrres dos Santos. O inquérito que os envolvia estava relacionado aos protestos ocorridos na Faculdade de Ciências Médicas, em 1968, os quais resultaram na morte de um estudante. Em Porto Alegre, o estudante de Engenharia Luís Felipe Rosa Ferlauto foi absolvido do julgamento que inocentou 12 dos 20 acusados no processo contra os dirigentes da extinta Federação dos Estudantes Gaúchos, outro absolvido foi o estudante Luís Beltran Metzler, filho do ex-líder integralista, Deputado Wolfran Metzler. Eles responderam em liberdade à acusação de incitamento à greve, apoio aos movimentos de lavradores sem-terra, pregado de processo

[891] SUBVERSIVO ofende júri militar em Juiz de Fora e é preso em flagrante. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1970, p. 12.
[892] PROCURADORIA-GERAL opina que juiz militar receba denúncia contra estudantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1970, p. 20.
[893] POLÍCIA gaúcha anuncia prisão de subversivos que agiam em mais 4 Estados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 maio 1970, p. 34.

revolucionário violento e desagregador, passeatas, divulgação de manifestos e em comício de resistência à vitória da Revolução[894].

Em Minas Gerais, 17 dos 23 acusados de envolvimento com movimentos subversivos nos meios estudantis foram absolvidos pela Justiça Militar, no julgamento apreciado pela 4.ª Região Militar. As acusações estavam relacionadas a distúrbios ocorridos durante os meses de março e abril de 1968 como passeatas e assembleias estudantis em Belo Horizonte, pichação de muros e a invasão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 4 de abril de 1968, em protesto contra o assassinato de Edson Luís, no Rio de Janeiro. Também estava marcado o julgamento de outros 19 acusados de participarem do 29.º Congresso Nacional da extinta UNE, realizado em Belo Horizonte, em julho de 1966. Entre os acusados encontravam-se o padre Hildeberto Polman, que teria cedido a Igreja de São Francisco para a realização do congresso, e o estudante Luís Carlos Magalhães Gomes, principal acusado do sequestro de um avião da Varig no Chile[895].

Também havia estudantes que negaram confissões feitas anteriormente. Foi o que ocorreu na 1ª Auditoria de Marinha, onde os estudantes Jerônimo Marinho da Silva, Fernando de Almeida Sá, Cláudio Torres da Silva, Jevanildo Gilberto Sebastiani, Augusto Carlos Rodrigues Pereira, Lino de Sá Pereira e Carlos Augusto da Silva Zillo negaram as declarações prestadas perante autoridades militares, nas quais admitiam serem militantes do PC do B e integrantes dos movimentos Frente Operária, Frente das Camadas Médias e Frente do Trabalho Armado. Alegaram que, durante os interrogatórios na Justiça Militar, haviam confessado sob coação[896].

Embora houvesse denúncias de tortura, algumas reportagens destacavam declarações de presos ou ex-presos que afirmavam ter recebido bom tratamento e negavam terem sido torturados. Foi o caso de três estudantes da UnB — Heleno Correia Filho, Abade Sausi e Gilson Dantas de Fontana — presos por 35 dias sob suspeita de ligação com um grupo trotskista. Ao serem libertados, afirmaram: "não sofremos torturas" e "não fomos coagidos a dizer isso", negando também que suas famílias fossem responsáveis pelos boatos sobre maus-tratos. A suspeita de tortura ganhou força após a internação hospitalar da estudante Maria Regina Peixoto Pereira, presa com eles, embora laudos médicos tenham indicado que ela era epiléptica[897].

---

[894] FILHO de Médici depõe e ajuda a absolver estudante denunciado por subversão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1970, p. 26.
[895] JUSTIÇA Militar absolve 17 estudantes de Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 maio 1970, p. 34.
[896] FILHO de Médici depõe e ajuda a absolver estudante denunciado por subversão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1970, p. 26.
[897] ALUNOS da UB soltos após 35 dias de prisão afirmam que não foram torturados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1970, p. 30.

Nos julgamentos em que houve absolvição e libertação de estudantes por falta de provas, observa-se que as acusações estavam majoritariamente relacionadas aos códigos sociais públicos adotados pelos estudantes durante os protestos entre 1964 e 1968. Assim, fica evidente que as prisões preventivas e os processos jurídicos tinham como finalidade principal sufocar as práticas de organização e mobilização estudantil por meio da criminalização, o que foi efetivo para conter os ímpetos inconformistas dos estudantes diante do que consideravam injustiça e ilegitimidade.

Esses casos retratam não apenas a repressão imposta aos estudantes, mas também estratégias psicológicas para enfrentar o processo de politização da juventude universitária. Os códigos sociais acionados pelo Estado como julgamentos, acusações, prisões e torturas tornam-se elementos centrais para compreender as transformações nas dinâmicas sociais vivenciadas pelos estudantes, assim como as mudanças em seus próprios códigos de atuação.

A análise das posições estudantis revela que a imprensa desempenhou um papel ambivalente: ora destacava algumas breves denúncias de tortura e arbitrariedades, ora reproduzia de forma frequente o discurso oficial que destaca a integração estudantil em grupos "terroristas". Essa ambiguidade evidencia que, mesmo sob censura, o campo jornalístico ainda permitia a circulação de vozes dissonantes, ainda que de maneira atenuada ou periférica. Mas que de fato, era negável que contribuiu bem mais nesse período com a reprodução do discurso ditatorial que contribuiu para legitimar e perpetuar.

Além dos ex-estudantes que confessavam suas ações, daqueles que negavam as acusações e dos que foram absolvidos ou condenados destacava-se ainda a figura do ex-estudante *outsider* que, ao ser capturado e preso, ou desejar se reinserir na sociedade aparecia publicamente ao renunciar aos seus parceiros, grupos e valores e até exaltavam os ideais da ditadura civil-militar.

O primeiro exemplo do surgimento desse código social público criado a partir da colaboração entre jovens pertencentes a figurações armadas e o Estado. Segundo Gasparoto (2012) o Secretário da Segurança Pública de São Paulo, delegado Danilo de Sá da Cunha Melo, enviou um convite para os jornalistas com informações sobre a trajetória política dos militantes e com dois documentos distribuído à imprensa onde orientava a imprensa a orientar o público brasileira da farsa do "terrorismo".

Na Figura 178, aparecem os cinco estudantes: Marcos Vinícius Fernandes dos Santos, Rômulo Augusto Romero Fontes, Marcos Alberto Marini, Gilton Teodoro de Oliveira e Osmar de Oliveira Rodeio Filho, integrantes de um grupo de dez jovens que formavam uma base da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O próprio título já mostra a posição do periódico de

reforçar as intenções oficiais. Os secundaristas eram acusados de terrorismo e assaltos a bancos e estavam presos há 14 meses no Presídio Tiradentes, em São Paulo.

Segundo a notícia, durante esse período renegaram os princípios que os haviam conduzido à militância armada, exaltando publicamente a chamada "Revolução de 31 de março de 1964" e conclamando os jovens brasileiros a aderirem à política institucional promovida pelas Forças Armadas. Dois documentos foram distribuídos pelo Gabinete do Secretário de Segurança, um deles para o jovem brasileiro, e outro para a opinião pública internacional o coronel que disse à imprensa que ambos mostram a farsa do terrorismo denunciado por seus próprios participantes e o equívoco daqueles que mancham a imagem no exterior.

Figura 178 – Desbundados e a posição reformulada


A POSIÇÃO REFORMULADA

Rômulo, Marcos, Osmar, Vinícius e Gilson foram apresentados pelo Secretário de Segurança

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 maio 1970, p. 4.

O coronel permitiu que a imprensa falasse com os estudantes que nos documentos descrevem-se arrependidos de seus atos.

> Afirmam os documentos escritos distribuídos à imprensa — não existe tortura contra presos políticos. [...] os cinco afirmaram estarem convencidos de que incorreram em erro de interpretação quanto aos objetivos da Revolução de 31 de março [...] Rômulo Augusto Romero Fontes: — Depois de uma análise profunda da Revolução de 31 de março, permitida pelo longo tempo na prisão, estamos convictos de que o Exército é o único instrumento homogêneo de nacionalidade, capaz de conduzir este país aos seus verdadeiros objetivos. [...] Roberto Bruno, negou-se a assinar os documentos e a rever sua posição (Presos políticos negaram subversão e lançam apelo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 maio 1970, p. 4).

Como era comum nesses relatos eles primeiramente negavam a tortura e fazem um gesto público de ruptura com a luta armada e adesão ao regime e até o Exército como nesse caso. A utilização desses testemunhos como propaganda oficial visava mostrar a superioridade do

regime ao transformar opositores em aliados conformados. A prática evidencia como eram diversificados os códigos sociais públicos do Estado que embora munido de poderes excepcionais ainda se preocupava com a desestabilização pública da oposição e com a sua legitimidade no poder.

Gasparoto (2012) destacou que o grupo dos cinco ainda estava construindo uma aproximação com a VPR, mas não pertenciam efetivamente nem participavam dos debates internos. Assim a falta de vínculos orgânicos com as organizações, a desilusão com as esquerdas e em uma situação jurídica desfavorável podem ter construído com a retratação, mas a autora destaca que é difícil compreender os motivos que levaram os militantes a tomarem essa decisão. No depoimento de Gilson Theodoro, Marcos Vinício e Rômulo Fontes a autora percebe que os estudantes transmitem a informação de que a ideia de promover a retratação como propaganda foi uma ideia deles que possuía divergência ideológicas com os presos além de não concordarem mais com luta armada.

Ainda a Figura 179 apresenta outro ex-estudante *outsider* que se dizia arrependido de se envolver com as figurações dos grupos armados de oposição. Seu nome era Massafumi Yoshinaga, homem de confiança do ex-capitão Lamarca, era um dos terroristas mais procurados que participou do treinamento de guerrilha descoberto no Vale da Ribeira, São Paul. Massafumi se entregou ao DOPS paulista e ao falar à imprensa ele "renegou o movimento terrorista, afirmou que a esquerda está dividida e conclamou os jovens a não se envolverem em atividades subversivas"[898].

Figura 179 – A confissão

[898] HOMEM de Lamarca diz que a esquerda está dividida. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1970, p. 1.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 jul. 1970, p. 1.

Assim, como os cinco escreveu uma "Carta aos jovens" em que alertava sobre os riscos da luta armada. Como os cinco também foi entrevistado na televisão. A declaração do jovem de 21 anos foi explorada pela ditadura e teve grande repercussão pela popularidade que ele adquiriu. Dessa forma, ele conquistou as capas dos principais periódicos do país além de revistas como *Veja*, *Manchete* e *Cruzeiro*. A partir desse momento as autoridades esperavam e empenharam-se em obter novas retratações que aconteceram como as feitas por Monir Tahan Saab, José Barros de Oliveira, Francisco Lopes dos Santos e Francisco das Chagas Fonseca Sapiência, cujas rendições foram divulgadas e seguidas por declarações de arrependimento, como veremos adiante (Gasparoto, 2012).

O jovem Francisco Chagas Fonseca Sapiência, de 22 anos apresentou-se à Delegacia Regional do Departamento de PF em Goiânia declarando que se desligou do terrorismo. Depondo na polícia, disse que pertencia à organização clandestina VAR-Palmares, de Goiás e Brasília. A notícia destaca sua desilusão com o "terrorismo" e que outros ex-companheiros estão dispostos a "seguir o seu exemplo e voltar à vida normal, principalmente depois de que quatro ex-integrantes da VAR-Palmares de Goiás (Allan Kardec Pimentel, Gustavo Guimarães

Barbosa, Jackson Pires Machado e João Arnolfo Carvalho de Oliveira) publicamente romperam com a subversão e a clandestinidade, convencendo outros jovens"[899].

Também o estudante Irgeu João Menegon, indiciado em três processos por subversão e que, em janeiro, solicitou sua exclusão da lista de presos trocados pela vida do Embaixador Giovanni Enrico Bucher, e logo foi posto em liberdade condicional prometendo não mais se envolver em subversão. A notícia enfatiza que ele cursava o primeiro ano de Economia quando foi aliciado para atuar na VPR, depois participou de assalto e tentativa de sequestro do cônsul americano em Porto Alegre[900].

O periódico não comenta que Irgeu João Menegon, embora desiludido com a violência também foi torturado e depois de negar deixar o país foi ameaçado caso não se retratasse. Seu depoimento foi exibido durante o Jornal Nacional, da *TV Globo*. Ele e outras militantes que se recusaram a deixar o país e renegaram e participaram da entrevista em que foram apresentados a imprensa estavam Nelson Gatto, Manoel Lima, Edelson Palmeira, Ângelo Borghese, Clarice Chonchol, e José Raimundo de Oliveira (Gasparoto, 2012).

Rouberdario Denis Valerio, traído por Délio de Oliveira Fantini, seu ex-companheiro de terrorismo, igualmente tem sua história narra na imprensa. Foi membro atuante do PCB, participou das reivindicações no meio estudantil realizou pichamento, panfletagem, auxiliou a organização de passeatas e do Seminário da UBES (em setembro 1967) e que era militante da organização terrorista denominada de Corrente. Participou de vários assaltos para a execução de atos terroristas depois se integrou às Organizações Político-Militares (OPM). De acordo com Gasparoto (2012) Rouberdario Denis Valerio se retratou junto com Douglas de Carvalho Merechia e escreveu manifesto ao povo brasileiro, transcrito na íntegra pela *Folha de S. Paulo Folha*, no qual aborda seu rompimento com a esquerda armada e a situação política dos presídios. O *JB* também reproduz sua fala.

> O terrorismo é uma arma ineficaz na luta política. Você se alienará e passará a viver, como disse conhecido intelectual brasileiro, no doce e neurótico mundo da certeza ideológica. Você fatalmente será manuseado, caso tenha escrúpulo em manusear outros. A clandestinidade o levará ao embrutecimento e qualquer sentimento humano que tiver será classificado como "desvio pequeno-burguês", e apenas a sua personalidade forte e imune lhe subtrairá a inúmeras atrocidades, no tradicional rodízio de bodes expiatórios para justificar a incapacidade dos dirigentes (Mais um Jovem Renega o Terrorismo". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1971, p. 12).

Os órgãos federais de segurança divulgaram um documento, explicando que Solange Lourenço Gomes (Figura 180), militante do PCBR e do MR-8, terrorista e assaltante, "cansada da exploração da carne e convencida das mentiras e falsidades do comunismo, entregou-se

[899] MAIS UM JOVEM deixa o terror entregando-se. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 set. 1970, p. 7
[900] PRISÃO de estudante é relaxada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1971, p. 10.

voluntariamente às autoridades, renegando sua condição anterior". Solange participou de várias panfletagens e assaltos no Rio de Janeiro e da confecção e distribuição do jornal *Avante*, na Bahia. O documento divulgado pelos órgãos de segurança diz ainda.

> Solange, pelo seu enorme desejo de integrar-se ao grupo de estudos e de participar da vida de sua faculdade, foi afastada para a subversão e o terrorismo. Já no período vestibular no Instituto de reclusão de colégio da UFRJ participou de reuniões que seriam depois conduzidas por seu "madrinho", o terrorista Carlos Augusto da Silva Zílio, atual chefe do comando subversivo silenciosamente (Jovem arrependida repudia o terrorismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1971, p. 14).

Figura 180 – Estudantes *outsiders*

Solange Lourenço Gomes	Erwin Rezende Duarte,	José Raimundo de Oliveira
 Solange Lourenço Gomes	 O acadêmico Erwin Duarte diz que foi tratado com muita severidade, mas não torturado	 O ex-sargento José Raimundo revela ter sofrido uma violência física, que não foi tortura
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 jul. 1971, p.14	*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1971, p.18	*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 ago. 1971, p.17

Novamente em mais uma notícia se publica que os órgãos de segurança divulgaram declarações de José Raimundo de Oliveira e Erwin Resende Duarte, que abjuraram a subversão e, agora, contestam que tenham sido torturados na prisão, conforme denúncia do terrorista Ângelo Pezzuti à Comissão de Defesa da Pessoa Humana que foi reproduzido em vários jornais e revistas do exterior que circulavam na Alemanha, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Holanda, Itália e Suíça. Erwin pertenceu à OPM, suas atividades começaram em 1967, na Faculdade de Medicina da UFMG. Ele praticou roubos armados de automóveis, assalto à mão armada e uma grande peregrinação pelo interior do país, visando ao levantamento de áreas onde os grupos subversivos pudessem treinar. O o ex-sargento Raimundo de Oliveira participou da Organização Político-Militar conhecida como Colina (Comando de Libertação Nacional). Atuou no setor de expropriação, sob a chefia de Ângelo Pezzotti. Proposto para ser trocado pelo Embaixador da Suíça, Giovani Enrico Bucher, sequestrado no Rio em dezembro de 1970, ele não concordou em ir para o exterior. O texto da agência diz: ele "reformulou seu modo de

pensar e, por seu exemplar comportamento na penitenciária de Linhares está agora preso num quartel do Exército"[901].

Os órgãos de segurança divulgaram outra carta aberta dirigida a juventude em que o terrorista Luis Carlos Campos do Rio Grande do Sul, afirma "que não acredita na luta armada que a subversão tenta hoje no Brasil" e explica.

> Não sou traidor, fui traído nos meus ideais de luta. A subversão no Brasil não tem bandeira política nos dias atuais e somente um agrupamento de jovens iludidos com os falsos líderes. [...]. A subversão no Brasil é produto dos estudantes filhos de papai de classe média e alta, de alguns descontentes e de muitos aventureiros, sem o mínimo de conhecimento político. Pedro Vargas, jovem de 17 anos, setor de inteligência da VPR, filho de burgueses (pais de grande fortuna), disse-me mais de uma vez que foi para a VPR levado por amigos estudantes, que o aconselharam entrar na organização pela aventura, nunca foi subversivo, ou teve vontade (Terrorista em carta afirma que não crê na luta armada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 maio 1971, p. 4).

As negações públicas de tortura, assim como as retratações de ex-estudantes *outsiders* arrependidos que se voltavam contra suas antigas figurações armadas, exaltando a ditadura e as Forças Armadas ou apenas expressando o desejo de reintegração à sociedade e repudiada a violência assumiam o caráter de propaganda oficial serviu para apontar que oposição armada estava enfraquecida internamente. Externamente o Estado e a imprensa igualmente disseminam o sucesso das investidas do aparato de força do Estado contra as figurações de oposição armadas.

Na propagando do arrependimento também enfatizam a possibilidade de "regeneração" humana entendida como a aceitação dos valores estabelecidos em troca do fim da marginalização social. Tal estratégia visava fortalecer a imagem da ditadura civil-militar como moralmente superior, apresentando-a como capaz de conceder reconciliação e perdão, em contraste com o suposto ódio e impiedade atribuídos aos chamados subversivos. Essas manifestações públicas embora conduzidas e amplamente divulgadas pelas autoridades também serviram para alguns estudantes que não tinham mais vinculação com a luta armada ou procuravam formas de escapar da prisão. Como percebeu Gasparoto (2012) em 1972, poucas notícias de arrependimentos foram divulgadas, o número de militantes retratados e a repercussão deste tipo de depoimento na imprensa diminuiu, não apareciam mais na televisão ou nas capas dos periódicos e revistas. A autora percebe que a estratégia dos arrependimentos já se encontrava desarticulada.

[901] EX-TERRORISTAS desmentem que tenham passado por qualquer tortura na prisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1971, p. 18; 4ª REGIÃO Militar divulga um dossiê sobre a campanha contra o Brasil no exterior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 ago. 1971, p. 17.

Esse processo de exposição dos arrependidos serviu para evidenciar a grande participação dos estudantes e jovens nas figurações armadas foi o que se tornou notório nos periódicos. Assim ressaltou a notícia da *FL* que os sujeitos classificados como terroristas, especialmente os vinculados ao VAR Palmares e à Ação de Libertação Nacional (ALN) envolvidos em sequestros e assaltos eram em sua maioria jovens estudantes[902]. Essa narrativa circulava amplamente pela imprensa por meio das notícias sobre quem eram os presos e julgados. O chefe do Estado-Maior do Exército, general Antônio Carlos da Silva Murici, visto na Figura 181, em entrevista concedida ao *JB* qual abordou diretamente a associação entre juventude, ambiente universitário e subversão.

Figura 181 – Diagnóstico da subversão


O DIAGNÓSTICO DA SUBVERSÃO

O General Antônio Carlos Murici revela que o terrorismo comunista se nutre principalmente nas escolas secundárias e nos recém-saídos das universidades

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19-20 jul. 1970, p. 5.

O general Murici, em entrevista, endossa a afirmação do general Canavarro que disse que o Brasil está disposto a acolher os jovens que se arrependam de seus atos e desejam retornar ao "caminho do bem". Segundo Murici, muitos dos envolvidos em ações terroristas estão em "liberdade controlada" e sob vigilância, mas enfrentam dificuldades para deixar a militância devido à intimidação dentro dos próprios grupos. Ele afirma que há dois perfis entre os presos: os irredutíveis e os arrependidos, citando os estudantes Massafumi Yoshinaga e Celso Lungaretti, como exemplos dos últimos. O general associa a ação da juventude à influência do movimento comunista internacional, mencionando que o comportamento é uma orientação do Congresso de Praga para a conquista dos meios escolares. Murici relata que, após 1964, os

[902] MAIS UM JOVEM deixa o terror entregando-se. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 set. 1970, p. 7.

comunistas fizeram a autocrítica sobre seu foco excessivo nas universidades, propondo iniciar o trabalho no ensino secundário. Para ele, a cooptação dos jovens ocorria por meio da politização escolar, leitura de material subversivo, debates, ruptura familiar e desajustes sociais, com papel negativo de professores engajados. Disse ele que dados apresentados pelos órgãos de segurança indicavam que uma parte significativa dos presos por terrorismo era formada por estudantes.

Os dados apresentados pelo general mostram que de 500 presos pelo Exército, 56% eram estudantes ou ex-estudantes recentes, com média de 23 anos. Entre eles, 20% eram mulheres, especialmente no Rio de Janeiro (28%). A maioria vinha das classes A e B e dos cursos de Filosofia e Ciências Sociais. No Rio de Janeiro, 80% estavam no 1º ano universitário. Havia poucos presos rurais (cerca de 20 detidos no Paraná) envolvidos em questões de terras, e um do Nordeste e praticamente nenhum negro[903]. No ano seguinte o periódico dedica um amplo espaço para republicar a mesma pesquisa com a análise do general[904].

Ao analisar a intencionalidade da ditadura em divulgar e fomentar o debate sobre o perfil do terrorista, percebe-se que a entrevista do general, ao associar o estudante ao terrorista e traçar seu perfil como jovem de classe média, politizado, oriundo de cursos de ciências humanas e participante de ações armadas buscava vincular os estudantes à violência, à subversão e às ideologias estrangeiras. Com isso, o regime pretendia difundir a ideia de que os espaços escolares eram alvos privilegiados da subversão, o que contribui para o esvaziar e punir quaisquer movimentos estudantis autônomo. Além de tornar os estudantes automaticamente suspeitos e estigmatizar a politização nas figurações escolarizadas.

É necessário reconhecer que parte dos sujeitos, que protestaram e se posicionaram abertamente contra a ditadura civil-militar no final da década de 1960, migrou para os grupos armados de oposição ou já possuíam relações com eles. Para se inserir nessas novas figurações, muitos abandonaram ou foram arrancados das figurações escolares e universitárias. Aqueles que permaneceram nesses espaços precisaram desenvolver uma personalidade cautelosa, limitando-se, muitas vezes, a críticas e códigos sociais tolerados pela ditadura e pelas autoridades e policiais que circulavam nas universidades e escolas, assim muitos internalizaram por algum tempo os inconformismos que já não podiam ser expressos abertamente. Já os que optaram pela luta armada também tiveram de adotar cuidados rigorosos para garantir sua sobrevivência, o que exigia um elevado grau de autocontrole, baseado na renúncia a relações afetivas, vínculos familiares e à própria perspectiva de futuro profissional.

---

[903] MURICI aponta aliciamento de jovens para o terror. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19-20 jul. 1970, p. 5.
[904] MURICI analisa pesquisa com subversivos presos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1971, p. 4.

Os deputados também se manifestaram sobre a nova situação dos estudantes *outsiders* que se tornaram ex-estudantes criminalizados. Humberto Lucena, deputado do MDB, partido de oposição, destacou que a violenta repressão que atingiu centenas de estudantes no Brasil, sustentada por decretos-leis autoritários, foi um dos fatores que empurrou muitos jovens para soluções desesperadas. Segundo o parlamentar, além dos presos e condenados, havia dezenas de rapazes e moças em todos os estados do país que, de uma hora para outra, foram proibidos de estudar por perseguição dentro do próprio ambiente escolar, onde investigações apressadas e influenciadas pelo "passionalismo político" resultaram em injustiças[905].

O deputado defende a revogação dos decretos-leis que ameaçavam os estudantes e os afastaram de suas posições nas figurações escolares e universitárias, ao mesmo tempo em que restringiam, ou até anulavam as possibilidades de exercer uma oposição aberta na esfera pública. Nesse contexto, torna-se evidente que a conjuntura impactou diretamente o comportamento e a trajetória pessoal dos estudantes, levando muitos a migrarem para figurações armadas, vistas por eles como os únicos espaços possíveis de enfrentamento à ditadura civil-militar e à sua lógica autoritária e violenta.

Enquanto o deputado da oposição, Humberto Lucena, denuncia os efeitos repressivos do autoritarismo sobre os estudantes (perseguições arbitrárias, exclusão escolar e injustiças no ambiente político-educacional), o deputado Clóvis Stenzel, vice-líder do governo na Câmara, de forma indireta, legitima a repressão ao adotar um tom alarmista. Ele relaciona os dados levantados pelos órgãos de informação das Forças Armadas à doutrinação e ao aliciamento de estudantes dentro das escolas como parte da chamada guerra revolucionária, utilizando esses elementos como prova da sua existência para os que ainda duvidavam. Sobre a entrevista do general Murici enfatiza que era "uma advertência muito grave aos pais de família e aos educadores. Os moços das escolas secundárias vêm sendo doutrinados, aliciados, de uns anos para cá. Isso porque os agentes da subversão acreditam que quando o jovem ingressa na universidade já deve estar conscientizado"[906].

Nesse debate o *JB* se posiciona ao orientar a juventude estudantil brasileira a direcionar sua energia para "movimentos úteis" como o Projeto Rondon. Ele também endossa as palavras do general Murici sobre a missão educativa dos chefes de família, dos educadores e dos agentes comprometidos com o bem-estar social, ressaltando a necessidade de que esses sujeitos revejam seus deveres. Segundo o general, "a família brasileira, de índole pacífica e cristã, precisa ser rearmada moralmente contra os elementos que desejam corrompê-la e desagregá-la para o país,

[905] PARLAMENTARES debatem fala do general Murici. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1970, p. 7.
[906] PARLAMENTARES debatem fala do general Murici. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1970, p. 7.

o que representava um programa de luta pela sobrevivência"[907]. O periódico aborda a revisão dos deveres e responsabilidades no âmbito da família e da educação como uma solução proposta pelo general Murici para conter o deslocamento dos jovens em direção aos grupos de oposição armada. O general destacou que os deveres do governo em relação à juventude deveriam se traduzir em "motivações autênticas", de modo que os jovens encontrassem nos esportes, nas práticas comunitárias e em projetos governamentais espaços de "comunicação e oportunidades democráticas de bem servir".

O *JB* retoma esse discurso ao destacar o processo de marginalização da juventude em um Estado que oferece pouco "em termos de ensino e participação". Essa omissão, segundo ele, teria gerado "no passado, uma efervescência política nos meios estudantis, aproveitada pelas antenas catalisadoras do comunismo, e, no presente, ajuda a empurrar os jovens para os braços dos inimigos empenhados em aliciá-los". Finalmente destaca que houve no Brasil uma mudança de mentalidade recente cristalizada na doutrina de desenvolvimento que atingiu toda a sociedade, menos a juventude ansiosa de participar que foi desprezada[908].

Esse trecho editorial reforça a crítica à negligência estatal em relação à juventude, e posiciona o Projeto Rondon como um antídoto institucional à adesão estudantil aos movimentos de esquerda, reiterando a tese da juventude como uma força a ser moldada pelo Estado, pela família, pela escola e pela universidade. A proposta de ação consistia no envolvimento dos estudantes em projetos assistencialistas, desvinculados da politização, enfatizando a ação social como forma de cooperação com o desenvolvimento nacional e de "rearmamento moral" da família e da escola. No âmbito escolar, observa-se o fortalecimento do controle ideológico e das mudanças curriculares, com a imposição de valores morais e cívicos e a exclusão de teorias e práticas que se opusessem ou questionassem os valores estabelecidos. Além disso, uma educação mais técnica, utilitária e aligeirada buscava suprimir os espaços de debate e de reflexão política e humanista que problematizavam e criticavam a sociedade vigente.

Ao comentar o problema do ingresso de estudantes naquilo que chamou de "subversão ativa", o reitor da UEG, o reitor João Lira Filho declarou que "o importante é que, na Universidade, os mestres tenham capacidade para dialogar com os alunos, inspirados pelo desejo de alertá-los". Ao se referir às observações do general Antônio Carlos Murici, o reitor afirmou que, na universidade, existiam duas influências: a da "grande maioria dos outros que são apenas moços" e a dos "moços que sobrepõem aos estudos intenções ideológicas". Ele

[907] REVISÕES de deveres. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19-20 jul. 1970, p. 5.
[908] MOCIDADE a motivar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1970, p. 6.

reconhece que a agitação era algo natural da juventude, mas argumenta que ela se desfigura quando sofre pressões ideológicas vindas de fora. Finaliza refletindo.

> A violência é o transe agudo da impaciência gerada pelo descontrole emocional próprio dos moços. A tenuidade do espírito não lhes permite, enquanto moços, a ativação daquele controle que, como palavra, foi utilizada por Roger Girod como sinônimo de cultura. [...] — A juventude é um estado de trânsito; explica-se, por isto, sua agitação (Reitor da UEG considera diálogo mais importante. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1970, p. 7).

O discurso do reitor converge com o do periódico, do general e do deputado governista ao menosprezar os valores defendidos por parte dos estudantes, interpretando o comportamento juvenil como fruto de uma natureza imatura, agitada e descontrolada, facilmente influenciada por pressões externas ou manipulada por "forças estranhas". Essa visão atribui a responsabilidade pelo comportamento estudantil à negligência educativa da família e da escola, apontadas como as principais culpadas pela violência dos jovens. Com isso, prescindia-se da responsabilidade do Estado, desviando-se o foco das práticas autoritárias e repressivas que haviam fechado todos os espaços de liberdade de expressão e inviabilizado o exercício da oposição marginalizando os estudantes e afetando seu comportamento.

Com um tom mais ameaçador o discurso do ministro do Exército, General Orlando Geisel no Dia do Soldado, exorta a juventude a escolher o arrependimento ou sofrer a punição. E para isso deixa claro a ações da aparata de força do Estado contra a juventude armada permanecerá até o "aniquilamento" dessa oposição.

> Legar aos nossos filhos uma invulnerável e duradoura estrutura, alicerçada na justiça social. [...] as Forças Armadas estão atentas no combate à subversão [...] até seu completo aniquilamento, não nos faltará energia, não desfalecerá nossa determinação, não adormecerá na rotina a eficiência dos órgãos de segurança [...] caiam em si e voltem atrás os que se podem arrepender, pois do contrário pagarão caro pelos crimes cometidos contra a sociedade. [...] a juventude acorda do pesadelo criado pelas falsas imagens, inoculadas na pureza de seus ideais [...] podemos voltar-nos para nossas atividades profissionais, proporcionando uma segurança cuja necessidade cresce à medida que aumenta o valor do que deve ser protegido [...] não nos arreceamos do julgamento de nossas consciências, como não tememos o veredicto da posteridade (Geisel afirma que Revolução só para quando consolidada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1971, p. 1).

Em editorial, o *JB* relembra a conferência do general Antônio Carlos Murici sobre o estudante e o terrorismo e sublinha o seu foco na educação moral e cívica da juventude, que percebe como um grupo seduzido pelo "ativismo radical e violento que prega e justifica o terrorismo como solução política". O periódico defende as autoridades governamentais ao afirmar que elas não acentuam a "tônica da simples repressão policial" e possuem uma "atitude compassiva e construtiva". Assim coloca a necessidade de uma "campanha esclarecedora e

educativa, que motive a mocidade brasileira com ideais nobres de participação e a afaste dos riscos inúteis de uma violência imoral e antinacional"[909].

A visibilidade da participação estudantil nesses grupos armados contribuiu para fomentar na imprensa a crença social de que os ambientes escolares de nível médio e superior serviam para o aliciamento e formação de sujeitos para os movimentos considerados "subversivos" e "terroristas" que eram combatidos pelo Estado. Desde 1968, o Estado se empenhou tanto para intensificar a repressão quanto para promover medidas apaziguadoras como a formação dos Grupos de Trabalho da Reforma Universitária e a descontinuidade dos Acordos do MEC/USAID no ensino superior. Essas medidas tentam se revestir de uma aparência menos autoritária e punitiva do que as impostas em 1964, mas da mesma forma cerceou a participação das figurações estudantis nas decisões e visou direcioná-los.

Outro exemplo de medida dessa nova fase que focou na modelação da personalidade estudantil por meio da acomodação foi o decreto que institui em caráter permanente o Grupo de Trabalho Projeto Rondon[910] e que oficializou o projeto que visa criar estágio para os estudantes. A intenção era envolver os estudantes universitários em práticas sociais de assistencialismo que os direcionassem para outros campos de atuação e interesses. O *JB* ao falar de civismo apontou o Projeto Rondon como um exemplo desse ato porque levava centenas de estudantes a conhecer de perto as regiões do Brasil e ajuda a superar o problema do ensino que separa a instrução da realidade além disso era uma forma de empregar a "força de inércia" da juventude em atitudes que até então eram direcionadas para a "contestação"[911].

Posteriormente, o *JB* continua a propagandear os benefícios do Projeto Rondon ao defender a necessidade de interiorização com a ocupação de áreas despovoadas e a marginalizadas onde vivem parte da população. Mas ressalta a contradição de projeto tão importante que acentua "os valores morais e espirituais da juventude" viver com escassos recursos por isso mede o apoio do empresariado do país. Os estudantes que participam são definidos como "desejosos de integrar o processo de desenvolvimento do país" que decidiram canalizar as suas" reservar de energia, gastas em passeatas e agitações estéreis". A *FL* registra

[909] VÍTIMAS a recuperar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14-15 nov. 1971, p. 6.
[910] No Paraná o projeto Tempo de Integração era similar ao Projeto Rondon, ele visava no início de julho de 1968 levar centenas de universitários aos variados municípios do estado onde prestariam assistência as comunidades como retribuição aos impostos e tributos pagos pelo povo. Em Curitiba alunos de todas as escolas já havia se inscrito para participarem e no interior começava as inscrições de alunos de Ponta Grossa, Londrina e Paranaguá. A Fundepar percorria os municípios para onde iriam os estudantes para estabelecer contatos com prefeitos e comunidade (É tempo de integração. Os universitários seriam distribuídos em grupos de dez um de cada escola *Folha de Londrina*, Londrina, 07 abr. 1968, p. 12, Escolas e Estudantes; Equipes percorrem escolas para o tempo de integração. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 abr. 1968, p. 12. Escolas e Estudantes).
[911] PROJETO em expansão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1969, p. 6.

a partir de 1969, o desejo e as experiências dos estudantes londrinenses que participavam do Projeto Rondon[912].

O Projeto Rondon, assim pretendia envolver os estudantes universitários em práticas sociais de assistencialismo que os direcionassem para outros campos de atuação e interesses que visavam distanciá-los dos movimentos estudantis de caráter contestatório e político e corrobora a ideia de formar indivíduos para o trabalho e para o desenvolvimento do país. Essa alternativa investia na ideia de civismo e trabalho, foi nesse sentido que em 1969 os três Ministros Militares decretam obrigatório a disciplina de Educação Moral e Cívica para as escolas de todos os graus. Assim, enfatiza-se a necessidade da educação cívica primordial para a formação da juventude.

Na palestra que fez na Escola Superior de Guerra, Tarso Dutra, justificou a obrigatoriedade do Ensino de Educação Cívica como "uma contestação dentro da escola brasileira contra a infiltração ideológica, que tem de ser repelida de todas as formas". Durante o debate que se seguiu, o general Moacir de Araújo Lopes ressaltou a necessidade de adotar princípios morais e largar a "filosofia de libidinagem"[913]. No entanto, como mostrou a *FL*, as aulas de Educação Moral e Cívica, incluídas no currículo não possui um programa definido, por isso os professores selecionam uma variedade de assuntos de sua vontade[914]. O *JB* e explicou ao leitor a função da disciplina.

> Nortear o cidadão brasileiro, desde os seus primeiros passos, no sentido de conhecer não apenas os seus direitos como os seus deveres. [...] para dar a conhecer às crianças que o nosso país é um dos raros do mundo a abrigar riquezas latentes do solo pátrio. Cívico é conhecer essas riquezas, é participar, e utilizar a instrução como um investimento para aumentar a produção e estimular o desenvolvimento (Realismo Cívico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 20 set. 1969, p. 6).

Ficou evidente que ditadura civil-militar passou a priorizar a área educacional não apenas reprimindo sua face política ou reformando, mas paralelamente age sob a personalidade estudantil ao tentar influenciar de forma mais direcionada o *habitus* escolar que já estava em transformação com a adoção de uma escolarização que não apenas mantinha a hierarquização social, mas também que precisa ser um recurso técnico, útil e de aplicabilidade imediata.

Após um período sem registro de manifestações estudantis, a *FL* noticiou um protesto relâmpago de cerca de 40 estudantes no centro do Rio de Janeiro, com pichação de siglas como "UNE" e "AMES", faixas contra o governo, panfletos críticos e a queima de um boneco com

---

[912] PROJETO Rondon. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1969, p. 6; ACADÊMICOS contam o que fizeram trabalhando no Projeto Rondon. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 fev. 1969, p. 16.
[913] TARSO explica na ESG que ensino de civismo evitará a infiltração ideológica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 09 ago. 1969, p. 4.
[914] MORAL e cívica. *Folha de Londrina*, Londrina, 15 abr. 1970, p. 16. Escolas e Estudantes.

suástica. A manifestação foi rapidamente reprimida com violência pela polícia, que prendeu cinco estudantes e o fotógrafo Almir Veiga, do *Jornal do Brasil*, agredido e forçado a entrar em uma Kombi com os demais detidos, dois dos quais estavam algemados e ensanguentados. Em nota, a Secretaria de Segurança informa que as autoridades como a Secretaria de Segurança da Guanabara e o Exército estão alertas e preparadas para impedir qualquer tipo de "manifestação espúria" e que suas atividades dos elementos serão "minuciosamente levantadas pelos órgãos de segurança que acompanham de perto todos aqueles que teimam em impedir a marcha do progresso brasileiro"[915].

Outra manifestação foi registrada no *JB* no relato onde quatro rapazes e uma moça chamados de "terroristas" invadiram a PUC de São Paulo, e durante dois minutos obrigou alguns estudantes a ouvirem um rápido discurso sobre a "necessidade de se democratizar o ensino". Quando um estudante tentou vaiá-lo foi ameaçado com um revólver. Distribuíram exemplares de um periódico "*Venceremos"*, chamado na notícia de "subversivo" ele possuía quatro páginas, em seguida eles fugiram[916].

A última movimentação estudantil de 1971 foi o acontecimento que envolveu os dirigentes de centros acadêmicos da UFRGS acusados de divulgar nota, "apócrifa", na qual era comunicada a morte, na Base Aérea de Canoas, do estudante de Engenharia Ariel Abreu Lima da Rosa, que alegava o seu suicídio, e que convidava os estudantes da universidade para a missa do dia 30. O comando da Base Aérea, solicitou do reitor providências pela nota dos estudantes. O reitor, Eduardo Faraco, puniu quatro presidentes de centros acadêmicos com base no Decreto-Lei nº. 477, afastando-os de suas escolas e automaticamente impedindo-os de se matricularem em qualquer outra do país, dentro de um prazo de três anos. Os quatro punidos foram responsabilizados pela nota. A nota da reitoria afirma ainda que "no desdobramento do seu plano de agitação, altamente pernicioso à universidade, o DCE publicou também no seu jornal, *O Universitário*, editorial ofensivo à universidade como instituição" com acusações contra a "justeza nas correções de provas do vestibular. O caso mobilizou a sociedade e evidenciou poucas demonstrações de solidariedade. Na Câmara dos Vereadores, o Paraguaçu Ferreira, do MDB, fez um discurso pedindo às autoridades uma revisão do processo que impede os estudantes de se matricularem. O advogado dos estudantes Nereu Dávila, que arguiu a incompetência do Reitor de proferir decisão do processo sumário estabelecido pelo Decreto-

[915] POLÍCIA dissolve com bombas passeata do Rio. *Folha de Londrina*, Londrina, 6 jun. 1970, p. 3.
[916] TERRORISTAS invadem a PUC paulista e fazem discurso de 2 minutos para alunos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1971, p. 20.

Lei nº. 477, que diz caber aos dirigentes de estabelecimentos, isto é, de faculdades, a aplicação dessa lei.

As únicas figurações estudantis que defenderam os estudantes gaúchos foram os representantes da Comissão de Diretórios e Conselhos de Representantes do Estado da Guanabara (CDCR) e o Diretório Central dos Estudantes, o Conselho de Diretórios Acadêmicos e os representantes estudantis nos Conselhos da UFF. O primeiro enviou telegrama de solidariedade aos Diretórios Acadêmicos da UFRGS. Os representantes da Guanabara se surpreenderam com o fato diante da condenação do decreto pelo próprio ministro da Educação que tem poder de anular a punição e reiteram "— Vamos recorrer ao Ministro, baseando sua posição, suas promessas e os discursos de diálogo". O segundo enviou ministro da Educação uma carta de apoio aos quatro gaúchos e recorreram à imprensa para publicar sua mensagem de solidariedade aos punidos onde dizem que consideram a aplicação do Decreto-Lei nº. 477 "um atentado ao pensamento livre e uma punição ainda mais injusta e cruel"[917].

Realmente, o ministro Jarbas Passarinho mais uma vez faz restrições ao Decreto 477 porque segundo ele não distinguia crimes de transgressão leve e grave e por isso alega que o próprio presidente da República, tem pensado a respeito do decreto[918]. Mas como se observou nas condenações o decreto foi intensamente mobilizado para efetivar a punição de estudantes. Como destaca Motta (2014) o ministro da reforma universitária compreendia que dependia de parte da comunidade universitária para alcançar as metas de modernização, por isso ele freou o Decreto nº. 477 e estimulou que os reitores fizessem o mesmo. Concomitantemente tentou estabelecer o diálogo e escamotear com avisos secretos as medidas repressivas.

Os três acontecimentos: protesto relâmpago, a ação armada e notas de solidariedade aos punidos são apenas reflexo das inúmeras contestações das figurações estudantis que pululavam em tempos anteriores. Os protestos e posicionamentos públicos são criminalizados e para alguns a oposição ao regime somente seria possível nas figurações armadas para esses a repressão aumenta até a sua extinção para o que estavam dentre das universidades ela se se acomoda, mas continua a tentar manter a passividade política e conter a oposição.

---

[917] UNIVERSIDADE conclui no Sul inquérito enquadrando 18 alunos no Decreto 477. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1971, p. 4; REITOR da UFRGS pune quatro diretores de centros com base no Decreto 477. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1971, p. 4; ADVOGADO dos estudantes da UFRGS recorre contra aplicação do Decreto 477. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1971, p. 12; GAÚCHOS enquadrados no Decreto-Lei 477 impetram mandado contra punição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1971, p. 10; ENTIDADES da Guanabara telegrafam dando apoio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1971, p. 12; ESTUDANTES fluminenses dão apoio aos quatro gaúchos punidos com o Decreto 477. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1971, p. 32; PASSARINHO mais uma vez faz restrições ao Decreto 477. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1971, p. 7.

[918] PASSARINHO mais uma vez faz restrições ao Decreto 477. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1971, p. 7.

Nesse momento, as posições das autoridades políticas e militares contra os protestos eram mais intensas e as vozes que se levantavam contra as arbitrariedades não ecoavam mais nas ruas como antes. Mantendo uma política que visava preservar uma aparência de normalidade, que era fundamental para a sua imagem a ditadura, em vez de proibir completamente a atuação estudantil continua a estimular uma participação controlada sob a tutela de valores e de uma legislação autoritária.

Com essa concepção, o próprio governo da ditadura volta a apoiar novamente em 1971, a arregimentação da juventude para as atividades institucionais na universidade e político-partidária. Foi o que se notou quando o líder do governo Geraldo Freire anuncia a renovação dos quadros partidários, citando a participação de elementos jovens no governo mineiro. O parlamentar gaúcho afirmou que, na recente viagem que realizou com o presidente do partido verificou que existe um "entusiasmo dos moços pelas realizações políticas, econômicas e sociais do governo"[919]. A reabertura dos diretórios acadêmicos concomitantemente foi incentivada pelo ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho, que disse que "a atual legislação não proíbe a associação estudantil, que o governo considera até necessária, e recomendou aos jovens que procurem reativá-la"[920]. A notícia mostra os limites dessa sugestão do ministro ao dizer que reabertura dos diretórios universitários foi vista com simpatia no meio estudantil carioca, apesar dos alunos acharem que, dentro da nova concepção, terão suas atividades bastante limitadas. Os diretórios abertos da PUC carioca (Universidade Gama Filho, Faculdade Candido Mendes, Escola de Medicina e Cirurgia) faziam apenas atividades de caráter acadêmico (venda de material didático), comunitário (exposições de arte, palestras, *shows* musicais), administrativo e esportivo. Para o acadêmico Rui Berger, presidente do diretório do Centro de Teologia e Ciências Humanas, "o diretório acadêmico é uma atividade fundamental no meio universitário, mesmo que ele não possa exercer a plenitude de sua personalidade".

Segundo o diretor da Faculdade de Medicina do Centro de Ciências Médicas da UFRJ, José de Paula Lopes Cortes, o funcionamento dos diretórios está previsto nas normas e regimentos universitários, faltando apenas uma ordem das autoridades superiores para sua realização. Na UFRJ, os diretórios, quando autorizados, funcionarão dentro dos centros em que

[919] GOVERNO e Arena querem contar com a mocidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08-09 ago. 1971, p. 6. Coisas da política.
[920] PASSARINHO quer reabrir diretórios. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20-21 jun. 1971, p. 1; PASSARINHO defende a reabertura dos diretórios. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20-21 jun. 1971, p. 27.

se divide a estrutura administrativa do órgão[921]. As notícias revelam uma contradição da ditadura civil-militar no tratamento da participação estudantil: eliminar as figurações estudantis de oposição radical ao regime e depois reintroduzir figurações estudantis moderadas ou adesistas como instrumento de legitimação. O governo precisava conter a capacidade mobilizadora dos estudantes, que haviam se tornado, desde 1966, um dos principais focos de oposição ao regime, mas também necessitava manter a imagem de "normalidade" de uma sociedade pacífica, que era um dos pilares de legitimação. Por isso, não podia extinguir completamente a participação estudantil, pois isso revelaria a sua natureza autoritária.

O governo mobiliza a imprensa para demonstrar uma abertura controlada, difundindo uma imagem de tolerância, diálogo; ao mesmo tempo, propagandeia que existe uma juventude estudantil alinhada ao regime. O que se pode ver em falas em que se destaca que estudantes enxergavam a reabertura como "simpática", porém sabem que a atuação seria extremamente limitada. Os próprios estudantes reconhecem a contradição, mostrando que possuem consciência do Estado de contenção das entidades sem a possibilidade de exercer a sua função social e política plena, o que rompe com o *habitus* estudantil em construção no qual as entidades tendiam a se tornarem como espaços de debate, de formação e pressão política e de organização e mobilização coletiva pública. Existe uma disputa na qual as autoridades buscam redefinir o *habitus* estudantil e os estudantes percebem que o espaço oferecido é de baixa autonomia, mas nesse momento não dispunha de formas imediatas para alterar suas posições. Assim, as entidades existem institucionalmente como elementos de normalidade, mas sua capacidade de ação política foi castrada pelos códigos sociais do regime.

O curto período entre 1968 até 1971 já revelam pistas sobre as mudanças sofridas no *habitus* estudantil durante os anos mais repressivos da ditadura civil-militar, mesmo com esse breve refluxo nas manifestações coletivas de protestos como comprovou Müller (2016) em 1974, vieram dos estudantes o primeiro movimento social que se reorganizou (volta dos DCEs, UEEs e UNE) para se opor a ditadura e reocupar novamente os espaços públicos, principalmente com as greves. Ou seja, para a autora a retomada das grandes manifestações estudantis foi precedida após o fechamento das entendidas estudantis do que chama de "microações" de resistências articuladas no interior da universidade como produção deperiódicos, manifestos, abaixo assinados, murais, manifestações culturais e reivindicações pontuais. Com o início da abertura política a autora destaca que depois de quase dez anos de

[921] ESTUDANTE acha simpática reabertura dos diretórios defendida por Passarinho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1971, p. 7.

resistência confinada nas universidades os estudantes em 1977 retomam as grandes manifestações públicas.

9.2 A UNIVERSIDADE VAI AO INTERIOR

O controle das figurações universitárias se processou igualmente por meio do movimento de interiorização das universidades e dos estudantes que diminuía a pressão dos excedentes e universitário, pois minimizava a concentração de estudantes nas capitais, onde havia surgido os principais movimentos de protestos, em suma, se dispersa os estudantes que se deslocam para o interior em busca de vagas e inibia a chegada dos estudantes do interior para as capitais. Cabe lembrar que muitos excedentes cariocas foram estudar em outros estados como Manaus.

A discussão em torno da criação de uma universidade federal em Londrina ganhou força a partir do início de 1967, refletindo uma rejeição à proposta de fundação universitária, modelo considerado insuficiente diante da forte dependência financeira que os estados tinham do governo federal. A mobilização em prol da Universidade Federal de Londrina envolveu diversos setores sociais como bispos, pastores, empresários, imprensa, estudantes e políticos, além de autoridades de 12 municípios vizinhos, como Santa Mariana, Cambará e Andirá, que aderiram oficialmente ao movimento. Professores como Rui Cunha, Lauro Gomes da Veiga Pessoa, João Olivir Gabardo e Nely Lopes Casali lideraram visitas às autoridades locais, consolidando uma frente regional em defesa da causa. O apoio se ampliou com a inclusão de Assaí, e os organizadores comunicaram ao MEC e ao diretor do Ensino Superior o crescimento do movimento, que já somava 17 municípios[922].

A viabilização da universidade dependia de respaldo legal e financeiro dos governos estadual e federal. Em 1968, o governador do Paraná entregou um cheque de NCrs 200 mil à Fundação do Ensino Superior de Londrina, destinado à instalação da Cidade Universitária. Na ocasião, Heber Vargas, presidente da Fundação Educacional Londrinense, afirmou que os recursos trariam benefícios concretos para o novo polo de ensino superior da região norte do Paraná[923]. No âmbito do governo federal ocorria os cortes de verbas do MEC, os atrasos de pagamento e os decretos do Executivo foi interpretado por reitores e estudantes como uma estratégia que visava atestar a falência da universidade pública e incentivar assim a adoção dos

[922] *Folha de Londrina*, 09 nov. 1967, p. 16; *Folha de Londrina*, 19 nov. 1967, p. 16.
[923] LONDRINA vai ter Cidade Universitária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 maio 1968, p. 16.

sistemas de fundações e instituições particulares, o que diminuía os gastos e responsabilidade do Estado com o ensino superior.

Nesse período apesar do aumento de gastos com a educação em todos os níveis[924], eles se mostraram insuficientes para atender as demandas sociais, até mesmo naquilo que se referia a integração básica dentro das figurações escolares primárias. Apesar dos convênios do governo federal, dos auxílios e dos empréstimos internacionais e comunitários, a integração dos sujeitos no processo de escolarização foi realizada por meio de atos de improvisos dos estados e municípios. A tentativa de minimizar sua responsabilidade não aconteceu apenas no ensino superior, mas foi um comportamento constante nesses três primeiros governos da ditadura civil-militar, além disso, se estendeu até para o ensino de nível médio.

Até o *JB* expressa claramente uma crítica contra os cortes de investimento no sistema ensino superior. Ao acusar que de 80 milhões de habitantes tínhamos menos de 200 mil universitários. Por outro lado, o mesmo periódico defendia o ensino universitário pago, considerando a sua gratuidade uma injustiça social que nega o acesso a quem não pode pagar, investindo recursos para se manter a discriminação e conclui: "é um absurdo clamar à Nação os estudos de quem possa pagar por eles[925]. A crítica à transformação das universidades em fundações também se inseria em um cenário de progressiva redução orçamentária das universidades federais impostas pela política orçamentária do Ministério do Planejamento, que inviabilizava qualquer planejamento institucional[926].

Nesse contexto, ainda era alvo das demandas estudantis o combate ao ensino pago e a transformação das universidades em fundações. Oposição compartilhado por parte dos reitores, professores, especialistas em educação que viam nas experiências já existentes um sistema marcado por graves crises econômicas. Apesar disso, o então ministro da Educação, Tarso

---

[924] Veloso (1969), subsecretário-geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, escreveu ao *JB* afirmando o investimento na educação aumentou. Entre 1960 e 1967, os investimentos governamentais em educação aumentaram 85%, passando de NCr$1.230 milhões para NCr$2.280 milhões (a preços de 1961). Comparando os quadriênios, o total aplicado em 1960–1963 foi de NCr$4.300 milhões, enquanto em 1964–1967 superou NCr$7.900 milhões, representando um crescimento de aproximadamente 48%. A participação da educação no PIB também cresceu de 2,2% em 1960 para 3,5% em 1967. No mesmo período, o número de matrículas teve aumento expressivo: 100% no ensino primário, 93% no ensino secundário e 43% no ensino superior entre 1960 e 1966 com taxas anuais de crescimento entre 15% e 20%, nos dois últimos níveis, frente a um crescimento populacional de cerca de 3% ao ano (Veloso, João Paulo dos Reis. Desenvolvimento e Universidade: o momento da decisão. *Jornal do Brasil*, 16 maio 1969, p. 20-21): o orçamento das universidades federais caiu de 3,9% em 1965 para 2,8% em 1968 (Estudantes e reitores acham verbas pequenas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14-15 abr. 1968, p. 27).

[925] ANO da Ignorância. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1967, p. 6; EDUCAÇÃO financiada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 maio 1968, p. 6.

[926] REITOR crítica política orçamentária que sufoca Universidade brasileira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1968, p. 15; TARSO envia carta ao BIRD pedindo financiamento para as atividades educacionais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 fev. 1968, p. 17; ESTUDANTE e reitores acham verbas pequenas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14-15 abr. 1968, p. 27; EDUCAÇÃO em jogo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1968, p. 6.

Dutra, defendia a transformação das universidades federais em fundações como forma de torná-las "mais flexíveis, desvinculadas do complexo burocrático e com possibilidade de uma política salarial seletiva de valores", o que, segundo ele, ampliaria o número de vagas e melhoraria o ensino e a pesquisa[927].

Como experiência inicial, um decreto presidencial determinou que a Universidade Federal de São Paulo (UFSP), com sede em São Carlos, passaria a funcionar como fundação. Para Dutra, essa forma de gestão aproximava as universidades das empresas privadas. Contudo, a proposta não agradou a todos: o diretor da Faculdade de Medicina da UFRJ, Leme Lopes, reconheceu que o modelo é comum nos Estados Unidos, mas ressaltou que "nossa estrutura socioeconômica é inteiramente diversa", enquanto Paulo Dias da Costa, catedrático da UFF, alertava que o governo estaria renunciando uma de suas principais obrigações[928].

O ministro da Educação, Tarso Dutra, ao destacar que apesar de a ideia não ter sido bem recebida quando anunciada o governo não desistiu ainda de sua diretriz de transformar as universidades brasileiras em fundações particulares. Disse o ministro em entrevista coletiva, que "90% das universidades do mundo civilizado são fundações"[929]. Posteriormente, o Gabinete do Ministro da Educação informou que a Reforma Administrativa pretendia flexibilizar e administrativamente a estrutura universitária de modo a tornar sua organização mais próxima a de uma empresa privada[930].

Em meio à crise estudantil, os municípios do interior reclamavam a criação de faculdades e universidades. Foi o caso, no Paraná, de Londrina, Maringá Cascavel e Ponta Grossa. Essa era uma prática que acontecia em todo o Brasil. Itaperuna no Rio de Janeiro, por exemplo, possui apenas um estabelecimento de ensino médio e já tinha suas faculdades no final de 1960. Caxias tem escolas superiores, e Nova Iguaçu preparava-se para tê-las. Barra do Piraí com a de Arquitetura, Três Rios com Direito, Barra Mansa com curso de Direito, Friburgo com Filosofia, solicitaram faculdades de Engenharia, Economia e Medicina[931]. Em Maringá, surgia o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas, que a partir de 1969 abriu 200 vagas para o curso de Engenharia[932]. A criação dessas faculdades em diversos municípios favoreceu o processo de

[927] TARSO prega transformação de Universidade em fundação para acabar com excedentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1968, p. 15.
[928] UNIVERSIDADE de S. Paulo passará a ser fundação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1968, p. 7; FUNDAÇÃO não entusiasma Leme Lopes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1968, p. 15.
[929] GOVERNO insiste que universidades passem a fundação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 maio 1968, p. 17.
[930] MEC diz que Universidade não passará a fundação só com recurso particular. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 jun. 1968, p. 18.
[931] CRISE aumenta faculdades do E. do Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 nov. 1968, p. 7.
[932] PARANÁ promove mudança no ensino superior levando a universidade ao interior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 dez. 1969, p. 16.

interiorização do estudante universitário e fragmentou ainda mais as organizações estudantis. Muitas dessas instituições eram administradas por fundações que, embora recebessem apoio dos governos estaduais, implicavam na redução das responsabilidades e dos custos públicos do governo federal. Essa forma de expansão universitária era exatamente o formato desejado pela ditadura civil-militar, ou seja, uma expansão de vagas com custos reduzidos.

Assim como aconteceu com Londrina, em Maceió a Faculdade de Ciências Médicas, que passa a funcionar em 1969, deu origem à Universidade Estadual, Fundação Educacional do Agreste Alagoano (FEAA) que visava solucionar o problema dos excedentes na área. O número de matrículas oferecidas pela escola era de 70, enquanto o número de candidatos era superior a 400[933]. A lei que criou a Universidade Federal do Piauí indicava que o seu funcionamento seria pelo sistema de fundação. A Universidade Federal do Piauí, com sede em Teresina, foi integrada pelo Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Filosofia, Ciências Humanas e Letras, além das Faculdades de Direito, Odontologia, Medicina, Administração e a Escola de Enfermagem[934].

Nos termos do AI-5, o presidente da República autorizou a transferência de áreas de terras da União para a Universidade de Santa Maria e Rio Grande do Sul, tendo em vista a necessidade de "instituir cursos de formação de recursos humanos que atendam ao desenvolvimento agropecuário da fronteira Oeste"[935]. Por decreto também foi criada, no MEC, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (Circutac), com a finalidade de propiciar condições, inclusive materiais e técnicas, para a implantação de programas diversos nas universidades. A iniciativa tinha o objetivo de continuar a interiorização da universidade brasileira, inspirada na experiência realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1966[936].

O ministro ao enumerar as providências em outras regiões, destacou a criação das entidades da Faculdade de Medicina de Campo Grande – no Mato Grosso, as universidades regionais de Londrina, Ponta Grossa e Maringá, no Paraná, e a entrega da Universidade do Ouro Preto, em Minas Gerais[937]. No Paraná, a reforma universitária foi elaborada por uma comissão presidida pelo secretário de Educação e Cultura, Cândido Martins de Oliveira e assinada pelo governador Paulo Pimentel, criando as três universidades estaduais no interior, além de uma

[933] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 out. 1968, p. 13.
[934] LEI cria Universidade do Piauí. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1968, p. 16.
[935] PRESIDENTE dá terras a Universidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1969, p. 3.
[936] DECRETO cria no MEC órgão com a finalidade de levar a universidade ao interior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 out. 1969, p. 13.
[937] DECRETO cria no MEC órgão com a finalidade de levar a universidade ao interior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 out. 1969, p. 13.

federação de escolas superiores em Curitiba. Com essa notícia a *FL* destaca que "Os jovens não terão mais necessidade de se deslocar do interior para estudar em Curitiba ou em outras capitais. "A universidade vai ao interior", explicou o periódico.

> Com a reforma universitária, as escolas superiores do estado serão congregadas em três universidades estaduais, com autonomia didática e administrativa. Com essa medida serão canalizados os recursos e novas vagas serão abertas para dar possibilidade aos que desejam cursar a universidade. A criação de três universidades e de uma federação é apenas o primeiro passo para a reforma universitária no Paraná, pois novos estudos já estão sendo elaborados para a democratização do ensino de nível superior (Paraná promove mudança no ensino superior levando a universidade ao interior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 dez. 1969, p. 16).

A comissão que elaborou a primeira parte da reforma no Paraná defendeu a autonomia didático-científica, administrativa e financeira das universidades, exercida na forma da lei e dos estatutos. O pessoal docente foi organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e da lei que criou as universidades de acordo com a legislação trabalhista[938].

A expansão das faculdades no interior do país, como no Paraná, foi um processo que ocorreu principalmente com a ampliação das faculdades existentes (23 faculdades estaduais) e a criação de unidades estaduais (programadas seis novas unidades). Já se observava essa expansão com a criação da Faculdade de Medicina em Londrina, no governo Paulo Pimentel para tentar atender aos estudantes de toda a região. Em 1970, preparava-se para inaugurar em Maringá a nova Faculdade de Engenharia e a Faculdade de Agronomia em Apucarana. Além disso, no Oeste paranaense já funcionava a Faculdade Estadual de Guarapuava[939].

Ainda assim, havia demandas pela continuidade dessa expansão, como reiterou o vereador Antônio Belinati ao considerar que Londrina já era uma "Cidade Universitária", quando defendeu na tribuna da Câmara Municipal a necessidade da criação urgente de novas faculdades em 1971, principalmente na área de Engenharia, Educação Física e Agronomia. Na opinião do vereador, as referidas faculdades viriam a beneficiar os jovens do Norte do Paraná, que não mais precisariam se deslocar para Curitiba ou outros estados para cursá-las[940].

As universidades estaduais que já existiam passaram por dificuldade financeira como a Faculdades de Filosofia de Mandaguari, cujos professores solicitaram o auxílio do Estado para as despesas escolares. Segundo o diretor da Faculdade, Argemiro Aluísio Karling, foi a verba de 58 mil cruzeiros liberada pelo governador que permitiu o prosseguimento das atividades da

---

[938] PARANÁ promove mudança no ensino superior levando a universidade ao interior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 dez. 1969, p. 16.
[939] FACULDADE de Engenharia de Maringá funcionará este ano. *Folha de Londrina*, Londrina. 9 jan. p. 8. Escolas e Estudantes; APUCARANA terá Faculdade de Agronomia. *Folha de Londrina*, Londrina. 7 mar. 1969, p. 7; NOVAS faculdades no interior evitam êxodo universitário. *Folha de Londrina*, Londrina, 19 jul. 1970, p. 12.
[940] MAIS FACULDADES para Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 out. 1970, p. 10.

escola[941]. Os estabelecimentos de ensino superior do Paraná ensino superior do Paraná em 1968, possuía 4.573 e avançou para 7.200 vagas em 1970[942].

Essa interiorização das universidades controlava o êxodo de estudantes para as capitais do estado. No Paraná, havia escolas de nível superior em quase todas as regiões. O movimento inverso também ocorria, como a atração de estudantes da capital, de outros estados e de outros países da América Latina. O maior impacto da Reforma Universitária no Paraná foi a criação de três novas universidades estaduais, em Maringá, Londrina e Ponta Grossa programadas para 1970 e que se efetivaram em 1971. A fase era de organização, o secretário Nelson Fanaya, da Educação e Cultura, empossou os reitores das novas universidades, cada uma das universidades contaria com o seu *campus* centralizado[943].

Essa proliferação desordenada e sem fiscalização, sem coordenação ou recursos, serviu para consolidar uma estrutura de universidades que reproduziu um padrão precarizado. As mudanças no ensino superior, em 1970, atingiram diretamente o interior. No Paraná, assim como no Brasil, o ensino superior foi marcado pela criação de estabelecimentos isolados. A interiorização das universidades respondeu a múltiplas pressões sociais e políticas. Tanto por parte das populações que viviam nas capitais, quanto das do interior que buscavam acesso à universidade.

Essa política descentralizou os focos de mobilização estudantil e reorganizou as figurações universitárias. No caso do Paraná, a criação das universidades estaduais em Londrina, Maringá e Ponta Grossa ilustra como o projeto de interiorização foi implementado como resposta a um cenário de crise política e educacional, no qual os excedentes cresciam e pressionavam os estados e as autoridades mesmo diante das tentativas destes de negar a sua existência como forma de resolver o problema.

O deslocamento da universidade para o interior, não significou a democratização do acesso ao ensino superior nem repercutiu em melhorias estruturais imediatas, mas sua expansão quantitativa foram soluções de baixo custo, executadas sob os sistemas fundações e convênios que evidenciaram uma posição descomprometida do poder público federal com a sua manutenção e uma preocupação dos políticos com o *status* local e as suas posições políticas. Essa posição do governo se confrontava aberta com as demandas históricas do movimento

[941] FACULDADES de Mandaguari receberá verba do estado. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 out. 1970, p. 5.
[942] DADOS da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná publicados em *Folha de Londrina*, Londrina, 19 jul. 1970, p. 12.
[943] NOVAS faculdades no interior evitam êxodo universitário. *Folha de Londrina*, Londrina. 19 jul. 1970, p. 12.

estudantil que nesse momento vivia o seu auge de atuação e foi exatamente nesse momento de crise estudantil que o governo encabeça a Reforma Universitária

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, parte do pressuposto de que o estágio precário da escolarização brasileira na década de 1960 exigia das figurações escolarizadas e daqueles que desejavam pertencer ou nelas permanecer a realização de reivindicações, mesmo em um campo social marcado pelo aumento do autoritarismo. Dessa forma, se questionou como eram realizadas essas reivindicações e qual impacto sofreram por estarem inseridas em uma ditadura civil-militar.

Para compreender o impacto ditatorial nos códigos sociais públicos de reivindicação das figurações escolarizadas, a pesquisa se debruçou sobre a análise das representações desses códigos em amostras da imprensa periódica, especificamente daquelas veiculados pelo *JB* e pela *FL*, em um período em que esses veículos de comunicação possuíam forte influência social, embora tenham sofrido com o processo de autocensura e institucionalização da censura que também se intensificou com a ampliação do autoritarismo e do aprofundamento da dependência econômica diante da modernização da imprensa.

A expansão da escolarização e o aumento da sua legitimidade propiciaram, mesmo em tempos ditatoriais, a existência de figurações escolarizadas que utilizaram o seu gradiente de poder e apoio social para se mobilizarem em prol de suas demandas específicas de grupo; contra o comportamento autoritário e a estrutura precária presentes nas escolas e nas universidades; bem como contra o próprio regime político.

Como o objetivo principal da tese foi compreender o efeito da ditadura civil-militar sobre os códigos sociais públicos reivindicatórios das figurações escolarizadas, a pesquisa foi organizada em seções nortearam pelos objetivos específicos. Inicialmente se mapeou as tensões das figurações escolarizadas ao longo de conjunturas políticas e sociais específicas, o que serviu para estruturar as bases iniciais das seções, com o fim de especificar quais eram essas figurações, bem como seus contextos e suas relações sociais. Em seguida foram identificados os códigos sociais públicos reivindicatórios utilizados por essas figurações e analisados os principais problemas e tensões das figurações escolarizadas que foram representados, em seguida se investigou qual era o nível de influência da estrutura social ditatorial nas posições sociais e na personalidade dos sujeitos e grupos dessas figurações que se mobilizaram.

No processo de expansão da escolarização, marginalizaram-se grupos e sujeitos, situação que perpassou a ditadura civil-militar. O que evidencia a ambiguidade entre a legitimidade social da escolarização enquanto valor ou símbolo e a sua precariedade prática, o que abriu brechas para mobilizações e protestos, que contribuíram para a formação de um *habitus* marcado por emoções como inconformismo e solidariedade frente a comportamentos

percebidos como autoritários e injustos, tais como o descaso político, a falta de investimentos financeiros, a marginalização e hierarquização de pessoas e grupos e o enquadramento comportamental.

Nesse processo, os principais resultados da pesquisa mostraram, na primeira parte do estudo, que a representação da escolarização como problema social, era um *habitus* reproduzido na imprensa, que embora difundisse críticas naturalizadas, não realizava um ataque direto ao governo ditatorial, sendo exposta como um *habitus* nacional de longo prazo, que, por sua vez, continuava a perpetuar os mesmos impasses de precariedade, apenas agravados pelo processo de expansão e valorização da escolarização. A análise das figurações primárias na imprensa, mostra que não havia registro de grandes mobilizações reivindicatórias de pais e estudantes pertencentes ao ensino primário, mesmo diante dos inúmeros relatos impressos sobre a sua precariedade e insuficiência.

Os códigos sociais reivindicatórios concentravam-se no interior das próprias figurações políticas e, na imprensa, visíveis nos discursos, estudos e programas políticos que circulavam nos periódicos; assim, mantinham-se na esfera dos grupos estabelecidos no poder, que teciam críticas controladas sobre os problemas escolares do ensino primário. Observa-se, contudo, que, embora nesse momento não fossem enfatizados protestos evidentes na imprensa, havia pressões populares perceptíveis nos detalhes, como os pedidos de moradores pela construção de escolas nos bairros, o crescente desespero na busca por matrículas e bolsas de estudo e a consciência comunitária e oficial acerca da necessidade de apoio externo para manter parte da massa estudantil pobre no interior das figurações escolares primárias.

Não se percebia, nas representações das figurações primárias, um alto grau de conflito, embora existissem pressões internacionais e nacionais sobre os governos da ditadura civil-militar. Internamente, a ampliação da escolarização primária ainda era vista como um desafio que já deveria estar superado. Nesse cenário, percebe-se uma tensão entre autoridades educacionais, especialistas, políticos e imprensa, formada pela imagem de um "nós" marcado pela incapacidade do novo regime de transformar a escolarização em um símbolo de poder externo que atestasse a sua superioridade.

Nota-se também que as figurações primárias eram espaços privilegiados para a atuação de políticos, que nelas buscavam se promover e galgar melhores posições de poder. Em suma, a escolarização possuía o *status* de recurso político que, para operar, necessitava mobilizar diferentes escalas da administração pública, da federal à municipal, as quais dependiam de redes de apoio comunitárias e internacionais.

Os periódicos se caracterizavam pela intensidade e frequência das coberturas educacionais, que revelava sua adesão às políticas da ditadura civil-militar, afinadas a um ensino mais técnico, aplicado ao trabalho, diferenciado e não gratuito. Ais informações que circulavam nos periódicos variavam ao denotar desde denúncias até abordagens de caráter mais propagandístico, alternando entre a exposição da crua marginalização escolar e elogios às realizações e propostas da "revolução". Da mesma forma, os textos expunham práticas autoritárias, mas também as naturalizava e até revelavam compartilhar valores e crenças da ditadura civil-militar.

O problema da escolarização primária não atingia apenas a imagem externa do país, mas também a própria ditadura civil-militar e o seu projeto de modernização conservadora, que se esforçou por enfatizar ainda mais uma simples relação entre escolarização, desenvolvimento econômico e controle social. Em suma, esse quadro reflete uma tensão política que afeta diretamente a legitimidade e a governabilidade de um regime ilegítimo, que necessitava manter um equilíbrio de poder com reduzidas pressões sociais e políticas.

Ao observar a ausência de manifestações e reivindicações nas figurações primárias, percebe-se que esse comportamento foi afetado pela política de expurgo e perseguição da ditadura, que marginalizou líderes políticos, comunitários e intelectuais que, desde antes do golpe civil-militar, estavam envolvidos com a agenda da educação popular e pública e com projetos que viam a escolarização como mecanismo de engajamento político e mudança das estruturas sociais.

Como já se destacou, ainda que a ênfase da repressão se direcionasse mais intensamente às figurações universitárias, as escolas não ficaram isentas das práticas autoritárias, reforçadas pelos valores difundidos pelo regime ditatorial. Nesse ponto, evidencia-se uma limitação da fonte, pois ela não consegue penetrar os conflitos e os códigos internos do *habitus* escolar, deixando apenas vagas pistas sobre esses processos.

Essa escolarização, que se desenvolve sob a atmosfera do autoritarismo estatal e institucional, atua sobre a personalidade social ao reforçar e evidenciar privilégios, promovendo a diferenciação social ao mesmo tempo em que produz uma integração parcial e desigual. Além disso, criou mecanismos que visavam eliminar a expansão do engajamento político, a mobilização coletiva e o protagonismo de uma oposição ativa e escolarizada.

Em vez disso, a tendência privatista da ditadura beneficiou figurações empresariais da educação e desacelerou a consolidação da escola pública, ao incentivar o ensino pago e adotar o sistema de bolsas para os níveis pós-primários. Assim, o equilíbrio observado no final da década de 1950 entre a defesa da escola pública e da escola privada foi rompido. Embora a

necessidade da escola pública se imponha no processo de diferenciação social, ela se impõe diante da necessidade prementes sem o devido apoio do poder público. Ademais, a nova política educacional acentua a internalização de uma escolarização limitada e aligeirada que passa a servir principalmente como recurso de trabalho e de controle social sustentado por um discurso de ascensão social e econômica.

O campo social exigia um comportamento cada vez mais controlado e apolítico por parte das figurações escolares. No entanto, os docentes do ensino primário e secundário, que em muitos momentos foram responsabilizados pelos problemas educacionais em razão de seu suposto despreparo escolar, destacam-se como um grupo que conseguiu se mobilizar tentando adaptar seus códigos sociais públicos para protestar contra a precariedade profissional, agravada pela expansão da escolarização e pela política educacional e autoritária.

Suas manifestações se posicionavam na fronteira entre a legitimidade e a "subversão". As diversas figurações docentes que se movimentavam no espaço público concentravam suas reivindicações na sobrevivência profissional, uma vez que a precarização escolar atingia centralmente os professores, especialmente diante dos constantes atrasos salariais.

As diversas figurações docentes, formadas por professores da rede particular, concursados ou contratados do ensino primário ou secundário, organizaram-se por meio de códigos sociais públicos formais e informais para pressionar os governos estaduais e os proprietários de escolas, dos quais dependiam mais diretamente. Apesar do descaso dos governantes, as demandas mostravam-se negociáveis, embora nem sempre os acordos fossem cumpridos, o que exigia que os professores organizassem grupos de pressão permanentes, para manter a pressão e contato constante com autoridades dotadas de poder decisório.

A limitação e a proibição de códigos como as greves obrigaram as figurações docentes a remodelar suas ações para continuar pressionando o governo do Estado, adaptando-se aos limites impostos pelo crescimento do autoritarismo. Para isso, angariaram o apoio de outros grupos sociais e disseminaram uma imagem de autocontrole professoral e de postura apolítica, a fim de intensificar seu poder de pressão e se resguardar da acusação de constituírem um grupo "subversivo". Por essa razão, quando as demandas exigiam mobilizações mais afrontosas e informais, seus sujeitos se preocupavam em enfatizar o caráter pacífico e justo de suas reivindicações. Além disso, adotaram, ocasionalmente, uma linguagem de elogio aos discursos oficiais que valorizava o docente e recorreram às autoridades federais para pressionar os governos estaduais.

Portanto, esse comportamento e essa preocupação relacionam-se a um campo social ditatorial e a posição profissional docente vinculado e dependente do Estado, o que explica o

excesso de cuidado tanto com relação aos seus aliados quanto às próprias práticas, que precisavam ser calculadas e constantemente justificadas perante o público e o governo. Nesse contexto, a imprensa desempenhava uma função central na dinâmica dessas relações sociais, uma vez que a imagem das figurações docentes se tornava fundamental para a criação de um espaço legítimo de consenso público, tolerado pelos grupos estabelecidos e respaldado por grupos influentes da sociedade.

Essa formalização do protesto pode ser entendida como uma forma de civilização interna da profissão. As figurações docentes, enquanto grupo profissional, são vistas como "civilizadas" na medida em que mantêm o protesto dentro de limites ritualizados e permitidos (assembleias, comissões, concentrações "ordeiras"). Essa dinâmica exigia uma intensa autorregulação e vigilância do professorado, que remodelou os códigos sociais públicos reivindicatórios para pressionar o Estado e fiscalizar a efetivação de suas conquistas. Mesmo sob o aumento do autoritarismo, esses códigos funcionaram como mecanismos de pressão que geralmente se mantinham nas esferas institucionais. Eles permitiram ganhos parciais e rearranjos de poder, na medida em que as figurações docentes mobilizavam a sua influência e a de outros grupos, além de evitar vincular sua imagem com de grupos *outsiders*, o que tinha o objetivo de abrir canais de negociação com o Estado.

Como se analisou em outras figurações docentes, existe uma oscilação entre códigos sociais mais formais e controlados e, por vezes, mobilizações coletivas que não afrontavam diretamente o regime político. A constância desses atos, mesmo no auge da repressão ditatorial, aponta para a obtenção de um equilíbrio de poder que colabora para a formação de um ***habitus*** docente reivindicatório autocontrolado, capaz de coexistir com o autoritarismo. Os professores, enquanto grupo de menor poder decisório e até vistos como potencial ameaça para um regime que pregava a ordem e o fim conflitos sociais, tentam reagir contra a sua degradação profissional dentro das regras impostas, sem propor rupturas ao tecido social ou confrontar a natureza do regime diretamente.

Nota-se, pela imprensa, que o processo de escolarização igualmente exigia um alto nível de autocontrole dos estudantes, uma vez que tanto a entrada quanto a saída e a permanência, para muitos, eram marcadas pela imprevisibilidade do acesso e da continuidade escolar. As mudanças estruturais na sociedade exigiam a inserção das massas sociais no processo de escolarização, cuja maioria dependia do Estado para se integrar a esse processo, que, para esses sujeitos, visava angariar melhores posições sociais e condições de sobrevivência. Já o Estado, assim como as figurações políticas e empresariais, dependia de uma massa escolarizada e autocontrolada, voltada para o trabalho. Nessa relação interdependente, ligada por símbolos

sociais como a escolarização, surge uma ordem social que, segundo Elias (1993), determina o curso da mudança histórica.

As figurações dos estudantes secundaristas representadas nos periódicos, embora se aproximasse dos universitários, atuavam por meio de códigos sociais públicos que se assemelhavam aos praticados pelos docentes, pois visavam atender a demandas particulares, como a melhoria do espaço escolar e a contestação de comportamentos autoritários. Suas manifestações de protestos eram pontuais e não colidiam diretamente com o regime político, uma vez que desestabilizavam sobretudo autoridades locais e institucionais, embora muitos secundaristas tenham atuado ao lado dos universitários nas manifestações estudantis e em organizações armadas. A escola internalizou e preservou uma trama de controles externos, mas também foi influenciada pelas pressões sociais de liberalização exercidas por outras figurações contestatórias e pela atmosfera de mudanças globais.

Durante os protestos pontuais dos secundaristas, a conjuntura política foi utilizada para ameaçar e coagir os estudantes que se recusavam a se submeter às autoridades. Nas escolas, os diretórios ou grupos de estudantes mobilizavam-se para denunciar a estrutura precária das instituições ou o autoritarismo e a negligência de diretores e professores. A postura de enfrentamento e reivindicação adotada por esses alunos contrastava fortemente com o desejado perfil padrão de estudante obediente, passivo e disciplinado.

A posição inconformada dos estudantes diante da submissão a instalações precárias e situações arbitrárias indica que se delineava uma personalidade estudantil disposta a questionar e a atuar para melhorar seus espaços escolares. No entanto, essa personalidade estudantil engajada se inseria em uma sociedade que ainda valorizava a disciplina e condenava atos reivindicatórios como se fossem indisciplinas. Por essa razão, os comportamentos contestatórios de parte dos estudantes foram rotulados como “subversivos”.

Assim, as figurações escolares não podem ser compreendidas de forma isolada, mas como parte de uma cadeia de interdependências que conectava alunos, diretores, pais, imprensa, políticos, família e Estado, que disputavam padrões de comportamentos influenciados por tendências globais e *habitus* nacionais. As disputas em torno das vagas, das anuidades ou da disciplina não eram apenas conflitos administrativos, mas também expressavam lutas por posições no interior da escola e da sociedade, influenciadas por transformações como a diminuição da distância de poder entre autoridades e estudantes, o aumento do autoritarismo e das práticas de contestação nas figurações escolarizadas e o avanço da coerção estatal. Portanto, a escola pode ser percebida como um microcosmo perpassado pelas tensões que marcam as mudanças e continuidades do *habitus*.

Dessa maneira, as figurações escolarizadas representadas na imprensa periódica passam por alterações perceptíveis, que marca a consolidação do lugar social da escolarização. O que foi anunciado com ênfase pelas próprias figurações, imprensa e governo indicando mudanças nos códigos sociais. A partir desse momento, a tendência de se inserir obrigatoriamente nas figurações escolarizadas se torna cada vez mais um padrão de comportamento a ser seguido.

Como se notou, as mudanças políticas impactam tanto a estrutura escolar quanto a personalidade social. No caso dos secundaristas, as situações de conflito passam a ser disciplinadas por instâncias externas, como órgãos federais, representantes políticos e forças policiais. Essa intervenção faz com que os protagonistas das figurações escolares percam progressivamente espaços de autonomia e a possibilidade de resolver seus problemas institucionais de forma direta. Assim como as figurações docentes, os estudantes acionam redes de legitimidade como família, professores e imprensa para fortalecer suas reivindicações e sua imagem. Embora, parte dos secundaristas estivesse mais engajada politicamente e mais próxima das figurações dos estudantes universitários, as representações periódicas priorizavam retratar um secundarista mais preocupado em resolver problemas particulares do seu grupo, geralmente distanciado de uma abordagem política declarada que confrontasse o regime ditatorial, o que os aproximava das representações das figurações docentes.

Até esse momento, os resultados apontam para a formação de um tipo de protesto que se autoafirmava como apolítico e pacífico e que, em muitos momentos, se aproximou do regime político para se defender e legitimar suas demandas e códigos sociais públicos. Nesse sentido, verificou-se que os estudantes excedentes dos vestibulares também se enquadravam nesses movimentos. Observa-se que o Estado se esforçava em eliminar esse grupo ao estruturar uma série de medidas que redefiniram as regras dos vestibulares, com o objetivo de conformar os excedentes, transformando-os em reprovados.

A estratégia de acabar com os excedentes, sem ampliar o número de vagas, não foi aceita pacificamente por estudantes e pais, pois os excedentes aprovados se sentiam no direito de ingressar na universidade. Comumente, pressionavam, ano após ano, políticos, o Judiciário e até o presidente para conseguirem efetivar suas matrículas. Até então, existia certa flexibilidade que permitia a ampliação de vagas de acordo com as pressões dos excedentes. Contudo, a partir de 1970, a tendência que se delineou foi a diminuição dos espaços de negociação nessa área.

Embora parte dos excedentes se envolvessem com os protestos universitários, nos quais era constantemente levantada na agenda a demanda por mais vagas, as representações de suas reivindicações permaneciam específicas e voltadas a interesses de autopromoção. Isso porque, ao protestarem pelo acesso ao ensino superior, muitos não denunciavam o regime político nem

injustiças sociais e políticas mais amplas, limitando-se às dificuldades que eles próprios enfrentavam. Para aumentar seu poder de pressão, os excedentes reiteravam suas semelhanças e sua identificação com os valores oficiais, a fim de construir relações que evidenciassem pertencimento aos grupos estabelecidos e, assim, tornar suas reivindicações "justas". Essa postura de algumas figurações de excedentes contrastava fortemente com a dos estudantes universitários *outsiders*, rotulados por autoridades, políticos e empresários como "não estudantes" e "subversivos", o que levava parte dos grupos excedentes a tentar diferenciar sua imagem daqueles, mesmo praticando códigos sociais públicos de reivindicação semelhantes.

Mesmo em vias de extinção, havia grupos de excedentes que ainda conseguiam negociar com as autoridades que realizavam concessões e apoiavam esses estudantes em razão de seu nível de legitimidade social. Além disso, outra característica dessas figurações de excedentes era o elevado nível de autocontrole e o esforço em diferenciar seu comportamento dos demais movimentos estudantis, buscando aproximar-se dos valores estabelecidos ao expressar publicamente sua crença e confiança no poder das autoridades, um comportamento elogioso que, ao mesmo tempo, pressionava essas instâncias a atender suas demandas por vagas.

Gradualmente, os excedentes transformaram-se em reprovados silenciados, e absorveram a percepção de que sua não integração era fruto de uma suposta incapacidade pessoal. O problema da marginalização por falta de vagas persistiu e se agravou, mas os protestos tenderam a desaparecer. Observa-se, nesse ponto, uma mudança nos comportamentos e nas emoções dos estudantes, que já não se viam como detentores do direito à vaga e tampouco se organizavam coletivamente. Para garantir o acesso, os candidatos passaram a investir individualmente em seu preparo para o vestibular.

Os excedentes representavam a incapacidade do governo ditatorial de atender às demandas justamente de um setor social que havia sido, em parte, uma importante base de apoio político para o golpe civil-militar e para o início do regime. A frustração diante das expectativas de escolarização desse grupo acentuava a tensão entre governo e sociedade civil, revelando os limites da promessa de modernização, progresso, desenvolvimento econômico e ordem. Além disso, constituíam um agravante em meio a uma crise estudantil persistente.

A segunda parte da pesquisa resultou da análise das figurações universitárias, que adquiriram protagonismo na imprensa analisada e nas relações que mantiveram com a ditadura civil-militar. Trata-se de um período de transição que marcou o declínio e a ascensão de grupos no poder, processo que envolveu figurações de estudantes, principalmente daqueles que atuavam mais no campo político-estudantil por meio das entidades. Esses grupos vivenciaram a marginalização e o decréscimo de poder, o que não ocorreu passivamente resultando em

tensões e conflitos contra esse processo. A ditadura civil-militar buscou impor maior dependência e menor autonomia a esses estudantes, que passaram a sofrer estigmatização e criminalização; embora muitos não aceitassem a imposição de uma posição de inferioridade, eles podem ser classificados como *outsiders*, pois possuíam um gradiente de poder menor que seus opositores e não conseguiram revidar os ataques por muito tempo, além disso, sua imagem foi fortemente relacionada com um grupo perigoso que ameaçava a coesão social.

A princípio, as lideranças estudantis em formação atuaram com cautela e assumiram uma posição moderada, buscando operar uma contraestigmatização, na qual os estudantes procuravam construir uma imagem positiva de si mesmos, expressando em seus discursos um forte autocontrole emocional. Para isso, autodescreviam-se como "bons alunos" ainda que politizados. Essa estratégia buscava sensibilizar a opinião pública e pressionar o governo, com o objetivo de reverter punições e legitimar suas reivindicações.

Paulatinamente, a inflexibilidade do governo em negociar com os estudantes e atender suas demandas fomentou a formação de emoções como inconformismo, revolta, medo e solidariedade, que se intensificaram diante das práticas autoritárias, sendo essenciais para a conformação das figurações estudantis de oposição à ditadura civil-militar. Desde o início do regime ditatorial, os estudantes foram vistos como uma ameaça potencial, não no sentido da força física, mas pela capacidade de questionar a legitimidade social e a imagem de superioridade dos grupos estabelecidos, elementos basilares para um regime político.

A mudança na estrutura social reconfigurou os códigos de justiça do regime político, que passaram a ser mobilizados para legitimar e ampliar o gradiente de poder da nova figuração governante. Em contrapartida, após o golpe civil-militar, parte dos estudantes foi afastada de espaços próximos ao poder do Estado, que anteriormente lhes permitiam negociar com as autoridades e atuar politicamente com maior autonomia.

Apesar das diferenciações e da polarização no interior do meio estudantil, a dinâmica cotidiana mostrou que houve momentos em que a maioria dos estudantes se sensibilizou diante das práticas autoritárias e de pautas específicas do grupo, sobretudo após o fechamento das entidades estudantis, momento em que se criou uma ordem social favorável à eclosão de protestos que se proliferaram em massa.

Os estudantes incorporaram discursos que afirmavam sua importância como futuros líderes sociais e reivindicavam maior autonomia para exercer esse papel. No entanto, essa autoimagem chocava-se com a racionalidade da ditadura civil-militar, que buscava redistribuir os poderes de modo a evitar forças de oposição e a fragmentação do poder, por isso, desde o início, procurou controlar a atuação e a participação dos estudantes.

A mobilização estudantil, expressa na participação constante em reuniões, assembleias, manifestações, encontros e eleições em níveis regionais e nacionais, bem como na articulação entre entidades, mantinha o engajamento político e a capacidade de mobilização, ancorados na experiência das figurações. Contudo, essa dinâmica dependia do envolvimento dos sujeitos, que, nessa conjuntura, foi intensificado pela repressão e pelo autoritarismo exercidos por governos e pelo Estado.

Ainda que os estudantes se esforçassem para demonstrar alto grau de autocontrole, a fim de legitimar sua "imagem nós" de maturidade política, essas estratégias não produziram o impacto necessário para alcançar suas demandas específicas, como a autonomia estudantil, que colidia frontalmente com os objetivos da ditadura. As múltiplas figurações universitárias defendiam essa pauta, embora fossem compostas por grupos que aderiam ou se identificavam com os valores ditatoriais.

Gradualmente, nota-se uma transição de uma postura "defensiva" e moderada para outra com maior grau de enfrentamento, sobretudo por parte dos estudantes de esquerda, vistos como *outsiders* pelas figurações golpistas e estabelecidas e, inclusive, por estudantes adesistas. Diante de atos de violência contra os estudantes, emergiram códigos sociais que evidenciam a existência de uma rede de apoio, expressa em manifestações de solidariedade entre diferentes centros acadêmicos espalhados pelo país. Essa relação ampliada entre as figurações universitárias indica a consolidação de uma oposição que desponta mesmo diante da pressão oficial e interna, bem como dos riscos pessoais que envolviam os estudantes mais engajados politicamente.

Os códigos sociais públicos mais comuns das figurações estudantis tornaram-se cada vez mais difíceis de serem praticados no interior das universidades, o que aponta para a modelação de relações sociais voltadas ao controle dos espaços universitários, na tentativa de exercer uma coação permanente sobre estudantes e professores. O cenário evidencia uma disputa de poder em que as respostas às práticas estudantis mostravam-se desproporcionais. Tal comportamento revela a dinâmica das ações afetadas pelo estímulo de um *habitus* autoritário, que, em algumas situações, encontrava receptividade entre autoridades educacionais, estudantes e professores. Em suma, os códigos sociais públicos praticados dentro das universidades passaram a se mostrar ineficazes, o que exigiu que esses estudantes reformulassem seus códigos e posições a fim de preservar margens de autonomia e influência social. Nesse sentido, em algumas figurações, a política estudantil se deslocou das faculdades para as ruas.

Mas nem todos os grupos universitários que optavam pela mobilização constante; alguns escolhiam acomodações e dessa forma podiam usufruir dos benefícios do enquadramento estudantil o que não os impedia de se manifestar esporadicamente como ato de solidariedade aos estudantes que sofriam diretamente a violência estatal. Assim, estudantes e entidades de diversas faculdades modificaram seus códigos sociais públicos conforme a dinâmica das relações locais estabelecidas nas figurações universitárias.

A ditadura impactou tanto os processos políticos quanto o cotidiano universitário e escolar, ao transformar a vida de inúmeros sujeitos, sobretudo daqueles integrados a entidades estudantis ou a outros grupos de oposição. Nesse contexto, percebe-se que definir posições (envolvimento, distanciamento, adesão, apoio, solidariedade, repulsa e acomodação) tornava-se inevitável. A ordem social forçava as figurações a se posicionar, pois parecia se constituir um requisito no interior das figurações escolarizadas, especialmente para aqueles que ousavam reivindicar e protestar.

Parte dos estudantes universitários, além de adaptar seus códigos sociais públicos para sobreviver, desenvolveu formas pedagógicas de se preparar emocional e fisicamente para a iminência da violência. Esse processo de aprendizagem social do autocontrole, em momentos de tensão política, segundo Elias (1997), demonstra como os jovens aprendem a reagir diante do perigo. Assim, mesmo com o aumento da repressão, a organização estudantil ativa tenta preparar seus membros para vivenciar experiências com fortes oscilações de intensidade, indo do medo à coragem.

A dinâmica estudantil de manifestações públicas e coletivas, que contagiava e inspirava parcelas da população que admiravam, e por vezes, invejavam sua coragem foi interrompida pelo aumento da coerção externa imposta pela ditadura. Nesse momento, parte dos estudantes passou a perceber os limites e o esgotamento de códigos sociais públicos praticados, enquanto outros defendiam a sua continuidade como forma de desestabilizar o regime. Houve ainda aqueles que não acreditaram mais na possibilidade de oposição por meio das figurações universitárias, migrando para as figurações da luta armada.

Já outros estudantes adotaram o discurso apolítico como forma de distinção e superioridade. Defendiam a separação entre escolarização e política, discurso reiterado pela imprensa e pelas vozes que ela veiculava. Esses grupos, identificados como moderados, buscavam diferenciar-se tanto da militância de esquerda quanto das ações promovidas pela direita armada, posicionando-se como representantes de uma terceira via. Contudo reforçavam valores dos grupos estabelecidos como disciplina, respeito à hierarquia e legalidade do regime

vigente além de assumirem, por vezes, um tom de intolerância contra grupos que supostamente ameaçavam a "ordem".

A promulgação do AI-5 e o avanço da censura à imprensa repercutiram nas representações e nos comportamentos dos estudantes universitários. As cotidianas imagens de passeatas e protestos desapareceram das páginas dessa imprensa periódica. Paralelamente, com o silenciamento das manifestações estudantis, passou a ganhar destaque a atuação de grupos armados e o combate realizado pelo governo.

Junto ao controle das mobilizações sociais e das expressões de oposição, surge, a partir de 1970, uma visão de otimismo educacional centrada na ideia de modernização universitária, apresentada como capaz de promover conquistas tecnológicas e espaciais. Esse otimismo foi fomentado pela ditadura civil-militar do governo Médici em que houve maior investimento na propaganda oficial, o fim das grandes manifestações de protestos estudantis, o extermínio das guerrilhas, o aumento da repressão do Estado e a sensação de crescimento econômico e

A ditadura civil-militar empenhou-se em impedir a formação de movimentos sociais contestatórios, em especial os de grande repercussão, que atacavam a natureza ditatorial do regime e faziam oposição ao seu poder. Ainda que o Brasil já perpetuasse um *habitus* político autoritário e avesso ao conflito social capaz de produzir transformações na estrutura social, esses traços foram exacerbados ao longo da ditadura civil-militar com a sistematização da violência de Estado.

O recuo das manifestações estudantis indica a consciência dos estudantes acerca do equilíbrio de forças e abre espaço para a escolha de novos códigos e posições sociais. O medo e o receio de punições ou de sofrer a violência estatal podem ter minimizado as demonstrações de apoio e o caráter massivo das mobilizações estudantis. Esse interregno das grandes manifestações estudantis, ainda que tenha sido marcado por protestos mais contidos de professores e estudantes, deve-se aos códigos acionados pelo Estado como julgamentos, acusações, prisões e torturas, que se tornaram elementos centrais para compreender as transformações nas dinâmicas sociais vivenciadas pelos estudantes, assim como as mudanças em seus próprios códigos de atuação.

Ainda que parte das pessoas repudiasse a violência e o autoritarismo, em uma sociedade complexa e diferenciada como a brasileira, a maioria desses sujeitos ocupava posições sociais com pouca autonomia de ação frente aos governantes. A imprensa, ainda que demonstrasse apoio ao governo, também indicava a existência de uma forte oposição social à ditadura civil-militar, em grande parte motivada e inspirada pela relação conflituosa entre figurações estudantis e autoridades.

Durante o refluxo de protestos públicos, parte das figurações escolarizadas se entrincheirou nas universidades ou se concentrou em interesses específicos de grupo que não incomodavam os estabelecidos no poder. Contudo, o protagonismo exercido na década de 1960 nos protestos públicos e nas pressões sobre os governantes contribuiu para a formação de um *habitus* reivindicatório de engajamento, que permaneceu, apesar das variações de intensidade, dependentes das conjunturas que se formaram. Foi o que ocorreu, por exemplo, nas manifestações contra a ditadura no final da década de 1970, quando, diante de uma nova ordem social, esse *habitus* se remodelou, mantendo continuidades e distinções.

Tornou-se evidente que a ditadura civil-militar passou a priorizar a área educacional não apenas por meio da repressão de sua face política ou da implementação de reformas, mas também ao se preocupar em modelar a personalidade estudantil, buscando influenciar de forma mais direcionada, o *habitus* escolar, já em transformação com o processo de consolidação de uma escolarização de massas. Esse processo não apenas manteve a hierarquização social, como também priorizou a concepção da escolarização como recurso técnico, apolítico e de aplicabilidade imediata.

Esses estudantes passaram a adaptar seus códigos sociais públicos em resposta às novas formas de relação estabelecidas com as autoridades. Nessas relações, os valores defendidos pela ditadura confrontavam diretamente a sensibilidade política de grupos como os estudantes universitários, inseridos em um período de desenvolvimento social no qual a distância entre governantes e governados havia diminuído. Ao mesmo tempo, a precariedade e o autoritarismo conduziram outras figurações escolarizadas, ou sujeitos que desejavam integrar-se a elas, a protestar por seus objetivos específicos.

Parte dos estudantes universitários, ao contrário das outras figurações, não se limitaram a reivindicar apenas benefícios específicos de grupo, passando a se manifestar contra a própria existência da ditadura civil-militar, negada como tal por amplos setores da sociedade, especialmente pela imprensa.

A necessidade de consenso social para governar impôs à ditadura civil-militar um esforço para construir uma imagem de "normalidade democrática" que era fundamental para manter ou ampliar o conformismo das massas diante da intensificação do *habitus* social autoritário no cotidiano e sustentar a expectativas de ordem e pretensões democráticas. Por isso, mesmo detendo o monopólio da força, o regime precisou também exercer certo autocontrole dentro dos limites exigidos pelo nível de desenvolvimento e sensibilidade da sociedade em que se inseria. Assim, intercalou ações repressivas e conciliatórias, embora não se deva esquecer

que estas se alicerçavam sob o signo da ameaça e ocorriam quando as mobilizações já estavam controladas.

Em síntese os códigos sociais públicos reivindicatórios, observados na imprensa em uma conjuntura conflituosa e precária, fruto de uma sociedade autoritária agravada pelas transformações na estrutura política durante a ditadura civil-militar, permitem, por meio das experiências relacionais, observar indícios de alterações nas personalidades sociais de determinadas figurações escolarizadas, uma vez que abordam também os pensamentos e a psique dessas figurações e, sobretudo, a imagem de si que elas pretendem transmitir de acordo com suas posições sociais e pretensões de poder. Dessa forma, torna-se possível apreender a relação entre as mudanças da atmosfera social e das personalidades, especialmente porque se vivia um período de transformações abruptas, que geralmente não ocorrem em contextos mais democráticos, estáveis e menos polarizados.

Contudo, a amplitude das figurações e grupos analisados na pesquisa, bem como a utilização de uma fonte com enfoque também horizontalizado, não permite uma análise mais pormenorizada do *habitus* interno das variadas figurações escolarizadas, o que possibilitaria conhecer com maior profundidade as nuances dessas personalidades.

A imprensa assumiu uma função importante ao dar visibilidade às mazelas presentes nas figurações escolarizadas; no entanto, explorava a precariedade e raramente questionava a racionalidade das injustiças e das desigualdades. Por outro lado, defendeu e reforçou comportamentos que pretendiam enquadrar as figurações docentes e estudantis. A linguagem periódica corroborou o processo de despolitização que, articulado à coerção física do Estado, operava sobre personalidades sociais assoladas pelo medo e pelo inconformismo, permeadas por uma mentalidade conservadora e autoritária ou mesmo indiferente à situação política.

Os periódicos, principalmente o *Jornal do Brasil*, posicionaram-se contra atos presidenciais quando estes agrediam os simulacros liberais e, em alguns momentos, quando cediam às pressões sociais e permitiam a instalação de conflitos. Contudo, também contribuíram para estigmatizar os estudantes e outros grupos mobilizados. Por sua vez, estudantes e professores utilizaram os próprios periódicos como espaço público para manifestar seus protestos, bem como para evidenciar demandas e denúncias. Em determinadas conjunturas, como no início da ditadura, a imprensa abriu espaço para essas manifestações; todavia, reproduziu com frequência as vozes oficiais e defendeu a política educacional da ditadura civil-militar.

A imprensa, ao adotar a imagem de espaço da "verdade", reforçou padrões de comportamento ao registrar como normais e legítimas as reivindicações moderadas orientadas

pelas instituições. Em diversos momentos, a imprensa periódica envolveu-se diretamente com os acontecimentos de seu entorno, o que não a impediu de acompanhar as dinâmicas nacionais. Esse movimento revela que, embora as regiões apresentassem diferentes níveis de desenvolvimento da escolarização, suas pautas e comportamentos eram semelhantes e dialogavam entre si.

A imprensa desempenhou, assim, um papel ambivalente variando na intensidade da abordagem. Assim, destacou breves denúncias de tortura e arbitrariedades, mas reproduziu de forma recorrente o discurso oficial difundindo otimismo sobre a política educacional. Essa ambiguidade evidencia que, mesmo sob censura, o campo jornalístico ainda permitia a circulação de vozes dissonantes, ainda que de maneira secundária. No entanto, é inegável que, nesse período, a imprensa contribuiu muito mais para a reprodução do discurso ditatorial, colaborando para sua legitimação e perpetuação.

Por fim, defende-se, assim, que o campo social da época, permeado por violência, coação, autoritarismo, competitividade e discursos de modernização, desenvolvimento, segurança e ordem contribuiu para intensificar o autocontrole entre os sujeitos que permaneceram inseridos nas figurações escolarizadas. O estudo se defronta com uma multiplicidade de códigos e emoções que se modelavam mutuamente, isto é, uns influenciavam e mobilizavam os outros. Por meio deles, se observa a multiplicidade de sujeitos inseridos e agindo em suas figurações.

Mas a pesquisa evidencia que havia sujeitos silenciados, o que aponta para a continuidade do *habitus* social de hierarquizar socialmente por meio da escolarização. Mesmo diante da crescente massificação escolar se nota um processo de integração que marginaliza tanto os que estão fora das figurações escolarizadas quanto os que estão dentro delas, seja por causa dos seus valores ou de sua posição social. Ao se observar pela lente da especificidade do campo social, nota-se que houve momentos em que a consciência dos direitos e das injustiças adquiridas pelo nível de desenvolvimento em que estava a sociedade brasileira desencadeou atos de externalização do inconformismo e de práticas de pressão social, mesmo em um regime autoritário. Esse posicionamento de setores sociais, conduziu ao aumento da violência e do controle do Estado, o que obrigou as figurações escolarizadas a internalizarem os inconformismos e a controlarem seus códigos sociais reivindicatórios de modo a torná-los menos públicos ou diretos.

Assim, muitos sujeitos se recolheram para o interior das instituições escolarizadas se acomodando e protestando dentro dos seus limites impostos. Enquanto outros foram marginalizados, alguns se retiraram das figurações escolarizadas exatamente devido ao

cerceamento, esse grupo optou por continuar a exercer o confronto formando as figurações de oposição política e armada. Já a grande maioria da população, que vivia tempos de valorização escolar que se tornava parte do *habitus*, foi impactada tanto pelos valores sociais fomentados pela ditadura civil-militar quanto pelos códigos sociais públicos das figurações escolares e universitárias.

Estruturalmente, padronizou-se uma integração escolar de massa, mas que continuava a excluir e inferiorizar, principalmente os sujeitos empobrecidos, que possuíam baixo grau de poder para exercer pressões, e aqueles que confrontavam abertamente os valores dos *estabelecidos*. Embora se iniciasse a consolidação de um padrão de escolarização precária para a maioria, o comportamento dos indivíduos mostrou que, apesar da conjuntura estimular o autoritarismo nas relações sociais e nas personalidades, muitas figurações escolarizadas, mesmo com limitações internas e externas, utilizaram o consenso sobre o valor da escolarização para se constituírem em espaços de contestação e reivindicação, mesmo diante de autoridades e governos autoritários e intolerantes.

A valorização da escolarização oferecia às figurações escolarizadas legitimidade e espaço para reivindicar e pressionar as autoridades políticas a fim de atenderem suas demandas. Parte delas aperfeiçoou seus mecanismos de autocontrole ao realizar manifestações e reivindicações conservadoras que não afrontassem o regime, se limitando a lutar por melhores posições sociais para si e para o seu pequeno grupo, enquanto outros grupos viram esse espaço aberto como a oportunidade de radicalizar as manifestações e ampliar seus protestos que extrapolavam o âmbito educacional porque não reivindicava apenas os interesses de um grupo restrito, mas avançaram em direção a um ataque à ditadura quando denunciavam abertamente a sua natureza autoritária.

Já era esperado que a fonte periódica abrisse inúmeras possibilidades de investigação, uma vez que dialoga com uma ampla gama de temas constitutivos do campo da História da Educação no contexto da ditadura civil-militar, como as reformas educacionais, o funcionamento das escolas e universidades, as políticas de escolarização, as atuações e representações de professores e estudantes dos diferentes níveis de ensino. A imprensa, nesse sentido, mostrou-se um espaço privilegiado de circulação de discursos, conflitos e disputas, permitindo acompanhar tanto as ações do Estado quanto as reações de distintos setores da sociedade.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados parcialmente, na medida em que, a pesquisa se limitou a um curto período, que, ainda que tenha sido intenso em transformações, impediu uma análise mais aprofundada dos padrões de comportamentos que podem ser melhor

compreendidos por meio de uma análise de longa duração. Mas, circunscrito à conjuntura delimitada, foi possível compreender que as mobilizações e reivindicações públicas eram recursos importante de poder para os grupos com menor gradiente de poder, que haviam vivenciado um brevíssimo ensaio democrático interrompido. O modo como elas foram praticados variou e seus praticantes eram uma minoria social que mesmo com as limitações impostas pela atmosfera criada pelo novo regime político, houve figurações escolarizadas que se arriscou, apesar de muitas vezes, terem o objetivo de beneficiar mais o seu próprio grupo.

Se constata as restrições da fonte jornalística para responder a questões de maior complexidade analítica, especialmente aquelas relacionadas às experiências internas dos sujeitos, às motivações individuais, às dinâmicas internas e privadas do *habitus* e às formas de vivência cotidiana no interior das instituições escolares e universitárias. A imprensa, ao privilegiar acontecimentos públicos, discursos oficiais e episódios de conflito, oferece sobretudo registros mediados, seletivos e orientados por interesses editoriais, o que dificulta o acesso mais próximo às percepções subjetivas das práticas educativas cotidianas.

Por isso, a pesquisa concentrou-se na análise das representações produzidas pela imprensa sobre as figurações escolarizadas, privilegiando os códigos sociais públicos mobilizados nos momentos de tensão, negociação e enfrentamento entre estudantes, professores, autoridades educacionais, forças repressivas e o próprio campo jornalístico. Foram examinadas as formas pelas quais a escolarização e seus sujeitos agiram ao serem enquadrados, classificados e hierarquizados nos periódicos e por parte da sociedade refletida parcialmente nas suas múltiplas vozes. Evidenciam-se as disputas de legitimidade, os processos de estigmatização e as tentativas de disciplinamento do "outro" e de si em certos contextos e as resistência e adesão a padrões de comportamento usados pelas diversas figurações para construir suas imagens.

A pesquisa contribui com a área da História da Educação ao abordar a diversidade de posições das figurações escolarizadas inscritas no debate público durante a ditadura civil-militar, destacando as ambiguidades da imprensa periódica, que ora reforçou discursos autoritários alinhados ao projeto ditatorial, ora expôs contradições, excessos repressivos e impasses institucionais defendendo concepções liberais. Isso permitiu compreender que a imprensa, além de veículo informativo, representava uma parte integrante das figurações nacionais, revelando abertamente e de forma proposital as suas contradições. Ela se envolvia nas disputas e tensões, atuando na produção e circulação da legitimidade de imagens e grupos, porém também foi utilizada como recurso de poder e influência pelas figurações, inclusive pelas figurações escolarizadas.

Dessa maneira a ótica da imprensa permite apreender importantes dimensões da relação entre o processo específico de escolarização, autoritarismo e ditadura civil-militar, sobretudo no que se refere à publicização dos conflitos e à conformação de códigos sociais públicos como formas de poder e controle social. Assim, a pesquisa contribui para o campo ao evidenciar os desafios de se estudar as dinâmicas relacionais que se modificam constantemente com as conjunturas, que, ao mesmo tempo, são norteadas por *habitus* flexíveis que permanecem arraigados nas personalidades.

Contudo, os resultados reforçam os desafios de manusear um *corpus* extenso de fontes com temáticas diversas e fragmentadas que os periódicos proporcionam e evidenciam a necessidade de disponibilizar e organizar as fontes coletadas em repositórios aberto ao público. Além disso, a natureza da fonte e da abordagem revela a imprescindibilidade de estudos futuros que utilizarem uma triangulação com outros tipos de fontes capazes de aprofundar a compreensão de dinâmicas internas das figurações escolarizadas o que é fundamental para o avanço das investigações processuais em História da Educação.

A própria atualidade do tema, que versa sobre educação e autoritarismo, imprime à pesquisa uma lacuna de diálogo com a História do Tempo Presente, capaz de instigar reflexões e investigações sobre a permanência ou o retorno de personalidades e práticas autoritárias que continuam a tentar modelar as figurações escolarizadas. Essas práticas se expressam nas figurações políticas e nas mídias sociais por meio de debates e iniciativas que visam despolitizar a escolarização, seus sujeitos e instituições; além de intensificar o aspecto simplistas e utilitários da educação; condenar as universidades e perseguir alunos e professores. Por outro lado, essa perspectiva do presente abre a possibilidade de compreender as mudanças nos *habitus* políticos, docentes, estudantis e midiáticos, assim como refletir sobre as novas formas de se manifestar diante dos tensões nacionais, das demandas específicas das figurações escolarizadas e das disputas de poder.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-128.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Orgs). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ABREU, João Batista de. As manobras da informação. *In*: ABREU, João Batista de (Org.). **Análise da cobertura jornalística da luta armadas no Brasil (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALENCAR, Kennedy. Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva. **UOL News**, São Paulo, 7 mar. 2024. Vídeo (30 min.). Disponível em: https://www.uol.com.br/uolnews/videos/2024/03/07/entrevista-lula.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

ALMEIDA, Doris Bittencourt. **A educação rural como processo civilizador:** Histórias e memórias da educação no Brasil. v. 3. São Paulo: Vozes, 2021.

ALVES, Bruna Neves. **O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontíficia Universidade Católica, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2004.

AMADO, João. **Da redação do *Jornal do Brasil* para as livrarias:** Os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978**): o exercício da dominação e da resistência *O Estado de São Paulo* e o *Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. 1979. 273 p**. 1979. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

ARAUJO; José Carlos Souza & GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

ARIAS NETO, Jose Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina (1930-1975). 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

ARIMATHÉIA, José de. NDPH, Museu Histórico e *Folha de Londrina* assinam contrato para preservação de acervo histórico. **O Perobal – UEL**, 24 mar. 2023. Disponível em:

https://operobal.uel.br/ultimas/2023/03/24/ndph-museu-historico-e-folha-de-londrina-assinam-contrato-inedito-para-preservacao-de-acervo-historico/. Acesso em: 25 mar. 2024.

AZANHA, José Mário Pires. Política e planos de educação no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 85, p. 70-78, 1993.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. *In*: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). **História e Imprensa**: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. *In*: ARAUJO; GATTI (org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Pulsar, 2006.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 1159-1179, 2006.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 333-355, 2008.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na história da educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **EccoS–Revista Científica**, n. 34, p. 143-159, 2014.

BITTAR, Marisa. 60 anos do golpe militar: a educação brasileira entre mudanças e permanências. 2024. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.

BORGES, Simone dos Santos. **Um capítulo de História da Educação na Bahia**: A implementação da LDBEN Nº 4.024/61 sob a ótica do *Jornal da Tarde* (1960-1971). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

BRAGA, Rosa Maria Souza. **Nós as saudamos professoras fluminenses: produção, circulação e representações de professoras primárias no jornal *Síntese da UPPE***. 2017. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes "excedentes" nos anos 1960: a superlotação das universidades e um "torvelinho de situações improvisadas". **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 123-144, 2014.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. Juventude e pensamento conservador no Brasil: a constituição de uma 'Vanguarda Brasileira' em tempos de ditadura civil-militar no Brasil (1961-1970). *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: ANPEd; Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim; CAMESKI, A. S. "Estudantes democráticos": a atuação do movimento estudantil de "direita" nos anos 1960. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 945–962, out. 2015.

BRANDÃO, Zaia. A teoria como hipótese. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 5, p. 162-169, 1992.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

BRITO, Antonio Maurício Freitas. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História de Educação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 45-70, 2012.

CAMPOS, Renata Azevedo. **O Golpe de 1964 e o empresariamento da educação**: um estudo a partir do movimento de intelectuais no Ministério da Educação e Cultura. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil e repressão política**: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal" O Estado de S. Paulo"**. São Paulo: Alfa Ômega, 1990.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho. **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade no meio rural**. Londrina: EDUEL, 2013.

CARVALHO, Aloysio Castelo. **A Rede da Democracia na queda do Governo Goulart (1961-1964)**. Niterói: UFF, 2010.

CARVALHO, Aloysio Castelo. Os Jornais Cariocas da Rede da Democracia na queda do Governo Goulart. **Histórica**, n. 60, dez. 2013.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Digitalização de jornais: uma reflexão sobre desafios e melhores práticas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 89-102, 2016.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O GT História da Educação: um breve histórico. *In*: GT – Histórico dos Grupos de Trabalho. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa – **ANPED**, 1995. p. 53-56.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Reformas da instrução pública**: 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTRO, Josélia Saraiva. **O exame de madureza no sistema brasileiro**. 1973 Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1973.

CATANI, Denice Barbara. A participação das mulheres no movimento dos professores e a imprensa periódica educacional (1902-1919). **Projeto História**, São Paulo, v. 11, p. 129-138, nov. 1994.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, p. 113-128, 2002.

CATANI, Denice Barbara; VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Renata S. Genta. A profissionalização e as práticas de organização dos professores: estudos a partir da imprensa periódica educacional. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.) **Educação em revista. A imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira**: um estudo de poder local: Londrina – PR – 1934-1979. 1986. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**: Escritos de Marilena Chaui, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

COMELI, Loriane. Dois minutos com João Milanez na CBN Londrina. Londrina: CBN Londrina, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. **Educação, Estado e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1964.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. São Paulo: Unesp, 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Unesp, 2007b.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 912-933, 2014a.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p.357-377, 2014b.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DANTAS, Adálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 80, n. 28, p. 59-74, jan/abr. 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DIAS, Geofrei Rodrigo dos Santos. **A imprensa londrinense nos tempos da ditadura civil-militar (1964-1973)**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 2006.

DUBY, Georges. Poder privado, poder público. *In*: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe (Orgs.). **História da vida privada**: da Europa feudal à Renascença. v. 2. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUNNING, Eric; MENNELL, Sthephen. Prefácio à edição inglesa. *In*: ELIAS, Norbert (Org.). **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 7-14.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduo**s. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães.** Rio de Janeiro**:** Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro**:** Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: a investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2018.

ELIAS, Norbert. **O poder simbólico**. 2. ed. Oeiras: Celta. Brasil, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Tradução de Ruy Jungmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. *In*: GEBARA, A.; WOUTERS, C. (Orgs.). **O controle das emoções**. João Pessoa: UFPB, 2009.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. *In*: ARAUJO; José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 113-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et al*. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**: (1920-1940). São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

FÁVERO, M. L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FELISMINO, José Antônio Tadeu. **Jornal Poeira**: história e memórias. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622008000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2022.

FERREIRA JUNIOR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Jarbas passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28 n. 76, p. 3-25, set/dez. 2008. Disponível em: Acesso em: 19 jun. de 2016.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, 2002.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FORACCHI, Maria A. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1979.

FUSARO, Willian C. Museu Histórico de Londrina e NDPH digitalizam jornais da *Folha de Londrina*. **O Perobal – UEL**, 09 maio 2022.Disponível em: https://operobal.uel.br/clch/2022/05/09/projeto-digitaliza-jornais-da-folha-de-londrina-desde-a-decada-de-1940/. Acesso em: 27 mar. 2023.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2001.

GALAK, Eduardo Lautaro; SÁ, Elizabeth Figueiredo; CHALOBA, Rosa Fátima de Souza. A pesquisa histórica sobre a educação no período da ditadura cívico-militar: à guisa de apresentação e debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 25, n. 1, p. e367, 2025. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/76614. Acesso em: 02 dez. 2025.

GAMBOA, Silvio Ancizar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 91-115.

GAMBOA, Silvio Sánchez. As condições da produção científica em educação: do modelo de áreas de concentração aos desafios das linhas de pesquisa. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 78-93, jun. 2003.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, Civilização e Educação: Uberlândia início do século XX. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: Edufu, 2002, p.197-225.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino. O local na História da Educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil. *In*: ARAUJO, Marta Maria de (Org.). **História(s) Comparada(s) da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. São Paulo: Difel, 2000.

GROPPO, Luís Antônio. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967. In: FILHO ZAIDAN, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). **Movimento estudantil brasileiro e educação superior**. Recife: Editora Univeritária da UFPE, 2007, p. 231-260.

GROPPO, Luís Antônio; MARTINS, Marcos Francisco. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 24, n. 2, 2008.

GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas**: movimentos estudantis de 1968. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

GUARNIERI, Dayane Cristina; HONORATO, Tony. Figurações da profissão docente, segundo o jornal do Brasil, no início da ditadura civil-militar (1964-1968). **Revista Brasileira de História da Educação**. 2025. no prelo.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HEINICH, Nathalie. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia. **História da educação brasileira**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

HONORATO, Tony. Pesquisas com Norbert Elias em história da educação. **Comunicações**, Piracicaba, v. 24, n. 3, p. 107-127, 2017.

KUCINSKI, Bernardo**. A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Perseu Abramo,1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

LACERDA, Gislene Edwiges de. **As esquerdas entre os estudantes**: memórias dos militantes estudantis juizforano durante a transição democrática brasileira (1974-1984). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora 2010.

LEMOS, Renato. **A 'ditadura civil-militar' e a reinvenção da roda historiográfica**. Carta enviada ao jornal *O Globo*. Rio de Janeiro: LEMP/UFRJ, 2012. Disponível em: https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A_ditadura_civil-militar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf. Acesso em: 09 jun. 2022.

LESSA, Washington Dias. **Dois estudos de comunicação visual**: Amílcar de Castro e a reforma do *Jornal do Brasil*: a marca figurativa. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. **"Somos um país de jovens": a cultura das políticas da ditadura militar brasileira para a juventude.** 2023. 436 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

LIMA, Danielle Barreto. **O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) do estudante ao terrorista (1963-1980)**. 2020. 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2020.

LIMA, Flainer Rosa de. Curso de madureza televisionado nos anos de 1960 e 1970. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: PUC-SP, 2013a.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **Movimento estudantil e ditadura civil-militar em Santa Maria (1964-1968)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013b.

LIMA, Odair de Abreu. **A tentação do consenso**: O trabalho da AERP e o uso dos meios de comunicação como fontes de legitimação dos governos militares (1964 - 1974). 1997. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1997.

LIMA, Desiré Luciane Dominschek **A formação do pequeno operário na escola SENAI-PR** - a reprodução ideológica presente no jornal *O escudo*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985**): um espaço de disputas. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Otávio Luiz. **Movimentos estudantis, formação profissional e construção de um projeto de país**: a experiência da engenharia na UFPE (1958-1975). Recife: Livro Rápido, 2012.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. **Memórias da luta**: ritos do movimento estudantil universitário. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo; XAVIER, Libânia Nacif (Org.) **Impressos e História da Educação: Usos e Destinos.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

MARIN, Diosen. **As práticas escolares a partir do *Jornal Mundo Jovem*, 1978-1988.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil:** 1964-1968. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar**. Campinas: Papirus, 1987.

MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 185-198.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História Conceitual do Político. *In*: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (orgs.). **Capítulos de História Política**: fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018. p. 56-74.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 27, p. 39-53, 2012.

MENDES JÚNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MILANEZ, João. Entrevista concedida a José Wille. **A história do fundador da "Folha de Londrina", João Milanez**. Paraná Empresarial. Depoimento integrante do projeto "Memória Paranaense", da Rádio CBN Curitiba e Inepar, 1997. Disponível em: https://paranaempresarial.com.br/a-historia-do-fundador-da-folha-de-londrina-joao-milanez/ Acesso em: 14 mar. 2024.

MONARCHA, Carlos. Notas sobre a história da educação brasileira. **Pro-Posições**, v. 4, n. 3, p. 59-63, 1993.

MONARCHA, Carlos. História da Educação Brasileira: atos de fundação. **Horizontes**, Bragança Paulista/SP, n. 3, p. 35-43, 1996.

MONARCHA, Carlos. História da Educação brasileira (Esboço da formação do campo). In. NASCIMENTO, M. I. Moura; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANDANO. W. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 125-150.

MONTEIRO, Silvana Rodrigues**. Educação, Mídia e Política**: A educação em Goiás sob a perspectiva do jornal *O Popular* no período de 1995-2002. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

MOTTA, Cesar. **Até a última página**: Uma história do *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 62-85, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá**. Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar** Rio de Janeiro: Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do Movimento Estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Garamond, 2016.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.) **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

NAGLE, Jorge. Trajetórias da pesquisa em história da educação no Brasil. *In*: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 2018. p. 161-181.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro:** 1964 – 1985. São Paulo: Atual, 2014.

NAPOLITANO, Marcos**. Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980).** São Paulo: Intermeios, 2017.

NEIBURG, Federico. Apresentação à edição brasileira. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. *In*: ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

NOGUEIRA, Humberto Fernandes. Imprensa e ideologia: o jornal *Folha de Londrina* e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 7-18, 1999.

NUNES, Clarice. Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 01, p. 67-79, 1996.

NUNES, Clarice. **Escola & dependência**: o ensino secundário e a manutenção da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992

NUNES, C. A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 51–59, 1995. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/848. Acesso em: 1 dez. 2025.

NUNES, Clarice. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n. 1, p. 105-125, 1998.

OLIVEIRA, Amurabi; FERNÁNDEZ, Antoni Santisteban. A ascensão dos populismos e a crise democrática: desafios para o ensino das ciências humanas e sociais hoje. **Acta Scientiarum. Education**, v. 46, n. 1, 2024.

OLIVEIRA, Elza Aparecida de. **Olhares sobre uma cobertura**: a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Valle do Rio do Sino, São Leopoldo, 2006.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. **A mitologia estudantil**: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Maceió: SERGASA, 1994.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. **A UNE e o mito do poder jovem**. Maceió: EDUFAL, 2005.

OLIVEIRA, José Oliveira Santos. **Cinquenta anos de jornalismo**: passado, presente e futuro: digital começa a substituir o papel. Londrina, Midiografo, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. *In*: FICA, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 143-178.

PARANÁ. Comissão Estadual da Verdade. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. v. 1. São Paulo: TikiBooks, 2017. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/documento/2023-03/comissaodaverdade_v1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

PASINATO, Darciel. **As representações de educação básica na Revista Vozes durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. 238f. 2019 Tese (Doutorado em Educação) - Universidade da Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PERROT, Michelle. Outrora, em outro lugar. *In*: PERROT, Michelle. **História da vida privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. Tradução: Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PINTASSILGO, Joaquim ; VEIGA, Cyntia Greive. Pesquisas em História da Educação no Brasil e em Portugal: caminhos da polifonia. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO-ESCOLAS, CULTURAS E IDENTIDADES, 3., 2004. **Anais** [...]. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2004. p. 323-331.

PINTO, Adriana Aparecida. **Nas páginas da imprensa**: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso (1880-1910). 2013. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, 2013.

POERNER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família, com Deus, pela liberdade e o Golpe de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços privados. *In*: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (Orgs.). **História da vida privada**: Da Primeira Guerra a nossos dias. v. 5. Tradução Denise Bottmann; Dorothée de Bruchard. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **1968, a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

REIS, Daniel Arão. Ditadura civil-militar. **OAB RJ**, 02 abr. 2012. Disponível em: https://www.oabrj.org.br/artigo/ditadura-civil-militar-daniel-aarao-reis. Acesso em 30 nov. maio 2025.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz 50 anos. *In*: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014a. p. 11-29.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz 50 anos: controvérsias. *In*: BETTAMIO, Rafaella (org.). **O golpe de 1964: heranças e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024. p. 178-193.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 64 a Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014c.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O sol sem peneira: o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil. **OAB RJ**, 02 abr. 2012. Disponível em: https://www.oabrj.org.br/artigo/ditadura-civil-militar-daniel-aarao-reis. Acesso em: 19 abr. 2025.

REZENDE, Maria José. **Ditadura Militar no Brasil:** Repressão e Pretensão de Legitimidade (1964-1984). Londrina: Eduel, 2001.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart, Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Mídia e História: ambiguidades e paradoxos. *In*: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 21., 1998, Recife. **Anais [...]**. Recife: INTERCOM, 1998. Disponível em: http://www.intercom.org.br/paper/xxi cilgt23/gt2306. Acesso em: 03 set. 2020.

RIBEIRO, Belisa. **Jornal do Brasil**: história e memória. Rio de Janeiro: Record, 2016.

RIBEIRO, Leisa Alves**. O ensino de segundo grau em *O Estado de Paulo (1972-1977)*.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 3. ed. São Paulo: Editora Morais, 1992.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano:** o tempo da ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930–1973)**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSSI, Pamela de Mattos. **Os acordos MEC-USAID no Jornal *O Estado de S. Paulo* (1962 -1973)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SAES, Décio. Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil. **Cara a Cara**. v. 1, n. 2, p. 189-196, 1978.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília: UnB, 2012.

SANDOVAL, Francielle. **A atuação do projeto cura em londrina (1973 – 1980)**. (Trabalho de Conclusão de Curso) em História. 2012. 70f. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Editora Alínea, 2008a.

SANFELICE, José Luís. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 28 n. 76, 2008b, p.357-378.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão. **O mito da eficiência no ensino**: Estudo crítico da tecnologia educacional. 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1980.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (orgs.). História e história da educação: o debate teórico-metodo-lógico atual. Campinas: Autores Associados: **HISTEDBR**, 1998.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **Eccos Revista Científica**, v. 10, n. Esp, p. 147-167, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008b.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2017.

SAVIANI, Dermeval. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. *In*: SAVIANI, Dermeval *et al*. **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. São Paulo: Autores Associados, 2005. p. 1-29.

SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO José Carlos Souza (Orgs.) **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **A UPE une o Paraná**: (re)organização do movimento estudantil paranaense (1974–1985). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SCHULTZ, Theodore William. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Trad. de P. S. Werneck. Rev. Técnica de C. A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária**: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Editora Nacional. 1969.

SILVA, Danielly Cardoso da. "**Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos": a campanha publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975).** 2019a. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019a.

SILVA, Gabriela Borges. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: mapeamento e problematização do conceito de ciência na pesquisa educacional (1944-1971)**. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Izabel Priscila Pimental da. **Os filhos rebeldes de um velho camarada**: a Dissidência Comunista da Guanabara. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. **As estratégias discursivas sobre políticas educacionais da ditadura militar: O caso da Revista de Cultura do Pará**. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SILVA, Rosicleide Henrique da. **Golpe civil-militar**: apoio de estudantes, mulheres e imprensa. 2019b, 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019b.

SILVA, Simone Tenório Rocha e. **Em busca da utopia**: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, 2010.

SIMÕES, José Luís. **Elites e vadios na imprensa**: História da educação e violência na Primeira República. Curitiba: Aprris, 2018.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. **Estudantes x Polícia:** o Movimento Estudantil da Guanabara e suas manifestações de protesto entre 1964 e 1968. O olhar do *Correio da Manhã*, do Governo Federal e dos Militares. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOUZA, Jessé. **A herança do golpe**. Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Leya, 2016.

SOUZA, Maria Inês Salgado de. **Os empresários e a educação**: (o IPES e a política educacional após 1964). São Paulo: Vozes, 1981.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século 20**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo, Cortez, 2008.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto; BARROS, Cindhi Vieira Belafonte. Do impresso ao digital: a história do *Jornal do Brasil*. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 2, p. 230-250, 2016.

TOLEDO, Caio Navarro. **Aula 01: O sentido do Golpe e da ditadura**. 2024. 1 vídeo (135 min). Publicado pelo canal Grupo de Pesquisa História e Poder. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p6_OmS9ZF0o&. Acesso em: 8 maio 2024.

TOLEDO, Caio Navarro Junior. **O Governo Goulart e o Golpe 64**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR** On-line, v. 12, n. 48, p. 255-268, 2012.

TRIGUEIRO FILHO, Marinósio; TRIGUEIRO Neto; Marinósio. **História da Imprensa de Londrina do baú do jornalista**. Londrina: UEL, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. **Anais do Museu Paulista**: **História e Cultura Material**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 9–27, 1996.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: O diálogo é a violência**: Movimento estudantil e ditadura militar. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência**: Movimento Estudantil e Ditadura Militar em 1968. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. *In*: FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 49-76.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 90-103, 2002.

VIANA, Thais de Biagi. **Produção intelectual sobre educação no período ditatorial**: uma análise a partir de textos publicados na SCIELO. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, Juiz de Fora, v. 23, n. 25, p. 37-70, 2003.

VIEIRA, Ana Flavia BRAUN. **Jornalismo e a duração dos processos civilizadores: análise da adequação comportamental e da formação de uma segunda natureza em Monte Alegre – PR (1942-1964).** 2020, 219f. Tese (Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

WARDE, Mirian Jorge. Anotações para uma Historiografia da Educação Brasileira. **Em Aberto**, Brasília, v. 3, n. 23, p. 1-7, 1984.

WARDE, Mirian Jorge. Contribuição da História para a Educação. **Em aberto**, Brasília, v. 9, n. 47, p. 1-6, 1990.

WARDE, Mirian Jorge. Questões teóricas e de método: a história da educação nos marcos de uma história das disciplinas. *In*: SAVIANI, Dermeval *et al*. **História e história da educação**: O debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 125-140.

WOUTERS, Cas. Mudanças nos regimes de costumes e emoções: da disciplinarização à informalização *In*: GEBARA, A.; WOUTERS, Cas. (Orgs.). **O controle das emoções**. João Pessoa: UFPB, 2009.

XAVIER, Maria Elisabete; RIBEIRO, Maria Luísa; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

ZAPARTE, Andréia. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964–1969)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 90-102, 1985.